



AFFONSO JOSÉ SANTOS

Nascido em 1940, no Rio de Janeiro. Bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara, em 1967. Durante o quarto e quinto anos da faculdade, serviu como solicitador no escritório de Advocacia de José Thomaz Barreto Nabuco de Araújo, Neto, filho de Joaquim Nabuco. Serviu dois anos na Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde com o então Consultor Jurídico, Cid Heráclito de Queiroz. Ingressou na carreira diplomática em 1969; aposentou-se em 2010. Reside em Brasília com sua mulher, a violinista Betina Maag Santos.

**BARÃO DO RIO-BRANCO**  
**CADERNOS DE NOTAS**  
 (MAIO DE 1895 - ABRIL DE 1901)

**AFFONSO JOSÉ SANTOS**  
**VOLUME VI**  
**"ANEXOS"**

**FRANÇA**  
**CADERNOS DE NOTAS**  
 (MAIO DE 1895 - ABRIL DE 1901)

**VOLUME VI**  
**"ANEXOS"**

**RIO AMAZONAS**

**A QUESTÃO ENTRE O BRASIL E A FRANÇA**

**TRANSCRITOS, EDITADOS E COMENTADOS, COM ACRÉSCIMO DE DOCUMENTOS FRANCESES**

**FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO**

**FRONTIÈRES RÉCLAMÉES PAR LA FRANCE:**

**Rio Araguary de l'embouchure à la source.**  
*(Art. 1. du Traité du 10 avril 1897)*

**Ligne parallèle à l'Amazonie tracée depuis la source de l'Araguary jusqu'à la rive gauche du Rio Branco.**  
*(Art. 2. du Traité)*

**Ligne du parallèle qui passe par le point extrême de la Serra de Aearay, entre ce point et la rive gauche du Rio Branco.**  
*(Art. 2. du Traité)*

**FRONTIÈRES RÉCLAMÉES PAR LE BRÉSIL:**

**Le Rio Oyapoc, depuis son embouchure jusqu'au parallèle de 2° 24'.**

**Le parallèle de 2° 24' entre l'Oyapoc et la frontière hollandaise.**

**ISBN 857631716-8**

**FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO**  
 www.funag.gov.br

**FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO**

**Autoridades brasileiras e francesas presentes na capa**

Na coluna da esquerda (do leitor), de cima para baixo, temos os brasileiros:

**Prudente José de Moraes e Barros**  
*(Terceiro Presidente da República, de 15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1898)*

**Manuel Ferraz de Campos Sales**  
*(Quarto Presidente da República, de 15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902)*

**Lauro Nina Sodré e Silva**  
*(Governador do Pará, de 24 de junho de 1891 a primeiro de fevereiro de 1897)*

**José Paes de Carvalho**  
*(Governador do Pará, de primeiro de fevereiro de 1897 a primeiro de fevereiro de 1901)*

**Carlos Augusto de Carvalho**  
*(Ministro das Relações Exteriores de 15 de novembro de 1894 a 31 de agosto de 1898).*

A inclusão das autoridades francesas (coluna da direita, do leitor), de cima para baixo, justifica-se por terem ocupado posições relevantes na administração francesa, durante o período em que se desenrolou a questão entre o Brasil e a França:

**Félix François Faure**  
*(Sétimo Presidente da França, de 17 de janeiro de 1895 a 16 de fevereiro de 1899 - faleceu em Palácio)*

**Gabriel Albert Auguste Hanotaux**  
*(Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, de primeiro de julho de 1894 a primeiro de novembro de 1895; e de 29 de abril de 1896 a 28 de junho de 1898)*

**André Lebon**  
*(Ministro das Colônias da França, de 26 de abril de 1896 a 26 de junho de 1898)*

**Théophile Delcassé**  
*(Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, de 28 de junho de 1898 a 6 de junho de 1905)*

**Paul Louis Georges Bihourd**  
*(Embaixador da França em Berna)*

BARÃO DO RIO-BRANCO  
CADERNOS DE NOTAS

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Ministro de Estado* Aloysio Nunes Ferreira  
*Secretário-Geral* Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



*Presidente* Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

*Instituto de Pesquisa de  
Relações Internacionais*

*Diretor* Ministro Paulo Roberto de Almeida

*Centro de História e  
Documentação Diplomática*

*Diretor* Embaixador Gelson Fonseca Junior

*Conselho Editorial da  
Fundação Alexandre de Gusmão*

*Presidente* Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

*Membros*  
Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg  
Embaixador Jorio Dauster Magalhães e Silva  
Embaixador Gelson Fonseca Junior  
Embaixador José Estanislau do Amaral Souza  
Embaixador Eduardo Paes Saboia  
Ministro Paulo Roberto de Almeida  
Ministro Paulo Elias Martins de Moraes  
Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto  
Professor José Flávio Sombra Saraiva  
Professor Eiiti Sato

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

AFFONSO JOSÉ SANTOS

BARÃO DO RIO-BRANCO  
CADERNOS DE NOTAS

---

A QUESTÃO ENTRE O BRASIL E A FRANÇA  
(MAIO DE 1895 A ABRIL DE 1901)

VOLUME VI  
ANEXOS



BRASÍLIA – 2017

Direitos de publicação reservados à  
Fundação Alexandre de Gusmão  
Ministério das Relações Exteriores  
Esplanada dos Ministérios, Bloco H  
Anexo II, Térreo  
70170-900 Brasília-DF  
Telefones: (61) 2030-6033/6034  
Fax: (61) 2030-9125  
Site: [www.funag.gov.br](http://www.funag.gov.br)  
E-mail: [funag@funag.gov.br](mailto:funag@funag.gov.br)

**Equipe Técnica:**

André Luiz Ventura Ferreira  
Eliane Miranda Paiva  
Fernanda Antunes Siqueira  
Gabriela Del Rio de Rezende  
Luiz Antônio Gusmão

**Projeto Gráfico:**

Yanderson Rodrigues

**Programação Visual e Diagramação:**

Gráfica e Editora Ideal

**Capa:**

Anna Carolina Maag Santos

Impresso no Brasil 2017

---

S237 Santos, Affonso José.

Barão do Rio-Branco : cadernos de notas : a questão entre o Brasil e a França (maio de 1895 a abril de 1901) / Affonso José Santos. – Brasília : FUNAG, 2017.

Volume 6 - "Anexos"

ISBN 978-85-7631-716-6 (v. 6)

1. Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Barão do, 1845-1912. 2. Conflito de fronteiras - Brasil - Guiana Francesa. 3. História diplomática - Brasil. 4. Defesa Nacional. I. Título.

CDD 327.81

---

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

# SUMÁRIO

PREFÁCIO VOLUME VI .....	2725
ANEXO 1 - UM REGRESSO A BERNA.....	2731
ANEXO 2 - BREVE HISTÓRICO DA DESAVENÇA ENTRE RIO-BRANCO E O GENERAL DIONYSIO CERQUEIRA .....	2737
ANEXO 3 - TROCA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE RIO-BRANCO E VIRGILE ROSSEL .....	2815
ANEXO 4 - TROCA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE RIO-BRANCO E EMÍLIO AUGUSTO GOELDI.....	2907
ANEXO 5 - RELATÓRIO ESCRITO POR GOELDI.....	2977
ANEXO 6 - A SENTENÇA ARBITRAL .....	3051
ANEXO 7 - MAPAS .....	3099
ANEXO 8 - ÍNDICE ONOMÁSTICO .....	3129
ANEXO 9 - RELAÇÃO DE NOMES QUE NÃO CONSTAM NO ÍNDICE ONOMÁSTICO, MAS QUE SÃO DE INTERESSE, NO CONTEXTO DESTA OBRA .....	3325



## PREFÁCIO VOLUME VI

Já se vai longo este percurso revelador, por momento em nossa História de um passado nem tão longínquo. Acompanhar o desenrolar foi como assistir a uma peça dramática, permeada de trechos que cobrem em seu arco, desde episódios difíceis, heroicos, até, às vezes, trágicos. Mas, a exemplo de uma peça, todo esse processo chegou ao seu ponto final.

Ao avistar o portão de chegada, nesta longa caminhada que já deixou para trás mais de três mil páginas que se subdividem em diversas ricas e extraordinárias histórias que se misturam para formar capítulo dos mais importantes e belos de nossa História, não se pode deixar de valorizar essa excepcional realização, excepcional que foi não somente na História do Brasil, como também o seria em qualquer História de qualquer outro país.

Durante essa caminhada, assistimos ao desterro desse capítulo, que se recupera depois de adormecido em imerecido terreno baldio de nosso passado, invariavelmente tratado de maneira ligeira - às vezes contido em curtos parágrafos, cujos textos tendem a reduzir longo e intrincado trabalho diplomático de imensa complexidade a proporções compatíveis à capacidade



esperada de uma só pessoa. Que contundente equívoco! Equívoco desfeito com a apresentação dos fatos narrados nessas páginas, fatos incontestáveis que revelam o incansável e solitário trabalho de um só homem, em proveito desproporcionalmente gigantesco para uma nação. Sim, um só homem, pois como dizer o contrário, após o que revelam essas páginas percorridas? E como não bastasse essa afirmação, que dizer do lado francês, composto de representantes de três ministérios, diplomatas, historiadores, juristas, geógrafos, exploradores e governadores coloniais? E não se tratava de oponente qualquer, mas sim da França, potência militar, com recursos financeiros disponíveis para durar o tempo que fosse necessário.

O leitor que tiver tido o fôlego necessário para acompanhar esta narrativa se dará conta de que cada fato apresentado é baseado em fontes existentes, documentadas oficialmente nos arquivos governamentais brasileiros e franceses. Os documentos falam por si e dispensam opiniões ou interpretações de intermediários. A grande quantidade desses documentos oficiais, de ambos os lados, representou uma das poucas dificuldades encontradas, pois o *embarras du choix* de material acabou por determinar uma seleção restrita, com o propósito de evitar duplicar o número de páginas já existentes. Também foram reproduzidas ilustrações, quando oportuno, sobretudo para conferir ao texto a autenticidade necessária, com documentos manuscritos originais, de ambos os lados, com o propósito de envolver o leitor no espírito da narrativa e procurar transportá-lo para a época em que se passavam os eventos.

Dentre as revelações contidas neste volume de anexos, figura a do “*Breve Histórico da Desavença entre Rio-Branco e o general Dionysio Cerqueira*”, mais uma prova que o destino reservou para avaliar a capacidade de resistência, a determinação e a infinita paciência de Rio-Branco. A coincidência do período em que Cerqueira

administrou sua animosidade contra Rio-Branco estendeu-se desde o arbitramento anterior com a Argentina, até a fase mais difícil com aquele contra a França. Essa animosidade unilateral, que se agravou com a ascensão de Cerqueira à pasta das Relações Exteriores, poderia ter levado a que Rio-Branco desistisse da causa – o que resultaria, sem a menor dúvida, na perda para o Brasil de, aproximadamente, 240 mil quilômetros quadrados de território. Como tive a oportunidade de apontar: “ *...É surpreendente que (Cerqueira) não tivesse pelo menos a inteligência necessária, o bom senso e o discernimento suficiente para perceber que, ao espezinhar, menosprezar e procurar rebaixar Rio-Branco, estava na realidade a fazer o possível para livrar-se da única pessoa capaz de garantir o êxito da questão mais importante de sua pasta, importância que só cresceu, durante toda a sua gestão à frente do ministério das Relações Exteriores*”.

A transcrição da troca de correspondência entre Rio-Branco e Virgile Rossel, bem como aquela entre Rio-Branco e Goeldi contribuem para lançar nova luz sobre colaborações pouco conhecidas e que continuam até hoje a serem interpretadas de maneira errônea. Enriquecem o entendimento das dificuldades que Rio-Branco enfrentou e colocam em foco a importância relativa dos serviços que ambos lhe prestaram, no decorrer da questão.

O relatório que Goeldi preparou como diretor do então Museu do Pará, após viagem “naturalista” entre o Oiapoque e o rio Amazonas, também vem transcrito neste volume de anexos. Vali-me de tradução do alemão para o inglês, realizada por pessoa amiga que se desculpou pela qualidade de seu trabalho que se apressou a declarar “não-profissional”. Por desconhecer a língua original empregada no relatório, evitei fazer qualquer correção, pois a tradução está suficientemente clara e dispensa tentativas de melhoria de forma. A viagem ao norte foi custeada pelo governo do Pará e, evidentemente, obedeceu a motivação política, por ter

sido realizada cinco meses após o ataque militar francês à aldeia de Macapá.

Naturalmente, a versão original da sentença arbitral do Conselho Federal suíço não poderia faltar e é transcrita em sua versão original.

Por fim e por se tratar de trabalho sobre questão de limites, não poderiam faltar os mapas. Ainda que no corpo do trabalho estejam reproduzidos diversos mapas de origens igualmente diversas, quase todos com anotações à margem (ou no corpo do mapa) por Rio-Branco, optei por reproduzir alguns que utilizou em suas duas Memórias, respectivamente, de 4 de abril e de 5 de dezembro, ambos de 1899.

A caminhada que aqui chega ao seu fim foi maravilhosa, cheia de descobertas importantes e revelações inesperadas. Mas a mais importante revelação – se revelação ainda fosse necessária – foi poder acompanhar a atuação extraordinária desse gigante entre os maiores estadistas brasileiros, em sua marcha inabalável e solitária, na defesa implacável dos direitos e interesses mais altos da nação brasileira.

**A. J. Santos**

# ANEXOS

*Berne, le 8 Juillet 1901.*

*Cher Monsieur,*

*J'aurais aimé vous serrer la main avant votre départ de Berne. Permettez-moi du moins de vous laisser ce petit souvenir des très agréables relations que j'ai eues avec vous. Je me rappellerai toujours avec plaisir une collaboration en cours de laquelle j'ai appris beaucoup de choses, et surtout à apprécier en vous un homme et un savant pour lequel je conserve la plus profonde estime et la plus respectueuse sympathie.*

*Votre bien dévoué*

*(ass.) Virgile Rossel*

(Carta de Virgile Rossel, datada de 8 de julho de 1901 e dirigida a Rio-Branco.)

*Thio Franco.*

ANEXO 1

UM REGRESSO A BERNA

---



Rio-Branco ainda havia de regressar a Berna, embora apenas para os procedimentos de praxe de encerramento da Missão Especial. Para tanto, em 28 de junho de 1901 desembarcou na estação ferroviária daquela capital e foi recebido por Graffina e por José de Almeida Vasconcellos, o novo ministro do Brasil. Esses o acompanharam ao *Hotel Bernerhof*, onde Rio-Branco passou nota ao governo, pela qual solicitou audiência para o dia seguinte com o presidente Brenner; anexou à nota cópia de sua revocatória e de seu discurso de despedida.

Ainda durante o dia 28, Rio-Branco aproveitou para visitar o Conselheiro de Estado do Império da Rússia, Alexandre Vlangali e esteve com outro Conselheiro de Estado, o dr. Alexander de Stalewsky, primeiro secretário da legação da Rússia em Berna. Encontrou-se, ainda, com o conde Bylandt, ministro dos Países Baixos e com Wagner, secretário da legação da Áustria-Hungria, que havia assumido seu posto em janeiro daquele ano. À noite, jantou no *Bernerhof* com José de Almeida Vasconcellos.

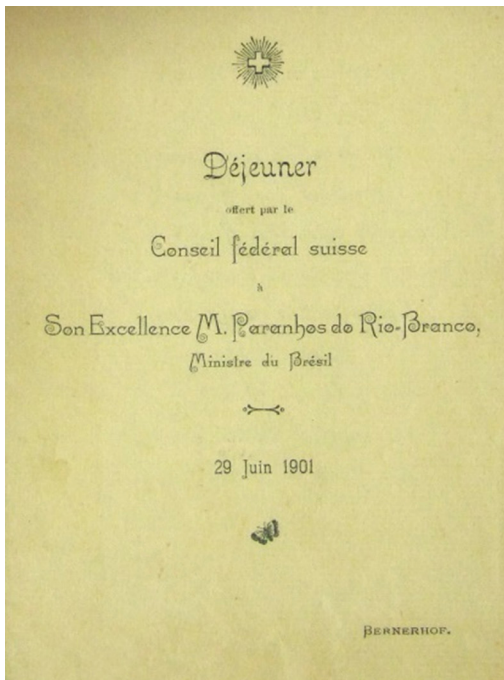
No dia 29, acompanhado por seu filho Raul, foi recebido pelo presidente Brenner, no Palácio Federal. Leu seu discurso e ouviu a resposta de Brenner. Sentaram para breve conversa, após a qual seguiram às 12:30 para o *Bernerhof*, onde o Conselho Federal organizou almoço em homenagem a Rio-Branco.



Estiveram presentes, além do presidente Brenner, os seguintes Conselheiros Federais: Zemp (vice-presidente), Hauser, Müller, Deucher, Ruchet, além de Graffina, Escritório do Departamento Político e Schatzmann (1º vice-*Chancelier* da Confederação). Do lado brasileiro, além do homenageado, estiveram presentes José de Almeida Vasconcellos, Dario Galvão (primeiro secretário da legação em Berna) e Raul do Rio-Branco.

Depois do almoço, Rio-Branco foi visitar o ministro da Alemanha, Alfred Victor von Bülow, irmão do chefe do governo do Império alemão, Bernhard Heinrich Karl Martin von Bülow. Visitou, ainda, o barão de Beaulieu-Marconnay, adido militar da legação alemã, que se encontrava adoentado.

Mais tarde, jantou no restaurante da estação ferroviária com Dario Galvão e com o encarregado de Negócios de Portugal. Partiu para Paris pelo expresso das 20:17 daquele dia.



Hors d'œuvres à la Diplomate

Consonné Chesterfield

Frites au bleu sauce aurore

Tournedos Prince Murat

Langoustes braisées au Vin d'Orporto

Asperges d'Argentueil sauce Mouseline

Cailles bardées sur Croutons

Salade Windsor

Glace Jène

Sables Visconti

Fruits et Dessert

Pézaley 1895

Château Duplessy 1893

Raenthaier Berg 1893

Romané Conti 1884

Rœderer — G. H. Mumm

na. Nestor's Sophia (see 28 P. B. 10)  
 i. Galbreith's Annelle's Min. (P. B. 10)  
 Anna P. Beerwolf. Manlein  
 extra primos ar. d. w. i. c. p. i. d.  
 reparatori i. d. d. w. i. c. p. i. d.  
 Vancouel's Anton v. m. i. g. s. Min.  
 ten's Conaldis Bergaly  
 Selim von Stalenberg's (Berthel  
 Rybaldt e. Wagner, see wenten.

29<sup>th</sup> June. - As 11 1/2 for ice bit pub  
 next. Premes in P. B. 10. Selim  
 Paul in company with. d. p. d. s.  
 vivo. Premier Engelen. G. v. i.  
 v. i. n. d. p. d. s. d. g. u. l. t. t. m. p. o.  
 As 12 1/2 always in P. B. 10  
 Con. B. 10. d. s. d. p. m. e. h. o. f. s. i.  
 P. B. 10. d. s. d. p. m. e. h. o. f. s. i.

Supp. ~~St. Petersburg~~ Schatzmann  
 Russ. W. P. H. J. emp  
 H. v. m. e. n. e. s. h.

- Patients:
1. P. B. 10. P. B. 10
  2. V. P. H. J. emp.
  3. Con. B. 10. d. s. d. p. m. e. h. o. f. s. i.
  4. " " " " " "
  5. " " " " " "
  6. " " " " " "
  7. " d. s. d. p. m. e. h. o. f. s. i.
  8. " P. B. 10. d. s. d. p. m. e. h. o. f. s. i.

See de ca x<sup>o</sup> visitator o. Min. 2. d. d. l.  
 b. w. a. h. e. s. M. m. i. d. e. B. u. l. o. n. C. o. m. e. n. t. e.  
 p. o. i. v. i. t. a. t. o. A. p. o. s. t. o. l. e. n. s. e. r. e. v. e. r. e. n. d. i.  
 c. o. s. s. u. m. i. t. a. l. i. s. s. p. e. n. t. e.  
 p. a. n. t. e. i. v. o. l. u. n. t. e. s. e. n. t. e. r. e. m. e. n. t. e.  
 a. l. i. q. u. o. r. t. a. s. p. e. n. t. e. s. - P. e. l. p. o. n. t. i. c. i. s. s. e. l. l.  
 p. a. r. t. e. p. u. l. a. r. i. s. p. u. b. l. i. c. i. s. d. n. o. 8. 17 p. p. s.

3<sup>o</sup> June (Dm) Chequer's d. s. i. s. 6 1/2  
 d. s. i. v. a. n. t. e. H. t. e. l. W. i. n. d. i. c. i. o.  
 As 10 1/2 e. l. e. v. a. t. o. n. F. e. l. i. x. C. h. e. q. u. e. r.  
 t. e. r. e. c. a. r. c. h. i. t. e. s. H. a. l. l. y. c. r. e. a. m.  
 b. u. e. r. - n. e. p. a. v. i. t. o. G. u. l. p. e. i. n.  
 p. p. u. o. v. i. c. i. o. n. e. n. t. e. d. i. m. b. u. r. g. a. l.  
 C. o. m. m. o. v. i. c. i. o. n. e. n. t. e. m. e. m. b. e. r. s. C. a. r. l. i. c.  
 m. e. n. a. s. b. u. i. d. e. S. e. i. g. - S. u. y. i. s. t. o. t.  
 d. s. - a. l. u. m. e. n. t. e. s. d. e. l. i. c. t. F. r. i. s. t. e. T. o. m. a. s.  
 d. e. p. o. i. v. a. t. o. r. e. C. h. e. q. u. e. r. t. e. n. t. o. n. d. e. o. r.  
 o. m. e. m. b. e. r. s. i. n. u. l. t. i. m. e. n. t. e. C. y. p. r. o. s. c. o. m.  
 o. r. e. b. u. i. d. e. m. e. n. t. e. s. o. c. o. m. b. u. s.  
 V. i. s. i. t. a. t. o. r. P. i. z. e. F. r. i. b. i. o. A. l. i. o. j. u. n. t. a. e. n. n.

- 7<sup>th</sup> June (Ref) Estimando. Tom Pigeon, 4. F. v. i. t. e.  
 A. F. v. i. t. e. m. i. s. d. e. p. e. n. t. e. s. P. r. i. m. e. s. G. e. o. g. r. a. f. i. c. i. s. d. e. p. a.  
 h. o. r. a. s. P. e. d. r. e. i. e. F. l. a. m. m. a. r. i. n. P. a. r. t. i. a. v. o. i.  
 a. p. o. B. e. r. n. a.  
 2<sup>o</sup> June (Ref) = Chequer's Bernas, Bernasch.  
 P. B. 10. d. s. d. p. m. e. h. o. f. s. i. p. o. i. n. o. p. e. r. i. t. o.  
 P. B. 10. d. s. d. p. m. e. h. o. f. s. i. p. o. i. n. o. p. e. r. i. t. o.  
 P. B. 10. d. s. d. p. m. e. h. o. f. s. i. p. o. i. n. o. p. e. r. i. t. o.  
 3<sup>o</sup> June (4<sup>th</sup>) = V. i. t. a. t. o. r. C. o. n. s. t. e. d. i. C. o. l. l. e. g.  
 p. a. r. t. i. a. l. i. s. p. e. n. t. e. s. i. n. o. p. e. r. i. t. o.  
 P. B. 10. d. s. d. p. m. e. h. o. f. s. i. p. o. i. n. o. p. e. r. i. t. o.

*Rio-Branco.*

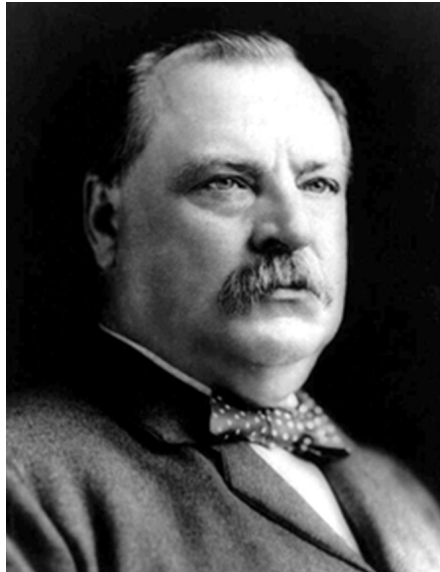
ANEXO 2

BREVE HISTÓRICO DA DESAVENÇA  
ENTRE RIO-BRANCO E O GENERAL  
DIONYSIO CERQUEIRA

---



Barão Aguiar de Andrada



Presidente Grover Cleveland em 1892

O general de brigada, Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira, foi um engenheiro militar brasileiro que exerceu funções políticas, depois de reformado. Durante o governo do presidente Prudente de Moraes, o general Cerqueira (nascido em 1847 e falecido em 1910) assumiu a pasta das Relações Exteriores, onde permaneceu, de 1º de setembro de 1896 a 15 de novembro de 1898. Durante esse período, acumulou, interinamente e em momentos diferentes, a pasta da Guerra (de 23 de novembro de 1896 a 4 de janeiro de 1897), bem como a da Indústria, Viação e Obras Públicas (pelo curto período de 1º de outubro a 13 de novembro de 1897).

Em 1893, já reformado, foi nomeado para integrar a missão especial, incumbida de defender os interesses brasileiros, na questão de limites entre o Brasil e a República Argentina, questão essa submetida à decisão arbitral do presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos da América. O general Cerqueira integrou a missão especial, na qualidade de 2º delegado, mas, a despeito do título de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário que lhe fora conferido, não exercia ele a função de um verdadeiro Ministro Plenipotenciário, mas sim a de consultor técnico, com honras de Ministro Plenipotenciário. Sua função era de auxiliar o único verdadeiro Plenipotenciário a quem fora confiada a missão. Com a morte em 25 de março de 1893 de Francisco Xavier da Costa

Aguiar de Andrada, o Plenipotenciário inicialmente nomeado, o barão do Rio-Branco. Foi nomeado e assumiu a chefia da Missão Especial, no mesmo dia em que chegou da Europa, 24 de maio daquele ano.

Enquanto se esperava a chegada do barão do Rio-Branco, o general Cerqueira assumiu, interinamente, a chefia da missão, até 24 de maio, dia do desembarque do barão do Rio-Branco em Nova York. Rio-Branco assumiu a chefia da missão, na qualidade de Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário e 1º delegado da missão especial em Washington.

Quase dois anos depois, e já de posse do laudo arbitral favorável atribuído ao Brasil em 5 de fevereiro de 1895 pelo presidente Grover Cleveland, Rio-Branco iniciou as providências de encerramento das atividades da missão especial, bem como os preparativos referentes à sua partida de regresso à Europa, marcada para dia 20 de abril daquele ano. Entretanto, em 8 de março de 1895, quando Rio-Branco se encontrava ausente de seu escritório, o general Cerqueira depositou sobre sua mesa de trabalho, em Washington, “*Relatório*” que havia redigido, cujo texto é reproduzido em anexo. Ao tomar conhecimento desse documento, Rio-Branco enviou ofício, datado de 11 de março, dirigido a Cerqueira, com o qual acusou recebimento e informou o general de que iria fazer copiar e registrar o “*Relatório*”, juntamente com seus anexos, para encaminhamento à Secretaria de Estado, acompanhado de “*outros documentos e de um ofício explicativo*”. Acrescentou que tomaria “*o cuidado de comunicar*” cópia desses documentos a Cerqueira. Na noite do mesmo dia 11, o general Cerqueira respondeu com carta em que “*exprimia queixas*”. Dessas, Rio-Branco já estava a par, mas se tratava da “*primeira vez*” que o general as “*manifestava*”.

Ocupado com o arranjo do arquivo e com o cumprimento de “*deveres de cortesia oficial e social*”, antes de sua partida definitiva de Washington, Rio-Branco acabou por não ter encontrado tempo para redigir o referido ofício. Pareceu-lhe, ainda, “*melhor reservar [o] trabalho para Paris, onde mais repousadamente [pudesse] fazer copiar ou fotografar os documentos, e onde, em outro meio, esperava poder entreter-[se] da matéria com o Sr. general, dissipando-lhe ressentimentos infundados e mostrando-lhe que, a seu ver, seria mais hábil e mais do seu interesse (o do general) modificar ou suprimir alguns trechos que mal aconselhadamente escreveu, e deixar de arquivar certos documentos que anexou a seu Relatório*”.

Ainda em março, Rio-Branco fez um registro em seu *Caderno de Notas* que abre curioso desenvolvimento do seu difícil relacionamento com Cerqueira. O registro revela o nome de outra pessoa, aparentemente também alvo de queixas do general. É o seguinte esse texto, escrito depois que Rio-Branco foi à casa de Cerqueira, no domingo, 17 de março, para: “... *falar sobre a bobagem do ofício [outro, cujo texto não foi recuperado] que o general ontem me passou, retificando um trecho inexato do anterior ofício. Pedi-lhe que corrigisse o trecho inexato dizendo o que quisesse (há no 1º ofício outras inexatidões menores) mas que o não fizesse assim por meio de 2º ofício evidentemente escrito com o propósito de ferir Cabo Frio porque este pensaria que eu o excitara a proceder assim (no 2º ofício o General diz que eu pedi a retificação), quando eu tenho feito sempre o papel de juiz de paz, dizendo-lhe que não deve atacar Cabo Frio. Concordou em fazer a emenda no primeiro ofício. Veremos se amanhã muda de novo de parecer. Voltei às 3 horas*”.

Ainda que tivesse visitado Cerqueira na mesma época em que recebeu o “*Relatório*”, não há prova conclusiva de que o objetivo da visita estivesse relacionado apenas àquele documento, pois diante do registro acima, é possível que tivesse sido aberta nova



frente hostil, por parte do general, desta vez direcionada contra o visconde de Cabo Frio.

Em 17 de abril, Cerqueira apareceu, inesperadamente, na residência de Rio-Branco, em momento em que esse entretinha “*um Secretário da legação do Brasil, bem como um estrangeiro*”. Como não havia ambiente para tratar do “*Relatório*”, antes de o general partir, Rio-Branco disse-lhe que desejava que pudessem conversar “*sobre os nossos negócios e lhe pedia que aparecesse para esse fim no dia seguinte*”. Cerqueira não apareceu.

Conforme planejado, Rio-Branco partiu de Nova York dia 20 de abril, com destino à Europa, onde foi receber em 2 de maio, já em Paris, carta de Cerqueira – cujo texto é transcrito abaixo:

*Hotel Washington  
Jersey City, NJ*

*20 de abril de 1895.*

*Ilustre Barão,*

*O Sr., há muitos dias, teve a gentileza de comunicar-me em carta oficial, que ia dirigir ao Governo um ofício, cujo fim era fazer observações sobre outro que escrevi ao Sr., cobrindo documentos para o arquivo da Missão. Na mesma carta o Sr., sempre atencioso e amável, prometeu mandar-me cópia daquele seu ofício.*

*Consta-me que ele está afinal concluído e como o Sr. parte hoje a 1 hora da tarde para a Europa é de crer que não tenha cumprido a sua promessa de remessa da cópia, porquanto até agora não recebi-a.*

*Como entretanto esta minha cartinha pode despertar-lhe o desejo de voltar ao prometido; (sic) declaro-lhe que a fiz somente com o fim de dizer-lhe que, estando dissolvida a Missão, nada mais*

*tenho com assuntos que lhe são relativos e que não tenho o mínimo interesse em conhecer as suas observações a respeito do meu ofício. Desejo-lhe boa viagem e muitas felicidades. Muito atentamente.*

DIONYSIO E. DE CASTRO CERQUEIRA

O “*Relatório*”, eivado de inverdades e meias verdades, foi redigido com o evidente propósito de atingir a reconhecida competência profissional, a dignidade e a honra de Rio-Branco, que deve ter sido surpreendido e ofendido ao mesmo tempo, ao tomar conhecimento de seu texto. O texto do *Relatório*, além de ofensivo, mal-avisado e irrefletido, não tinha cabimento, sob qualquer pretexto. Mas o que deve ter mais ofendido Rio-Branco, pessoa em que se aglutinavam as excelências de discrição, comedimento e cortesia às qualidades de excepcional profissional, era o descrédito que o *Relatório* lançava sobre sua capacidade em matéria ligada à condução da questão de arbitramento. Não é necessário lembrar, aqui, que Rio-Branco aliava à sua extraordinária competência diplomática invulgar conhecimento geográfico e histórico, não somente da questão específica com a Argentina, como também em relação a todas as demais questões territoriais, entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos. Pode-se afirmar, sem a menor hesitação, que seu conhecimento nessa área era superior ao de qualquer outro brasileiro na época – e, mesmo hoje, dificilmente alguém possuiria conhecimento tão abrangente e, ao mesmo tempo, tão minucioso sobre essa matéria. Portanto, as acusações rasteiras e levianas de pessoa com evidentes problemas de auto-estima e maldisfarçada inveja deve tê-lo afetado profundamente.

Certamente, Rio-Branco já devia contar com informações sobre todos os integrantes da missão especial, antes de partir da Europa para os Estados Unidos. Mesmo que não contasse com pormenores mais específicos sobre o general Cerqueira, ao

chegar a Nova York recebeu carta de Domício da Gama, amigo seu em quem depositava absoluta confiança. Nessa carta, enviada do Rio de Janeiro e datada de 28 de abril de 1893, Gama fez o seguinte comentário sobre o general: “... *que o Castro Cerqueira está lá mais para figurar de Ministro do que para tomar parte ativa...*”. O comentário de Domício da Gama encerrava, portanto, prenúncio dos potenciais problemas que Cerqueira seria capaz de criar, na missão especial. É provável que a carta de Gama tivesse sido escrita em resposta a outra que Rio-Branco lhe teria enviado, quando foi convidado para chefiar a missão especial, logo após a notícia da morte de Aguiar de Andrada. Provavelmente, Gama já sabia que iria integrar a missão especial. Como Rio-Branco desembarcou em Nova York, em 24 de maio, a carta de Gama deve ter-lhe chegado às mãos, logo em seguida.

É possível que Rio-Branco, ao regressar a Paris, já tivesse sido sondado quanto a convite formal que lhe seria feito, para que iniciasse pesquisas, no sentido de montar a defesa do Brasil, na questão de fronteiras com a Guiana francesa. Característico de seu método de trabalho, logo se viu mergulhado nessa nova missão, que implicava identificar as fontes de onde poderia obter as informações necessárias ao trabalho que lhe fora confiado. Seu tempo era consumido no estabelecimento de contatos novos, pesquisas históricas e geográficas, além de se ocupar das inúmeras providências para ajustar-se à nova realidade em que se encontrava (encerrar sua atividade anterior de 19 anos, como cônsul-geral em Liverpool; mudar-se para Paris; planejar a estratégia a seguir em suas pesquisas, procurar aproximar-se de diretores de bibliotecas e arquivos franceses; relacionar-se com colegas na legação do Brasil – chefiada por diplomata de relacionamento difícil; e identificar servidores franceses que pudessem ajudá-lo a ter acesso a documentos e mapas necessários para seu trabalho). Como se essa

carga não bastasse, Rio-Branco era o pai dedicado de cinco filhos, cujo desenvolvimento acadêmico acompanhava atentamente.

Diante desse quadro complexo e sobrecarregado, era normal que tivesse deixado de lado, temporariamente, a remessa à Secretaria de Estado do assunto do general Cerqueira, ainda em seu poder, sobretudo por acarretar a redação de documento paralelo – redação que acabou por resultar nas “*Observações sobre o Relatório de 8 de Março de 1895*”, trabalho extenso, manuscrito, do qual nos chegaram 96 páginas (de um total desconhecido, visto que há lacunas e a parte final parece ter-se extraviado). Ainda assim, pode-se imaginar a sua resistência em dividir, naquele período, seus esforços com assunto que lhe era “*sumamente penoso*”, que iria subtrair-lhe tempo precioso que precisava dedicar à sua missão difícil e de enorme responsabilidade. Nesse contexto, é compreensível que procurasse evitar perder tempo com assunto tão inútil e desditoso, como eram as queixas do Cerqueira.

A despeito do quadro acima, encontrou tempo para dirigir, em 20 de junho de 1895, carta para o ministro das Relações Exteriores, Carlos Augusto de Carvalho, pela qual levava, pela primeira vez, o assunto ao conhecimento da Secretaria de Estado. Nessa carta informou que o “*Relatório*” se encontrava sob sua guarda, à espera de que os desenhos geográficos que o acompanhavam fossem reproduzidos em Paris, pois assinalou que necessitava conservar cópia de todo o material em seu arquivo. Concluiu por informar que esperava poder, “*dentro de uma semana*”, encontrar tempo para ocupar-se do ofício explicativo que preparava e enviá-lo à Secretaria de Estado. É o seguinte o texto da referida carta:

Paris, 20 de Junho [de 1895]

Sr. Ministro

*Julgo do meu dever nesta ocasião participar a V. Ex<sup>a</sup> que no mês de Março último o Sr. General Castro Cerqueira mandou-me entregar, em Washington, um relatório dos serviços que prestou na missão especial, acompanhado de duas séries de notas que, em abril de 1893, remeteu ao advogado Ivins para o trabalho que suspendi à minha chegada, e de vários outros documentos, entre os quais os trabalhos de desenho geográfico que executou e a relação das cópias de mapas e manuscritos que levou da Espanha quando regressou da missão que lhe confiei. Todos os serviços do sr. general, que me pareceram dignos de nota, estão mencionados em diferentes officios que oportunamente dirigi ao Governo, mas ele entendeu dever incorporá-los em um Relatório, acrescentando documentos que, pela maior parte, eu já tinha remetido por cópia à Secretaria.*

*Não pude expedir de Washington o citado Relatório, porque era preciso acompanhá-lo de um officio, completando as informações do autor, explicando alguns pontos pouco claros e retificando outros em que há equívoco, segundo o meu Diário particular e outros documentos que possuo. Assuntos mais urgentes me impediram de cumprir até agora esse dever, e com a presente carta tenho por fim informar a V. Ex<sup>a</sup> de que está sob a minha guarda o Relatório em questão; que neste momento estão sendo reproduzidos os trabalhos de desenho geográficos que o acompanham, e de que preciso conservar cópia no meu arquivo, e que na próxima semana espero ter tempo para poder ocupar-me do officio explicativo e de remessa.*

*Tenho ainda em meu poder vários documentos do arquivo, mencionados no final do ofício número 35, dos dirigidos à 1ª seção, e conto em breve poder remetê-los à Secretaria.*

*Tenho a honra de subscrever-me, com a mais alta consideração,  
Muito atento Venerador e criado obediente e grato,*

*De V. Ex<sup>a</sup>*

*(ass.) Rio-Branco*



Mas a crescente carga de trabalho obrigou-o a continuar a pôr de lado o caso do Cerqueira, e, em consequência, o assunto caiu em esquecimento temporário ou foi simplesmente posto de lado, por falta de tempo. Assim, passaram-se quatro meses, até que Rio-Branco pôde, finalmente, dedicar-se a finalizar suas “*Observações*”, com a intenção de encaminhá-las à Secretaria de Estado, juntamente com a volumosa documentação anexada. Em 20 de outubro daquele ano, concluiu seu ofício, que era endereçado ao diretor-geral da Secretaria de Estado (Joaquim Thomaz do Amaral, visconde de Cabo Frio). No ofício, Rio-Branco anunciou que iria expedir naquele dia “*os volumes de correspondência que ainda estavam em [seu] poder, entre os quais um especial contendo o “Relatório”, juntamente com as [suas] observações e os documentos anexos*”.

Contudo, mais uma vez, houve atraso involuntário, dessa vez causado por circunstâncias fortuitas: ao receber o material, já muito tarde, Rio-Branco verificou que a colocação dos anexos estava errada, pois encontravam-se “*trocados alguns dos [seus] pelos do relatório, e vice-versa*”. Foi, assim, necessário adiar a expedição.

A esse atraso adicional, mais adiante somou-se outro, desta vez causado depois de Rio-Branco ler jornais<sup>1</sup> do Rio de Janeiro, segundo os quais viu “*referidos com pouca fidelidade certos incidentes da missão que [lhe] esteve confiada em Washington*” e entendeu que “*era preciso considerar o assunto por outras faces, e acompanhar o Relatório de explicações mais completas*”.

A redação das “*Observações*” acabou por levar muito mais tempo do que previsto. Em seu texto, Rio-Branco chega a se referir a eventos ocorridos em novembro de 1898, o que leva a crer que seu encaminhamento à Secretaria de Estado possa ter-se dado no curso de 1899. Os documentos, como se encontram no Arquivo Histórico, não revelam a data em que as “*Observações sobre o Relatório de 8 de Março de 1895*”, juntamente como o *Relatório* de Cerqueira e o conjunto de anexos de ambos, foram recebidos na Secretaria de Estado.

Em suas “*Observações*”, Rio-Branco analisa os pontos abordados por Cerqueira (e os rebate de maneira peremptória), ainda que tivesse de recorrer, em grande parte, à sua memória, para reconstituir fatos ocorridos entre 1893 e 1895. Ajudou-o a prática de conservar, rigorosamente, cópia de correspondência oficial (recebida e expedida) que havia tramitado por seu intermédio. Guardava, ainda, anotações e bilhetes, além dos preciosos *Cadernos de Notas*, que refletiam a sua vida pessoal e oficial. Mesmo que o trabalho sobre a questão com o Cerqueira versasse sobre matéria sem maior importância, Rio-Branco dedicou-lhe sua habitual atenção e cuidado, e demonstrou, mais uma vez, sua extraordinária capacidade de síntese e evocação de argumentos que fundamentavam factualmente sua contestação dos pontos levantados pelo general. O texto das “*Observações*” revela redação

---

1 Domingos Olympio Braga Cavalcanti, cunhado do general Cerqueira, e que havia, igualmente, integrado a missão especial em Washington na qualidade de consultor, era escritor e jornalista; escrevia no Rio de Janeiro, para os seguintes jornais: *O Comércio*, *Jornal do Comércio*, *Correio do Povo*, *Cidade do Rio*, *Gazeta de Notícias* e *O Globo*.

apressada, com pequenas variações na grafia de nomes de rios, provavelmente decorrente da irritação que lhe trazia perder tempo com assunto que lhe era “*sumamente penoso*”.

Não foram encontrados documentos que comprovassem a repercussão que as “*Observações*” possam ter tido, uma vez conhecido seu conteúdo na Secretaria de Estado. Quanto a Cerqueira, não há prova de que tenha visto o trabalho, durante sua gestão à frente da pasta das Relações Exteriores, sobretudo diante da incerteza da data do recebimento do trabalho, pois é possível que as referências a novembro de 1898 no texto levem a crer que tivesse sido recebido já na gestão de Olyntho de Magalhães, que substituiu Cerqueira como ministro das Relações Exteriores. Contudo, na eventualidade de o general Cerqueira ter chegado a ler as “*Observações*”, certamente teria ficado incomodado, pois a argumentação de Rio-Branco é irrefutável e desmonta as fracas alegações contidas no seu “*Relatório*”.

Seria de se imaginar que o material enviado por Rio-Branco tivesse atingido negativamente a reputação de Cerqueira, sobretudo depois do registro de que “*haveria o propósito de ferir* (o visconde de) *Cabo Frio*”. Contudo, mesmo que circunstâncias políticas tivessem levado a que Cerqueira viesse a assumir a pasta das Relações Exteriores, cargo que ocupou de 1º de setembro de 1896 a 15 de novembro de 1898, caso o material tivesse chegado durante sua gestão, teria havido forte reação à sua pessoa, por parte do Visconde do Cabo Frio.

Como se pode imaginar da parte de pessoa que guardava tamanho ressentimento contra Rio-Branco, o relacionamento entre o novo ministro e o chefe da Comissão de Limites com a Guiana Francesa, residente na época em Paris, se refletiu no clima que perdurou por mais de dois anos, até que Olyntho de Magalhães assumisse a pasta das Relações Exteriores, convidado pelo novo



presidente-eleito, Campos Salles, para integrar sua equipe de governo.

Durante a permanência de Cerqueira à frente do ministério das Relações Exteriores, a correspondência oficial enviada de Paris por Rio-Branco foi reduzida ao estritamente necessário e aquela que Cerqueira lhe dirigia como ministro revelava iniciativas capciosas, pequenas chicanas e dificuldades desnecessariamente criadas. Esse estado de coisas contrastava fortemente com o relacionamento de Rio-Branco com o ministro anterior, Carlos Augusto de Carvalho, relacionamento que foi dos mais felizes, respeitosos e profícuos, entre um ministro das Relações Exteriores e um Enviado Extraordinário, em questão de enorme complexidade e importância para o país. Felizmente, a empatia sentida por Carlos de Carvalho por Rio-Branco era compartilhada pelo presidente Prudente de Moraes, que, embora ignorasse a existência de animosidade de Cerqueira por Rio-Branco, manifestou surpresa em ocasião em que a dificuldade de relacionamento entre os dois foi levantada por Gabriel de Piza, durante audiência com o presidente que lhe pediu que, logo que regressasse ao seu posto em Paris, assegurasse Rio-Branco de seu irrestrito apoio, bem como que ele, Prudente de Moraes, o considerava a única pessoa capaz de levar a causa brasileira a bom termo.

O “*Relatório*” não constituiu o único motivo de censura que Rio-Branco mantinha, com relação ao caráter e à competência de Cerqueira. Depois de se tornar ministro das Relações Exteriores em setembro de 1896, continuou o general a espalhar bravatas provocativas contra Rio-Branco, sempre que a ocasião se apresentasse. Assim, em 22 de janeiro de 1897, Rio-Branco registrou em seu *Caderno de Notas*: “... Às 11 da manhã esteve aqui o Roberto de Mesquita, correspondente do *Jornal do Comércio* ... e entregou-me este telegrama de José Carlos Rodrigues: – ‘Diga Rio Branco Ruy (Barbosa) será convidado missão questão missão Amapá

*Dionysio intriga.’ – Dionysio Cerqueira é capaz de tudo, mas creio que Rodrigues nesta ocasião se engana; que Ruy Barbosa é convidado para a missão especial em Paris, reservada para mim e para Itajubá, e não para a missão especial perante o Árbitro”.*

Em maio de 1897, Cerqueira proporcionou nova oportunidade para severas críticas por parte de Rio-Branco, que registrou em seu *Caderno de Notas*, depois que o general assinou o tratado de arbitramento de 10 de abril de 1897, que havia negociado diretamente no Rio de Janeiro, com o representante francês. Em 28 de maio, Rio-Branco escreveu o que, provavelmente, foi a mais contundente crítica ao general: depois de terem chegado “jornais do Brasil, ... no **Paiz** de 12 (de abril) li a íntegra do tratado de arbitramento de 10 de abril, negociado pelo General Cerqueira com o Ministro de França Stephen Pichon. O pobre do general deixou-se lograr completamente. O tratado não faz referencia alguma ao artigo 10º do Acordo de Viena, que revalidou o 8º de Utrecht. O Governo francês poderá assim argumentar com o caduco tratado de Amiens, de 1802. Em vez de um Árbitro, vamos ter vários, i.é, o “Governo Suíço”. Votarão, portanto, todos os membros do Conselho Federal, que formam o Governo, e votarão, sem que tenham pessoalmente estudado a questão, regulando-se sem dúvida por considerações políticas. Opinei contra um tribunal arbitral, preferindo a responsabilidade de um só árbitro. Vamos ter coisa pior que um tribunal. O Governo Suíço poderá decidir as nossas questões como quiser, pois a mais ampla liberdade lhe é dada. Não são fixadas regras para a decisão. A questão do limite interior é exposta no artigo 2º com a maior ineptidão. O general declara que o limite estabelecido pela Convenção de 1817 (o paralelo de 2º 24’) é limite provisório, quando nos meus ofícios sustentei que devíamos defender essa linha como definitiva. O pior ainda é que declara que o limite interior foi em parte reconhecido provisoriamente na Convenção de 1817. Ora o limite do paralelo de 2º 24’ N. ia terminar, segundo a Convenção de 1817, em 322º. E da Ilha de Ferro (58.30 W. de Paris),

*portanto em território da Guyana Holandesa. Se o limite interior foi então reconhecido em parte, é que ia ainda mais para Oeste. A França há de tirar partido desta declaração. Todo o sistema de defesa que eu preparava para defesa do território fica destruído pela estupidez com que este ignorante apresentou a questão. Pobre terra que tem por Ministro das Relações Exteriores em ocasião tão solene um palerma como este Dionysio!”*

No mesmo dia, registrou, ainda: “Estive na Legação com Olyntho (de Magalhães) e depois com (Gabriel de) Piza, que está doente em casa. Conversamos sobre o Tratado. Disse-me o Piza que pessoa chegada do Rio falou-lhe do Domingos Olympio e do General. Segundo este informante, Domingos Olympio andou trabalhando para ser encarregado da defesa desta questão perante o Árbitro. O informante disse a Piza que Domingos Olympio é um grande tratante. Já sabíamos disso por gente do Pará: o atual Governador Paes de Carvalho que o qualifica de bandido, o senador Justo Chermont, o deputado Montenegro e outros”.

Em novembro de 1898, Rio-Branco registrou ter enviado ao **Temps** artigo “em resposta à correspondência do Rio da ‘Politique Coloniale’ (molecagens e intrigas do Domingos Olympio no **Jornal do Brasil** de 15 e 21 de setembro)”. E, ainda, em 30 de novembro de 1898, Rio-Branco registrou: “Recebi carta de [Sousa] Corrêa de ontem, trancrevendo uma do J[osé] C[arlos] R[odrigues]: ‘V. Havia de ter visto os inconvenientes A PEDIDOS do Dom[ingo]s Olym[pio] no **Jornal do Brasil** sobre a missão especial à Guyana Francesa ... O fato é que Dom(ingo)s Olympio e a esposa asseguravam a todos que irão. Mas apesar de ter o Ministro feito questão disto, o Prudente declarou firmemente que só nomearia os que foram propostos pelo Paranhos.’” O “Ministro” no caso ainda era o Cerqueira, substituído por Olyntho de Magalhães em 15 de novembro de 1898. Mas a defasagem cronológica era devida ao tempo para a correspondência (tanto a oficial como particular, assim como jornais ou encomendas)

chegar à Europa. Um período de 20 a 30 dias era o tempo padrão de trânsito de documentos. Mais uma vez, registra-se a associação de Olympio e Cerqueira contra Rio-Branco que, felizmente, contava com o apoio irrestrito do presidente Prudente.

O relacionamento entre Rio-Branco e Cerqueira piorou a tal ponto durante o ano de 1898 que houve interrupção de quase sete meses (entre março e agosto) de correspondência de Berna. Dois despachos (de 7 de fevereiro e 5 de março) não tiveram seu recebimento acusado. A correspondência oficial só foi retomada por Rio-Branco em 11 de agosto, e assim mesmo para acusar recebimento da notícia da troca das ratificações do Tratado de Arbitramento, realizado em 6 de agosto, notícia essa de que tomou conhecimento, indiretamente, através da legação em Paris. É verdade que o texto do despacho-telegráfico que Cerqueira dirigiu a Piza sobre esse assunto, terminava com a instrução de “... *comunicar* [a] *Rio-Branco*...”. Mas, escolhido para defender a causa brasileira, seria essencial que Rio-Branco fosse informado da ratificação, diretamente pelo ministro do Exterior, sobretudo por já se ter entrado no período de contagem de tempo referente a prazos rigorosos, quanto à entrega das Memórias de ambas as Partes e, no caso da brasileira, a que ele, Rio-Branco, estava incumbido de redigir. Portanto, à comunicação lacônica – e descortês – de “... *comunicar Rio-Branco* ...”, soma-se a falta grave profissional de deixar de, necessariamente, informar o representante brasileiro do quadro de contagem de prazos. Rio-Branco reagiu com mal-disfarçado ressentimento, no ofício datado de 11 de agosto, e em outro, de 5 de setembro, em que acusa recebimento não somente dos despachos-verbais mencionados acima (de 7 de fevereiro e 5 de março), como também faz referência a acordo reservado que Cerqueira havia concluído diretamente com o representante francês e mediante o qual se manteria ordem no território neutralizado, durante o arbitramento – e sem jurisdição.

O texto desse acordo não foi, propositadamente, comunicado a Rio-Branco, que manifestou seu desprazer e recorreu à prática inusitada de solicitar a seu ministro das Relações Exteriores que pedisse (em seu nome, Rio-Branco), ao Presidente da República, que autorizasse seu ministro (Cerqueira) a lhe enviar cópia do acordo. O ressentimento infundado de Cerqueira o havia levado a agir de maneira completamente inapropriada, pois negar o texto de acordo de que Rio-Branco deveria necessariamente ter conhecimento, por se tratar de questão pertinente à Memória que ele se encontrava a redigir, reflete um estado mental de pessoa que beirava à irracionalidade. A forte ironia de Rio-Branco de incluir em seu ofício a frase “ ... *pela confiança com que V. Ex<sup>a</sup> me honra ...*”, em oração em que se refere a “*acordo de que preciso ter conhecimento antes de terminado o prazo destinado à preparação de nossa Memória*” reflete a que ponto havia chegado o relacionamento entre o ministro e seu enviado especial, para levar pessoa de comedimento exemplar como Rio-Branco a utilizar tais expressões em correspondência oficial. Felizmente, dois meses depois, em 15 de novembro, assumiu a Presidência da República Campos Salles, e o novo ministro das Relações Exteriores, Olyntho de Magalhães, equacionou com rapidez o problema que Cerqueira havia criado para Rio-Branco, pessoalmente, bem como para a defesa do Brasil, na questão com a França.

Há outros episódios de caráter negativo que Rio-Branco registrou, com relação a Cerqueira. Não se tratava de má vontade ou demonstração infundada de aversão ou prevenção, sentimentos que Rio-Branco nunca deu sinais de nutrir, nos registros transcritos neste trabalho. Cada crítica que dirigia tanto a Cerqueira, como a Domingos Olympio – e mesmo a poucas outras pessoas das mais variadas procedências – sempre era justificada com motivação fundamentada.

Para concluir este “Breve Histórico”, cabe lembrar a ironia da situação incoerente e irracional que Dionysio Cerqueira criou para si próprio. Ainda que fosse ministro do Exterior, não sabia separar seus ressentimentos pessoais distorcidos do alto cargo que ocupava. É surpreendente que não tivesse pelo menos a inteligência necessária, o bom senso e o discernimento suficiente para perceber que, ao espezinhar, menosprezar e procurar rebaixar Rio-Branco, estava na realidade a fazer o possível para livrar-se da única pessoa capaz de garantir o êxito da questão mais importante de sua pasta, importância que só cresceu, durante toda a sua gestão à frente do ministério das Relações Exteriores.

A. J. SANTOS



## 1ª PARTE

### **Relatório que o general Dionysio Cerqueira dirigiu a do Rio-Branco, então encarregado da Missão Especial do Brasil nos Estados Unidos da América.**

Missão Especial do Brasil nos Estados Unidos da América.

Washington, 8 de Março de 1895.

Sr. Ministro.

1.<sup>2</sup>No período que decorreu do dia 25 de Março de 1893, em que faleceu o Barão de Aguiar de Andrada, antecessor de V. Ex<sup>a</sup>, até o dia 24 de maio do mesmo ano, data da chegada

---

2 A numeração de parágrafos foi introduzida a lápis vermelho por Rio-Branco, para facilitar a sua identificação, em linha com as anotações manuscritas correspondentes.

de V. Ex<sup>a</sup> a New York, estive interinamente na direção dos trabalhos da Missão Especial na minha qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

2. Nesses dois meses tive de corresponder-me por escrito e conferência verbalmente aqui em Washington e em New York com o Sr. William M. Ivins, que fora contratado pelo Governo para servir de advogado em nosso pleito perante o árbitro. O Sr. Ivins recebera do finado Barão de Aguiar de Andrada a incumbência de organizar e redigir uma exposição do nosso direito para ser levada com o Memorandum redigido na Secretaria do Exterior, e outros documentos à presença do Presidente Cleveland.

3. O finado chefe da Missão Especial depois de conhecer alguns documentos novos entre os quais citava o Mapa das Cortes, resolvera dirigir-se ao Governo no sentido de ser retirado do pleito aquele Memorandum que se tornara incompatível com o novo aspecto da questão de limites. Mais tarde ele manifestou aos Secretários Drs. Olyntho de Magalhães e Braga Cavalcanti, assim como a mim a intenção de assumir a responsabilidade de não entregar ao Presidente Cleveland aquele trabalho, caso não fosse atendido o seu pedido.

4. Não estando também de acordo, em alguns pontos essenciais, com o Memorandum, conforme manifestei-me ao Governo em ofício de 6 de Abril de 1893 ao Ministro das Relações Exteriores, julguei a meu dever durante a interinidade enviar ao Sr. Ivins algumas notas ligeiras sobre a questão de limites com o fim de chamar a sua atenção para argumentos que me pareciam de importância, e que deveriam ser estudados, discutidos e desenvolvidos nas nossas conferências verbais. Da 1<sup>a</sup> série dessas notas, do n<sup>o</sup> 1 a 30, foi entregue a V. Ex<sup>a</sup> cópia em inglês, no dia 25 de maio de 1893,

imediatamente ao da chegada de V. Ex<sup>a</sup> a New York, pelo Secretário da Missão, Dr. Domingos Olympio Braga Cavalcanti.

5. Ainda em vida do Barão de Aguiar de Andrada, o Sr. Dr. Salvador de Mendonça, nosso Ministro neste país, recebeu um catálogo de uma livraria de Leipsig (sic), onde havia grande número de documentos sobre a América Meridional e que pertenceram à coleção de Tschudi. O finado chefe da Missão Especial, de acordo comigo, incumbiu o Sr. Mendonça de mandar vir alguns manuscritos e impressos assim como grande número de mapas que nos pareceram úteis à nossa questão.

6. Quando chegou a encomenda, o Barão de Aguiar de Andrada já havia falecido e a mim coube recebê-la. Era preciosa coleção de mapas de Tschudi, e, depois de examiná-los, enviei alguns ao Sr. Ivins, para que mandasse gravá-los na *American Bank Note Company*, que já estava encarregada de gravar outros que conosco vieram do Brasil.

7. Ao arquivo da Missão Especial faltam não só as referidas notas ao Sr. Ivins como também as cartas que ele me dirigiu nessa época da minha interinidade, e mais alguns outros documentos que me são relativos. Para que não haja tal lacuna da qual seria eu o único responsável, e também para ser agradável a V. Ex<sup>a</sup> que, em New York, manifestou-me o desejo de possuir a minha correspondência com o Sr. Ivins, cumpro, em tempo ainda, o dever de remeter a V. Ex<sup>a</sup>, anexas a este ofício, cópias de tudo que me foi possível reunir. As notas ao Sr. Ivins e as suas cartas a mim vão anexas sob os n<sup>os</sup> 1 e 2.

8. Por não parecer-me então necessário, deixei de entregar a V. Ex<sup>a</sup> a relação detalhada dos documentos que encontrei nos arquivos de Espanha, assim como um breve resumo de trabalhos por mim executados, de motu-próprio (sic) e por



minha iniciativa, durante o tempo que tive a honra de servir a V. Ex<sup>a</sup>.

9. Antes da minha partida para a Europa, em Novembro de 1893, em busca de documentos para a questão de limites, V. Ex<sup>a</sup> dignou-se de dar-me, como instruções, uma relação dos documentos, que julgava necessários. Alguns já haviam sido obtidos e remetidos a V. Ex<sup>a</sup> pelo Sr. Xavier da Cunha, nosso Ministro em Madrid, o qual, sempre interessado e solícito, muito bom (sic) serviços prestou à Missão Especial. Outros foram enviados de Madrid por mim a V. Ex<sup>a</sup> e o maior número e de maior importância entregue pessoalmente quando voltei a New York.

10. Anexas sob o n<sup>o</sup> 3 vão as instruções de V. Ex<sup>a</sup>, e sob o n<sup>o</sup> 4 a relação dos documentos que coube-me a fortuna de descobrir em minhas pesquisas muitos (sic) dos quais foram julgados por V. Ex<sup>a</sup> na sua Exposição, de grande importância, e cuja existência não era então suspeitada.

11. Dos trabalhos executados por mim, por iniciativa própria, e que mereceram a honra da aprovação de V. Ex<sup>a</sup> vão: sob o n<sup>o</sup> 5 – uma série de 14 mapas, reduzidos à mesma escala para estudos comparativos, e mais dois mapas, também reduzidos, de Sanson e De l'Isle, sob o n<sup>o</sup> 6. Estes mapas, assim como outros, foram reduzidos depois, na casa Julius Bien, pelo processo mais perfeito de fotogravura.

12. Sob o n<sup>o</sup> 7 anexeí outra série de 6 cópias de mapas comparados dois a dois e reduzidos à mesma escala; os originais dessas cópias, e mais 4 que não foram utilizados presumo estarem em poder de V. Ex<sup>a</sup>.

13. Sob o n<sup>o</sup> 8 vai uma planta do território que esteve em litígio, na escala de 1:250,000 dividida de modo a facilitar a avaliação da respectiva área. Este trabalho foi também confiado ao

Sr. Contra-Almirante Guillobel, que o desempenhou. Nem o meu, nem o dele foi utilizado na Exposição, sendo preferida a avaliação feita na Europa.

14. Além dos referidos mapas anexos, sob o nº 7, V. Ex<sup>a</sup> deve possuir os originais de algumas que fiz também de motu-próprio, para ilustrar as instruções do vice-rei Vertiz, e que vem no altas das plantas reduzidas; assim como outros mapas.

15. A pedido de V. Ex<sup>a</sup>, entreguei-lhe em New York um estudo sobre o Mapa das Cortes, com a superposição do mapa das Costas do Brasil, segundo as cartas de Moncluz, com a projeção do território que esteve em disputa. A superposição feita não compreendeu a parte setentrional do Brasil e a região ao Oriente do Pepiry-Guassú, como no trabalho do Sr. E. Levasseur, e não foi utilizado por V. Ex<sup>a</sup>.

16. Ajunto sob o nº 9 cópia da carta que dirigi em Madrid ao Sr. Xavier da Cunha, manifestando-lhe o meu agradecimento pelos bons serviços prestados à Missão Especial e a mim individualmente.

17. Sob o nº 10 também anexeí cópias do telegrama que V. Ex<sup>a</sup> expediu-me de Paris, no dia 2 de Maio de 1893, da resposta mandada por mim no dia 3, e da carta que V. Ex<sup>a</sup> dignou-se de dirigir-me com data de 11 do mesmo mês.

18. Sinto muito não ter tomado notas e lamento que por minha culpa fique o nosso arquivo privado de mais alguns dados necessários para a história da Missão que V. Ex<sup>a</sup> acaba de desempenhar com tanta glória para si.

19. Prevaleço-me da oportunidade para renovar a V. Ex<sup>a</sup> a significação da minha mais distinta estima e consideração.

(ass.) DIONYSIO E. DE CASTRO CERQUEIRA

Ex<sup>a</sup> Sr. Barão do Rio-Branco,

Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil



## ANEXO N° 1

### Ao Relatório do Genl. Cerqueira

Algumas notas sobre a questão de limites com a República Argentina, organizadas para chamar a atenção do Sr. William M. Ivins, advogado contratado pelo Governo; no período que decorreu entre a morte do Barão de Aguiar de Andrada em 25 de março de 1893 e a chegada do Sr. Barão do Rio-Branco à New York, no dia 24 de maio do mesmo ano. Estas notas foram feitas pelo General Dionysio E. de Castro Cerqueira, em abril de 1893, quando esteve interinamente na direção dos trabalhos da Missão Especial, na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

NB. – Acrescento a estas notas outras do Sr. General ao mesmo advogado no meu anexo N° 1.

Devo aqui repetir o que declarei em nota marginal ao § 4° do Relatório do Sr. General Cerqueira: – “Com essas notas ao Sr. Ivins nada tenho que ver, porquanto o que fiz, logo ao chegar, foi declarar a esse advogado que eu faria o trabalho que lhe fora confiado; e dias depois arrecadei todos os documentos do arquivo da Missão que estavam em N. York em seu poder. Devo ainda declarar que a minha argumentação foi muito diferente da que o Sr. General adotou nestas notas a Ivins ...



## 2ª PARTE

### Observações de Rio-Branco sobre o Relatório de 8 de março de 1895

Notas manuscritas de Rio-Branco, sempre à margem esquerda do texto original (copiado por Rio-Branco de próprio punho).

1. Anotação (ao lado do final do § 3): *“Aguiar de Andrada nunca disse que seria capaz de tal ato de indisciplina e revolta, consultando o Governo e desobedecendo, – ele representante do Governo, – à ordem que recebesse em resposta à consulta. Havia de executá-la ou pedir demissão. O que disse, segundo me informaram o próprio Sr. General Cerqueira em 1893, – quando a sua memória estava mais viva pela proximidade dos tempos, – e os Srs. Olyntho de Magalhães e Domingos Olympio, foi que, quando submetesse ao exame do Governo a Memória, baseada em novos documentos, que o advogado Ivins estava escrevendo, pediria licença para apresentar somente esse trabalho, e, se não tivesse tempo para mandar ao Rio a Memória e fazer a consulta, tomaria a responsabilidade de apresentá-la. RB”.*

2. Anotação (ao lado do final do § 4): *“Com essas notas ao Sr. Ivins nada tenho que ver, porquanto o que fiz, logo ao chegar, foi declarar a esse advogado que eu faria o trabalho que lhe fora confiado; e dias depois arrecadei todos os documentos do arquivo da missão que estavam em N. York em seu poder. Devo ainda declarar que a minha argumentação foi muito diferente da que o Sr. General adotou nestas notas, a Ivins. Completo a série de notas que S. Ex<sup>a</sup> deu a Ivins, apresentado no anexo nº 1 às “Observações sobre o relatório” com outros apontamentos seus da Rel[ação](?) Esp[ecial](?) para o mesmo advogado. RB”.*

3. Anotação (ao lado do final do § 5): *“No anexo nº 2 às “Observações sobre o Relatório”, apresento uma cópia da conta*

*do livreiro de Leipzig, e uma relação das aquisições feitas. Um ou outro livro desse catálogo tinha pertencido a Tschudi, mas os mapas nunca pertenceram a esse naturalista. RB”.*

4. Anotação (ao lado do final do § 6): *“Enviou quatro desses mapas ao Sr. Ivins: dois eram bons, e eu já os tinha mencionado de Paris ao Governo; os outros dois, pus de lado porque entendi que nada provavam (Veja o meu anexo nº 2). RB”.*

5. Anotação (ao lado do início do § 7): *“Faltavam os apontamentos dados pelo Sr. General Cerqueira ao advogado Ivins, mas não faltavam as cartas de Ivins. RB”.*

6. Anotação (ao lado do final do § 7): *“Só pedi cópia das cartas dirigidas ao advogado Ivins. RB”.*

7. Anotação (ao lado do final do § 8): *“Sinto muito ter de contestar esse motu próprio, ou essas iniciativas, mas tenho boa memória, estou muito certo de que a do General não lhe é fiel neste [ilegível]. RB”.*

8. Anotação (ao lado do início do § 9): *“Viagem empreendida a meu pedido. RB”.*

9. Anotação (ao lado do início do § 10): *“Esses apontamentos ou notas, entregues por mim ao Sr. General no dia 10 de Novembro de 1893, já estavam registrados no Livro dos Reservados, páginas 106 a 113, muito antes de receber eu este Relatório. RB”.*

10. Anotação (ao lado do fim do § 10): *“Ex<sup>to</sup>. Alguns de grande valor, isso mesmo, e muito mais, já tinha eu dito ao Governo em ofícios de 28 de Novembro de 1893 (Res[ervado] nº 8 1<sup>a</sup> Seção), 5 de Dezembro (4<sup>a</sup> Seção, nº 12), e 31 de Dezembro do mesmo ano (Ost[ensiv]o, 2<sup>a</sup> Seção, nº 34 A[nexo]).*

11. Anotação (ao lado do início do § 11): *“Todos os trabalhos mencionados nos §§ 11 a 15 deste Relatório foram feitos pelo Sr. General a pedido meu [trecho ilegível] foz do Pepiry [ilegível] e*

*do curso do Iguassú foram feitos por proposta sua [ilegível] aceita por mim. RB”.*

12. Anotação (ao lado do início do § 12): *“Essas reduções não iniciadas na [ilegível], foram por mim solicitadas, com o ofício n° 15, 2ª Seção, [ilegível] de Nov. 93”.*

13. Anotação (ao lado do início do § 12): *Também [ilegível] dos comparativos litogravados pela American Bank Note Co., foram anexas à Nota citada Confi[dencia]l de 9 de Nov. 1893. Os que aparecem no Tomo V da Exposição não são cópias das do Sr. Gen[era]l, são outras executadas seg[undo] as m[inh]as instruções pelos cartógrafos Julius Bien . RB”.*

14. Anotação (ao lado do início do § 13): *“Discordavam os resultados. Preferi dar o obtido por M. Perron que trabalha para a Geog. Universelle de Elisée Reclus. Foi este quem encarregou o Perron de fazer o trabalho que nada consta foi referir [ilegível] à carta a despesa não excederia de uns 50 francos”.*

15. Anotação (ao lado do início do § 14): *“Sou obrigado ainda desta vez a contestar em parte o moto-proprio. Vej[a] as minhas informações nos anexos e nos N°s 9, 10 e 11 à minhas Observações [ilegível]”.*

16. Anotação (ao lado do início do § 15): *“Este trabalho foi executado a pedido meu e segundo as indicações muito precisas que lhe dei (ass[inado] Rio-Branco)”.*

17. Anotação (ao lado do início do § 16): *“Anotação manuscrita de Rio-Branco: Já tinha sido muito elogiado, de ofício e em carta, e pelo telegrama por mim. RB”.*

18. Anotação (ao lado do início do § 17): *“Documentos já devidamente registrados nos livros competentes e do que cópias do telegrama [ilegível] que dirigi de Paris ao Sr. General e da sua resposta foram por mim remetidas à Secretaria anexas ao meu ofício de 28 de Maio de 1893, Ostensivo, n° 8, 1ª Seção. RB”.*

NOTA:

Ainda que o extenso texto dessas “*Observações*” esteja acessível na fonte citada abaixo, penso que sua transcrição aqui (ou, pelo menos o que nos chegou do seu texto, ao longo desses 127 anos) se justifica por possibilitar ao leitor acesso direto a documento de grande riqueza de informações, que contribuem para esclarecer diversos pontos entremeados cronologicamente com o presente trabalho. Tenho presente, é claro, que a matéria diz respeito a questão ligada a arbitramento realizado anteriormente, mas que, por ter atravessado o espaço intermediário entre as duas questões e retomado seu caráter agressivo no meio da fase do novo arbitramento com ele se confunde. As repercussões do que teve início em 1895, nos textos que se prolongam até final de 1898, justificam a transcrição dos textos, tanto do “*Relatório*” como das “*Observações*”, nesse trabalho. Assim, foram incluídos neste volume de anexos, e o leitor poderá julgar para si a procedência ou não da desavença iniciada pelo general Dionysio Cerqueira, desavença que contaminou o processo de arbitramento anterior e contaminou aquele entre o Brasil e a França.

Inicialmente, cabe lembrar que se trata – ao que me consta – da primeira vez que o texto das “*Observações*” são transcritas, o que em si é justificativa suficiente para incluí-las neste trabalho. Estou convencido disso, depois da longa associação que tive com textos de Rio-Branco, quer em suas obras de peso, como as Memórias, ou nas notas, ofícios, memorandos e demais documentos oficiais, ou, até, em suas cartas e, mesmo, em meras anotações e simples bilhetes. Igualmente, o que registrou em diário, conhecido como Cadernos de notas, é importante e contribui para melhor interpretar o contexto cronológico por que passava esse extraordinário estadista.

Além disso e mais objetivamente, as “*Observações*” põem à disposição de estudiosos novas perspectivas sobre a questão

de limites com a Argentina, vistas aqui no contexto de diferente enfoque quanto à abordagem daquela importante missão. O profundo conhecimento de matéria por parte de Rio-Branco compensou pelo curto tempo de que dispôs para se preparar, em decorrência da repentina morte do barão Aguiar de Andrada, e representa mais um exemplo de sua extraordinária habilidade diplomática. Postas lado a lado com a “*Exposição*”<sup>3</sup> submetida ao presidente Cleveland, oferecem essas “*Observações*” singular oportunidade para estudar os métodos de trabalho de Rio-Branco, com relação à sua abordagem da questão e complementam de maneira indireta diversos pontos levantados no trabalho oficial, encaminhado ao árbitro.

Mas existe outra razão para essa transcrição: a de aproveitar para revelar, dentro de seu desenrolar cronológico, a intriga montada contra Rio-Branco pelo general Dionysio Cerqueira, com o propósito de atingir-lhe a reputação, ao procurar oficializar alegações falsas, provavelmente motivadas pelo contraste que o trabalho de Rio-Branco lançava sobre a curta atuação interina do general. Além de sustentar comportamento que beirava à indisciplina, ao descumprir ostensivamente as instruções de Rio-Branco, por ocasião da missão de pesquisas que foi mandado realizar em Portugal e Espanha, o general Cerqueira não se conformou com o desmonte da linha de ação que montou, durante sua interinidade. O contraste entre os dois modos de encaminhar a questão – entre aquele de Rio-Branco, que levou a laudo favorável ao Brasil e aquele do general, com os erros demonstrados na argumentação contida nas “*Observações*” subtraem qualquer dúvida sobre esse assunto. Rio-Branco, com sua abordagem disciplinada da questão, o seu profundo conhecimento geográfico e histórico da matéria bem como a segurança profissional que demonstrou, em trabalhar com o Gama em Nova York, enquanto os argentinos

---

3 Disponível em publicação da FUNAG.



priorizavam o relacionamento social em Washington, provou ser a estratégia certa.

A. J. SANTOS



**Observações de Rio-Branco sobre o Relatório de 8 de março de 1895, que o general Dionysio Cerqueira lhe dirigiu. [O manuscrito original dessas “observações” está disponível para consulta no Arquivo Histórico do Itamaraty, fontes: 346/3/12 e 346/3/12 (Barão do Rio-Branco – Limites do Brasil com a República Argentina).]**

#### **ANEXO N° 1**

Algumas notas sobre a questão de limites com a República Argentina, organizadas para chamar a atenção do Sr. William M. Ivins, advogado contratado pelo Governo; no período que decorreu entre a morte do Barão de Aguiar de Andrada, em 25 de Março de 1893, e a chegada do Sr. Barão do Rio-Branco à New York, no dia 24 de Maio do mesmo ano. Estas notas foram feitas pelo general Dionysio E. de Castro Cerqueira, em Abril de 1893, quando esteve interinamente na direção dos trabalhos da Missão Especial, na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

B. – Acrescento a estas notas outras do Sr. General ao mesmo advogado no meu anexo N° 1.

RB: Devo aqui repetir o que declarei em nota marginal ao § 4° do Relatório do Sr. General Cerqueira: – “Com essas notas ao Sr. Ivins nada tenho que ver, porquanto o que fiz, logo ao chegar, foi declarar a esse advogado que eu faria o trabalho que lhe fora confiado; e dias depois arrecadei todos os documentos

do arquivo da Missão que estavam em N. York em seu poder. Devo ainda declarar que a minha argumentação foi muito diferente da que o Sr. General adotou nestas notas a Ivins ...

## 2ª PARTE

### **Observações de Rio-Branco sobre o Relatório de 8 de março de 1895.**

Anexo A. – Cópia de parte do ofício confidencial N° 27, 2ª Seção, dirigido de Washington pelo Ministro Rio-Branco ao Ministério das Relações Exteriores.

Anexo N° 1 – Notas do General Dionysio Cerqueira.

Anexo N° 2 – Relação de mapas, livros e manuscritos que Karl Hiersemann, Livreiro Antiquário em Leipzig, remeteu em 10 de Abril de 1893 ao Ministro do Brasil em Washington, Sr. Salvador de Mendonça, o qual mostrara a Aguiar de Andrada e ao General Cerqueira o catálogo N° 119 do mesmo livreiro e se encarregara de comprar os documentos escolhidos pelos dois citados Ministros.

Anexo N° 3 – Mapas que antes da minha chegada aos Estados Unidos tinham sido fotografados por ordem de Aguiar de Andrada, a quem estava confiada a Missão Especial em Washington, e, depois, por ordem de seu sucessor interino, General Cerqueira.

Anexo N° 4 – Procedência dos mapas anexos à minha Exposição.

Anexo N° 5 – Procedência dos documentos citados no texto de minha Exposição (Vol. II, texto português).

Anexo N° 6 – Redução de mapas à mesma escala: - Fac símile de 13 dos 14 mapas que o General Cerqueira, por encargo meu,

reduziu à mesma escala em Julho de 1893, e em comparação dos mesmos com as fotogravuras dos originais, executados posteriormente pelo cartógrafo Julius Bien & Co., segundo as minhas instruções e sob a direção e fiscalização do Conselheiro Técnico Contra-Almirante Guillobel (as reduções da mesma natureza executadas por esses cartógrafos e reunidas no Vol. V da minha Exposição são, ao todo, 22).

Anexo N° 7 – Estudo comparativo de mapas reduzidos à mesma escala: - Estão reunidos neste anexo: 1) Doze desenhos (originais) a duas cores de mapas sobrepostos dois a dois, trabalho de que encarreguei o General Cerqueira, e que ele executou em Agosto de 1893 (desses doze desenhos, apenas mandei gravar pela American Bank Note Co., e remeti ao Governo em 9 de Novembro de 1893 os sete primeiros, únicos que figuram no Anexo N° 8 ao Relatório do Sr. General, de sorte que esta coleção de trabalhos seus é muito mais completa); 2) As seis superposições a duas cores que mandei fazer posteriormente pelos cartógrafos Julius Bien & Co., e que figuram com os N°s 21, 22, 23, 24, 25 e 26, no Volume V da minha Exposição.

Anexo N° 8 – (N° 1 e N° 2). Dois trabalhos executados em Setembro de 1893 pelo Sr. General Cerqueira, a meu pedido, e segundo indicações mui precisas que lhe dei, para mostrar que a foz do rio Pequiry do chamado “Mapa das Cortes” está quase na mesma Longitude da foz do Rio Pequiry-Guassú, demarcado em 1759, como eu tinha verificado no dia 1° desse mês. N° 3) O mesmo trabalho executado em Paris, segundo as minhas ilustrações, pelo desenhista-geógrafo Legiano, sob a direção de M. Emile Levasseur, do Instituto de França.

Anexo N° 9 – Distância do 2° Uruguay Pitã, – o dos demarcadores de 1759 (Guarita), – do Pequiry-Guassú

demarcado em 1759, em três diferentes mapas, e segundo as notas das cadernetas de campo da Comissão Mista. Trabalho executado em Julho de 1893, a pedido meu, pelo Sr. General Cerqueira. 1) Litogravura de dois desenhos feitos pelo Sr. Contra-Almirante Guillobel. São os que figuram com o N° 29 no Vol. V da minha Exposição.

Anexo N° 10 – Foz do Pequiry-Guassú. Desenho do Sr. General Cerqueira reproduzido sob o N° 28 no Vol. V da Exposição.

Anexo N° 11 – Rio Guassú desde o Santo Antonio do Paraná, trabalho do Sr. General Cerqueira, reproduzido parcialmente sob o N° 30 no Vol. V da Exposição.

Anexo N° 12 – Cabeceiras do Pequiry-Guassú, do Santo Antonio do Uruguay. Estudo gráfico comparativo feito pelo general Cerqueira a meu pedido.

Anexo N° 13 – Cópia das Cartas de Rio-Branco aos cartógrafos Julius Bien & Co.

Anexo N° 14 – Cópia das Cartas de Julius Bien & Co. A Rio-Branco.

Anexo N° 15 – Correspondência relativa ao Relatório do Sr. General Cerqueira (1895).

1. Ofício de Rio-Branco ao Sr. General Cerqueira, Washington, 11 de Março de 1895.
2. Carta de 11 de Março de 1895, do General Cerqueira.
3. Carta de Rio-Branco, de 11 de Março de 1893. 17 de Abril de 1895.
4. Carta de 20 de Abril de 1895, escrita de Jersey City pelo Sr. General Cerqueira e dirigida a Rio-Branco.



### **Observações sobre o Relatório de 8 de Março de 1895**

O Relatório que precede a estas observações foi depositada sobre a minha mesa de trabalho em Washington no dia 8 de Março de 1895 em ocasião em que estava ausente. No dia 11 officiei ao Sr. General Cerqueira acusando o recebimento do Relatório, dizendo-lhe que ia fazer copiar e registrar para remetê-lo, com seus apêndices, à Secretaria, acompanhado de outros documentos e de um ofício explicativo, que teria o cuidado de comunicar a S. Ex<sup>a</sup> (cópia N<sup>o</sup> 1 no anexo N<sup>o</sup> 15). O Sr. General respondeu a esse ofício na noite do mesmo dia 11 com uma carta em que exprimia queixas de que eu já tinha notícia, mas que pela primeira vez me manifestava. Transcrevo essa carta com o N<sup>o</sup> 2 no Anexo N<sup>o</sup> 15, e aí retifico em notas algumas das proposições de S. Ex<sup>a</sup>. Ocupado com o arranjo do Arquivo e com o cumprimento de deveres de cortesia oficial para poder partir de Washington, deixei de fazer o ofício anunciado, e também pareceu-me melhor reservar o trabalho para Paris, onde mais repousadamente eu poderia fazer copiar ou fotografar os documentos, e onde, em outro meio, esperava poder entreter-me da matéria com o Sr. General, dissipando-lhe ressentimentos infundados e mostrando-lhe que, a meu ver, seria mais hábil e mais do seu interesse modificar ou suprimir alguns trechos que mal aconselhadamente escreveu, e deixar de arquivar certos documentos que anexou a seu Relatório. No dia 17 de Abril, fazendo-me S. Ex<sup>a</sup> uma visita em ocasião em que estava comigo o Secretário da Legação do Brasil e um estrangeiro, eu disse-lhe que antes da sua partida desejava que pudéssemos conversar sobre os nossos negócios, e lhe pedia que aparecesse para esse fim no dia seguinte. S. Ex<sup>a</sup> não apareceu. Partiu para New York, e de lá dirigiu-me para

Paris no dia 20 a carta que, sem comentário algum, registro em fac-símile, sob o N° 4, no mesmo Anexo N° 15.



Demorei a remessa da parte do arquivo que ainda estava em meu poder não só por andar desde 1895 ocupado com assuntos de mais interesse, como também porque este do Relatório do Sr. General Cerqueira, me era sumamente penoso. Afinal, a 20 de Outubro de 1898, em ofício dirigido ao Sr. Diretor-Geral da Secretaria, anunciei que ia expedir nesse dia os Volumes da correspondência que ainda estavam em meu poder, entre os quais um especial contendo o *Relatório*, as minhas “*Observações*” e os documentos anexos. Ao chegar, porém, do encadernador, já muito tarde, esse Volume, verifiquei que estava errada a colocação dos Anexos, tendo sido trocados alguns dos meus pelo do *Relatório*, e vice-versa.

Foi necessário adiar a expedição, e tendo eu recebido então jornais do Rio de Janeiro em que vi referidos com pouca fidelidade certos incidentes da missão que me esteve confiada em Washington, entendi que era preciso considerar o assunto por outras faces, e acompanhar o *Relatório* de explicações mais completas. É assim que passo agora a examiná-lo mais detidamente do que antes tinha feito.



Os sete primeiros parágrafos tratam de fatos ocorridos antes da minha chegada, em quanto era vivo o Barão de Aguiar de Andrada, e, depois da sua morte, no período em que essa missão esteve interinamente a cargo do Sr. General Cerqueira, isto é, desde 25 de Março de 1893, data do falecimento daquele Ministro, até 24 de Maio, dia em que desembarquei

em New York. Em 1895, quando já estava em Paris de volta dos Estados Unidos da América, escrevi as notas marginais que se lêem nesse *Relatório*. Transcrevo aqui a primeira, ao § 3º: “*Aguiar de Andrada nunca disse que seria capaz de tal ato de indisciplina e revolta, consultando o Governo e desobedecendo, – ele representante do Governo, – à ordem que recebesse em resposta à uma consulta, Havia de executá-la ou pedir demissão. O que disse, segundo me informaram o próprio Sr. General Cerqueira em 1893, – quando a sua memória estava mais viva pela proximidade dos tempos, – e os Srs. Olyntho de Magalhães e Domingos Olympio, foi que, quando submetesse ao exame do Governo a Memória, baseada em novos documentos, que o advogado Ivins estava escrevendo, pediria licença para apresentar somente esse trabalho, e, se não tivesse tempo para mandar ao Rio a Memória e fazer a consulta, tomaria a responsabilidade de apresentá-la*”.

Nos §§ 3º, 4º e 5º o *Relatório* refere-se a documentos novos de que dispunha então a missão. Sem falar na documentação muito rica e interessante que a Secretaria das Relações Exteriores remetera e que fui achar toda em New York, no escritório do advogado Ivins, só havia de novo os seguintes documentos:

1. Duas cópias do Mapa Oficial de 1749 chamado “das Cortes”, isto é, do exemplar de Paris e de uma das cópias autênticas de 1751, em Madrid, documentos esses descobertos pelo Dr. Lebreton, comissário argentino, e de que os nossos contendores deram notícia em Washington e New York, dizendo que o mapa era decisivo em favor da República Argentina, e que com ele ganhariam a causa. O Barão Aguiar de Andrada, com essas notícias, escrevera em 4 e 25 de Janeiro de 1893 aos Ministros do Brasil em Paris e Madrid, Srs. Piza e Cunha, pedindo cópias. A de

Paris foi expedida para Washington no dia 17 de Fevereiro, a de Madrid no dia 9 de Março.

2. *Fotografia de um mapa anônimo, mas evidentemente do Comissário espanhol Cabrer, embora muito estragado, pertencente à coleção geográfica da nossa Secretaria de Estado.*
3. *Os mapas e livros, e um manuscrito, chegados de Leipzig em fins de Abril, documentos de que o Sr. General Cerqueira fala nestes termos nos §§ 5 e 6 do Relatório: “Ainda em vida do Barão de Aguiar de Andrada, o Sr. Dr. Salvador de Mendonça, nosso Ministro neste país, recebeu um catálogo de uma livraria em Leipzig, onde havia grande número de documentos sobre a América Meridional e que pertenceram à coleção Tschudi. O finado chefe da Missão Especial, de acordo comigo, incumbiu o Sr. Mendonça de mandar vir alguns manuscritos e impressos assim como grande número de mapas que nos pareceram úteis à nossa questão. Quando chegou a encomenda, o Barão Aguiar de Andrada já havia falecido e a mim coube recebê-la. Era preciosa a coleção de mapas de Tschudi, e, depois de examiná-los, enviei alguns ao Sr. Ivins para que mandasse gravá-los na American Bank Note Company, que já estava encarregada de gravar outros que conosco vieram do Brasil. Adiante no Anexo N° 2, está a relação desses documentos, expedidos de Leipzig no dia 10 de Abril de 1893 pelo livreiro Karl Hiersemann. Fiquei sabendo, ainda em Washington, que o Sr. General Cerqueira tinha grande empenho em que o Sr. Salvador de Mendonça achasse a conta ou a relação dos documentos encomendados, sem dúvida para anexar ao seu Relatório uma notícia sobre tais aquisições. Pude facilmente suprir a perda da conta, pedindo uma duplicata ao livreiro, de quem sou freguês*



há muitos anos. A relação citada (Anexo N° 2) mostra que foram comprados 74 números do catálogo pelo preço de 1.716 Marcos e 60 centésimos, ou £ 85-16s-11d. Depois de percorrer todos esses documentos, que escolhera pelos títulos, o Sr. General só julgou utilizáveis os quatro mapas seguintes que, juntos, custaram apenas £ 0-16s-6d.

1. *Paraquaria vulgo Paraguay, cum adjacentibus* (1° mapa dos Jesuitas do Paraguay, dedicado ao Superior-Geral Padre Caraffa, mapa que nada adiantava, não trazendo ainda o Salto do Uruguay, mas que era conveniente reproduzir).
2. *Paraquariæ Provinciæ Soc. J. Cum adjacentibus novíssima descriptio* (Edição de Augsburg, por M. Seutter, do mapa de 1726 dos Jesuitas).
3. *Carte du Paraguay*, por Boune, 1771.
4. *Carte qui represente la partie méridionale du Brésil ... et le Paraguay*. Por d'Anville, 1779.

S. Ex<sup>a</sup> remeteu esses quatro mapas, em Maio, ao advogado Ivins para que os fizesse gravar, e condenou todos os outros documentos de Leipzig a ficarem nos caixões em que tinham vindo. Eu utilizei a gravura dos dois primeiros, que já estavam mencionados na minha Confidencial de Paris, de 5 de Maio, e dispensei a tiragem dos outros por estas razões:

- O de Boune, de 1771, porque não dava o nome do Pepiry e não servia para provar coisa alguma.
- O de 1779, de Veneza, porque não podia ter sido examinado na discussão dos Tratados de 1750 e 1777, e era uma contrafação do mapa de 1748, de d'Anville, de que eu levava um exemplar. Não ficava mal a quem estava então fazendo as suas primeiras armas em indignações desta natureza encomendar ao livreiro Hiersemann documentos como

os dois acima e os outros da relação anexa; mas eu, que tenho passado a maior parte da minha vida nestas coisas, não podia apresentar ao Árbitro a carta de 1779 em lugar da genuína de 1748 sem decair na opinião de uma meia dúzia de amigos que se ocupam de história geográfica e sem incorrer na justa censura dos competentes. Termino esta parte reproduzindo as seguintes linhas da nota que em Dezembro de 1895 escrevi no fim da citada relação:

“A coleção de mapas adquiridos em Leipzig nada tinha, portanto, de preciosa, como, esquecido destes fatos, escreveu dois anos depois o Sr. General Cerqueira no § 6 do seu *Relatório*. E devo acrescentar que os mapas do Catálogo N° 119 de Hiersemann (1893) eram os que esse livreiro, que periodicamente espalha catálogos semelhantes, tinha ocasionalmente no seu armazém. No momento em que escrevo estas linhas (Dezembro de 1895) tenho sobre a mesa o último catálogo por ele publicado, de livros e mapas sobre a América, e este já tem o N° 143. Como o manuscrito N° 1257 do Catálogo 119 tinha o ex libris de J.J. von Tschudi, supôs o Sr. General que os mapas e outros documentos comprados a Hiersemann tinham pertencido a aquele conhecido naturalista suíço. Tschudi faleceu em 1889, e no Catálogo da sua livraria vendida em leilão pelo livreiro *Brockhaus*, de Leipzig, em Junho de 1891, não se encontra mapa algum”.



No período da interinidade do Sr. General Cerqueira foram por ele feitas oficialmente as duas únicas requisições seguintes em matéria de pesquisa ou aquisição de documentos, ambas em 6 de Abril e dirigidas ao então Ministro do Brasil em Lisboa, Vianna de Lima:

1. Pedido para verificar donde foi copiado o mapa da América do Sul que ocorre no Volume 3º da Coleção de Tratados de Borges de Castro;
2. Pedido de uma cópia do pequeno mapa que, segundo diz Borges de Castro, no mesmo Volume, acompanhou o Tratado de 1777.

Vianna de Lima, quanto ao primeiro ponto, respondeu mandando as informações que acabava de me remeter em resposta a uma carta minha, porque, apenas aceitei o convite que recebi para suceder a Aguiar de Andrada, comecei a tratar da descoberta de documentos escrevendo logo para Madrid e Lisboa; – quanto ao segundo ponto, limitou-se a mandar ao Sr. General a litografia que faltava no seu exemplar do 3º Volume de Borges de Castro. O mapa de que se trata é um “Borrador topográfico” da região amazônica, feita pelo Governador de Maynas muito depois do Tratado de 1777, e não compreende a parte do Brasil que estava em questão no arbitramento de Washington. Em carta particular, pediu o Sr. General por aquele tempo, cópia de certos documentos que dizia decisivos e tinha anunciado pela imprensa, mas esse pedido, segundo me disse S. Ex<sup>a</sup>, não foi satisfeito.

Em matéria de documentação nova, antes de minha chegada, nada mais houve do que o que fica apontado. Também durante os dois meses da interinidade de S. Ex<sup>a</sup>, e quando podia ter iniciativas, não houve trabalhos gráficos, nenhuma redução de mapas à mesma escala, nenhum estudo gráfico comparativo desses documentos. Dos que a Secretaria mandou, tinham sido escolhidos e gravados 7 mapas impressos, 8 manuscritos e 4 plantas das levantadas pela Comissão Mista: ao todo 19. Deixei de ordenar a tiragem de 5 desses mapas. No Anexo N<sup>o</sup> 3 apresento a relação dos que estavam fotografados quando

cheguei e declaro o procedimento que tive no caso de cada um deles. Os documentos achados na Espanha pelo General Cerqueira no desempenho de comissão que lhe confiei, são do meu tempo, e deles tratarei adiante.



Falta referir-me à parte do § 4 do *Relatório* relativa às notas que foram redigidas pelo Sr. General Cerqueira para esclarecimento do advogado Ivins, notas que formam o Anexo N° 1 ao Relatório. Basta que eu repita o que escrevi em 1895 à margem desse parágrafo: “*Com essas notas ao Sr. Ivins nada tenho que ver, porquanto o que fiz, logo ao chegar, foi declarar ao advogado que eu faria o trabalho que lhe fora confiado; e dias depois arrecadei todos os documentos do arquivo da missão que estavam em New York em seu poder. Devo ainda declarar que a minha argumentação foi muito diferente da que o Sr. General adotou nessas notas.*” No Anexo N° 1 apresento um argumento relativo a Oyárvide e a Cabrer, escrito em quatro páginas pelo Sr. General Cerqueira. Encontrei esse trabalho entre os livros e papéis do arquivo que o advogado Ivins me entregou. E tenho assim o prazer de completar a série de notas remetidas ao Sr. Ivins com esta que é toda do punho do Sr. General e completamente assinada. Não devo omitir que S. Ex<sup>a</sup> também mandou ao advogado os últimos artigos do Sr. Capanema que lhe chegaram apensos a um Despacho da Direção Geral da Secretaria, como se vê no ofício de 4 de Abril de 1893 em que acusou o recebimento da remessa (“... retalhos do Jornal do Comércio... os quais remeti ao *advogado Sr. W. Ivins*”).



Para observar a ordem cronológica, reservo para o fim deste trabalho o exame dos §§ 8 a 10 do *Relatório*, e passo a considerar os seguintes que tratam dos desenhos geográficos executados por S. Ex<sup>a</sup> depois da minha chegada e por encargo meu.

Os §§ 11 e 12 dizem assim: § 11. – “Dos trabalhos executados por mim, por iniciativa própria, e que mereceram a honra da aprovação de V. Ex<sup>a</sup>, vão: - sob o N<sup>o</sup> 5 – uma série de 14 mapas, reduzidos à mesma escala para estudos comparativos, e mais dois mapas, também reduzidos, de Sanson e De l’Isle, sob o N<sup>o</sup> 6. Estes mapas, assim como outros, foram reduzidos depois, na casa Julius Bien, pelo processo mais perfeito da fotogravura”. §12. – “Sob o N<sup>o</sup> 7 anexei outra série de 6 cópias de mapas comparados dois a dois e reduzidos à mesma escala; os originais dessas cópias e mais 4 que não foram utilizados presumo estarem em poder de V. Ex<sup>a</sup>”

Quanto ao número de mapas reduzidos à mesma escala, há engano no § 11 – foram ao todo 14 e não 16, isto é, foram os 12 que formam o Anexo N<sup>o</sup> 5 ao *Relatório* e os 2 que formam o Anexo N<sup>o</sup> 6. Quanto aos desenhos comparativos de que trata o § 12, foram ao todo 11 e não 10. Os desenhos que o Sr. General apresenta nos Anexos N<sup>os</sup> 5 e 6 ao seu *Relatório* são os seus próprios originais, que não mandei reproduzir para a Exposição; e os seis que dá no Anexo N<sup>o</sup> 7 são litogravuras que mandei fazer na American Bank Note Co., mas de que também me não servi na Exposição. Adiante no Anexo N<sup>o</sup> 6 a estas “*Observações*”, apresento, justapostas, fototipias dos doze desenhos originais mencionados no § 11, e as reduções de mapas que mandei fazer posteriormente pelos cartógrafos Julius Bien & Co., sob a direção do Sr. Contra-Almirante Guillobel; no Anexo N<sup>o</sup> 7, os 11 desenhos comparativos, originais que efetivamente estavam em meu poder, isto é, no

escritório da Missão, e ao lado desses originais do Sr. General os seis, diferentes, que mandei executar pelos mesmos cartógrafos, sempre debaixo da direção do Sr. Guillobel. O Sr. General Cerqueira reconhece no seu *Relatório* que a fotogravura dá resultados mais exatos do que o pantógrafo empregado por S. Ex<sup>a</sup>, e isso fica patente examinando-se as páginas desses dois Anexos a que coleí os documentos de que se trata. No tocante às quatorze cópias reduzidas pelo pantógrafo, devo deixar consignado aqui que não está rigorosamente exato o seguinte trecho do § 11 do *Relatório*: – “Dos trabalhos executados por mim, por iniciativa própria, e que mereceram ... a aprovação de V. Ex<sup>a</sup> ...”

Na primeira série de desenhos, S. Ex<sup>a</sup> introduziu linhas de correspondência que eu não podia aprovar, e em alguns dos outros (N<sup>o</sup> 8 a 12 no meu Anexo N<sup>o</sup> 7) quis mostrar uma coincidência de rios diferentes que me não era possível admitir.

A responsabilidade da nossa defesa e do trabalho que devia ser apresentado ao Arbitro era só minha, porque só a mim, como sucessor de Aguiar de Andrada, estava confiada, embora muito imerecidamente, a missão especial. Eu não podia utilizar trabalhos como esses, que estavam em desacordo com opiniões minhas perfeitamente assentadas.

Dito isso, passo à “iniciativa própria”. Quando parti para os Estados Unidos, eu levava o projeto de anexar à nossa Memória, não reproduções integrais dos mapas, mas somente reproduções parciais reduzidas à mesma escala, e superposições desses trechos, a duas cores, como as que apresentou Lelewel na sua *Géographie du Moyen Age*, publicada em 1852, e tenho visto em outros estudos de história geográfica. Refiro isto para não parecer que me quero

atribuir a invenção de processos já muito velhos e conhecidos. Foi por ter partido com esse propósito que, além de mapas escolhidos da coleção que só com muito tempo e dispêndio tenho podido reunir, levei fotografias parciais de alguns outros que se não encontram no mercado, como o de 1732, dos Jesuitas, anexo, sob o N° 4, à minha Confidencial N° 7, de 4 de Agosto de 1893. Em 6 de Junho de 1893, – segundo lembrança que eu ainda tinha muito fresca no mês seguinte, – na minha pequena sala do Hotel Arlington e no decurso de uma variada conversação, – manifestei ao Sr. General o desejo de fazer pôr na mesma escala esses mapas, e de consultar o meu amigo Sr. Emile Levasseur, que acabava de chegar a New York, sobre a escolha de um cartógrafo ou geógrafo de reputação na América. O Sr. General esqueceu o pequeno incidente desse dia, ou, mais provavelmente, estava distraído na ocasião porque, não muito depois (11 de Julho) e no correr de outra palestra não menos agradável para mim, em minha sala de trabalho do Hotel San Remo, em New York, S. Ex<sup>a</sup> perguntou-me, com surpresa minha, se eu não achava bom que apresentássemos ao Arbitro, reduzidos à mesma escala, os trechos dos mapas em que figuravam os rios do território em litígio. Respondi imediatamente: – Sem dúvida! Assim é que deve ser. Quer o Sr. Encarregar-se desse trabalho? – S. Ex<sup>a</sup> disse-me que sim, e, ato contínuo, escolhi doze mapas e lhos entreguei para que desde logo pudesse ir trabalhar. Depois, entreguei-lhe mais dois para o mesmo fim. Alguns desses mapas eram propriedade minha e deles não havia exemplar algum no arquivo.

Exposto o caso assim, como se passou, – e aproximados os incidentes de 6 de Junho e de 11 de Julho, – executados por iniciativa própria, – não exprime exatamente o que se passou. Eu não podia em ofício ao Governo entrar nestas

pequenas particularidades, e tratando-se de assunto de tão pouca monta; por isso, ao remeter à Secretaria, com o meu ofício confidencial de 9 de Novembro de 1893 (Nº 15, 2ª Seção) a reprodução modificada de alguns dos desenhos do Sr. General, eu disse: – “O trabalho de redução de todos esses mapas à mesma escala do segundo dos Jesuítas foi feito, a pedido meu, pelo Sr. General Cerqueira.” Esse – a pedido meu – não é rigorosamente exato porque houve no dia 11 de Julho uma consulta sobre assunto em que eu já manifestara opinião, e assim, houve indiretamente, uma oferta de execução de desenhos geográficos. No exercício de atribuições minhas, ou de poderes que me têm sido conferidos, sempre me repugnou escrever, como outros fazem, – ordenei, – ou – determinei. Prefiro empregar sempre o verbo – pedir –.” Substituamos o citado trecho do meu ofício por este: – “O trabalho da redução de todos esses mapas foi, por encargo meu, executado pelo Sr. General, o qual, informado de que eu desejava esse trabalho, ofereceu-se-me obsequiosamente para fazê-lo.” Esta redação exprime com exatidão o caso.



O que acabo de dizer refere-se unicamente às quatorze reduções que o Sr. General fez em Junho de 1893 (os desenhos que formam os seus Anexos Nºs 5 e 6). Quanto aos mapas comparados por superposição (seu Anexo Nº 7), em cada um dos quais S. Ex<sup>a</sup>, escrevendo dois anos depois, afirmou a sua “iniciativa”, posso assegurar que nem ao menos houve, como no caso dos outros, consulta e oferta indireta da sua parte; o que houve foi pedido meu, ou melhor, incumbência formal, para que fizesse as três superposições, empregando as duas cores azul e vermelha, como Lelewel. Mostrei-lhe até nessa ocasião uma fotografia de superposição feita pelo Sr. Capanema, informando-o de que



ela me fora dada em Paris pelo Sr. Alcindo Guanabara. Era a comparação do mapa reduzido da Comissão Mista com o trecho correspondente ao de Olmedilla.

S. Ex<sup>a</sup> fez, como já notei, mais cinco desenhos semelhantes. Não mandei gravar esses e não os remeti, como os primeiros, à Secretaria, por entender que assim prestava serviço a S. Ex<sup>a</sup>; mas como pelo seu *Relatório* compreendi que S. Ex<sup>a</sup> desejava que elas aparecessem, apresento no Anexo 7 todos os originais, – tanto os dos sete que foram pela American Bank Note Co., como os dos cinco que não mandei gravar. Procedi neste negócio com tantas atenções para com o Sr. General, que ele ficou acreditando até serem seus os “mapinhas” comparados que figuram no Vol. V da Exposição debaixo dos N<sup>os</sup> 21 a 26. Mas não são os mesmos, não são cópias dos seus que resultavam de aumentos e diminuições obtidos pelo pantógrafo. Mandei mostrar seis desses desenhos aos cartógrafos Julius Bien e Cia unicamente para que soubessem o que eu queria, e, depois de exame, disseram-me eles o seguinte em carta de 28 de Dezembro de 1893 (o original está no VII de documentos recebidos, – e uma cópia no Anexo V 14, documento N<sup>o</sup> 20):

- “Relativamente aos mapas N<sup>os</sup> 21 a 26 inclusive, que devem ser feitos para estabelecer comparações, devemos declarar que entendemos dever fazer as cópias em *fac-símile* tomando-as dos mapas que encontramos” (isto é, dos que foram reproduzidos e postos na mesma escala pela fotografia), “servindo-nos dos que nos remetestes executados pela American Bank Note Co.” (isto é, das superposições feitas pelo Sr. General) “unicamente para conhecer a extensão do território, ou, melhor, os rios e os nomes que devem aparecer. Verificamos que há diferenças sensíveis (entre os da American Bank Note Co. e as

porções correspondentes dos mapas a que nos referimos, executados por nós.”

Respondi no mesmo dia 28 de Dezembro de 1893 (carta registrada no Vol. de registro da “Correspondência Particular e Reservada”, pags. 201 e 202, e transcrita adiante, segundo o texto inglês, no Anexo N° 13, documento N° ...).

- “... Os mapas comparados N°s 21 a 26 inclusive devem ser feitos segundo os fac símiles dos mapas executados por vós, e os que mandei só devem servir para mostrar as seções dos rios e os nomes que devem aparecer. No primeiro trabalho” (o do Sr. General) “reproduzido pela *American Bank Note Co.*, a redução à mesma escala foi feita por meio de pantógrafo, e no caso de mapas tão pequenos como esses, o instrumento não pode dar resultados tão exatos como os obtidos pela fotogravura.”

Já antes, no ofício de remessa ao Governo (Confidencial de 9 de Novembro de 1893, N° 15, 2ª Seção) eu tinha dito, depois de declarar que o trabalho da redução e comparação tinha sido feito pelo Sr. General:

“Como a execução pela *American Bank Note Co.*, que não dispõe de pessoal técnico para trabalhos cartográficos, está muito defeituosa, e seria preciso perder muito tempo com a correção das provas, vou confiar o trabalho à casa Julius Bien & Co. desta cidade, que me foi recomendada pelo Secretário da *American Geographical Society*. A redução desses trabalhos dos diferentes mapas à mesma escala será feita pelo processo da fotogravura, que dá resultados rigorosamente exatos impossíveis de obter com o pantógrafo em mapas de escala tão reduzida como são quase todos os originais.”

Das quatorze reduções de que acia tratei, feitas pelo Sr. General em Julho de 1893, mandei gravar doze pela *American Bank Note*

Co., e somente para ser agradável a S. Ex<sup>a</sup>, mas tive o cuidado de mandar suprimir as linhas de inexata correspondência que S. Ex<sup>a</sup> traçara no empenho patriótico de utilizar a seu modo todos os documentos, e mostrar o impossível neste caso, isto é, que dois rios perfeitamente distintos como são o Pepiry ou Pequiry dos mapas dos Jesuítas e de d'Anville (abaixo do Salto) e o Pequiry do mapa das Cortes (acima do Salto) eram ambos o nosso Pepiry Guaçú, sendo que o mapa das Cortes é, quanto a essa região, simples cópia dos anteriores com a diferença da deslocação do nome do primeiro rio para outro mais oriental (Vejam-se os três fac símiles no meu Anexo A). O Árbitro veria logo que a segunda série de mapas nessa coluna estava deslocada para a esquerda, ou para Oeste, a fim de que a linha vermelha, indicativa do Pepiry Guaçú, passasse por todos os Pepirys.

Preferi mandar para a Secretaria as reproduções modificadas que acompanharam o meu ofício de 9 de Novembro de 1893. S. Ex<sup>a</sup>, porém, achou melhor arquivar os seus próprios desenhos, e obrigou-me assim a mostrar, como acabo de fazer em grandes linhas, que foi por um motivo de delicadeza, no interesse do Sr. General e não no meu, que adotei aquele expediente de 1893.



Os outros trabalhos de desenho geográfico a que S. Ex<sup>a</sup> se refere no § 14, repetindo o seu “motu próprio”, são estes:

1. Trecho do Uruguai, entre a foz do 2º Uruguai-Pitã, hoje Guarita, e a do Pepiry Guaçú, segundo os mapas dos demarcadores de 1759, segundo as plantas contruídas diferentemente pelas duas Comissões Brasileira e Argentina, e segundo as cadernetas de compra da Comissão Mista. – Esse trabalho foi executado pelo Sr. General em Julho de 1893 a meu pedido. Entreguei depois

os três desenhos ao Sr. Contra-Almirante Guillobel, que era quem estava dirigindo e fiscalizando o serviço na casa dos cartógrafos Julius Bien & Co., e ele fez dois outros desenhos semelhantes, que são os que figuram, com o N°29, no Volume V da Exposição. Os fac-símiles dos dois desenhos do Sr. Guillobel estão em frente dos originais do Sr. General Cerqueira no Anexo N° 9.

2. Planta da foz do Pepiry-Guaçú, reduzida da que a Comissão Mista Levantou. – Foi feita por iniciativa do Sr. General, isto é, por proposta sua, que aceitei de bom grado, e unicamente para lhe ser agradável, porque a Planta original já estava fotografada e ia aparecer, como apareceu, no Volume VI da Exposição. A redução de que se trata figura como o N° 28 no Volume V da Exposição e é apresentada aqui no Anexo N° 10, no originale em fac-símile.
3. Rio Iguaçu, desde a sua foz até a confluência do S. Antonio, desenho do Sr. General, executado, como o precedente, por proposta sua, aceita por mim. – Mandei litografar a maior parte deste desenho. O original e o fac-símile parcial estão no Anexo II.
4. As cabeceiras do Pepiry Guaçú e do S. Antonio, segundo o mapa dos Demarcadores de 1759 e da Comissão Mista de 1888 reduzidos à mesma escala e sobrepostos. – São desenhos comparativos executados a meu pedido pelo Sr. General, e de que ele não tinha lembrança quando escreveu o seu *Relatório*. Esses trabalhos estão reunidos no Anexo N° 12.



No § 13 do *Relatório*, refere-se o Sr. General Cerqueira à avaliação que fez da área do território então em litígio, e mostra-se ressentido por haver eu “preferido a avaliação feita na Europa.” Dei a S. Ex<sup>a</sup> mui amigavelmente, e ao Sr. Almirante Guillobel, a quem eu também confiara esse trabalho, os motivos que me levaram a preferir a avaliação feita em Genebra pelo Sr. C Perron, colaborador de Elisée Reclus e em New York pelo Sr. Emile Levasseur, então de passagem ali. O Sr. Guillobel compreendeu perfeitamente o motivo de minha preferência e não ficou ofendido com ela. Os documentos apresentavam variantes notáveis, como o Sr. General Cerqueira sabe. A Planta definitiva, da Comissão Brasileira, era um pouco diferente da redução que foi litografada em Karlsruhe e submetida ao Congresso na discussão de 1891. Não combinava também, sobretudo em um trecho do Uruguai, com a Planta oficial argentina. Outra que ilustrava a Memória do Sr. Virasoro, publicada em Buenos Aires, não estava em tudo conforme com as três que acabo de mencionar. Nesta, o Sr. Perron achou 30.780 quilômetros quadrados; na de Karlsruhe, 30.601,25.

Sendo diferentes as plantas, é claro que os resultados da avaliação deviam ser também diferentes. Achei-me assim em presença dos seguintes algarismos.

C. Perron.....	30.601,25
E. Levasseur.....	30.601,25
Almirante Guillobel.....	30.211,56
General Cerqueira .....	30.120,66
Virasoro .....	30.018,00

A última avaliação encontrei no Boletim do Instituto Geográfico Argentino.

Preferi as duas que combinavam e que apresentavam maior número de quilômetros quadrados. Não me podia passar pela mente que um engenheiro que durante anos, e no exercício da sua profissão, executou nas nossas fronteiras trabalhos de outro valor, pudesse dar tão grande importância a uma avaliação de área, a reduções de mapas feitas mecanicamente e a pequenos desenhos geográficos. Os cartógrafos e desenhistas geógrafos que tenho empregado na minha longa carreira de estudante não me pediram mais de 30 Francos por uma avaliação dessa natureza. Em 16 de Junho de 1898 o Sr. Henri Tropé pediu-me apenas 10 Francos pela avaliação da área de diferentes seções do território compreendido entre o Cotingo, o Tacutú, o Rupunani e a Serra de Pacaraima, na grande carta da Guiana Britânica em quatro folhas; e quanto a desenhos geográficos, basta dizer que pelos três, perfeitamente acabados, que apresento no Anexo A, paguei apenas 60 Francos. Acrescentarei que superposições comparativas sobre papel transparente, até eu, que não sou desenhista geógrafo, tenho feito desde que se trate de mapas na mesma escala. Algumas estão anexas a ofícios meus, na Secretaria, e esses pequenos trabalhos nunca me tomaram mais que alguns minutos de tempo.

Não devo omitir neste lugar outra pequena avaliação de área que pedi ao Sr. General e de que S. Ex<sup>a</sup> se esqueceu: é o do triângulo que tem por vértices a cabeceira principal do Pepiry Guaçú e as bocas do S. Antonio e do America ou Capanema (47 léguas). Servi-me do resultado do seu cálculo à página 111 da Exposição (Tomo II, onde o que digo a respeito da maior ou menor proximidade das cabeceiras principais desses três rios não está muito de acordo com o que S. Ex<sup>a</sup> andou sustentando pela imprensa em 1891.



No § 15 diz o Sr. General Cerqueira o seguinte: “A pedido de V. Ex<sup>a</sup> entreguei-lhe em New York um estudo sobre o Mapa das Cortes, com a superposição do Mapa da costa do Brasil, segundo as cartas de Mouchez, com a projeção do território que esteve em disputa. A superposição não compreendeu a parte setentrional do Brasil e a região ao Ocidente do Pequiry Guaçú, como no trabalho do Sr. E. Levasseur, e não foi utilizado por V. Ex<sup>a</sup>”.

No trecho que sublinhei não há a devida precisão: há ambiguidade que tenho necessidade de desfazer. O meu pedido não foi para que S. Ex<sup>a</sup> me entregasse um estudo sobre o Mapa das Cortes, mas sim para que fizesse u trabalho que indiquei sumariamente em carta de 1 de Setembro de 1893, e expliquei melhor verbalmente, no dia seguinte. Nessa carta dizia eu: “Estive hoje a estudar o Mapa das Cortes, e penso que dele podemos tirar argumentos em nosso favor, mostrando a distância entre o litoral de Santa Catharina e a foz do Pequiry. A longitude da foz do Pequiry pode ser estabelecida bastando para isso tomar a do Rio de Janeiro, que conhecemos, e era conhecida do geógrafo português que construiu o mapa. Por um cálculo rápido, e pouco preciso, achei que o meridiano desse Pequiry coincide mais ou menos com o nosso Pequiry Guaçú. Peço-lhe que apareça amanhã para verificar esse ponto.”

O começo da carta mostra bem que nessa data eu estava certo de que S. Ex<sup>a</sup>, desde meados de Agosto, dera, como eu, por assentado que o Mapa “das Cortes” nos era contrário.

No dia seguinte, 2 de Setembro de 1893, chegando o Sr. General Cerqueira informei-o de que, partindo do meridiano do Rio de Janeiro no Mapa “das Cortes”, e traçando para Oeste os graus de longitude, que não eram indicados nesse documento, eu

achava que a foz do Pequiry, no mapa, estava mais ou menos na longitude do nosso Pequiry-Guaçú, e que, referida essa foz ao ponto da costa marítima na mesma latitude, a distância era aproximadamente a mesma que resulta, nos mapas mais recentes e exatos, da diferença entre as longitudes dos dois pontos examinados. Pedi-lhe então “que traçasse sobre o chamado Mapa das Cortes os graus de longitude referidos ao meridiano do Rio de Janeiro, e depois estabelecesse em cor diferente o litoral, do Rio de Janeiro a Santa Catharina, segundo uma carta de Mouchez que lhe entreguei, e que estabelecesse também a foz do Pepiry-Guaçú e a do Chapecó, segundo a planta da Comissão Mista.”

Foi em satisfação desse pedido que S. Ex<sup>a</sup> executou e me entregou o pequeno desenho preparatório que apresento sob o N<sup>o</sup> 1 no Anexo N<sup>o</sup> 8, e dias depois um outro mais completo e acabado, que vai debaixo do N<sup>o</sup> 2, no mesmo Anexo. O Sr. Contra-Almirante Guillobel também fez a meu pedido um trabalho semelhante. Mas em Novembro achei conveniente encarregar da direção do trabalho definitivo em Paris o Sr. Emile Levasseur, do Instituto de França. No seguinte trecho da minha Confidencial N<sup>o</sup> 27, 2<sup>a</sup> Seção, dou a razão do meu procedimento:

“ ... Entretanto, tendo sido esse mapa tão atacado pelos Comissários Portugueses da segunda demarcação e depois por distintos Brasileiros que discutiram esta questão de limites e só o conheciam pelas referências que se encontram no Diário dos primeiros demarcadores; tendo estes declarado no seu jornal de 5 de Março de 1759 e na ata de 8 do mesmo mês e ano que, quanto à posição do Pepiry, retificavam o mapa, aceitando a informação contrária do práctico Arirapé, entendi que, para completa reabilitação do documento, e em benefício da nossa causa, era conveniente que eu me valesse



do prestígio e autoridade de um geógrafo conhecido e acima de qualquer suspeita. Pedi, portanto, ao meu mestre e amigo Sr. Emile Levasseur, em New York, onde o encontrei no dia de seu embarque para a Europa, que, depois de estudar a projeção do mapa, fizesse executar sob as suas vistas, e de modo mais completo, o trabalho que havíamos feito, e obtive depois a necessária autorização para citar o seu nome.”

O trabalho foi executado em Paris pelo Sr. Lejeaux, um dos desenhistas geógrafos da casa Delagrave. O Sr. Levasseur entregou-lhe os mapas e uma carta minha de 4 de Novembro, contendo as preciosas instruções e recomendou-lhe que estabelecesse no Mapa “das Cortes”, segundo as cartas marinhas modernas, toda a costa oriental da América do Sul, e não somente, como eu pedira, a costa do Rio de Janeiro ao Rio da Prata. Tendo, porém, essa superposição de desenhos revelado uma mui notável divergência entre o Mapa de 1749 e as cartas marinhas modernas na parte relativa à Guiana Portuguesa e à costa setentrional do Brasil, disse o Sr. Levasseur ao desenhista que me mandasse esse trabalho completo, mas que fizesse outro desenho em que, omitindo o traçado moderno do litoral Norte, tomasse como ponto de partida para o Sul os Baixos de S. Roque. Apresentei o fac-símile do segundo desses trabalhos no Volume VI da Exposição (Nº 8A), e aqui, no Anexo Nº 8, apresento um exemplar desse fac-símile ao lado dos dois trabalhos do Sr. General Cerqueira.

A despesa que se fez com o de Paris foi esta:

- Honorários do desenhista geógrafo ..... Frs. 60
- Custo das cartas náuticas que comprou ..... Frs. 28
- Total..... Frs. 88

Não se tratava neste caso de um trabalho que os homens da profissão consideram de valor. Tratava-se da execução de

trabalho muito simples para um especialista, e compreende-se que para mim era indiferente que fosse executado por esta ou aquela pessoa. Se recorri a um desenhista geógrafo de Paris foi somente para que o trabalho que ideei e resolvi, em que tinha de assentar a parte mais decisiva da nossa nova argumentação, fosse ordenado e verificado pelo Sr. Emile Levasseur, cujo nome iria assim pesar na balança em nosso favor.



No § 17 do seu *Relatório* diz o Sr. General Cerqueira o seguinte: “Sob o número 10 também anexei cópias do telegrama que V. Ex<sup>a</sup> expediu-me de Paris no dia 2 de Maio de 1893, da resposta mandada por mim no dia 3, e da carta que V. Ex<sup>a</sup> dignou-se de dirigir-me com data de 11 do mesmo mês.”

Essa transcrição era escusada porque os dois telegramas de que se trata tinham ido anexas ao meu ofício de 28 de Maio de 1893, Ostensivo N<sup>o</sup> 8, 2<sup>a</sup> Seção. A minha carta de 11 de Maio cobria uma cópia da Confidencial que no dia 5 do mesmo mês eu dirigira ao Sr. Paula Souza<sup>4</sup>, então Ministro de Estado das Relações Exteriores. Ambas as cartas estavam devidamente registradas. A referência a esses documentos e a sua transcrição, feita com o único fim de acentuar que a princípio eu considerava o Mapa das Cortes em que depois me apoiei na Exposição submetida ao Árbitro, impõe-me a obrigação de dar aqui algumas breves e mui fáceis explicações. No telegrama de 2 de Maio de 1893 fiz esta pergunta:

“Peço me digam telégrafo se cópia remetida Madrid dá Pitã (o Uruguay-Pitã) acima (do) Pepiry como na cópia Borges de

4 Esse ofício foi recebido por Felisbello Firmo de Oliveira Freire, que havia assumido a pasta das Relações Exteriores, em 22 de abril de 1893.

Castro ou se está de acordo (com a) cópia (de Paris) que nos é desfavorável.”

Esse telegrama era relativo aos dois exemplares já então conhecidos do chamado “Mapa das Cortes”, um depositado em Paris, o outro em Madrid.

O Sr. General Cerqueira respondeu: – “Madrid combina Paris. Não faz nos mal (se) Direito provado.”

Que aquele mapa nos não fazia mal e que a nossa causa havia de ser necessariamente ganha, assegurei eu ao Governo antes de partir para os Estados Unidos e também em Ofício Reservado de 5 de Agosto de 1893, quando ainda considerava errada a posição do Pepiry ou Pequiry no Mapa das Cortes. Nesse ofício declarei que responderia pelo bom êxito da nossa causa.

No mês de Maio, porém, e em presença dos novos documentos descobertos pelos Argentinos, o nosso direito não estava provado como o Sr. General Cerqueira supunha. O advogado Ivins estava trabalhando em New York nesse sentido, mas a demonstração não estava ainda feita. Ao chegar a Washington li os apontamentos que o Sr. General Cerqueira tinha remetido a esse advogado e li também o ofício que S. Ex<sup>a</sup> tinha dirigido ao Governo em 6 de Abril desse ano. Depois, examinei os trabalhos gráficos que S. Ex<sup>a</sup> executou a meu pedido. Os desenhos, o ofício e os apontamentos não modificaram o meu primeiro juízo sobre o Mapa das Cortes, e só serviram para fortificar a convicção que eu tinha então, tenho agora, e hei de ter sempre, de que o Pequiry desse mapa é um rio ao Oriente do Pepiry dos mapas dos Jesuítas. Entendendo eu então que o Pepiry dos mapas dos Jesuítas era o Pepiry-Guaçú demarcado em 1759, – como pensavam os seus próprios demarcadores daquele ano, espanhóis e portugueses, – não

podia considerar o Mapa das Cortes um documento favorável à nossa causa, como o não consideraram, pelo mesmo motivo, o Vice Rei Luiz de Vasconcellos e os Comissários Veiga Cabral e Roseró, na segunda demarcação. Em Ofício reservado, de 3 de Agosto, escrevi o seguinte: “A pedido meu, o Sr. General Castro Cerqueira reduziu à mesma escala esse mapa” (o das Cortes), “o da Comissão Mista Brasileira Argentina, e todos os outros documentos geográficos, anteriores a 1750, mencionados na minha Confidencial de 5 de Maio. Desse trabalho resulta que todos os mapas que citei” (os dos Jesuítas e os de d’Anville) “mostram o nosso bom direito, a exatidão das informações dadas em 1759 pelo prático Arirapy e o erro do Mapa das Cortes, que os demarcadores de 1759 corrigiram com muito fundamento, autorizados pela declaração dos Plenipotenciários escrita nas costas do mesmo [neste ponto, faltam algumas páginas, cuja numeração foi rasurada e que salta de 45 para 48] ... em Washington, e cunhado, conselheiro e colaborador do General Cerqueira. Devo por isso deixar consignado aqui com toda a clareza qual o partido que nas notas ao advogado Ivins o Sr. General e o seu colaborador contavam tirar dos mapas para levar ao espírito do Arbitro a convicção do nosso direito. Não vou discutir o assunto porque a discussão deste e de outros pontos interessantes não é para este lugar: vou apenas aproximar documentos para que figurem como pedras de espera. Mas, para ser compreendido imediatamente por quem possa ler estas linhas, devo dizer que o Mapa oficial de 1749, vulgarmente chamado “das Cortes”, é, no tocante ao desenho geográfico do território compreendido entre o Baixo Iguaçú, o Alto Paraná e o Alto Uruguay, uma cópia ligeiramente modificada, dos mapas dos Jesuítas. Pode-se ver isso nos três desenhos que apresento adiante no Anexo A. O primeiro é fac simile do trecho que

nos interessa no mapa de 1726, dos Jesuítas do Paraguay; o segundo é fac-símile do trecho correspondente no Mapa das Cortes, e o terceiro a demonstração gráfica, por superposição, do que já estava patente pela simples inspeção ocular dos dois primeiros desenhos. As letras do alfabeto distribuídas pelos afluentes do Uruguay designam cada uma o mesmo rio nos dois mapas. O rio A dos Jesuítas é o A do Mapa das Cortes; o B de um é o B do outro, e assim por diante; mas o rio a que os Jesuítas davam o nome de Pepiry é o rio B, abaixo do Salto, e o rio que no Mapa das Cortes tem o nome de Pequiry e o rio A, acima do Salto. Em ambos os mapas o nome de Uruguay-Pitã é aplicado ao mesmo rio (J). Nos mapas dos Jesuítas [algumas palavras ilegíveis]. Os seguintes trechos da 1ª série de notas ao advogado Ivins (única série com que fui graciosamente favorecido, e logo depois de meu desembarque em New York) vão demonstrar que o Sr. General e o seu colaborador esperavam persuadir o Arbitro de que tanto o rio B como o rio A eram o nosso Pepiry Guaçú, querendo fazer de dois rios visivelmente distintos um só rio verdadeiro:

1ª Série de notas (Anexo Nº 1 ao *Relatório*): “Nº 17. – ... À vista do exposto conclui-se que ainda recorrendo ao célebre mapa das Cortes, que não merecia, entretanto, nem devia merecer a plena confiança dos próprios Plenipotenciários que ajustaram o Tratado de Limites de 1750, o nosso Pepiry Guaçú é o verdadeiro rio dos Tratados.” ... “Nº 19. – Se não podiam merecer muita confiança o mapa das Cortes e outros em semelhantes condições, o mesmo não se poderá pensar a respeito daqueles que os Padres da Companhia de Jesus, senhores daquelas regiões, fizeram publicar em Roma no ano de 1726. É isto intuitivo e seria supérfluo qualquer demonstração pois ninguém ignora a grande competência dos Jesuítas. Para a questão o mapa deles, contruído em

época anterior ao 1º Tratado de limites não pode deixar de ser um documento de alta valia. Pois bem: ali vem o Pepiry na sua verdadeira posição relativa, isto é, na posição em que está o nosso Pepiry-Guassú (sic), desaguando no Uruguay ao Ocidente do Uruguay-Pitã.”

Assim, no N° 18, o nosso Pepiry-Guaçú era o rio A, e no N° 19 passava a ser o rio B. Foi com este mesmo plano de defesa, com o propósito de fazer do rio A e do rio B um só rio, que o Sr. General Cerqueira arrumou em coluna, atravessando-os de alto a baixo com linhas de correspondência, os doze desenhos que apresentou no Anexo N° 5 ao seu *Relatório*, e arranjou as quatro superposições numeradas de 9 a 12, que, como já disse, fui obrigado a apresentar agora no meu Anexo N° 7 porque se não o fizesse, algum arquivista que no futuro percorresse estes papéis poderia ficar supondo à vista do § 12 do *Relatório*, que eu tinha ocultado e suprimido em proveito meu esses desenhos comparativos. Deixei de reproduzir a demonstração que no N° 17 da 1ª série de notas precede as linhas finais acima transcritas, demonstrações que é a mesma do citado ofício de 6 de Abril de 1893, e deixei de transcrever também neste lugar a demonstração mais desenvolvida e complicada que se lê nos §§ 6 e 7 das notas que têm por título Mais alguns mapas, onde são comparados os dos Jesuítas com os das Cortes e o espanhol da 2ª demarcação. Limito-me a dar os dois trechos citados porque o meu objeto nesta ocasião não é analisar as notas que o advogado Ivins não utilizou e de que também me não servi.



Eu disse acima que o Sr. General Cerqueira, mesmo depois da chegada das duas cópias autênticas do Mapa das Cortes, – os exemplares de Paris e de Madrid, – entendia que esse

documento não merecia e não devia merecer muita confiança, e que pouco valor tinha.

A minha afirmação, quanto à primeira parte, já ficou provada com a transcrição de trechos dos N<sup>os</sup> 17 e 19 da 1<sup>a</sup> série de notas para o advogado Ivins; quanto à segunda parte, ficará agora justificada com a transcrição do seguinte trecho do ofício que o Sr. General durante a sua interinidade, dirigiu ao Ministro das Relações Exteriores em 6 de Abril de 1893, pela 2<sup>a</sup> Seção da Secretaria de Estado:

“Estes argumentos sugeridos pela comparação dos dois referidos mapas servem para rebater com vantagem, além de outra qualquer alegação *ex adverso* fundada no Mapa das Cortes, o qual aliás, como V. Ex<sup>a</sup> bem sabe, pouco valor tem para a solução do litígio,<sup>5</sup> porquanto está demonstrado por muitos e valiosos documentos que as Cortes de Espanha e Portugal tiveram em vista, não ele, mas os trabalhos dos demarcadores de 1759 para o ajuste do Tratado preliminar de limites de 1<sup>o</sup> de Outubro de 1777.”

Eis aí, pois, o que era o Mapa das Cortes para o Sr. General Dionysio Cerqueira e para o seu colaborador e parente, autor dos dois artigos a que acima me referi:

Um documento que não merecia e não podia merecer muita confiança; um documento que pouco valor tinha para a solução do litígio.

O documento ficou tendo todo o valor para a solução do litígio é certo, mas somente depois que, graças a um texto do Padre Lozano, eu o pude compreender bem e tirar dele o devido partido, como explico no Anexo A.

\*\*\*

---

5 Certifico que transcrevo fielmente este trecho do caderno em que o Sr. Domingos Olympio registrou o minuto e que nesta minha transcrição não saltei palavra ou frase alguma como se poderia supor.

Fiz na primeira parte destas Observações o fácil arrolamento dos tão falados documentos novos adquiridos antes de minha chegada. Quanto ao serviço de pesquisa de documentos, a correspondência oficial durante a interinidade do Sr. General Cerqueira apenas revela como acima mostrei, o pedido de uma indagação sobre a origem do mapa do Brasil e seus confins anexo ao 3º Volume da Coleção Borges de Castro e o de cópia de outro, muito conhecido, que faltava no seu exemplar desse 3º Volume. Se S. Ex<sup>a</sup> estivesse compenetrado da conveniência ou utilidade de argumentar a nossa documentação, e se fosse afeiçoado a investigações históricas e geográficas, teria procedido a buscas no Rio de Janeiro mesmo, em 1892, nos muitos meses que mediaram entre a sua escolha para servir na missão especial confiada a Aguiar de Andrada e a data da partida para os Estados Unidos. Teria assim podido levar para Washington vários documentos que muito depois obtive, valendo-me do precioso Catálogo da Exposição de História do Brasil, das informações de Varnhagen e de Teixeira de Mello, e de outras indicações, umas vagas, outras precisas, que fui encontrando nos códices da nossa Biblioteca Nacional e nos volumes do Arquivo Público que o benemérito Diretor-Geral da nossa Secretaria de Estado remetera para Washington. O Sr. General Cerqueira teria até podido levar do Rio de Janeiro os dois mapas seguintes que só em Novembro de 1893 achou na Espanha quando para lá foi destacado:

- 1) O de Azara, de 1787, que está no Arquivo Militar e figurada, com o N<sup>o</sup> 1605, no Catálogo da Exposição de Geografia Sul-Americana (Rio, 1891);
- 2) O de Requena, de que há uma cópia manuscrita no Ministério das Relações Exteriores, e de que eu tinha, nas pastas que levei, um exemplar, gravado em Philadelphia. – De passagem direi que S. Ex<sup>a</sup> em uma carta de Madrid, deu-se até ao incômodo



de explicar-me quem fora esse Requena, cuja Memória em 1861, quando terminava os meus estudos preparatórios, eu tinha lido impressa em uma coleção conhecida.

A correspondência do meu tempo, no período de preparação da Memória, mostra 63 ofícios e cartas, que expedi, alguns bastante extensos, além de 49 telegramas, pedindo documentos, insistindo por eles, animando com o agradecimento ou o louvor os que ordenavam ou faziam as buscas, e dando às vezes indicações precisas sobre o lugar em que os documentos seriam encontrados. Foi então que apareceram em virtude de indicações minhas, entre outros documentos importantes: em Lisboa, a correspondência de 1749 e 1751 relativa ao Mapa das Cortes, que veio resolver muitas dúvidas; em Simancas e Lisboa, a Instrução Particular de 27 de Julho de 1758, que veio destruir o maior e mais forte argumento dos segundos demarcadores espanhóis e do Governo Argentino; no Rio de Janeiro, o Plano ou Instrução do Vice-Rei Vertiz, de 12 de Setembro de 1778, – o próprio original, – que serviu para restabelecer em sua integridade um trecho importante alterado por Cabrer. Foi então que apareceram também os documentos que o Sr. General Cerqueira me remeteu ou levou da Espanha em desempenho de comissão que lhe confiei, pelo que entendo que me cabe alguma pequena parte no mérito do resultado em virtude da conhecida regra – *qui facit per alium facit per se*.

A ideia dessa viagem não me foi sugerida por S. Ex<sup>a</sup> Convidei-o no dia 10 de Agosto de 1893 para ir visitar os arquivos de Espanha e de Portugal em busca de documentos, e devo dizer que S. Ex<sup>a</sup> se declarou pronto para partir dentro de poucos dias. Não o convidei porque houvesse motivo de queixa dos dois Ministros que então tínhamos em Madrid e Lisboa, os Srs. Cunha e Vianna de Lima, cujo zelo e dedicação no serviço

reconheci e aplaudi em mais de uma ocasião. Convidei-o porque a esses Ministros eu só podia pedir os documentos de que tinha alguma notícia, ao passo que indo pessoa que tivesse estudado a essa questão e conhecesse os documentos que tínhamos, poderia achar outros cuja existência ignorávamos e cuja importância poderia escapar a quem não estivesse senhor da questão. Pedi imediatamente pelo telégrafo a necessária autorização do Governo para a viagem do Sr. General Cerqueira, mas só a recebi no dia 19 de Outubro, pelo correio, tendo-se extraviado o telegrama que me fora expedido dois meses antes. Com a notícia que lhe transmiti de haver chegado a Instrução Particular de 1758 e de não conter ela o trecho inventado pelos Comissários espanhóis da 2ª demarcação, S. Ex<sup>a</sup> mostrou-se hesitante. “Agora”, telegrafou-me de Chicago no dia 28 de Outubro, “creio muito dispensável ida Europa; entretanto estou pronto. Peço resposta para calcular partida daqui.” “Não é indispensável”, respondi eu pelo telégrafo no mesmo dia, “mas é muito conveniente porque na correspondência dos Embaixadores ainda podemos encontrar muita coisa. Sem a sua ida será preciso fazer copiar tudo, o que exigiria muito tempo, ao passo que, indo, o Sr. só fará copiar o que tiver importância para esclarecimento de certos pontos. Há também a examinar a correspondência Valdelirios-Bobadella, achar mapa 1760. Tudo isso pode ser feito dois meses. Conversaremos aqui.”

Regressou a New York, onde eu estava trabalhando, e preparou-se para partir, mas por vezes, – e ainda na noite de seu embarque, – manifestou-me o receio de que essa viagem fosse inútil por estar descoberto tudo quanto havia de importante. Animeei-o sempre, assegurando-lhe que acharia ainda documentos de valor e teria assim ocasião de prestar um bom serviço à nossa causa. Entreguei-lhe, não instruções

como S. Ex<sup>a</sup> diz mas duas desprezíveis lembranças, uma sobre documentos que S. Ex<sup>a</sup> poderia examinar na Espanha, a outra sobre indagações a fazer em Portugal.

O Sr. General partiu de New York no dia 11 de Novembro de 1893, chegou a Madrid na noite de 23 e começou as buscas na manhã seguinte. No dia 25 escrevia-me: – “Se puder dispensar-me de ir agora a Lisboa, ficaria muito agradecido.” No dia 26: – “Diga Lisboa” (isto é, ao Ministro do Brasil em Portugal) “copiar tudo remeter. Devo ficar todo tempo Madrid, Simancas. Coleta riquíssima.” Não respondi, e em telegrama de 5 de Dezembro, S. Ex<sup>a</sup>, depois de anunciar que tinha achado muito, acrescentou: – “Deus protege nossa pátria. Parto hoje Paris e sábado New York.”

Esta resolução foi tomada de motu próprio, e antes da decisão arbitral do Presidente dos Estados Unidos da América, em Fevereiro de 1895, foi o único ato de iniciativa ou de motu próprio que pude perceber no Sr. General Cerqueira em assuntos de serviço.

Doze dias estive S. Ex<sup>a</sup> na Espanha, quando o que esperava era que empregasse dois meses no trabalho de pesquisa e exame de documentos. No dia 18 de Dezembro estava de volta, em New York.

No seu *Relatório* fala S. Ex<sup>a</sup> dessa viagem nos seguintes termos:

§ 8 – “Por não parecer-me então necessário, deixei de entregar a V. Ex<sup>a</sup> a relação detalhada dos documentos que encontrei nos arquivos de Espanha”.

§ 9 – “Antes de minha partida para a Europa, em Novembro de 1893, em busca de documentos para a questão de limites, V. Ex<sup>a</sup> dignou-se de dar-me, como instruções, uma relação de documentos, que julgava necessários. Alguns já haviam sido obtidos e remetidos a V. Ex<sup>a</sup> pelo Sr. Xavier da Cunha, nosso

Ministro em Madrid, o qual, sempre interessado e solícito, muito bons serviços prestou à Missão Especial. Outros foram enviados de Madrid por mim a V. Ex<sup>a</sup> e o maior número e de maior importância entreguei pessoalmente quando voltei a New York”.

§ 10 – “Anexas sob o N<sup>o</sup> 3 vão as instruções de V. Ex<sup>a</sup>, e sob o N<sup>o</sup> 4 a relação dos documentos que coube-me a fortuna de descobrir em minhas pesquisas, muitas das quais foram julgadas por V. Ex<sup>a</sup> na sua Exposição, de grande importância, e cuja existência não era então suspeitada”.

Neste último parágrafo sou obrigado a mostrar que é preciso substituir – muitos dos quais – por alguns dos quais. – Com esse fim apresento adiante os seguintes Anexos:

N<sup>o</sup> 4 – Procedência dos mapas anexos à minha Exposição;

N<sup>o</sup> 5 – Procedência dos documentos citados no texto da minha Exposição.

O primeiro desses Anexos mostra que utilizei, fazendo-os reproduzir e apresentando assim ao Árbitro, os quatro seguintes mapas achados pelo Sr. General Cerqueira: – Palomares (um pequeno trecho, no Vol. V); Millau, 1768; Millau, 1770; e Azara, 1787 (estes três no Volume VI, fac-símiles completos, sendo que no certificado do arquivista, em dois dos mapas, está declarado que foram copiados a requerimento do Sr. General).

O Anexo N<sup>o</sup> 5 mostra que no corpo da Exposição propriamente dita utilizei, citando-os ou transcrevendo trechos, os seguintes documentos achados por S. Ex<sup>a</sup>:

Pg. 48 e 49 (refiro-me ao Vol. II em que está o texto português): – Mapa Palomares, para mostrar que também nesse o Uruguay Pitã estava a Leste do Pepiry, como no mapa Borges de Castro.

Pg. 165 a 167: – Despacho de 3 de Junho de 1775, do Marquês de Grimaldi, construindo uma Junta Consultiva para o estudo da questão de limites e dizendo que o mapa de Olmedilla poderia servir de algum auxílio para esse estudo.

Pg. 177: – Os dois mapas de Millau e o de Azara; e o despacho já citado de Grimaldi.

Pg. 178: – A referência em nota a um trecho relativo a Olmedilla, no dicionário de Roque Barcia.<sup>6</sup>

O primeiro documento (Palomares) é o mapa que chamávamos Almodovar, por ter sido autenticado pelo Ministro desse nome, em 1842, uma cópia no Arquivo da Missão. Pedi ao Sr. General que verificasse se a reprodução estava fiel, ou se havia erro, como supúnhamos. S. Ex<sup>a</sup> verificou que havia erro e que o original fora desenhado por Palamares. Fez copiar exatamente o trecho em que se tinha dado o engano do copista. Os outros documentos que também utilizei, dos achados por S. Ex<sup>a</sup> (Despacho de 3 de Junho de 1776, os dois mapas de Millau e o de Azara) não foram nominalmente pedidos por mim, porque eu os não conhecia, mas S. Ex<sup>a</sup> foi também incumbido de procurar e remeter mapas manuscritos e quaisquer documentos que nos fossem favoráveis.

---

6 O Sr. Zeballos tinha citado um trecho de Barcia, "Apuntaciones biográficas" desfavorável a Olmedilla. Pedi ao Sr. General Cerqueira que procurasse a obra citada e fizesse copiar toda a parte relativa àquele geógrafo. Não lhe falei no muito conhecido Andrés Gonzalez de Barcia. O Sr. General, consagrando no seu anexo N<sup>o</sup> 3 várias linhas ao trecho do *Diccionario Etymologico de la lingua española* de Roque Barcia, onde algum livreiro de Madrid, ou algum bibliotecário, lhe mostrara a pequena e inexacta notícia sobre Olmedilla, deu-se ao trabalho de ensinar-me que em 1749 um Andrés Gonzalez de Barcia publicara a obra intitulada – *Historiadores primitivos de las Indias Occidentales*. Posso completar a indicação dizendo que há talvez trinta anos possui a citada obra, e que em 1867 comprei em Paris a Bibliotheca Americana Vetualissima do meu amigo Henry HARRISSE, obra que me acompanhou aos Estados Unidos e na qual eu já tinha verificado em 1893 que o Barcia citado pelo Sr. Zeballos não podia ser Andrés Gonzalez de Barcia, falecido em 1743, trinta e dois anos antes do aparecimento do mapa de Olmedilla.

Foi principalmente para procurar o desconhecido que me lembrei desta comissão à Península porque para achar documentos de que eu tinha notícia bastaria pedi-los aos Srs. Vianna de Lima e Cunha. Chegando à Espanha, o Sr. General Cerqueira pediu aos Arquivistas que lhe mostrassem os referentes aos dois Tratados e às duas demarcações, e fez a escolha dentre os que foram então retirados das gavetas e pastas e submetidos ao seu exame. Se eu tivesse escolhido para essa comissão o Sr. Contra-Almirante Guillobel, que duas vezes me manifestara o desejo de ser dela encarregado, teriam sido esses documentos encontrados por ele e não por S. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. General Cerqueira cita, na sua relação, como achados por S. Ex<sup>a</sup>, outros documentos de que Ormedilla e ao seu grande mapa da América do Sul gravado em 1775. Quanto a estes achados, de 1893, a memória de S. Ex<sup>a</sup> lhe não foi fiel em 1895, no seu *Relatório*, nem tampouco em 1898, quando a tal relação foi publicada em um jornal do Rio de Janeiro.<sup>7</sup> Ao Sr. Cunha escrevi em 7 de Setembro de 1893, pedindo que encarregasse uma pessoa habituada a trabalhos de investigação de reunir todas as informações que pudesse obter sobre a vida, os serviços e as obras de Olmedilla e dos Comissários espanhóis da primeira demarcação, Arguedas, Millau e Marron. Sobre o primeiro, especialmente, pedia eu “informações muito completas, e, sendo possível, cópia da sua biografia e uma relação muito completa dos mapas que construiu e gravou”.

---

7 No *Debate*, de 15 de Novembro de 1898. Depois de transcrever a relação, disse o articulista: – “Estes documentos e outros, indicados pelo Barão do Rio-Branco, foram a este entregues em New York, pessoalmente pelo General Cerqueira, ao voltar de uma missão à Espanha, em Dezembro de 1893. Estes importantes serviços foram atribuídos a outrem, sem protesto da parte de seu autor, porque nunca fez questão de evidenciar a sua pessoa.”

Não sei se alguém atribuiu a outrem esses serviços. O que sei é que se eu não tivesse ido aos Estados não teria havido ocasião para que eles fossem prestados, e que aos meus officios ao Governo eu dei sempre o seu a seu dono.

O Sr. Cunha dirigiu-se aos arquivistas e bibliotecários, e recebeu do Diretor do Arquivo de Alcalá de Henares a seguinte informação assinada pelo oficial encarregado das buscas: “*Se encuentra en este Archivo un expediente de los años 1764 a 1802 relativo al Mapa de America Meridional formado por Don Juan Cruz Cano y Olmedilla, con el qual se hallan varias cartas suyas y un informe sobre el assento, de Don Francisco Requena ... Alcalá de Henares, 7 de Noviembre 1893. El Oficial (assignado) José Garreta*”.

O Sr. General Cerqueira só partiu de New York no dia 11 de Novembro, e só chegou a Madrid doze dias depois. É por isso que no meu Anexo N<sup>o</sup> 5 apresento esses documentos como achados pelo Sr. Cunha e não por S. Ex<sup>a</sup>.

Dos que citei, encontrados pelo Sr. General, quatro eram sem dúvida muito importantes e fortificam a nossa causa: – o Despacho de Grimaldi, porque era documento oficial que tornava incontestável o que eu já havia dito no Anexo N<sup>o</sup> 2 à Confidencial de 2 de Agosto de 1893, N<sup>o</sup> 5, 2<sup>a</sup> Seção, citando a autoridade de um historiador e diplomata argentino, isto é, que na negociação do Tratado de 1777 o Governo Espanhol tivera presente o Mapa de Olmedilla e fora sobre ele que traçara a linha de fronteiras; os dois mapas de Millau, porque mantinham ao Pepiry-Guaçú demarcado em 1759 o nome de Pequiry, uma das denominações que se liam no Tratado; e o de Azara, porque o seu Pepiry Guaçú, como o de Olmedilla, era o mesmo demarcado em 1759, o que ficaria ainda mais patente pela declaração do autor no exemplar manuscrito<sup>8</sup> que está

---

8 N<sup>o</sup> 1605 no Catálogo da Exposição Geográfica Sul-Americana realizada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (Rio, Imprensa Nacional, 1891): – “*Carta esferica reducida de las Provincias del Paraguay y Misiones Guaranés con el distrito de Corrientes. La dirigió, costeó, calculó y hiso voluntariamente el Capitan de navio D. Felix de Azara, Gefe de la 3<sup>a</sup> Division de Demarcadores de Limites, quien hace saber: que para el rio Uruguay, se ha dirigido por el Mapa de los demarcadores del Tratado de 1750...*”.

no Rio de Janeiro. Foram muito importantes aquisições esses documentos e serviram para fortalecer a nossa argumentação antiga baseada no segundo Tratado e nas Instruções relativas a ele, mas nenhum deles serviria para destruir a alegação fundamental dos segundos demarcadores espanhóis e do Governo Argentino de que houvera erro na demarcação de 1759, sendo então tomado por Pepiry um rio mais ocidental do que o verdadeiro, o qual (inventaram os Espanhóis da segunda demarcação) “*um rio caudaloso, con una islã montuosa frente de su boca, un arrecife dentro de su barra, y, esta, aguas arriba del Uruguay-Pitã*”. O que serviu para isso foram os documentos relativos à negociação do Tratado de 1750 e ao Mapa das Cortes, achados por Vianna de Lima; a Instrução Particular de 1758, encontrada por ele em Lisboa e pelo Sr. Cunha em Simancas; a defesa dessa primeira demarcação graças ao achado desses documentos (Exposição II, pp 104 a 117) e o estudo comparativo de mapas que pude fazer (II, 117 a 158). Foi assim que desapareceu a invenção dos Comissários espanhóis da 2ª demarcação, e que o “Mapa das Cortes”, que era, para o General Cerqueira, um documento de pouco valor, ficou sendo um dos documentos decisivos que apresentamos ao Árbitro, e até o mais decisivo dos documentos, apesar das opiniões desfavoráveis que haviam manifestado engenheiros e geógrafos de Portugal e da Espanha empregados na 1ª e na 2ª demarcação. Devo, entretanto, dizer que mesmo sem todos esses documentos novos, unicamente com os que estavam conhecidos, a nossa causa seria vencedora, como afirmei em ofício de 8 de Abril de 1893<sup>9</sup> e repeti no de 5 de Agosto do mesmo ano. Bastaria que nos apoiássemos no segundo Tratado e que não quiséssemos provar mais, estrangando aos olhos

---

9 Nesse caso, antes de partir de Paris, Rio-Branco já teria realizado pesquisas que lhe garantissem o ganho de causa na questão.



do Árbitro, como se pretendeu fazer, toda a argumentação baseada em mapas.



O bom desempenho dessa Comissão à Espanha foi o serviço real e importante que o Sr. General Cerqueira prestou durante a pendência da causa nos Estados Unidos, e fiquei muito contente de lhe haver oferecido essa oportunidade de assinalar-se. O Governo foi de tudo informado em tempo. Em Ofício Reservado de 28 de Novembro de 1893 (1ª Seção, Nº 8), eu disse ao Ministro das Relações Exteriores:

“ ... Agora mesmo, em poucos dias, tem o General Castro Cerqueira encontrado em Madrid vários documentos que eu lhe pedira e outros de que não tínhamos notícia alguma, entre os quais citarei um mapa oficial, desenhado em 1770 por ordem de Bucarelli, Governador de Buenos Aires, por Francisco Millau, geógrafo espanhol da primeira demarcação, mapa em que é proposta para fronteira a linha do Pequiry ou Pepiry-Guaçú e do Santo Antonio adotada no Tratado de 1777. Esse mapa foi sem dúvida consultado na negociação do Tratado ...”

Em ofício ostensivo de 31 de Dezembro de 1893 (2ª Seção, Nº 34): “Tenho a honra de participar a V. Exª que o General Castro Cerqueira acaba de regressar de Espanha, onde visitou os Arquivos de Madrid, Simancas e Alcalá de Henares.

“Em pouco tempo, e procedendo pessoalmente às buscas, pôde ele encontrar e trazer não só os documentos que eu pedira, mas outros de que não tenhamos notícia alguma. Entre os mapas copiados há dois do geógrafo Millau, que serviu na 2ª Partida de Demarcação em 1759 e 1760, e explorou o Pepiry e o S. Antonio. Esses foram feitos em 1768 e 1770 em Buenos Aires

por ordem do Governador Bucarelli, e o segundo para o fim especial de propor uma linha de limites que passa pelo Pepiry e S. Antonio. O Pepiry figura nesses mapas com o nome de Pequiry. Outro mapa interessante é o de Azara, de 1787, com a linha do Tratado de 1777 passando pelo nosso Pepiry Guaçú e S. Antonio. Citarei também os papéis da Junta Consultiva nomeada em 1776 pelo Rei de Espanha para estudar e propor a nova linha de limites, traçando-a à vista do mapa da América do Sul por Ormedilla, e numerosos documentos que mostram ter sido esse mapa mandado construir e gravar por ordem do Rei de Espanha. ... Embora empreendida tarde, e por isso muito rápida, a viagem do General Castro Cerqueira foi sumamente proveitosa, e mostra bem a diferença que há entre o resultado de pesquisas feitas por quem conhece os pontos a investigar em uma questão já estudada e o resultado de indagações feitas desordenadamente por pessoas incompetentes que procedem nas buscas sem prévio conhecimento geral das questões a esclarecer ...”

Só tenho a corrigir, dos trechos acima, o que faz menção dos documentos relativos a Olmedilla, os quais, como ficou dito, foram procurados e achados antes da chegada do Sr. General à Espanha.

A maior parte do trecho que suprimi na transcrição do ofício de 31 de Dezembro é relativa a Vianna de Lima, de cujos serviços tratei em várias comunicações ao Governo.



O Sr. General Cerqueira anexou por último ao seu *Relatório* um ofício que no dia de sua partida de Madrid dirigiu ao Sr. Cunha, agradecendo-lhe os serviços prestados à Missão Especial.

Devo por isso deixar consignado que mais de uma vez dirigi agradecimentos ao Sr. Cunha, por serviços que prestou com referência à missão especial que me estava confiada. Assim, logo que me anunciou ter sido encontrado em Simancas a Instrução de 1758 que lhe dissera dever estar ali entre os papéis do Marquês de Vandelirios, telegrafei e, 2 de Outubro (1893): – “Cunha, Ministro Brasil, Madrid. – Achado importante. Muito agradeço. Certo V. Ativará as outras buscas.”

Na mesma data, disse eu em ofício “Recebi hoje com grande prazer o telegrama de V. Ex<sup>a</sup>, anunciando-me que fora encontrada a Instrução Particular de 27 de Julho de 1758. Pelo telégrafo já enviei a V. Ex<sup>a</sup> os meus agradecimentos, que renovo aqui muito cordialmente.”

E em carta de 5 de Dezembro: “... Pelo telégrafo já agradei, em princípios de Outubro, a diligência com que V. Ex<sup>a</sup> mandou procurar a Instrução Particular de 27 de Julho de 1758. Esse documento, que fico devendo a V. Ex<sup>a</sup>, é da maior importância e destrói completamente os principais argumentos dos Argentinos, Assim, ainda que tão longe V. Ex<sup>a</sup> poderá ter a satisfação de haver contribuído para a solução deste pleito secular, e, pela minha parte tenho verdadeiro contentamento em reconhecer que encontramos sempre em V. Ex<sup>a</sup> a mais pronta, eficaz e inteligente colaboração.” Creio que esses agradecimentos foram muito mais calorosos do que o do Ofício que o Sr. General escreveu em Madrid.



Acabo de examinar todos os parágrafos do relatório e alguns dos documentos a ele anexos, confirmando asserções do seu autor, e explicando ou retificando outras. Resta-se somente

considerar as queixas que, segundo me disseram, S. Ex<sup>a</sup> tinha de mim.

Em uma carta que me dirigiu no dia 11 de Março de 1895, S. Ex<sup>a</sup> fala em “desconsiderações”. – “ Nunca protestei uma ou outra desconsideração proposital ou não, que sofri.”

Confirmo aqui a vista a esse trecho, escrita por mim em 1895<sup>10</sup>: “Sempre tratei o autor desta carta com a maior consideração e até com todas as possíveis demonstrações de afeto, e dei-lhe nos trabalhos da missão uma parte muito maior do que a que tinha no tempo de meu predecessor. Se não utilizei na Exposição todos os trabalhos de desenho geográfico que fez, a meu pedido, foi, ou porque eles tendiam a apresentar a questão, ou porque pela fotogravura as reproduções de mapas se fazem com mais perfeição. Incumbi-o de uma missão à Espanha quando poderia tê-la confiada a outro, e dei-lhe assim a oportunidade de prestar bons serviços incomparavelmente superiores ao de desenhos geográficos e reduções feitas a pantógrafo. Esses serviços foram reconhecidos por mim e referidos ao Governo em mais de um ofício.”

Disseram-me que S. Ex<sup>a</sup> pensava que, sendo também Ministro, devia assinar os ofícios e notas da missão e a Exposição que submeti ao Árbitro; que levou a mal um trecho do Relatório de 1894 em que o Ministro Cassiano do Nascimento manifestava a sua confiança no Plenipotenciário incumbido da defesa da nossa causa. Ouvi também que S. Ex<sup>a</sup> estranhara não ter recebido, como eu, uma nota do Secretário de Estado convidando-o para ir receber o laudo.

Estas queixas não tinham fundamento algum.

---

10 Essa carta está transcrita no anexo Nº 15. Tive necessidade de escrever aí quatro notas retificativas ou explicativas.

A missão especial em Washington não foi confiada em 1892 a dois Ministros, mas a um só, e assim continuou até 1895. O Sr. General Cerqueira foi nomeado Ministro para servir na missão especial confiada a Aguiar de Andrada, que em 1895 foi exonerado do cargo de Ministro que exercia na missão especial confiada a mim. As instruções que recebi diziam:

“Como substituis o falecido Barão de Aguiar de Andrada, o Sr. General Castro Cerqueira que também é Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, fica sob a vossa direção, como estava sob a daquele Ministro, e o Contra-Almirante Guillobel é vosso auxiliar técnico e não de ambos os Ministros” (Despacho de 22 de Abril de 1893, N° 4. 1ª Seção de que o Sr. General Cerqueira teve conhecimento).

Os despachos do Ministério das Relações Exteriores eram dirigidos somente a Aguiar de Andrada, e era só este Ministro quem respondia ou oficiava ao Governo Brasileiro, quem dirigia notas ao Governo Americano e dele recebia comunicações. Eu não fiz inovação alguma a esse respeito: aceitei a posição e as atribuições que me foram dadas, sem nada pedir e sem formular condições novas. Não aceitei somente a posição: aceitei e assim também todas as suas responsabilidades. A situação do Sr. General Cerqueira não era, como se vê, a de um verdadeiro Ministro em exercício: era a de um Consultor técnico com honras de Ministro Plenipotenciário, incumbido de auxiliar o único Plenipotenciário a quem fora confiada a missão e de o substituir no caso de impedimento. No serviço diplomático da Inglaterra, da França e de outros países encontram-se situações idênticas. Assim, o Secretário da Embaixada da Inglaterra em Paris tem sempre a graduação de Ministro Plenipotenciário para que nos casos de impedimento do Embaixador não fique sendo um simples Encarregado de Negócios. Se houvesse na missão especial em Washington dois

Ministros efetivos, os Despachos do Governo seriam dirigidos aos dois, as resoluções seriam tomadas conjuntamente por eles, e ambos assinariam os ofícios e notas. Todos naquela missão tinham posição perfeitamente definida, menos o Sr. General Cerqueira que se colocou em posição equívoca, por não ser aquele a que se julgava com direito. Eu para isso em nada concorri, porque só apareci depois de estar tudo bem assentado e feito.

Se essa situação lhe não era agradável, o que cumpria a S. Ex<sup>a</sup> fazer era reclamar desde o princípio, ou mesmo depois da minha chegada, mas nunca esperar que eu levasse o meu desprendimento ao ponto de modificar as instruções que tinha e as regras de serviço estabelecidas antes da minha chegada. S. Ex<sup>a</sup> me manifestou a pretensão de ser um referendário dos papéis que eu tinha a obrigação de fazer e assinar. Quanto à Exposição, o Sr. General limitou-se a referir-me por duas vezes que o advogado Ivins tinha manifestado a intenção de assinar a que estava escrevendo, mas que S. Ex<sup>a</sup> lhe observara ser isso contra os estilos diplomáticos, e que os memorandos nunca são assinados. A repetição me fez compreender que S. Ex<sup>a</sup> desejava simplesmente que eu não assinasse a Exposição que estava escrevendo. O Sr. Dr. Domingos Olympio, esse entendia, como depois vim a saber, que não só o General, mas também ele e os outros Secretários da missão deviam assinar a Exposição, e pela imprensa tem dado a entender, em artigos assinados, que aquela missão, confiada a um só Ministro, era uma Comissão composta de vários membros com voto deliberativo. “Todos os membros da missão foram de voto ...”, escreveu em artigo recente.

Não usurpei o direito de ninguém fazendo e assinando a Exposição do Brasil: cumpri meu dever e usei de meu direito. A autorização que recebi do Governo, em telegrama, foi para

apresentar o meu trabalho – “o seu trabalho” – dizia esse despacho, e todos os que me cercavam então viram que a Exposição, imperfeita como está, foi toda ideada e escrita por mim. O fato de ter citado ou reproduzido alguns documentos que o Sr. General achou no exercício de comissão que lhe confiei não me impunha a obrigação de convidá-lo para assinar um documento que S. Ex<sup>a</sup> não tinha lido, que só veio a ler depois de entregue ao Arbitro e onde havia em mais de um ponto desacordo com manifestações suas, pela imprensa, em artigos assinados. Se tal obrigação houvesse, haveria também a de convocar para o mesmo fim da assinatura alguns dos nossos Ministros na Europa, os funcionários que no Brasil reuniram a coleção de documentos que a Secretaria mandou para Washington e até o Comissário argentino, Dr. Lebreton, que foi quem achou o Mapa das Cortes em que principalmente assentei a nossa defesa. Outros documentos que citei ou de que me servi foram achados até por gente que já então estava morta.

Compreende-se também que, no tocante a documentos, eu não podia estar na Exposição do Brasil a conjugar em todos os tempos o verbo – achar -. Quanto ao trecho do Relatório de 1894, do Sr. Cassiano do Nascimento, em nada concorri para ele e penso que não havia motivo para que o Sr. General o estranhasse desde que não ignorava que só a um Ministro fora confiada a missão.

Também não seria explicável qualquer reparo relativo à nota de 6 de Fevereiro de 1895 do Secretário de Estado Gresham, porque o fato de ser dirigida somente a mim não foi uma novidade. As notas do Governo Americano sempre foram dirigidas somente a Aguiar de Andrada ou a mim, salvo no período da interinidade do Sr. General Cerqueira, em que S.

Ex<sup>a</sup> [o texto é interrompido neste ponto, possivelmente por extravio das páginas finais].





[...] *La lecture de votre Mémoire m'a fort intéressé et je crois que vous avez eu grandement raison de vous borner à un exposé très clair et très persuasif de la question. Les prétentions brésiliennes sont désormais assez solidement justifiées, pour que le travail de la réplique se porte essentiellement sur une réfutation complète du Mémoire français.*

*J'ai parcouru cette dernière pièce et j'ai commencé à la relire plus attentivement; l'art du sophisme y est poussé très loin et j'y ai admiré une méthode très originale: répéter une erreur assez de fois et sous assez de formes différentes pour qu'elle ait l'air d'une vérité [...].*

[Trecho de carta de Virgile Rossel, datada de 25 de maio de 1899 e dirigida a Rio-Branco]

*Cher Monsieur,*

*J'aurais aimé vous serrer la main avant votre départ de Berne. Permettez-moi du moins de vous laisser ce petit souvenir des très agréables relations que j'ai eues avec vous. Je me rappellerai toujours avec plaisir une collaboration en cours de laquelle j'ai appris beaucoup de choses, et surtout à apprécier en vous un homme et un savant pour lequel je conserve la plus profonde estime et la plus respectueuse sympathie.*

*Votre bien dévoué*

[Carta de Virgile Rossel, datada de 8 de julho de 1901 e dirigida a Rio-Branco]

*Rio Branco.*

ANEXO 3  
TROCA DE CORRESPONDÊNCIA  
ENTRE RIO-BRANCO E  
VIRGILE ROSSEL

---



O início de abril de 1899 foi de excepcional atividade para Rio-Branco. Havia passado os meses anteriores mergulhado em pesquisas e na redação final de sua 1ª Memória, referente à defesa do Brasil na questão de limites com a Guiana francesa. Cedo, dia 4, participou pessoalmente da revisão do texto, na tipografia Lahure, em Paris, e à tarde saiu para adquirir os quatro bilhetes (para si, seus filhos Raul e Amelia, bem como para Domício da Gama), no trem que partia aquela noite com destino a Berna. Ao chegar à Capital suíça às 9:30 da manhã do dia 5, passou nota ao Presidente da Confederação suíça, à qual anexou cópias figuradas de suas credenciais e do seu discurso, objetos de sua audiência formal a cumprir, mais tarde às 16:00 horas, no Palácio Federal. Minutos depois de regressar ao seu hotel, após a cerimônia, recebeu a visita do Presidente e do Vice-Presidente da Confederação, em retribuição de praxe à que lhes havia feito pela manhã. Logo em seguida, às 17:30 horas, encontrou-se com o Secretário Político do Conselho Federal, a quem fez a entrega protocolar de 9 exemplares da Memória brasileira. Em seguida, passou nota ao embaixador da França, para solicitar ser recebido em visita de cortesia, e enviou seu cartão para o marquês de Ripert-Monclar, ministro francês, especialmente acreditado à embaixada francesa como assessor, para defender a posição de seu país, na questão a ser arbitrada pelo Conselho Federal suíço, conforme acordo celebrado pelas partes

envolvidas. No final da tarde, enviou telegrama ao Rio, pelo qual relatou suas atividades daquele dia.

Dia 6, pela manhã, preparou nota ao Presidente da Confederação, pela qual formalizou que apresentaria Réplica. Ainda pela manhã, recebeu resposta do embaixador francês, que marcou a visita solicitada para as 15:00 horas daquele dia e o recebeu na presença do marquês de Ripert-Monclar. Registrou seu dia em telegrama enviado à noite ao Rio. Dia 7, recebeu no hotel visita do Conselheiro Federal Lachenal (que chefiava o Departamento do Interior), bem como, sucessivamente, dos Ministros Plenipotenciários russo, Yonine, e português, Duarte Gustavo Nogueira Soares (1832-1901). Nogueira Soares convidou os membros da missão brasileira para almoço, dia 9, e voltou a convidar Rio-Branco, para novamente almoçar dia 12, domingo, ocasião em que o apresentou a Virgile Rossel (1858-1933), que figurou entre os convidados.

Rossel atuava a favor de Portugal no arbitramento da questão de Delagoa, contra a Inglaterra e os Estados Unidos. A questão que fora anteriormente objeto de arbitragem encontrava-se naquele momento em mãos de juiz desempatador suíço. Além de ser advogado respeitado na Suíça, Rossel era professor de Direito na Universidade de Berna, Consultor Jurídico do Departamento federal de Justiça bem como Conselheiro Nacional (deputado), pelo Cantão de Berna. Sua carreira teve seguimento altamente positivo, pois, em 1912, chegou a Presidente do Conselho Nacional e encerrou sua carreira como juiz da Suprema Corte da Suíça. Além de todas essas qualificações, passadas e por vir, Rossel era homem de confiança do Secretário Político do Conselho Federal, Gustavo Graffina, e amigo íntimo do Conselheiro Federal Eduard Müller, que, em 1899, ocupava a presidência de turno da Confederação suíça.

Rio-Branco já tinha conhecimento do nome de Rossel – provavelmente indicado pelo Ministro da Suíça em Paris, Charles Lardy – pois encabeçava lista em registro que fizera nos seus *Cadernos de Notas*, em março de 1898, de três advogados de renome que atuavam em Berna. A provável recomendação de Nogueira Soares e as credenciais do advogado suíço devem ter pesado na decisão de Rio-Branco de aceitar que Rossel o servisse como “conselheiro jurídico”.

Contudo, uma vez acertada a colaboração, o suíço deixou entrever sinais de querer tomar iniciativas que Rio-Branco julgou inconvenientes, entre as quais a de pretender assinar determinados documentos de sua autoria, a serem introduzidos na Réplica<sup>11</sup>. Em seguida, por carta de 16 de junho, informou que prepararia um “*exposé juridique et géographique*” – o que criou o início de um mal-entendido que Rio-Branco apressou-se a equacionar, de maneira firme que não deixou qualquer margem para discordância. Ainda assim, em carta de 24 de junho, para enaltecer seu trabalho, Rossel listou suas realizações passadas e presentes, com a intenção de procurar impressionar Rio-Branco. Mais uma vez, Rio-Branco procurou, com paciência e tato – mas sempre com firmeza, colocar a questão em seu devido foco. Rossel logo enquadrou-se no projeto de trabalho determinado por Rio-Branco e passou a seguir o ritmo que esse marcava e acabou por admirar seu estilo de trabalho responsável, metuculoso e eficaz.

É curioso que, somente treze meses depois de ter havido concordância na prestação de serviços do suíço, fosse a questão de honorários levantada. Não ficou registro de iniciativa por escrito de Rio-Branco em saber o valor que o suíço cobraria, até que, por carta datada de 16 de maio de 1900, o assunto foi abordado por Rossel, possivelmente em resposta a pergunta expressa verbalmente.

---

11 Já em carta de 25 de maio, começou por propor “redigir um projeto, ou um anteprojeto”, em resposta à Memória francesa.

É possível, ainda, que essa questão tivesse sido mencionada por alto, quando se conheceram, mas sem que houvesse entendimento formal sobre a matéria. Na referida carta, Rossel revela que os honorários seriam entre 15 e 20 mil francos suíços, a depender do tempo empregado e de outras considerações próprias da advocacia. O montante final cobrado ficou em 20 mil francos suíços, valor esse considerável se se levar em conta a contribuição feita por parte do suíço e que transparece na troca de correspondência. O valor cobrado representava, na época, o equivalente a dez vezes o salário anual de um pai de família de nível médio, com diploma. É difícil avaliar a justificativa para tal cobrança, mas, apenas para registro, se se levar em conta que Rossel não obteve êxito para Lisboa, junto ao juiz de Lausanne na questão de Delagoa (cujo laudo foi dado um ano após o do Brasil), é válido questionar a utilidade dos serviços por ele prestados, bem como a soma cobrada ao Brasil. Ao realizar o pagamento da segunda metade dos honorários, Rio-Branco registrou no seu *Caderno de Notas* (6 de fevereiro de 1901): *“Pagamento ao Professor Rossel Frs 10.000 (2° e último pagamento, completando Frs. 20.000, seus honorários como consultor da Missão, consultor que quase nada serviu, bem desnecessário”*.

Pelo que transcorreu na troca de correspondência, o comentário de Rio-Branco era justificado. Contudo, ainda assim, não se pode deixar de admitir ter havido, progressivamente, alguma contribuição de Rossel com conselhos, ponderações e informações de utilidade. Seja como for, Rio-Branco não podia deixar de contratar os serviços de consultoria jurídica, na Suíça, da mesma maneira que o fizera quando contratou, nos Estados-Unidos, os do professor Bassett Moore, para orientar-lhe na cultura legal norteamericana, igualmente diferente daquele a que estava habituado.

A impressão que fica, depois da leitura das cartas de Rossel, é que, inicialmente, encontrava-se como que perdido na questão, pois chega a haver carta (aqui incluída, para ressaltar esse ponto)

em que envia para as filhas de Rio-Branco poesias de sua autoria – o que, no contexto do relacionamento entre os dois, parece fora de propósito. Mas, em decorrência do contato com pessoa com a capacidade intelectual do Rio-Branco, Rossel deu provas de ter “crescido” no trabalho que prestou. Chega a admitir, em sua carta final, escrita em julho de 1901 – quase três meses depois da partida de Rio-Branco para Berlim –, o quanto aprendeu com a colaboração com Rio-Branco e revela sua admiração profunda pela sábia capacidade do brasileiro, como profissional e como pessoa humana.

Das 61 cartas manuscritas de Rossel que se encontram no Arquivo Histórico do Itamaraty, 56 foram transcritas abaixo, selecionadas por serem pertinentes à questão entre o Brasil e a França. Do lado de Rio-Branco, foram encontradas apenas 22 minutas manuscritas de cartas dirigidas a Rossel e que, também, foram transcritas abaixo. Felizmente, graças à admirável consistência e notável determinação de Rio-Branco em guardar essa troca de correspondência, foi possível registrar aqui faceta importante – e até então desconhecida – do diversificado trabalho que esse notável brasileiro teve em defender, ainda uma vez e com tão admirável êxito, os interesses do Brasil.

A. J. SANTOS





D<sup>r</sup>. V. ROSSEL

12

PROFESSEUR DE DROIT À L'UNIVERSITÉ

---

Berne, le 18 Avril 1899<sup>13</sup>.

*Monsieur le Ministre,*

*Une absence de quelques jours pour affaires officielles, m'a empêché de répondre plus tôt à votre honorée du 13 courant et de vous accuser réception des documents qui l'accompagnaient. J'ai jeté un coup d'oeil sur votre si intéressante collection de cartes et j'ai parcouru, très hâtivement il est vrai, les deux volumes de da Silva sur L'Oyapock. Un incident, qui est venu se greffer sur le procès du Delagoa, me prendra toute la semaine; mais j'espère, dès Lundi prochain, lire avec l'attention qu'ils méritent, les textes que vous avez mis à ma disposition. J'attends, en outre, votre mémoire et celui du Gouvernement français. De ce que vous m'avez expliqué, lors de notre dernière entrevue, et de l'examen rapide auquel je me suis livré, j'ai pu conclure que le différend franco brésilien offrait un intérêt extrême, et je serai très heureux de contribuer, pour ma modeste part, à la défense des droits de votre pays.*

*Je suis tout à votre service, et vous n'aurez qu'à m'appeler dès que vous penserez avoir besoin de moi.*

*Veillez bien agréer, Monsieur le Ministre, l'expression de mes sentiments les plus distingués.*

(ass.) DR.V. ROSSEL

*Prof.*

---

12 Os cabeçalhos impressos foram transcritos em negrito e em itálico. A ausência de cabeçalho vem sempre indicada.

13 Rio-Branco teve seu primeiro encontro com Virgile Rossel, em almoço na Residência do Ministro Plenipotenciário de Portugal em Berna, quarta-feira, 12 de abril de 1899. Não foi encontrada a minuta da carta de Rio-Branco de 13 de abril.



**Dr. V. Rossel**

**Professeur de Droit à l'Université**

Berne, le 3 Mai 1899.

Monsieur le Ministre,

*J'ai pris la liberté de vous adresser, hier, un exemplaire du mémoire que j'ai rédigé, ces derniers jours, pour le Portugal. Mais ce travail même a été terminé, il y a plus d'une semaine, et je me suis mis immédiatement à l'étude, tant du volume de documents qui constitue la deuxième partie de votre Mémoire, que de l'ouvrage complet et si décisif de M. da Silva. J'ai achevé la lecture, le crayon à la main, de L'Oyapoc et L'Amazone, et, comme j'aurai en Juin une session bien chargée des Chambres fédérales, il me serait agréable de profiter du mois de Mai pour m'initier de plus près à l'affaire à laquelle vous avez bien voulu m'intéresser. Aussi vous serais-je très reconnaissant si vous pouviez me faire expédier, le plus tôt possible, et votre mémoire, et celui déposé par la France. Vous m'obligeriez également, en joignant à cet envoi une carte moderne, un peu détaillée, du territoire litigieux, car j'ai éprouvé quelques difficultés à me rendre un compte exact de la topographie du pays contesté. Je n'ai eu, en effet, à ma disposition que votre collection de cartes anciennes et la carte de l'article "Brésil", dans la Grande Encyclopédie.*

*Je pourrais ainsi me mettre au courant de la question, prendre des notes plus abondantes et plus sûres et réfléchir au plan qu'il conviendra d'adopter pour la réponse au mémoire du Gouvernement français. J'attache une très grande importance à ce dernier point, car la défense de votre cause fera d'autant plus d'impression, vos arguments et vos conclusions s'imposeront avec d'autant plus de force, que l'ordre des matières et la méthode de discussion seront*

*plus conformes aux habitudes d'esprit de ceux qui seront appelés à instruire et à juger le procès.*

*Excusez-moi, je vous prie, de venir vous importuner au milieu des occupations et des tracas inséparables de votre prochain emménagement à Berne, et veuillez bien, Monsieur le Ministre, agréer l'assurance de mes sentiments les plus distingués.*

(ass.) DR. ROSSEL

Prof.



**Dr. V. Rossel**

**Professeur de Droit à l'Université**

Berne, le 18 Mai 1899.

Monsieur le Ministre,

*Je suis en possession des tomes Ier et IIème de votre Mémoire, et j'ai même deux exemplaires du tome second, que vous m'aviez fait remettre en même temps que l'atlas et l'ouvrage de da Silva. J'ai parcouru hâtivement votre travail, qui me paraît tout à fait remarquable et très probant; je vais l'étudier ces prochains jours. Il m'a été tout particulièrement agréable de trouver à la fois en volume, des cartes détaillées qui me manquaient jusqu'à maintenant.*

*Je me suis occupé, ces derniers temps, d'un incidente possible que vous m'aviez signalé, lorsque j'ai eu l'honneur de vous rencontrer chez Monsieur Nogueira Soares. Vous aviez l'intention, m'avez vous dit alors, d'adresser au Conseil fédéral une requête destinée à faire produire, par la France, certains documents invoqués dans le mémoire de cette dernière et que vous désiriez consulter, soit en original, soit en copie authentique. Vous vous demandiez seulement, si une requête de ce genre était admissible. Ainsi que je*

*vous l'avais indiqué déjà, son admissibilité n'est pas douteuse et nous pourrons faire valoir à l'appui de sa reconnaissance les dispositions de la loi fédérale suisse de procédure civile de Décembre 1850, du Code de proc. Civ. Bernois, du Code de proc. Civ. Français, du Code de proc. Civ. Allemand, etc., que l'opinion des auteurs qui ont écrit sur l'arbitrage international. Mais j'attends votre arrivé à Berne, avant de vous entretenir plus longuement de cette question.*

*Veillez bien agréer, Monsieur le Ministre, l'assurance de mes sentiments les plus distingués.*

(ass.) DR. ROSSEL

*Prof.*

*P.S. Vous m'obligerez beaucoup, dès que vous pouvez me faire parvenir le Mémoire français et ses annexes, de me les envoyer.*



Ao Dr. Rossel, Berne

(Paris) 22 Mai 99.

*Monsieur le Conseiller,*

*Je vous demande mille fois pardon du grand retard avec lequel je m'acquitte du devoir d'accuser la reception de vos lettres. Aujourd'hui même je suis forcé à vous écrire à la hâte. Je suis très occupé avec l'arrangement de mes papiers et de mes livres. C'est un déménagement difficile, ayant ici tant de choses accumulées pendant près de 23 ans.<sup>14</sup>*

*À mon retour à Berne nous causerons au sujet de la demande de communication de documents que je compte faire. Je vais vous faire remettre le Mémoire français, et à mon arrivée je vous signalerais des choses très curieuses qu'on y voit qu'il me sera fort désagréable d'être obligé de signaler dans ma réplique. Il faudra, pourtant,*

<sup>14</sup> Na margem da minuta, Rio-Branco subtraiu 76 (1876) de 99 (1899).

*que je fasse tout mon devoir. Je me suis borné à dire l'essentiel, dans mon Mémoire, croyant qu'il était préférable d'attendre les arguments et les documents de la France. Je me suis arrêté au Traité d'Utrecht, et j'ai cru devoir dire bien peu de chose sur ce qui s'est passé après. Vous verrez que, au contraire, le Mémoire français parle beaucoup des traités postérieurs, conquis par les armes, et tous déclarés non avenus.*

*Je vous remercie de l'envoi de votre Mémoire du Portugal, que j'ai lu avec grand intérêt.*

*En attendant le plaisir de vous revoir, je vous prie, mon cher Conseiller, d'agréer l'assurance de mes sentiments très dévoués.*

(ass.) RIO-BRANCO



**Dr. V. Rossel**

**Professeur de Droit à l'Université**

Berne, le 25 Mai 1899.

Monsieur le Ministre,

*J'ai bien reçu votre honorée du 22 Mai environs, ainsi que les trois documents qui l'accompagnaient. Je suis donc en possession du dossier judiciaire presque complet; il ne manque plus que le Tome III (Documents justificatifs du Brésil) et l'atlas mentionné sous chif. 2, p. VI de votre mémoire, mais je puis, pour le moment, me passer de l'un et de l'autre, et notamment de votre Tome III, résumé par avance dans l'ouvrage de M. da Silva.*

*La lecture de votre Mémoire m'a fort intéressé et je crois que vous avez eu grandement raison de vous borner à un exposé très clair et très persuasif de la question. Les prétentions brésiliennes sont désormais assez solidement justifiées, pour que le travail de la réplique se porte essentiellement sur une réfutation complète*

*du Mémoire français. J'ai parcouru cette dernière pièce et j'ai commencé à la relire plus attentivement; l'art du sophisme y est poussé très loin et j'y ai admiré une méthode très originale: répéter une erreur assez de fois et sous assez de formes différentes pour qu'elle ait l'air d'une vérité.*

*Je suis au courant de l'affaire maintenant; quand j'aurai terminé mon étude du Mémoire français et de ses annexes j'en saurai assez pour entreprendre le travail dont j'ai l'intention de vous entretenir.*

*Deux mois du délai péremptoire assigné aux parties sont écoulés, ou à peu près. Il est impossible d'en demander la prorogation. Dans ces circonstances, il est prudent de ne pas perdre une semaine, d'autant plus que, si je vois bien, votre réplique sera assez volumineuse.*

*Je vous proposerais, en conséquence, ce qui suit:*

*Je me mettrais à rédiger un projet, ou un avant-projet, de réponse au Mémoire français. Ce serait le squelette de la réponse définitive. Une fois qu'il serait achevé, on pourrait y faire les adjonctions, retranchements ou modifications que vous jugeriez nécessaires. Il va sans dire que ce travail n'aurait qu'un caractère provisoire et préparatoire. Mais, enfin, il serait là et il pourrait être de quelque utilité. Les fondations et les gros murs de la maison ne nous arrêteraient plus, quand le moment de la terminer serait arrivé.*

*Pour ne pas compliquer la tâche des juges et pour rendre la réfutation aussi décisive que possible, je suivrais pas à pas les autours du Mémoire français. Il y a bien quelques inconvenientes à procéder ainsi, mais les avantages de ce système sautent aux yeux. Je pourrais me mettre à l'oeuvre dans quelques jours, si vous voulez bien me communiquer votre sentiment à ce propos. Je n'ai pas besoin d'attendre le résultat de la demande de communication de documents, puisque l'avant-projet dont je vous parle ne serait qu'une ébauche.*

*Agréer, je vous prie, Monsieur le Ministre, l'assurance de mes sentiments les plus distingués.*

(ass.) DR. ROSSEL

*Prof.*



***Dr. V. Rossel***

***Professeur de Droit à l'Université***

*Berne, le 29 Mai 1899.*

*Monsieur le Ministre,*

*J'ai bien reçu, et je vous en remercie, l'exposé confidentiel et le mémorandum que vous avez rédigés au sujet des limites entre la Guyane anglaise et le Brésil. J'ai lu le mémorandum, et je renvoie la lecture de l'exposé jusqu'à ce que j'aie achevé l'étude des documents relatifs à l'arbitrage franco brésilien; j'en ai encore pour un jour ou deux, car j'y ai consacré long mon temps et j'y prends le plus vif intérêt. Si je ne me trompe, et sans parler même de tous les faits que vous me signalerez, de toutes les idées que vous me suggérerez encore, il ne sera pas trop difficile de réfuter victorieusement le Mémoire français. Il conviendra de ne pas s'attacher à tous les détails souvent inutiles et fastidieux dans lesquels ils se complait, mais d'insister sur un certain nombre de points que je juge absolument décisifs.*

*Il me sera très agréable d'avoir prochainement votre avis concernant le projet que j'ai pris la liberté de vous soumettre.*

*En vous remerciant encore, Monsieur le Ministre, je vous prie d'agréer l'expression de mes sentiments les plus distingués.*

(ass.) DR. ROSSEL

*Prof.*



## CONSEIL NATIONAL

Berne, le 16 Juin 1899.

Monsieur le Ministre,

*Je tiens à vous mettre, de temps à autres, au courant de mon travail. J'ai admis, puisque vous ne m'avez pas dissuadé, que vous étiez d'accord avec ma proposition de rédiger un avant-projet de réponse au Mémoire français. Ainsi me suis-je immédiatement mis à l'oeuvre et ai-je déjà consacré à cette tâche dans le temps dont je pourrais disposer. Il n'est pas question que je sois prêt avant la fin de Juillet, mais je crois maintenant connaître assez bien l'affaire, d'après les éléments d'étude que vous m'avez fournis, pour ne pas entreprendre une besogne inutile. J'ai commencé par l'"exposé juridique et géographique", dont j'ai essayé déjà de réfuter une partie et je prendrai la liberté de vous soumettre mon manuscrit dès que vous serez installé à Berne. Pour l'ajouter en passant, le Mémoire français me paraît trop habile et j'ai le sentiment que le résumé des arguments de la France présenté par M. da Silva, dans son ouvrage sur L'Oyapock et L'Amazone, était plus fort que le document auquel nous avons à répondre. Vous verrez que, sauf sur un point ou deux, où j'aurais besoin de vous demander des renseignements complémentaires, je n'aurai point de peine à réduire tout l'exposé juridique et diplomatique de la France à sa juste valeur. Ceci tient moins évidemment à moi qu'à l'extrême fragilité des prétentions françaises, - qui, d'ailleurs, ne sont pas défendues avec une inattaquable bonne foi.*

*Veillez bien, Monsieur le Ministre, à mès sentiments les plus dévoués.*

(ass.) VIRGILE ROSSEL





*Particular*  
A D. Virgile Rossel, Secré.  
Paris, le 11 Juin 29. Registrado  
L 211  
(Marché de Commerce)  
Je vous demande mille pardons du  
retard que je mets à répondre à une de  
vos lettres. Aujourd'hui même je vous  
écris à la hâte, et me trouvant  
très occupé, et pour qu'il n'y ait  
pas de malentendu entre nous. Je  
vous envoie avec cette lettre d'excuse  
je en accuse de la Réplique, et  
c'est pour faire ce travail que  
j'ai été rommé par mon fouage-  
nement. De même que la ~~Mémoire~~  
~~française~~ ~~est~~ ~~fait~~ ~~par~~ ~~des~~ ~~Français~~,  
Réplique française est faite par des  
Français, celle du Brésil doit être  
*supprimé* faite par des Brésiliens. ~~Vous j'ai été~~  
~~chargé d'une affaire de tout~~  
~~genre que l'Etat Brésilien~~  
~~fait par un avocat Brésilien~~  
Un de mes  
compatriotes qui ~~avait~~ dans  
une affaire pareille, <sup>avait</sup> chargé un  
avocat étranger de faire son Mé-  
moire, a été très blâmé, et ce tra-  
vail ~~fut~~ interrompu et pour  
être exécuté par un Brésilien. <sup>(autre)</sup>

**Particular**

Ao Dr. Virgile Rossel, Berne

Paris, 17 Juin 99.

*Mon cher Conseiller,**Je vous demande mille pardons du retard que je mets à répondre à une de vos lettres. Aujourd'hui même je vous écris à la hâte, me trouvant très occupé, et pour qu'il n'y ait pas de malentendu entre nous. Je viens de recevoir votre lettre d'hier.**Je m'occupe de la Réplique, et c'est pour faire ce travail que j'ai été nommé par mon Gouvernement. De même que la Réplique française est faite par des Français, celle du Brésil doit nécessairement être faite par des Brésiliens. Un de mes compatriotes qui, dans une affaire pareille, avait chargé un avocat étranger de faire son Mémoire a été très blâmé, et ce travail fut interrompu pour être exécuté par un autre Brésilien. J'ai été chargé par mon Gouvernement d'étudier depuis 1895 l'affaire présente pour préparer et rédiger les deux Mémoires du Brésil, et, je ne pourrais, sans manquer à mon devoir, charger une autre personne de ces travaux. Quand mon Gouvernement m'a confié une mission pareille aux Etats Unis (arbitrage de la question de limites entre le Brésil et la République Argentine, 1893-1895), quoique ayant pris comme conseil mon ami le Professeur Bassett Moore<sup>15</sup>, que vous connaissez certainement de nom, j'ai préparé et rédigé moi-même les documents du Brésil.**Je ne peux maintenant agir d'une autre façon. Je serais dans cela un homme coulé dans mon pays.**En conversation avec M. Nogueira Soares, je lui ai dit que je devrais avoir un ou deux Conseils, mais je ne lui ai pas dit que je désirais*


---

15 John Bassett Moore (1860 – 1947), advogado especializado em Direito Internacional. Foi o primeiro professor dessa matéria na Universidade de Columbia (1891). Foi, ainda, o primeiro juiz dos Estados Unidos, na Corte Internacional de Justiça, na Haia.

*leur donner à faire la Réplique du Brésil. Cette Réplique sera basée sur des documents nouveaux. J'ai désiré avoir un ou deux Conseils, comme a eu la France. Vous savez que M. Lehr est le Conseiller Juridique de l'Ambassade de France, mais les documents officiels français sont rédigés au Quai d'Orsay.*

*Je vous soumettrai ma Réplique pour entendre votre avis, et je vous prie de ne pas vous donner la peine de faire un travail dont je m'occupe, comme j'ai en effet l'obligation de le faire.*

*Je désire en toute circonstance avoir vos conseils surtout en ce qui concerne les incidents de la procédure qui peuvent se produire. De ce qui est du fond de l'affaire, - questions juridique, diplomatique, historique et géographique, vous comprenez que depuis 1895 jusqu'à présent j'aurais eu le temps de les étudier et de me documenter. Si après la présentation de la Réplique, le Conseil Fédéral désire, en plus, un débat oral, je pourrai vous charger de soutenir notre cause, mais en même temps je chargerai de prendre part à la discussion comme avocat un de nos grands orateurs, M. Joaquim Nabuco, qui vient d'arriver du Brésil. Dans ce cas nous nous présenterions tous trois, en arrêtant d'avance nos rôles et les questions à traiter devant le Tribunal.*

*Voilà comment j'entends les choses, et je regrette de n'avoir pas eu le temps de m'expliquer plus clairement avec vous à l'occasion de notre rapide entretien chez M. Nogueira Soares. Je comptais à chaque instant rentrer à Berne, mais la préparation des documents que je fais traduire a retardé mon départ.*

*En ce qui concerne l'incident dont nous avons parlé, - la demande de documents français, - aussitôt que je serai de retour à Berne nous nous en occuperons.*

*Je vous ai envoyé il y a quelques jours deux Mémoires que j'ai faits, sur notre question avec l'Angleterre parce que cette affaire a plusieurs points d'attache avec celle qui nous occupe. Je vous envoie*

*maintenant un travail sur le Brésil que j'ai fait en collaboration avec M. Levasseur en 1889 et dont je vous ai parlé. C'est l'article Brésil de la Grande Encyclopédie, mais plus développé. Vous y trouverez un paragraphe sur le Territoire Contesté. Dans le paragraphe relatif à l'Abolition de l'esclavage, vous trouverez le nom de M. Nabuco, que mon ami Levasseur a surnommé le Burton brésilien.*

*Veillez agréer, mon cher Conseiller, l'assurance de mes sentiments très dévoués.*

(ass.) RIO-BRANCO



**Dr. V. Rossel**

**Professeur de Droit à l'Université**

Berne, le 19 Juin 1899.

*Monsieur le Ministre,*

*J'ai toujours pensé, puisqu'il n'avait pas été question d'autre chose entre nous, que vous signeriez vous-même la réplique brésilienne et que vous arrêteriez le texte définitif. Mais comme cet tâche n'avait pas été nettement définie entre nous, je me suis permis de parler de la rédaction d'une sorte d'avant-projet, que, dans ma pensée, vous auriez utilisé peut-être pour la rédaction de votre mémoire. Je me disais, en effet, que les appréciations et les arguments, toute la conception de l'affaire en deux mots, qui nous viendraient d'un juriste étranger, qui a quelque expérience de la procédure internationale devant des Tribunaux suisses, je me disais que c'était à peu près ce que vous attendiez de moi. De là, le travail auquel j'ai commencé à me livrer, mais, comme je ne voulais pas qu'il pût y avoir un malentendu entre nous, je vous ai écrit ma dernière lettre, afin d'avoir votre sentiment.*

*J'interromps, en conséquence, mon avant-projet. Je mets naturellement à votre disposition mon manuscrit, dont une partie est recopiée déjà. Mais, sauf avis contraire de votre part, je ne l'achèverai pas et j'attendrai vos ordres ultérieurs.*

*Veillez bien, Monsieur le Ministre, croire à mès sentiments très dévoués.*

(ass.) DR. ROSSEL

Prof.



## VIRGILE ROSSEL



Berne, le 24 Juin 1899.

*Monsieur le Ministre,*

*J'ai l'honneur de vous informer dès maintenant que je serai absent de Berne pendant tout le mois d'Août, sauf peut-être du 13 au 16, soit en Commission fédérale, soit en vacances. Comme la demande de communication de documents perdrait beaucoup de son utilité, si elle n'était pas présentée prochainement et comme il est possible que vous ne soyez pas installé à Berne avant le mois d'Août, je vous prie si vous persistez dans votre intention première de m'envoyer la liste des pièces dont vous comptez requérir la production, et je vous adresserai un projet de note que vous rédigerez définitivement.*

*D'autre part j'ai réfléchi à l'objet de nos dernières lettres. Je crois que tout malentendu entre nous n'est pas dissipé. Je n'ai jamais pensé, et je vous l'ai écrit, que la Réplique pût ou dût être signée par moi, puisque vous ne m'avez pas expressément confié la tâche de l'élaborer. Mais j'avais compris que vous attendiez de moi un concours aussi effectif et aussi utile que possible. De là, le travail que j'avais commencé et qui était assez avancé déjà. Mais comme il est plus que probable, qu'à raison de la nature de l'affaire et de*

*la composition du Tribunal, des plaidoiries n'auront pas lieu, si elles n'ont pas été officiellement réservées ou garanties dans un acte postérieur au compromis de 1897, et comme le délai très court dont vous disposez ne vous permettra guère de me communiquer votre réplique assez tôt pour que je puisse vous donner autre chose qu'une appréciation très générale, il me paraît que je puis, en cette occurrence, vous rendre un meilleur service.*

*J'avais terminé le brouillon d'une réfutation de l'"Exposé juridique et diplomatique" de la France; je m'étais mis à l'"Exposé historique", lorsque m'est parvenue votre honorée du 17 courant. J'ai l'impression que si vous tenez absolument à renoncer à toute collaboration étrangère pour votre réplique, mon travail, que j'achèverais alors en le modifiant et en abrégant les deux dernières parties, pourrait être annexé à votre mémoire à titre de Consultation. L'opinion d'un juriste suisse, qui d'ailleurs, exprimerait non une conviction de commande, mais une conviction absolue et raisonnée, cette opinion ne serait pas, à mon avis, indifférente aux juges. Je ne vous adresserais pas cette proposition, si je ne pouvais, en toute conscience, défendre la cause du Brésil. Quant à l'autorité que je puis avoir et quant à la valeur même de cette consultation, je prends la liberté de vous dire – dans le seul but de vous renseigner plus exactement que j'ai été chargé par le Conseil fédéral d'instruire le procès et de rédiger le projet de jugement dans le différend franco-rénégiation (affaire Fabiani); que le même Conseil fédéral m'a confié, en 1894, la mission d'examiner les conditions sous lesquelles notre pays pourrait accepter l'arbitrage franco-chilien; que j'ai été et suis encore l'avocat du Portugal dans le litige de Delagoa; que j'ai publié divers ouvrages de droit; que deux de mes études d'histoire littéraire ont été couronnées em 1891 et en 1897 par l'Académie française, etc. Je suis confus d'insister sur ces faits, mais enfin, il était nécessaire de vous démontrer qu'une consultation, telle que j'en ai le dessein,*

*pourrait n'être pas sans portée réelle, d'autant plus que, selon toute vraisemblance, elle ne ferait pas double emploi avec votre réplique; vous soutenez une cause qui est celle de votre patrie, qui est la vôtre même, vous la voyez rationnellement sous un angle spécial, tandis qu'un étranger, d'accord au reste avec vous sur le fond, l'envisagerait à sa manière, si bien que vous offririez aux juges un élément de plus à l'appui de votre thèse.*

*Le dépôt d'une consultation est parfois parfaitement légitime; nous y avons au recours, pour le Portugal, qui a produit deux Consultations de ses Possessions de la Couronne, plus, deux notes de M. le prof. Maili, de Zürich, - l'Angleterre et les États-Unis ayant eu recours, à la même fois, aux lumières de M.M. Lyon, Caese et Renault, prof. à la Faculté de droit de Paris.*

*Il va de soi que je ne prétends pas vous imposer mes idées; j'estime seulement qu'il serait fâcheux que mon travail ne vous fût d'aucun secours et j'aimerais vous être utile dans la mesure de mes forces. Ma Consultation, encore une fois, ne serait qu'une annexe à votre réplique, - l'opinion d'un jurisconsulte suisse sur votre affaire.*

*Vous n'ignorez pas sans doute que trois professeurs de géographie et un professeur d'histoire (de Zürich et de Bâle) ont été chargés de fournir au Conseil fédéral des préavis sur la question des limites entre Guyane brésilienne et française.*

*Votre très dévoué,*

(ass.) VIRGILE ROSSEL



Ao Dr. Virgile Rossel

Paris, 27 Juin 1899.

*Mon cher Conseiller,*

*Je viens de recevoir votre lettre d'hier et j'écris ces quelques lignes à la hâte.*

*J'avais eu déjà l'idée de la consultation que vous me proposez et je comptais vous en parler. Mon idée était de vous consulter, ainsi que M. Louis Forrer et M. Ch. Boiceau, de façon à pouvoir annexer vos consultations à la Réplique du Brésil. Je pense, cependant, que ce projet ne doit pas être connu, car l'autre partie pourrait, elle aussi, le mettre à exécution. Je connaissais les précédents que vous citez. Nous nous mettrons d'accord sur les questions de fait et de droit à payer aux juristes consultés. Vous pourriez me préparer à ce sujet un projet. Je suis très occupé en ce moment.*

*Je savais que des Professeurs allaient être consultés par le Conseil Fédéral, mais je ne savais pas qu'ils avaient été déjà désignés. Peut-on connaître leurs noms ? Je pense que ce sera seulement après les Répliques et des derniers documents que ces conseillers et vos juges pensent avoir une opinion arrêtée sur l'ensemble de l'affaire et sur les questions de détail.*

*Votre bien dévoué,*

(ass.) RIO-BRANCO



**(Papel sem cabeçalho)**

Berne, le 29 Juin 1899.

*Monsieur le Ministre,*

*J'ai demandé à M. Graffina, que je connais particulièrement, si les noms des professeurs désignés pour fournir des opinions au Conseil fédéral pourraient être indiqués aux parties. Il m'a répondu négativement: "ces noms sont tenus secrets, mais je crois que j'arriverai à vous les communiquer. Ce que je sais aujourd'hui, c'est qu'ils sont en nombre de 4, deux de Zurich (entre autres, M.*



*le prof. Schweizer, si je suis bien informé) et deux de Bâle, et qu'ils sont chargés depuis quelques semaines d'étudier l'affaire, car le Conseil fédéral attend leurs rapports le plus tôt possible, - quelques mois, au plus tard, après le dépôt des répliques. J'espère que notre Gouvernement ne compte pas sur une prolongation des délais du compromis, car il n'a pas le temps à perdre et j'ai l'impression que la France chercherait volontière un pretexte pour rendre illusoire le traité d'arbitrage de 1897. Il conviendra, dans l'introduction à votre réplique, d'insérer une frase qui constitue pour le Conseil fédéral un gard-à-vous entouré d'ailleurs de toutes les précautions oratoires imaginables. C'est là, selon moi, un des points essentiels à considérer."*

*Je serai très heureux de vous voir prochainement à Berne. Les délais du compromis sont si courts, l'affaire est si importante, que j'ai peur de la fuite si rapide des cinq mois qui vont nous rester dès demain. Sauf avis contraire de votre part je poursuivrai donc mon travail, dans la pensée de lui donner la forme d'une consultation. Vous me parlez de M.M. Forrer<sup>16</sup> et Boiceau<sup>17</sup>, qui sont mes collègues au Conseil national. Je me réserve de discuter de vive voix avec vous la question du concours que vous songez à leur demander. J'ai, à ce sujet, des idées quelque peu différentes des vôtres et je me permettrai de vous les exposer. Pour le dire en passant, j'estime que M.M. Forrer et Boiceau ne pourront guère étudier le volumineux dossier assez à fond pour vous donner des conseils bien utiles, l'un ne sachant que médiocrement le français, l'autre m'ayant dit, hier soir encore, sans que je lui eusse soufflé mot de l'affaire, qu'il s'appretait à entrer en vacances, et pour quelques semaines. Je vous exprime mon sentiment, en toute sincérité. Comme votre procès soulèvera, en somme, peu de difficultés d'ordre juridique, comme tout y est, ou à peu près, problèmes de géographie et*

---

16 Ludwig Forrer (1845-1921) – Conselheiro nacional (1875, 1876-1878, e 1881-1900)

17 Charles Boiceau (1841-1907) – Conselheiro nacional (1878-1881, e 1893-1899)

*d'histoire, l'essentiel est de faire de bonne dialectique et de bonne science. Vous pourriez demander à M. Forrer s'il serait d'accord de s'entendre avec moi pour déléguer une consultation, que je rédigerais et qu'il signerait avec moi après que nous aurions arrêté les termes ensemble. Et, plutôt que de vous adresser à M. Boiceau, je crois que le Brésil tirerait plus d'avantage d'une Consultation que vous ferait l'un de nos professeurs de géographie, par exemple, M. Brückner, mon collègue à l'Université de Berne, ou M. Rosier, de l'Université de Genève.*

*Je vous soumets ces réflexions et je vous prie, Monsieur le Ministre, de me croire votre bien dévoué*

(ass.) DR. ROSSEL

*Prof.*

*P.S. Je vous écris dans le bruit d'une salle agitée, et à la hâte.*



D<sup>R</sup> V. ROSSEL

PROF. À L'UNIVERSITÉ

DE BERNE.



Berne, le 21 Juillet 1899.

*Monsieur le Ministre,*

*J'espère que l'on vous aura remis le manuscrit que j'ai déposé, ce matin, à votre hotel. Vous veniez de sortir quand j'ai passé, en sorte que je n'ai pu vous donner verbalement quelques renseignements complémentaires. Vous trouverez cependant quelques indications sommaires dans deux notes placées, l'une en tête, l'autre à la fin de mon travail. J'eusse aimé donner une forme plus achevée à mon étude sur la question, mais j'ai tenu à vous la remettre avant mon départ et, comme vous le verrez, je n'ai pas même fini d'en copier la dernière partie, celle qui, à la vérité, offrira le moins d'intérêt*

*pour vous; je pourrai vous la fournir plus tard, si vous en exprimez le désir.*

*Je vous prie de faire de mon manuscrit l'usage qu'il vous plaira. Ce qui m'importe, c'est, puisque vous m'avez fait l'honneur de me consulter, de vous être utile dans la mesure de mes forces. Et je demeure, naturellement, à votre entière disposition pour l'avenir.*

*Dès demain et jusqu'au 13 Août, je serai donc au Grand Hôtel de la Pierre-à-Voir, sur Martigny (Ctn du Valais). Je vous annoncerai la date exacte de mon retour à Berne, et, si vous voulez vous entretenir avec moi, je m'empresserai de passer à la Légation dès que je serai rentré ici.*

*Veillez bien, Monsieur le Ministre, agréer l'expression de mes sentiments les plus dévoués.*

(ass.) DR. ROSSEL  
Prof.





*Grand Hôtel de la Pierre-à-Voir*. Esplendidamente situado no *Col du Lein*, perto de Vollèges, no Valais, esse luxuoso hotel contava para se manter, principalmente, com a clientela que frequentava o Casino de Saxon, na mesma estrada e a pouca distância do hotel. Em 1917, o hotel foi destruído, como consequência de um incêndio. Entre as pessoas famosas que frequentavam o casino, figurava o escritor russo Fiódor Dostoiévski, hospedado com sua esposa em Genebra. Dostoiévski perdeu tudo que possuía ao jogar no Casino de Saxon, inclusive seu sobretudo e sua aliança.



**(Papel sem cabeçalho)**

*Berne, le 24 Juillet 1899*

*Monsieur le Ministre,*

*Je comptais toujours que j'aurais l'avantage de vous voir à Berne, avant mon départ pour la montagne, car j'aurais bien des choses à vous dire, qu'il est impossible d'expliquer brièvement par lettre et que, peut-être, il est préférable de ne pas confier à la poste française. J'ai travaillé un projet de Consultation dont vous m'avez parlé et je suis assez avancé; mes cours étant terminés depuis quelque temps, je puis y consacrer entièrement mes journées. Il n'est pas impossible que j'achève provisoirement ma besogne avant de quitter Berne.*

*Je serai absent d'ici dès le 30 Juillet. Mon adresse sera, jusqu'au 13 Août: Hôtel de la Pierre-à-voir, près Martigny (Valais). Je compte être de retour à Berne le 14 Août, y rester quelques jours, et en repartir du 18 au 20 pour l'Allemagne. Si vous désirez vous entretenir avec moi, du 30 Juillet au 13 Août, vous pourriez me fixer un rendez-vous soit à Martigny, soit même à Lausanne.*

*M. d'Araujo, attaché à la Mission spéciale du Brésil, m'a parlé de renseignements que vous cherchiez à obtenir sur la législation électorale de la Suisse. Toute l'organisation, tout le mécanisme de l'élection, est encore affaire cantonale, en sorte que nous avons 25 systèmes différents. Il n'existe pas de travail d'ensemble sur cette question, ni de recueil de documents, mais l'affaire, j'imagine, de quelques-uns de nos lois électorales – les plus caractéristiques et les plus modernes – pour le but que vous avez en vue. J'ai, à votre disposition, les lois et règlements du canton de Berne, en français. Veuillez bien, Monsieur le Ministre, me croire votre très dévoué*

(ass.) VIRGILE ROSSEL



**Dr. V. Rossel**

**Professeur à l'Université de Berne**

*Pierre-à-voir s/Saxon, le 11 Août 1899.*

*Monsieur le Ministre,*

*Ainsi que je vous l'avais promis, je m'empresse de vous annoncer que je serai de retour à Berne le 13 courant, au soir. Je serai à votre disposition, dans la matinée du Lundi 14, ou toute la journée du Mardi, si vous avez quelque communication à me faire ou quelque renseignement à me demander. Je repartirai le Mercredi, 16 Août, pour trois semaines<sup>18</sup>. Veuillez bien, si vous avez quelque chose*

---

18 Endereço do Rossel, até 2 de setembro: Wiesensteig, perto de Geisslinger (Württemberg); e de 2 a 7 de setembro: Hegelstrasse 12, Stuttgart.

*à me dire, me le faire savoir d'un mot, que je vous prierais de m'adresser à Berne.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) DR. ROSSEL  
*prof.*



*Ao Dr. Virgile Rossel*

*Berne, le 14 Août 1899.*

*Mon cher Conseiller,*

*J'ai bien reçu votre lettre du 11 m'annonçant votre visite à Berne pour aujourd'hui et demain.*

*Plusieurs des documents que je dois présenter avec la Réplique se trouvent déjà traduits en français, mais je crois préférable de vous les soumettre à votre retour, vers la mi-Septembre.*

*J'ai aussi reçu avant votre départ le travail que vous avez écrit et que je lis avec un grand intérêt.*

*Je suis encore à l'Hotel Bellevue<sup>19</sup>, mais je pense pouvoir m'installer à Bühlstrasse N° 51 dans une dizaine de jours.*

*Si vous pouvez venir déjeuner avec moi, à l'Hotel, demain, mardi, à midi et demi, nous pourrions causer un peu au sujet de mon projet de demande de documents. Je crois que le Président sera de retour dans quelques jours.*

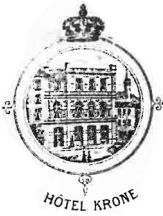
*Veillez agréer, mon cher Conseiller, l'assurance de ma considération très distinguée.*

(ass.) RIO-BRANCO



---

19 Dia 22 de agosto, Rio-Branco mudou-se desse Hotel para a Villa Trautheim, 51 Böhlestrasse.



Schaffhausen, le 8 Sept. 1899

Monsieur le Ministre,

*J'ai l'honneur de vous informer que je serai de retour à Berne demain, Samedi; je serai, dès Lundi, à votre disposition et je pourrai m'occuper, entre autres, avec Monsieur de Gama, de fixer le texte définitif des traductions qu'il a entreprises.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) DR. ROSSEL  
*prof.*



Ao Senhor Virgile Rossel  
Sonnenbergstrasse 16

Berne, le 11 Septembre 1899.

Monsieur le Conseiller.

*Je suis heureux d'apprendre par votre lettre du 8, écrite de Schaffhausen que vous êtes de retour à Berne. Si vous pour demain, n'avez pas d'engagement, je vous prie de venir déjeuner avec nous sans cérémonie, à Midi et demi. Nous sommes déjà à la Villa Trautheim, 51 Bühlstrasse, manoir du Professeur Kronecker.*

*Quelle chose épouvantable que cette décision du Conseil de guerre de Rennes!...*<sup>20</sup>

*Veillez agréer, mon cher Conseiller, l'assurance de mes sentiments très dévoués.*

(ass.) RIO-BRANCO

---

<sup>20</sup> O segundo julgamento de Alfred Dreyfus perante o Conselho de guerra de Rennes foi realizado de 7 de agosto a 9 de setembro de 1899. Embora condenado, houve o reconhecimento de "circunstâncias atenuantes" para Dreyfus.



**VIRGILE ROSSEL**



Berne, le 14 Septembre 1899.

Monsieur le Ministre,

Permettez-moi de vous faire hommage de deux de mes ouvrages, que je vous envoie avec ces lignes; j'y ajoute un recueil de mes vers que je prie Mademoiselles de Rio Branco de bien vouloir accepter comme un modeste souvenir de leur séjour dans notre pays.

Je vous remets également le volume dont je vous ai parlé et qui traite – en allemand – de la paix d'Utrecht; ceci dans le seul but de compléter votre bibliothèque du procès.

J'aurais aimé pouvoir adresser à M. da Gama le manuscrit revu de sa traduction; mais le travail dont je me suis chargé est beaucoup plus difficile et plus long que je ne le pensais: il ne sera terminé que dans deux ou trois jours.

Enfin, j'ai passé à l'Imprimerie Stämpfli et Cie, qui est la plus rapprochée de votre domicile et qui est peut-être la plus importante de notre ville. Elle est prête, si vous êtes d'accord de lui confier cette besogne, à imprimer non seulement votre Réplique mais encore les Documents. Je vous communique un certain nombre de spécimens entre lesquels vous pourrez faire un choix. M.M. Stämpfli et Cie possédant des caractères en suffisance pour composer 200 pages et, naturellement, ils s'empresseraient, le cas échéant, de compléter leur matériel. Ils désireraient cependant, si vous leur donnez aussi des documents, que vous adopteriez un caractère différent de celui qui servira pour la Réplique. En ce qui concerne cette dernière pièce, ils s'engagent à l'impression en trois semaines.

Ce sont là les renseignements que j'ai obtenus et qui sont, je crois, de nature à vous tranquilliser.



*Agréer, je vous prie, Monsieur le Ministre, l'assurance de mes sentiments les plus distingués.*

(ass.) VIRGILE ROSSEL



**Virgile Rossel**

*Berne, le 19 Septembre 1899.*

*Monsieur le Ministre,*

*Dès que vous aurez choisi les 2 caractères destinés à l'impression de la réplique et des documents, je pourrai dire à M.M. Stämpfli et Cie qu'ils aient à compléter leur matériel. Veuillez bien, je vous prie, me communiquer votre choix, dès que vous l'aurez fait.*

*J'ai oublié de vous demander, l'autre jour, si vous teniez à posséder la copie de la fin de mon travail sur votre procès. Dans l'affirmative, je vous serais reconnaissant de m'envoyer le dernier des cahiers que je vous ai remis, et je veillerais à ce que vous eussiez la chose dans deux ou trois semaines.*

*Je fais adresser à Monsieur Gama le manuscrit de la traduction revue.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) DR. ROSSEL

*Prof.*



Ao Sr. Virgile Rossel, Berne

*Berne, le 20 Sept. 99.*

*Monsieur et cher Conseiller.*

*Je vous envoie maintenant la traduction de la partie finale du Mémoire portugais de 1699 en réponse à la Réplique de*

*l'Ambassadeur Rouillé<sup>21</sup>. J'ai examiné cette partie de la traduction de M. da Gama et, avec les petites modifications faites, elle est très conforme à l'original, du reste parfois très obscur et d'une rédaction souvent très revêche à la traduction. Je vous prie de tenir compte de ce que cette Réplique portugaise résume d'abord les arguments de l'Ambassadeur Français pour les réfuter ensuite et que ce résumé est parfois une traduction portugaise presque mot à mot, du texte de l'Ambassadeur. J'avais donc recommandé à M. da Gama, pour ces passages, de ne pas faire des retraductions qui, nécessairement, s'écarteraient du texte original, mais de reproduire exactement le texte de l'Ambassadeur toutes les fois que le texte portugais ne serait qu'une traduction de l'autre. Je pense qu'en comparant ces résumés avec les passages correspondants de la Réplique française (Tome II du Mém. Fr., pg. 31 et suivantes) vous les trouverez exacts.*

*Pour ce qui est des réponses à ces passages, la traduction rend exactement la pensée du rédacteur portugais Monteiro Paim<sup>22</sup> et souvent presque mot à mot. Je vous prie seulement de voir si vous y trouvez quelques fautes dans notre français.*

*Je recevrai avec plaisir la fin de votre travail, dont vous me parlez. Elle me sera certainement très utile. Je vous prierai seulement de la faire copier par un bon calligraphe parce que le temps presse et je vous avouerai que je lis avec une certaine difficulté votre écriture, quand vous écrivez rapidement. Je vous demande pardon de cette franchise. Mon écriture, vous le savez, n'est pas non plus très lisible.*

---

21 Pierre Rouillé de Marbeuf (1657-1712), presidente do Grande Conselho da França. Desde 1697, Embaixador Extraordinário da França junto à Corte de Portugal. Luís XIV deu a Rouillé plenos poderes em 25 de outubro de 1699, para assinar o Tratado provisório de limites com Portugal, o que foi realizado em 4 de março de 1700.

22 Roque Monteiro Paim (1643-1706), enviado a quem D. Pedro II de Portugal deu plenos poderes em 25 de novembro de 1699, para negociar e assinar o Tratado provisório de limites de 4 de março de 1700.

*Vous trouverez avec les papiers que je vous envoie votre dernier cahier, que vous désirez voir.*

*Veillez agréer, mon cher Professeur, l'assurance de mes sentiments très dévoués.*

(ass.) RIO-BRANCO



**Virgile Rossel**

*Berne, le 20 Septembre 1899.*

*Monsieur le Ministre,*

*J'ai bien reçu votre honoré de ce jour. Je vous suis très reconnaissant d'avoir bien voulu me donner un exemplaire de deux notices parues après la mort de votre père, Monsieur le vicomte de Rio Branco ; je les ai lues avec le plus vif intérêt, et je comprends la grande émotion que le décès prématuré de l'illustre homme d'Etat a provoquée au Brésil et dans tout le monde civilisé.*

*Puis-je vous prier de remettre au porteur le XIIIème cahier de mon travail manuscrit? Vous m'avez fait envoyer le XIème, qui est l'avant-dernier.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) VIRGILE ROSSEL  
prof.



**Virgile Rossel**

*Berne, le 21 Septembre 1899.*

*Monsieur le Ministre,*

*Je m'empresse de vous retourner la fin de la traduction de la duplique portugaise de 1699; je n'y ai apporté que de légers changements*

*de forme et j'ai pu constater combien il était difficile de rendre le texte original dans notre langue. Je reverrai volontiers les autres traductions que vous joignez à propos de me soumettre. Il serait désirable, je crois, que M.M. Stämpfli et Cie pussent commencer l'impression des documents, car, bien qu'on nous affirme que tout sera prêt à l'heure dite, je crains toujours des retards en dernier moment. La fin de mon manuscrit est à la copie; c'en est, si je ne me trompe, la portion essentielle, avec les chapitres consacrés à la discussion de "l'exposé diplomatique" de la France et le Résumé final qui suit ma troisième partie. Nous n'avons pas, si je me rappelle bien, tranché définitivement la question de savoir si mon travail sera, ou s'il ne sera pas, imprimé comme Consultation annexée à votre Réplique. Je vous laisse naturellement le soin de décider ce qui vous paraîtra le plus opportun et le plus rationnel. Que mon étude soit imprimé, ou que vous en désirez quelque parti lorsque vous en avez à rédiger votre mémoire, il n'importe, pourvu qu'elle vous soit utile.*

*Si cependant votre Réplique devrait être totalement différente de ce que j'ai essayé de faire, et si, en particulier, vous renonciez à une réfutation minutieuse du Mémoire français, pour vous baser essentiellement sur les documents nouveaux et pour exposer, à leur lumière et de façon plus générale, la cause de votre pays, je me dis que ma consultation ne serait pas tout à fait superflue, d'autant que, comme méthode, comme argumentation, etc., elle répond entièrement aux habitudes d'esprit des arbitres. Mais, encore une fois, je n'exprime aucun voeu et je ne voudrais pas qu'il pût y avoir un double emploi: je tiens seulement à vous rendre, en quelque manière que ce soit, le plus de services possibles, car les intérêts du Brésil, en cette affaire, sont de ceux qu'on a plaisir à défendre.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) VIRGILE ROSSEL



**Conseil National**

Berne, le 29 Septembre 1899.

Monsieur le Ministre,

Toute en vous confirmant ma dernière lettre, j'ai l'honneur de vous envoyer la fin de mon manuscrit (cahiers XI à XV, les trois derniers étant nouveaux).

Si vous désiriez, au cours de la semaine prochaine, voir nos Chambres en action, je me ferais un plaisir de vous accompagner au Conseil national et au Conseil des Etats.

Votre bien dévoué

(ass.) VIRGILE ROSSEL

ANNEXES: 5



**Conseil National**

Berne, le 5 Octobre 1899.

Monsieur le Ministre,

J'ai lu, ce matin, dans le Temps d'hier, le jugement rendu dans le procès anglo vénézuélien. Si je vous écris, c'est pour vous dire qu'il y aurait des inconvénients, ou tout au moins des difficultés, à publier dans un journal suisse l'article dont vous m'avez parlé. Effectivement, la question n'est pas familière à notre public, il faudrait la lui expliquer longuement et il ne pourrait guère s'y initier, ni même y prendre intérêt dans ces conditions. Je n'insiste pas sur d'autres considérations qui ont aussi leur importance.

A mon avis, le mieux est de renoncer à l'idée d'un communiqué à l'un ou l'autre organe de notre presse.

*Permettez-moi d'ajouter que, pour nous épargner de fâcheux retards, il sera bon de donner immédiatement à M.M. Stämpfli et Cie les ordres nécessaires pour l'impression des travaux que vous leur confierez. Et je vous rappelle encore, Monsieur le Ministre, la lettre que je vous ai adressée au sujet de l'impression possible de mon étude.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) DR. ROSSEL  
Prof.



Ao Dr. Virgile Rossel, Berne

*Berne, le 10 (6, riscado) Oct. 1899.*

*Mon cher Conseiller,*

*Après notre rapide conversation du 4 au Bellevue et la réception de votre lettre du 5, j'ai abandonné l'idée de faire paraître un petit article (non signé, bien entendu) dans la Gazette de Lausanne ou dans un autre journal suisse au sujet de la décision arbitrale donnée par le Tribunal Anglo-Vénézuelien. Je n'avais nullement l'intention de discuter le différend qui vient d'être tranché, et qui ne pouvait avoir aucun intérêt pour votre public. Je n'aurais d'ailleurs pas le temps de le faire. Mais j'avais pensé qu'à Lausanne, où l'Institut de Droit International a son siège officiel, car c'est en cette ville que réside son Secrétaire Général et dans ce pays de l'Arbitrage International peut-être il aurait été intéressant de savoir dès maintenant ce qui dans quelques jours sera connu par la protestation de mon Gouvernement, c'est-à-dire que, pour la première fois, un Tribunal Arbitral International, par l'insuffisance évidente de l'étude de la question qui lui fut soumise, se outrepassa ses pouvoirs, et ayant été appelé à établir une frontière entre la*

*Guyane Anglaise et le Vénézuéla, a, en fait, et sans le comprendre, déterminé en même temps la frontière entre la colonie anglaise et le Brésil. J'ai renoncé à ma première idée et me suis borné à envoyer des notes au rédacteur principal du Brésil à Paris. L'article a paru Dimanche dernier, et je viens d'être informé que Le Temps et les Débats vont s'occuper de l'affaire.*

*Vous me rappelez la lettre que vous m'avez adressée au sujet de l'impression possible de l'étude que vous avez bien voulu faire de notre question avec la France. Je vous demande pardon de ne pas avoir déjà répondu à cette lettre, qui est du 21 Septembre. Je suis tellement occupé jour et nuit, comme vous comprendrez sans peine, que je crois pouvoir compter sur votre indulgence. Je pense que devons nous en tenir à votre première idée. Vous m'aviez proposé d'abord de faire un avant-projet de réplique et vous l'aviez commencé. Aussitôt informé que vous aviez commencé ce travail et qu'il était même assez avancé, je vous ai écrit à le 17 Juin, en vous expliquant ma situation et les précédents de vos questions de ce genre. Ensuite, vous m'avez proposé de donner à votre travail la forme d'une consultation. J'avais déjà pensé à cela, et seulement pour vous être agréable, j'avais pensé alors à faire cette consultation, non seulement à vous, mais à quelques autres professeurs suisses et étrangers, ainsi que je vous ai annoncé dans une lettre du 27 Juin. Mais, le 27 Juillet, chez vous, je vous ai manifesté la crainte que ce procédé ne pût déplaire au Conseil Fédéral constitué en Tribunal Arbitral. Votre Gouvernement pourrait croire que j'avais recours à des personnages politiques du pays dans la pensée de pouvoir peser, par leur influence, sur l'esprit des juges. Cela pourrait avoir des conséquences fâcheuses pour moi et pour la cause qui m'est confiée. Nous ne devons pas oublier que, dans le cas présent, le Tribunal Arbitral est un tribunal politique, composé d'hommes politiques. C'est le Gouvernement Suisse qui va étudier et trancher la question entre le Brésil et la France.*

*D'un autre coté, il est très possible, et même probable, que la presse française, du moins certains journaux, feraient du tapage et chercheraient à indisposer les Conseillers fédéraux contre moi et mon Gouvernement. Ils pourraient dire que le Compromis autorise une réponse et non plusieurs réponses au 1er Mémoire; que j'ai eu recours à des membres de l'Assemblée Nationale amis du Gouvernement en faisant à celui-ci l'injure de croire qu'il se serait laissé influencer par eux. Enfin, vous connaissez aussi bien que moi, surtout après l'Affaire, tout ce que la passion et le chauvinisme peuvent injurier à une partie de la presse française. Je vous ferai remarquer encore que, jusqu'ici, le Gouvernement Français procède dans cette affaire avec la plus grande correction. Tous les documents présentés à l'Arbitre sont faits par des Français. L'Ambassade a depuis longtemps un Conseiller juridique, Mr. Lehr, avocat à Lausanne, mais il n'a aucune intervention, du moins ostensive, dans notre affaire. C'est aussi avec une égale correction que le Brésil a toujours agi au cours d'autres procédures arbitrales et c'est de la même façon que je me suis conduit, dans des circonstances semblables, à Washington. Mon adversaire n'a pas agi de même, et cela lui a fait un grand tort. Je ne crois pas devoir me départir ici de la conduite que j'ai eue aux Etats Unis, et vous auriez certainement si vous vous trouviez dans mon cas, c'est-à-dire, si vous vous trouviez en France, chargé par votre Gouvernement de défendre devant le Gouvernement Français comme Arbitre une cause de votre pays. Il est plus prudent de nous en tenir à votre première idée. Je lirai votre travail, et je suis persuadé qu'il me facilitera beaucoup le mien. Renonçons, donc, à l'idée d'imprimer des consultations.*

*Je compte pouvoir vous envoyer dans le courant de cette semaine, certainement dans le courant de la semaine prochaine, les premiers documents que j'ai déjà livrés à l'imprimeur. Je vous prierai de m'écrire en marge vos observations.*



*Veillez agréer, mon cher Conseiller, l'assurance de mes sentiments les plus dévoués.*

(ass.) RIO-BRANCO



**(Papier sem cabeçalho)**

*Tramelan (Jura bernois), le 12 Octobre 1899.*

*Monsieur le Ministre,*

*Votre honoré du 10 courant me joint ici, où j'ai fait visite à des parents. Je rentrerai à Berne demain, Vendredi, mais je tiens à vous informer dès maintenant que je passerai toute la semaine prochaine à Zürich, où j'aurai à siéger dans la Commission de rédaction du Code civil suisse. Comme j'aurai, à Zürich, mes après-dîners libres, je vous prie de m'y envoyer directement, du 15 au 23 Octobre, les épreuves que vous m'annoncez; je logerai à l'hôtel Baur-en-ville.*

*Quant à ma consultation, je tenais simplement à connaître votre avis définitif au sujet de son impression. Je croyais que vous n'aviez pas pris de décision ferme sur ce point, que nous avions uniquement envisagé les inconvénients possibles de la chose, sans conclure. Comme je vous l'ai écrit, il m'est personnellement indifférent que mon travail soit ou ne soit pas imprimé. L'essentiel, pour moi, est qu'il serve, d'une manière ou de l'autre, aux intérêts que vous défendez. Mais, comme j'aime les situations nettes, je désirais beaucoup être renseigné en temps utile, et de façon absolument précise.*

*Veillez bien croire, Monsieur le Ministre, à mes sentiments les plus dévoués.*

(ass.) VIRGILE ROSSEL



HÔTEL BAUR  
ZÜRICH.



Zürich, le 23 Octobre 1899.

Monsieur le Ministre,

*Je compte rentrer à Berne Mercredi soir. En tout cas, je serai de retour dans le courant de la journée de Jeudi. J'espère que vous avez bien reçu les épreuves, que je vous ai retournées avec mes observations. Mon impression est que vos documents nouveaux démontrent, d'une façon plus incontestable encore, la bonté de votre cause.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) DR. V. ROSSEL  
Prof.



**Virgile Rossel**

Berne, le 27 Octobre 1899.

Monsieur le Ministre,

*J'ai l'honneur de vous retourner les dernières épreuves que vous m'avez envoyées. Il me serait très agréable d'en recevoir les bonnes feuilles, en un exemplaire, au fur et à mesure du tirage, afin de pouvoir faire une lecture ainsi si utile que possible de la Réplique brésilienne, que vous vous proposez de me soumettre.*

*Je demeure à votre entière disposition, Monsieur le Ministre, et je vous prie de croire à mes sentiments bien dévoués.*

(ass.) DR. V. ROSSEL  
Prof.



**Virgile Rossel**

Berne, le 4 Novembre 1899.

Monsieur le Ministre,

*J'ai bien reçu votre honorée de ce jour et je m'empresse de vous retourner les traductions revues, ainsi que la Note préliminaire demandée. Vous aurez constaté que je vous soumetts des observations qui, peut-être, ne sont pas toutes justifiées; vous sauriez déjà ce qu'il convient d'en retenir. Mais quand je suis arrêté, au cours de mes lectures, par tel ou tel (ilegível), je me dis qu'il n'est pas inutile de vous le signaler.*

*Permettez-moi d'ajouter que j'ai pris avec un vif intérêt connaissance de vos nouveaux documents, qui répandent une lumière si complète sur toute la question. Ils sont "définitifs", ceux-ci pour employer le langage du Mémoire français.*

Votre bien dévoué

(ass.) VIRGILE ROSSEL



**Virgile Rossel**

Berne, le 9 Novembre 1899.

Monsieur le Ministre,

*J'ai lu avec un vif intérêt les épreuves que vous m'avez envoyées aujourd'hui, et que je m'empresse de vous retourner avec quelques corrections et observations. Je continue à procéder comme je l'ai fait jusqu'à maintenant: quand mes remarques me paraissent fondées, je les écris directement à la plume, en vous laissant le soin de les biffer, si vous êtes d'un avis contraire; je me sers du crayon pour indiquer des doutes ou des réserves de moins d'importance. Ceci, afin de simplifier.*

*Votre document sous n° 19 constitue une trouvaille de premier ordre; c'est le coup de grâce, et, comme on dit en procédure, la cause est entendue.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) VIRGILE ROSSEL



**Virgile Rossel**

Berne, le 25 Nov. 1899.

*Monsieur le Ministre,*

*Je m'empresse de vous retourner le manuscrit que vous avez bien voulu me soumettre; j'y ai apporté q.ques changements de forme, et je crois, entre autres, qu'il sera préférable de parler de la Réplique, plutôt que du 2<sup>me</sup> Mémoire, du Brésil, - comme on l'a fait, en général, dans les volumes renfermant les pièces justificatives.*

*Je vous prie de disposer de moi, pendant les douze jours qui vous restent jusqu'au 6 Décembre; tout le temps qui n'est pas absorbé par mes deux leçons quotidiennes vous est acquis et je prendrai volontiers ma part du surcoût de travail qui vous attend. Il est vrai que je serai absent de Berne (je serai à Porrentruy, hôtel du Cheval Blanc) de Mercredi 29, de 9h. 40 du matin, à Jeudi, 30, 7h. 50 du soir. Mais je puis, au cours du voyage et pendant mon séjour dans le Jura, m'occuper de revoir les épreuves de la Réplique, qui pourraient m'être remises chez moi, Mercredi, avant 9 heures du matin, ou au train de 9h. 40. D'autre part, mes journées de Samedi et Dimanche 2 et 3 Décembre sont complètement libres. Je vous donne toutes ces indications dans la pensée qu'elles peuvent vous être utiles.*

*La lecture des documents m'a donné une excellente impression. J'ai la conviction profonde que le succès de votre cause est à l'abri*

*de toute surprise. Les notes du P. Pfeil et les soutiens, notamment, corroborant d'une façon particulièrement probante la thèse soutenue par le Brésil, sans parler de tant d'autres pièces qui écartent jusqu'à l'ombre d'un doute. Aussi bien, j'estime que la Réplique peut être relativement courte et qu'il suffira de mettre bien en évidence l'importance des documents nouveaux et la fragilité de l'argumentation française. Permettez-moi de vous conseiller encore l'emploi fréquent des caractères gras, dans le texte, comme nous l'avons fait dans le Résumé final du Portugal.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) VIRGILE ROSSEL



A Dr. Virgile Rossel

Berne, le 7 Déc. 99.

*Mon cher Conseiller,*

*Je vous envoie un exemplaire de la Réponse française. Cette fois-ci ils n'ont présenté que ce seul volume, et pas d'Atlas. Vous allez voir comme ces Messieurs pataugent et de quelle insigne mauvaise foi ils font montre. On y trouve des choses fort plaisantes. Exemple: ils disent qu'ayant signé le Compromis, dans lequel la France déclare que l'Araguary se jette dans l'Océan au sud du Cap du Nord, le Brésil a reconnu que l'Araguary n'est pas un affluent de l'Amazone, qu'il se jette dans l'Océan et que le Cap du Nord ne forme pas l'extrémité de l'embouchure de l'Amazone.*

*Hier soir on m'a dit que les agents français comptent soulever un incident; que leur intention est de dire que le Compromis autorise la présentation d'un second Mémoire, en reponse au premier, mais qu'il n'autorise pas la présentation de documents nouveaux. Vous verez ce plan très clairement indiqué pag. 20 et 21 de la Réplique*

*française. Il n'y a dans le Compromis aucune clause qui défende la présentation de nouveaux documents avec le 2<sup>nd</sup>. Mémoire. Pour pouvoir répondre au 1<sup>er</sup>, il était nécessaire de produire de preuves nouvelles, surtout au sujet de questions qu'on ne prévoyait pas que l'autre Partie traiterait, comme l'opinion des Anglais à Utrecht, la correspondance des Gouverneurs de Cayenne, etc.*

*Les Français eux-mêmes présentent avec le 2<sup>nd</sup> Mémoire quelques documents nouveaux: Note de J. Ferry au Ministre du Brésil en 1884 (Note et non dépêche); le protocole secret du 10 Avril 1897 et 2 cartes (de F. de Wit et de S. Renard) outre un grand nombre d'autres documents présentés, non intégralement mais par fragments, comme ils l'avaient déjà fait dans le 1<sup>er</sup> Mémoire.*

*Je pense que nous devons nous préparer à tenir tête à ce premier incident du procès.*

*Vous verrez encore que ces Messieurs, - qui parlent tant de loyauté, se sont réservé pour définir seulement au moment de la Réplique toutes leurs prétentions sur le bassin de l'Amazonie: p. IX, texte du Mémoire et tracé de la ligne sur deux cartes, à la fin du volume.*

*Veillez agréer, mon cher Conseiller, l'assurance de mes sentiments les plus dévoués.*

(ass.) RIO-BRANCO

*Monsieur le Docteur Virgile Rossel  
Professeur à l'Université de Berne*



**Virgile Rossel**

Berne, le 7 Décembre 1899.

Monsieur le Ministre,

*J'ai bien reçu votre honorée de ce jour, ainsi qu'un exemplaire de la Réponse française. Je tiens à lire ce dernier document avec la plus grande attention, et vous voudrez bien m'accorder une semaine ou deux pour ce travail. Je n'ai pas pu que le parcourir hâtivement et je ne vois pas qu'il renferme rien de très nouveau, ni de très sérieux contre la cause du Brésil. Reste la question sur laquelle vous appelez mon attention et qui, en effet, pourrait donner lieu à un incident. Je ne crois pas cependant que vous ayez excédé votre droit, car vos documents font partie intégrante de votre Réplique; vous pouviez les imprimer séparément plutôt que de les utiliser en extraits dans votre second mémoire. Votre discussion demeurait libre, dans cette phase de la procédure comme dans l'autre. Si même la France réclamait, j'estime que vous n'avez rien à craindre; c'est aux juges seul qu'il appartient désormais, sans intervention possible des parties, de décider s'ils tiennent pour concluants et recevables les textes qui leur ont été fournis; des observations ne pourraient être présentées qu'au sujet de l'inauthenticité d'un document.*

*J'espère que vous pouviez prendre maintenant un peu de repos bien gagné et que votre santé ne se ressentira pas des grands efforts que vous avez dû vous imposer.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) VIRGILE ROSSEL

*P.S. Je vous saurais gré de me faire tenir un exemplaire de votre Réplique et des annexes.*



**Conseil National**

Berne, le 13 Décembre 1899.

Monsieur le Ministre,

*Je vous envoie un dernier mémoire que nous avons dû adresser au Tribunal du Delagoa; j'imagine qu'il pourra vous intéresser.*

*J'avance dans la lecture de la Réponse française, mais je vous serais reconnaissant de me faire tenir votre Réplique et ses annexes, car il m'arrive souvent de ne pouvoir contrôler telle ou telle affirmation que je crois réfuté d'avance par vos documents nouveaux. C'est d'ailleurs bien ce que nous disions l'autre jour: la France s'ingénie à créer le plus de confusion possible et à faire illusion par son argumentation hautaine sur la fragilité de son droit. Peut-être est-il regrettable qu'on n'ait pas soumis à une discussion minutieuse le 1<sup>er</sup> Mémoire de la France; c'est là ce que j'avais tenté dans le travail que vous possédez en manuscrit et qu'il eut été facile de rendre plus probant encore, au moyen des faits constatés dans les titres que vous avez produits avec votre Réplique. J'essayais aussi de percer à jour le caractère artificiel de son arrogante assurance. Mais la lecture de la Réponse française n'a pas ébranlé le moins du monde, jusqu'ici, ma conviction de la bonté de votre cause et vos documents transporteront sans peine sur les sophismes de vos contradicteurs.*

*Veillez bien croire, Monsieur le Ministre, à mes sentiments les plus dévoués.*

(ass.) DR. V ROSSEL

Prof.





**Virgile Rossel**

Berne, le 28 Décembre 1899.

Monsieur le Ministre,

*J'ai enfin terminé la lecture du second Mémoire français, - que j'avais seulement pu parcourir en hâte lorsque j'en ai causé avec vous. Mon impression n'a pas changé: c'est le sophisme érigé en système de raisonnement et l'arrogance du style employée comme moyen pour impressionner les juges. Mais cette argumentation, aussi fragile qu'elle est subtile et violente, ne résistera pas à un examen compétent et consciencieux.*

*J'ai quelques jours de vacances; j'aimerais en profiter pour refaire connaissance avec votre réplique et le documents y annexés. Puis-je vous prier de me les faire parvenir le plus tôt possible?*

*Je saisis cette occasion, Monsieur le Ministre, pour vous envoyer mes meilleurs souhaits de nouvelle année et pour vous réitérer l'assurance de mes sentiments très dévoués.*

(ass.) VIRGILE ROSSEL



Ao Sr. Virg. Rossel, Bern

(Berna) 28 Déc. 99.

Mon cher Conseiller,

*Je vous envoie maintenant les six volumes du 2<sup>nd</sup> Mémoire du Brésil. J'attendais trois cartes de Paris pour remplacer trois autres de l'Atlas, sur lesquelles le coloriste s'est trompé. Elles ont été expédiées de Paris, mais elles tardent à arriver. Le 6 Déc. J'ai remis une note au Département en expliquant qu'il y avait eu erreur au sujet de ces cartes et en m'engageant à présenter des fac-simile exacts. Il y a aussi sur deux ou trois cartes des erreurs dans les*

*notes. Sur la carte d'Olmedilla<sup>23</sup> j'ai fait coller le 6 Déc. une note qui, je crois, ne se trouve pas sur l'exemplaire que je vous envoie. Je continue mon travail d'annotation de la Réplique française. On s'y trouve des confusions intentionnelles, parfois enfantines, et des erreurs vraiment scandaleuses. L'Arbitre pourrait ordonner, – il a le pouvoir pour le faire, – que dans un délai de 2 ou 3 mois chaque Partie lui présente des observations ou des corrections sur la Réplique contraire. Il y aurait matière pour un Vol. très intéressant. Ces Messieurs du Quai d'Orsay ont écrit comme s'ils parlaient à des écoliers, et s'il était possible de présenter des (ilegível), les Juges pourraient voir tout ce qu'il y a de vraiment ridicule dans cette "démonstration scientifique". "L'Arbitre", disent-ils, "sera certainement frappé du caractère scientifique de notre démonstration".*

*Je vous remercie de m'avoir communiqué la Requête du Gouvernement Portugais, dans l'Affaire de la Baie de Lagoa. Je l'ai lue avec un grand intérêt.*

*Veillez agréer, mon cher Conseiller, les assurances de mes sentiments très dévoués.*

(ass.) RIO-BRANCO




---

23 Juan de la Cruz Cano y Olmedilla (1734-1790), cartógrafo, ilustrador e gravador espanhol. Foi, durante muitos anos, cartógrafo oficial de Carlos III da Espanha.

VIRGILE ROSSEL

Berne, le 28 Décembre 1899.



Monsieur le Ministre,

J'ai enfin terminé la lecture de  
votre Mémoire français, — que j'avais  
entendu par-dessus en tête longue  
j'en ai senti avec vous. Mon impres-  
sion n'a point changé : c'est le système  
d'impôt ou système de couronnements et l'as-  
surance de style employée comme moyen  
pour impressionner le juge. Mais cette as-  
surance, aussi fragile qu'elle est em-  
bile et violente, ne résistera pas à un exa-  
men complet et consciencieux.

Je ai quelques jours de vacances ; j'as-  
surerai en profiter pour refaire votre  
avis sur votre système et les documents y  
attachés. Puis-je vous proposer de me le  
faire parvenir le plus tôt possible ?

Je saisis cette occasion, Monsieur  
le Ministre, pour vous envoyer mes  
meilleures salutations de votre très amicalement  
et pour vous retenir l'assurance de  
mes sentiments très dévoués.

Virgile Rossel

**Virgile Rossel**

Berne, 28 Décembre 1899.

Monsieur le Ministre,

*J'ai enfin terminé la lecture du seconde Mémoire français, - que j'avais seulement pu parcourir en hâte lorsque j'en ai causé avec vous. Mon impression n'a point changé: c'est de sophisme érigé en système de raisonnement et l'arrogance du style employée comme moyen pour impressionner les juges. Mais cette argumentation, aussi fragile qu'elle est subtile et violente, ne résistera pas à un examen compétent et consciencieux.*

*J'ai quelques jours de vacances; j'aimerais en profiter pour refaire connaissance avec votre réplique et les documents y annexés. Puis-je vous prier de me les faire parvenir le plus tôt possible?*

*Je saisis cette occasion, Monsieur le Ministre, pour vous envoyer mes meilleurs souhaits de nouvelle année et pour vous réitérer l'expression de mes sentiments très dévoués.*

(ass.) VIRGILE ROSSEL



**Virgile Rossel**

Berne, le 28 Décembre 1899.

Monsieur le Ministre,

*Votre honorée de ce matin et votre annexe se sont croisés avec ma lettre. Je vous remercie de m'avoir adressé votre Réponse et les documents y annexés; je vais les lire ou les relire avec attention, afin d'être prêt à toute éventualité. Je ne crois cependant pas que l'Arbitre accorde aux parties un délai supplémentaire pour fournir leurs observations au sujet des mémoires déposés le 6 Décembre. Mais il peut surgir des incidents que nous ne prévoyons pas et il est possible que le Conseil fédéral demande des explications, des*

*renseignements ou des preuves sur tel ou tel point demeuré obscur pour lui.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) VIRGILE ROSSEL



***Dr. V. Rossel***

***Prof. à l'Université de Berne***

*Berne, le 10 Janvier 1900*<sup>24</sup>

*Monsieur le Ministre,*

*Ainsi que je vous l'avais promis, j'ai mis à profit mes vacances de Nouvel an pour faire une lecture attentive des documents déposés entre les mains de l'Arbitre, le 6 Décembre écoulé, par les deux parties intéressées au règlement du différend franco-brésilien. Je ne veux, naturellement, pas vous envoyer tout un mémoire pour y condenser mes impressions et y résumer mes constatations. Il vous suffira sans doute d'avoir, en quelques lignes, le sentiment général d'un critique impartial et consciencieux, qui a cherché, dans la mesure du possible, à ne voir que des faits et à en tirer les conclusions nécessaires.*

*Vous savez combien votre première démonstration m'avait paru convaincante et je n'avais pas eu grand peine, grâce à votre premier exposé et aux documents qui l'accompagnaient, à m'apercevoir de la fragilité de l'argumentation tortueuse, et même insidieuse par endroits, à laquelle les rédacteurs du Mémoire français avaient eu recours. La tactique de vos adversaires n'a pas changé et ils se sont ingéniés seulement à accroître la confusion et l'obscurité qu'ils jugeaient utile d'introduire dans le débat. A la vérité, je ne puis contrôler toutes leurs affirmations, car je ne possède ni les*

---

<sup>24</sup> Rio-Branco fez transcrever essa carta de Rossel e remeteu-a ao Rio, como anexo ao seu ofício ostensivo N° 13, 2ª Seção, de 17 de fevereiro de 1900.

*connaissances spéciales ni les matériaux indispensables pour en entreprendre la vérification intégrale. Mais les points sur lesquels je n'ai pas des lumières suffisantes sont et restent des points de détail, qui ne peuvent influer en rien sur la solution du litige, tant les éléments essentiels du procès sont clairs et décisifs.*

*J'espère que les savants auxquels le Conseil fédéral s'est adressé et que les arbitres eux-mêmes ne se laisseront point troubler par l'accumulation des petites circonstances indifférentes ou secondaires, au milieu desquelles la France s'est efforcée de noyer la question principale. Il faut souhaiter, il faut avoir l'assurance que, comme le dit un de nos proverbes, les arbres ne les empêcheront pas de voir la forêt. Ces (sic) sont, les uns, des hommes d'étude, formés aux investigations scientifiques; ce sont, les autres, des hommes d'Etat qui ont le souci de leurs responsabilités. Or si des juges superficiels pouvaient être déconcertés, ou même induits en erreur, par d'assez habiles sophismes, rien de pareil n'est à craindre, je le crois, de vos juges à vous et de leurs conseillers.*

*A mon avis, tous les faits antérieurs aux négociations des traités de 1700 et de 1713 ne peuvent constituer que des indices; les preuves proprement dites sont fournies par les déclarations et les événements contemporains de ces négociations. La réponse de d'Albuquerque à Ferrolles<sup>25</sup>, les notes du P. Pfeil, les cartes du temps, les textes diplomatiques qui ont précédé la signature des instruments de 1700 et de 1713 ne laissent subsister aucun doute sur l'identification, aux yeux des négociateurs eux-mêmes, de l'Oyapoc et du Vincent Pinson. Les rédacteurs des Mémoires français ne peuvent guère vous opposer que leur découverte de l'Oyapoc "nom générique" et leur vénération pour les latitudes erronées. Mais rien de cela ne tient debout. Votre explication de*

---

25 Pierre-Eléonore de la Ville, Marquês de Ferrolles (? - 1705), militar francês que foi diversas vezes governador da Guiana francesa, entre 1681 e 1705.

*Mocquet me semble péremptoire; la carte de Guérard, insignifiante en soi, n'apporte qu'une donnée au moins contestable; d'après Ferrolles lui-même, il n'y a qu'une rivière Oyapoc et son "île", de pure invention d'ailleurs, n'est pas, évidemment, la limite des traités. La seule reproduction de la dépêche des plénipotentiaires français, du 10 Février 1713, que vous avez eu raison d'intercaler dans vos annexes (7. II, p.443-444), établit définitivement que le pays litigieux était situé "entre ce fleuve (des Amazones) et celui d'Oyapoc", et, comme il n'y avait, pour les Français eux-mêmes, d'Oyapoc "généralement connu" que celui du Cap d'Orange, c'est que la discussion est close, de leur aveu. S'il y avait eu, en 1700, ou en 1713, un Oyapoc "du Cap du Nord", moins généralement connu" que l'autre, et qu'on l'eût proposé ou choisi comme frontière, il est certain que l'on aurait précisé ... Mais je n'ai pas à insister sur ces choses, dans une lettre qui vous est destinée, car vous êtes beaucoup mieux que moi renseigné sur tous les côtés de l'affaire. Je n'ai été arrêté que par une vétille (7. II, p. 239): l'auteur de la Réplique portugaise de 1698 donne la latitude exacte de Cayenne - 5° - et il se trompe, tant sur celle du Cap du Nord que, surtout, à propos de celle du Vincent Pinson (ibid., p.241). Je considère, toutefois, que vos explications en note rendent suffisamment plausibles les erreurs commises.*

*Vous m'aviez demandé, Monsieur le Ministre, de relire avec une attention particulière, les pages que vous avez consacrées au "Vincent Pinson primitif". Je me suis acquitté très volontiers de cette tâche et je puis vous dire que votre démonstration m'a pleinement persuadé; je l'ai étudiée de très près, en me servant des cartes, et je suis arrivé au même résultat que vous.*

*Cet missive est déjà bien longue, mais j'avais à coeur de vous communiquer mes impressions toutes fraîches.*

*Et permettez-moi, avant de finir, d'ajouter que les prétentions dernières de la France, relativement à la limite intérieure, appellent une protestation de la part du Brésil. On ne joue pas ainsi avec les termes catégoriques et absolument obligatoires d'un Compromis arbitral. Je concède que cette étrange attitude de votre adversaire ne peut vous nuire. J'attache une certaine importance à l'effet moral que produirait une note aussi nette que mesurée, dans le but de replacer la question sur le terrain conventionnellement délimité.*

*Je demeure à votre entière disposition, comme du passé; – et il est probable que ces lignes vous parviendront avant votre retour de Paris. J'ai laissé à vous écrire immédiatement après avoir relu et compulsé toutes les pièces de la second phase du procès.*

*Veillez bien agréer, Monsieur le Ministre, l'expression de mes sentiments les plus dévoués.*

(ass.) DR. V. ROSSEL

*Prof.*



***Dr. V. Rossel***

***Prof. à l'Université de Berne***

*Berne, le 24 Mars 1900*

*Monsieur le Ministre,*

*Je vous avais promis de réfrécher à la question que nous avons discutée Dimanche dernier. Voici, en quelques mots, le résultat auquel je suis arrivé:*

*Comme le délai dans lequel le Conseil fédéral doit rendre la sentence est très court, je crois qu'il serait utile de proposer aux arbitres un échange quelconque de nouveaux mémoires ou de nouvelles observations entre les parties. Mais il n'est pas impossible d'arriver*



*à quelque chose de pratique – et d'avantageux pour votre cause – en procédant ainsi: Lors de la remise que vous feriez de la note dans laquelle vous protesterez contre la modification, aussi indue que grave, apportée par le Gouvernement à ses conclusions concernant la limite intérieure, vous pourriez ajouter que le second mémoire de la France renferme des erreurs si évidentes et des assertions si hardies, qu'il serait nécessaire de les examiner de très près. Vous auriez relaté dans une énumération très succincte les principales de ces assertions et de ces erreurs; vous insisteriez sur celles qui peuvent frapper immédiatement même un homme peu au courant de la question, et vous vous déclareriez prêts à laisser votre état manuscrit des points signalés entre les mains de M. Le Président de la Confédération, pour qu'il le transmette à son collègue, M. Le conseiller fédéral Müller, si celui-ci était plus spécialement chargé, en sa qualité de juriste et d'ancien Président, d'étudier le dossier. Vous pourriez expliquer, de plus, que certaines des erreurs qu'il importerait de rectifier exigent la lecture d'ouvrages que l'on honorait malaisément en Suisse et que vous mettriez volontiers à la disposition, soit des arbitres, soit des experts choisis par eux. Bien entendu, vous déclareriez catégoriquement, comme vous avez le droit de le faire en toute conscience, que votre but n'est pas de couvrir la procédure mais de contribuer à la manifestation de la vérité, puisque vous verriez avec plaisir que la France en usât de même à l'égard de votre second mémoire. En d'autres termes, il ne s'agirait pas de rentrer dans la discussion, mais de simplement fixer l'attention de vos juges sur les questions présentées de telle manière que le Tribunal pourrais être induit en erreur.*

*Naturellement, vous exposeriez tout ceci avec beaucoup plus de compétence et de discrétion que je ne puis le faire. Je me borne à vous indiquer que la marche qu'il me semble convenable de suivre, sans que je sois certain du succès d'une démarche même tentée dans ces conditions. Il n'y a, cependant, aucun inconvénient à agir*

*dans ce sens; l'essentiel est que les arbitres ne puissent craindre une inégalité dans le traitement des parties et des mémoires complémentaires de celles-ci. La situation étant sauvegardée dans ces deux directions, j'ai bien de croire que le projet dont vous avez bien voulu m'entretenir serait parfaitement réalisable.*

*Veillez bien, Monsieur le Ministre, agréer l'assurance de mes sentiments les plus dévoués.*

(ass.) DR. V. ROSSEL  
Prof.



### **Conseil National**

*Berne, le 31 Mars 1900.*

*Monsieur le Ministre,*

*Un député, de mes amis, m'a demandé quelques renseignements pour répondre à un article du Temps, du 25 Mars courant. Il dirige le journal dont je vous envoie un numéro ci-inclus, et où il a, un peu vivement, relevé les insinuations de la feuille parisienne. Je pense que son article vous intéressera et qu'il ne vous paraîtra pas trop violent. Pour moi, je ne vois pas d'inconvénients à ce que notre presse donne des indications sur l'échec probable des prétentions françaises dans la Guyane brésilienne. Il serait désirable cependant qu'elle mît de discrétion. Mais, encore une fois, les lignes ci-incluses ne me semblent qu'une juste réponse à d'inqualifiables attaques.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) VIRGILE ROSSEL



**(Papel sem cabeçalho)**

Berne (riscado) Lucerne, le 9 Avril 1900.<sup>26</sup>

*Monsieur le Ministre,*

*M. Brenner vient de me dire qu'il croyais que la brochure hollandaise dont je vous ai parlé hier était l'oeuvre d'un professeur et qu'elle n'avait rien d'officiel. Je vous mande ceci, afin de ne pas vous inquiéter. Il n'en serait pas moins intéressant de le voir, car il se peut que les arbitres y pincent des renseignements qui mériteraient d'être controlés.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) DR. V. ROSSEL

*Prof.*



**Virgile Rossel**

Berne, le 27 Avril 1900.

*Monsieur le Ministre,*

*De retour à Berne depuis quelques jours, j'ai prié M. le conseiller fédéral Brenner de me prêter le mémoire hollandais dont il m'avait parlé à Lucerne. Après avoir lu ce travail, qui n'a pas une grande importance, j'en ai fait venir deux exemplaires, dont je vous envoie l'un avec ces lignes.*

*Veillez agréer, Monsieur le Ministre, l'assurance de mes sentiments très dévoués.*

(ass.) DR. V. ROSSEL

*Prof.*

---

26 No seu Caderno de Notas, R-B registrou dia 8, domingo: "À 1½ fui à estação falar com Virgile Rossel que parte para Lucerna (Hôtel du Lac, até 20)". Dia 9, registrou: "Recebi carta de Virgile Rossel com uma informação de que a Holanda mandara para os Conselheiros federais uma exposição sobre a questão de limites".

Annexe:



**Dr. V. Rossel**

**Prof. à l'Université de Berne**

Berne, le 16 Mai 1900.

Monsieur le Ministre,

*J'ai lu avec intérêt l'article que vous avez bien voulu me communiquer et que je connaissais déjà en partie. Il ne peut que servir votre cause et il serait fort à désirer que les membres du Conseil fédéral, M. Muller entre autres, consent l'occasion de le voir. Vous y parlez incidemment de la limite intérieure. Il me paraît nécessaire de rendre officiellement l'arbitre attentif aux conclusions, aussi excessives qu'incompatibles avec le compromis, dont la France s'est fait une arme de guerre dans son second mémoire. Elle a élevé des prétentions si formidables – et si injustifiées, d'ailleurs, même dans la forme, – que l'arbitre, toujours préoccupé, dans une question internationale, de ne pas consacrer des victoires trop complètes, pourrait être tenté de chercher je ne sais quelle solution intermédiaire. C'est pourquoi il faudrait, selon moi, protester dès maintenant, afin de restituer au litige ses proportions véritables et afin de prouver que, si même la France perdait son procès, elle ne serait pas évincée des territoires immenses qu'elle revendique. Je vous demande pardon de revenir sur ce point, que nous avons discuté plus d'une fois, mais j'y attache une très grande importance. Puisque vous avez exprimé le désir de connaître le chiffre approximatif de mes honoraires, je me permettrai de vous indiquer une somme de 15 à 20 mille francs, suivant le travail que j'aurai encore à faire pour le Brésil jusqu'à la fin de l'arbitrage. Vous m'avez donné, à titre d'exemple, la somme de 15.000 fr. que vous avez payée à votre conseil aux Etats-Unis, en ajoutant que sa*

*tâche s'était essentiellement bornée à l'étude du dossier et à des consultations orales. J'ai le sentiment que le volumineux mémoire que je vous ai livré ne vous a été que d'une utilité médiocre; il m'a du moins obligé à une lecture minutieuse des documents et à un travail de réflexion, qui m'ont mis à même de me former une opinion raisonnée sur l'affaire que le gouvernement de votre pays vous a confiée. Encore une fois, dans la fixation du chiffre ci-dessus, j'ai tenu compte du temps matériel consacré à l'examen du litige, plutôt que des services réellement rendus, et qui sont modestes.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) VIRGILE ROSSEL



A Dr. Virg. Rossel, Bern

*Berne, le 18 Mai 1900*

*Mon cher Conseiller,*

*J'ai reçu votre lettre avant-hier et j'ai pris bonne note de tout ce qu'elle contient.*

*Je vous envoie la traduction allemande ci-jointe de l'article paru dans Le Brésil. Elle a été faite par M. Théophile Linder, Secrétaire au Bureau des Douanes. Je vous prie de la corriger. J'ai constaté que les mots – à Washington – ont été oubliés par le traducteur et il est possible que sur d'autres points il se soit écarté un peu trop du texte. Je crois que plusieurs Conseillers Fédéraux liront plus facilement la traduction allemande que le texte français.*

*Veillez agréer, mon cher Conseiller, la nouvelle expression de mes sentiments très dévoués.*

(ass.) RIO-BRANCO



(Papel sem cabeçalho)

Berne, le 18 Mai 1900

Monsieur le Ministre,

*Je m'empresse de vous retourner la traduction allemande de l'article du Brésil. Je l'ai comparée attentivement avec l'original et l'ai trouvée très fidèle. A part l'omission du mot "Washington" et quelques expressions qu'il m'a paru nécessaire de remplacer par d'autres, je n'ai pas d'observations à faire. Je juge cependant utile de donner aussi en français la phrase si pittoresque et si caractéristique de M. Hanotaux.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) VIRGILE ROSSEL



*Ao Professor Dr. Virg. Rossel, Berne*

*Telegrama, 27 de Julho de 1900, 9h20m.<sup>27</sup>*

*Professeur Virgile Rossel 16 Sonnenbergstrasse, Bern*

*Si n'êtes pas engagé vous prie nous faire le plaisir de venir déjeuner midi demi pour que puissions causer un peu.*

(ass.) RIO-BRANCO



---

27 No mesmo dia, Rio-Branco enviou telegrama a Goeldi, que se encontrava em St. Gallen, hospedado no Hotel Schiff. No telegrama, Rio-Branco informa que chegavam a Berna os professores incumbidos de fornecer pareceres ao Conselho Federal sobre os diversos aspectos da questão. Indica que o Professor Früh já se encontrava no Hotel Bären, desde o dia 25. Informou, ainda, que dois ou três já haviam chegado de Basileia e que, de Berna, haveria pelo menos três de que tinha notícia, mas que pensava que o Dr. Stoll ainda não tivesse ainda chegado. Sugere, assim, que Goeldi viesse passar uma temporada em Berna, sobre a qual teceu considerações sobre a temperatura, que, segundo ele, não devia ser inferior à do Pará.

**Dr. V. Rossel**

**Prof. à l'Université de Berne**

Berne, le 20 Août 1900<sup>28</sup>

Monsieur le Ministre,

Voici le titre de l'ouvrage que je vous ai signalé au cours de notre entretien de ce jour: Legislation électorale comparée des principaux pays d'Europe, par Edmond Villey (1 vol. in-8, Paris, Laruse (sic) (Larousse), 1900). Comme ce livre a été consommé par l'Académie des sciences morales et politiques, comme d'autre part il a été l'objet, dans la Revue internationale de sociologie, d'une étude très détaillée et très élogieuse, je crois que vous en prendrez connaissance avec un vif intérêt. J'ajoute que les questions générales y sont traités avec autant d'ampleur que le droit positif lui-même.

Votre très dévoué

(ass.) DR. V. ROSSEL

Prof.



**Dr. V. Rossel**

**Prof. à l'Université de Berne**

Berne, le 31 Août 1900

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur de vous informer que je pars aujourd'hui même pour Delémont (Jura bernois), où je resterai trois ou quatre semaines pour fixer, avec quelques collègues, le texte définitif du futur Carte civil suisse. Si quelque incident devait surgir, ce qui paraît fort improbable, ou si vous désiriez avoir un entretien avec moi, je pourrais me déplacer facilement et je pourrais, en particulier,

---

28 R-B registrou em seu Caderno de Notas neste mesmo dia: "Almoçou aqui o Professor Virgile Rossel, chegado do Valais. Não adiantou notícia alguma".

*disposer de mes Dimanches. Comme je vous l'ai dit précédemment, j'espère un peu obtenir de l'un des membres de notre Commission des indications plus ou moins précises sur ce que l'on pense, dans les sphères fédérales, de la solution à donner au litige franco-brésilien. Le hasard des conversations, un hasard que l'on peut solliciter, nous amènera bien une fois ou l'autre sur ce sujet, et il suffit parfois d'un mot pour en deviner plusieurs.*

*Votre très dévoué*

(ass.) DR. V. ROSSEL

*Prof.*

*N.B. Monsieur Nogueira Soares est gravement malade; j'ai pris de ses nouvelles hier soir, et l'on parlait d'une pleurésie.*



**(Papel sem cabeçalho)**

*Delémont, le 6 Septembre 1900.<sup>29</sup>*

*Monsieur le Ministre,*

*Comme je vous le faisais prévoir, j'ai réussi à amener mes collègues à s'entretenir du différend franco-brésilien. Et à cette occasion, M. Le Conseiller d'Etat Gobat a dit à peu près ceci ; "Il est certain que le Brésil obtiendra gain de cause; j'ai entendu plus d'une cloche dans ce sens". Et, au cours de la conversation, j'ai pu me convaincre qu'il avait, entre autres, parlé avec M. le professeur Woker. Ceci à titre de renseignement confidentiel.*

*Votre très dévoué*

(ass.) DR. V. ROSSEL

*Prof.*

*P.S. C'est M. le prof. de Salis qui est chargé du rapport général.*

<sup>29</sup> Rio-Branco transcreveu de próprio punho trechos dessa carta de Rossel bem como a de 14 de setembro e as remeteu, como anexo ao seu ofício confidencial N° 5, de 17 de setembro de 1900.





Ao Dr. Virg. Rossel, Professor da Universidade de Bern

Berne, le 12 Septembre 1900.

*Mon cher Professeur,*

*En rentrant il y a quelques jours de Paris, où j'ai attrapé une terrible laryngite, j'ai trouvé sur mon bureau votre lettre du 6, contenant des nouvelles encourageantes dont je vous remercie beaucoup. Je ne comprends pas bien celle d'après laquelle le Professeur von Salis serait chargé du rapport général, alors que tous les renseignements précédents nous donnaient le Conseiller Fédéral Müller comme chargé de ce travail. Avant-hier encore, le Président Hauser, au cours d'un déjeuner, m'a répété, - sans que je lui aie rien demandé et sans ajouter aucun autre renseignement, que M. Müller avait été chargé du rapport, et que les deux pays pouvaient être sûrs que la question était étudiée très sérieusement.*

*Le Ministre de Bavière prétend avoir entendu au Conseiller Brenner, le 2 Juillet, qu'il, le Conseiller Brenner, était un des trois Conseillers Fédéraux chargés de l'étude de l'affaire. Je pense que le Comte de Montgelas l'a mal compris, car le même jour M. Brenner a dit à notre Chargé d'Affaires qu'il se proposait d'étudier à fond la question pendant ses vacances, sans lui parler de trois Conseillers désignés pour ce travail.*

*Vers la fin du mois il y aura ici à Berne une nouvelle réunion des Professeurs consultés, aussitôt après les grandes manoeuvres que M. Müller suit de près.*

*Je compte partir lundi pour Baden-Baden, où j'irai faire une cure de douze ou quinze jours, si ma laryngite le permet. Je serais enchanté de vous voir avant mon départ si vos affaires vous amenaient à Berne.*

*Veillez agréer, mon cher Conseiller, l'assurance de mes sentiments très dévoués.*

(ass.) RIO-BRANCO



*Delémont, le 14 Septembre 1900.*<sup>30</sup>

*Monsieur le Ministre,*

*J'ai bien reçu votre dernière lettre. Je serai après-demain, Dimanche, à Berne pour quelques heures dont j'ai déjà disposé en partie. Cependant, je serais libre de 10 à 11 heures du matin. Si vous désirez que je passe chez vous à cette heure un peu matinal, je vous prie de bien vouloir m'en écrire un mot à Berne. Depuis les nouvelles que j'ai vous ai données, j'ai appris ceci de l'un de mes collègues: "On a, m'a-t-il dit, été sûr de la solution à donner au procès, au débout; puis, des doutes assez sérieux ont surgi, mais ces doutes ont été dissipés par les documents décisifs, paraît-il, qui ont été produits lors du dépôt des répliques". Je n'ai pu en obtenir d'avantage, mais il n'est pas trop difficile de comprendre, qu'en tout cas, les documents annexés à votre réplique ont définitivement éclairci la situation.*

30 Rio-Branco transcreveu de próprio punho trechos dessa carta de Rossel bem como a de 6 de setembro e as remeteu, como anexo ao seu ofício confidencial N° 5, de 17 de setembro de 1900. Em seu Caderno de Notas, registrou o seguinte comentário: "Carta de Virgile Rossel, de 15, recebida ontem, 15, escrita de Delémont: 'Depuis les nouvelles que je vous ai données, j'ai appris ceci de l'un de mes collègues: 'On a, m'a-t-il dit, été sûr de la solution à donner au procès, au débat; puis des doutes assez sérieux ont surgi, mais ces doutes ont été dissipés par les documents décisifs, paraît-il, qui ont été produits lors du dépôt des répliques.' Je n'ai pu en obtenir d'avantage, mais il n'est pas trop difficile à comprendre, qu'en tout cas, les documents annexés à votre réplique ont définitivement éclairci la situation.'"

*En ce qui concerne M. le prof. de Salis, il y a malentendu entre nous. C'est M. le Cons. Féd. Muller qui est et demeure chargé du rapport général à soumettre aux arbitres; mais M. de Salis a été prié de faire un travail dans lequel il avait à fournir une appréciation générale des éléments du litige, son travail n'ayant que le caractère d'une consultation, comme ceux des professeurs chargés d'étudier, les uns, la question géographique, les autres la question historique.*

*En vous souhaitant une prompte guérison de votre laryngite, je vous prie, Monsieur le Ministre, de me croire votre bien dévoué*

(ass.) DR. V. ROSSEL

*Prof.*



Ao Professor Virgile Rossel, Berne

*Berne, a Samedi 15 Septembre 1900*

*Mon cher Conseiller,*

*Je me lève de bonne heure et vous me trouverez demain à l'heure que vous préférez, de 10 à 11.*

*Je suis encore très fortement grippé. Il y a déjà 15 jours que cette situation se prolonge sans amélioration sensible. Je n'ai pas pu sortir depuis lundi dernier et je ne sais rien de nouveau sur notre affaire. C'est probablement dans le courant du mois prochain que le Tribunal s'en occupera.*

*Bien cordialement à vous*

(ass.) RIO-BRANCO



Ao Sr. Virgile Rossel, Berne

*Baden, le 26 Sept. 1900.*

*Mon cher Professeur,*

*Le Dr. Goeldi me communique le passage suivant (traduction) d'une lettre du Professeur Burkhardt-Finsler, de Bâle:*

*“Vous devez comprendre avec quelle anxiété j'attends la sentence du Conseil Fédéral. Elle sera donnée certainement dans le courant de l'année. Dieu veuille qu'elle n'ait pas des conséquences désagréables pour nous, car il sera possible de faire les choses de façon à plaire entièrement aux deux parties.”*

*Le passage souligné me rend assez inquiet. Il n'est pas d'accord avec les nouvelles que nous avons d'autres sources, et il paraîtrait indiquer que, d'après le Professeur Burkhardt-Finsler, on devrait tâcher de satisfaire en partie aux demandes de la France. Espérons cependant qu'il n'a écrit ces lignes que pour cacher sa pensée et se maintenir dans la réserve que sa situation lui impose. En tout cas, c'est maintenant, dans le courant d'Octobre, que le Conseil Fédéral examinera l'affaire et arrêtera probablement sa décision.*

*Bien cordialement à vous*

(ass.) RIO-BRANCO



**Hotel du Faucon**

**M. Studer & Soeurs**

**Delémont**

(Suisse)

*Delémont, le 28 Septembre 1900*

*Monsieur le Ministre,*

*Je m'empresse de répondre à votre honorée du 26 courant. Le passage, que vous me communiquez, d'une lettre de M. Burkhardt-Finsler à M. le Dr. G. est bien surprenant, en effet, moins par ce*

*que j'y lis que par le ton employé. Je n'ai rien pu apprendre d'autre que ce que je vous ai écrit précédemment et les renseignements que j'avais obtenus étaient tout à fait rassurants. Que signifie l'espèce de cri d'alarme poussé par M. B.? Je ne puis imaginer que deux explications, dont la première toutefois me paraît seule plausible: ou M. B. s'est exprimé ainsi pour faire une réponse quelconque et aussi peu compromettante que possible; dans un cas où toute réponse précise constituerait une indiscretion; ou, il a livré un secret qui lui était confié et sa lettre est un résumé anticipé de la sentence. Mais cette dernière alternative est inadmissible, à mon avis. Il se peut que M. le Dr. G. ait insisté pour avoir des nouvelles et son correspondant les lui aura données de telle sorte qu'elles ne l'égayeront pas et qu'elles décourageront toute tentative d'en connaître plus long.*

*Au reste, même prise littéralement, la confiance de M. B.F. ne peut, ne doit être interprétée que de la manière suivante: le Brésil l'emporterait sur toute la ligne, sauf sur la question de la limite intérieure où la solution, que nous avons toujours considérée comme probable, serait acceptée par les arbitres. Je ne crois pas, qu'en vu du dossier de l'affaire, on puisse ne pas désigner l'Oyapoc comme frontière maritime; ceci d'autant plus, que le tribunal ne peut raisonnablement choisir qu'entre l'Oyapoc et l'Araguary et qu'à cet égard le choix ne saurait être douteux. Pour moi, je continue à ne pas être inquiet. La bonté de votre cause est trop certaine pour que des surprises se produisent.*

*Je serais de retour à Berne le 4 ou le 5 Octobre.*

*Veillez agréer, Monsieur le Ministre, l'assurance de mes sentiments très dévoués.*

(ass.) DR. V. ROSSEL

Prof.





(Vevey) 16 Oct. 1900.

*Monsieur le Ministre,*

*Je suis ici en Commission fédérale, mais je rentrerai aujourd'hui même à Berne. Autant que j'ai pu m'en rendre compte, le jugement n'est pas encore rendu, bien que sans doute l'opinion des arbitres soit faite. M. le cons. féd. Muller vient de demander et obtenir un congé de huit jours, qu'il consacrera entièrement à la rédaction de son rapport final ou du projet de sentence (je ne sais exactement). Du sens même dans lequel la décision sera rendue, je n'ai rien appris d'autre que ce que je crois ai naguère écrit de Delémont.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) VIRGILE ROSSEL



## Ao Professor Virgile Rossel

Berne, le 20 Octobre 1900.

*Mon cher Conseiller,*

*J'ai reçu hier soir une note du Département Politique Fédéral<sup>31</sup>  
m'annonçant simplement l'envoi de "2 exemplaires de la carte  
rectifiée N° 2 de la réplique française au Gouvernement brésilien".*

---

31 Comentário: No dia seguinte ao jantar que ofereceu, durante o qual soube, através de um de seus convidados, Conselheiro Federal Müller, que lhe falou sobre a nota francesa, R-B foi ao Conselho Federal levantar o assunto com Graffina, que "mandou buscar a correspondência relativa ao arbitramento e aí encontrou a Nota do Embaixador de 27 de julho, recebida quando ele, Graffina, estava em licença médica (de 21 de julho a 9 de setembro)". Foi Graffina quem leu para R-B o texto da nota, à qual vieram apenas 10 exemplares de um mapa corrigido, todos os quais foram remetidos ao Conselheiro Müller. "Graffina disse-me que a nota e o mapa me deveriam ter sido comunicados imediatamente; que ele estava ausente naquela ocasião e, quando voltou e percorreu os papéis, não viu que tinha sido esquecida essa comunicação. Vai falar hoje mesmo a Müller". A realidade foi que R-B só veio a tomar conhecimento do assunto três meses depois do envio da nota, nota essa que deveria ter sido imediatamente comunicada à parte brasileira. O jovem diplomata suíço Dunant, recém-chegado de Genebra ao Conselho Federal em Berna e que ficou encarregado do assunto no Departamento político não deu a Graffina conhecimento do fato, nem durante sua licença médica, nem quando reassumiu. Não é possível saber se o jovem diplomata suíço não cumpriu seu dever por inexperiência ou por indução dos franceses. Apenas se sabe que ele mantinha estreitos laços com os diplomatas da embaixada francesa. O embarço causado ao Conselho Federal levou Graffina a solicitar que R-B não oficializasse o assunto por nota da Missão Especial brasileira, e assegurou a R-B que ele mesmo, Graffina, trataria de equacionar a situação da melhor maneira possível.

Em 14 de outubro, R-B expediu o ofício nº 15 (2ª Seção – Reservado) para o Ministro das Relações Exteriores. É o seguinte o texto do referido ofício: "Senhor Ministro, Fui ontem à tarde ao Palácio Federal ver o Dr. Graffina e, depois de com ele discorrer um pouco sobre a nossa questão pendente, - entregando-lhe quatro exemplares do mapa anexo ao meu anterior ofício desta série e dando-lhe certas explicações que me pediu, - informei-o de que o Senhor Conselheiro Müller me dissera antontem em reserva que o Governo francês tinha corrigido, em um mapa que submetera ao Conselho Federal, o traçado da linha interior pretendida pela França, traçado contra o qual eu havia reclamado verbalmente por partir de ponto diferente do que fora declarado no Artigo 2º do Compromisso. Recordei que, verbalmente, eu tinha chamado a sua atenção, no dia 26 de maio, para essa flagrante e escandalosa violação do Compromisso pelos franceses, e que ele fora de parecer que, para evitar complicações que poderiam surgir, era preferível que eu não fizesse por escrito o protesto que pretendia dirigir ao Conselho Federal e que este seria obrigado a comunicar ao Embaixador de França. Lembrei mais que, ainda verbalmente, eu expusera o caso ao Senhor Presidente Hauser, no dia 21 de abril, e ao relator da causa, Senhor Conselheiro Müller, nos dias 20 de janeiro e 28 de junho, assinalando-lhes os erros do mapa nº 2 anexo à Réplica da França, onde o traçado das linhas por ela reclamadas e as legendas explicativas estão em completo desacordo com as declarações contidas nos artigos 1º e 2º do tratado; e que, na segunda dessas datas, o Senhor Müller me respondera que já havia notado tudo quanto eu lhe expunha, e que lhe parecia desnecessário que eu fizesse uma representação escrita sobre o assunto (meu ofício reservado nº 11). Acrescentei que, para não deixar passar este perigoso precedente de uma das Partes, no decurso do processo, desrespeitar

---

as cláusulas do Compromisso e pretender impor a sua vontade à outra, eu me reservara o direito de assinalar o fato e protestar por escrito contra ele depois de tudo terminado, quando me fosse notificada a sentença arbitral; que o Governo brasileiro, pelos meus ofícios e pelo exame da Réplica francesa, tem conhecimento da violação do Compromisso, e que, portanto, deve ter também conhecimento oficial da resolução espontaneamente tomada pelo Governo francês de corrigir o excesso de zelo dos redatores dessa Réplica, contra o qual, à vista disso, já não havia razão para que eu protestasse em tempo. Declarei ao Senhor Graffina que eu ia escrever particularmente ao Conselheiro Müller, pedindo-lhe que sugerisse ao Conselho Federal a necessidade e a conveniência de que me fosse transmitida cópia da nota retificativa francesa e do novo mapa que a acompanhou. Em resposta, disse-me o Senhor Graffina que não era necessário escrever eu essa carta porque ele próprio ia falar ao Conselheiro Müller para mostrar-lhe que o Departamento Político não pôde demorar mais a comunicação, que me deveria ter sido feita imediatamente, da nota do Embaixador e de alguns exemplares do mapa recebido. Desculpou-se muito da demora havida, dizendo que a nota francesa teve entrada na sua Repartição quando ele estava enfermo e no gozo de licença, desde 21 de julho; que ao regressar da Engadina em 9 de setembro, examinou os papéis recebidos durante a sua ausência, viu a nota do Embaixador e não reparou que tinha havido o descuido de se me não fazer a comunicação necessária. Mandou logo buscar toda a correspondência relativa ao arbitramento e leu-me a nota do Embaixador. Nesse documento, que tem a data de 27 de julho, disse o Senhor Bihourd que, ao tomar conta de seu cargo em Berna, estudara as Memórias apresentadas ao Governo suíço sobre a questão submetida a arbitramento pela França e pelo Brasil, e verificara que no mapa nº 2 anexo à Réplica da França o traçado das linhas da pretensão francesa e as declarações que aí se lêem não estão conformes com o espírito e a letra do Tratado de 10 de abril de 1897, pelo que, devidamente autorizado, apresentava ao Conselho Federal dez exemplares de um novo mapa em que tinham sido feitas as correções necessárias. Segundo um apontamento anexo à nota que acabo de resumir, uma cópia desse documento e todos os exemplares do mapa foram imediatamente remetidos ao Senhor Conselheiro Müller. Perguntou-me o Senhor Graffina quantos exemplares do mapa eu desejava com a cópia da nota do Embaixador. Respondi que me bastariam dois, e que se não afligisse tanto com o esquecimento havido porque ia ficar reparado com a comunicação oficial que ele me anunciava e que eu ia receber a tempo de a poder levar ao conhecimento do meu Governo antes da decisão arbitral. Espero, portanto, que me chegue às mãos por estes dias a comunicação de que se trata. Saúde e fraternidade. Rio-Branco.

Ao Sr. Dr. Olyntho de Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores

Índice: Entrevista com o Secretário do departamento Político no dia 13 de outubro. Resumo da nota do Embaixador de França transmitindo ao Conselho Federal um mapa que corrige o de nº 2 anexo à Réplica francesa.

**Post Scriptum:**

Relativamente à inadvertência do Senhor A. Dunant, substituto do Senhor Graffina, posso acrescentar que não tenho poupado esforços para andar inteirado do que nos possa interessar, alargando cada vez mais o círculo das minhas relações no mundo oficial e procurando todos os lugares e ocasiões de colher notícias. Com o Senhor Dunant mesmo conversei no próprio dia 27 de julho em que a nota do Embaixador foi entregue e em alguns outros proximamente seguintes a essa data, sem que ele me dissesse coisa alguma sobre tal documento. Na tarde de 27 de julho estive de visita em minha casa e deu-me espontaneamente algumas informações sobre os peritos consultados. Nos dias 3 e 9 de agosto, estive com ele em larga conversação, à noite, no restaurante do Caminho de Ferro, onde toma as suas refeições diariamente, e na primeira dessas ocasiões anunciou-me a nota que o Conselho Federal me ia dirigir consultando sobre o lugar da entrega da sentença. No dia 13, visitei-o no Departamento Político, e ele deu-me a notícia da resposta do Embaixador à consulta que havíamos recebido, e informou-me também de que ia haver uma nova reunião dos peritos. Dois dias depois, procurei ainda à noite no citado restaurante e praticamos bastante tempo sobre



*Je vous envoie, pour que vous puissiez l'admirer, un des exemplaires de cette "Carte rectificative de la Carte N° 2." Je passerai chez vous vers 1h ½.*

*Vous remarquerez qu'un autre document nouveau, dont la note de l'Ambassadeur ne fait aucune mention, a été introduit dans le procès, collé sur un coin de la prétendue carte rectificative. C'est l'extrait d'une carte du Brésil publiée en 1895 sous mon nom. J'avais dirigé les travaux de cette carte en 1892, pour faire plaisir à un de mes amis, propriétaire d'un grand journal à Rio, et qui avait voulu l'offrir comme prime à ses abonnés. J'ai dû réclamer en 1893 contre des changements faits à mon insu par les éditeurs de la carte, Guillard, Ailland & Cie, mais ce n'est que maintenant que je suis informé de l'édition de 1895, parue lorsque je me trouvais en mission à Washington.*

*Cet extrait a été présenté dans le but de montrer que, d'après moi, l'Araguary ne prend pas sa source par 2°30' de latitude Nord, et que le Haut Araguary ne coule pas du Nord au Sud. Comme vous le comprenez, même si la carte de 1895 avait été publiée avec mon consentement, mon autorité est nulle sur cette question particulière du cours de l'Araguary. Je ne suis pas un explorateur, je n'ai jamais visité cette rivière, et, en rédigeant les Mémoires du*

---

vários assuntos e incidentalmente sobre o que me interessa. O Senhor Dunant, que pertence ao serviço diplomático exterior, passou a servir temporariamente no Departamento Político há poucos meses, e não estando em dia com os antecedentes da nossa questão, pensou que a comunicação do Embaixador corrigindo em parte a Réplica francesa era assunto encerrado. Não estranho que assim tivesse pensado: o que estranho é que o relator da causa me tivesse dado a notícia em reserva e dois meses e meio depois do recebimento da nota retificativa francesa. O Embaixador e o numeroso pessoal da Embaixada festejam assiduamente e convidam muito o Senhor Dunant, que é homem sumamente agradável e mundano. O seu chefe, Senhor Graffina, é muito retraído e não conhece ainda pessoalmente o Embaixador, que nunca entrou na sua sala, contígua à do Presidente, e não o convida para as suas recepções porque entende que ele Graffina lhe deve a primeira visita. O Senhor Graffina, porém, pensa que o Embaixador, como os seus predecessores, deveria, ao chegar, ter manifestado o desejo de entrar em relações com ele, procurando-o no Palácio Federal, em sua sala de trabalho. Amanhã o Senhor Graffina, sua Senhora e outros suíços de distinção, jantarão em minha casa, e tenciono pedir-lhe que verifique se durante a sua ausência houve alguma outra comunicação dos franceses de que eu deva ter notícia. R.B."

*Brésil, je me suis trouvé en présence de documents incontestables, fournis par les explorateurs de 1798, de 1891 et de 1896.*

*Quant à la “Carte Rectificative”:*

*Elle a été calquée exactement sur la carte N° 3 annexée au 1er. Mémoire du Brésil, avec ces trois différences: 1° qu'on y a ajouté une petite partie du littoral de la Guyane Anglaise entre l'embouchure de l'Essequibo et le Cap Nassau; 2° qu'on y a attribué à l'Angleterre tout le territoire qu'elle réclame du Brésil dans le bassin du Rio Branco; 3° et qu'on y a fait des modifications profondes et de pure fantaisie dans toute la partie comprise entre l'Oyapoc et l'Araguary.*

*Le cours de l'Araguary supérieur et de ses affluents n'a jamais été exploré par les Français. Nos contradicteurs, en refusant les résultats des explorations portugaises et brésiliennes, ont composé un Araguary supérieur et lui ont donné de même des affluents de leur composition. Dans leur Réplique ils ont avoué qu'ils ne connaissaient rien de cette région. Quelle a été l'exploration faite par eux depuis le mois de Décembre?*

*La ligne intérieure de la prétention française commence sur cette carte à la source de l'Agamionare, un des formateurs de l'Itaty, affluent du Mapary. C'est de ce point vers l'Ouest, la même ligne tracée hypothétiquement sur la carte N° 1 annexée à la Réplique de la France, avec cette seule différence qu'elle est tracée quelques kilomètres au Sud de l'autre. Il a fallu seulement, pour maintenir à peu près ce tracé, mesurer la distance à l'Amazonie au moyen de lignes obliques différentes de celles tracées sur la carte N° 1. Dans la carte N° 1 nos contradicteurs avaient pris comme mesure de la distance une ligne oblique, partant de la vraie source de l'Araguary et allant jusqu'à la pointe Jupaty, dans l'Amazonie, ce qui donnait entre le même parallèle et les prétendus points correspondants sur la rive gauche de l'Amazonie une distance de 294 kilomètres. Sur*

*la “Carte corrigée”, en prenant comme point de départ la source de l’Agamionare, plus au Sud, ils sont arrivés d’une manière très ample à maintenir la ligne précédente : ils ont tracé une première ligne oblique allant de la source de l’Agamionare à un point de la rive de l’Amazone situé entre le Cajary et le Maracapucú, ce qui donne 304 kilomètres.*

*On croit se montrer très habile en agissant ainsi devant nos juges ...*

*Pour ce qui est de la solution intermédiaire, vous verrez que dans cette carte on maintient que l’Araguary (!) fait partie de la ligne de solution intermédiaire autorisée par le Traité ...*

*Voilà les documents que les agents du Gouvernement Français soumettent à un Gouvernement étranger choisi comme arbitre! On ne peut pas pousser plus loin la plaisanterie ou l’effronterie. Décidément, ces Messieurs croient que les juges n’auront étudié sérieusement l’affaire et qu’il est possible de leur jeter de la poudre aux yeux même quand il s’agit des clauses d’un Compromis qui ne contient que quelques articles.*

*Je vous avoue que j’ai peine à contenir mon indignation devant de pareils procédés. Décidément le niveau moral a beaucoup baissé dans ce beau pays de France à l’époque des Henry.*

*J’en suis écoeuré.*

*Bien cordialement à vous*

(ass.) RIO-BRANCO



Ao Professor Virgile Rossel, *Berne*

(Berna) 20 de outubro à tarde

Carta<sup>32</sup> [de que não ficou minuta], em que se refere a conversa com o Sr. Gustavo Graffina, na qual este disse que, em sua opinião, segundo o compromisso, o Árbitro pode designar um rio entre o Oyapoc e o Araguay, não só no caso de estar convencido de que esse é o Japoc ou Vte. Pinçon, mas também no caso de não ter podido chegar ao conhecimento exato de qual seja esse rio; que neste segundo caso pode regular-se por considerações políticas, como a da conveniência de pôr termo satisfatório e equitativo a um longo litígio no interesse das boas relações entre os dois países. Que Graffina observou que nas Memórias do Brasil contestamos poderes ilimitados do Árbitro, mas que os Franceses são *plus larges*, dando essa interpretação ao Compromisso. Que respondi que assim era porque não se tratava de território francês mas somente de território brasileiro. Que ele perguntou se eu achava preferível que ficasse a causa sem ser decidida por não terem podido os juízes verificar qual é o rio designado no Tratado de Utrecht. E que a isso respondi que a solução neste caso seria pedir o Árbitro às Partes prorrogação de prazo; suplemento de prova e que para elucidar a questão comesçassem pela apresentação de 3ª Memória, examinando cada uma a 2ª Memória da outra.



Ao Sr. Virg. Rossel

*Berne, le 23 Oct. 1900*

*Mon cher Conseiller,*

*Votre lettre d'hier m'est parvenu hier, même. Je trouve, en effet, préférable que vous ne cherchiez pas à vous renseigner de*

32 Escrita de memória por Rio-Branco.

*la situation auprès de Graffina, à moins de quelque rencontre fortuite ou l'ayant l'air de l'être. Il est probable qu'il ne vous donnât aucun renseignement utile. Il vaut mieux que nous cherchions des moyens indirects de vous renseigner.*

*L'ami, dont vous parlez, et que je crois être votre compagnon de voyage à Tavannes avant hier, pourra se renseigner à la meilleure des sources.*

*Je compte adresser ce soir à M. Graffina une lettre privée, dans laquelle à propos de notre conversation du samedi, je lui montre que la France elle même a adhéré à l'interprétation brésilienne du § 3 de l'Art. 1er du Compromis (Rép. Fr. , p. 6 in fine et p. 7), que le Traité ne permet pas de solution transnationale, que c'est une décision de droit que nous attendons, et que, si les juges, ce que je ne pense pas, ne sont pas suffisamment éclairés pour dire quel est le Japoc ou V. Pin. d'Utrecht, la seule solution possible pour le moment serait de demander une prolongation des délais pour rouvrir le débat et servir un supplément de preuve.*

*Bien cordialement à vous*

(ass.) RIO-BRANCO



**Dr. V. Rossel**

**Prof. à l'Université de Berne**

Berne, le 23 Octobre 1900.

Monsieur le Ministre,

*J'étais à l'Université, où j'ai repris mes cours, lorsque votre lettre de ce matin a été déposée chez moi. Les renseignements auxquels j'ai fait allusion l'autre jour ne me sont pas encore parvenus; j'espère les obtenir d'ici à quelques jours, si mon informateur peut lui-même les recueillir. En ce qui concerne M. Graffina, je l'aurais*

*du moins pour qu'il ne laisse entrevoir la solution admise par l'arbitre – il ne m'eût rien dit à ce sujet, - que pour insister sur deux ou trois points que vous avez déjà touchés au cours de vos entretiens avec lui. Peut-être est-il préférable que je m'abstienne de toute démarche directe, d'autant plus que vous avez l'intention de lui écrire. Je crois que, dans votre lettre, il serait bon d'employer une formule analogue à la suivante: "Si l'Arbitre avait encore des doutes au sujet de l'identification de la rivière d'Utrecht, le mieux serait qu'il soumît le débat sur les points douteux ou insuffisamment élucidés qui seraient indiqués par lui sur ceux-là seulement, et qu'il s'adressât aux parties qui consentiraient sans peine à une prolongation de délai. Il est probable que cette instruction complémentaire dissiperait toutes les obscurités, s'il en reste encore". Et vous avez grandement raison d'appuyer sur l'obligation, pour vos juges, de rendre une décision de droit ; ils ne sont en aucune façon des médiateurs et, quelle que soit leur sentence, elle doit être fondée sur le droit.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) DR. V. ROSSEL

*Prof.*



**(Papel sem cabeçalho)**

*Berne, le 23 Oct. 1900.*

*Monsieur le Ministre,*

*J'ai voulu passer chez vous, pour vous faire moi-même, et de vive voix, une communication confidentielle très importante. Je crois que, sans manquer à la discrétion qui m'est instamment recommandée et comme je sais que ceci restera strictement entre nous, je puis vous laisser copie du passage essentiel de la lettre qui*

*me parvient à l'instant: "Mes tuyaux, qui sont des plus sérieux, me permettent de vous assurer que tout va bien et qu'il n'est en aucune manière question d'une solution intermédiaire".*

*Votre tout dévoué*

(ass.) Dr. V. ROSSEL

*Prof.*



**(Papal sem cabeçalho)**

*Berne, le 6 Nov. 1900.*

*Monsieur le Ministre,*

*Un mot seulement pour vous donner des nouvelles qui me paraissent confirmer celles dont nous nous sommes entretenus hier. L'un de mes collègues a vu M. le prof. Dr. de Salis, chargé, comme vous le savez, d'un mémoire sur le litige franco-brésilien; et M. de Salis lui a dit ceci: "Je suis très content; moins encore parce que j'ai terminé mon travail que parce que l'affaire est maintenant absolument claire. Le jugement sera tel que tout le monde devra être convaincu de son bien fondé."<sup>33</sup> Mais il ne sera sans doute possible d'en communiquer que le dispositif pour le terme fixé; les motifs suivront quelque temps après, car il n'est guère probable qu'on puisse en achever, pour le 6 Décembre, la rédaction française." Ces paroles ont un caractère général et réservé, assurément. J'induis cependant des expressions "absolument claire" et "tout le monde devra être convaincu de son bien fondé", que le Brésil l'a emporté, car une solution qui ne lui serait pas favorable et qui, en particulier, écarterait la frontière de l'Oyapoc, ne pourrait être*

---

33 Rio-Branco transcreveu essa frase, naquele mesmo dia, em seu Caderno de Notas e acrescentou que "Rossel deduz das expressões 'absolument claire' e 'convaincu de son bien fondé' que a sentença será favorável ao Brasil".

ni “assurément claire”, ni “convaincante”. N'est-ce pas aussi votre impression?

Votre très dévoué

(ass.) VIRGILE ROSSEL



Ao Professor V. Rossel.

Berne, le 6 Nov. 1900, soir.

Mon cher Professeur,

Merci de votre lettre d'aujourd'hui.

Le Professeur de Salis s'est exprimé de façon à ne pas révéler son opinion sur l'affaire. Vous interprétez ses paroles dans un sens favorable à notre cause parce que vous êtes sous l'impression des bonnes nouvelles que votre ami vous a données dimanche dernier. Ce sont les seules nouvelles positivement rassurantes que nous ayons après l'alarme causée par les propos que M. Graffina, et encore ce ne sont que des renseignements obtenus indirectement. Il faut remarquer que M. Graffina fait dans ce moment un travail quelconque sur l'affaire. Je pense que c'est la traduction française du rapport de M. Müller ou des motifs de la sentence. Peut-être le Professeur de Salis a-t-il été chargé de rédiger les motifs. Aurait-il fait ce travail en français?

Je crois que, pour nous rassurer complètement, il serait bon que notre ami, en causant de nouveau à son confident, précise les deux questions, et tâche de vérifier si c'est bien l'Oyapoc et le parallèle de 2°24', demandés par le Brésil, que nous aurons, ou l'Oyapoc et la solution intermédiaire seulement.

L'Ambassadeur de France est venu nos voir aujourd'hui et s'est montré très aimable. Nous avons accepté à déjeuner chez lui le 11. Il partira en congé le 15 pour ne revenir qu'au jour de l'An.



*Pourrait-il donner une preuve plus visible de ce que la France se désintéresse de la question? D'ailleurs, il a dit à Moreira Marques que cette question du Contesté ne l'intéressait nullement. Le 2e. Délégué français, M. Grodet, n'a pas voulu attendre non plus à la sentence: il a quitté définitivement Berne Lundi soir, pour se rendre à Paris et de là au Congo.<sup>34</sup> La décision sera reçue par le Conseiller de l'Ambassade, simple Chargé d'Affaires intermédiaire, accompagné de M. de Monclar qui s'est occupé plus ici de questions de préséance que d'autre chose.*

*Bien cordialement à vous*

(ass.) RIO-BRANCO



**(Papel sem cabeçalho)**

*Berne, le 7 Nov. 1900.*

*Monsieur le Ministre,*

*M. le prof. de Salis connaît trop peu le français pour avoir été chargé d'un rapport dans cette langue. Je ne sais si je pourrai obtenir d'autres renseignements de mon collègue; j'ai peur que non, car M. de Salis s'est montré très réservé, comme il est naturel. Mon interprétation de ses paroles me paraît toutefois plausible.*

*Votre très dévoué*

(ass.) VIRGILE ROSSEL

*P.S. Je lis à l'instant, dans le Bund, que M. le cons. national Joos, de Schaffhause, vient de mourir.*



---

34 É surpreendente que autoridade francesa do nível hierárquico de Grodet, integrante da missão francesa como segundo delegado, não tivesse esperado menos de um mês, para o laudo arbitral suíço.

Ao Professor Virg. Rossel

*le Samedi, 10 Novembre (1900).*

*Mon cher Professeur,*

*Je vous envoie maintenant deux exemplaires de la petite brochure et du tableau.*

*Confidentiellement, je vous dis que le Dr. Paul Deucher, étant hier en visite chez moi, m'a félicité, en ajoutant que, d'après ce qu'il avait entendu dire, le Brésil remporterait un grand succès. Je pense qu'il aura entendu à son père. C'est encourageant, mais ce n'est pas encore bien précis ... Vous allez trouver, peut-être, que je suis trop exigeant.*

*Bien cordialement à vous*

(ass.) RIO-BRANCO



**(Papel sem cabeçalho)**

*Berne, le 12 Novembre 1900*

*Monsieur le Ministre,*

*J'ai beaucoup regretté d'avoir manqué votre visite de cette après-dîner<sup>35</sup>. J'étais au Palais fédéral, où la Commission de rédaction du futur Code civil suisse a procédé à une dernière lecture de son travail. Sera-t-il possible à M. G. d'apprendre quelque chose? Je ne sais, car les juges paraissent résolus à observer la discrétion la plus stricte et leurs collaborateurs scientifiques eux-mêmes n'apprendront sans doute rien de plus que ce qu'ils savent. Soyez certain que je chercherai à me renseigner autant que possible, mais il sera difficile d'obtenir des informations plus précises que celles que nous possédons. Dès que je saurai quelque chose, je m'empresserai de vous le communiquer, car je comprends fort*

35 Na realidade, tratou-se de visita à tarde, depois do almoço oferecido pelo embaixador da França.

*bien que vous soyez impatient d'être fixé plus clairement encore. Il me semble cependant que les nouvelles obtenues sont de nature à vous rassurer; M. le Dr. P.D.<sup>36</sup>, entre autres, n'a pu parler comme il l'a fait sans avoir entendu dire, par une bouche autorisée, que le Brésil emporterait.*

*J'ai lu avec intérêt les documents que vous avez bien voulu m'adresser. Ils sont d'une limpidité et d'une force d'évidence telles, qu'il y aurait un intérêt réel à ce que M. Graffina en reçut un ou deux exemplaires, - ne serait-ce qu'en vue du travail dont il est chargé. Mais je suppose qu'il ne les laisserait pas ignorer à M. Muller.*

*En hâte!*

*Votre très dévoué*

(ass.) DR. V. ROSSEL

*Prof*



Ao Professor V. Rossel

12 Nov. 1900, às 3 da T.(arde)

*Lundi*

*Mon cher Professeur*

*J'ai passé chez vous pour vous annoncer que ce matin il y a eu séance spéciale du Conseil Fédéral consacré à notre arbitrage. On y aura arrêté peut-être les termes de la décision définitive. C'est donc à partir de maintenant qu'il nous sera peut-être possible, quoique très difficile, d'apprendre quelque chose de bien précis avant la notification officielle.*

*Votre bien dévoué,*

(ass.) RIO-BRANCO

---

36 Paul Deucher



Ao Dr. Graffina (com cópia aos senhores Coronel Frey,  
Conselheiro Gobat e Professor Rossel)

(Berna) *Le 13 Novembre 1900.*

*Mon cher Dr. Graffina,*

*Sur l'épreuve du Tableau que je vous ai envoyé il y a quelques jours, je viens de trouver une erreur à corriger. J'y ai écrit par distraction que le Père Pfeil (colonne XXI, en bas) était un missionnaire au service de l'Espagne. C'est – au service du Portugal – qu'il faut lire, comme je l'avais dit, d'ailleurs, dans ma Réplique, T. I, pp. 118 et Tome II, pp. 108 et 109. Veuillez m'excuser cette négligence en vous rappelant, s'il est permis de rapprocher les petites choses des grandes, du Quandoque bonus dormitat Homerus.<sup>37</sup>*

*Votre bien dévoué,*

(ass.) RIO-BRANCO



**V. Rossel**

**Prof. à l'Université de Berne**

*Berne, le 21 Novembre 1900.*

*Monsieur le Ministre,*

*Vous attendez sans doute de mes nouvelles. J'ai le regret de vous dire qu'il ne m'a pas été possible d'obtenir d'autres renseignements que ceux dont je vous ai fait part. Le collègue qui m'avais fourni des indications, très générales encore, sur les impressions et les confidences de M. le prof. de Salis, n'a pu me fournir des informations plus précises. J'ai cherché de mon côté, à voir M.*

---

37 Frase de Horácio, tirada do verso 359 de sua "Ars Poetica", com a seguinte tradução livre: "Às vezes, até o grande Homero cochilava".

*de Salis et je comptais, au cours d'une conversation que j'aurai amenée sans trop de peine sur la question franco-brésilienne à me faire une idée plus ou moins nette de son opinion ; je n'ai pas réussi à le joindre. Heureusement que les dernières nouvelles que nous possédons sont rassurantes et que l'affaire elle-même doit surtout nous inspirer confiance. Pour moi, je persiste à n'avoir pas d'inquiétantes et je ne crois pas qu'il faille attacher de l'importance aux remarques de M. Graffina. Suivant M. de Salis, tout est clair maintenant et il ne peut y avoir de clarté complète que dans une solution favorable au Brésil.*

*Votre très dévoué*

(ass.) DR. V. ROSSEL

*Prof.*

*P.S. Je serai probablement absent Vendredi et Samedi.*



Ao Professor Virg. Rossel

(Berna) Le 21 Nov. 1900.

*Mon cher Professeur,*

*Je viens de recevoir votre lettre. Une personne bien qui doit être bien renseignée m'a répété aujourd'hui que tout va bien, et que M. Müller a commencé, en séance, la lecture de son rapport. Il en est à la moitié, tellement cette pièce est longue. "On fera quelque bruit en France", m'a dit cette personne, et elle a ajouté: "Tant pis; le premier devoir des juges est d'être justes".*

*D'un autre côté, M. Graffina a dit hier à notre Chargé d'Affaires que le Conseil Fédéral désire donner sa décision (ou la communiquer aux Parties?) le 1er. Décembre, ou, au plus tard, le 2.*

*Notre ami M. G. a dû apprendre probablement quelque chose ces derniers jours, mais je n'ai pas pu aller le voir.*

*Votre bien dévoué,*

(ass.) RIO-BRANCO



**Conseil National**

*Berne, le 5 Décembre 1900.*

*Monsieur le Ministre,*

*J'ai l'honneur de vous transmettre deux journaux suisses qui parlent du contesté franco-brésilien et des appréciations de la presse française. Il semble que l'article du Figaro fasse du mauvais sang en Suisse. J'ai l'intention d'envoyer au National suisse une cinquantaine de lignes sur la question de nos arbitrages internationaux, afin de remettre les choses au point.*

*Votre très dévoué*

(ass.) DR. V. ROSSEL

*Prof.*

(Acima, à direita, escrito com a letra de Rio-Branco:

*La Revue, Lausanne Mardi 4*

*Le National suisse, La Chaux-de-Fonds, Mercredi 5.)*



**Conseil National**

*Berne, le 7 Décembre 1900*

*Monsieur le Ministre,*

*Je vous envoie ci-inclus le numéro du National suisse – Je vous en adresserai deux ou trois exemplaires dans le courant de la journée*

– où je viens de publier un article sur la question de nos arbitrages internationaux. Vous trouverez, d'autre part, dans le *Journal de Genève* de ce matin, une note énergique et polie destinée à répondre aux malveillantes appréciations du *Figaro*. Enfin, je me permets de joindre à ces lignes un journal de la Suisse allemande qui repousse les insinuations de la feuille boulevardière et qui pense d'ailleurs que l'opinion française se ralliera toute entière à l'impression philosophiquement résignée du *Journ. des Débats*.

La dépêche concernant la votation qui vous serait faite par le Parlement brésilien est une dépêche spéciale<sup>38</sup> que l'Agence télégraphique suisse a communiquée au *Journal de Genève*. Il n'y a pas de raison de croire qu'elle ait été forgée en France et il est juste que votre pays se souvienne des grands services que vous lui avez rendus.

Votre bien dévoué

(ass.) DR. V ROSSEL

Prof.



### **Conseil National**

Berne, le 10 Déc. 1900.

Monsieur le Ministre,

Je vous envoie un n° du *Bund*, paru à l'instant même. Je renferme un article qui vous intéressera ; la note générale en est très juste et j'imagine que les renseignements fournis proviennent de source officielle.

Votre bien dévoué

(ass.) DR. V. ROSSEL

Prof.

---

38 C.-à-d. une dépêche rentrant dans le service télégraphique spécial du *Journal de Genève*.



**Dr. V. Rossel**

**Prof. à l'Université de Berne.**

Berne, le 25 Décembre 1900.

*Monsieur le Ministre,*

*J'ai reçu toute à l'heure, de Paris, le dernier numéro du Brésil. Je y ai lu avec beaucoup d'intérêt les appréciations des journaux français, qui ont été, en somme, très convenables. On ne pourra empêcher ni certains ambitieux désireux de rentrer en faveur ou de rappeler leur nom au public, ni certains "coloniaux", de protester de façon plus ou moins bruyante.*

*J'ai lu également, en langue allemande, la sentence rendue dans votre procès. Il y a là, véritablement, un bel et un grand effort, dont notre pays a quelque droit d'être fier. M. le cons. fédé. Müller me disais, l'autre jour, que ce travail l'avait fatigué, mais qu'il l'avait accompli avec un réel plaisir, tant la procédure avait été bien préparée et tant la question méritait d'être étudiée, ne fût-ce qu'au point de vue purement scientifique.*

*Permettez-moi de vous adresser encore mes meilleures félicitations pour la récompense nationale, si noblement méritée, qui va vous être accordée et veuillez bien agréer en famille, Monsieur le Ministre, avec tous nos souhaits sincères de fin d'année (et de fin de siècle), les assurances de tout mon dévouement.*

(ass.) DR. V ROSSEL

*Prof.*

*P.S. Je vais m'absenter pour q.ques jours, dès demain matin, sans doute ; j'ai été souffrant, j'ai même dû garder le lit deux jours et j'ai besoin de fuir mon cabinet de travail.*





**(Papal sem cabeçalho)**

Delémont, le 27 Dec. 1900.

Monsieur le Ministre,

Je suis ici chez un ami, qui est l'éditeur du journal dont vous recevez un exemplaire ci-inclus. J'ai un devoir d'écrire un petit article en réponse à l'interférences du Temps d'avant-hier. Un numéro a été également expédié au Brésil.

Votre bien dévoué

(ass.) DR. V. ROSSEL

Prof.

Monsieur le baron de Rio Branco

Ministre du Brésil,

51, Bühlestrasse, 51

Berne



**Dr. V. Rossel**

**Prof. à l'Université de Berne**

Berne, le 11 Janvier 1901

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur de vous envoyer ci-inclus un exemplaire, un peu défraîchi (je l'ai reçu dans cet état) de l'Indépendance Belge du 11 Janvier courant. Vous y trouverez la correspondance de Berne dont nous avons parlé; elle est toute entière de moi, sauf le 1ier alinéa, que le journaliste auquel je me suis adressé a eu l'idée, plutôt malencontreuse, d'y ajouter; le mal n'est pas grand, toutefois. Vous verrez que j'ai, sans trop de discrétion, frappé à l'endroit sensible. Il faut un peu endurer ces Messieurs, qui en prennent décidément trop à leur aise; et comme la lettre à l'Indépendance

*n'a rien, ne peux rien avoir d'officieux, il convenait, je pense, de mettre les points sur les i. J'ai été, au demeurant, sobre de détails, spécialement de données statistiques, car il importait d'être bref, pour être accepté d'abord, et ensuite pour être lu. Peut-être se mordra-t-on les doigts, au Temps, d'avoir prêté la publicité de l'organe le plus considérable de la presse française à une aussi nette et aussi perfide vengeance.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) DR. V. ROSSEL

*Prof.*

*P.S. J'avais remis mon manuscrit le lendemain du soir où nous avons causé ensemble; il a subi du retard.*



Ao Professor Virgile Rossel, Bern.

Berne, le 14 janvier 1901.

*Mon cher Conseiller,*

*La lettre de Berne dans l'Indépendance Belge du 11, que vous m'avez envoyée, est excellente. C'est bien tapé. Vous avez dit l'essentiel et très bien, avec beaucoup de mesure. Ces Messieurs, j'en suis persuadé, verront maintenant que s'ils essayent de continuer leur campagne de diffamation, on pourrait aller plus loin. Déjà le Züricher Post, il y a quelques jours, a parlé du Panama.*

*Le Petit Colonial de Paris, 6 Janvier, dans un article assez bête, a dit, en parlant de la sentence, que les principaux actionnaires des mines du Brésil se trouvent en Suisse. Il serait peut-être bon de faire paraître quelques lignes dans un journal suisse de langue française faisant remarquer que c'est une nouvelle invention, car c'est en France que se trouvent les actionnaires des mines du Carsewène, parmi lesquels quelques hauts bonnets de la politique,*

*intéressés aussi dans les affaires du guano du Pérou (guano Dreyfus) et de l'arbitrage dont s'occupe un tribunal de Lausanne. Je crois que quelques lignes dans ce sens porteraient juste. Je vous dirai pourquoi, si vous pouvez venir ce soir dîner avec nous et causer un peu.*

*Bien cordialement à vous*

(ass.) RIO-BRANCO



**Dr. V. Rossel**  
**Prof. à l'Université de Berne**

*Berne, le 21 Janvier 1901.*

*Monsieur le Ministre,*

*Vous trouverez, joints à ces lignes, un numéro de journal et une lettre de la Revue de Paris. Vous verrez que j'ai répondu en quelques mots aux calomnies du Petit Colonial; vous constaterez, d'autre part, qu'il serait difficile de faire passer, dans un des grands périodiques français, sous le nom d'un écrivain étranger, un article concernant le litige franco-brésilien en sorte qu'il faudra renoncer sans doute un projet que nous avons discuté Mardi dernier. Permettez-moi de vous signaler encore le premier Berne du Bund de ce matin; non seulement il parle de vous en termes très flatteurs, mais il contient diverses choses qui ne plairont pas à la France et il rappelle, en outre, la correspondance de l'Indépendance belge.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) DR. V. ROSSEL

*Prof.*

*Annexes: 2*

*P.S. Vous pouvez conserver les annexes.*



(Papel sem cabeçalho)

Berne, le 8 Juillet 1901

*Cher Monsieur,*

*J'aurais aimé vous serrer la main avant votre départ de Berne. Permettez-moi du moins de vous laisser ce petit souvenir des très agréables relations que j'ai eues avec vous. Je me rappellerai toujours avec plaisir une collaboration en cours de laquelle j'ai appris beaucoup de choses, et surtout à apprécier en vous un homme et un savant pour lequel je conserve la plus profonde estime et la plus respectueuse sympathie.*

*Votre bien dévoué*

(ass.) VIRGILE ROSSEL

Ao fundo da página sobre a qual foi colada essa cartinha (de tamanho reduzido), Rio-Branco fez a seguinte anotação à tinta:

*23 Julho 1901. – Recebi de Londres teleg<sup>a</sup> com a notícia da morte do meu velho amigo, deputado José Avelino Gurgel do Amaral. Faleceu na tarde de 19 Julho.*





*Th. Branes.*

ANEXO 4  
TROCA DE CORRESPONDÊNCIA  
ENTRE RIO-BRANCO E  
EMÍLIO AUGUSTO GOELDI

---



**E**mil (Emílio) August Goeldi (1859-1917), naturalista e zoólogo suíço, foi um dos cientistas europeus que, no século 19, se interessaram pela América do Sul.

Embora haja divergência a respeito de onde realizou seus primeiros estudos, sabe-se que obteve, em 1880, bolsa para realizar, durante dois semestres, pesquisas sobre biologia marinha em Nápoles. Foi nessa cidade que aprendeu o italiano que o ajudou mais tarde com o idioma português, sobre o qual chegou a ter bom domínio. Em 1882, foi concluir seus estudos na Universidade de Jena e, em seguida, na de Leipzig.

Ao receber, em 1884, ofertas de trabalho na Austrália, no Brasil e no Chile, Goeldi acabou por aceitar convite para desenvolver pesquisas zoológicas no Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde, por contrato assinado em 28 de fevereiro daquele ano, ocupou o cargo de subdiretor da Seção de Zoologia. Com a queda do Império, o suíço foi alvo de intrigas – o que terminou por levá-lo a ser dispensado em 10 de maio de 1890, “*por incompatibilidades administrativas e políticas*”. Em 1888, Goeldi conheceu Eugen Meyer, que viria a ser seu sogro, quando se casou com sua filha, Adelina Meyer, em maio de 1889. Por se encontrar desempregado, aceitou o convite do sogro para desenvolver uma colônia experimental, em propriedade do Meyer, perto de Teresópolis. O projeto ficou conhecido como “Colônia



Alpina” e, por intermédio da *Eugen Meyer & Cie*, firma de seu sogro, foram trazidos da Suíça cerca de cento e cinquenta imigrantes desvalidos para trabalhar na colônia, destinada a desenvolver atividades de fruticultura, vinicultura e pecuária. Além de condições muito difíceis de trabalho, esses imigrantes estiveram submetidos a situação de escravidão disfarçada, e, em consequência disso, muitos procuraram sair da colônia; outros acabaram por se integrar à sociedade brasileira. Houve, ainda, alguns que, pouco a pouco, regressaram à Suíça, onde se queixaram às autoridades daquele país – o que resultou em dois processos contra Meyer.

Diante do malogro da experiência em Teresópolis, Goeldi procurou outras oportunidades de trabalho e, em maio de 1891, recebeu oferta para reorganizar o Museu Paraense. Inicialmente, hesitou, até que, em outubro de 1893, o Governador do Pará, Lauro Sodré, convidou-o não somente para reformar o Museu Paraense como também permanecer como seu diretor. Ainda assim, somente no início de 1894 acabou por concordar em aceitar a posição e assumiu a direção do museu em 7 de junho daquele ano.

Como diretor do Museu Paraense, Goeldi intensificou seus contatos com os círculos científicos da Suíça e de outros países europeus e passou a adquirir renome na Europa. Em decorrência disso, conseguiu atrair cientistas suíços e austríacos que aceitaram seu convite para se integrarem nos quadros do Museu, o que contribuiu ainda mais para difundir o nome do museu na Europa. Durante esse período, Goeldi conseguiu sedimentar seu relacionamento com diversas universidades europeias, sobretudo com as de Berna, Zurique, St. Gallen, Schaffhausen, Genebra e Viena. O que contribuiu de maneira decisiva para enriquecer esse relacionamento foi a remessa de milhares de espécimes da flora e da fauna brasileira para universidades e museus nessas e em outras cidades europeias. Essa política, dissimulada em roupagem de grande generosidade, ajudou-o a congregar-se junto aos meios científicos europeus. A mostra realizada

no Museu de História Natural de Berna, inaugurada em outubro de 1992, foi um exemplo do resultado de sua política de insinuar-se junto a esses meios, pois o inventário computadorizado da coleção para a referida mostra revelou que Goeldi havia remetido, apenas para aquele Museu, 115 espécies de mamíferos e 700 de pássaros; 175 de répteis, 80 de anfíbios e 190 espécies de peixes. Estimava-se, por ocasião da mostra, que o museu bernense tivesse recebido de Belém por volta de 4000 indivíduos de insetos. O número de itens efetivamente recebidos é tão grande que ainda não se sabe ao certo quantos invertebrados que Goeldi enviou encontram-se nos depósitos do museu de Berna. Todas as amostras expostas em 1992 estavam cuidadosamente etiquetadas e classificadas com a letra do próprio Goeldi.

Emil August **Göldi** und Jacques **Huber**

---

Schweizer Naturforscher und Sammler in Brasilien

---

Dauer der Ausstellung 20. Oktober 1992 – 25. April 1993

---

**Vernissage** am 20. Oktober 1992, 17.30 h

---

Beginn im Vortragssaal

---

**Programm**

---

Swiss – Brazilian relations	<i>H. Exc. the Ambassador of Brazil, Mr. José O. Rache de Almeida</i>
-----------------------------	---

Göldi und Huber – Naturforscher-Schicksale am Amazonas	<i>Dr. Marcel Güntert, Direktor</i>
---	-------------------------------------

Der andere Göldi	<i>Agathon Aerni, Generalkonsul</i>
------------------	-------------------------------------

Besichtigung der Ausstellung und Apéro

---

**Zur Eröffnung heissen wir Sie und Ihre Freunde herzlich willkommen.**

Em função de sua atividade como naturalista e zoólogo, em Belém, Goeldi aprofundou seu conhecimento da região e, em consequência do agravamento da questão de limites do território contestado entre o Brasil e a França, com a invasão militar francesa da aldeia de Mapá, em 15 de maio de 1895, e que resultou em sua destruição, além do massacre de seus habitantes, o Governador do Pará solicitou a Goeldi que realizasse, em outubro daquele ano (cinco meses após o incidente), expedição rotulada de “naturalística” à região, mas com o objetivo principal de fazer levantamento para o governo brasileiro da situação então reinante na região contestada. Em seu extenso relatório apresentado ao governador (e que mais tarde foi reproduzido de forma adaptada, no relatório das atividades da *Sociedade de Ciências Naturais de St. Gallen*), Goeldi revela ter estado bem documentado com trabalhos dos cartógrafos e exploradores franceses (Mouchez e Coudreau, além do trabalho de Joaquim Caetano da Silva), além de percorrer as regiões do Counani, Cassiporé e Calçoene, durante as etapas que programara de descida da costa do Amapá. O caráter político da expedição torna-se evidente quando Goeldi descreve seus encontros com Veiga Cabral, Trajano e Evaristo. Houve uma segunda expedição, em julho de 1896. Mas, com anterioridade a essa, já havia Charles Lardy, ministro da Suíça em Paris, em encontro com Rio-Branco e Gabriel Piza, em 13 de abril daquele ano, falado sobre Goeldi, que, segundo o ministro suíço, “era muito a favor do Brasil nesta questão”. Portanto, a opção de submeter a questão a decisão arbitral e a coincidência de o árbitro escolhido por ambas as partes ser o Conselho Federal suíço, levaram naturalmente a que se tivesse pensado em arremeter Goeldi como consultor. A presença do Governador-eleito do Pará, Dr. José Paes de Carvalho, que passou dois meses em Paris, antes de regressar ao Brasil em 30 de dezembro de 1896, ofereceu a Rio-Branco excelente oportunidade de abordar o assunto da arremetida, visto que a

solução da questão do Contestado era tão importante para o Estado do Pará, como para o Governo federal. Durante esses dois meses, o Dr. Paes de Carvalho teve inúmeros encontros com Rio-Branco e com Gabriel Piza. Chegou, até, a ter encontros com o ministro dos Negócios Estrangeiros da França, em decorrência de convite feito pelo próprio ministro. De acordo com os *Cadernos de Notas*, Rio-Branco levantou a possibilidade de oferecer ao Governador-eleito a missão de negociar, como enviado especial, o acordo de arbitragem – ideia logo descartada por Paes de Carvalho. Portanto, no que diz respeito a Goeldi, a decisão de utilizá-lo como consultor já havia sido tomada e as providências para que isso viesse a se realizar encontram-se delineadas nos ofícios reservados 20 e 66, respectivamente de 1º e 9 de dezembro de 1898 (cujas partes pertinentes encontram-se nos apêndices *a* e *b*, sob "notas", ao final da correspondência. (pgs. 2973 a 2976).

O Governador Paes de Carvalho anuiu à proposta de Rio-Branco, e Goeldi deslocou-se para a Suíça. Ao todo, Goeldi viajou duas vezes para aquele país. Na primeira, permaneceu de novembro de 1898 a outubro de 1899, e regressou à Suíça, a pedido de Rio-Branco, para uma segunda estada, de abril a outubro de 1900. Sobre essa segunda estada, em 20 de janeiro de 1900, Rio-Branco informou, em carta que lhe dirigiu, que tinha a intenção de escrever para o Governador Paes de Carvalho, para pedir que se empenhasse junto a ele (*Goeldi*), para passar na Suíça os meses que faltavam, até o laudo final da questão.

A despeito dos dezessete meses passados na Suíça, Goeldi pouco conseguiu contribuir, quer com informações importantes, quer com iniciativas próprias que levassem a fatos novos. Várias razões poderiam explicar tal situação. A primeira, que Goeldi não tivesse tido, efetivamente, a capacidade de poder contribuir significativamente, quer por estar acima de seu nível entrar em sintonia com o âmago da questão, no nível em que era tratado, quer

por não ter as credenciais necessárias para obter as informações esperadas por Rio-Branco. Não contribuiu para uma atuação mais efetiva do suíço o fato de que a oportunidade proporcionada pelo governo do Pará ao ser enviado à Suíça tivesse sido, prioritariamente, utilizada para realizar projetos paralelos de seu interesse e/ou do interesse do Museu Paraense. Por terem combinado manter-se em cidades diferentes, para não levantar suspeitas desnecessárias, é possível que Goeldi tivesse se sentido livre para viajar, e, assim, se deslocar com liberdade para onde e quando lhe conviesse, não somente pela Suíça, como também, muito provavelmente, pela Alemanha e pela Áustria. Do que revela em suas próprias cartas, proferiu conferência em Zurique e esteve em Schaffhausen e Basileia. Portanto, é possível que sua agenda pessoal e questões de saúde tivessem interferido no relacionamento profissional que dele era esperado. Desde sua primeira viagem à Suíça, já se delineava tendência a subordinar sua colaboração profissional à sua agenda pessoal. Ainda retido em Paris, por motivo de trabalho com a pesquisa e redação de sua primeira Memória, Rio-Branco escreveu a Goeldi em 17 de dezembro de 1898, para pedir-lhe que viajasse de Berna (onde se encontrava) à capital francesa, para que pudessem *“conversar um pouco”*. Rio-Branco acrescentou que *“... as despesas da sua viagem de ida e volta e dos dias em que estiver aqui (Paris) não o devem preocupar porque correrão por conta de minha missão, e dar-me-ei pressa em remeter-lhe cheque logo que me disser que pode vir”*. Diante de tal pedido e, sobretudo, por se tratar do primeiro que Rio-Branco lhe fez, parece difícil acreditar que não fosse atendido. Passaram-se 17 dias, até que Goeldi respondesse, por carta datada de 3 de janeiro de 1999, para informar não lhe ter sido possível realizar a viagem solicitada. O motivo alegado era ligado a *“certos incômodos de saúde”*. Problemas de saúde – dele e de sua esposa – foram periodicamente levantados na correspondência que dirigiu a Rio-Branco.

No que diz respeito à ajuda substantiva que Rio-Branco pudesse esperar de Goeldi, a correspondência trocada entre os dois confirma que o brasileiro já tinha previamente conhecimento de quase todas as informações recebidas do suíço. Além disso, muitas cartas de Goeldi tratavam de matéria marginal ou, até, alheia ao contexto da questão arbitral, como, por exemplo, episódio que Rio-Branco chegou a registrar em seus *Cadernos de Notas*: “Recebi também do Goeldi vários impressos, entre os quais um trabalho seu sobre a cerâmica dos antigos índios do Contestado. Nesse trabalho mete-se a dar a etimologia dos nomes geográficos atribuídos a todos de origem tupi, quando é certo que no XVI século não havia tupis nessa região e somente Arnacas e Caribes. Este homem está a embrulhar a questão metendo-se a escrever sobre ela sem estudo sério.”

Mas, ainda que tivesse tido uma atuação pouco efetiva, baseada em informações pormenorizadas e que contasse com orientação clara de como agir da parte de Rio-Branco, Goeldi não mostrou ter tomado qualquer iniciativa própria que pudesse justificar a fama que o precedia nem as credenciais que ostentava, com relação a sua propalada inserção nos meios acadêmicos e científicos da Suíça. Já passadas as agruras que precederam o laudo arbitral, Rio-Branco anotou à margem de carta que Goeldi lhe escreveu em fevereiro de 1901: “Goeldi prestou serviços, dando ou transmitindo informações a dois dos professores consultados (e não juízes), mas exagerou a importância dos serviços prestados”.

Embora fosse reconhecidamente vaidoso, é difícil acreditar que Goeldi não se desse conta de suas limitações ou deficiências, para o papel que lhe era esperado realizar. Por essa razão, é surpreendente que tivesse tomado a decisão repentina – sem ao menos ter a gentileza de preparar Rio-Branco para a notícia – de regressar ao Brasil, justamente na fase final e mais aguda da questão. É, também, difícil compreender e muito menos aceitar tal procedimento de pessoa que se encontrava a serviço de um

governo e com o claro dever de permanecer à disposição até a conclusão da questão, marcada para o início de dezembro de 1900. A maneira insólita – e abrupta – com a qual participou a notícia de sua partida certamente causou grande surpresa a Rio-Branco. Ainda assim, dentro de sua costumeira maneira de ser e de expor suas afirmações de maneira educada e enquadrada em limites de medida consideração, o texto da carta de 26 de setembro de 1900 que Rio-Branco lhe enviou revela claramente nas entrelinhas seu descontentamento com a decisão inesperada de Goeldi: “... sinto saber que já se dispõe a voltar para o Brasil no paquete ‘Clyde’ de 12 de outubro. Eu muito estimaria que se demorasse por aqui todo o mês de Outubro, que não é ainda de frio, por que assim poderia colher notícias decisivas, sendo nesse mês que o assunto será discutido pelos juizes; mas não está nas minhas mãos demovê-lo do seu propósito.”

Apesar desse pedido claro para que prolongasse sua permanência na Suíça, Goeldi, sem sequer procurar um encontro pessoal com Rio-Branco, escreveu em 2 de outubro carta em que relaciona seus endereços de passagem por Basileia e Paris, a caminho do porto de embarque para o Brasil e termina: “... apresentando os meus respeitosos cumprimentos de despedida, que eu tinha projetado fazer pessoalmente na estação ...”

Rio-Branco voltou a pedir-lhe, desta vez mais diretamente, que mudasse de ideia, em carta datada de 8 de outubro de 1900: “... Enfim, é este mês (dezembro) que a nossa causa será discutida e resolvida aqui em Berna, e muito sinto que o Senhor se ausente. Desejaria tê-lo por aqui, até meado de Novembro, porque poderia ter ocasião de prestar esclarecimentos ou saber quais os pontos sobre que ainda há dúvidas que convenha dissipar. Operarei como for possível, com o auxílio de outros amigos que aqui tenho e que estão, como o Senhor, convencidos da justiça da nossa causa.”

De nada adiantou, pois Goeldi não mudou seus planos, nem voltou a responder-lhe, a caminho do porto de embarque.

Não somente havia ignorado as ponderações de Rio-Branco, em suas cartas de 26 de setembro e 8 de outubro, de permanecer na Suíça “*até meado de Novembro*”, como também somente dois meses e sete dias depois de anunciado o laudo foi que Goeldi escreveu para felicitar Rio-Branco, e assim mesmo de maneira perfunctória, em carta enviada de Belém e datada de 7 de fevereiro de 1901. A felicitação se resumiu em simples e curta frase introdutória, antes de listar novos pedidos a Rio-Branco e de queixar-se por ele, Goeldi, não ter sido devidamente recompensado, nem pelo Governo Federal, nem pelo Estado do Pará. Além dessa descortesia, em Belém mentiu para Paes de Carvalho, ao afirmar que se não fosse por ele (*Goeldi*), os juizes estariam dispostos a dar à França uma parte do território contestado, conforme anotação feita por Rio-Branco à margem do original da carta de 7 de fevereiro, acima mencionada: “*Informações do ex-governador Paes de Carvalho. O Dr. Goeldi disse a este que os juizes estavam dispostos a dar à França uma parte do território contestado, e que este Goeldi conseguiu impedir isso, convencendo-os do direito do Brasil. É inexato que tivessem pensado disso os juizes. Em Maio de 1900 a Missão Especial comunicou ao Ministério das Relações Exteriores por ofício confidencial (Confidencial, reservadíssima nº 1, de 12 de maio de 1900), que o relator da causa estava de opinião formada, a favor do Brasil (antes da chegada de Goeldi). Os outros juizes aceitaram desde então a opinião do relator, e começou-se a redigir a exposição de motivos da sentença. Houve depois a intenção de dar-nos, não só a linha do Oyapoc, mas também a do paralelo 2º24'; mas pouco depois ficou assentado em dar os limites indicados pelo relator: Oyapoc e S[err]a de Tumucumac. O Dr. Goeldi prestou serviços, dando ou transmitindo informações a dois dos professores consultados (e não juizes), mas exagerou a importância dos serviços prestados.*”



Tinha ele, ainda, a pretensão de querer que a União e/ou o Estado do Pará lhe desse(m) uma recompensa financeira pelos seus “*pulmões profundamente avariados e a saúde alterada para toda a sua vida*”. Prestou um serviço insignificante a Rio-Branco, conforme registrado não somente nos *Cadernos de Notas* como também fica evidente na correspondência entre Rio-Branco e o suíço.

Em contrapartida pelos serviços que dele eram esperados, o Brasil ofereceu-lhe excelente recompensa, sucintamente resumida, igualmente em anotações à margem do original da carta de 7 de fevereiro de 1901. Essas anotações, de autoria do insuspeito Rio-Branco, revelam as condições segundo as quais Goeldi fora autorizado a viajar para a Suíça, com o objetivo de auxiliar Rio-Branco. Em evidente sinal de descontentamento, Rio-Branco escreveu a lápis-tinta em vermelho: “*Este Sr., enquanto esteve na Suíça, recebeu o seu ordenado por inteiro, como Diretor do Museu do Pará, o necessário para a viagem, e mais 30 contos em ouro. Não tinha despesas de representação, e, sem as ter, recebia mais dinheiro do que o Ministro do Brasil em missão especial.*”

Como se isso não fosse recompensa suficiente pelos serviços prestados pelo suíço, o Governo brasileiro e o Estado do Pará não deixaram de prestar-lhe homenagem especial e, com o decreto 933 de 31 de dezembro de 1900, foi alterado o nome do Museu Paraense para “Museu Goeldi”.

A. J. SANTOS



Bern,  
36 Zieglerstrasse 36  
9/ Dezembro 1898.

S. Exc<sup>ia</sup> Sr.

Barão do Rio Branco

15 Villa Molitor 15,

Auteuil, Paris

Ex<sup>mo</sup> Senhor,

O fim d'estas linhas é de levar ao conhecimento de V. Exc<sup>ia</sup>, que desde o 1º d'este mez me acho aqui em Berna, com a minha família, tendo conseguido – não sem bastante dificuldade – alugar uma casa até 30 de Abril de 1899. Conforme as instruções orais e particulares recebidas da S. Exc<sup>ia</sup> o Sr. Dr. Paes de Carvalho, ponho-me inteiramente à disposição de V. Exc<sup>ia</sup> e com sumo prazer aguardo as ordens que V. Exc<sup>ia</sup> dignar-se de mandar-me. Peço que V. Exc<sup>ia</sup> me determine com toda franqueza gênero e modo do meu trabalho, esclarecendo-me sobre a maneira pela qual poderei tornar-me útil às instruções de V. Exc<sup>ia</sup>.

Aqui observo e observarei a máxima reserva relativamente ao fundo da minha vinda; nem ao próprio Sr. Secretário da Legação dei até agora mais a saber, senão o meu desejo de conhecer o tempo da vinda de V. Exc<sup>ia</sup> a Berna.

Às vezes receio que fiz mal em tomar residência aqui em Berna sem primeiramente ouvir as ordens de V. Exc<sup>ia</sup>. Devo todavia alegar que faltarham-me os recursos para viver em Paris por muito tempo. Outro assunto imperativo foi para mim a saúde seriamente comprometida da minha esposa, que por estes dias deve submeter-se à uma operação cirúrgica, da qual s'encarrega o Prof. Kocher, autoridade assaz conhecida, para

poder-se, com o auxílio do Todo Poderoso, esperar um feliz êxito n'esta situação affitiva.

Com os protestos da minha mais elevada consideração

Sou de V. Exc<sup>ia</sup>

Atenc. Cord. Obse.

Dr. Phil. EMIL A. GOELDI



Zieglerstrasse 36

Bern

(Suisse)

Ao Dr. Emilio Goeldi, Berne

36 Zieglerstrasse.

Reservado.

Paris, 17 de Dezembro de 1898, à noite.

Ilmo. Sr. Dr. Emilio Goeldi.

Trabalhos muito urgentes e a minha correspondência official para a mala desta tarde, me fizeram demorar até hoje a resposta à sua carta de 9, que tive o prazer de receber no devido tempo.

No dia 13 encarreguei o Sr. Girardot, um dos meus auxiliares nos Estados Unidos, de telegrafar a V. Sr. desculpando-me, e dizendo-lhe que neste dia eu esperava poder escrever-lhe. Estamos nos últimos meses do prazo para a apresentação da Memória, e, portanto, o trabalho toma-me quase todo o tempo.

Agora mesmo sou obrigado a escrever muito às pressas.

Por ora o que desejo é que V. Senhoria trate de ir fazendo relações em Berne, sem dar a conhecer a pessoa alguma

que se ocupará também da questão do Contestado, porque se soubessem disso os funcionários que de Abril em diante devem ser incumbidos, em Berne e Lausanne, do estudo da questão se mostrariam tão reservados falando com V. Senhoria como se falassem comigo. Para que, quando chegue a ocasião, possa V. Senhoria colher notícias seguras sobre a impressão que haja produzido a leitura dos nossos argumentos e peças justificativas e me habilite assim a tomar as providências que sejam necessárias para modificar alguma má impressão, esclarecer alguma dúvida ou procurar inutilizar as manobras dos agentes franceses, é indispensável que V. Senhoria não seja considerado como um auxiliar meu, e sim como um cientista que apenas veio tratar de estudos ou trabalhos que nenhuma relação têm com a causa que vai ser julgada.

Apensa a esta carta remeto cópia dos trechos de um Ofício Reservado que dirigi ao Governo Federal, e por eles ficarão conhecendo todo o meu pensamento e a importância dos serviços que poderá prestar à causa do Brasil, convencido como sei que está da sua justiça. O Sr. Moore, de quem falo nesse ofício, é o Professor de Direito Internacional na Columbia University de New York. Graças a ele, às suas excelentes relações no mundo oficial em Washington e à sua qualidade de Americano, pude andar exatamente informado da marcha do processo e conhecer as opiniões dos auxiliares do Árbitro no estudo da questão. Agora esta nova causa vai correr na Suíça, V. Senhoria é Suíço, conhece parte do Contestado, e não incorre na suspeição natural em que incorrem todos os Brasileiros, principalmente eu que sou o defensor oficial da causa. Comigo serão todos os funcionários aí sumamente reservados, e nem seria delicado ou conveniente que eu os importunasse com perguntas e interrogatórios. A minha posição oficial obriga-

-me a só procurar notícias por meios indiretos, mas seguros, recorrendo a pessoas de confiança.

Eu tencionava ir a Berne por estes dias para examinar uma casa que vou alugar, mas está me parecendo que só em princípios de Janeiro poderei dar um salto até lá. Em fins de Fevereiro com certeza terei chegado a Berne para ali imprimir a Memória que deve ser entregue no dia 6 de Abril. Peço-lhe que me diga qual a melhor Tipografia nessa cidade, capaz de imprimir com rapidez.

Sinto saber que Mme. Goeldi vai ser operada. Entretanto, a operação de que se trata não oferece perigo algum, e apenas, exige cuidado por alguns dias. Há um mês uma Senhora da nossa amizade sofreu aqui igual operação, feita pelo oculista brasileiro Dr. Hilario de Gouvêa, e com o melhor resultado.

Se antes ou depois da operação não for muito incômodo a V. Senhoria vir a Paris por um ou dois dias, eu muito estimarei que faça esta pequena viagem para que possamos conversar um pouco. As despesas da sua viagem de ida e volta e dos dias em que estiver aqui não o devem preocupar porque correrão por conta da minha missão, e dar-me-ei pressa em remeter-lhe um cheque logo que me disser que pode vir.

Devo resposta a duas cartas do Sr. Cardoso de Oliveira, em uma das quais deu-me notícia da chegada de V. Senhoria. Espero escrever-lhe amanhã, mas nada direi sobre o objeto principal da comissão que o Dr. Paes de Carvalho confiou a V. Senhoria.

Tenho muita satisfação em entrar em relações com um homem do merecimento de V. Senhoria, e verdadeiro prazer em subscrever-me seu

Muito Att<sup>to</sup> e Ob<sup>te</sup> C<sup>do</sup>

(*ass.*) RIO-BRANCO



Bern, 3 de Janeiro 1899.

Ex<sup>mo</sup> Senhor Barão do Rio Branco,

Obstáculos de diversa natureza, uns menores outros maiores, acumularam-se de tal modo na última quinzena do ano passado, que não consegui realizar a viagem projetada para Paris conforme o desejo de Vossa Exc<sup>ia</sup> expresso na carta do dia 17 de Dezembro. Tinha-me aprontado para partir na noite do dia 27 para 28, quando tive de desistir por assim dizer na última hora. Se por um lado no estado de minha esposa houve uma aparente mudança para o melhor – o Professor Kocher desistiu por ora de uma operação, propondo novo exame em meado deste mês -, por outro lado eu mesmo senti de novo certos incômodos de saúde, que desde nossa expedição ao alto Rio Capim no ano de 1897 ainda não consegui debelar radicalmente. As febres, que naquelas regiões apanhei, debilitaram bastante a minha constituição, tanto que a aclimação ao clima um tanto brutal (sobretudo no inverno) da minha pátria, depois de uma ausência de 16 anos na zona tropical do Brasil, me causa dificuldades relativamente grandes. Sobreveio ainda como novidade um reumatismo, que julgo ter colhido ultimamente nas salas frias do Museu de Bern.

Esta conjuntura me contraria bastante e peço a V. Exc<sup>ia</sup> de desculpar-me se me vi na necessidade de transferir a viagem, a qual (lastimo de vê-lo) perde o seu valor e atualidade à medida que se vem aproximando já o período marcado por V. Exc<sup>ia</sup> para uma visita em Bern – princípio de Janeiro.

As instruções que recebi de V. Exc<sup>ia</sup> serão estritamente observadas e com íntimo prazer verifiquei, que eu as tinha adivinhado na sua essência de antemão – que elas continuam

a aprovação do modo de procedimento, que o bom senso me tinha indicado como conveniente, desde a hora da minha chegada na capital suíça. Tudo que empreendi aqui desde então acha-se exatamente naquela linha de conduta e espero poder prestar contas a V. Exc<sup>ia</sup> oralmente das providências e passos dados.

Não perdi de vista a recomendação de procurar uma tipografia capaz; estes dias estou de posse de umas informações reservadas que pedi a pessoas da minha confiança. Penso que a memória será redigida em língua francesa, mas não sei se são previstas simultaneamente traduções em alemão ou em português. Talvez não haja tempo para isto.

Não perco a esperança de poder dar a V. Exc<sup>ia</sup> provas da minha boa vontade e pedindo a V. Exc<sup>ia</sup> de aceitar as minhas felicitações de Ano Bom, que, por serem retardatárias, não são menos sinceras.

Subscrevo-me com os protestos da minha mais alta consideração de V. Exc<sup>ia</sup>

At<sup>to</sup> Cr<sup>do</sup> Ob<sup>do</sup>

DR. EMIL A. GOELDI,  
Zieglerstrasse 36  
Bern



Bern, 14/ Janeiro 1899

S. Exc<sup>ia</sup> Senhor

Barão do Rio Branco,

Paris

Excelentíssimo Senhor,

Tendo obtido as informações prometidas na minha última carta, apresso-me em comunicar a V. Exc<sup>ia</sup> que a tipografia aqui em Berna, que, embora que não seja a maior, todavia a melhor perspectiva oferece de executar o serviço com rapidez, é a de *Jent & Cie., Buchdruckerei, Neuengasse*. É a única que possui (aliás é bem compreensível descontentamento dos tipógrafos restantes, sobretudo dos oficiais) máquinas de composição. Indagando, com a necessária circunspeção, soube que aquela casa garante poder aprontar semanalmente 6 folhas a 16 páginas, formato 4º ou 8º (compreendendo composição, revisão e impressão) – o que daria a respeitável quantidade de 80 páginas por semana. Conforme a minha experiência pessoal julgo que isto constitui o limite superior do que se pode dominar, sem prejuízo da qualidade, durante uma semana, porque a revisão quer tempo e cuidado. A casa possui revisores da Suíça francesa e compõe frequentemente trabalhos para as autoridades federais; garante também absoluta discricção e não há perigo que possa nascer da circunstância, que o “Bund” /- o jornal o mais respeitado aqui na capital e principalmente lido pelas altas autoridades e os membros do parlamento - / é impresso na mesma casa.

*Last not least* – um orçamento que obtive e que reservo para apresentá-lo.

Em ocasião oportuna a V. Excelência, oferece condições de preços realmente razoáveis.

Papel superior



	Formato 4º	Formato 8º
Edição 250	64 frs 50 cts.	70 frs. –
“ 500	73 frs 50 cts.	79 frs. –
“ 1000	91 frs -	98 frs. 90 cts.
Papel bom		
	Formato 4º	Formato 8º
Edição 250	62 frs 50 cts.	68 frs.
“ 500	73 frs. 50 cts.	74 frs. 50 cts.
“ 1000	91 frs.	90 frs.

Quanto ao tipo, obtive a amostra inclusa; as amostras relativas à qualidade do papel conservo aqui.

*Summa summarum* – tenho a convicção que posso aconselhar a casa *Jent & Cie.* para ser encarregada do serviço em questão. Compreendo, que o serviço está próximo e creio que V. Excelência ouvirá com satisfação que o terreno acha se preparado pelo lado técnico e pecamentário<sup>39</sup>.

Escrevo com pressa, porque devo preparar-me para uma conferência, para a qual fui convidado, perante a Sociedade de Ciências Naturais, hoje de noite às 8 horas. A última vez, em Dezembro, falei sobre “Roedores novos do Brasil”; o meu tema para hoje é “A fauna dos países da região amazônica”. Dispondo de amplo material demonstrativo em desenhos originais coloridos tenho a certeza de entreter útil- e agradavelmente o seletor público, do qual se constitui a dita corporação.

Hoje reina tal vento aqui em Berna, que nem quero acender a estufa do quarto de trabalho. O estado de minha saúde ainda não é satisfatório; tive de voltar outra vez ao regime dos laticínios, como nos dois anos atrás.

Tenho a honra de ser

---

39 Há um sinal de interrogação debaixo dessa palavra, provavelmente colocado por Rio-Branco.

De V. Exc<sup>ia</sup>

At<sup>to</sup> Cr<sup>do</sup> Ob<sup>do</sup>

DR. EMIL A. GOELDI



Ao Dr. Emilio Goeldi – Berna, 36 Zieglerstrasse

Paris, 16 de Fevereiro de 1899.

Ilmo. Sr. Dr. Emilio Goeldi,

O Barão do Rio-Branco, muito ocupado neste momento, me encarrega de escrever a V. S. pedindo-lhe o favor de indagar na tipografia que deve imprimir a Memória brasileira se eles têm tipos portugueses e espanhóis, isto é, se possuem o ã, o õ e o ñ, indispensáveis à composição de textos nas duas línguas ibéricas, e de lhes recomendar que os adquiram em quantidade suficiente, caso lhes falte.

Remeto-lhe pela mesma ocasião dois pequenos mapas, o maior dos quais é um dos que o Barão vai apresentar na Memória. Ele lhe pede que examine o mapa de Brousseau<sup>40</sup> (distribuído há dias numa conferência na Sociedade de Geografia de Paris), onde vêem o curso do Cassiporé que ele desceu e onde encontrou uma povoação brasileira (Colônia lhe chama ele). O Barão deseja saber que povoação é essa. Sobre a povoação do Contestado, diz Brousseau que há lá 7000 estrangeiros. Qual é a população geral que se pode atribuir a todo o território compreendido entre o Oyapoc e o Araguay? O Barão lhe pede que devolva esses mapas (sendo possível pela volta do correio) com as reflexões que eles lhe sugerirem. Aproveitando a

---

40 Georges Brousseau (1859-1930), explorador francês, cuja atividade concentrou-se na África e na Guiana francesa. Brousseau foi instruído pelo governo francês a explorar a região entre o rio Oiapoque e o Araguari; no seu relatório, dirigido ao seu Ministro das Colônias, informou que o rio Araguari e seus afluentes eram ricos em cobre, prata, ferro e platina.

ocasião para renovar por carta o conhecimento que há anos tive o prazer de fazer com V. S. por intermédio do Capistrano de Abreu, aqui fica às suas ordens o

De V. S.

Atencioso Amigo e Cr<sup>do</sup> dedicado

(*ass.*) DOMÍCIO DA GAMA



Bern, 20 Fevereiro 99.

Ex<sup>mo</sup> Sr. Barão do Rio Branco.

Escrevo-lhe pela mão de minha senhora, pois estou acometido de grave pneumonia e forçado a guardar a cama já há perto de 15 dias.

Claro é que nestas circunstâncias a minha resposta deve ser muito curta, limitando-me aos dois ou três pontos assinalados como essenciais na carta do Sr. Domício da Gama do dia 17 de Fevereiro.

Acerca dos tipos portugueses e espanhóis (ã õ ñ) vou tomar providências imediatas no sentido da recomendação. Lancei as minhas vistas sobre o mapa de Brousseau.

A tal Colônia certamente não é outra coisa senão o ensaio colonisatório feito com umas dúzias de famílias do Rio Grande do Norte no último período da administração Lauro Sodré.

Bem orientado sobre este ensaio que malogrou conforme me consta está o Senhor Egydio Salles da Secretaria do Pará, pelas mãos do qual correrão todos os fios da empresa. Da “traillourde” do Sr. Brousseau facilmente se vê que também não é outra coisa senão o nome estropiado de tralhote. Quanto a população do Contestado sinto ter que dizer que os meus

materiais que *in loco* colecionei são rebeldes para uma rápida orientação sobretudo no meu estado atual de saúde.

“Estrangeiros” não tem senão no Calçoenne. Se o Sr. Brousseau orça o seu número em 7 mil, certamente nada menos de 3 quartas partes cabe à imigração nômade dos mineiros franceses nas cabeceiras do dito rio. Entretanto, ouvi a bordo do vapor “Ré Umberto” que nos trouxe do Pará, pela boca de um certo Monsieur Sursin engenheiro naquela região, que a população do Calçoenne ultimamente não tinha sido maior que talvez umas 3 mil pessoas.

Devolvendo nesta ocasião os dois mapas,

Subscrevo-me com a mais alta consideração de

Vossa Exc<sup>ia</sup>

Att<sup>to</sup> Cr<sup>do</sup> Ob<sup>do</sup>

(*ass. por ele*)



Ao Dr. Goeldi, 36 Zieglerstrasse, Berne

Paris, 25 de Fevereiro de 1899.

Amigo e Sr. Dr. Goeldi,

Senti muito saber que estava enfermo, e espero que esta já o vá encontrar inteiramente restabelecido.

Despachei para Genebra, 4<sup>a</sup> Feira, o Sr. Hippolyto de Araujo, um dos meus secretários, encarregando-o de fazer imprimir ali dois volumes de documentos, porque eu desejaria reservar para a Memoria a tipografia de Berna. Acabo de saber que em Genebra não é possível tê-los prontos a tempo. Assim, telegrafei esta manhã ao Dr. Araujo dizendo-lhe que siga imediatamente para Berna a fim de saber de V. Senhoria qual a tipografia escolhida e tratar com ela de por imediatamente

em andamento a impressão. Peço-lhe que leia a inclusa carta ao Dr. Hippolyto de Araujo, e que, inteirado dela, a faça chegar logo às suas mãos.

Desculpe-me estas pressas.

Queira apresentar meus respeitos a Madame Goeldi e dispor do.

Muito Att<sup>to</sup> e Ob<sup>te</sup> C<sup>do</sup>

(*ass.*) RIO-BRANCO

P.S. Creio que é melhor fazer imprimir aqui o volume de Protocolos das conferências de 1855 a 1856 para não sobrecarregar essa tipografia de Berna. Aqui, em 8 ou 10 dias me darão esse vol. pronto. Para a tipografia de Berne desejo reservar a minha Memoria, a qual será resumida e não dará mais de 100 páginas. Entendi dever reservar o principal para a Réplica. Os principais documentos e os melhores mapas ficam reservados para essa ocasião. Agora darei, entretanto, um Atlas de 90 mapas.



Emílio Augusto Goeldi

CARTA AO HIPÓLITO DE ARAÚJO,  
ANEXADA À CARTA ANTERIOR:

Ao Sr. Hippolyto de Araujo, Bern

25 de Fevereiro de 99.

Amigo e Sr. Araujo.

Incluo aqui uma nota para ser posta em seu lugar no tratado de Utrecht. Vai precedida de uma explicação para que o Sr. a repita ao impressor.

- O Sr. Gama comunicou-me essa manhã o seu telegrama e respondeu, de acordo comigo, às 10 horas da manhã. Espero que em Berna, na tipografia que o Dr. Goeldi lhe indicará, o trabalho passe a ser feito para ficar pronto até 20 de Março, ou, no último caso, até 30. O prazo para entrega termina como sabe a 6 de Abril. O essencial é o Volume de documentos. O outro, de Protocolos, pode ser dado a tipografia diferente e mesmo impresso aqui, pois só contém matéria impressa e conhecida. Também pronto, mas não é tão indispensável, e, repito, pode ser inconveniente ser impresso aqui. Espero com ansiedade a sua resposta ao Sr. Gama. Chegando esta tarde a Berna, poderá telegrafar esta noite, e, conquanto amanhã seja Domingo, ser-lhe-á possível em terra pequena falar ao Diretor da tipografia caso chegue tarde esta noite.

Encaminho esta carta pelo Dr. Goeldi.

Am<sup>g</sup> (amigo) e Ob. e C<sup>do</sup>

(*ass.*) RIO-BRANCO



Ao Dr. Goeldi, 36 Zieglerstrasse, Berne

Paris, 25 de Fevereiro de 1899

Amigo e Sr. Dr. Goeldi,

Esta é a 2ª Carta que lhe escrevo hoje.

Peço-lhe o favor de dizer ao Dr. Araujo, – a quem não posso escrever diretamente porque ainda não sei para que hotel irá, – que remeta imediatamente ao Dr. Gama o volume dos Protocolos das Conferências de 1855 a 1856 para ser impresso aqui. Em oito dias ficará pronto. São documentos conhecidos do Governo Francês, e não há inconveniente em que a reimpressão se faça aqui. O outro volume de documentos, sim, é melhor que seja impresso aí, e é impossível que a tipografia que V. Senhoria me indicou o não possa terminar a tempo, pois creio que esses documentos darão apenas umas 200 páginas, se tanto.

O Dr. Araujo leva também quatro mapas do Capitão Braga Cavalcanti (Filinto Alsino). (sic) O Ministro da Suíça, Sr. Lardy, disse-me que em Berne mesmo eu podia fazer litografar muito bem mapas. Não é indispensável que esses quatro mapas sejam apresentados agora, mas seria melhor que o fossem. O Dr. Araujo tem instruções minhas para os fazer reproduzir. Deve isso ser feito pelo processo mais rápido e barato, e desejo que formem um atlas à parte, sendo dobrado convenientemente o maior, que é a planta do Alto Araguay. Não os posso incluir no Atlas de Cartas anteriores a 1713.

Peço-lhe o favor de comunicar esta carta ao Dr. Araujo.

Muito Att<sup>to</sup> e Ob<sup>te</sup> C<sup>do</sup>

(ass.) RIO-BRANCO



Bern, 11 de Junho de 1899.

Ex<sup>mo</sup> Sr. Barão do Rio Branco

Paris

Agradável surpresa foi hontem para mim a vinda de 5 livros (nova edição do Caetano da Silva, a Memoria brasileira com 2 volumes de documentos), remessa que me tinha sido avisada uma hora antes pelo Sr. Dr. Araujo. Pelo mesmo senhor soube, que V. Exc<sup>ia</sup> quer remeter-me proximamente também os dois atlantes<sup>41</sup>, que acompanham a Memoria brasileira e do desejo de V. Exc<sup>ia</sup> de conhecer a minha impressão sobre a audiência havida no dia 19 de Maio com o Presidente Federal Müller.

Foi a melhor possível: depois de uma conversa toda cordial que pouco menos de 1½ hora durou, separei-me do Presidente, agradecido e satisfeito da amabilíssima recepção, convencido também de que a entrevista seria útil e proveitosa aos interesses do Brasil. De especial valor para mim era a origem toda espontânea da entrevista.

Deixo de referir aqui o sumário da conversa, por querer fazê-lo oralmente quando V. Exc<sup>ia</sup> aqui estiver. Entretanto posso desde já dizer, que o Presidente estuda pessoalmente a questão com paciência e afincos e que percebi provas eloquentes de inteligente penetração no meio deste complicado cipoal e um verdadeiro alívio causou-me a observação, que mediante os seus próprios meios intelectuais ele tende a chegar a encarar certos pontos principais de um modo, que justificam a nossa esperança e confiança na formação de uma opinião favorável. Convenci-me da boa impressão produzida pela Memoria, quer no texto, quer nas ilustrações e creio não enganar-me augurando o merecido sucesso aos inéditos esforços de V. Exc<sup>ia</sup>, pelo menos em relação à pessoa do atual Presidente.

---

41 Talvez quisesse escrever "atlas".



Sumamente agradecido pela remessa dos interessantes livros e desejando por pronto restabelecimento de V. Exc<sup>ia</sup>, tenho mais uma vez a honra de

Subscrever-me com a mais elevada consideração

De V. Exc<sup>ia</sup>

Att<sup>to</sup> Cr<sup>do</sup> Ob<sup>do</sup>

(*ass.*) DR. PHIL. E.A. GÖLDI



Ao Dr. Emilio Goeldi, Pará

Berne, 20 de janeiro de 1900

Ilmo. Sr. Dr. Emilio Goeldi

Aproveito esta ocasião para enviar-lhe e a Madame Goeldi os meus cumprimentos de bons anos, e para pedir-lhes desculpa de não ter estado na estação do caminho de ferro por ocasião da sua partida. Chegamos ali minutos depois da partida do trem.

Nesta data escrevo ao Sr. Paes de Carvalho, pedindo-lhe que se empenhe com V. Senhoria para vir passar aqui os meses que faltam até final decisão da nossa causa. É agora que os seus serviços podem ser mais eficazes, procurando esclarecer, sempre que se oferecer ocasião, os professores encarregados do estudo da matéria.

Recebi pelo Consul Geral em Genova o seu recado sobre os consultores de Zurich. Ainda não sei quais são os consultores de Zurich e Basiléia. É certo que o parecer que derem há de pesar muito e servir de base à decisão.

Os Franceses na Réplica deram por pau e por pedras, procurando, com a mais insigne má fé, e a maior petulância, torcer todos os documentos, confundir todas as noções e

perturbar o espírito dos juizes. Só quem está muito senhor da matéria pode à primeira leitura descobrir tudo o que há de falso e frágil na sua argumentação. O trabalho dos consultores, para tomar pé no meio de todas essas confusões, vai ser muito grande.

Esperando ter o prazer de o ver brevemente por aqui, subscrevo-me, com a mais distinta estima,

De V. Senhoria

Muito Att<sup>to</sup> e Ob<sup>te</sup> C<sup>do</sup>

(*ass.*) RIO-BRANCO



## MUSEU PARAENSE

DE

### HISTÓRIA NATURAL E ETHNOGRAPHIA

Pará, 6/II/1900.

Exmo. Sr.

Barão do Rio Branco.

A carta de V. Exc<sup>ia</sup>, da tarde do dia 2 de Janeiro deste ano e recebida pelo último vapor, vem aumentar o meu embaraço que há muito senti por não ter achado mais cedo o tempo para uma carta embora curta. Como atenuante posso todavia alegar a colossal carga de serviço, que me esperou aqui no Museu do Pará e que apesar do insano trabalho e vigílias de todo incompatíveis com os conselhos médicos recebidos em Berne, infelizmente ainda não tende a diminuir sensivelmente. Agradecendo as amáveis expressões de V. Exc<sup>ia</sup>, envio os nossos parabéns, tardios na verdade, mas nem por isto menos sinceros!

O Snr. Paes de Carvalho, Governador, chamou-me no dia seguinte depois do recebimento da carta a ele dirigida diretamente. Comunicou-me aquilo que já sabia. Anuí, embora não podendo esconder o sacrifício que por todos os lados significa uma nova viagem e uma nova ausência do Museu. Prometi refletir sobre o modo de realizar o projeto e em uma segunda audiência hoje declarei de fazer o possível para chegar na Suíça em Maio próximo. Provavelmente terei de levar toda a família ao Rio de Janeiro, onde deixaremos os quatro menores da nossa escadinha, embarcando então, minha senhora e os três filhos maiores, para a Europa. Tencionamos fixar esta vez a nossa residência em Zürich, onde creio poder trabalhar com mais eficácia.

Dos peritos descobri dois em Zürich (se há mais ainda, não sei; os de Z. mesmo não o sabem; em Basileia, onde mui boas relações tenho, [o mesmo vapor trouxe-me a surpresa da minha nomeação para Membro da Sociedade de Ciências Naturais daquela cidade] indaguei, com prudência, sem encontrar vestígio algum: Os que ensinam qualquer disciplina geográfica são todos os meus conhecidos, em parte até amigos dedicados; desconfio antes que um eventual terceiro perito seja talvez em qualquer universidade da Suíça francesa). Os dois de Zürich são: o Prof. Dr. Otto Stoll, (Klosbachstrasse 75), Lente em Geografia e Etnografia na Universidade; e o Prof. Joh. Früh (Hochstrasse 60, Fluntern), Lente de Geografia Física. Não se dão muito entre si, mas eu me dou com ambos, principalmente porém com o primeiro, que conheço há anos; com o segundo o ponto de contato é de data mais recente (1894) e provém de circunstância de sermos ambos membros honorários da Sociedade de Ciências Naturais de St. Gallen. Com ambos mantenho correspondência. Por um acaso somente souberam eles da missão secreta, que cada

um tinha recebido independentemente, com a terminante recomendação de guardar absoluta reserva. Devo dizer, que só o Prof. Stoll se descobriu espontaneamente, declarando-me, que não ousando abrir-se senão em conferência íntima e pessoal, tinha esperado a ocasião da minha visita para me pedir informações e esclarecimentos. O Prof. Früh até hoje não se descobriu, embora que por carta do dia 1 de Novembro de 1899 me agradece a remessa do meu folheto (em alemão) sobre a nossa viagem à Guiana [“Naturforscher-Fahrt” etc.] e tecendo-lhe uns elogios, que creio poder interpretar bons sintomas da disposição psíquica para com o meu modo de encarar as coisas relativas à Guiana. Pede-me isto e aquilo (por exemplo fotografias) – sem trair, por um(a) sílaba sequer, aquilo que eu soube pelo meu amigo Stoll.

Ambos eles são muito desconfiados, tanto que peço V. Exc<sup>ia</sup> de guardar estrita reserva sobre a minha revelação. Deve esta taciturnidade ser a consequência de positivas ordens de cima! Todavia creio, que em Zürich poderei robustecer pessoalmente ainda uns eventuais bons efeitos que de antemão eu tinha preparado em território suíço mediante a supramencionada publicação.

Früh é um homem ainda moço; sua especialidade predileta é a geologia e a geografia da Suíça. Ele terá alguma dificuldade em orientar-se no cipoal de literatura relativa à Guiana. – Stoll é um homem bastante viajado e uma robusta mente, citada. Como médico e naturalista residiu na América Central; as suas publicações acerca da zoologia, etnografia de Guatemala enchem uma respeitável prateleira. É versado em línguas indígenas centrali-americanas, e é familiar com a língua espanhola. Na sua última carta do dia 17 de Dez. 1899 me pergunta, qual a significação que em nossos dias e na costa

paraense tem prancel (rio do prancel, etc.). Respondi nenhuma – nome desapareceu.

2) Se montanha significa sempre “Berg” em alemão e não às vezes “mato”, [como em espanhol na América Central]. Respondi que em português moderno sempre, confirmando todavia que já de Iquitos para cima, em território peruano, aparece no espanhol a significação “mato”.

3) Pede-me gramáticas e dicionários Tupi! – Mande o que pude.

Devo informar V. Exc<sup>ia</sup> que hoje escrevi ao Prof. Stoll longa carta de 16 páginas, que li ao Sr. Dr. Paes de Carvalho: por ela procurei de antemão de aplinar certas dúvidas mencionadas por V. Exc<sup>ia</sup> na carta dirigida ao Sr. Governador. Insisti na absurdidade da tentativa francesa de amalgar Oyapók com o Guayá-pucú (aliás Yá-pucú) na contracosta do Marajó. Expliquei:

O - | y | - (o)pók

3<sup>a</sup> sing. | água | 3<sup>a</sup> sing. do verbo pók(a) =  
arrebentar

(as suas águas (elas) se arrebentam.)

Guayá = Uca uma (caranguejo do litoral lamacento)

Pucú = comprido

(adjetivo)

(caranguejo comprido)

Refiro este pormenor, para evitarmos contradições eventuais.

Julgo que seria útil, se eu pudesse estudar ainda aqui a réplica de ambas as partes, para habilitar-me para a discussão na atual fase da questão – em cartas minhas aos peritos. Para ganhar

tempo vou pedir talvez ao Sr. Governador que m'entregue os tais documentos, quando para cá chegarem.

São horas adiantadas da noite e não quero mais abusar da paciência de V. Exc<sup>ia</sup> Com os protestos de minha mais alta consideração e estima

Sou de V. Exc<sup>ia</sup>

Att<sup>to</sup> Cr<sup>do</sup> Ob<sup>do</sup>

(*ass.*) DR. EMIL A. GOELDI



TELEGRAMA – 26 FEVEREIRO 1900

Tel. 136,80

Ao Dr. Emilio Goeldi, Diretor do Museu Paraense – Pará

Telegrama de Lausanne, 26 Fevereiro 1900 – 10h30m manhã

Dr. Emilio Goeldi Museu Pará

É bom explicar seu amigo que monte em espanhol também significa bosque mas montaña só significa Berg.



MUSEU PARAENSE

DE

HISTÓRIA NATURAL E ETHNOGRAPHIA

Pará, 28/II/1900

Exmo. Sr.

Barão do Rio Branco.

Recebi ontem, pela manhã, já cedo, o telegrama. Logo escrevi detalhada carta ao Prof. Stoll, onde pude acentuar a *nuance* entre “monte” e “montanha” em espanhol; felizmente há em

Humboldt (*“Ansichten der Natur”*, Cap. *“Das nächtliche Tierleben im Urwalde”*, pág. 157 da minha edição Cotta 1878) um trecho, que vem corroborar plenamente a respectiva interpretação.

Já com o vapor anterior, mandei ao mesmo professor um trabalho-manuscrito do nosso geólogo, Dr. von Kraatz<sup>42</sup>, intitulado: *“Modificações na costa paraense em tempo geologicamente recente”* – trabalho que virá publicado depois em *Petermann’s Geographische, Mitteilungen*, Gotha (Alemanha), e que, julgo eu, servirá para orientar convenientemente sobre umas tantas coisas antes mal ou nunca discutidas e que entretanto são de não pouca importância.

Aqui já tratamos dos preparativos para a viagem. Provavelmente minha família já parte para o Rio de Janeiro no dia 8 de Março. Eu seguirei 2 ou 3 semanas depois, por ser retido ainda pela impressão do meu trabalho acerca da cerâmica do Cunaný.

Do Rio de Janeiro partiremos (eu, minha senhora e as 3 crianças maiores), se não houver obstáculos de força maior, entre 20 a 25 de Abril. Meiado de Maio esperamos chegar outra vez na Suíça.

Escrevo às pressas.

De V. Exc<sup>ia</sup>

Att<sup>to</sup> C<sup>do</sup> Ob<sup>do</sup> e Admir<sup>dor</sup>

(ass.) DR. E. A. GOELDI

No Rio de J. meu endereço será:

Dr. EAGoeldi

Casa dos Srs. Eugenio Meyer e Cie.

69, Rua da Alfândega 69

Rio de Janeiro

---

42 Alexander Karl von Kraatz-Koschlau (1867 - 1900), geólogo alemão.



Ao Dr. Emil Goeldi,<sup>43</sup> Hotel Gotthard, Zurich

Berna, 19 de Maio de 1900

Amigo e S. Dr. Goeldi.

Penso que já estará em Zurique. Os livros foram expedidos para o Hotel Gotthard, Zurich, na manhã de 17.

O Sr. Graffina esteve ontem aqui de visita e perguntou-me, de passagem, se eu conhecia V. Sr. e se podia dar o seu endereço porque recebera no Departamento Político uma carta que lhe é destinada. Respondi que o tinha visto duas ou três vezes o ano passado; que V. Sr. partira para o Pará em Out<sup>o</sup> e me dissera então que devia voltar este ano pela primavera a fim de fazer imprimir certos trabalhos, e que, portanto, talvez devesse chegar agora, ou já tivesse chegado. É bom escrever-lhe duas linhas, anunciando a sua chegada, mas sem dizer que já nos avistamos e sem lhe pedir a remessa da carta recebida. Informado do seu endereço, ele a encaminhará devidamente. Digo-lhe tudo isto para que não haja desacordo entre o que dissermos, tendo-me parecido melhor não me dar por muito seu conhecido porque isso o tornaria talvez suspeito de parcialidade.

Peço-lhe que me vá comunicando em reserva o que puder saber aí sobre os pareceres dos Professores ou sobre a impressão que lhes deixou o estudo dos documentos das duas Partes.

Suponho que o Conselheiro Müller deve voltar de Ramsen no fim do mês ou princípio de Junho. Foi no dia 21 de Abril que o Presidente me anunciou que ele ia partir para esse lugarejo e que ali passaria trabalhando no seu Relatório o mês de Maio.

---

43 (No alto da margem esquerda): "Chegou dia 16, vindo do Pará e seguiu no mesmo dia para Zurich".



Em Zurich reside o Sr. Julius Meili, suíço, que tem uma casa de comércio no Rio e é muito amigo do Brasil. É possível que ele saiba alguma coisa sobre a opinião dos Professores.

De V. Sr.

Amigo Obg<sup>do</sup> e C<sup>do</sup>

(ass.) RIO-BRANCO



Ao Dr. Emil Goeldi, Hl. Gotthard, Zurich

Berne, 28 de maio de 1900

51 Bühlstrosse

Amigo Sr. Dr. Goeldi,

Recebi o seu telegrama desta manhã, mas não pude entender o trecho final que diz assim: “*Excursion Schaffhause jeudi passé eglein succes.*”<sup>44</sup>

Espero carta explicativa.

Escrevi ao gerente do Gotthard no Domingo pedindo notícias suas e dos livros expedidos porque receei que o Sr. não tivesse chegado a essa cidade ou tivesse ido para outro hotel.

Sinto saber do desgosto que acaba de ter com a morte do Dr. Kraatz<sup>45</sup> do Pará. Penso que terá recebido a minha carta de 19.

Creia-me sempre

De V. Sr.

M<sup>to</sup> Att<sup>te</sup> Amigo e Obg<sup>do</sup>

(ass.) RIO-BRANCO



---

44 Deve ser “plein succès”.

45 Dr. Karl von Kraatz-Koschlau



*Dr. phil. Emil. Aug. Goeldi*  
*Direktor des Staats-Museums für Naturgeschichte und Ethnographie*

*Pará (Nord-Brasilien)*

Zürich 1900

19/Junho

Ex<sup>mo</sup> Sr. Barão do Branco (*sic*)

Se ainda não cheguei em Berna, a única razão é que ainda não consegui debelar totalmente pertinaz catarro, que no meu avariado estado de saúde constitui real perigo. Entretanto espero poder fazer a viagem ainda esta semana; desejo obter ainda alguma melhora com a volta de dias mais bonitos.

A minha senhora, que a V. Exc<sup>ia</sup> pede transmitir respeitosas recomendações às Ex<sup>mas</sup> filhas, encarrega-me de participar que as vistas prometidas estão arranjadas e que as levaremos para Berna por ocasião da nossa viagem.

Com os protestos da minha mais elevada consideração e estima,

Sou, com a minha família,

de V. Exc<sup>ia</sup>

Att<sup>to</sup> C<sup>do</sup> Ob<sup>do</sup>

(*ass.*) DR. EMIL A. GOELDI



St. Gallen

Hotel Schiff

Zimmer 1 & 2

19/ Julho 1900

Ex<sup>mo</sup> Sr.

Barão do Rio Branco.

Escrevo quatro linhas de uma excursão à Suíça oriental.

Tive diversas prolongadas conferências com o homem de Z. (Zürich) e consegui derrocar as dúvidas, tanto que tenho a convicção que ele se acha hoje inteiramente do nosso lado. Ele tornou porém de impor-me a mais completa reserva, deixando-me ver categóricas ordens recebidas de Berna, enviadas poucos dias antes.

Soube que a primeira reunião dos peritos estava para ser convocada para os próximos dias; - julgo que ela já se realizou durante esta semana.

Não ousei escrever de Zürich; hoje, toda prudência é pouca. E convicto como estou, que as coisas estão em muito bom pé, de maneira a fazer bastante provável uma completa vitória, vale a pena de guardar a posição reservada, tanto mais que espero ter dentro de pouco ocasião de orientar oralmente V. Exc<sup>ia</sup> sobre pontos essenciais.

A minha audiência como conselheiro M. foi muito curta – 5 minutos apenas; o homem estava ocupadíssimo e a ocasião não das melhores. Recepção aliás cordial.

Calendamos voltar para Zürich dentro de 8 dias; depois esperamos aparecer em B.(erna) de rápida passagem.

Com os nossos protestos de mais alta consideração e estima,

De V. Exc<sup>ia</sup>

Att<sup>to</sup> C<sup>do</sup> Ob<sup>do</sup>

(*ass.*) DR. EAG.



Ao Dr. Emil Goeldi, St. Gallen

Hotel Schiff  
Berne, 27 Julho 1900.

Amigo e Sr. Dr. Goeldi.

Os Professores consultados estão chegando. O Dr. Früh está no hotel Bären desde o dia 25. Um ou dois de Basileá já chegaram e creio que também um de Genebra. Além desses, há os desta cidade, que são pelo menos três de que tenho notícia. Seria bom, portanto, passar uma temporada aqui. Temos em Berna um calor que não é inferior ao do Pará, de sorte que a esse respeito estará V. Sr. muito bem. O Dr. Stoll creio que ainda não chegou, salvo se foi para a casa de algum amigo. – Mando-lhe esta carta em duplicata, para St. Gallen e para Zürich. – As poucas notícias que tenho daqui são animadoras. Faltam apenas 4 meses e alguns dias para a decisão, i.e., para a terminação do prazo dentro do qual deve ser dada.

De V. Sr.

Atento Amigo e Og<sup>do</sup>

(*ass.*) RIO-BRANCO



Ao Dr. Emil Goeldi, Zürich e St. Gallen

Berne, 27 de Julho de 1900

Amigo e Sr. Dr. Goeldi.

Em aditamento à minha carta desta manhã, comunico-lhe que o Prof. Dr. Carl (*sic*) Stoll chegou ontem e está no Hotel Bellevue. Na mesma ocasião chegou o Professor Dr. Schweizer, que é também de ZÜRICH e foi para o mesmo hotel.

Mando estas linhas pa. St. Gallen e a duplicate pa. ZÜRICH, porque não sei se já voltou para esta última cidade.

Am. Ob. e C.

(*ass.*) RIO-BRANCO



## HOTEL ST. GOTTHARD

ZÜRICH

Zürich, 1 de Agosto 1900

Ex<sup>mo</sup> Sr. Barão.

Apresentando hoje o Dr. Huber ao Prof. St.<sup>46</sup>, este nos perguntou: 1) quanto era a “légua portuguesa”; 2) se se ousava [usava?] no Brasil diversas “léguas” (como na América Central: “légua de montanha” e “légua de costa”); 3) se era medida de extensão ou de tempo; 4) se ousava [?] ainda a “légua” na navegação atual.

Respondi que me lembrava que o povo do interior dá à légua o valor de 1½ hora em tempo ou de 6 quilômetros em extensão; que aliás eu iria consultar ainda a literatura disponível.

Compreendi que o Prof. St. quer saber isto para interpretar a carta de reconstrução de Oviedo, e talvez ainda o teor da doação de Bento Maciel Parente<sup>47</sup>.

---

46 Otto Stoll.

47 Pedro Maciel Parente (1567-1642), militar português. Nomeado governador do Pará (1622 a 1626) e governador do Maranhão (1638 a 1642). Foi donatário da Capitania do Cabo Norte, quando mandou construir marcos de pedra esculpida, no alto da montanha Comaribo, para assinalar o rio Vicente Pinson.

Se V. Excia. julga conveniente, queira informar-me sobre a maneira pela qual devo responder; queira responder (se possível for) talvez já depois d'amanhã.

Sem mais para hoje,

Subscribo-me de V. Exc<sup>ia</sup>.

Att<sup>to</sup> C<sup>do</sup> Ob<sup>do</sup>

(*ass.*) DR. EAGÖLDI



Ao Dr. Emil Göldi, Zürich, Hotel St. Gotthard

Berna, 2 de Agosto de 1900.

Amigo e Sr. Dr. Göldi.

Respondo à sua carta de ontem.

A légua portuguesa, ainda geralmente em uso no Brasil, é de 18 ao grau do meridiano, ou 6.174 metros, como verá à página 32 do Almanak de Laemmert, deste ano. Esse Almanak (creio que o Sr. J. Meili terá um exemplar) dá à légua de que se trata 6.172m, mas a medida exata é 6.174m (página 297 do Annuaire du Bureau des Longitudes de 1885, ou outra página de edição posterior).

As léguas portuguesas de que fala o documento do século XVII a que o Professor se refere, isto é, a doação feita a Bento Maciel Parente em 1637, eram de 17½ ao grau. A doação diz que o Vincente Pinçon está separado do Cabo do Norte por uma costa marítima de 35 a 40 léguas. Essa distância corresponde a 40 ou 45,7 léguas geográficas de 20 ao grau:

35 léguas de 17½ ao grau = 40 de 20 ao graus = 2°.

40 léguas de 17½ ao grau = 45,7 de 20 ao graus = 2° 17'.6"

A indicação de distâncias em documentos do XVI e do XVII séculos não é um elemento seguro, porque, como mostrei, mesmo a Carta da França de 1658, de N. Savorn, o maior dos geógrafos franceses do tempo (fac-símile página 64 T.I, da Réplica), continha erros enormes (sobre distâncias ver o que expus páginas 142-144 da Réplica); mas, mesmo assim, se tomarmos a Carta Marinha francesa de 1896, de que dou um fac-símile, n° 86, no T. VI da Réplica, e se, partindo do Cabo do Norte da Ilha de Maracá, contarmos 45,7 léguas de 20 ao grau, em linha reta, na direção do Cabo d'Orange, acharemos que essa distância vai acabar precisamente nas vizinhanças desse Cabo.

Na carta da Guiana por Sebastian de Ruesta, da Casa de [la] Contratación de Sevilla (N° 14, no T. VI da minha Réplica), – carta aprovada em 1655 por Philippe IV, que em 1637 fizera doação da Capitania do Cabo do Norte a Bento Maciel Parente, – o Sr. verá que o Cabo do Norte era o da Ilha de Maracá, e verá muito mais ao Norte o Cabo d'Orange e junto dele, a Oeste, o Vicente Pinçon, que, portanto, era o Oyapoc (sobre essa Carta decisiva, ver a Réplica, T.I, pg. 92 e seguintes).

As léguas de Oviedo, no documento N° 1, T. II da Réplica, eram também léguas de 17½ ao grau, como o autor diz no Capítulo II do Livro LIII: – “... um grado, que de Norte à Sur *son diez é siete léguas y médio.*” Oviedo escrevia pelo ano de 1548. As suas léguas eram menores que as do Cosmógrafo espanhol Enciso (1573), que eram de 16 2/3 ao grau. As de Colombo, Americo Vesputio, e outros navegadores espanhóis, eram de 1500 graus.

O Dr. Stoll parece estar querendo tomar ab ovo a questão do Vicente Pinçon. O primitivo era o Maroni, como disse o francês d'Avezac; o segundo e definitivo V. Pinçon na Guiana

era o rio de que fala Oviedo, segundo a carta-modelo de 1536, tendo a Oeste as montanhas. Esse original das montanhas basta para identificar o Vicente Pinçon definitivo, da Casa de Contratación de Sevilla, com o Oyapoc. A Carta de Ruesta, de 1655, dá outro sinal decisivo: o nome moderno de Cabo d'Orange a Leste do Vicente Pinçon. Não há, portanto, dúvida possível se considerarmos o nome histórico de R. de Vicente Pinçon. Mas esse nome histórico não era o principal nos documentos diplomáticos de 1698 a 1713, como mostrei na Réplica: aparece em segundo lugar nos Tratados de 1700 e 1713. O nome principal era Oyapoc, com as suas variantes – Yapoco, Yapoc, Wiapoco, Wiapoc, etc. e o professor Stoll terá visto que esse nome, e suas variantes, só se aplicavam e aplicam ao rio que desemboca no mar entre as *Montagnes d'Argent* (antigamente Comaribo) e o *Mont Lucas* (antigamente Caripo), de um lado, e o Cabo d'Orange, do outro.

-Julgo dever informá-lo de que o Professor Dr. Schweizer, de Zürich, é um dos peritos consultados, e aqui estive na reunião como também o professor A. Burkhardt-Finsler, da Universidade de Basileia. Não sei se o Sr. os conhece.

Amigo Ob. e C<sup>do</sup>

(*ass.*) RIO-BRANCO

P.S. Relendo a sua carta, respondo assim às diferentes questões:

- 1) – A légua portuguesa, e também espanhola, de que fazem menção Oviedo (1548) e a doação a Bento Maciel Parente (1637) era de 17½ ao grau = 6.360,377 m.
- 2) – A légua portuguesa que se usava no Brasil depois, e ainda hoje está em uso no conjunto geral de distâncias, é de 18 ao grau = 6.174 metros.



- 3) – É medida de extensão, mas no interior do Brasil os cálculos de distância são feitos muito por ato, tomando-se quase sempre por base o tempo de viagem.
- 4) – Na navegação atual, - refiro-me à navegação marítima, - conta-se por milhas geográficas de 60 ao grau.



HOTEL ST. GOTTHARD

ZÜRICH

Zürich, 3 de Agosto 1900

Ex<sup>mo</sup> Sr. Barão,

Agora mesmo recebi ambas as cartas<sup>48</sup> e respondo às pressas. Hoje de noite vou fazer um extrato escrito das informações de V. Exc<sup>ia</sup>, que pretendo levar amanhã ao Prof. St. junto com alguns livros com pendência escolhidos para servirem de provas corroboradores (*sic*). – No caso vertente é de todo o interesse de esticar a língua – pois o homem evidentemente quer contar do Cabo do Norte até o Oyapock. Sei disto, porque em conferência anterior já mostrou muito interesse para esse ponto. Ele é do nosso lado, incondicionalmente pode-se dizer – considero uma vitória de ter chegado a levá-lo a este ponto de vista antes da conferência em B. (erna).

O Prof. Schweizer é meu conhecido – ele me deve diversos favores. É professor de história<sup>49</sup>: - especialidade leitura de documentos antigos (manuscritos de séculos passados). Sabendo ele dos meus estudos nos arquivos de Zürich, St. Gallen, etc. em relação à história da nossa família, das fotografias que mandei tirar de diversos documentos, ele

---

48 E um número do "Brésil" de Paris.

49 Anteriormente era chefe do "Arquivo cantonal" de Zürich e neste arquivo mesmo foi onde o conheci.

pediu a mim cópias fotográficas para servirem de exercícios na leitura de documentos, matérias sobre a qual ele dá um curso especial na universidade daqui. Dei as cópias, antes de saber, que ele é um dos peritos.

Conheço um Prof. Rudolf Burckhardt de Basel – mas não é este, visto que o meu conhecido é zoologista. Todavia desconfio que o Prof. Burckhardt-Finsler é próximo parente de um certo Prof. Oeri em Basel – que foi um professor de latim em Schaffhausen, e, visto que este último ainda ontem pediu-me, por intermédio do Dr. Huber, um exemplar da minha Memoria sobre Cerâmica do Counany, tenho meios de travar relações.

Agradecendo as comunicações detalhadas de V. Exc<sup>ia</sup>

Subscrevo-me de V. Exc<sup>ia</sup>

Att<sup>to</sup> C<sup>do</sup> Ob<sup>do</sup>

(*ass.*) DR. EAGÖLDI



Ao Dr. Emil Göldi, Zürich

Berna, 4 de Agosto de 1900.

Amigo e Sr. Dr. Emil Göldi.

Recebi esta manhã a carta de ontem em que acusa o recebimento da que lhe dirigi.

Devo informá-lo de que vai haver aqui segunda reunião dos peritos consultados. Não sei ainda quando. Acrescentarei que um dos peritos cujo voto creio que vai ser decisivo é o Dr. L. R. von Salis<sup>50</sup>, que foi professor de direito na Universidade de Basileia, ou Basel, e desde algum tempo é Presidente do Conselho de Administração da Companhia dos Caminhos

---

50 Ludwig Rudolf de Salis-Guyer (1863-1934).

de Ferro do Nordeste. É homem muito minucioso nas investigações. Indico-lhe mais este perito porque ele agora reside em Zürich, posto que venha muito a Berna onde faz um curso na Universidade, de que é professor honorário.

Ainda não sei qual o parecer deste perito, qual o do Dr. Paul Schweizer e qual o do outro de Basiléia, o Dr. Burckhardt-Finsler. Seria interessante saber se estão a nosso favor, si para eles o Oyapoc é o Oyapoc; mas não posso fazer perguntas e limito-me a ir tomando nota das informações que espontaneamente me são dadas por alguns amigos quando se oferece ocasião. É provável que o Dr. Stoll já conheça a opinião dos outros.

De V. Sr.

Muito Aten. Amigo e Ob<sup>do</sup> C<sup>do</sup>

(*ass.*) RIO-BRANCO



Ao Sr. Emil Goeldi, Zürich.

Berna, 13 de Agosto de 1900.

Amigo e Sr. Dr. Emil Goeldi.

Em aditamento à minha carta de 4 do corrente, que espero tenha chegado às suas mãos, posso agora informa-lo de que a segunda reunião dos peritos nesta cidade está marcada para fins de Setembro.

Até 10 deste mês estarão acabadas as férias em que entraram há dias três dos Conselheiros Federais.

Creia-me sempre

Seu m<sup>to</sup> Atento Amigo e Obg<sup>do</sup> C<sup>do</sup>

(*ass.*) RIO-BRANCO





**Dr. Phil. Emil Aug. Goeldi**

Direktor des Staats Museums für Naturgeschichte und  
Ethnographie  
Pará (Nord-Brasilien)

Zürich 1900, 24/Setembro.

Ex<sup>mo</sup> Sr. Barão,

Embora não escrevendo nas últimas semanas, não perdi de vista a questão. Pelo contrário. Quando ainda estive no Cantão do Valais, de repente o Professor Früh (que antes se tinha dado uns ares de não precisar de auxílio) dirigiu-me uma carta comprida, pedindo-me informações detalhadas sobre certos pontos da geologia do contestado. A resposta para os diversos quesitos, assaz complicados, ocupou-me diversos dias; embora que até hoje não compreendo bem a relação íntima com a questão, informei da melhor forma possível, julgando assim servir a nossa causa.

O Professor Früh escreveu-me de Trogen, Cantão d'Appenzell, onde ele ainda se conserva. Nos últimos dias ele me agradeceu as informações, bem como a remessa da nova Memória do M. P., dizendo-me que ambas as coisas tinham sido para ele de grande utilidade. – O Professor Schweizer também me escreveu, limitando-se em agradecer as remessas literárias. O Dr. Graffina, de Berna, mandou-me um amável cartão de agradecimento. – Carta mais intensa e assaz interessante recebi do Prof. Burkhardt-Finsler, em Basel. Por esta julgo, que o homem crê, que eu faço parte da comissão dos peritos. Trechos da carta:

*“Com máximo interesse pus-me no estudo das suas publicações, lamentando de não poder tirar o proveito desejado, devido à minha ignorância da língua portuguesa; todavia lucrei com as estampas.*

*V. pode imaginar, que sou muito ansioso sobre o êxito do litígio resp. a sentença do Conselho Federal. Esta será sem dúvida ainda dada durante este ano. Oxalá não venham nos nascer coisas desagradáveis da situação – porque a todos os interessados não será possível fazer as coisas de inteiro agrado (...).”*

A linguagem é um tanto sibilínica (*sic*), mas interpreto-a em sentido favorável para nós, baseando-me nas revelações anteriores do Prof. Stoll. Julgo ter ocasião de apresentar-me pessoalmente ao Prof. B. em Basel nos próximos dias.

Com o Prof. Stoll estive diversas vezes; amanhã estou lá de tarde, com alguns outros professores de Zürich. Anteontem ele me disse, que desde a minha ida para o Wallis nada se tinha feito na questão, devido às ocupações militares (manobras, etc.) do Conselheiro Müller e que a segunda conferência dos peritos ainda estava para ser convocada. Esta provavelmente não tardará muito agora, visto que as manobras já estão realizadas.

O Prof. V. Salis-Marchlins<sup>51</sup> não se acha aqui em Zürich indagarei.

O estado de minha saúde me obriga a pedir a V. Exc<sup>ia</sup> de ceder-me a licença de retirar-me para o Brasil com o vapor “Clyde”, do dia 12 do mês futuro. Trabalharei até o último momento no interesse da nossa causa (que tenho por bastante bem encaminhada) e de bom grado ficaria até a decisão e dia da sentença, se não me convenceria cada vez mais, que por um

---

51 Goeldi aqui se confundiu com pessoa de outro ramo da família von Salis, ramo do qual não havia, naquele momento, expoente algum que ocupasse posição oficial – ou pessoal – que pudesse influir na questão.

lado os meus incômodos aumentam com a entrada dos dias frios, e que por outro lado diminui a probabilidade de poder influir ainda eficazmente na formação de opinião. Não há dúvida que as opiniões já estão formadas nesta hora e não creio, que na futura conferência venha dar-se uma deslocação considerável do estado anterior.

Com os protestos da minha mais alta consideração e estima

Sou sempre de

V. Exc<sup>ia</sup>

Att<sup>to</sup> Cr<sup>do</sup> Ob<sup>do</sup>

(*ass.*) DR. EAGÖLDI

"Minha Senhora e Filhinhos

Recomendam-se a V. Exc<sup>ia</sup>

e a Ex<sup>ma</sup> Família."



Ao Dr. Emil Aug. Goeldi, Zürich.

Baden-Baden, Hotel de Hollande, 26 de Setembro de 1900

Amigo Sr. Dr. Goeldi

Acabo de receber aqui, onde estou terminando o tratamento de uma forte laryngite, a sua carta de 24. No dia 1° estarei de novo em Berna.

Sinto saber que já se dispõe a voltar para o Brasil no paquete "Clyde" de 12 de Outubro. Eu muito estimaria que se demorasse por aqui todo o mês de Outubro, que não é ainda de frio, porque assim poderia colher notícias decisivas, sendo nesse mês que o assunto será discutido pelos juizes; mas não está nas minhas mãos demovê-lo do seu propósito.

Trecho que me mandou da carta do Professor Burkhardt-Finsler está não só sibilino, mas até bem pouco animador para nós, porquanto, dizendo que a decisão não pode agradar inteiramente a nenhuma das duas partes, parece dizer que alguma concessão será feita à França. Ora a única concessão que pôde ser feita à França é, a meu ver, a do território ao Norte dos montes Tumucumaque e ao Sul do paralelo de 2°24' entre a margem do Oyapoc e a Guyana Holandesa. O território que vai da margem direita do Oyapoc ao Araguay e o hinterland que a França também reclama até ao Rio Branco são incontestavelmente nossos, à vista das numerosas provas que o Brasil apresentou, e nenhum trecho desses territórios poderia com justiça ser dado à França.

A decisão justa e razoável desta causa é a seguinte: 1° Reconhecer que o Japoc ou Vicente Pinçon do artigo 8° do Tratado de Utrecht, de 1713, é o Oyapoc ou Vicente Pinçon do Tratado de Lisboa de 1700, o Oyapoc, Oyapoco, Yapoco, Yapoc e Ojapoc, Wiapoco mencionado nos documentos diplomáticos que precederam estes dois tratados, até o rio Oyapoc, que desemboca no Oceano entre a *Montagne d'Argent* e o Cabo *d'Orange*. 2° Rejeitar as pretensões das duas partes quanto ao limite chamado interior, isto é: a da França que pretende como limite uma linha paralela ao Amazonas, partindo da cachoeira Pancada no Araguay e indo até ao Rio Branco, por isso que em nenhum texto de convenção em vigor ou de convenção caduca se encontra essa linha, acrescentando que ela é reclamada em violação do Compromisso no qual o Governo Francês declarou (Art. 2°) que o ponto de partida da linha interior que reclamava ou a nascente do braço principal do Araguay e não a cachoeira Pancada no Baixo Araguay e a do Brasil, que pretende a linha do paralelo de 2°24' Norte desde a margem esquerda do Oyapoc até a fronteira holandesa, visto como no

próprio Compromisso (Art. 2º) o Governo Brasileiro declarou que essa linha em violação ao tratado era provisória e não definitiva. 3º Determinar: – Que o limite chamado marítimo será formado pelo *thalweg* do rio Oyapoc ou Vicente Pinçon, desde a sua foz no Oceano, entre a *Montagne d'Argent* e o Cabo *d'Orange*, até à nascente do seu braço principal na vertente norte dos montes de Tumucumaque; e que o limite chamado interior será formado pela linha do *divortium aquarum* que forma o limite setentrional da bacia do Amazonas, nos montes de Tumucumaque, desde a nascente do Oyapoc, na direção de Oeste, até ao ponto de encontro com a fronteira holandesa (na nascente do Marouini ou na do Itany).

Remeto-lhe um pequeno mapa em que está indicada por traço preto a linha dos montes de Tumucumaque e as das suas principais ramificações. No mapa anexo à Memória francesa (Nº 2) essa linha foi erradamente traçada para o sul, a fim de pôr o Araguay fora da bacia do Amazonas, mas no Atlas de Vidal de la Blache (um dos redatores da Réplica francesa), no mapa de Coudreau, no recente mapa da Guiana Francesa anexa à Notícia sobre a Guiana Francesa distribuída por ocasião da atual Exposição em Paris, vê-se que os montes Tumucumaque, depois da nascente do Oyapoc, dirigem-se para Nordeste e não para o Sul.

Diga-me se devo mandar para o Hotel St. Gothard o seu exemplar da Réplica francesa, ainda em meu poder.

Nossos respeitos a Madame Goeldi e muitas lembranças aos seus meninos. E creia-me sempre seu

Muito atento Amigo

(*ass.*) RIO-BRANCO







**Dr. Phil. Emil Aug. Goeldi**

Direktor des Staats Museums für Naturgeschichte und  
Ethnographie  
Pará (Nord-Brasilien)

Zürich 1900 2 Oktob.

Ex<sup>mo</sup> Senhor Barão,

Não sei como somente em caminho para casa veio-me a idéia, de que a minha vinda à estação iria expor a V. Exc<sup>ia</sup> à situação um tanto singular, de dizer umas palavras acerca da minha pessoa à companhia de viagem. A visto disto resolvi ficar em casa.

Amanhã provavelmente irei à Bâle, riscando Zürich de uma vez. Residirei por um dia no Hôtel Bernerhof. Para lá peço expedir as coisas literárias, de que tratamos. Irei visitar o Prof. Burckhardt-Finsler. Acrescento que o Prof. Stoll me pediu uma coleção completa dos Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro e bem assim uma (*sic*) dos anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Visto eu viver em relações um tanto tesas com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, desde 1889 e a minha eliminação no ministério Fr. Glicerio, V. Exc<sup>ia</sup> teria meios, de arranjar a primeira das ditas coleções pelo menos para o Prof. Stoll, figurando eu como remetente? A coisa não tem pressa.

Igualmente ousou lembrar V. Exc<sup>ia</sup> que o Prof Stoll em tempo me pediu um outro exemplar do 1° atlas da Memória Brasileira, visto ter ele tido necessidade de mutilar seu exemplar. Isto poderá fazer-se mesmo ainda depois da decisão.

Do dia 6 até 11 de noite o meu endereço em Paris será Dr. Ety. Chez Mess. Mange, frères, 41 Boulevard Magenta 41, Paris. Embarcamos no dia 12 de tarde, calculando chegar no dia 29 de Outubro no Rio de Janeiro. Uma vez na Capital Fed., V. Exc<sup>ia</sup> julga bom eu visitar algum dos círculos oficiais, ou considera melhor, eu passar em todo silencio incógnito?

Presentando os meus respeituosos cumprimentos (*sic*) de despedida, que eu tinha projetado fazer pessoalmente na estação, ousou esperar que V. Exc<sup>ia</sup> reconheça a conveniência do meu não-aparecimento por motivos de utilidade mútua.

Com máxima pressa

De V. Exc<sup>ia</sup> sempre

At<sup>to</sup> Cr<sup>do</sup> Ob<sup>do</sup>

(*ass.*) DR. EAGÖLDI



#### TELEGRAMA AO DR. GOELDI EM BASILÉIA

Teleg.<sup>a</sup> de Berna, 4 Outubro 1900, 9h manhã

Doctor Emil Goeldi, Bernerhof, Basel

Posso expedir hoje atlas e livro para que cheguem aí – amanhã manhã. Diga se ainda o encontrarão aí ou se devo expedir para Paris. Diga me em carta se conversou com homem e pôde ter explicação da frase sibilina.

Fr. 1.60

[RIO-BRANCO]



TELEGRAMM

N. 24 – BERN – 4 OUT – 5 VON BASEL 1 – BARON RIO BRANCO  
– BÜHLSTRASSE – BERN – Livros urgência expedidos me  
alcançaram. Visita feita. Explicação animadora. [GOELDI]



Ao Dr. Emil A. Goeldi, Bernerhof, Basileia.

Berna, 4 de Outubro de 1900, 6 da tarde.

Amigo e Dr. Goeldi.

Acabo de receber o seu telegrama em resposta ao meu e escrevo a correr, não o tendo podido fazer antes.

Pelo correio, lhe remeti esta manhã um exemplar da Notícia sobre a Guiana Francesa, distribuída por ocasião da atual Exposição Universal de Paris, e um exemplar do Atlas de Vidal de la Blache, Professor de Geografia na Universidade de Paris.

No fim da Notícia sobre a Guiana está um mapa recente “*Guyane Française par E. Barralier, d’après la Carte publiée par la Société de Géographie de Paris et la Carte du Contesté par G. Brousseau*”.

A Dépêche Coloniale, de Paris, reproduzindo essa carta, disse: “*M. E. Barralier, du Service géographique des Colonies placées sous la direction de M. Camille Guy, a dressé la carte que nous reproduisons, d’après celle qu’a éditée la Société de Géographie de Paris et la carte du Contesté franco-brésilien, par G. Brousseau, explorateur dans la région, actuellement administrateur colonial au Congo Français*”.

Nessa Carta, o curso superior do Araguay, não explorado pelos Franceses, está errado. O Alto Araguay, como sabemos pelas explorações do Coronel Souza, em 1798, e do Capitão

Braga Cavalcanti, em 1891 e 1896, nasce em 2°30' de lat. N. e corre para o Sul, tomando, no paralelo de 1° N. a direção de Leste (ver 1ª Memória do Brasil, T. I, pp. 21 a 23). Há esse erro na Carta e há também, como nas Cartas modernas de Coudreau, da Sociedade de Geografia de Paris e de Brousseau, o enorme erro de representar muito para Leste todo o litoral em desacordo com a Carta Marinha francesa, que, essa, está exata (Atlas formando o T. VI da 2ª Memória do Brasil, mapa Nº 86). Mas a Carta recente de Barralier, - como a de Coudreau, que explorou várias seções dos montes Tumucumaque, a da Sociedade de Geografia de Paris e a de Brousseau, - mostra que esses montes,  vindo de Oeste, tomam, depois da nascente do Oyapoc a direção de Nordeste e não a direção Sul, como os redatores da Réplica Francesa quiseram fazer acreditar, torcendo assim para o Sul a serra principal (com o único fim de pôr o Araguay fora da bacia do Amazonas – mapa Nº 2 na Réplica da França).

O Araguay, como acima lembrei, nasce em 2°30' Norte, na vertente meridional da serra de Tumucumaque, como os afluentes da margem esquerda do Amazonas, e desemboca ao Sul do Cabo do Norte continental, que, como disse La Condamine e dizem as Instruções Náuticas francesas, forma o limite ocidental da foz do Amazonas (1ª Memória do Brasil, T. I, pp. ....)

Vidal de la Blache foi um dos redatores da Memória e da Réplica Francesa. Nesta,  pour les besoins de la cause, torceu  para o Sul a serra de Tumucumaque, mas no seu Atlas, feito precedentemente, deu exatamente essa serra correndo para NE. Nos mapas Nºs 60, 81, 126 e 130. Nos de Nºs 51, 81 e 130, vê-se mais que todo o  hinterland hoje reclamado pela França, até ao Rio Branco, é considerado como incontestavelmente

brasileiro, e que a França só considerava em litígio o território entre o Oyapoc e o Araguay.

Quanto ao negócio da latitude exata de Caiena, da latitude errada do Oyapoc e da distância errada entre o Oyapoc e Caiena no *Memorandum* português de 1699, o Senhor deve chamar a atenção do Professor Stoll para as explicações que dou no Tomo I da 1ª Memória, págs. 166 a 184, e também, sobre a questão de distâncias erradas e de falsas coordenadas geográficas no Tomo I da 2ª Memória, págs. 62, 64 (e mapa da França, do XVII século, de Sanson, mostrando erros enormes nas posições e distâncias dos lugares), págs 111 a 113, 142 a 146 (exemplo francês na nota à página 144).

A determinação do rio Japoc ou Vicente Pinçon do Artigo 8º do Tratado de Utrecht está feita de modo irrefutável nas duas Memórias e nos documentos do Brasil. O nome principal é o que esse tratado (1713) e o de 1700 designam em primeiro lugar: Oyapoc, Japoc. Os documentos diplomáticos que precederam aos dois tratados dizem indiferentemente: Oyapóc, Ojapóc, Oiapóc, Japóc, Yapoco, Wiapóco, Wiapóc. São variantes do mesmo nome, sempre aplicado ao mesmo rio. Não era possível em um tratado mencionar todas as variantes e ortografias adotadas por escritores e cartógrafos de diferentes nações. Esse nome só se applicava ao rio que desemboca na baía de Oyapoc, entre a *Montagne d'Argent* e o Cabo *d'Orange*, como se vê em todas as cartas anteriores e posteriores ao Tratado de Utrecht. A 1ª Memória francesa reconheceu que o “Japoc ou Vincent Pinçon d'Utrecht” é o “Oyapoc ou Vincent Pinçon” do tratado de 1700, e “*qu'un fleuve de la Guyane était généralement connu em 1713, comme il l'est aujourd'hui, sous le nom d'Oyapoc*”. Se houvesse nessa região outro Oyapoc menos conhecido devendo ser o limite, os negociadores dos dois tratados teriam precisado para que

não fosse confundido com o geralmente conhecido por esse nome (ver T. I da 2ª Memória do Brasil, pg. 15 e seguintes). Se tivessem querido pôr o limite no Araguay, no Carapaporis, no Mayacaré, no Calçoene, no Cunany ou no Cassiporé, teriam empregado esses nomes, porque todos esses rios eram conhecidos em 1700 e 1713, desde a viagem de Keymis em 1596, pelos nomes indígenas que ainda hoje conservam. A Réplica francesa andou procurando outros Oyapocs nessa região e só pôde mencionar uns errados Oyapocs que encontrou nas duas obras, sem valor algum, de Alcedo e Malham (Réplica francesa, pgs 216 e 217), muito posteriores ao Tratado de Utrecht, porque são, respectivamente, de 1789 e 1801; mas esses falsos Oyapocs são o produto de ridículas confusões dos dois compiladores citados: basta atender a que o monte Caripe, mencionado (pg. 217 da Réplica francesa) na entrada suposta desse Oyapoc do Cabo do Norte (onde não há montanhas), é o monte chamado hoje Lucas, à entrada do Oyapoc verdadeiro e único existente, como o Professor Stoll pode verificar na Carta Nº 15 do Atlas francês, onde o achará com o nome de Carijo, e também nos documentos apresentados no Tomo II da 2ª Memória do Brasil, páginas 36 e 37 (Monte Comaribo ou *Montagne d'Argent* e Carippo, ou Monte Lucas, à entrada do Oyapoc ou Wiapoc) e à pg. 61. Estudando, à vista do mapa 15 do Atlas francês, o trecho de Malham citado à página 217 da Réplica francesa, o Professor Stoll achará no Oyapoc do Cabo *d'Orange* as ilhas e a montagne Caripe de que se trata.

Quanto ao outro nome, Vincent Pinçon, a 2ª Memória do Brasil provou que, primitivamente, foi aplicado ao Marony, e depois, no mapa modelo de 1536, da Casa de Contratación de Sevilla (Nº 1 no Atlas que forma o T. VI da 2ª Memória do Brasil), executado por Alonso de Chaves, foi aplicado

definitivamente ao Oyapoc, porque a Oeste da foz desse Vicente Pinçon estão as montanhas. As primeiras que se avistam, indo do Amazonas para Caiena, são as do Oyapoc. A 2ª Memória do Brasil mostrou ainda, com as notas do Padre Pfeil, que o Vicente Pinçon dos Portugueses era o Oyapoc, desembocando entre a *Montagne d'Argent* e o *Cabo d'Orange*, e apresentou como contra-prova um documento não menos decisivo, espanhol; a Carta de 1655 de Sebastian de Ruesta (Nº 14 no T. VI da 2ª Memória do Brasil), feita na Casa de Contratación de Sevilla, tão elogiada pela Memória da França, carta aprovada por Philippe IV de Espanha, o mesmo Rei que anexou ao Brasil português em 1637 a Capitania do Cabo do Norte, dando-lhe por limite o Vicente Pinçon. Nessa carta, vê-se Cabo do Norte, muito longe dele o Cabo d'Orange, e, imediatamente a Oeste do Cabo d'Orange, o Vicente Pinçon. Assim, como diz a Réplica do Brasil, a posição do Vicente Pinçon ficou perfeitamente determinada com dois documentos oficiais emanados da Casa de Contratación de Sevilla: pelas Montanhas, a Oeste (Carta de 1536), e pelo Cabo d'Orange, a Leste (Carta de 1655). O Vicente Pinçon de que falavam os negociadores portugueses de 1698 a 1713, era portanto o Oyapoc, ainda mesmo quando este nome indígena não tivesse sido, como foi constantemente, mencionado durante as negociações e nos dois tratados de 1700 e 1713.

Acho bom que, traduzindo os trechos essenciais desta minha carta, o Sr. os mande, como coisa sua, ao Professor Stoll.

Sem tempo para mais.

Amigo Ob<sup>do</sup> e Cr<sup>do</sup>

(ass.) RIO-BRANCO



TELEGRAMA AO DR. EMIL A. GOELDI, BASILÉIA

Teleg. de Berna 4 de outubro, 6 da tarde  
Doctor Emil Goeldi Bernerhof Basel  
Rogo espere carta minha agora expedida e que deve chegar  
amanhã para utilizar antes de partir informações. [RIO-  
-BRANCO]



TELEGRAMA AO DR. EMIL A. GOELDI, BASILÉIA

Telegrama, de Berna, 5 de Outubro de 1900,  
às 11½ da manhã  
Dr. Emil Goeldi Bernerhof – Basel  
Diga-me se recebeu minha carta e livros se tem tempo para  
utilizar carta e que explicação lhe foi dada da frase sibilina.  
[RIO-BRANCO]



Telegrama N° 37 dos correios de Basiléia,  
expedido dia 5 de outubro, às 19:40  
Baron Rio Branco, Bern  
Bühlstrasse  
Recebi livros e carta. Utilizarei essa em carta hoje noite em  
outra carta informarei v. Exc. Calculo partir amanhã manhã.  
[GOELDI]

(Anotação de Rio-Branco, na parte inferior da página do telegrama  
acima: (resposta recebida Basel, 4.40, seguido do texto.)





**HOTEL BERNER-HOF**

*an den Promenaden*

*beim Centralbahnhof*

Basel, 5/ Octob. 1900

Ex<sup>mo</sup> Senhor Barão.

Acabo de escrever longamente ao Prof. St. (*Stoll*), tomando sentido em administrar-lhe o conteúdo das informações de V. Exc<sup>ia</sup> enviadas por carta do dia 4. Os livros já foram hoje de manhã, escrevendo eu, que ele poderia ficar com a brochura sobre a Guiana e quanto ao Atlas (caso que não precisasse dele para mais tempo) que poderia remetê-lo a mim mais tarde por intermédio do Dr. Huber. Assim ele não poderá desconfiar da fonte de obtenção.

Quanto à visita ao Prof. Burkhardt-Finsler: levada muito cordialmente. Abriu-se, além da expectativa. Disse-me, que quanto a ele mesmo, nunca tinha duvidado um momento, em acreditar, que Q. (*Oyapoc*) sempre tinha sido Q. e que o direito estava do lado do Brasil. Entretanto, que na 1<sup>a</sup> conferência, tinha notado, que nem todos estavam igualmente convencidos sobre este ponto, especialmente em relação à interpretação do Vincente Pinson. Que todavia ninguém aceitava a pretensão francesa e que a tendência geral era em favor do Brasil. Disse que a frase sibilina da carta era o resultado da incerteza, se o Conselho federal colocar-se-ia no terreno extremo da pretensão brasileira, como era desejo pessoal dele.

Ora, a vista desta declaração, não há que duvidar, que as ações estão em bom pé, e que a tal frase sibilina não distoa do que sabemos também por outro lado.

Partirei com família amanhã Paris via Mulhouse 10/22, chegando 5h. p.m. Meu endereço: por intermédio de Mess. Mange, frères, 41 Boulevard Magenta 41, Paris.

Se V. Excia. julgar conveniente, queira informar-me por carta para Paris sobre a posição que devo tomar no Rio de J., quando lá chegar: se devocalar-me inteiramente (o que me parece o melhor), o(u) se devo informar prudentemente em tempo, lugar e ocasião própria.

Despedindo-me por esta vez, grato-me é,

declarar-me de V. Exc<sup>ia</sup>

Sempre Grato

Cr<sup>do</sup> Ob<sup>do</sup>

(*ass.*) DR. EAGÖLDI



Ao Dr. Emil A. Goeldi, Paris

Berna, 8 de Outubro de 1900<sup>52</sup>

Amigo e Senhor Dr. Emil Goeldi.

Recebi no devido tempo a sua carta de 5, escrita de Basiléia. Estimo saber que também o Professor Burkhardt-Finsler está convencido do bom direito do Brasil e sinto saber que nem todos os peritos estão convencidos de que o Oyapoc é o Oyapoc dos tratados conhecido antes, no momento e depois desses tratados. Os peritos de que se trata ainda têm dúvidas a esse

---

52 Importante carta, por revelar pela primeira vez, claramente, que o governo no Rio de Janeiro sabia, por mais de um ofício reservado de Rio-Branco, que ele havia pedido diretamente ao governador do Pará que Goeldi viesse à Suíça. Interessante, também, saber que seus ofícios, em que trata do pedido da vinda de Goeldi, nunca tiveram seu recebimento acusado, como se o governo federal fizesse questão de evitar qualquer conhecimento da iniciativa de Rio-Branco, diretamente junto ao Paes de Carvalho, e, assim, eximir-se de qualquer responsabilidade dessa gestão e evitar quaisquer conseqüências que viesse a ter a iniciativa. Vide notas a) e b), ao final da transcrição das cartas.

respeito porque não puderam estudar atentamente, como os Professores Stoll, Burkhardt-Finsler e outros, a 2ª Memória do Brasil e os documentos decisivos que a acompanham. Espero e desejo que o Conselheiro Müller, relator da causa, e os seus colegas do Conselho Federal, não se deixem impressionar por essas dúvidas.

Quanto à consulta que me faz sobre o procedimento que deve ter no Rio de Janeiro, se deve manter reserva (o que lhe parece melhor) ou se deve prudentemente dar informações a gente oficial, dir-lhe-ei que, como o Sr., penso que é melhor ser muito discreto, porque de outro modo, podem aparecer inconveniências nos jornais. Creio que é preferível dar informações reservadas ao Dr. Paes de Carvalho somente, no Pará, e no Rio só dar informações reservadas ao Presidente, ao Ministro das Relações Exteriores ou ao Visconde de Cabo Frio se elas lhe foram pedidas. O Governo sabe, por mais de um ofício reservado meu, que eu pedi ao Governador do Pará que o Senhor viesse à Suíça, e conhece também as notícias que tenho podido obter pelo seu intermédio, mas nunca me acusou o recebimento desses ofícios<sup>53</sup>.

Dê-me o seu endereço no Rio e a data provável da sua chegada ali para que eu diga ao Governo que se quiserem ter a sua impressão pessoal sobre a situação das nossas causas aqui, sendo chamado, o Senhor poderá comunicar verbalmente o que pensa segundo as notícias que colheu. Mas, mesmo nesse caso, tenha cuidado em não dar a causa como inteiramente ganha por isso que só no decurso deste mês ou do mês próximo será o negócio discutido pelo Conselho Federal e é impossível saber desde já como votarão os sete membros que o compõem. Seja muito cauteloso no que disser porque os repórteres têm

---

53 Na minuta, Rio-Branco havia continuado: "... nem sequer para se me dizer que tinham chegado ao seu destino", complemento riscado.

entrada nos Ministérios e coisas reservadas que tenho dito oficialmente, nesses últimos quatro anos têm aparecido nos jornais. O próprio Dr. Paes de Carvalho informou-me, com sentimento, que, tendo lido para um ex-Ministro das Relações Exteriores no Pará, um trecho de carta minha, pedindo-lhe reserva, dois dias depois apareceu este trecho em um jornal, com a citação de meu nome, dando-se o fato por ser esse ex-Ministro conversado com um amigo que não soube guardar a reserva pedida.

Estou informado de que nestes últimos tempos os Franceses trabalham com afinco para conseguir alguma coisa, insistindo em que o Memorandum português de 1699 dá exatamente a latitude de Caiena, 5 graus, e diz que o Vicente Pinçon fica em 2° 50' e a sessenta léguas de Caiena, distância e latitude que poriam esse Vincente Pinçon no Cunany, e que o Brasil já ofereceu à França em 1856 o Calçoene, não dando importância ao território entre Calçoene e o Oyapoc.

O que o Senhor ouviu ao Professor Stoll a esse respeito, segundo me disse no dia 1º em Zurich, é evidentemente um eco do trabalho que nesse sentido está sendo feito aqui. Nas duas Memórias que apresentei, ficaram por tal modo desmoralizadas essas questões de latitude e distâncias em cartas do XVI e XVII séculos, que não compreendo como os peritos e os juízes possam prestar atenção a essas alegações dos Franceses. Os mapas do Padre Samuel Fritz, de 1691 e 1707 (1º Atlas do Brasil, Nº 86 e 91), e a Carta francesa de 1719 (2º Atlas, Nº 17), apresentam a foz do Vicente Pinçon em 2º50, e, apesar desse erro de latitude, vê-se que o Vicente Pinçon de Fritz é o Oyapoc por isso que tem imediatamente a Oeste o Aperauque, ou Approuaque. A Carta francesa de 1698, de Froger e do Marquês de Férrolles (governador da Guiana Francesa) põe a foz do Oyapoc e o Cabo d'Orange

em 2º de lat. Norte, em vez de 4º (Carta Nº 85 no 1º Atlas do Brasil), mas, não obstante esse erro, à primeira vista se reconhece que o Oyapoc da Carta é o único existente, o que desemboca em quatro graus e tanto. Essa Carta de Froger, que a Réplica francesa ridiculariza, é uma redução da carta oficial desenhada em 1696 pelo Marquês de Férolles, como se vê em uma nota à página 315 da 1ª Memória da França, nota de que os redatores da Réplica se não lembravam.

Enfim, é este mês que a nossa causa será discutida e resolvida aqui em Berna, e muito sinto que o Senhor se ausente. Desejaria tê-lo por aqui, até meado de Novembro, porque poderia ter ocasião de prestar esclarecimentos ou saber quais os pontos sobre que ainda há dúvidas que convenha dissipar. Operarei como for possível, com o auxílio de outros amigos que aqui tenho e que estão, como o Senhor, convencidos da justiça da nossa causa.

Recomende-nos muito a Madame Goeldi e a seus filhos, e creia-me sempre seu

M<sup>to</sup> Atento amigo e Obg<sup>do</sup> C<sup>do</sup>

(*ass.*) RIO-BRANCO





**Dr. Phil. Emil Aug. Goeldi**

Direktor des Staats Museums für Naturgeschichte und  
Ethnographie  
Pará (Nord-Brasilien)

Pará 1901

7/II

S. Exc<sup>ia</sup> Senhor Barão do Rio Branco.

Ministro Pl[enipotenciário]

Berne.

Ex<sup>mo</sup> Senhor,

As minhas felicitações, - tardias, mais por isto não menos Sinceras !

Lembro-me ter deixado a Memória francesa em casa de V. Exc<sup>ia</sup> para ser anotada; peço de fazer chegá-la às minhas mãos se possível for ainda. Igualmente tomo a liberdade de lembrar, que em seu tempo o Prof. Stoll em Zürich tinha perguntado, se haveria meio de obter outro exemplar do I° Atlas do Brasil, visto ter tido necessidade de sacrificar o exemplar dele. Sei, que o Senhor Dr. Paes de Carvalho, que faz dias deixou o governo deste Estado e amanhã parte para a Europa, deseja ter um exemplar completo das Memórias e Atlas estes de ambas as partes litigantes; se não m'engano, S. Exc<sup>ia</sup> tinha dado seu exemplar à Biblioteca Pública do Estado. Além destes pedidos, que justos considero, há naturalmente tantos outros dos quais não sei se V. Exc<sup>ia</sup> poderá atendê-los. Assim há por exemplo o Senhor Rubim, Conferente da Alfândega do Pará, que m'encarrega de fazer chegar ao ouvido de V. Exc<sup>ia</sup> o seu

enorme empenho em possuir este tesouro de história pátria etc. etc. V. Exc<sup>ia</sup> decidirá.

Tamanha a glória do triunfo alcançado, que até sobre mim recaíram alguns raios honoríficos! – Isto de honras, francamente dito, é muito bom, bonito, mas como parte dos contemporâneos), eu teria preferido, que tivessem dado uma forma mais prática aos sentimentos eventuais de gratidão.

Se ao Governo da União não convém, sempre haveria ainda o Estado do Pará, que nada mais senão mera obrigação moral preencheria, mitigando os meus receios no futuro da minha família. Diz-me a minha consciência, de que adquiri o direito de esperar que o Brasil, sobretudo o Pará não esqueça<sup>54</sup> de cuidar da minha existência, enquanto que eu luto pelo interesses do país e do Estado!<sup>55</sup> A questão da Guiana é incontestavelmente de natureza materal, tanto que o Jornal do Comércio do Rio de J. (11/XII 1900) e outros fazem eco das lamentações francesas, confessando que avaliava-se em 3 milhões de francos anualmente a exportação de ouro do Contestado, querendo assim demonstrar o valor do terreno conquistado.<sup>56</sup> Ora, como o rifão popular diz que: “ouro é o que ouro vale”,

---

54 No alto da página, com lápis-tinta em vermelho, Rio-Branco anotou, com evidente irritação: “Este Sr., enquanto esteve na Suíça recebeu o seu ordenado por inteiro, como Diretor do Museu do Pará, o necessário para a viagem, e mais 30 contos em ouro. Não tinha despesas de representação, e, sem as ter, recebia mais dinheiro do que o Ministro do Brasil em missão especial.”

55 À margem esquerda, Rio-Branco anotou: “Ficou transtornado com as investigações genealógicas a que se entregou na Suíça”.

56 No fundo da página, Rio-Branco anotou: “Informações do ex-governador Paes de Carvalho. O Dr. Goeldi disse a este que os juizes estavam dispostos a dar à França uma parte do território contestado, e que este Goeldi conseguiu impedir isso, convencendo-os do direito do Brasil. É inexacto que tivessem pensado disso os juizes. Em Maio de 1901 a Missão Especial comunicou ao Ministério das Relações Exteriores por ofício confidencial, que o relator da causa estava de opinião formada, a favor do Brasil (antes da chegada de Goeldi). Os outros juizes aceitaram desde então a opinião do relator, e começou se a redigir a exposição de motivos da sentença. Houve depois a intenção de dar-nos, não só a linha do Oyapoc, mas também a do paralelo 2º24'; mas pouco depois ficou assentado em dar os limites indicados pelo relator: Oyapoc e S[err]a de Tumucumac. O Dr. Goeldi prestou serviços, dando ou transmitindo informações a dois dos professores consultados (e não juizes), mas exagerou a importância dos serviços prestados.

julga não sair do âmbito da decência, esperando que o Pará cuide ainda que de toda esta árdua campanha do Contestado me fique outra lembrança melhor – do que somente os pulmões profundamente avariados e a saúde alterada para toda a vida. Quanto porém à União, não posso esquecer que a Justiça Federal tem de reparar ainda uma injustiça cometida a meu sogro, em relação ao sequestro da lancha “Irerê” durante a revolta naval – injustiça que não levei ao conhecimento do Governo suíço, por não querer prejudicar os interesses do Brasil durante a arbitragem de Berna.

Muito sentido fiquei com a notícia da morte do velho amigo Joos<sup>57</sup>. Tanto se interessou na questão da Guiana!

Muito teria eu ainda de escrever, de contar, de perguntar, mas falta-me o tempo. O libelo, que deve acompanhar o laudo, ainda não saiu?

Minha senhora e os meus pequenos (reunimos outra vez todos os sete) recomendam-se respeitosamente a V. Exc<sup>ia</sup> e as Ex<sup>mas</sup> filhas.

Com máxima consideração.

de V. Exc<sup>ia</sup> sempre

At<sup>to</sup> Cr<sup>do</sup> Ob<sup>do</sup>

(*ass.*) DR. EMIL A. GOELDI

### Notas:

- a. Ofício Reservado N° 20 (Paris, 1° de Dezembro de 1898). “[...] O Diretor do Museu Paraense, Dr. Goeldi, é cidadão suíço, muito bem visto do Governo Federal de Berne e muito

---

57 Wilhelm Joos (1821-6.11.1900), médico, formado em Paris, e político suíço. A partir de 1848, esteve no Brasil, onde exerceu, até 1852, a medicina em Pernambuco e na Bahia. Na política, foi deputado no Grande Conselho de Schaffhausen (1858-1900), sua cidade natal da qual foi, ainda, membro do Conselho de 1862 a 1900. Foi Conselheiro Nacional de 1863 a 1900. Entre suas muitas iniciativas, figura a de proposta de criação (em 1872) de um banco central na Suíça. Suas propostas eram consideradas avançadas para a época.



considerado no seu país, segundo nos disse, ao Dr. Piza e a mim, o Sr. Lardy, Ministro da Suíça em França. Lembrei-me, desde 1896, de tirar partido das relações pessoais do Dr. Goeldi, da sua dedicação à nossa causa e do conhecimento que tem da região compreendida entre o Cassiporé e o Amapá. O Dr. Goeldi poderia ir à Suíça com licença do Governador do Estado do Pará, não como membro da missão ou em caráter oficial, mas a pretexto de estudos ou de preparação de algum trabalho científico ou de vulgarização interessando aquele Estado. Como qualquer na Europa, mas o objeto principal e reservado da sua comissão deve ser mantido no maior segredo, fora inteiramente do alcance das indiscrições dos nossos jornais, porque de outro modo ficaria desde logo esse agente suspeitado de parcialidade e interesse na questão e impedido de prestar os bons ofícios que dele podemos esperar.

Creio que o Estado do Pará não se recusará a dar os meios necessários para a viagem e permanência do Dr. Goeldi na Europa durante ano e meio, mas se entender necessário que o Governo Federal concorra com alguma coisa para isso e se o Sr. Presidente e V. Exc<sup>ia</sup> convierem na utilidade desse concurso, será preciso contar com mais esta despesa, que não pode ser importante por não ter um agente particular necessidade de grande representação. [...].”

b. Ofício Reservado N° 66 (Paris, 9 de Dezembro de 1898)

“[...] No meu ofício do 1° do corrente, Reservado N° 20 da Série 4<sup>a</sup> Secção, tive a honra de falar na conveniência de ir à Suíça em comissão reservada durante o processo arbitral o Dr. Goeldi, Diretor do Museu Paraense. Não é preciso que eu repita agora tudo quanto expus nesse ofício sobre o auxílio que ali nos pode prestar esse cientista suíço, amigo do Brasil, muito convencido da justiça da nossa causa, e conhecedor de boa

parte do território contestado, assim como dos sentimentos brasileiros dos seus habitantes. Basta que eu transcreva aqui o seguinte trecho:

‘[...] Há tempos falei nisso ao Dr. Paes de Carvalho, e creio que não haverá dificuldade em que o Congresso do Estado o autorize a confiar ao Dr. Goeldi uma comissão qualquer na Europa, mas o objeto principal e reservado da sua comissão deve ser mantido no maior segredo, fora inteiramente do alcance das indiscrições dos nossos jornais, porque de outro modo ficaria desde logo esse agente suspeitado de parcialidade e interesse na questão e impedido de prestar os bons ofícios que dele podemos esperar [...]’

Sobre este assunto recebi hoje a seguinte notícia em uma carta do nosso Encarregado de Negócios em Berne, Sr. Cardoso de Oliveira:

‘Aqui chegou, há poucos dias, o Professor Goeldi, Diretor do Museu Paraense, que veio em comissão do Governo do Pará. Ele pediu-me que levasse isto ao seu conhecimento e que lhe transmitisse as suas saudações’.

Não recebi ainda ofício ou carta do Sr. Paes de Carvalho, informando-me da partida do Dr. Goeldi, da natureza da sua comissão e das instruções que lhe deu, mais penso que pela próxima mala receberei alguma comunicação particular.

Foi nestes termos que me referi ao Dr. Goeldi em carta reservada que no dia 6 de Fevereiro último dirigi ao Sr. Dr. Paes de Carvalho:

‘Um homem cujo auxílio desejo pedir em fins do corrente ano, porque nos pode prestar verdadeiros serviços, é o Dr. Goeldi, do Museu do Pará. Ele é suíço como V. Exc<sup>ia</sup> sabe, e, pelo Ministro da Suíça aqui sei que é muito estimado no seu país. Poderia ir então a Berne, sem caráter oficial, a pretexto de

licença para estudos, sem que os nossos jornais conheçam a natureza da sua missão, e serviria muito para dar informações como homem imparcial, às pessoas incumbidas do exame da questão e colher notícias sobre a marcha do processo arbitral. Sobre isso escreverei com mais vagar a V. Exc<sup>ia</sup>'.

Não escrevi outra carta depois dessa, mas vejo com prazer que o Sr. Dr. Paes de Carvalho tomou nota da minha indicação, e estou certo de que terá recomendado ao Dr. Goeldi que proceda com a precisa reserva e de acordo comigo. Acredito que assim o Dr. Goeldi nos poderá dar informações úteis e prestar bons ofícios discretos da mesma importância dos que nos prestou nos Estados Unidos, como V. Exc<sup>ia</sup> sabe, o Professor Moore e que me permitiram andar sempre bem informado no meio das notícias inexatas e inventadas que outros informantes me comunicaram.

Devo dizer a V. Exc<sup>ia</sup> que nunca vi o Dr. Goeldi, e que ele nada me pediu diretamente ou indiretamente. Conheço-o apenas por alguns trabalhos seus que pude ler (Relatório sobre a sua viagem ao Contestado, Apontamentos em resposta a um pedido que fiz ao Governador, e Boletim do Museu Paraense) e pelas excelentes informações que sobre ele obtive de pessoas que com ele trataram de perto no Rio de Janeiro e no Pará. Ainda hoje tendo vindo entregar-me várias cartas de recomendação para famílias de sua amizade em Berne, o Sr. C. Lardy, Ministro da Suíça em França, falou-me de novo do Dr. Goeldi, dizendo-me que é muito favorável à nossa causa. Limitei-me a dizer que assim são todos os homens imparciais que estudam este velho litígio, e que só os Franceses, pela sua política de expansão colonial, nos são contrários, querendo contra todo o direito alargar os limites da sua colônia penitenciária na Guiana. Não o informei da chegada do Sr. Goeldi à Suíça. [...].”

*Nio Branco*

ANEXO 5  
RELATÓRIO ESCRITO  
POR GOELDI

---



A NATURALISTIC VOYAGE TO THE COASTLINE OF SOUTHERN  
GUYANA, BETWEEN THE OYAPOCK AND THE AMAZON STREAM<sup>58</sup>

(October to November 1895)

by

Dr. Emil A. Goeldi

Director of the Museum of Pará

The present work represents an introductory chapter to the itinerary of a collection of essays, in which the successive nature-scientific results of the trip undergone by the people of the Museum of Pará, leading to a deeper study to be published in the Portuguese language. Of these essays, so far one was published called “Contribuição à Geografia Botânica do litoral da Guiana; por *Dr. Jacques Huber* (Boletim do Museu Paraense, Tomo I, fascículo 4)”.

Two further essays are presently being worked upon, of which one is about the ornithological findings, intended for *IBIS* in London, while the other is to discuss our archaeological findings.



---

58 Translated from the original in German by Manfred Reichardt.

After four days of traveling, starting from Pará, and having circumnavigated the Island of Marajó from the west side, then the actual Amazon bay, that is, the so-called North Channel, and pursuing the rest of the trip not too far away from the coast, we saw, 11 October 1895, early in the morning, between 5 and 6 o'clock, the coastline of the mouth of the river Counany. The sight of the coastline of Guyana is not dissimilar from the coastline of the numerous islands which we saw on the way and from the coastline of the mainland which we had been seeing for some time, since passing by North Cape. This coastline is the same blue ribbon under which present themselves to the navigator Marajó, Cavianna, Curuá and Maracá. It is a blue ribbon which is continuously present where the coastline is relatively straight and this ribbon becomes narrower, when bays and inlets appear. Anyone would notice the evenness of the width of this ribbon and looking more closely one notices in it vertical stripes which remind one of the needle-like format of the breaking point of sulfur or milk sugar. That this ribbon, with its stripes is nothing more than the visual expression of a unique vegetation of the margin can easily be guessed. What amazes me is the possibility of creating a real description which is so seldomly used in travel logs (journals). There are many travel journals written about Guyana (although not especially about the margin I am describing) but I cannot remember having read anywhere a description of the unique features of this coastline.<sup>59</sup>

---

59 In the art of writing voluminous books of this region surrounded by sagas with dreams and words which at the end leave nothing behind except an imprecise impression, a well-known French writer of travels managed to write something incredible (sarcastic). I hope that the future will judge this as it deserves. What the Frenchman publishes in the work entitled "Geographie", is to a great degree either superficial or simply wrong. What he presents as being Science of Nature is mainly student – like or wrong. His historical indications are so twisted that his work is equal to a farce. The social-political element carries such tendentious colors that a serious reader will necessarily be turned off. One does not need to be Brazilian to become upset with his elaborations. If only he would finally realize that French colonial policy and geography are two different things. One has nothing to do with the other and that geography must protest against the attempt of forcing upon it a role of serving as political propaganda, even if this attempt was government-supported.

With a marvelous morning weather coming up, despite the considerable distance of the muddy waters of the Amazon streams and the Araguary, we began to identify in the blue-green string of vegetation some details. Where there were stripes, we could see more and more clearly aligned trees with lightcolored bark and with slight differences in height and shapes of the tree-tops. The more we approached the more we could feel the differences and when we faced the entrance of the mouth of the Counany<sup>60</sup> we recognized that to the North alternated remains of swamp forests with reeds, at the same time as to the South of the forest stood up the cone-shaped Mayé Hill that we calculated to have 100 meters in altitude, covered with trees, introduced a change in the general picture. We attempted to approach the mouth of the river at half speed, measuring the depth as we proceeded. Even so, despite the shallow keel of our steam-boat, we were unable to proceed, dueto the tide and the shallow waters, common to all such bays and coastal rivers of Guyana and of all the coastline of the Amazon and the Oyapock.

This way, we cruised several hours passing by innumerable red-brown “medusas” (Pelagia; sort of jelly-fish), which drifted by. Apparently, those medusas were under the influence of a stream coming from North-East and hitting the coastline, which is marked in the nautical maps as specific of this route along the coastline of Guyana and which we got to feel in the most unpleasant way, when cruising (sailing against the wind).

With the incoming high-tide, the situation improved and we managed to enter the mouth of the river, which is described

---

60 The correct spelling appears to me to be at the moment an undecided issue. French authors actually write “Counany”. Locally, and from the coastal inhabitants I hear always the pronunciation of “Goanany”. With older authors, we find “Coanawini” (Keymis, 1596) and “Conawini” (Harcourt, 608). At the end of *Coudreau’s* book, which contains a collection of Indian glossaries, there is mentioned a Onapichiane word: “Counany” as a name for a fish. However, evidently, this doesn’t do very much to explain the etymology of the name in question of the river.



by *Mouchez* as being located approximately at 2° 48' Northern latitude (NI) and 53° 15' Western longitude (WI) (M. of Paris). It appeared to me as if the special map attached to the said nautical map about the mouth of the Counany could be roughly valid until today; however, our pilot and our naval officers protested decisively against the actual validity of their given depth measurements. These depth measurements are subject to significant and changing variations which are the case for the complete coastline between the Amazon and Cayenne – which requires for navigation in these regions handling with special care. In shallow waters which can be identified by the pilot by wavelets on the surface of the water or by floating half-covered tree trunks (under the water's surface) or by other dangerous obstacles of which the rivers of Guyana are full, specially the mouth of the river and Counany is not different from the rest. There is also no difference during low-tide and high-tide. Under such conditions sailing with a sail or steam-driven vessel one must use the middle line or go closer to the right or to the left bank, avoiding problems like an eel. The waters don't look very inviting like thick brown broth and the ship's propeller seems to bring mud up from the bottom of the river. The width of the river varies but in most cases seems to be similar to the Saale river, close to the city of Jena (Germany).

The steamboat journey did not last very long and reached its end in Counany, when traveling up the Counany River; after one-and-a-half hours the first rocks in the middle of the river presented an obstacle.<sup>61</sup> 3 This river, even at high water-level during the rainy

---

61 The fact that the "Archaicum" (eon of the history of Earth) can be encountered as falling in tender layers and is sending its extensions, which most probably are focused in central Tumac-Humac mountains, almost to the coastline. This fact might not have been mentioned with emphasis in the literature as far as the coastal rivers of south Guyana are concerned. In all recent maps, one looks in vain for these mountain layers – using this occasion, one might mention that the southern Rio Calçoene resembles very much the Rio Counany in its course and landscape characteristics, according to all information that I tried to obtain. The mouth (of Rio Calçoene) is also difficult: steamboats only reach about 22 km up-stream. Then will appear, justas at Counany River, the waterfalls of which there will be more than 40 and some are said to be dangerous. At Rio Calçoene

period, only will be navigable until the village of Counany and this distance is a relatively short one.

After having saluted in style, near the mouth of the river, a rugged large sailing ship, using the characteristic fishing-boat style, used by the people of Vigia, at the coast of Pará, since the old times during their adventurous journeys, to Cape Norte and all way from the coast of Guyana to the Antilles. When seeing the owner of the sailing-boat, we discovered that he was a well-known person and friend of our Museum in Pará, who just returned from Cayenne and was about to go home to his great cattle farms, situated on the Atlantic side of Marajó. Our steamboat “Ajudante” set anchor, just below the first rapids, near “Igarapé da Roça”. Here, our expedition unloaded its cargo.

Sending for boats and rowers for rent, we had many chances to get to know the environment of our anchoring location. This break took almost a whole day. The banks of the river on either side are covered with the characteristic “Siriúba” forest (*Avicennia*), which dominates the whole Guyanese coast line, from Pará on, but when closely looked at, cannot be called very impressive, because of the half-transparent and imperfect tops of the trees.

Between these *Avicennia* trees, there was, every now and then, a slim “Assahy” or solidly-built “Inajá” palm tree exceeding the top of the *Avicennia*. A group of light green bamboo tubes would dominate on short stretches and came close to the coastline. The lower and semi-high vegetation which surrounds the beach zone is dominantly composed of “Anhinga”, which are of a straight trunk, huge “Aroidea” (“*Montrichardia*”), in second more important line of bushes and climbing lianas of various families, of which to inform I prefer to leave up to the accompanying botanic, *Dr. Jacques Huber*. Opposite to the left, a way only by a few steps from the slightly

---

(“Carsewenne” of the French) there is more life and movement as in all the rest of Guyana; there are gold-diggers from Cayenne, Martinique, Guadalupe, Suriname, etc. which are thousands.

higher bank there is a poor cabin with not very much life in it. The reason for this we got to know soon – several inhabitants were in bed with fever. As far as human settlements are concerned, from the mouth of the river to this place, we barely counted half a dozen (and of those, not even one which might involve agricultural activities and increase of wealth of its owners.

Nature researchers don't feel lonely easily. The flora and fauna around us gave us sufficient company and entertainment. The well-trained hunter's eye soon discovered in the "Siriúba" tree a nest of bird of prey, which was occupied. By the way, this tree is considered to house a certain species of mosquito. One of my companions, the brave taxidermist *Max Tanner* shot one of the adult birds as it is leaving the nest. By cutting the tree, we got hold of the nest with one white chick. This was the first nest of "Ictinia Plumbea" (plumbeous kite) which I got to see, taking into consideration that I have been hunting for almost fifteen years this marvelous bluish bird of prey with its cherry-red iris, looking at its nest patterns. Adding to these pleasing results, came another which was the finding that a very fragile river swallow with, silk-like brilliant blue back feathers came every day with fruit in its beak, entering a certain hole, which, several meters above water-level, led into a branch of a tree fallen into the river. I immediately recognized this species from my Marajó experience, to be a "tachycineta albiventris". So two ornithological issues were eliminated in the shortest possible time, thus creating a marvelous beginning of the zoological aspect of our journey. Over our boat flew four couples of screaming "Hyacinth Macaws", unfortunately too high to capture them (for scientific purposes). Over there on the edge of the "Igarapé River", flowing into the larger river, was a bush full of hanging nests of "Cassicus Persicus" (weaver birds?), compelling us to visit it and, indeed, we were presented with eggs and chicks. Continuing at low tide, we noticed beach-runners on

the wet banks; agile “Tralhotos” (“Anableps” or four-eyed fishes), somersaulted half in the water, half in their excrements. At the same time, the burning sun rose, the heat came and, together with the increasing mud surface, we were forced to stop our collecting and excursion. Covered by the shadow of a tent on the back deck of the boat, we were sentenced to calmly wait, so we spent the rest of the afternoon in discussion with *Geronymo Tavares*, the owner of the above-mentioned cabin. He came to visit us, presenting himself in naked feet but dressed with a white cork helmet. We soon recognized in this first Counany inhabitant a brave old man. We were able to respond to his request for medicine for his family, which suffered from fever. Consequently, we did not regret it because this simple fisherman, who told us about earlier gold-seeking activities (at nearby River Calçoene), was very useful to us.

Night was falling already, when finally several big boats appeared, each manned by 6 of the best rowers from Counany. Simple people, whom we recognized by the first look and the first words of welcome, as being genuine Paraenses, with their specific characteristics. The leader of the group of boats was our future host *Ezequiel Constancio de Sousa*, born in São Gaetano, near “Curuçá”, at the coast of Pará. Loading the boats was quick, despite our significant amount of luggage. But this did not mean that the time of departure had come. To pass the first rapids we had to wait for the return of high tide. The traveler – and that is a fact along the whole coast of Guyana – depends on high and low tides. Each project of this excursion that ignores these facts, would not succeed from the very beginning. Patience and cold blood are indispensable, both in handling the man in charge of the mules in the regions of Campos in the back-lands as well as with the rowers during the river journeys. Those who don’t accept to be manipulated to a certain degree by these unavoidable companions should stay at home.

Between 7 and 8 o'clock, the incoming high tide was finally announced by the gurgling of the water surrounding our boat. The boat ride up the river started rapidly employing two special one-trunk boats to carry our voluminous luggage whilst our expedition force was seated in a third boat. The trip was very pleasant at refreshing evening temperatures. We would hardly have noticed those many difficulties linked to the trip, wouldn't we have heard, every now and then, warnings like "Godfather, keep more to the left and pass by the rock closely" or "My friend, beware of the floating wood". Silence covered the river landscape interrupted only by the melodie whistle of a cute but lively kinkajou (honey bear), the call of a dreaming inhambú (tinamou) or the singing of cicadas which will rarely quiet down in tropical forests. Their noise is usually compared or even mixed up by newbies with the shrill noise of a steam engine.

Time – about three hours – passed by quickly, the just arrived ones chatting with the local people. The bank vegetation contrasted like a charcoal sketch against the starred sky. The moon appeared, thus increasing the magic of the nocturnal landscape. One river bend after the other was conquered until finally, barking of dogs announced that we were approaching the village.

A slight increase of the rowing beat helped us to finally arrive at the village which is situated at an elevation of the bank. Just a few faint lights could be seen because the village is in part hidden by some splendid mango trees which are found at the harbor front. After climbing up the landing stage which, because of dry-season low-water level, made up for 5 to 6 m of level difference, we entered – full of expectations – the soil of the first larger settlement of Guyana. The country road led us uphill for a short distance and then, round the comer, slightly downhill. Walking on a hill and on solid stones made me feel comfortable from the beginning on and caused me to like this location which is really live in my memory

so that I will never forget it, even in non-relevant details. Our host *Ezequiel* is the only one in town to own a house with a second floor. He volunteered to let us for as long as we staid, the complete front side of his spacious and clean house which shows the carpenter talents of his owner who produced and mounted the wooden floors as well as the roof trees and only ordered the roofing tiles (Marseilles type) from Cayenne. We had our head quarters in the ground floor, the second floor was assigned to be my private suite.

So we finally had arrived in Counany as first stop of our Guyana expedition and, therefore, “*déjà au milieu des sauvages e de véritables Indiens*”, as certain people like to tell the ordinary Parisians who know about Cayenne not more than is printed in the local colonial-sex-and-crime gazettes and who guess Cayenne to be situated more likely in Cochin-China rather than in South America. Although yet late at night our host and his men, without being asked for, took an effort to carry all our pieces of luggage of which some were pretty heavy, to the front of our doors. No doubt we could trust in this group without making our flesh creep and have a well-earned rest in the hammocks stretched over the picturesque array of luggage pieces.

After having had a pretty cool night, as in Pará – my thermometer with minimum indication stopped at 20.5° C – one of those cloudless summer days began which one should have experienced in the latitudes of Guyana.

Unpacking and installing (our equipment) took most of this day's time; everybody tried to get organized for his scientific work the most convenient way only being limited by the primitive environmental conditions. We selected a lengthy and not yet completed building situated up-village to install our zoologic-botanical lab. By European standards, however, one might have called this building a shed. With windy weather the draft played

around with our vegetable papers spread to dry because the thatched roof was uncompleted and the tabique-style walls made of framework and loam didn't offer much protection. Idle dogs paid us nocturnal visits repeatedly when we worked on taxidermies because there were no doors and no crossbars. Planks and an old shutter gave a long table, boxes had to replace the trestles and we sat on empty barreis instead of arm chairs. Botanist *Dr J. Huber* and taxidermist *Tanner* rented a small straw shanty opposite to the head quarters, with some assahy palm-trees giving a beautiful background. This shanty belonged to a very old creole woman from Cayenne who once was married to a Brazilian and was the only person region-wide to understand some French as long as the conversation didn't go beyond the most trivial issues of daily life. Her talk was a funny mixture of Cayenne dialect and Portuguese from Pará. On the ground floor the food boxes were arranged in a certain order and our charcoal filters activated. Further more we installed our (scientific) instruments and arranged for weapons, cartridges and fishing gear to be at hand. Then we prepared our order of the day in a military way. To prevent high-ranking diplomats from exchanging verbal notes<sup>62</sup> our internationally mixed personnel agreed quickly to use swissarmy style trumpet signaling. A military-like organization has it's obvious advantages for this kind of journey, advantages which I learned to accept during my earlier journeys at the Marajó island, even more because I was accompanied by soldiers.

So we were able to start with methodical work and already from the first day on we began reconnoitering the environment next to the village.

---

62 As well known to many people the region between Oyapock and Araguay has been subject to a border dispute for more than 100 years, between France and Brazil. French and Creoles refer to generally as "le pays conteste" or just "Conteste"; Brazilians accordingly call it "Contestado". Some people use the term "Amapa" however meaning the whole coastal region. As best-informed source about the border question we decided to recommend the 2-volume work titled "L'Oyapock et l'Amazone", by *J. Caetano da Silva*, Paris 1861.

Little by little we undertook numberless excursions, increasingly including more distant locations; no day, no hour passed by without making use of it. The material of natural historie and ethnographic objects, of sketches, notes and photographs of the local lands and people collected in a relatively short period, represents a performance worth being proud of. The processing of all details may take a year of hard work and may fill up a respectable volume. I guess that this material will become the first and most reliable source of natural scientific knowledge about this coastline of Guyana. This is because so far no voyager having the necessary scientific basic knowledge ever stepped on this coastline.

As determined before, it would fall beyond the intentions of this book to give reports on every single excursion. I prefer to limit myself to sketch two of the more important ones, which also might be of geographical interest. However, I would like to put stress on the fact that mere geographic studies were not in the foreground of our plans. Although we used a compass as well as all local maps available to us, the most important tools to us as biologists were always shooting gun and catalog of flora. We didn't travel at all just to record maps, but nevertheless had many opportunities to establish how deficient, insufficient and superficial the maps were which we carried (...). In general we came to the imperturbable persuasion that anybody intending to work as a map-maker on the coastal region of Guyana should do it right from the beginning, having in mind that probably the only reliable point of reference would be the coastal outline of the naval map of *Mouchez*.

But now let's go back to our first big excursion, to Lago Tralhoto.

On 17 October early in the morning (the minimum thermometer had stopped at 20.9 deg C at 5 o'clock) four of us, the scientific personnel, accompanied by the host *Ezequiel* and



three carriers went off to visit a lake of which there was little information available and which was supposed to be situated heading for Rio Cassiporé towards the inner land. The walking distance was believed to be half a day's journey. We boarded a boat which brought us a bit down the river and then turned into the "Igarapé da Holanda" near Counany village, then going up-river for less than a kilometer. Said left-side tributary to the Counany river measures only 6 m in width even at high tide; at low tide it is reduced to a mud ditch with the height of a bedroom in which a boat doesn't encounter navigable water. We knew this Igarapé pretty well because our daily hunting excursions behind the village led us almost regularly to its banks marked by the presence of numerous forest pigs (*Dicotyles labiatus*) and a marten-like cat (*Felis jaguarundi*). At a certain place on the right-hand bank in the middle of an aninga group, we disembarked and cut a gap into the bank forest to mark the beginning of the track towards the excursion's destination. This track, a rather poor hunters track, led us up-hill for a while, along a creek which was reduced to puddles. The forest was high-rising as is the rule in the vicinity of rivers, the way was shady and fresh, so walking during the morning hours was pleasing. Numerous birds could be heard from the top of the trees; our well-known "cri-cri-ó" (*Lathria*) stepped forth with its unique cry which must be called a characteristic of the Ygapó forest of Amazonas and which occurs immediately to the friend of nature who enters the forest around Pará. In the wet ditch we found from our first steps on fresh droppings of the tapir which alarmed the sportsmen between our companions.

Every now and then we went through a puddle, mounted a dam, crossed a fallen trunk. Despite of all these obstacles this first walking through the forest was a promenade compared to the fatigues ahead of us. In the same way we managed to go down meandering. This serpentine line didn't give us any feeling

of following a certain direction. It only indicated that this track was by-passing big trunks and roots making use of clearances which were visible to the right or left. Having walked for about one hour's time we arrived at a plane natural meadow, kind of savanna of, first of all, irrelevant dimensions (length and width approximately 15 minutes to walk). In various places were found boulders between dry-looking grass, raising to about half a man's height, in various forms (...), of which the surface was covered with dark brown algae (dry as dust) giving the boulders an almost black look. Our botanist recognized them to be a species which indicate temporary inundation of this environment and which, so to say, can completely stop their vegetative energy during the dry season. The grass vegetation presented itself in a very uniform manner as a low-level species which at that period created only slim leaves of hand-like length which were arranged in form of bunches around a high hard head and hang down all around. Unfortunately the grass is not a genuine Gramineae species, but a *Scirpus* considered by Central European farmers to belong to the "Sour or reed grasses". *Dr. Huber* will contribute with more interesting details on these grasses. These elevated boulders are spread over the savanna in not countable quantities. Since each of them measures a height above ground of about one foot or a bit more if there is a cattle footprint dose to the boulder, hiking across such a meadow is really to a high degree fatiguing. This type of hiking in Marajó where the so-called "Campo Lavrado" is very similar to these savannas of Guyana, still continues a bad memory in my mind.

From the savanna into the forest and from the forest into savanna environment again – this we had to do some seven times a day. In the forest it was cool but the track was bad in a way that, many times, couldn't even be called a track and was very bad to recognize as such. The spaces covered by trees were, as a rule, situated in higher levels; very often we felt, through the soles of

our shoes, the hard surface as if one would go along a graveled road. Apparently, we encountered granite surfaces and shallow gravel. The reduced thickness of the soil expressed itself in the composition of the forest vegetation, which is modified with the increase of height, having the typical characteristic of “Sertão” of the interior of Brazil: a majority of low-growing trees, much ramified, more or less knobby and stunted, wide tops, large and with compact leaves, however always sparsely-branched and transparent. Very nice to look at was always the picture of the forest, if it stretched down into a valley. In such groups of trees, their tops dose to form a roof of leaves, offering fresh air; the soil, also, appeared to be more humid. Here the Anany tree (“*Symphonia Globulifera*”) dominates with its horrible mess of roots, which is composed of stirrups growing one foot high and being sticky. The soil for those who walk is really painful; there is no way of avoiding falling down many times. The viscous yellow milky juice coming out of any cut of the bark of the tree is, by the way, said to be a good medicine by the people along the coast of Pará.

The sun that shone all morning on our right shoulders, indicated the eastern direction of our track, without using the compass, started to begin slowly to bum with full power. The flat savannas began to be increasingly longer and walking along them we came less and less easy with the rising heat. The low-growing grass were replaced by bush-like “*Melastomaceae*”, which in part actually were flourishing. The reddish-violet “*Rhynchanthera grandiflora*”, made an integrating part in the composition of these nice-to-look-at huge forest meadows. We will permanently remember two of these meadows – the socalled “*Campo seco*” and the “*Campo do Ajurú*” because of their length and the torments suffered there. I myself wouldn’t have managed to find the right way through them. My native companions, however, recognized them with great safety and only lost the track for a few moments,

though never in the open savanna but in the humid forest where, every now and then, a fallen trunk led lengthwise across a pool and ought to be used as a bridge.

A hiker who relied on his hearing only wouldn't have noticed much of animals life. Against that, in the savanna we came multiple times across fresh marks of stags, and at the rim of the forest, across the scent of tapirs. Several times we could hear the whistling of the fleeing pachyderms without following the temptation to hunt them. There was something, however, which I was most interested in: numerous holes of stirrup cross-section, often several man heights of depth, as well as tunnels which we encountered at the drier forest slopes. I recognized these holes, on first sight, as the work of the giant armadilio (*Prionodontes gigas*), deduction which was acknowledged soon by my companions from Counany. These holes were big enough to let a man pass through. I couldn't help imagining the danger which a horse-rider would have to face passing along this site at night time. Such dangers, however, were not given presently because I didn't see any saddle-animal in whole Counany and this simply because in this region there are no such animals. The giant armadilio is known to be a curiosity in the museums<sup>63</sup>, an "edentat" (toothless) which is definitely on the extinction list as I said on other occasion<sup>64</sup>. I had to be glad at having discovered unexpectedly, last not least in these deserted and ill reputed savannas, an asylum of these animals. At the same place we met every now and then, a turtle (*Testudo tabulata*). We brought down such a "jaboty" from a forked knot from about two meters of height – climbing trick I wouldn't have believed the animal to be capable of if I wouldn't have seen it with my proper eyes. Birds presence was strikingly little; some small falcons loafed

63 The Museum of St. Gallen owns a beautiful specimen which was bought of the legacy of Mr. J. J. *Wartmann*, having been Consul in Amsterdam at this time.

64 Göldi, *Mammíferos do Brasil*, Rio de Janeiro, 1893, p. 126, 146.

about the dry tops of the trees at the edge of the savanna but didn't give us a chance to gun one down.

During all this hike we only met three human beings deep in the forest at a place full of obstacles: husband, wife and a child. The father who swung himself across fallen trunks, carried the child and a large burden of dry pirarucú fish fixed vertically to his back and fixed by a raffia ribbon across his forehead. The mother carried, in the same way, a similar burden. He was one of the sons of earlier mentioned *Jeronymo Tavares* who came from the lake heading for Counany. I must admit that I felt ashamed comparing the fitness of this family with the inconvenience I felt about this long journey. Certainly I must add for my justification that I caused myself this painful situation by choosing a pair of rather dry riding boots to walk with.

Not really in a good temper we got up at our latest stage and distributed the leftover of drinking water near the entrance of a forest. It was already late afternoon. A stretch with wide puddles surrounded by a thicket of upright and fallen Anany trees seemed to indicate a change in our tedious hike. But our hope for a soon arrival at our destination became significantly weaker when we had to go again uphill just as we had it before (maximum height of these hills estimated to be 80 to 100 m), the difference being that the forest looked much more pleasant.

So, evening came. All of a sudden the first man of the caravan shouted something delightful. Rushing forward we could see downhill between the tops of trees the silvery shine of a lake. Continuing downhill a magic landscape became visible to us. We had finally reached our destination, not counting the few minutes left to reach *Jeronymo Tavares's* fisherman's cottage.

Changing sweaty clothes, taking off shoes and socks, choosing rifle and cartridges was done in a minute. The point was making

use of remaining daylight time; night was due to arrive in one or one-and-a-half hours time. One group went to the right, up-lake, I went to the left, down-lake. These boattours that evening and the other morning belong to our most animating and unforgettable reminiscences of the journey because this landscape was virgin. Nobody had been here before, nor was there any entry of it into any map. The clear waters of the lake, slightly ruffled by the evening breeze, little islands of Eichhornia (water hyacinths) being spread over its silvery mirror, the fresh canarana meadows just opposite of us, being situated in front of a majestic forest of extremely tall and slim miriti palm-trees, which were frequently invaded by cawing blue hyacinth macaws; these terrific birds could be watched sitting everywhere in dead trunks of the above-mentioned palm-trees, with their extra-long tails not fitting into the nests thus betraying the nest location from far away. This cacophony of a lot of most different forest and water birds, alternating with the howling of shouting monkeys, gargling of crocodiles and dabbling of colorful pirarucú fish – all this contributed to a magnificent unique landscape. Charming were the simplicity and heavenly trustfulness of all variety of animais approaching us; no animal hid away, all of them were looking curiously at us. The one or the other stepped aside a little bit when we approached them too closely. A state like on-board of Noah's Ark, being much different of what I saw at the lakes and banks of Marajó Island. There, however at certain seasons, especially during the dry one, the animal population would accumulate to a density which could be compared to the one of a culturemedium. Everything indicated the absolute virginal state; these forests, these animals obviously never saw a human being before, with the exception of us and our pirarucú fisherman, and never had known a human being as an enemy. Even the fisherman and family did not really live here but only staid for a few weeks a year in this completely uninhabited

region since last year. Nobody but the fisherman and his family knew the exact location of the lake; they themselves had cut their way through to this lake.

Until night fall we had gathered a booty which each zoologist or hunter would have envied us. Cormorants, kingfishers, jacamars, great bitterns, day and night herons, storks summed up to a huge amount which made it difficult to find the right selection: which to be salvaged for the sake of science, or which to end up in our kitchen because of lack of time. It would lie beyond of the scope of this work to discuss the issue in detail; it should be the subject of special ornithological dissertation. However, it is worthwhile to mention in particular the frequency of a splendid heron having sky-blue crown and throat feathers (*ardea agami*), of which the family appearance comes closer to the European purple heron.

Taxidermy occupied everybody capable of using knife and scissors, until late at night. In the meantime fillet pieces of fresh pirarucu stewed on our campfire, also quite a big turtle (*rhyemis nasuta*). The latter, however, was difficult and disgusting to kill due to it's proverbial capability of survival.

It was very late at night when everybody withdrew into the shed – which was not really a shed but only an inclined palm leaves roof – and the campfire was fed by a few bigger branch pieces. Even after having passed severe fatigues last day, I found absolutely no sleep whilst the majority of my companions lied down under this little roof or, for lack of space, in hammocks tied between neighboring trees or simply on the floor, signaled soon that they were overcome by tiredness. The scenery of this Guyanese lake landscape occupied, the healthy one in the same intensity as a fever shook the body of a poor young man who belonged to our host's group. The coarse cries of the maguari stork several times at night, sometimes alone, sometimes chorusing with night herons,

great bitterns and boat-billed herons. Tree-frogs clicked around us; it's cousins accompanied them with it's croaking. The never being quiet cicadas continued with it's hymn on the delightful tree juices which had been cooked by the tropical sun of Guyana. Merely twenty steps away from us crocodiles were wrestling between the poles of a scaffold erected by our host in pile-work style for drying of the pirarucus; apparently the fish were attracted by trickling-down fish oil. At any instant these big and magnificently colored fish were dabbling in the lake right in front of us, apparently being it's hobby and pastime; the intention of our host was always to catch them. Various times the gargling roaring of a jaguar which is a common occurrence in this region could be heard. They say that the jaguar was often prowling in the dark around the fishermen's settlement. Occasionally there was a hellish noise, sometimes coming from the lake's bank forest, sometimes from the majestic miriti palm-tree groups opposite to us. Hearing this set even the most stout-hearted man's teeth on edge. Finding out the disquieter responsible for this bedevilment of the tropical virgin forest might be in vain even for the zoologist with long-term countryspecific experience.

When something started to crack at our shed and our hammocks started to shake we knew that something was wrong with our dwelling. The gable pole had broken in the middle and almost killed us. So, my sleep was all over and I spent the rest of this marvelous starlit night chatting with *Tavares* of whom I got a lot of useful information about the lake district ahead of us and learned from his knowledge about the shape of the Calçoene and Counany rivers. His dry way of narrating and lecturing matured by his age and serious life experience entertained me in both an informative and convenient way until the crack of dawn. We did not much suffer from the mosquitoes.



We were on board of both tubs long ago before sunrise and enjoyed at this fresh morning, the indescribable beauty of nature of the lake landscape to the full. The direction from which came the concert of shouting monkeys last night turned the balance for the question where to head with my tub; so I traveled again up-lake, once going in the middle, once approaching the bank or entering one of the bays each of which offered beauties and peculiarities of their fauna and flora. Although the “guaribas” (brown howler monkey) didn’t show up, I was amply compensated by a big gang of squirrel monkeys (*chrysothrix*); by their yellow fur and black muzzles they could be easily recognized from the distance. They merrily practiced their “gymnastics” between the palm fronds; no doubt having spent the night there. Although I carried the rifle with me I didn’t think in shooting, too much was I absorbed in this idyll. My only regret was that instead of bringing home a well-made water-color painting it wouldn’t be much more than a black-and-white photography and general impressions, to remember.

Lake Tralhoto as it was called by *J. Tavares* – why did I miss to ask about this name, however, I am sure that it’s name was rather diverted from it’s shape and not from the existence of tralhoto fish (*anableps anableps*) which surely is an inhabitant of brackish water – has a stretched shape; it’s longitudinal direction is given as SW to NE. Near our shed it might have had a breadth of 500 m, it’s length we guessed to be more than 2 km. To sail round our lodging it took nearly one hour using our tub. Going upwards or inbound, respectively, the lake at right had a considerable bay; to the left an initially wide channel becoming more and more narrow would have lead us, heading westward, to regions which had to remain unvisited. This channel is obviously the feeder of the lake. On the bottom which is seawards we detected, again beginning in bays, two narrow and one wide outflow channels at our left of which the first ones passed a forested hill on both sides and went north whilst

the latter one headed NE. To our right a rather large bay had again its channel heading eastward. Strange, even Jeronymo Tavares' local knowledge didn't give us much hints in understanding the hydrographic network; he only knew the proper lake surface, but he rather ignored the opposite banks, being them downward or upward. He, a child of nature, fully occupied to earn his life shouldn't be blamed for this. Nevertheless, his and my opinion about the north-eastern outflow channel to be the main one, complied. He supposed that this channel would communicate every now and then with the sea, at a coastline bay north of the mouth of Counany river called "Cul da Onça" (Tiger's Ass). According to this foul-mouthed term this place must be of bad renown to the fishermen. On the opposite side there are obviously underwood, lakes and savannas. The inflow coming from the west is supposedly the "Igarapé do Tralhoto" to the hydrographical system to which is obviously belonging the humid forest gorge, in front of our last-mentioned ascent. The Igarapé of this name was said by the people of Counany to be the first watercourse which must be traversed on the overland journey to Cassiporé river. Near Counany it is said to be just about 3 m wide which complies with my own calculation.

The "Lago do Tralhoto" is – this supposition came to me immediately – just the beginning of a whole system of fresh-water lakes which should be imagined to be an insert to the coastal line appearing blank in all maps, between the lower Counany and the lower Cassiporé. This is fed by rivers and creeks flowing in the same direction descending from the savanna's tableland and heading easterly towards the coastline but, in part, will not reach the Atlantic Ocean by themselves. So, coastal lakes are being created which can be connected to the sea from time to time. Hence the brand new fact is to be stated that the phenomenon of coastal fresh-water lakes which certainly is characteristic for the southern zone between Counany and Araguay – a development culminating

between Amapá and Araguay – is being repeated more northerly until the Cassiporé river. The relationship between Lago Tralhoto and other similar fresh-water lakes, bigger or smaller ones was, by the way, a strongly believed supposition as well of *Jeronymo Tavares* as of *José da Luz*, the then Governor of Counany. This supposition must be fully confirmed by future exact and scrupulous research of the coastline.

We regretted not to be in a position during this expedition to give solution to this certainly interesting geographical task with all the necessary thoroughness, but the circumstances didn't permit it and I had to stop these activities regarding the needs of my companions. On the other hand I am able to give a contribution in an other respect regarding the knowledge about the coastline between Counany and Cassiporé, a contribution which represents the proper key to the origin of the said lake system; it is related to the inland rivers and creeks which must be crossed when traveling overland from the southern (Counany) to the northern (Cassiporé) of the more important streams. Anybody taking the newly built "piccade" beginning at the upper end of Counany village heading for Cassiporé will come across, one after the other, of the following waters all running more or less in W-to-E direction:

	<b>Name</b>	<b>Relative Distance</b>	<b>Approx. Breadth</b>
1.	Igarapé do Tralhoto	2 hours	3 m
2.	no-name northern branch of above	½ hour	2 m
3.	Igarapé da Visão	3 hours	1,5 m
4.	Igarapé do Cedro	4 hours	5 m
5.	Igarapé da Ponte	3½ hours	6 – 8 m
6.	Igarapé Grande	2 hours	33 m
7.	Cassiporé	3 hours	55 m
	Total of relative distances	18 hours	

According to above table it is evident that, between Counany and Cassiporé, a number of watercourses are running towards the coast which, in part, show breadth's worth mentioning and which cannot be ignored in the future, by cartographers. The values given above, however, are only valid at the intersections of the watercourses with the "piccade" and leave us in doubts about their behaviors closer to the coastline and about the their mouths at the ocean or about the probable system of lakes. There are arguments existing which, to give an example, don't exclude the possibility that the watercourses listed under 3, 4 and 5 merely represent southerly feeders to the impressively wide Igarapé Grande; furthermore decision is left to be taken which of the listed rivers is feeding which mouth/s known as "Três Bocas" (Trois Bouches) from sea-charts. It is worth mentioning that the said "piccade" meets the Cassiporé stream<sup>65</sup> at a point which by the way is half a day of traveling by boat away from Cassiporé village. Furthermore, the relative distances totaling in 18 hours from Counany to the Cassiporé presume that the "piccade" is in a better shape than the one I met then. A valuable hint for the supposition of extensive coastal fresh-water lakes to be correct I can see in the presence of pirarucú. This fish is known to avoid puddles, brackish water as well water in rivers and creeks. It is a very particular fish having special demands on the quality of it's dwelling; it is looking for still, clear, fresh and large inland lakes, preferably shadowed by virgin forest. The fisherman *Tavares* who is exploring the Lago Tralhoto has asked himself a reasonable question based on nature watching: "Where do these pirarucús from which I catch?" He came to the opinion that these fishes must immigrate coming from more northerly lakes via these channels connecting the lakes. He

---

65 The way of spelling used by the French is "Cachipour"; the Brazilians insist in the spelling "Cassiporé" which is by the way adopted in the sea-charts of *Mouchez*. With the old authors "Caipurogh" (at Keymis) and "Cassipurogh" (at Harcourt) is found. Etymology and meaning have been letting me at sea until today.

made the experience that at certain times they came from a certain direction which he indicated by pointing, and he would catch as many as he liked and there would be always new supplies of this fish. There was almost no contradiction against this conclusion.

The newly built “piccade” towards the Cassiporé<sup>66</sup> is by no means identical to the dotted “sentier” which *H. Coudreau* drew at random in his little special map PI. II based on vague informations. The land-bound trail was walked earlier by one of his compatriots but it has been lost for a long period. Our local inquiries on this issue resulted in the information that this trail has disappeared and no trace is left which would remind of this man. The new “piccade” is run closer to the coast and begins directly in Counany village and not above the village like the old one. At this opportunity I would like to furthermore observe that the “Lac du Transporté” shifted by the author at a great amount towards the inland, is imaginary, probably invented by a prisoner who escaped long time ago from Cayenne. Or there is existent a remembrance which was passed on from generation to generation finally well distorted about lakes which came, indeed, always nearer to the coastline and the first one was Lago Tralhoto which we realized and saw with our proper eyes. The said author has himself disqualified regarding cartographic details of the region in question because everybody in Counany definitely denied that this gentleman ever left the village for more than one hour of distance to have a look around. This illuminates meaningfully the credibility of his drawings and writings!

We made our return to Counany under broiling heat, on 18 October. Passing the savannas made us sweat infinitely and our

---

66 An available land-based way from Counany to Cassiporé is a necessity for those mostly Brazilian settlers living in that region of South Guyana, with the only exemption of the Calçoene River where a mass-immigration of goldwashing creoles supported by Cayenne may be noted. This necessity is even bigger because the mouth of the Cassiporé has such shallow waters that it is not navigable neither for steam-boats nor for sailing-boats. Since the sea route is unsuitable, although it would have been quite comfortable, the only way out will be the construction of an inland road.

feet already stressed on the day before, suffered indescribably caused by hard trunks of “barba-debode” as well as by Anany roots when passing forests. Occasionally traces of light rain could be seen in the Cerrados (bushland). Having arrived at the bank of Igarapé da Roça we discovered this feeder of the Counany at alarmingly advanced low tide so that we could lower our tub only with much effort into this runlet. In a last minute effort and with all our strength could we escape from a bridge of excrements, then after reaching the Counany we had to hop from stone to stone. Having arrived at home – between 2 and 3 pm – the normal thermometer still displayed 32.8°C, whilst the maximum thermometer showed 34.5°C and the minimum one 20°C. Even at 9 pm our normal thermo, equal to the one at the museum of Pará, still indicated 26.4°C. These days were probably the hottest ones which we experienced in Guyana.

I devoted the 21 and 22 October to the reconnoitering of the upper reaches of Counany River. Having organized in the eve, not without some effort, a suitable tub and having hired two reliable rowers named *Severino* and *Laureano*, I and taxidermist *Tanner* boarded the boat early in the morning of 21 October, the sun shining brightly. Additional passengers were the sexton of Counany, a paraense of São Caetano, and a black lady who intended to visit her brother at his country estate more up-lake. Since we now had two more people on board who knew to use an oar I didn't object although we suffered from a serious lack of space and less com fort. Initially we got on quickly. But a few minutes above Counany village we came across the insignificant “Corredeira do Ariramba” (cataract of A.) which can be crossed without problems at high tide. Initially we took note of direction and length of each bend of the river using compass and watch. However, these registrations were boring by their monotony: each rather straight leg going NW was followed by a leg of almost equal

length but going SW. So we recognized that we were altogether heading rather exactly west following a zigzag course up the river. Some of these legs could be passed in six minutes, others required the tripie. The water continues muddy even almost two hours above and below the village and is by no means inviting (to swim). The vegetation is initially consisting of bamboo groups alternating with assay palm-trees. Spindle-shaped anhinga (*montrichardia*) with it's clusters of leaves is found occasionally well above the village forming, however, more and more just a small fringe along the bank until appearing sporadic and shorter and finally disappearing completely. We were able to state that there is a significant coincidence between the border line of beginning of a friendlier growth of those characteristic aroids on one side, and the ending of influence of tides on Counany river; this point is marked by Cachoeira Grande. Various creeks fall into the river, some coming from the right, some from the left. Until to this rock known to the locals as Pedra do Cacoal Grande, we registered as coming from the right, Igarapé do Campo and I. Jutahy and above the latter one, I. Luísa, I. Laginho and I. do Mucambo<sup>67</sup>. In the same way we counted the left-sided creeks as I. do Curupiã below the said rock and above, I. da Romana and I. do Benedito. These lateral waters being insignificant at dry season, got their names from persons living actually in Counany. This is because the upper reaches of the river represent the summer vacation resort of the people of Counany who are willing to spend a good summer holiday hereabouts. To own here a "sítio" which means a country seat, to cut a clearing into the woodland and to run a manioc plantation and to use these as a welcome excuse to hide away without being disturbed or seen by the neighbors in order just to fish or sleep, thus having an idle and luxurious life, this means to the people as

---

67 Of all these Iguarapés, even in the latest Guyana map which I happened to see and which was published by "Société de Géographie" in Paris as appendix to Coudreau's latest work "Chez nos Indiens" (Paris 1893), only "Crique Louise" was included and again, drawn in a dotted line.

I noticed the ideal way of life. The more on goes up the Counany, the more understandable this tendency becomes because life is a virgin forest idyl at the upper reaches of this river and there can nothing equal be found around the world. The landscape shows more variety. The water becomes visibly more transparent and the slopes are rising up to 10 m above water level; yes indeed in the background I saw some ones which I guessed to be 20 to 30 m high. As from here on the Sítios appeared to stand closer; well ventilated barracks, the roofs covered with palm-straw, rarely subdivided into more than half or a quarter room by mud-walls arranged in tabique style, looking gently towards the river. Some are landed properties built in a smaller or larger clearing depending on the efforts of the owner and of age; others are partially hidden by the banks' vegetation. The boat path begins, as a rule, with a fallen trunk behind which the house's boat may be found well anchored in a calm bay, having fishing gear, Indian style paddles and bow and three-point arrow on board giving a picturesque view. Bow and arrow would be used exclusively to shoot bigger fishes. So we already arrived at 8 o'clock 37 minutes pm opposite to Sítio Terra Alta which consists of three sheds and belongs to a certain *Donna Candida* and her brothers and sisters.

Behind the above mentioned Pedra do Cacoal located just a few minutes downstream there can be found a cocoa plantation now neglected; its origin goes back to the Jesuit fathers *Ferreira* and *Padilha* who were charged during last century (1778) by France to found in Counany a secret mission of colonization (following the model of the Guarany mission in Paraguay). This plantation is nowadays regarded as common property, however it is decaying as they say, for lack of initiative of the present generation. – At 9 am we arrived at Cachoeira Grande, the first major obstacle for a canoe ride. A real army of granite rocks arranged side by side thus forming a closing belt not exceeding 50 to 70 m of width. The bigger



rocks are round on their tops, flattened like a cupola; they also show, in some cases, a tendency of an onion-like peeling, following weather-wear whilst the real direction of the breaking line inside the healthy rock is different and produced sharp edges and niches. Between the larger rocks there are fissures and gaps which in part are bridged by loose or clamped fragments of all sizes and the same stone; yet the passing of this closing requires climbing through a glacier moraine or a ravine of a Central-European alpine creek. The big round boulders remind me much of the characteristic granite rocks of the bay of Rio de Janeiro and of the south Brazilian coast at Cabo Frio and Victoria, as recently well illustrated by *Professor Branner*<sup>68</sup>. The water is winding between the smaller rocks in narrow veins which would not permit any boat to pass. The level difference of the river above and below the Cachoeira amounts to little more than 3 to 4 m.

At Cachoeira Grande, for the first time, I came across a podostemaceae vegetation (river-weed family) in their natural place with all their charms and beauties which, in this first location, appear only outlined and are met fully developed more up-stream. Of Mourera Fluviatilis (aquatic Amazonian plant) a few specimen were encountered, though not yet flourishing. However, its mighty leaves curled at the edge like “choux fris e” present a majestic green color thus alone being a true great enjoyment for the eye.

From now on the water is clear, transparent, though a bit brown-reddish, and can be compared to the water at a swamp meadow. Each detail on the bottom of the river is exactly perceivable, so that it is pretty easy to avoid underwater obstacles like trunks, rocks or shallow places and the paddles may be used courageously. Numerous matupir is – graceful fishes from the characinide family wearing a dark spot before the tail fin – and

---

68 *John C. Branner*, “The supposed Glaciation of Brazil” – *Journal of Geology*, Chicago, Vol. 1, N.  8, Nov.-Dec. 1893.

colorful acarás from the gorgeous species of fresh-water cichlidae approached fearlessly our tub, showing different reflexes at each movement and marvelously sometimes appearing as if they were bathed in a silvery liquid. At the banks initially branches of the juquiry bush were hanging into our way, a plant having willow or peach leaves but unfortunately not carrying flowers. So our botanist abstained from appointing this plant. Continuing our way we saw directly at the banks increasing unfolding of the century-old very virgin forest with its grandezza and majesty which cannot be literally described but can only being felt. The majority of forest trees of which several were known to us from Pará by their shape of branches and of leaves were risen above occasionally by a mighty “sumaúma” or similar tree reaching an impressive height. One of these giants was occupied by a flock of howler monkeys, an other one by a troop of white-breasted toucans or yellow-tailed [Cassikes] sharing space with a colorful mixture of larger or smaller birds tramping about which adore to speed into one of these tree colossuses and then flying about like dust leaving the spectator just wondering where they would be heading. The lower branches arched like wide arcades at the margin of the river banks and our upright boatswains preferably steered the tub to pass under these shady halls. The pleasant freshness which prevailed here as compared to the glaring sun in the middle of the river, compensated abundantly for the inconvenience caused by the need to bend and kneel down when, repeatedly, passing by low-hanging or water-level touching branches.

Just after 10 o'clock we had a break to our right at the “Sítio do Sebastião”, so-called by its owner, a strong and bright negro who, after having welcomed us warmly, offered us various small living turtles (*Podocnemis*) as gift. He also offered us to replace the leaving sexton from Counany by asking his two boys to accompany us. Furthermore he promised to supply us with a collection of

fishes both for scientific and gastronomic purposes, by the date of our return. After breakfast we were off upstream again. Round about noon we reached Cachoeira do Naná waterfall. (“Naná” is the Guyanese name for the pine-apple growing wild here and we took the opportunity to persuade ourselves about its spontaneous occurrence in the environment of Counany). The waterfall was divided into two arms and showed a big width. The right-hand arm appeared to be rather dry; the canoes took their way using the left-sided one. The rock fragments giving a certain sound when stepped on, appear to be of the same nature like the ones on the whole route traveled. These fragments here broke away in form of plates<sup>69</sup>. The level difference (of the waterfall) was again just a couple of meters. The stones in the waterfall itself were covered by colorful podostemaceae of which the force of sticking to their base was really amazing. Again on the rim of the waterfall there were the more beautiful and more developed individuals populating the space where the waters are preparing to give their most powerful performance. Here again our boats must be carried upstream using ones own hands and ropes, the load had to be shouldered. Doing so takes about half an hour or  $\frac{3}{4}$  of an hour. We wouldn’t call it a loss of time because the natural scientist found a lot of opportunities to take advantage during such breaks to enjoy nature and find something new. On the rim of the waterfall we were delighted to look at the numerous pink flowers and yellow-green pods of the apă tree (eperua). Some to the left bank some to the right bank these flowers hang down until water level growing on meter-long stalks. To find our way we had to separate these stalks with our hands. Just 15 minutes later we came across yet another obstacle, the “Cachoeira do Coatá”<sup>70</sup>. This one, however,

---

69 *Dr. Friedrich Kratzer*, head of the geological department of our museum in Pará, explains all of the stone specimen we brought from Counany, to be (Biotite-Granite). He stated his intention to examine these specimen by petrographical methods soon.

70 “Coatá” is the native popular name for the long-armed black ateles monkeys.

is not really a waterfall but is belonging to the category called “corredeira” in this country. This is a rather low barrier of fixed and loose rock fragments creating a multitude of creeks at dry season of which no one will offer width and depth sufficient for a tub to pass. “Cachoeira do Coatá” in October presented the picture of a *vast* field of rock fragments, but had a very unique charm because there were thousands of fully flowering [mourerabouquets] between the rocks and at the rim to be admired. Here and more upstream the collection of this material filled a complete barrel of spirit, material most welcome to most botanists of the world. There is an indescribable charm in the contrast of colors which exists between the juicy green of the imposing leaves wriggling just below the water surface, and the tender pink of the blossom stems rising up at an average half meter and carrying two, three or four blossoms. Having sufficiently enjoyed the sight and having made sure that the rowing people had managed to shift and carry boat and luggage through the middle of the “corredeira” we boarded again our tub after having walked a detour along a steep slope where we saw a “sítio” at the right-hand banks. More upstream the charms of apá trees were joined by those of the caraóba tree which was fully covered by bluish blossoms at this time, giving the fluvial topography’s physiognomy a high-grade beauty. At 12 o’clock 50 minutes we arrived at “Sítio Ponta Fina” which belonged to *Ezequiel*, our host. Looking topographically at the location it might be called a curiosity because the Counany is forming a loop of which both arms are so close to each other that, at high tide, a boat could shortcut the river at a certain spot via an artificial cut. The separating earth wall of bedroom length could be easily passed by boat, thus preventing a detour of some 20 minutes of rowing. according to my guess work.

Flora and fauna never stopped to come out with new surprises. We repeatedly saw stags which on our approach jumped

into the darkness of the forest. We also came across a substantial flock of wild pigs at a beautiful place at the banks where they are slightly declining and are stone covered. These pigs didn't wait for us so that we couldn't seriously think in pursuing them. Round about 2 pm we arrived at "Cachoeira da Panella". Hardly overcome this obstacle we arrived, 10 minutes later, at "Cachoeira da Chocolateira" and were obliged again to disembark and reload our luggage. So, "cooking-pot" and "chocolate-pan" as called by the Counany folks are two adjacent waterfalls which – although not being dangerous at this season – represent quite a lot of problems for boat users. The differences of level are insignificant. At "Chocolateira" I liked to stay for a while because it represents a rather classic environment for *mourera fluviatilis* and other smaller podostemaceae. At this place but from aboard the boat I took a photography on our return journey. This photograph was the basis for a chromolithographic vegetation picture which was published as a supplement to "Boletim do Museu Paraense" (Tom. I, Caderno IV).

Having travelled for another hour – the clock showed already 8.10 pm – we arrived at yet another waterfall, the so-called "Cachoeira do Pai Joaquim" showing a small level difference as well.

Being forced to pass a whole day waiting in a small boat would be quite a performance and trying one's patience over there in Europe in summertime, the worse it definitely is under the hot sun of Guyana. After all we were really glad to arrive at the bottom of "Cachoeira da Rasa", just after 4 pm. This was our final destination, if we liked breaking off or not, for various imperious reasons. First of all, my personal time table simply didn't permit to extend this trip without damaging the expedition planning as a whole. Furthermore I had to tell myself that we were not prepared nor equipped for continuing the journey, considering our companions

as well as our food supplies and equipment. At the bottom of “Rasa”, at a steep slope on the left-hand side, there is the last human settlement at Counany river. No European stepped beyond this place yet. Even reaching this place rarely was accomplished by anybody who was educated to write down what he saw. It was as sad as unavoidable for our purposes to break off at the threshold to the really unknown and unexplored, and return.

In this last human shed which looked rather miserable we asked for shelter to stay overnight. The owner, *Mr Romano Antonio de Lima*, whom I met personally when returned to Counany, was traveling at the time to Cassiporé, accompanied by some men of the same settlement. We were admitted, but the only persons present were just women and children. The admission was more friendly when I overheard, without intention, a dialogue held in the adjacent bed room which contained complaints saying that they are too poor to feed visitors, and I had good news telling our hosts that we are bringing in food supplies for all of us being sufficient for two days. We also promised to go hunting for food because we knew about rich local hunting grounds. We could say so without regrets because it was not for the first time that we made both ends meet for us and others using the shooting gun.

“Cachoeira da Rasa” is a serious obstacle for navigation at the upper reaches of Counany river. “Rasa” is not a single waterfall but a long chain of falls having a total width of almost one kilometre and quite a large level-difference adding up the numerous levels. As far away as the visitor standing at the bottom of the waterfalls can see he sees an endless granite staircase with notches consisting of round and flattened terraces or boulders which are approximately following a west-to-east direction and crossing angularly the river-bed which is following a NNE-to-SSW direction. The clean crystal-clear mountain water distributed itself to several narrow and sometimes deep channels. At that time it would have been

possible for a physically well-trained man to jump from notch to notch to reach the opposite bank without wetting his shoes. Taking advantage of a beautiful evening light I managed to take a photograph of the bottom of the Rasa falls. Then I passed the rest of the evening until complete darkness studying the rocks surface which was a hard granite, finding a vein-like two fingers wide black enclosure at a rock on the leftside bank, indicating a possible metamorphosis; watching various plants growing on boulders in the river's bed, some living in the water, others above the water level; and hunting parrots and pigeons which approached the high trees of the magnificent banks forest on either side, without showing fear. Using the light of our traveling torch we sorted out hunting spoil and taxidermist *Tanner's* shooting gun had made sure that the kitchen's share was unexpectedly rich. Magnificent *patagioenas speciosa* with its coral-red beak appeared to be numerous in this region, perhaps the most beautifully colored pigeon in South America. The bestlooking samples were prepared by taxidermy for our collection, an activity which took our time until late at night.

Inhabitants of the very outpost as well as various people of Counany told me that upstream there was an increasing frequency of waterfalls (talk was about 18 major ones) and that the closest one called Cachoeira do Jacaré – at a distance of 1 to 2½ hours – was pretty more important than Rasa falls. Statements of falls beyond Jacaré became more and more blurred and vague; however, I know people of Counany who penetrated upstream despite of increasing difficulties taking several day's journeys. However, I did not achieve any clear information about the headwaters of the river being worth to be published; nevertheless I could gather the fact that, according to the affirmations of those men who travelled along the upper reaches, that the Counany river does not reach the length like its brother rivers Cassiporé and Calçoéne and does not come

as near to the Serra TumacHumac as the before mentioned. There was a reason for privately researching the region: the gold-fever as a rule to motivate men. This understanding is definitely explained also by the fact that the diggers returned from exploration of the upper reaches without success.

At the end of the day we found a place to rest at the porch of being erected on chest level above ground made from split palm logs and covered by palm straw, without any lateral protection. This is the usual primitive construction style encountered anywhere at Guyana's coast line. The night was star-lit and really refreshed us, particularly in the morning. There were no gnats at all to bother us at our well-ventilated watch-tower location. Every now and then we heard the concert of the howler monkeys from the adjacent banks forests. Everybody might believe that this noise would be produced by a large number of individuals, but I am completely in compliance with *Wallace* (French cartographer) who said already in the 1850s that only a few monkeys are sufficient to produce such a tremendous uproar; generally there would be one only individual responsible for the concert, however, circled by his family.

On our return trip next day, all these marvellous landscape sceneries passed by our eyes. At the waterfalls we insisted to stay a bit longer watching the podostemaceae (river weeds). Zoologically spoken we were fully engaged, too. We killed one otter, monkeys, various toucans, parrots, falcons, kingfishers and swallows, in part typical species of Guiana, moreover various herons, sandpipers and one limpkin (*aramus scolopaceus*). hyacinth macaws passed from left to right and right to le at any time, however mostly beyond of reach of our rifles. Among the larger parrots we met the sturdy mealy parrot (*androglossa farinosa*) in large numbers. At Cachoeira da Panella we were pleasantly surprised by a troop of six marvellous red-fan parrots (*deroptus accipitrinus*). At the same place we also saw a sunbittern (*eurypyga helias*) tripping



around as well known at a shadowy water place. Exactly as on Marajó island our boat scared numerous flocks of small bats which sat in wedge-shaped arder clamped to water-based trunks, strange at bright sunlight. However they found their way fleeing skilfully despite of bright daylight. They were rhynchonycteris naso and, for sure, the same species of gnat which was found and reported by *Crénaux* under similar circumstances during his Oyapock journey, however, without being sufficiently familiar with zoology to know the point of it. We saw sand heaps with swarms of big yellow digger wasps buzzing around; wasps' nests mounted well up in the trees between the dangling bag-shaped constructions of the yellow-tailed [cassikes] birds thus forming an efficient protection for its feather-type neighbours. This bird emits when well humoured, a strange ringing which reminds us of the ringing of goats feeding on an alp. Furthermore we saw the man's height nest of the mandaçáia bee (melipona) fixed to a gigantic tree's trunk in a height causing giddiness; then a tree-frog weeping like child because being caught by a tree-snake (herpetodryas); all this and much more kept our attention under continuous stress. Arriving at *Negro Sebastião's* place we found, much to our joy, the promised collection of fishes and received on top of this as a gift one of those gigantic "trahíras" (macrodon trahira, a fish?) which I never saw before in Brazil but which appears to be proper to the coastal rivers (Counany and Cassiporé). The specimen measured almost one metre in length, one span in height and had a weight of several kilograms. Repeatedly I was assured that in the upper reaches of Cassiporé there are trahíras which could cause problems to a man to carry one away. We were delighted to watch – more downstream – the tracajá turtles sitting on tree trunks and being alarmed on gunshot's distance dived away into the safety of the stream, leaving us without getting hold of any specimen.

After two days of absence we returned safely to Counany on 22 October at night, carrying a rich load. I have to neglect reporting in detail about other participants of our expedition's activities. I can do this the better because the botanic and archaeological results – both being very rich – will be published as special issues in other location. *Dr J. Huber* visited the savannah region on the right banks of Counany river undertaking a push towards the so-called Rio Novo; *Prof Aureliano Guedes* had his rare lucky chance to discover a well intact indigenous burial-ground and dug out – using his undoubted expertise earlier acquired in Marajó – a lot of original and well-preserved urns and other products of prehistoric ceramics. The magnificent collection can be found nowadays in Pará Museum giving to it a fine ornament. I just would like to restrict myself to remark that researching it probably would be helpful to clarify the ethnological relationships of the earlier indigenous population in the coastal area of Guiana now known as being pretty obscure; a matter of interest would be the comparison with the findings of Marajó and other places in the Amazon mouth region.

At this place I renounce from a detailed description of the actual Counany region, its population, their customs, their trade, their farming and so on because this material is sufficient for a proper dissertation which would be essentially interesting when comparing it with publications about things and relations usually written beyond river Rhine. Until today it's too easy to publish belletristic reports about the much-discussed coastline of Guiana because critics which could be uncomfortable are rarely found and if there is any, can be kept quiet for a long time or even overtopped by clever use of geographical societies, colonial newspapers and celebrities (as opinion makers). The sentence “calumniare audactor” (impudently calumniating) here comes true strikingly.

Being presently overloaded by official duties and thus being forced to give a short only resume of the most important topics. So I am passing on some details about Counany. On 20 October at 5 pm we did some research on Rio Counany. Its width was evaluated at the landing bridge of the village as 48.4 m at medium tide. At high tide there must be added 3 m for each bank, the right bank having a light slope and the left one (at the village) having a steeper one. These figures apply, as said before, for the dry season. Using a fluid-type thermometer bought at *Müncke* in Berlin – continuously checked against other test gear – we measured the water temperature at 29. 25°C at the rim and as well as in the middle of the river. Homochronous air temperature was at an amazing 27. 2° C, hence 2° lower .

A tabular synopsis of weather data in Counany looks like this:

12 October	Minimum of previous night 20.5°C; cloudless,hot
13 October	Overcast and windy as from 9 pm
	5 am 21.6° n. temperrature
	2 pm 31.9°; max. temp. 38° at 12 am
	9 pm 25.0°
	Min. temp. last night 19.5°
14 October	5 am 20.6° n. temp.
	2 pm 32.7°; max. temp. 33° at 12 am
	9 pm 24,9°
15 October	Windy and hot
	5 am 20.7° n. temp.
	2 pm 32.7°; max. temp. 33° at 12 am
	9 pm 25.3°
16 October	Overcast, hot; minimum last night 19.5°
	5 am 20.3° n. temp.

	2 pm 31,9°; max. temp. 33° at 12 am
	9 pm 25.3°
17 – 18 Oct	Excursion to Lago Tralhoto
17 October	5 am 20.9° n. temp.
	Minimum at night 17/18 Oct 20.0°
18 October	Marks of rain in the savannah
	2 pm 32.8° n. temp.; max. temp. 34.5°
	9 pm 26.4° n. temp.
12 October	Minimum of previous night 20.5°C; cloudless, hot
19 October	Some rain in the morning; night's minimum 21.0°
19 October	5 am 22.4°
	2 pm 32.0°; max. temp. 33.0° at 12 am
	9 pm 26.1°
20 October	Sunday; fine hot weather, last night's minimum 19.0°
	5 am 20.3° n. temp.
	5 pm 27.0° n. temp.
	Minimum of night 20/21 Oct 19.0°; no rain
21-22 October	Excursion to uppe reaches of Rio Counany
21 October	5 am 20.3° n. temp.
22 October	9 pm 25.1° n. temp.; no rain
	Minimum o night 21/22 Oct 20.0°
23 October	Windy, very sweltering in the afternoon
	5 am 20.4° n. temp.
	2 pm 32.1° n. temp.; max. temp. 33 <sup>a</sup> at 12 am
	Some rain in the night

Breaking off meteorological observations because next day (24 October) was departure day.

Simultaneous temperature observations as taken at the met station of the Pará Museum:

11 October	7 am 23.6°
	2 pm 32.4°; max. 32.8°
	9 pm 25.8°, no rain, clouding: 1 cum.2 p.
12 October	7 am 25.6°; max. 32.8°
	2 pm 31.0°, min. 20.8°
	9 pm 25.4°, no rain, clouding; 3 cum, 2 p
13 October	7 am 24.8°, max. 33.8°
	2 pm 32.2°, min. 20.7°
	9 pm 24.0°, light rain 1 mm between 4.30 and 5 pm, distant thunderstorm in east, clouding 5 cum 2p
14 October	7 am 24.6°, max. 33.5°
	2 pm 33.4°, min. 20.8°
	9 pm 24.8°, light rain 1 mm between 4.45 and 5.30 pm, distant thunderstorm in NW, clouding 4 cum 2p
15 October	7 am 23.8°, max. 32.5°
	2 pm 32.0°, min. 20.8°
	9 pm 25.4°, no rain, clouding 4 cum. 7 a.
16 October	7 am 24.2°, max. 31.0°
	2 pm 30.5°, min. 20.7°
	9 pm 24.8°, no rain, cluding 5 cum. 2p.
17 October	7 am 24.0°, max. 32.1°
	2 pm 31.3°, min. 20.6°
	9 pm 23.4°, thunderstorm between 3.30 and 4.30 pm: heavy and light rain falls, cloudy at evening
18 October	7 am 24.6°, max. 31.1°
	2 pm 30.0°, min. 20.6°

	9 pm 24.2°, thunderstorm 2.30 – 3.30 pm, light rain 1 mm 5 – 6 pm, yesterday's accumulated rain 28.3mm
19 October	7 am 24.3°, max. 31.8°
	2 pm 31.8°, min. 20.7°
	9 pm 24.4°, no rain, clouding 2 cum. 2 p.; 1 cum 9 p.
20 October	7 am 24.4°, max. 31.8°
	2 pm 31.8°, min. 21.7°
	9 pm 26.0°, no rain, clouding 1 cirr.7 a.; 6 cum. 2 p.
21 October	7 am 24.2°, max. 32.7°
	2 pm 30.7°, min. 21.8°
	9 pm 26.2°, light rain from 9.15 – 9.30 pm; clouding: 5 cum. 2p.; 6 cum. 9p.
22 October	7 am 24.8°, max. 32.5°
	2 pm 31.6°, min. 21.8°
	9 pm 25.2°, thunderstorm with light rain from 4 – 5.30 pm, clouding: 3 cum. 2 p.; 3 cum. 9 p.
23 October	7 am 25.0°, ma. 33.0°
	2 pm 33.0°, min. 20.7°
	9 pm 25.2°, light rain from 5.30 – 5.45 pm

The comparison of both series of test results is interesting although the early morning observations were taken in Counany at 5 am and in Pará at 7 am. Whilst the mínima in both locations were pretty much the same, the temperatures at 2 pm and 9 pm resulted in somewhat higher values in Counany as a rule. By the way there was unanimity between all participants of the expedition and already after the first few days that the ambient temperature here is higher than in Pará. The village, alias, is located on a granite hill covered by a rather poor crumb and corresponding vegetation

which is being heated up by the singing sun of Guiana to a degree that one can feel the heat through the soles of one's shoes. For me who knows a good section of Brazil from my own experience and has learned during long journeys to watch out for details which other people wouldn't have noticed, it was quite clear what to think about the climate of Counany. Just a quick glance onto the yellow-brownish look of the coffee bushes and the curly leaves of the orange trees was sufficient for me to know about the pathological phenomena concerning these cultured plants which don't feel well. In the south of Brazil this reaction can be found only in the hottest and driest summers and in unfavourable places. For this reason I believe to have given a well-intentioned advice to the people of Counany asking their attention for and considering the multiple advantages of moving their village to the more healthful upper reaches of the river.

Preparing our departure took almost all the morning of 24 October. Exactly at the expected day and hour the shrill and distant sound of a steam-whistle informed us that our steamboat "Ajudante" had returned from Pará and was ready to give us a lift to Amapá. Weather was fine and clear, the heat considerable. Almost everybody of the village escorted us to the port. There, our personnel distributed themselves to two boats; our pretty augmented luggage was entrusted with a sailing boat which normally was serving on Rio Calçoene. There was not much time left for the sailing boat to miss the correct departure time – the vessel narrowly escaped low-tide conditions when passing the rapids. We then arrived at anchor-place "Igarapé da Roça" at 4.30 pm thus needing 1½ hours to travel this distance. We had a warm welcome on-board and the steamer was put to sea the same night between 9.30 and 10 pm, shortly after high tide permitting to do so.

The brave captain predicted that weather might change and we would perhaps experience quite a restless journey. Hardly having left the Counany mouth when we had to really feel it. The Atlantic lateral waves made our “Ajudante” dance, but she proved true again in the malicious waters of notorious “Cabo do Norte”. Round about 2 am we passed by the mouth of Rio Calçoene. So far I remained up, however, since night was dark not allowing to see anything we finally laid down and managed to sleep despite of the rocking. Entering the – since old times – malicious Carapaporis Canal was achieved already early morning and at 7 am we got sight of the coast of Mayacaré. In the meantime the sea was completely calm.

If somebody would compare *Mouchez’s* sea-chart (Édition d’Août 1894) with Chart I of *Coudreau’s* work, this person immediately should fall upon the discrepancy with regard to shape and location of Maracá Island. The latter one lets it reach until almost 2.5° towards north and moves its northern-end line to the same latitude as the bay of Mayacaré, hence well beyond the mouth of Amapá. Evidently this is untrue, it’s one of those alterations to the presentation of *Mouchez* which may be considered as one of many aggravations. There is no need to be a great geographer or a professional naval officer to be persuaded easily at the location that Maracá’s north-end is pretty exactly at the same latitude as the mouth of Amapá river, and this same coincidence can be seen on *Mouchez’s* map. This fact was taken for sure at first glance by everybody on board.

In the morning we entered the mouth of Amapá river and so we were at the threshold of the second main station of our Guiana journey. Being returned safe and sound from the first half of our expedition dedicated to the North we were looking forward to the second one, not knowing how different would be the farewell of



this second one! How many sad experiences would be linked to this period.

There is something melancholic, scaring, oppressing already about the total view where the spectator sees the coastal line of the mouth as well as the scenic lower course of Amapá river. There are the grey-yellowish waters having an unpleasant touch, there is the monotony sitting on the “siriúba” forests, dominating to a degree that almost excludes any other vegetation, and there can be observed all over the banks destructions caused by the “pororóca”, a dreadful spring-tide thus adding to the impression essentially. This spring-tide has added to the bad reputation of the north-east coast of South America and particularly of several river mouths. There is a chaotic mixture of uprooted, stung and broken trees piling up along the muddy banks and forming a dam which reminds of the fight of cyclopes and titans and the forces of aroused nature should be respected. The local people fortunately know about these regularly repeating events and they are right when linking these bedevilmments to the moon’s changes. There is nothing, absolutely nothing to report which could soften this oppressing impression; There is nothing enjoyable or pleasant is offered to the eye to fight the nightmare which covers this landscape. The only exemption might be a troop of purple-colored ibises, these magnificent, looking like lighting, burning dots against the background, these birds either step around in the mud of the banks or maintain a guard’s position on top of a dry tree of which the branches are buried deeply in the mud whilst its roots are, maybe, reaching high over the surface of the waters, as if they would cry out against the sky in protest about the shameful crime of having turned it upside down.

Near the place the Amapá meets the sea it is a wide, slowly flowing sea of mud lacking almost all charm of the landscape. We soon arrived at a splitting of the river: the northern arm

called “Great Amapá” was left aside and we headed into the more southern arm called “Little Amapá”. According to the sea chart of *Mouchez* the southern arm would be – not in compliance with its name – the more important and wider one. I am unable to judge if this used to be like this in earlier times but I must emphasise that nowadays the situation is exactly opposite. Moreover, *Mouchez’s* chart shows that this region looked essentially different earlier. I would be pleased to admit that the sources on which he relies might be true for the circumstances half a century ago. As known the French held a military outpost in Pará during the civil war called “Guerra da cabanagem” (1836-1841) in the Brazilian history. The existence of this outpost was a breach of contract and its final evacuation following countless complaints from the Brazilian side, caused the latter a lot of anger and efforts. So the French officers being positioned there had all time of the world to have looks around. The difference between *Mouchez’s* declarations indicated above and the present situation consists of an entirely different distribution between water and land. Size and extent of “Lago de Amapá” are significantly less today as compared to his notes and land surface has increased at the cost of water surface. Now, *Coudreau* apparently has tried to take into account these eye-catching changes; however it’s a pity that his Map #II related particularly to this region and is meant to give the impression to the non-adept, of a carefully prepared work but looking at it more strictly comes out as its contrary: on this chart – sorry but is has to be said – almost nothing is certain; not a single dot is in its right position.

Having made this indispensable and critical observation about the existing cartographic special material on Amapá, now back to our journey.

Turning into “Little Amapá” one’s eye catches all over the same monotonous picture. The “pororóca” – so to say non-existent

at the lower reaches of Counany river – constrains the helmsmen to pay special attention here in the Amapá because of sunken tree trunks which frequently change position. In one river you better keep to the middle, in the other more to the side. The less wide lower Counany also appeared to be richer in bends and turns. To the left as well as to the right “igarapés” are turning up which at certain days might have the significance of creeks but which – on occasion of our visit – limited themselves to non-relevant and not inviting muddy channels. All over and at each single step the incredibly solid mud-slopes occurred to us and were found in the main branch as well as in the lateral branches. It’s a long way to the anchor-place of the steam boats; it took us almost the whole morning, but at reduced speed. I am unable to state the exact distance; I guess it roughly to be 70 to 75 kilometres.

Roundabout noon we arrived at “encruzo” and there “Ajudante” let rattle down its anchors. Encruzo is an interesting crossing of four rivers as its common name might indicate: Opposite to Little Amapá (north) there is, so to say as continuation, the so-called “Rego da Serra” (south); at the left “Rego dos Bagres” is entering (from east south-east) which we were meant to know more in detail during our stay; to the right enters “Igarapé do Campo” (from west) which leads to Amapá village. They are in part quite different in terms of in significance and water volume. The first two are, no doubt, bigger than the last one. But this does not mean that “Igarapé do Campo” wouldn’t have a respectable width at high tide. All these observations do not appear in *Coudreau’s Chart #II*. Neither myself nor any participant of the expedition managed to understand, being on the spot, what he drew in his chart about Amapá and environment and, in particular, about the Big Lake.

At least one thing must be stated: In the glossary of the local people the Little Amapá is ending at Encruzo. If, anyway, one would regard from the hydrographical point of view any of the

above-mentioned branches as its continuation, then “Rego dos Bagres” and “Rego da Serra” could be considered only, but not so at all “Igarapé do Campo”. Hence Amapá village is neither located at “Amapá Pequeno” nor at its continuation but at “Igarapé do Campo” which is a western branch of secondary significance.

For us the last one was considered to be travelled on, for the time being, because we wanted to make upstream Amapá village our headquarters for the second half of our expedition. Somebody intending to travel from “Encruzo” up to the village must carefully keep in mind that high tide is essential and that during it going ahead must be done as quick as possible. During low tide (at least during during summer months and dry period) traveling upstream would be absolutely impossible; “Igarapé do Campo” is then reduced to a muddy creek of a width of less than one meter which wouldn’t even let pass the smallest possible canoe with just one man on board. Somebody who would arrive at the mouth of “Igarapé do Campo” at this time wouldn’t have no other choice than to wait patiently for the high tide hour to come at “Encruzo” which would mean suffering unspeakable pains from dozens of gnat stings. This happened to us on our return trip from our journey to “Lago Grande”.

On 25 October however, there was no need for us to wait much time; we tried to reach the village being situated about  $\frac{3}{4}$  to 1 hour up the river on the right hand side using the same high tide which brought us into the river. The village is hidden behind a bend so that it became visible only when we came close to it. Its view as from the river is quite nice; exactly the better houses are those which appear along the riverside, also a few coconut and banana trees contribute to the appearance of this notorious Guyanese settlement as opposed to the impression someone would get after a deeper insight and longer stay in this village. Pains in Amapá village start when trying to disembark. The wharf belongs to the

worst organized, dirtiest and most disgusting ones I ever came across and stepped on to in all my life. Folly and ignorance of the most basic essentials for a reasonable pier finished up in a chaotic heap of sticks, instead of creating a reliable base by ramming piles into the ground and putting a grid structure on top. Truckloads of valuable material were consequently wasted; each new high tide will sink this mess of wooden load deeper into the bank's mud, whilst each low tide will leave behind a layer of mud into which a man may sink until his neck. The inconvenience of disembarking and making ones way across this awful puddle in which the slippery piles merely served for stumbling and for nothing else, even the trouble we had when unloading our luggage, all this was indescribable!

Having finally overcome the suspicious landing, a not very steep ramp will be reached after a short walk of about 30 meters.

On top the whole village is displayed in front of you. It is situated on a tshaped plateau a bit more than 8 m above river level at average tide. Adapting itself to the plateau shape it simply consists of two roads of which one is stretching parallel to the the river bank whilst the other one is situated perpendicularly to the first one and pointing to the inner land. At the crossing of both of them which is near the harbour the few reasonable houses being part of the settlement are located. Their roofs are tiled or covered with zinc sheath. Their number is presently limited to three, of which one contains a "venda" which means shop, the second one houses the nice looking school, the third one accommodated, at the time of our visit, a personality named *F. da Veiga Cabral* who became famous during the pitiable events of 15 May 1895. The remaining houses were primitive "tabique" constructions, the majority of them being poor straw shacks, about 25 left over, not counting the chapel which was a brick stone construction of which the front side was painted with white lime. Furthermore we saw the

ruins and scenes of a conflagration of further 15 human lodgings which were burnt down during the disgusting massacre on 15 May 1895 committed by French marines sent by the than governor of Cayenne – the name of the clumsy diplomat remembered as unfortunate was *Charvein*. There are still traces everywhere of the last French colonial history's ugly stain, like carbonized rafters, burned roofs, broken shutters as well as innumerable bullet craters at the houses' and chapel's walls facing the harbour. I seriously believe that each righteously thinking Frenchman, like me, who does not belong to any of both disputing nations, considering the common grave at Amapá's new cemetery where numerous murdered women, children, old men and sick persons are buried, would break out into the angry question: "Who, the hell, is responsible for this incredible scandal which is a cuff into the face of civilisation of this century?"

But let's turn away from this thriller of modern incompatibility and let's try to catch a sun ray out of the dark clouds of bad memories which were spread about this unlucky place in southern Guyana by the history of modern times. However, the more this need is arising, the more one recognises the difficulty to discover just one single sun ray, because behind one dark cloud there are always again more clouds of similar darkness. Everything appears to be conspiring against the village of Amapá: most remote, remote and latest past, present time and future, nature, landscape, situation and climate. Even if I would ignore the chalice of my proper bitter experiences, even if I would be objective and impartial to admit at least one nicer aspect, my referred efforts remain fruitless, I don't know any.

Certain indicators made my Brazilian companion and me guess from the first minute on that today's village of Amapá was erected above an earlier indigenous cemetery because we had passed at Marajó our, so-to-say, apprenticeship and sharpened our

sight about the prehistoric way of settling of indigenous tribes. In first line it was the regular shape and even height of the plateau which caught our attention, in second line we noticed the difference of colors of the lower and upper layers of soil. The burial-grounds of Marajó Island which were made known in modern times were thrown up, as a rule, by human labour to build hills of occasionally huge dimensions employing a variety of shapes which, sometimes, resembled animal shapes. Some are, no doubt, “jaboty”-shaped (turtle-shaped), others show an obvious “jacaré” design (alligator design). Suitable locations at river banks which, by nature, offered a certain inviting elevation, were levelled up by soil often transported over long distances by barge. The area then received a layer of sepulchral urns, then a layer of soil, then a second layer of urns, and so on. This will be realized by everybody who participated at excavations about structure and design of these prehistoric indigenous burial-grounds, at Marajó. One can make sure equally clearly the correctness of my statement above about the shape, although neither the first nor the second fact is properly treated or established in the numerous publications about this issue. At Marajó the hill-like elevations which serve as place of refuge to the cattle during the rainy season, are called “tésos”. So, the location where today’s Amapá was built, is a “téso” in the saying of its population. A short and superficial reconnaissance of the rim of the plateau resulted in the presence of undamaged, however raw, urns. Even in the streets we discovered ring-shaped marks at three locations which showed the location of indigenous sepulchral urns deeply stuck in the hard soil. Using shovel and hoe we laid bare some of them but desisted from a methodical exploitation because that type of urn with all its indigence and simplicity occurred to us as not being worth the effort; we were already spoiled by the ornamental luxury of our Counany as well as Marajó findings.

We installed ourselves in two rooms. The school house became our laboratory, the children were given holidays for the duration of our staying, the forms were used for storing our plant specimen and taxidermy utensils. A bedroom was conceded to us by *Cabral* in his dwelling-house because he fell ill with malaria and embarked on the evening of our arrival for Pará. In this room we also had our meals which would have been pretty poor if there wouldn't have been considerable contribution from our travel provisions. Our cook was a Negro, deported from Pará who was sent to Amapá to stay in a country seat, because of theft; however, there were no complaints about his services for us.

During our stay, there were about 20 prisoners in Amapá, of whom  $\frac{3}{4}$  were males. Among these people there were the usual thieves, drunkards and hobos, but there were also two interesting personalities: the ex-governor of Counany, *Trajano*, who was the true type of an earlier Mucambo Negro, born in Curuçá (Pará); and *Evaristo*, originating also from Pará (Bemfica), colored pilot of the French war-ship "Bengali" which brought so much misery to Amapá, in May. With both of them I conversed quite often and a lot which apparently did them good. Obviously they suffered more with being outlawed by their compatriots who accused them – up to which degree and to which justification is left undecided – to be traitors and therefore avoided them, rather than with physical ill-treatment. As an eye-witness I may affirm the above statement and I may hope that the historians will take cognizance and defend my statements against immoderate exaggerations and defamations as could be read in European newspapers (arriving via Cayenne) at that time and long time after.

By the way, I want to frankly confess that I never felt really well in Amapá which means neither among the involuntary nor the voluntary population. Life in a convicts colony – this was reality during our stay in Amapá – means, even for the not involved



tourist, always something oppressing. The element introduced by *Cabral* which, at that time, played the leading role, wouldn't win my sympathy just as little as these pilgarlics who owed their stay in Amapá to their vices or silliness, would win my full pity and confidence. More easily personalities to talk to could be found between the native citizens who are the real residents of Amapá, however, this group stood in rather sharp opposition to the regime imposed by the invading adventurers but were in serious disadvantage by their number and influence. I have been told that, in the meantime, a sudden change, an important change to the better has occurred meaning that the above mentioned minority, as should be, won more value.

Off Amapá village the Igarapé do Campo measures approximately 30 m in width. Old inhabitants told me correspondingly that earlier big sailing-vessels were able to comfortably travel on it and that, some 20 years ago, the “Furo do Saló”<sup>71</sup> falling into Igarapé do Campo just above the village, was used normally as a navigable channel between the village and the big Amapá. How different is the situation nowadays! Limpingly a small sailing-vessel will reach the village or a bit further using the main branch, under condition of strict consideration of the high tide timing. The “Furo do Saló”, however, is already today not navigable because it is silted up. I tried two times to penetrate it using a tub, first time at full high tide, the second time at half tide. In both triais I had to return to the village after a maximum of  $\frac{3}{4}$  or 1 hour traveling “upstream” starting from the village. But zoologically spoken both trips were successful: From the tub we saw fresh traces all over the mud, of stags and “capivaras” (water pigs); numerous sandpipers, ibises and herons taking wing on our approach; the puddles and pools teemed with “tralhotos” (four-

---

71 “Saló” is obviously an abbreviation of “Salustiano” – one of those informal name's short forms which are popular all over Brazil.

eyed fish); thousands of them hopped away from our tub in their characteristic way which means quick sequence of hops, being 2/3 above water level, tail beating the surface thus propelling themselves forward. Beyond this, however, there wasn't much to achieve in this poisoned ditch of mud. A fairly better designation can't be conceded even to the main branch of Igarapé do Campo, not all all. One can hardly imagine anything more awkward than this river at low tide. The water flow is reduced to a streamlet of less than a meter of width so that one could easily jump across it, provided that the mud consistence would permit such a jump. Not even a tub would find sufficient navigable water to be moved on in this filthy broth, this being my proper experience. So there are existing on either side of the "river" during half of the day an average of 12 to 15 m wide mud deposits having an estimated profundity of 6 to 7 m which are exposed to the hot sun of Guyana, a disdain to the eye, a horror to the sense of smelling and a never ending danger to the health.

Towards the outback the plateau unfortunately ends already after 1 to 1½ km. At this end the background is covered by a recently cleared forest, the so-called "bosque", a thing which appears to be a copy of a park; wet grottos, marshy tongues, hunting trails which were almost not perceptible even to the native people because of a mess of climbing plants and fallen trees. Last not least there was an incredible number of mosquitoes around which forced even a courageous person to leave the place within minutes. Never before in my life did I suffer so much with the mosquito plague as on my excursions at the "téso" behind Amapá village every morning. There were thousands of these troublesome bores covering all bare skin areas until appearing black; Face, eyes, ears, neck and hands, nothing was spared. Equally difficult were the penetrating efforts into the marshy anhinga brushwood to the left and to the right. Following the first few steps into the twilight of these more than

head-high stocks of aroids, the intolerable myriads would have forced even the most courageous naturalist to escape, in particular in the morning and evening hours. It was more likely to achieve something during the hot hours around midday but there would be other reasons that would cause the aroids to appear little inviting. Zoologically spoken it seemed to me that this particularly troublesome species of mosquito which is dark or almost black, prefers to stay in the siriúba and anhinga forests and seems to be a relative of a gnat which carries the trivial name “morosóca” in Bahia. In the extreme north of Brazil it is usually called “praga” and will always be distinguished from the “carapanã”, the ordinary stinging gnat which enters human dwellings. Its character is completely different because it stings when hardly seated, continues seated impudently and does not intend to escape.

There was another unpleasant surprise in this forest: the presence of numerous spring-guns obviously aiming at “pácas” (large rodent) and “cutias” (bird). The perception that the weapons used were shotguns, made hiking and loafing about particularly dangerous and, indeed, we had to be very careful about avoiding any contact with these murderous guns.

It can be attributed to all these hindering circumstances that for us hunting wasn't that useful as it could have been regarding higher level fauna which was, by no way, considered being poor. I noticed several species of birds which were not common and which cannot be found in Pará, like for instance the red-headed “aracuã” and the naked-eyed thrush.

Between every day's insects I noticed in the troop of butterflies a black heliconier (day-time butterfly) having a single large round dark-red dot on each front wing, being obviously a Guyana specific species which I didn't find in Pará, too. Vegetation is tropical-luxuriant and manifold in some more elevated and drier

areas of forest; tall and prickly bromelia plants and particularly trees and bushes with aerial roots and liana ropes appeared to me represented quite often. One thing is for sure: Bringing home nature-historical objects almost every day was the rule.

Even considering rich gain we felt rather cramped: upstream a not navigable river most of the day even for a boat; downstream the same; the left hand bank out of reach because of the muddy swamp and a wet siriúba forest without any hunting trail; at the right hand bank only a few square kilometres of really walkable dry and high-rising forest which, however, rendered difficult extended excursions because of obstacles and dangers. The freedom of moving around is reduced to a minimum both on soil and water. For the deported persons living here escaping must be a hard job; even a free man depends on the high tide hours and must dispose of his own tub. And you don't get very far even at high tide according to these awkward hydrographical conditions. Looking towards the outback there is a region with a very low density of population, with poor human settlements being spaced by half a day's journey; downstream, at a great distance, an inhospitable, notorious and absolutely deserted coast; each fortnight a steamboat connection to Pará – a wretched situation both for free men and convicts!

Of various major excursions which were planned as from Amapá village and should cover the southern lake district, the "Tartarugál", the "Mayacaré" lake in the north, only one really took place. The physical condition of the expedition personnel turning increasingly delicate baffled all major journeys and made any longer absence of myself from our base quarter impossible. Three of us six were shaken by the fever; another two of us were already convalescent and were able to follow me on the journey to Lago Grande. I asked two native men to join us and help us rowing and finding the right way: *Anselmo*, a well-preserved hunter, and *Isaiás Corrêa*, a small landed proprietor of same lake. It took me some

pain to finally effect the necessary holidays for these two men, to find a suitable boat and to install wooden ares to carry a tarpaulin which would give some sun and rain protection but give the boat more or less an “igarité” shape.

From the adventurers oligarchy who swaggered at that time in Amapá we didn't receive any help or were not helped at all, despite of explicit recommendations and orders left to us by *Cabral*. However, I had learned long ago to rely first of all on myself when traveling. So I supervised in detail the modification of the boat, catering and so on, even the procurement of the rudders. By personal intervening, tipping and power of persuasion I achieved more than I would have using pressure and influence. The genuine Amapá people were – this could be felt at every turn – pretty fed up with the existing governor regime and would appreciate any human treatment.

On 5 November we finally started for our journey): to the Grand Lake of Amapá. It brought us down to the Encruzo mentioned above and from there we crossed into the mouth of “Rego do Bagre”.<sup>72</sup>

At the beginning there was nothing really interesting both in terms of landscape and nature sciences, with one only exemption: the really pretty garlands of “graxáma” liana (arrabida) with its rich lilac-colored blossoms. To the right and to the left siriúba forest dominates and is arranged in three levels: nearest to the bank the new one consisting of seedlings; behind it last year's

---

72 It is characteristic for the uncertainty of spelling place-names in the “famous” maps of C., that there is constantly used the name “Lac des Bougres”. “Bagre” is a very common fish all over Guyana and Northern Brazil and belongs to the catfish family. Because of this, lake and river carry its name. A similar story is the affirmation of C. that “tartaruga” is a word of the Tupí language; hence, he doesn't know that this word is common with all folks speaking a Roman language and means “ocean turtle”, common use in Italy and Portugal, and this from time immemorial. The tendentious way he is linking the name “Lago do Rey” with an old-French king was already properly rejected by *José Veríssimo* (“A Pesca na Amazonia”, p. 164). Such mistakes give a measure of the author's ignorance about the Portuguese language and the Portuguese-Brazilian history.

arrays in the height of shrubs; more to the back, correspondingly taller forest as grown up the past years. In turns interspersed by a “piti” meadow formed by a more than head-high species of papyrus, occasionally giving way to an “igarapé” with its wide mud banks. Whilst the vegetation picture continued monotonous, birds life began to show more variety. Ibises forming communities of equal age and, therefore, color promenaded in the banks’ mud or sat contemplatively on the outer branches of the bank’s trees, a never tiring delight of the eyes. In the papyrus meadows we noticed, much to our joy, the yellow-headed leistes icterocephalus (yellow-hooded blackbird?) – a genuine Guyana species. On isolated sandbanks we noticed, when proceeding, a little plover (*aegialitis semipalmatus*), forming community with a small species of sandpiper (*tringa spec. aff. pusilla*), which formed real clouds when taking wings. With seven shots we killed 184 individuals of each species and picked them up using our boat; the number of those wounded which either fled into the forest or escaped swimming, according to my guess was about half of above mentioned number. Hatching-time was over obviously and so, these cute waterbirds of which the before mentioned blackbird with its black collar and its yellow head design must be called really beautiful, would unite, like European starlings, to form huge troops of passage. Exclusively on this bag and on milk we lived during all our journey. The more we approached the lake, the more we saw the migration of wild ducks. We saw communities of thousands of them passing by and the more we approached the lake the more our desire of hunting was stimulated by the merry whistling of the dendrocygna ducks and the remote rustling of slower cairina ducks. Broadenings and bays let us know that we were approaching the lake. There were lengthy groups of canarána grass ahead of us which were to be recognized as islands because they were surrounded by water. Behind such canarána meadows they would occasionally stop over, much to

the pleasure of a hunter's heart, and gave reason quite often to deviate a bit from our main route. Finally – noon had passed by – we arrived at the lake which stretches over hours of traveling time into all directions. It did not offer to the eye a plane surface as a whole but was interspersed by innumerable grass islands which gathered to form an unintelligible crowd. Yet they appeared to be longish in shape and arranged in parallel to the longitudinal direction of the lake or the flow direction of “Rego do Bagre”, respectively, hence from NW to SE. As distant as the blue-grey horizon the lake's surface turned imperceptibly into the adjacent Campos area; tiny dots all around and only visible to the well-trained eyes of our native companion were explained to be about half a dozen “sítios” which means small cattle farms. We reckoned to cross the Lago Grande in one hour's time. What an error! Each channel between two islands which we believed to be the entrance to one of those farmhouses, proved to be just another mesh of this water-net when we came nearer. Behind one mesh there was still another channel and another island. The more we proceeded the more distant appeared to be the bank. The water was, unlike in “Rego do Bagre”, light, clear and remarkably transparent. Yet it is not drinkable; it's salty and has a taste of marsh. Because of its average depth of not more than 1 to 1½ m, sight reached the bottom and all details of flora and fauna were well visible. In the middle of the lake navigating may be considered free of obstacles, at least for a boat like ours, but with each attempt to reach any point towards the bank the situation was dramatically worsening. Up to one hour away from the bank, “cacomba” fronds, water-lily leaves and eichhornia shrubs were grown together to form such a felt that each attempt to advance only by a foot's length was exhausting; the helms entangled at each pull with this jungle of water plants or touched the soft ground. In the middle of such an area of water lilies where for more than a kilometre were spread

nothing else but white-blossomed “nymph a rudgeana”, letting merely a finger width in between, I took a picture which came out to be one of my most valuable souvenirs of this journey. Between these water-lily leaves, top side green and bottom side brownish red, large numbers of “parra jaçanã” of all stages of life were cavorting; mostly the parents were leading their still yellow chicks. Finally, *Isaias* our guide managed to pilot our boat into the intended water branch covered to the right and to the left with tall swamp grass, after getting embarrassed several times about the right entrance to his “sítio”. After overcoming multiple obstacles caused by the dense tomentum of floating leaves and caulis, we finally reached its end and found ourselves facing the open Campos area, with a stately drove in the foreground and two big thatched cottages in the background.

Meanwhile, evening had come – we had passed through more than eight hours of a, partially pretty uncomfortable canoe ride, at burning hot sun, and everybody was looking forward to stretching legs after such a long journey. We rushed to the settlement successfully called “Princípio da Vida” (beginning of life) which was some 50 steps away from the bank, passing over hard, segmented and cracked clods of the landing area. This would be our overnight accommodation. The only human beings we met there were two cowboys, a man and a boy who were employees of our pilot and who divided the loneliness of this incredibly isolated country estate with 60 to 80 heads of cattle. They were living more isolated from the rest of the world than most of the alpine herdsmen over there in the Alps would have been. The cottages were primitive, poor, like the model of the ordinary Guyana cottages: club floor made of split palm tree trunks (juçára), mounted in breast height above ground, covered by a thatched roof, the rooms open to all four directions. The fisherman’s cottages (feitorias) at the coast of Pará looked very much the same; as a matter of fact these cottages



are pile dwellings which, in the rainy season, are subject to loose everything by the force of floods except of the piles and roof structure. So, why install better floors?

Right from the beginning we were amazed by the affinity of the landscape with that of the Campos region of Marajó Island. We couldn't resist to compare for instance the region here with the physiognomic view of the farms at Arary River which we all know. Here is not the place of going more into detail because this would require a lengthy excursion into the circumstances of this marvellous island in the Amazon delta. Covering this issue might be done, at another occasion, using a special approach. It should be adequate to denote at this place that we found many similarities in flora and fauna; lifestyle of cowboys was the same as well; much to our pleasure we encountered here the same fresh breeze which we considered to be a real jewel for the equatorial climate of Marajó. The only tangible dissonance was caused by the barrel of potable water anchored in the creek; the situation of the ranchers near Rio Grande of Amapá was, in so far, an awkward one as the environmental waters were salty or, at least, pretty brackish and therefore undrinkable for both humans and cattle. These people must get their drinking water supplies from Amapá village and lost every time two days to bring a week's supply to their homes. This was, for sure, a strong mischief, which would discourage to maintain a grazing land property in this region and would pull down its value, alarmingly.

Everybody tried to shake off tiredness using the time until the coming of the night by rambling around near the land estate. Many a cute water-bird (*himantopus mexicanus* and several *totanus*) was my easy prey in the reeds along the banks of the creek. It was also a great joy to me to listen to the singing of the Brazilian black-capped donacobius which I had missed for years. I met this pretty bird, which is well-spread all over Southern Brazil, and this is

strange to say, only again up there in Guyana but not at the coastal regions in between. Further more I believed that between the banks plants pretty “canna blanca” was remarkable because of its sulfurous blossoms and bluish-green pinnacled leaves; I liked it so much that I looted the seed-vessels which just had ripened; already today it is my pleasure to watch the plant daily in our botanical garden in Pará; in short grass areas “leistes guyanensis”, a starling-like bird known at Marajó as “tém-tém do Espírito Santo” made its magnificent purple breast glare, a true jewel between the savannah birds.

In the shadow of wide-crowned and stocky Campos trees which stood alone or in small groves behind the shacks, the pretty *zenaida maculosa*, that bluish-ruby colored, average-size dove with two dark bars above the eye, cooed. This dove, as reported by me elsewhere, which occurred in huge numbers in Ceará and adjacent states, thus showed a similar population density as the North-American dove of passage. Apart from this, the animated little Campos dove was represented which preferred to bang around on the sand and between the clods depressed hard by the cattle, and which caused a buzzing noise when taking wings. However there was a need to watch out because, after a few moments, we were sure that there were rattle snakes living in the same location.

With the beginning of a marvellous moon-lit night birds life rather seemed to increase and become more noisy. Genuine herons, common spoonbills, storks flew isolated or in groups across the lonely grange; thousands of ducks of various species crowded the nearby reed and filled the air with their merry clarion whistling. Our frugal dinner consisting of sandpipers roasted on a spit with cow-warm milk with some “farinha d’água” was very tasty. This meal and the day’s struggles made sure that we soon fell into a deep sleep on the hard “juçára”, despite of sand fleas and red imported fire ants.

Next morning we continued hunting and many new and interesting objects were added to our earlier bag. Finally we had to consider seriously our return trip. We quickly loaded our boat and then, on our way back, all of yesterday's scenes passed by our eyes, once again. The day was bright and cloudless; so the heat was very uncomfortable as long as we travelled inside the water-lily carpet. When we had crossed the lake and were approaching the river's mouth we noticed that low tide was much in progress. Now we remembered the farewell addresses shouted to us by some acquaintances in Amapá: "Happy journey across the water falls!" The more we advanced the more we were surprised by the incredible change when looking at the banks on both sides of "Rego do Sagre". To the right and to the left there were mud embankments of four or more meters of height; the flow speed appeared to be disproportionally rapid as compared to our passing by yesterday at full high tide when the river appeared to flow very quietly. The most difficult section is located between "Encruzo" and Lago Grande, approximately in the middle. There the rapids are following one after the other; about five of them are really dangerous; various smaller ones presented a fall of about one meter. The strangest thing about these rapids is the fact that, by the various degrees of consistency of the alluvial mud, mock rocks and boulders had been formed which at certain locations have been forming true barriers which blocked or ponded the river fully or partially at one side. The similarity of these pseudo-rocks which usually are covered, like all locations which are dry at low tide, by yellowish-green layer (probably caused by diatoms), to real rubble and genuine stones is so authentic that touching by fingers or rudder is required to be sure about its composition. The river was divided into two branches several times by these mud-rock assemblies. Since passing by either branch was equally unpleasant, the choice which one to take was usually difficult. Our guides

who were supposed to be familiar with waterways disembarked repeatedly to discuss the status quo and which way to take. The passage through this section were the rowers advised us of isolated nonrelevant water turbulences made us feel scared several times. Our boat cracked in all joints and leaked a lot. The front men and especially the rowers at the bow disappeared for moments in the spume and then returned wet like a drowned rat. Our boat was obviously too heavy for such a risky tour. If we wouldn't have this excellent crew who piloted us so well, we wouldn't have been better off than many an Amapá man who did not survive this passage. I must admit that I never before heard about similar mud rapids; this phenomenon was complete news for me.

The "Rego do Bagre" waterfalls which are only dangerous at low tide because otherwise they don't exist, stretch over a distance of half to  $\frac{3}{4}$  of an hour. More downstream the voyage continued quietly. There was sufficient water under the keel even at low tide for a skiff to allow for passage without obstacles. The more someone gets downstream the more the more each traveller's eye must be caught by the enormous gap between high and low tide lines. One noticed mud mountains which I guessed to be between six and eight meters high. At this point I found myself facing a hydrographical riddle and I didn't find yet any explanation which would satisfy everybody .

It dawned already when we arrived at "Encruzo". Crossing it quickly we faced the fact that "Igarapé do Campo" was dry and impassable. So we had to wait at its mouth several hours for the high tide to return. There was an offer of some entertainment by the arrival of big flocks of parrots and little "periquitos" (*brotogerys virescens* – parakeet) looking for place to stay overnight. But how we to suffer from mosquitoes, was beyond imagination. We shared our situation with a sailing boat which belonged to a farmer known

to us. He lived at Maracá Island, his name was *Cantídio Nunes de Aguiar*, born in Soure, Marajó Island.

Only late at night we arrived back in Amapá. The tour to the lake was enjoyable.

Geographically spoken the facts about the visited site were the same as in the close environment of Amapá Village: The floor has been rising, the waters have been loosing area and depth. Of cause I was interested to a high degree in the well deviating story the natives told us about the earlier navigability of the Great Lake, and their considerations about the present state usually ended in the words: “The Great Lake will disappear in a few years because it has been running dry. “Only 20 years ago big sailing-vessels would comfortably cross the lake in any direction; this is no longer possible even in the rainy season. If there were special flux conditions in the last few years which transported the sediments of the Araguay River and the North Channel of Amazon Stream back to the coast of Guyana and consequently clogged the mouths of adjacent inland waters; if the “Pororóca” (spring-tide) had a finger in the pie; or if both acted simultaneously, I am unable to tell. In any case, geologists and geographers would find plenty of jobs for many years when studying and checking thoroughly this phenomenon which is striking each visitor of southern Guyana. We encountered mysteries which – as we clearly diagnosed – a visiting nature-scientist would be unable to unravel.

With understandable interest I accepted the informations about Maracá Island given to me by above mentioned *Cantídio Nunes*. Telling all these details would be going too far. Just two issues should be mentioned: There are many jaguars living all over the island and which take their toll from the farmers’ cattle; the riskiness of the pororóca at the channel between the inland side of Maracá and the continent is underestimated as should be expected

according to the sea-charts, worst case for shipping are the months January to April. Apparently the actual situation is similar to the one of the cowboys at Marajó regarding the jaguar: They get used to the permanent danger by the time, because they don't feel much terrorized any more.

We had to face rather bad news on returning from the lake to Amapá. Two men of our team left behind because they were ill with tertian fever were in worse condition, a third one relapsed. This fever which usually started causing headache, stomach trouble and backache then came along with an incredibly fast decomposition of strength as well as mental dulling, had spread in the village in frightening numbers. I remember that seven persons fell ill in *Cabral's* house during one night; similarly there were not less than 14 persons, more than 2/3 of its inhabitants, ill in bed in the deported persons house. So, in Amapá as well as earlier in Counany, our traveling pharmacy was always in use day and night. I witnessed a fever-stricken soldier who went to the open door for a few moments to expose himself to a non-relevant rain shower; a few hours later he caught lockjaw (trismus) so that he died the same day. On top of everything there happened a most regrettable accident in the village; a drummer, born in Ceará, was accidentally shot on with pellets which injured his right lung and smashed one arm, so that the poor guy died five minutes later. Unfortunately a member of our expedition was, in part, blamed for the accident. Adding up all these events there was a lot of pressure on our emotional state. Who would have felt well under these circumstances? – The schoolhouse of Amapá was turned from a working place for scientific research into a hospital; tools and paper-wrapped plants lay about untouched on the forms. Our botanist created monstrous projects of venturous engineering technology which, in a strange mix, were related once to Europe, the other day to Guyana and were visibly products of his feverish delirium.

Our taxidermist *Tanner* had but a few lucid moments, as well. In an other room alternately chattering of their teeth or moaning in their hammocks were the guardsman of our zoological garden and the son of our Brazilian travel mate. Every evening prayers were sung for the blessing of the defuncts, in the nearby chapel; *Trajano*, the well-known ex-governor of Counany, already 70 years old, officiated the lead singer and thus showed to be well acquainted with the liturgy and also had a nice singing voice. In the gloomy siriúba belt around the village a giant nightjar (*caprimulgidae*) cheered from time to time its meow-like Walpurgis verse, probably animated by the moonshine. In between, the screaming whistling or alert calls could be heard from the guards who were patrolling along the jail buildings and the soldiers' barracks.

This was an incredibly nightmarish and saddening sequence of happenings which made me desperate and impatient to wish day and night to finally hear the steam whistle at "Encruzo" which would mark the moment of return and salvation.

The only ones being really animated were the Amazon parrots which, counting thousands, flew across the village every early morning and every evening filling the air with their typical ear-piercing shouting. In the morning they came from the siriuba forests of the river's mouth. During the day they were obviously looking for the "umiry" trees in the inner land distributed over the high-rising forest, of which the small lengthy cherry-like fruit were their favourite dish. The craw of these birds which were shot by us was usually filled with the blue mash of pulp. In the morning some of them sat down on the tallest trees behind in the "bosque"; at night when returning and looking for a space to stay overnight they were more in a hurry, none of them sat down on the trees. Occasionally a few macaws passed by but never reached such great numbers as we saw more to the north in Counany.

The stag which could be found in Amapá was generally called “veado galheiro” (antlered stag); this name had been used in Central Brazil for the big, rare cervus paludosus. By this I was taken aback. From the antlers and furs I could get hold of, I was sure pretty soon that this species was not the great swamp stag as I guessed from the beginning on, but a smaller one named gymnotis wiegmanni, also called Guyana stag. Characteristic of the antler is that the main horn is strongly curved to the front, looking almost like a pair of ribs at a vertebrate’s thorax, also the straight, vertical, frontal brow snag which immediately showed it was a near relative of the Virginian stag. As far as I know this was the first time that gymnotis wiegmanni was detected at the coastal area of southern Guyana. In Amapá a fresh stag skin was for sale for the equivalent of about one German Reichsmark.

Here are a few words about the climate of Amapá. People say that the most unhealthy period were the last few weeks of the dry season, hence exactly the time of our staying here. The beginning of the rainy season was supposed to fall into the first third of November and there was no lack of omens that the rainy season was no longer distant: various times thunderstorms seemed to approach; several times there was a light rainfall (three times in the morning of 7 November). Until this date the “roças” of the manioc and other plantations should be ready to be ignited. However, efforts here were still less than in Counany. I have learned enough about agriculture in Brazil to be in a position to comment that the prepared fields were undersized on average. However, people are used to work with the “terçado” (forest knife), instead of employing the long “fouce” and this explains rather quickly why they achieved very little even comparing them with an average rural worker in southern Brazil.

During our stay weather was windy but, nevertheless, sweltering and hot. Very often the sky was overcast but, even



overcast, we felt as uncomfortable as with clear skies. At night there was almost no cooling down which would be worth mentioning, and generally, all of us felt uncomfortable in the early morning hours when tantalizing heat began. Indeed there was no maximum reading above 34°C and also no minimum reading below 20.5°C, but, on 6 November, the temperature reading at 9 pm was still 27.6°C and on 26 October, at the same hour, the reading was even 30.4°C. By the way, the feeling of physical comfort or uneasiness does not run exactly in parallel to the variation of temperature; we had plenty of opportunities in Pará to see for ourselves; there were other factors to be considered, especially the humidity of the air.

Amapá was as infamous for its fever with the population of Pará as was Cayenne as a location of horror for the public of Paris. It could be even possible that Amapá is today worse off than the capital of French Guyana. The silting on big scale, above mentioned several times, of rivers and lakes and the incredible reduction of water surface must be blamed for this mischief. Today's Amapá will probably cease to be a port village in a few years, provided that this phenomenon would continue like today in the near future. Until the desiccation had become a fact and Amapá, by this, would have got an inland and savannah climate, there can be predicted for this unfortunate region a long period of growing sickness for the duration of the coming decades.

Whilst nature is complicating men's existence by miasma rising from enormous mud accumulations, men themselves are worsening their fate considerably by negligence, uncleanliness and ignorance. That what I saw in Amapá was the negation of all hygienic rules and all prudential ways of living. First of all people took absolutely no care in arranging for reasonable drinking water. Instead of building a regular draw well they were content with a hole in the ground which was in no way protected against all kind of intermixture and contamination. Toilets, rubbish heaps

and cisterns are normally located scandalously close together. Consequently, drinking water was there of the worst possible quality you could think of. Although we cleared the water somewhat, as a rule during all of our journey, using charcoal filters, yet we didn't get neither a clear nor a well-tasting water in Amapá, although filtering twice or thrice. Charcoal filters finally are makeshifts of highly problematic value. Nobody bothers to carry away for just a few steps all sorts of litter like heads and bowels of fish, all kind of clippings of slaughtered cattle and so on; things remain and decompose where thrown to. At certain hours, depending on the direction of the wind, there was an untold stench in the air. At the cemeteries we found undoubted evidence of inadequate burials of the dead. Unbelievable errors of nutrition were committed in a most careless way. For example, nobody would hesitate to eat a sun-heated orange directly from the tree and the most popular dishes were not at all sufficient and adequate. Eating year in, year out "bagre" and "gori júba" – two proxies of the stodgy catfish family (siluroidea) the only ingredient being "farinha d'água" and every day prepared in the same monotonous way; this diet should upset even the most healthy stomach. By the way, people would have been glad if they would have had sufficient supplies of this food. But there was a lack of food half of the time and in Amapá at dinner time we were on short rations. We would have been badly off if we wouldn't have had our own stock of food, and if we wouldn't have had our daily hunting bag. But even our stock was close to coming to an end.

In the morning of 10 November our salvation day began. Our steamboat from Pará had arrived on time and signalled her arrival at "Encruzo" in the morning using her steam whistle. This message reanimated our spirits. Sound and sick persons boarded the tub bound for Amapá when high tide occurred at about 1 pm and everybody was delighted. Breathing a sigh of relief, however, was

only possible when arrived on board. With eagerness I was waiting for the moment at which the ship's propeller would start rotating, after I had loaded the – so to speak – wreckage of our expedition. “Let's go away from Amapá, this miserable zone of Guyana, which was marked by the angel of death with the stigma of pestilence”, this was my strong desire. Not without deep emotion I can regard two pictures which I took when traveling on board of the tub, one of them called: “Last backsight to Amapá” and the other one: “Deeply delighted seeing the steamboat of salvation in front of us.”

At 11.20 pm the chain cables rattled. In this night we travelled along the inner coast of Maracá Island and then avoided the dangerous, hours long and wide bank of Jipióca (still presented as an island at *Mouchez'* sea chart but nowadays being entirely below sea level). In the afternoon of 12 November we found ourselves opposite to Cabo do Norte and anchored near the lighthouse island Bailique, after 7 pm. Already after two hours of staying we continued our journey towards Bragança Island to dismiss there our pilot for the coast of Guyana. On 12 November at noon we stopped over at Macapá village because I intended to visit the local fortress commandant. Alighting and boarding had some unpleasant aspects: As reported by *Spix* and *Martius* in their travel report, surf is often powerful and there were a lot sting rays in the sandy coast line of which the tail spike can cause dangerous injuries. Next day's early morning we arrived in Breves, having taken the Pracuxy Channel on the way back (on the way to we took the “Furo do Bojussú”). 14 November we finally arrived in Pará, early again. Unfortunately our joy about coming home was interrupted in the most painful way by the fact that we didn't manage to bring home alive our travel companion and compatriot *Max Tanner*<sup>73</sup>; he died

---

73 *Max Tanner*, born 2 April 1873 in St. Gallen (Switzerland), attended successfully the local elementary school, then for four years the cantonal grammar school. He searched and found his professional education in the well – known workshop of taxidermist *Mr Zollikofer* who always issued the best credentials about his diligence and performances. Being enthusiastic about nature's marvellous

on board facing the harbour of salvation. His sad fate is the most bitter remembrance of our Guyana journey.

Some notes of the translator from German to English

*The author Goeldi used the German language of his time, i.e. of 1895. Various terms of that time have changed their meaning or their spelling.*

*The author also used many terms in Brazilian Portuguese in old-fashioned spelling, some Italian, French and many Latin words which were not checked for modern correct spelling.*

---

designs since his teens, it was the ultimate goal of this ambitious young man, to be able to study tropical fauna and flora on the spot. So he didn't hesitate any moment to accept a job offer at the Museum in Pará which was arranged by one of his friends, taxidermist *Mr Tschuemperli*. Highly motivated he went on the journey to Pará in spring 1885, as sound as a bell. Nobody suspected that he would die a few months later. In Pará he knew how to win the respect and love of the people around him; his travel mates insisted in having made, on their own expense, a portrait of this hopeful would-be nature researcher, attached to this work.



*Nio Brancy*

ANEXO 6  
SENTENÇA ARBITRAL DO  
CONSELHO FEDERAL DA SUÍÇA

---



RECUEIL DES SENTENCES ARBITRALES

Sentence arbitrale relative à la question des frontières du  
Brésil et de la Guyane française

1<sup>er</sup> décembre 1900



**Sentence arbitrale relative à la question des frontières du  
Brésil et de la Guyane Française**

**Décision du 1<sup>er</sup> décembre 1900**





SENTENCE RENDUE PAR LE CONSEIL FÉDÉRAL SUISSE  
DANS LA QUESTION DES FRONTIÈRES DU BRÉSIL  
ET DE LA GUYANE FRANÇAISE,  
DÉCISION DU 1<sup>ER</sup> DÉCEMBRE 1900<sup>74</sup>

Délimitation frontalière – interprétation conventionnelle – Traité d’Utrecht du 11 avril 1713 – définition des termes – nécessité de rechercher préalablement si les pièces contemporaines à la conclusion du traité établissent d’une manière précise le sens que les Parties contractantes pouvaient avoir du terme en question.

Étendue des pouvoirs de l’arbitre – droit d’arbitrer *ex aequo et bono* – arbitre lié par le compromis d’arbitrage tel que signé par les Parties – en l’absence de traité, il est permis de prendre en compte des considérations d’équité.

Procédure – l’arbitre n’est pas limité par les allégations faites et les preuves invoquées par les Parties – il doit rechercher la vérité par tous les moyens à sa disposition.

Procédure – l’arbitre ne doit pas tenir compte des allégations et des documents produits sur lesquels la partie adverse n’a pas pu s’exprimer, à moins que leur exactitude et leur authenticité ne lui paraissent hors de doute.

---

74 Reproduit, avec certaines corrections techniques, de H. La Fontaine, *Pasicrisie Internationale: Histoire Documentaire des Arbitrages Internationaux (1794-1900)*, Imprimerie Stampelli & CIE, Berne, 1902.

**Traité pour soumettre à un arbitrage la question des  
frontières du Brésil et de la Guyane française, signé à Rio de  
Janeiro, le 10 avril 1897.**

Le gouvernement de la République des États-Unis du Brésil et le gouvernement de la République française, désirant fixer définitivement les frontières du Brésil et de la Guyane française, sont convenus de recourir dans ce but à la décision arbitrale du gouvernement de la Confédération suisse.

L'arbitre sera invité à décider quelle est la rivière Yapoc ou Vincent-Pinson et à fixer la limite intérieure du territoire.

Pour la conclusion du traité, les deux gouvernements ont nommé leurs plénipotentiaires, à savoir:

Le Président de la République des États-Unis du Brésil a nommé le général de brigade Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira, ministre d'Etat aux affaires étrangères;

Le Président de la République française a nommé Stéphane Pichon, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la même République au Brésil;

Lesquels après avoir échangé leurs pleins pouvoirs, qui ont été trouvés en bonne et due forme, ont arrêté les articles suivants:

Art. I. — La République des États-Unis du Brésil prétend que, conformément au sens précis de l'article VIII du traité d'Utrecht, la rivière Yapoc ou Vincent-Pinson est l'Oyapoc qui débouche dans l'Océan à l'ouest du cap Orange et que la ligne de démarcation doit être tracée par le thalweg de cette rivière.

La République française prétend que, conformément au sens précis de l'article VIII du traité d'Utrecht, la rivière Yapoc ou Vincent-Pinson est la rivière Araguay (Araouary) qui débouche

dans l'Océan au sud du cap Nord et que la ligne de démarcation doit être tracée par le thalweg de cette rivière.

L'arbitre résoudra définitivement les prétentions des deux parties en adoptant, dans sa sentence qui sera obligatoire et sans appel, une des deux rivières réclamées comme limite, ou, s'il le juge bon, quelque une des rivières comprises entre elles.

Art. II. — La République des États-Unis du Brésil prétend que la limite intérieure dont une partie a été reconnue provisoirement par la Convention de Paris du 28 août 1817, est le parallèle 2° 24' qui, partant de l'Oyapoc, va aboutir à la frontière de la Guyane hollandaise.

La France prétend que la limite intérieure est la ligne qui, partant de la source principale du bras principal de l'Araguary, court à l'ouest parallèlement au fleuve des Amazones jusqu'à la rive gauche du Rio Branco et suit cette rive jusqu'à sa rencontre avec le point extrême de la montagne Acarary.

L'arbitre décidera définitivement quelle est la limite intérieure en adoptant dans sa sentence, qui sera obligatoire et sans appel, une des lignes revendiquées par les deux parties ou en choisissant comme solution intermédiaire à partir de la source principale de la rivière adoptée comme étant le Yapoc ou Vincent-Pinson jusqu'à la frontière de la Guyane hollandaise, la ligne de partage des eaux du bassin des Amazones, qui, dans cette région, est constituée en presque totalité par le faite des monts Tumuc-Humac.

Art. III. — Afin de mettre l'arbitre à même de prononcer sa sentence, chacune des parties devra, dans le délai de huit mois après l'échange des ratifications du présent traité, lui présenter un mémoire contenant l'exposé de ses droits et les documents à l'appui. Ces mémoires imprimés seront en même temps communiqués aux parties contractantes.

Art. IV. — À l'expiration du délai prévu dans l'article III chacune des parties aura un nouveau délai de huit mois pour présenter à l'arbitre, si elle le juge convenable, un second mémoire en réponse aux arguments de l'autre partie.

Art. V. — L'arbitre aura le droit d'exiger des parties les éclaircissements qu'il jugera nécessaires et de régler les termes non prévus de la procédure d'arbitrage et les incidents occurrents.

Art. VI. — Les dépenses de la procédure d'arbitrage établies par l'arbitre seront partagées par moitié entre les parties contractantes.

Art. VII. — Les communications entre représentants des parties contractantes se feront par l'intermédiaire du département des affaires étrangères de la Confédération suisse.

Art. VIII. — L'arbitre se prononcera dans le délai maximum d'un an à compter du dépôt des premiers mémoires ou des seconds si les parties ont répliqué.

Art. IX. — Ce traité, les formalités légales une fois remplies, sera ratifié par les deux gouvernements et les ratifications seront échangées dans la capitale fédérale des États-Unis du Brésil dans le délai de quatre mois ou avant s'il est possible.

En foi de quoi les plénipotentiaires respectifs signent le dit traité et y apposent leur sceau<sup>75</sup>.

**Sentence rendue par le Conseil Fédéral Suisse dans la  
question des frontières de la Guyane, prononcée à Berne le 1  
décembre 1900.**

**I. Le traité d'arbitrage.**

1. — Le 10 avril 1897, a été signé à Rio de Janeiro entre le Gouvernement de la République française et le Gouvernement de la République des États-Unis du Brésil un traité par lequel les deux États ont chargé le Conseil fédéral suisse de fixer définitivement, par décision arbitrale, les frontières du Brésil et de la Guyane française.

Dans ce traité, les parties ont défini comme suit les questions à résoudre, ainsi que la nature et l'étendue de la mission de l'arbitre [...] <sup>76</sup>.

L'article 8 du traité d'Utrecht du 11 avril 1713, visé dans la convention d'arbitrage, est ainsi conçu:

«Afin de prévenir toute occasion de discorde qui pourroit naître entre les sujets de la Couronne de France et ceux de la Couronne de Portugal, Sa Majesté très Chrestienne se désistera pour toujours, comme elle se désiste dès à présent par ce Traité dans les termes les plus forts, et les plus authentiques, et avec toutes les clauses requises, comme si elles étoient insérées icy, tant en son nom, qu'en celui de ses hoirs, successeurs et héritiers, de tous droits et pretentions, qu'elle peut ou pourra prétendre sur la propriété des terres appellées du Cap du Nord, et situées entre la rivière des Amazones, et celle du Japoc, ou de Vincent Pinson, sans se reserver ou retenir aucune portion desdites terres, afin qu'elles soient désormais possédées par

---

76

La sentence reproduit les deux premiers articles du traité que nous avons publié plus haut.

Sa Majesté Portugaise, ses hoirs, successeurs, et héritiers avec tous les droits de souveraineté, d'absolue puissance, et d'entier domaine, comme faisant partie de ces États, et qu'elles luy demeurent à perpétuité, sans que Sadite Majesté Portugaise, ses hoirs, successeurs et héritiers puissent jamais estre troublés dans ladite possession par Sa Majesté très Chrestienne ny par ses hoirs, successeurs et héritiers.»

2. — La convention distingue par conséquent entre la limite extérieure qui, partant de l'Océan, suit un cours d'eau à déterminer, et la limite intérieure, qui, partant de ce cours d'eau, continue dans l'intérieur du pays. En ce qui concerne la première, l'arbitre décidera quel est le cours d'eau que désigne l'article 8 du traité d'Utrecht; en ce qui concerne la limite intérieure, l'arbitre adoptera ou bien l'une des frontières revendiquées par les parties, ou bien, partant de la source principale du cours d'eau qu'il aura choisi comme frontière extérieure, il adoptera comme limite jusqu'à la Guyane hollandaise la ligne de partage des eaux du bassin de l'Amazone, qui, dans cette région, est constituée dans sa presque totalité par la ligne de faite des monts Tumuc-Humac.

Quant à la limite extérieure, l'arbitre désignera soit l'un des cours d'eau revendiqués par les parties comme frontière, soit, à son choix, une des rivières comprises entre ces deux cours d'eau. Quant à la limite intérieure, l'arbitre choisira entre les frontières revendiquées par les parties et la ligne de partage des eaux des monts Tumuc-Humac, qui aura un point de départ différent selon que l'Araguary ou l'Oyapoc ou un des cours d'eau intermédiaires sera adopté comme limite maritime.

La sentence de l'arbitre déterminant les limites intérieure et maritime sera obligatoire pour les parties et sans appel.

Quelque simples et claires que paraissent ces dispositions, elles n'en ont pas moins donné lieu, dans les mémoires des parties,

à des commentaires et parfois à des controverses qui doivent être mentionnées ici.

1. En ce qui concerne la limite *extérieure*, que les parties appellent aussi «limite maritime», le Brésil soutient, dans son premier mémoire, que l'arbitre est libre d'adopter comme frontière un des cours d'eau intermédiaires, «pourvu que le cours d'eau choisi soit, *selon lui*, le Japoc ou Vincent Pinçon de l'article 8 du Traité d'Utrecht». Suivant cette opinion, l'arbitre ne peut donc choisir une des rivières qui coulent entre l'Araguary et l'Oyapoc comme cours d'eau frontière que s'il tient cette rivière pour le Japoc ou Vincent Pinçon de l'article 8 du traité d'Utrecht.

Dans sa réplique, la France fait observer à cet égard: «Nous sommes [...] amenés à adhérer à l'interprétation brésilienne sur ce point et nous convenons que l'arbitre, devant statuer conformément aux stipulations d'Utrecht, ne pourra prendre comme frontière que le cours d'eau qui lui paraîtra représenter le plus exactement le Japoc ou Vincent Pinçon prévu par ce traité. Mais c'est à lui seul à désigner librement la rivière qu'il adopte comme telle dans la pleine souveraineté de sa conscience.»

Il n'est pas besoin de rechercher si cette interprétation répond au texte du traité, attendu que l'examen de la question a conduit l'arbitre à adopter une solution précise sur le point de savoir quel est le cours d'eau visé dans le traité d'Utrecht sous le nom de Japoc ou Vincent Pinçon. Il sera permis de relever toutefois que si l'arbitre s'était vu obligé d'admettre que le Japoc et le Vincent Pinçon sont deux fleuves différents et que, par conséquent, les rédacteurs du traité d'Utrecht se trouvaient dans l'erreur lors de la conclusion de cet acte, il lui serait impossible sur la base de ladite interprétation, de rendre une sentence fixant la frontière.

2. Selon cette convention, la France revendique comme limite *intérieure* la ligne «qui, partant de la source principale du bras



principal de l'Araguary, continue par l'Ouest parallèlement à la rivière des Amazonas» [...]

Il y a lieu de remarquer à ce sujet:

Le Brésil se fondant sur les explorations auxquelles il a fait procéder en 1891 et 1896 par le capitaine d'état-major *Felinto Alcino Braga Cavalcante*, prétend que le cours supérieur de l'Araguary se dirige du nord au sud, qu'il faut chercher la source principale de cette rivière à proximité de la source principale de l'Oyapoc et non pas dans la direction de l'ouest. La France conteste la valeur de cette exploration isolément entreprise par le Brésil: lors de la signature de la convention d'arbitrage, explique-t-elle, l'opinion dominante était que l'Araguary coulait de l'ouest à l'est: il est donc conforme au compromis que l'Araguary ne constitue la limite extérieure que dans la partie de son cours qui vient de l'ouest, laquelle a été explorée scientifiquement, et que, par conséquent, on fasse commencer à la Grande Pancada la limite intérieure se dirigeant vers l'ouest. Les deux parties ont fait dresser des cartes à l'appui de leur démonstration. Au moyen d'une des cartes annexées, à son mémoire, le Brésil expose comment, dans son opinion, la frontière qui, partant de la source de l'Araguary et se dirigeant vers l'ouest parallèlement à l'Amazone, se confondrait presque avec la ligne de partage des eaux des monts Tumuc-Humac. La France oppose à cette démonstration deux cartes annexées à sa réplique et dont la première a pour but d'établir qu'étant admise l'hypothèse du Brésil quant à la source de l'Araguary, la frontière serait déplacée beaucoup plus au sud que ne la fixe le Brésil; la deuxième représente en son entier le territoire réclamé par la France. Par note du 27 juillet 1900, l'Ambassade de France a communiqué à l'arbitre une rectification de la deuxième de ces cartes, où la frontière partant également de la source de l'Araguary se dirige vers l'ouest, de sorte que cette carte n.º 2 se rapproche sensiblement de la carte n.º 1

de R. F.<sup>77</sup>: la seule différence qu'on constate entre elles porte sur le tracé du cours supérieur de l'Araguary. L'Ambassadeur de France dit dans sa note que cette carte n.º 2, rectifiée, « a [...] été établie d'une manière exactement conforme à la Convention ». La France ne maintient donc plus la manière de voir qu'elle a exposée dans sa réponse au sujet du point de départ de la limite intérieure.

3. La France prétend dans sa réplique que la convention d'arbitrage règle et met hors de contestation un point de fait, savoir la position du *Cap de Nord*. L'article 1er désigne l'Araguary comme étant le cours d'eau «*qui se jette dans l'Océan au Sud du Cap Nord*». Le Cap Nord serait donc le promontoire au sud duquel l'Araguary se jette dans la mer. La France ajoute que les deux parties ont reconnu expressément par là que l'Araguary se jette dans l'Océan et qu'il n'est par conséquent pas un affluent de l'Amazone.

Mais il est impossible d'attribuer cette portée à la convention d'arbitrage. Bien que le texte en ait été arrêté d'accord entre les parties, le traité ne saurait à l'évidence déterminer ce qui, à diverses époques et d'après différents auteurs, a été considéré comme l'embouchure de l'Amazone, ou comme appartenant encore ou n'appartenant plus à cette embouchure. On n'a pas pu davantage décider une fois pour toutes que, d'après les données géographiques et l'opinion des auteurs sur la situation du Vincent Pinçon ou Oyapoc, le Cap de Nord devait être le cap qui est immédiatement au nord de l'embouchure de l'Araguary. Imposer cette interprétation à l'arbitre serait l'obliger à adopter des conclusions manifestement inexactes dans le cas où il est établi, sans doute possible, que, par Cap de Nord, il faut, entendre le cap de l'île de Maraca et non pas le cap de l'embouchure de l'Araguary. Aussi importe-t-il de maintenir que toute liberté est laissée à l'arbitre d'examiner et de trancher cette question sans être lié par la terminologie employée par la convention.

77

Les lettres R. F. signifient: Réponse du Gouvernement de la République française.

4. Un désaccord plus profond s'est manifesté entre les parties au sujet de l'étendue des pouvoirs de l'arbitre.

Nous lisons à ce sujet dans le mémoire de la France: «D'après ce traité, le traité d'arbitrage, le Gouvernement de la Confédération suisse est appelé à connaître de tous les éléments du litige. Ses pouvoirs ne sont pas bornés à l'appréciation de formules irréductibles et invariables. Il peut, soit dire le droit tel qu'il lui paraît découler des textes, soit arbitrer *ex aequo et bono* telle décision transactionnelle qui lui semblerait justifiée. Si nous avons cru devoir investir le Gouvernement de la Confédération suisse de ces pouvoirs illimités, ce n'est point par défiance de notre cause, c'est pour donner à l'arbitre un témoignage éclatant de notre confiance dans sa justice, dans son impartialité et dans l'élévation de ses vues. Désirant avoir une solution complète, nous n'avons pas voulu entraver son jugement en l'enfermant dans des bornes trop étroites: nous avons tenu à lui fournir tous les moyens d'exercer librement sa mission et de décider, sans appel et sans restriction, soit sur le terrain du droit, soit sur celui de la convenance et de l'équité.»

La France entend par conséquent donner à l'arbitre le droit de baser sa sentence sur des motifs tirés de la convenance ou de l'équité.

Dans sa réplique, le Brésil s'est élevé contre cette manière de voir que ne justifient, d'après lui, ni la lettre, ni l'esprit, ni la genèse du traité d'arbitrage. Les parties ont voulu s'en remettre non pas à un *médiateur*, mais à un véritable *arbitre appelé seulement à dire le droit*.

Le premier projet de traité d'arbitrage rédigé par le Gouvernement français et remis en janvier 1896 par la Légation de France à Rio de Janeiro au Ministre des Relations Extérieures, Monsieur Carlos de Carvalho, contenait cette clause:

Art. 2. L'Arbitre réglera définitivement la question, soit qu'il adopte entièrement dans sa sentence le tracé de frontière qui lui sera proposé par l'une ou l'autre des deux Puissances, soit qu'il choisisse toute autre solution intermédiaire qui lui paraîtrait plus conforme au sens précis de l'article VIII du Traité d'Utrecht.

Le 20 mars 1896, M. Berthelot, Ministre des affaires étrangères de France, remettait au Ministre du Brésil à Paris un second projet dans lequel le même article était rédigé comme suit:

L'Arbitre réglera définitivement la délimitation dont il s'agit, soit qu'il adopte dans sa sentence la ligne de frontière qui lui sera proposée par l'une ou l'autre des deux Parties, soit qu'il choisisse toute autre solution intermédiaire, les Parties entendant donner à l'Arbitre les pouvoirs les plus étendus afin d'arriver à une solution équitable de la difficulté.

Le Ministre du Brésil répondit le 25 mars:

«J'étudierai avec soin ces deux pièces (c'est-à-dire un projet de compromis arbitral du 20 mars et un projet de convention relative à la constitution d'une police mixte) et j'aurai l'honneur de soumettre prochainement à Votre Excellence un contre-projet de traité d'arbitrage, mais, dès maintenant, et pour ce qui est de l'article 2 du nouveau projet, je prends la liberté de rappeler à Votre Excellence que l'arrangement amiable à intervenir, c'est-à-dire l'arrangement définitif des limites par un Arbitre, ne saurait être fait que «conformément au sens précis de l'article VIII du Traité d'Utrecht et aux stipulations de l'Acte du Congrès de Vienne», ainsi qu'il a été convenu à Paris le 28 août 1817.

«Dans l'entretien auquel votre Excellence fait allusion, j'ai eu l'honneur de la prier de vouloir bien préciser par écrit les limites réclamées par la France. Il importe que le Traité établisse clairement les lignes prétendues par les deux Parties;

et cette délimitation préalable du territoire contesté, ainsi que les pouvoirs à conférer à l'Arbitre constituent certainement les deux questions délicates à discuter et à résoudre dans la négociation du Traité.»

Le Brésil expose ensuite comment la convention définitive n'a pas repris la clause, inacceptable pour lui, autorisant l'arbitre à statuer en équité, tandis qu'elle a maintenu le renvoi à l'article 8 du traité d'Utrecht, malgré l'opposition des négociateurs français; elle oblige au contraire l'arbitre à fixer la limite maritime selon le sens précis de l'article 8 du traité d'Utrecht exclusivement.

L'arbitre est lié par la convention d'arbitrage telle qu'elle a été signée par les parties le 10 avril 1897 et ratifiée le 6 août 1898. Aux termes de cette convention, il doit dire quel est le cours d'eau appelé Japoc ou Vincent Pinçon par l'article 8 du traité d'Utrecht, comme il doit aussi fixer la frontière intérieure des deux États limitrophes.

La frontière intérieure doit forcément être fixée d'après la limite maritime qui sera tout d'abord déterminée; pour la frontière intérieure, l'arbitre ne peut que choisir entre les prétentions des parties et une solution intermédiaire que prévoit la convention. Sur ce point, l'arbitre n'est pas lié par une convention, invoquée par les parties et qu'il aurait à interpréter. Il lui serait en conséquence loisible de tenir compte de motifs d'équité en ce qui concerne la limite intérieure.

Mais, en revanche, pour ce qui concerne la limite maritime, le compromis arbitral l'oblige à rechercher et à fixer le sens précis de l'article 8 du traité d'Utrecht. Il s'agit donc d'interpréter le traité et pour résoudre le problème, il lui faudra recourir aux données scientifiques que lui fournissent l'histoire et la géographie. La nature des choses exclut toute interprétation du traité d'Utrecht tirée de motifs d'équité ou de convenance: on ne saurait, en effet,

déduire de considérants de cet ordre quelle fut, lors de la signature du traité, l'intention de ses auteurs.

3. — Pour plus de clarté, il y a lieu d'expliquer ici l'article 2 de la convention d'arbitrage. Le Brésil prétend que la limite intérieure, *dont une partie a été reconnue provisoirement par la convention du 28 août 1817*, est sur le parallèle de 2° 24' latitude nord, entre l'Oyapoc et la frontière de la Guyane hollandaise. Il se réfère à la *convention de Paris*, conclue à cette date entre la France et le Portugal et dont l'article premier est ainsi conçu:

«Sa Majesté Très Fidèle étant animée du désir de mettre à exécution l'article 107 de l'Acte du Congrès de Vienne, s'engage à remettre à Sa Majesté Très Chrétienne dans le délai de trois mois, ou plus tôt si faire se peut, la Guyane française jusqu'à la Rivière d'Oyapock, dont l'embouchure est située entre le quatrième et le cinquième degré de latitude septentrionale et jusqu'au trois cent vingt-deuxième degré de longitude à l'Est de l'île de Fer, *par le parallèle de deux degrés vingt-quatre minutes de latitude septentrionale.*»

Incontestablement l'Oyapoc que mentionne cet article est le cours d'eau que le Brésil désigne aujourd'hui comme étant le Japoc ou Vincent Pinçon du Traité d'Utrecht et qu'il revendique pour frontière maritime. L'article 2 de la convention de Paris dit en ce qui concerne la limite intérieure:

«On procédera immédiatement des deux parts à la nomination et à l'envoi de Commissaires pour fixer définitivement les limites des Guyanes française et portugaise, conformément au sens précis de l'article VIII du Traité d'Utrecht, et aux stipulations de l'acte du Congrès de Vienne. Lesdits commissaires devront terminer leur travail dans un délai d'un an, au plus tard, à dater du jour de leur réunion à la Guyane. Si, à l'expiration de ce terme d'un an, lesdits Commissaires

respectifs ne parvenaient pas à s'accorder, les deux hautes Parties contractantes procéderaient à l'amiable à un autre arrangement sous la médiation de la Grande-Bretagne, et toujours conformément au sens précis de l'article VIII du Traité d'Utrecht, conclu sous la garantie de cette puissance.»

Cette disposition resta sans exécution. Aussi la France s'empare-t-elle du fait pour affirmer que la question est demeurée entière et qu'il faut, pour la trancher, interpréter définitivement l'article 8 du traité d'Utrecht, ainsi que le disait Guizot dans une dépêche qu'il adressait le 5 juillet 1841 au Ministre de France à Rio de Janeiro et qui fut communiquée au Gouvernement brésilien: «Je vous ai entretenu, le 21 octobre précédent, des circonstances qui avaient empêché la nomination de commissaires français pour la démarcation des limites de la Guyane du côté de Para. J'ai à vous parler aujourd'hui des motifs qui nous font regarder cette nomination comme inutile, parce que, dans notre opinion, la réunion de commissaires français et brésiliens serait peu propre à conduire à un résultat complet et définitif. Il ne s'agit point, en effet, d'un travail ordinaire de démarcation, suite naturelle d'une négociation où la limite qui doit séparer deux territoires a été convenue en principe, pour être réalisée ensuite sur le terrain. Avant que la question soit arrivée à des termes aussi simples, il faut d'abord s'entendre sur l'interprétation de l'article 8 du traité d'Utrecht et déterminer une base de délimitation; il faut, ce qui ne peut se faire que par une négociation entre les deux Cabinets, vider d'abord la question des traités et définir les droits respectifs avant d'arriver à l'application pratique de ces mêmes droits.»

Le Brésil s'est dans la suite rangé à cette manière de voir, ce qui explique pourquoi l'article premier du compromis d'arbitrage stipule que l'arbitre désignera le cours d'eau qui est le Japoc ou Vincent Pinçon du traité d'Utrecht, en se basant exclusivement sur le sens précis de ce traité et sans recourir à la convention de Paris.

Et dans son premier mémoire, le Brésil déclare à réitérées fois, qu'en ce qui concerne la frontière maritime, il s'agit uniquement d'interpréter l'article 8 du traité d'Utrecht. Aucun désaccord ne règne entre les parties sur ce point, de sorte que l'arbitre peut se dispenser d'examiner si, par la convention de Paris, les parties n'entendaient pas reconnaître l'Oyapoc actuel pour le Japoc ou Vincent Pinçon de l'article 8 du traité d'Utrecht.

Mais si la convention de Paris n'a pas désigné définitivement le cours d'eau frontière, elle doit, en ce qui concerne la limite intérieure, avoir d'autant plus un caractère provisoire, puisque la fixation de cette limite dépend de celle de la limite maritime, qui est à déterminer tout d'abord.

Il est vrai que la convention de Paris a essayé de formuler une norme constitutive de la frontière intérieure et c'est peut-être ce qui aura engagé le Brésil à en invoquer le texte. Le Brésil reconnaît d'ailleurs lui-même, dans sa prétention, que la démarcation de 1817 n'avait été fixée que *provisoirement*.

## II. La Procédure.

1. — Le traité d'arbitrage contient quant à la procédure les dispositions essentielles ci-après:

Chacune des parties doit, dans le délai de huit mois après l'échange des ratifications du traité, présenter à l'arbitre un mémoire contenant l'exposé de ses droits et les documents qui s'y rapportent. Ces mémoires sont en même temps communiqués aux parties contractantes. Passé ce premier délai de huit mois, chacune des parties en aura un nouveau, de même durée, pour présenter à l'arbitre, si elle le juge nécessaire, un second mémoire en réponse aux allégations de l'autre partie. L'arbitre a le droit d'exiger des parties les éclaircissements qu'il juge nécessaires: il règle les cas non prévus par la procédure de l'arbitrage et les incidents



pouvant survenir. Les frais du procès arbitral sont déterminés par l'arbitre et partagés également entre les parties contractantes. Les communications entre les parties contractantes ont lieu par l'intermédiaire du Département politique de la Confédération suisse. Enfin l'arbitre décidera dans le délai maximum d'un an à compter de la remise des répliques.

2. — L'échange des ratifications a eu lieu le 6 août 1898, à Rio de Janeiro et le 8 septembre 1898 le Conseil fédéral, sur la demande des deux parties, accepta la mission que lui confiait la convention du 10 avril 1897.

Les États-Unis du Brésil désignèrent pour les représenter dans le litige Monsieur Paranhos do Rio-Branco qui présenta le 6 avril 1899 au Président de la Confédération ses lettres de créance comme Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire en mission spéciale.

La France se fit représenter par son Ambassadeur accrédité auprès du Conseil fédéral, feu le comte de Montholon, puis par son successeur Monsieur Paul-Louis-Georges Bihourd, auxquels furent adjoints comme conseillers en mission spéciale le Marquis de Ripert-Monclar, Ministre plénipotentiaire, et Monsieur Albert Grodet, Gouverneur des colonies de première classe.

Le 6 avril 1899, l'Ambassadeur de la République française remit au Président de la Confédération, pour être communiqués au Conseil fédéral :

1. Un Mémoire contenant l'exposé des droits de la France dans la question des frontières de la Guyane française et du Brésil: deux volumes, dont le premier contient l'exposé de la demande, le deuxième les documents et pièces justificatives.

2. Un atlas, contenant des reproductions de cartes du territoire contesté.

Le 4 avril 1899, le Ministre du Brésil remit au Président de la Confédération, pour être communiqués au Conseil fédéral:

1. Un Mémoire présenté par les États-Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Helvétique, Arbitre choisi selon les stipulations du Traité conclu à Rio de Janeiro, le 10 avril 1897, entre le Brésil et la France: trois volumes, dont le premier contient l'exposé de la demande du Brésil, le second des documents et le troisième des documents et procès-verbaux relatifs aux négociations qui ont eu lieu à Paris en 1855 et 1856 (Mission spéciale du Vicomte do Uruguay à Paris, 1855-1856);

2. L'ouvrage: L'Oyapoc et l'Amazone, question Brésilienne et Française, par Joaquim Caetano da Silva, deux volumes;

3. Un atlas contenant des reproductions de cartes du territoire contesté;

4. Un atlas contenant les relevés géographiques de la Commission brésilienne d'exploration du haut Araguay, sous la direction du capitaine d'état-major Felinto Alcino Braga Cavalcante.

Le Département politique de la Confédération remit aux parties le nombre convenu d'exemplaires de ces diverses pièces.

On constata lors du dépôt des premiers mémoires que les parties différaient d'avis quant au calcul du délai de huit mois. Pour lever tout doute à cet égard, le Conseil fédéral décida, le 5 juin 1899, que le délai prévu à l'article 4 du traité d'arbitrage du 10 avril 1897 expirait le 6 décembre 1899, à 6 heures après midi, heure de l'Europe centrale, ce dont avis fut donné aux deux parties.

Le 6 décembre 1899, les deux parties ont remis leurs répliques au Président de la Confédération: le mémoire du Brésil est accompagné de trois tomes contenant des documents, d'un atlas et d'un volume renfermant le fac-similé de toute une série des pièces imprimées dans les tomes annexes.

3. — Dans l'intervalle, l'Ambassade de France avait fait au Conseil fédéral les communications ci-après:

a) Par note du 30 mars 1900, il fut expliqué que M. F. I, pages 171 et 175<sup>78</sup>, contenait une erreur, en ce que deux passages d'une lettre de Pontchartrain à Lefebvre d'Albon, du 19 décembre 1714, y sont mentionnées, qui sont en réalité empruntées à deux documents différents. L'erreur a passé dans le volume contenant les pièces justificatives où l'on trouve, sous le titre de «Lettre de Pontchartrain, Ministre de la Marine, à l'ordonnateur de la Guyane, Lefebvre d'Albon» un document qui est visiblement composé de deux pièces différentes. Selon la première partie, en effet, le traité d'Utrecht n'est encore ni ratifié ni publié, tandis que suivant la seconde, ce traité serait en voie d'exécution. Vérification faite, il a été constaté que la première partie est un extrait d'une lettre du Secrétaire d'État de la Marine, d'avril 1713, tandis que les passages subséquents sont la reproduction d'une lettre du même Secrétaire d'État, du 19 décembre 1714.

b) Par note du 21 mai 1900, en réponse à une question posée par le Conseil fédéral, il a été fourni des éclaircissements sur les rapports de 1688, de M. de Ferrolles, qui fut plus tard Gouverneur de Cayenne. La question concernait la controverse qui s'est élevée entre les parties au sujet de la lettre de Ferrolles, du 22 septembre 1688, adressée à « Monsieur et Madame de Seignelay », et reproduite dans M. F. II, pages 155 et suivantes, et des passages qu'en donne M. F. I, pages 163 et suivantes, d'après les Archives des Colonies, t. LXIII.

La note du 21 mai 1900 expose que c'est par erreur qu'il est renvoyé au t. LXIII des Archives des Colonies «pour ce qui concerne le voyage de Ferrolles à l'Araguary. Le rédacteur

travaillait sur des notes réunies par divers employés, et l'inexactitude vient de ce que le volume LXIII a été plus particulièrement consulté. Mais il ne renferme rien sur le voyage de Ferrolles en 1688.» De plus, la lettre à Monsieur et Madame de Seignelay n'est pas une pièce originale, mais une copie, dont il existe deux exemplaires, le premier, le meilleur, aux Archives des Colonies, volume II de la Correspondance générale (Guyane) fol. 44 et suiv., le deuxième, défectueux, aux Archives nationales, K 1232, n.º 54; en outre, la lettre était adressée non à Monsieur et Madame, mais au Ministre de Seignelay. L'original de la lettre de Ferrolles n'a pu être retrouvé, mais aucune des deux copies ne contient les mots: «à la rivière du Cap d'Orange». Ces deux copies ont été remises à l'arbitre en expédition authentique, en partie en reproduction photographique.

c) Enfin, l'Ambassade de France a, comme il est dit ci-dessus, communiqué au Conseil fédéral par note du 27 juillet 1900, une rectification de la carte n.º 2 annexée à R. F., sur laquelle la frontière méridionale revendiquée par la France est tracée non plus à partir de la Grande Pancada, mais de la source de l'Araguay dans la direction de l'ouest.

Sur la demande du Conseil fédéral, le Représentant des États-Unis du Brésil a, le 11 juillet 1900, produit les pièces ci-après:

a) Une copie du «*Compendio das mais substanciaes Razões e argumentos que evidentemente provam que a Capitania chamada do Norte situada na boca do rio das Amazonas legitimamente pertence a Coroa de Portugal, etc...*» légalisée par le conservateur de la Bibliothèque royale de Ajuda à Lisbonne, M. Rodrigo V. d'Almeida.

b) Des extraits de l'ouvrage d'*Enciso* «*Suma de geographia, etc.*» Séville 1519, que le représentant du Brésil déclare conformes

au texte de l'exemplaire qui se trouve à la Bibliothèque nationale de Paris.

4. — La réponse de la France, page 20, dit quant au droit de réplique accordé aux parties par le traité d'arbitrage: «Nous tenons [...] à dire un mot de la signification que nous donnons à l'article 4 (du traité d'arbitrage) relatif au droit de réplique. Après avoir imposé à chacune des deux parties, dans l'article 3, l'obligation de présenter un mémoire imprimé contenant l'exposé de ses droits et les documents s'y rapportant, le compromis ouvre à chacune d'elles la faculté d'adresser à l'arbitre un second mémoire en réponse aux allégations de l'autre partie. Il ne s'agit plus, comme on le voit, que d'une réponse aux dires de l'adversaire. Il nous semble résulter de ce texte qu'en principe les seconds mémoires doivent être consacrés à la discussion des premiers. Ceci est plus amplement démontré encore par ce fait qu'après l'expiration du second délai de huit mois la procédure écrite est close. Le juge peut encore demander des éclaircissements: mais les parties n'ont plus le droit d'argumenter l'une contre l'autre: on est entré dans la période finale d'une année pendant laquelle l'arbitre a la parole pour élaborer et rendre sa sentence. Mettre au jour pour la première fois dans le second mémoire des systèmes tenus jusque-là en réserve, et qui ne pourront plus être contrôlés, nous paraîtrait contraire à l'esprit du compromis. C'est évidemment une question de mesure et de bonne foi: en combattant un argument adverse, on est tout naturellement et très légitimement entraîné à des raisonnements nouveaux et à des justifications nouvelles. Mais nous pensons que, d'une façon générale, le second mémoire doit être essentiellement une réponse, et c'est dans ces termes que nous nous sommes efforcés de nous maintenir.»

Le Brésil ne se prononce pas sur la question, mais il a joint à sa réplique une si grande quantité de moyens de preuve nouveaux

qu'on est tenté de croire qu'il ne se place pas au même point de vue que la France.

L'arbitre estime qu'il n'est pas réduit à s'en tenir aux allégations des parties et aux moyens de preuve qu'elles invoquent. Il ne s'agit pas, pour lui, de trancher un différend de droit civil, selon les voies de la procédure civile, mais d'établir un fait historique: il doit rechercher la vérité par tous les moyens qui sont à sa disposition. Il ne tiendra compte des allégations des parties et des documents produits, sur lesquels la partie adverse n'aurait pas pu s'expliquer, que si leur exactitude et leur authenticité lui paraissent hors de doute.

### III. Exposé des motifs.

1. — Le traité d'arbitrage conclu le 10 avril 1897 entre la République française et les États-Unis du Brésil, qui a pour objet de faire fixer définitivement les frontières de la Guyane française et du Brésil, soumet deux points litigieux à la décision de l'arbitre choisi par les parties: le premier concerne la frontière extérieure ou maritime, soit la question de savoir quelle est «conformément au sens précis de l'article 8 du traité d'Utrecht» la rivière «Japoc ou Vincent Pinçon»: le second est relatif à la frontière intérieure, l'arbitre ayant pour mission de la déterminer.

La tâche de l'arbitre diffère essentiellement selon qu'il a à juger l'une ou l'autre des questions. Le traité d'arbitrage le fait ressortir très nettement. Dans cet acte, les parties formulent leurs prétentions tant en ce qui concerne la frontière extérieure que la frontière intérieure. Pour déterminer la première, l'arbitre doit rechercher quelle est, d'après le sens précis de l'article 8 du traité d'Utrecht, la rivière Japoc ou Vincent Pinçon. La rivière qu'il aura adoptée comme telle sera la rivière frontière et son thalweg formera la ligne frontière, que cette rivière soit celle indiquée par

la France, ou celle indiquée par le Brésil, ou un troisième cours d'eau. En revanche, pour résoudre quelle est la limite intérieure, s'il n'admet comme fondée la prétention ni de l'une ni de l'autre des parties, il prononcera selon la « solution intermédiaire » que les parties d'un commun accord ont déterminée dans le traité d'arbitrage; il tracera en conséquence la frontière intérieure qui partira du point extrême de la limite extérieure.

La première question a donc exclusivement pour objet d'interpréter les termes «Japoc ou Vincent Pinson» de l'article 8 du traité d'Utrecht; la seconde concerne uniquement l'examen de la légitimité des prétentions de chacune des parties.

2. — L'arbitre, considérant que la fixation de la frontière intérieure dépend de la solution qui sera donnée à la question de la frontière extérieure, constate, sur la base des données détaillées fournies par l'exposé historique et géographique que «conformément au sens précis de l'article 8 du traité d'Utrecht» la rivière «Japoc ou Vincent Pinson» de cet article 8 est l'Oyapoc actuel qui se jette dans l'Océan entre le 4<sup>e</sup> et le 5<sup>e</sup> degré de latitude nord immédiatement à l'ouest du Cap d'Orange.

Pour déterminer quelle est la rivière Japoc ou Vincent Pinçon du traité d'Utrecht du 11 avril 1713, il faut rechercher préalablement si les pièces contemporaines de la conclusion du traité établissent d'une manière précise quel sens les parties contractantes ont entendu attribuer et ont effectivement attribué à la dénomination «Japoc ou Vincent Pinson» dont se sert l'acte diplomatique.

En procédant à cette recherche, l'arbitre a été amené à étudier non pas seulement les négociations qui ont immédiatement abouti à l'adoption de l'article 8 et des autres dispositions connexes du traité d'Utrecht, mais encore les traités de 1700, 1701 et 1703. Le traité provisionnel du 4 mars 1700 a, en effet, revêtu une telle

importance lors de la discussion du traité d'Utrecht qu'il a fallu admettre d'emblée qu'il existait un certain rapport d'identité entre le Japoc ou Vincent Pinçon du traité d'Utrecht et la «Rivière d'Oyapoc dite de Vincent Pinçon» (Rio de Oiapoc ou de Vicente Pinson) du traité provisionnel.

Les délibérations dont est sorti le traité provisionnel de 1700 ont été précédées en 1698 et 1699 de tout un échange d'explications écrites par lesquelles les parties, la France d'un côté, le Portugal de l'autre, ont développé dans leurs moindres détails les questions qui les divisaient, chacune s'efforçant à l'aide de faits, de documents, de considérations tirées de l'histoire et de la géographie, de convaincre sa partie adverse du bien-fondé de ses prétentions. Pour arriver à apprécier sainement les mémoires si importants de 1698 et 1699, qui ont exercé une incontestable influence même sur les thèses soutenues par les parties dans le litige actuel, et à bien comprendre les documents qui sont en connexité plus ou moins étroite avec ces mémoires, il a été nécessaire de se livrer à une étude complète des faits et des pièces.

C'est pourquoi l'arbitre a eu pour tâche d'examiner toute l'histoire du contesté, du territoire en litige qui va de l'Amazone jusqu'à l'Oyapoc actuel à l'ouest du Cap d'Orange, depuis les premiers voyages de découverte effectués dans l'Amérique du sud; il a dû notamment se former une opinion sur la valeur des revendications du contesté fondées sur des concessions de terrains octroyées par des gouvernements d'Europe et voir jusqu'à quel point de semblables concessions ont été suivies de l'occupation effective du pays.

Il eût d'ailleurs été impossible d'omettre cette étude approfondie de l'histoire du contesté depuis l'origine de sa découverte par des Européens, cela d'autant moins que les parties ont invoqué dans leurs mémoires l'historique de la question et



que le nom de la rivière frontière, Vincent Pinçon, se rattachait à l'évidence à Vicente Yañez Pinzon, qui découvrit l'embouchure de l'Amazone et le littoral du continent au sud-est et au nord-ouest de celle-ci. C'est précisément pourquoi les questions d'ordre purement géographique que soulève l'identification de la rivière Vincent Pinçon avec un des cours d'eau du littoral brésilien-guyanais ne pouvaient pas être tranchées à l'aide seulement des cartes datant de l'époque du traité d'Utrecht: il a fallu examiner ces questions dans leur relation avec l'histoire, et c'est ainsi qu'on est parvenu au coeur de l'étude de ce problème scientifique aussi intéressant que controversé du développement de la cartographie de la côte sud-est de l'Amérique en général, du littoral du contesté en particulier.

3. — Cela posé, il y a lieu de relever les points ci-après:

Ce n'est qu'à la fin du XVI<sup>e</sup> siècle et au commencement du XVII<sup>e</sup> siècle que divers États d'Europe se préoccupent du territoire côtier situé au nord-ouest de l'embouchure de l'Amazone. À cette époque, les Portugais s'établissent et restent fixés à l'embouchure et sur les rives du fleuve, non pas seulement en vertu du titre historique créé par le partage du monde fait par le Pape entre l'Espagne et le Portugal, mais plutôt en vertu d'une domination effective et d'une possession défendue à main armée contre quiconque cherchait à la troubler ou à la restreindre.

Seule l'Espagne aurait pu disputer cette contrée au Portugal en se fondant sur le traité de Tordesillas, mais le conflit fut écarté grâce à la réunion des deux Couronnes qui dura jusqu'en 1640. À la fin du XVI<sup>e</sup> et au commencement du XVII<sup>e</sup> siècle, l'opinion généralement accréditée chez les auteurs espagnols et portugais semble avoir été que la frontière entre l'Espagne et le Portugal, l'ancienne «*linea de demarcacion*» passait au nord-ouest de l'embouchure de l'Amazone et qu'en particulier la rivière Vincent Pinçon qui se jette dans la mer au nord-ouest du «*Cabo del Norte*»

formait la limite du Brésil portugais et des possessions espagnoles au nord. Il n'est pas besoin de rechercher comment cette opinion a pu se former: il suffira de constater que le roi d'Espagne Philippe IV, troisième du nom en Portugal, avait par ordonnance du 13 juin 1621 partagé les possessions portugaises dans l'Amérique du sud en deux grands arrondissements administratifs dont l'un, l'Estado do Maranhão, situé au nord-ouest, s'étendait au delà de l'embouchure de l'Amazone jusqu'à la frontière du territoire espagnol. Or cette frontière était la rivière Vincent Pinçon.

À la même époque des Brésiliens relevant du Portugal avaient entrepris de chasser du territoire de l'embouchure de l'Amazone les ressortissants des nations européennes, notamment les Hollandais, les Anglais et les Français, et de se défendre contre toute intrusion étrangère: cette entreprise, ils la menèrent à bien.

Il ne s'agit plus aujourd'hui de décider si c'est le Portugal ou toute autre puissance européenne dont la prétention à posséder le territoire de l'embouchure de l'Amazone était la mieux fondée en droit, mais uniquement de constater qu'effectivement les Portugais devinrent les maîtres du pays et qu'ils assurèrent également leur domination sur la rive gauche du fleuve en refoulant toutes les autres nations européennes; puis, que la Couronne de Portugal partagea le territoire en «Capitaineries» et qu'en 1637 elle fit donation de la «capitania do cabo do norte» à Bento Maciel Parente, un des Conquistadores portugais. Le long du littoral cette Capitainerie avait une étendue de 30 ou 35 à 40 leguas comptées du Cabo do Norte. À lui seul le texte de l'acte de donation montre que cette concession n'était pas une «commission de découverte»: le fait que Parente dressa procès-verbal officiel de la prise de possession de sa Capitainerie, que celle-ci passa à ses héritiers, et la présence d'agents de Parente dans le territoire, prouvent bien que la donation fut suivie d'exécution.

Cen'est que depuis 1676 que les Français ont pris définitivement possession de Cayenne. À partir de ce moment-là, ils tentèrent de donner à leur colonie le développement que lui attribuaient les concessions des rois de France. Ces concessions assignaient à la France Équinoxiale les territoires entre l'Amazone et l'Orénoque. Le lieutenant-général de ce pays, Lefebvre de la Barre, dans sa description de la contrée, fait ressortir la différence qui existe entre les concessions et l'occupation effective des Français. Il désigne le pays situé entre l'embouchure de l'Amazone et le Cap d'Orange, où débouche la rivière Yapoco, comme étant la Guyane indienne à laquelle il oppose, comme formant la Guyane française, le pays compris entre le Cap d'Orange et la rivière Maroni. C'est ce dernier territoire et non l'autre qui est possession française. Et encore pour Lefebvre de la Barre la Guyane indienne est-elle susceptible d'être occupée. Lorsque les Français s'appliquèrent à procéder à l'occupation du Cap d'Orange jusqu'au fleuve des Amazones, en se prévalant des concessions de leur roi et «pour le maintien et l'augmentation de la Colonie de Cayenne», comme il est dit dans les instructions du Président Rouillé, en date du 11 décembre 1697, ils se heurtèrent aux Portugais. Ceux-ci s'opposèrent à la pénétration des Français dans leur territoire qui, selon le Portugal, s'étendait au delà de l'Amazone et du Cap de Nord jusqu'à la rivière de Vincent Pinçon. Ils se mirent à construire des forts pour défendre leur possession où ils avaient déjà quelques missions. Le conflit entre la France et le Portugal ne tarda pas à éclater.

Tout d'abord les Français, venant de Cayenne et rencontrés aux alentours du Cap de Nord, sont pris par les Portugais et expulsés du pays, pendant qu'à Cayenne les autorités continuent à autoriser des Français à se rendre dans ce territoire jusqu'au fleuve des Amazones, et notamment à y faire le commerce avec les Indiens. Le conflit s'aggrave du moment que des Français élèvent leurs protestations contre l'établissement des forts construits par

les Portugais sur la rive gauche de l'Amazone, qu'ils demandent la destruction des ouvrages de défense, l'abandon du territoire par les Portugais «attendu que toute la rive septentrionale de l'Amazone appartenait de droit à Sa Majesté Très Chrétienne», tandis que les Portugais songeaient à de nouvelles mesures pour protéger leurs possessions. Pierre-Éléonor de la Ville de Ferrolles qui en 1688 alla de Cayenne remettre la «sommation» de la France au commandant du fort portugais sur la rive gauche de l'Araguary, relate en ces mots l'accueil qu'il y reçut: «Il me demanda ensuite ce que j'estois venu faire. Je dis que j'estois venu scauoir pourquoy ils s'establissoient sur les terres du Roy qui estoient séparées des leurs par le fleuve des Amazones. Ce qui l'estonna, disant que le capitaine-major de Para auoit encore des ordres de construire des forts plus prez de nous et que les terres du Roy son maistre s'estendoient jusques à la Rivière Pinçon, que nous appelons Ouyapoque.» L'attaque infructueuse tentée par de Ferrolles en mai 1697 contre les forts portugais sur l'Amazone marque la phase aiguë de la querelle.

Sur ces entrefaites, on recourut aux voies diplomatiques pour mettre fin au litige; en même temps les parties, après avoir recueilli des données historiques et géographiques, exposaient leurs prétentions dans les mémoires de 1698 et 1699.

Le traité du 4 mars 1700 régla provisoirement la question. Il s'agissait de «l'affaire de la rivière des Amazones», ainsi que le faisait remarquer fort bien le négociateur français, le Président Rouillé: aussi son mémoire de janvier 1698, qu'il remit au gouvernement portugais, était-il intitulé: «Mémoire contenant les droits de la France sur les pays scituez à l'ouëst de la rivière des Amazones». Ce n'était donc pas la frontière de la rivière Vincent Pinçon, appelé «Ouyapoque» par les Français de Cayenne, qui aux yeux de la France formait l'objet du litige, mais bien la frontière de l'Amazone; et l'instruction remise à l'Ambassadeur de France à Lisbonne lui recommandait d'obtenir des Portugais qu'ils reconnussent «que

la rivière des Amazones serve de borne aux deux nations et que les Portugais laissent aux François la possession libre de la partie occidentale de ses bords». Le Portugal opposait à cette prétention la revendication de la rive gauche de l'Amazone jusqu'au «Rio de Oyapoca ou Vincente Pinson, como querem os Castelhanos, ou Rio Fresco como mostrão muitos roteiros e cartas».

Les mémoires ainsi que les documents et cartes communiqués à l'arbitre établissent à l'évidence que lors de la conclusion du traité du 4 mars 1700 les États contractants, par Rivière d'Oyapoc dite de Vincent Pinçon, n'ont pas entendu désigner et n'ont pas en fait désigné d'autre cours d'eau que l'Oyapoc actuel, immédiatement à l'ouest du Cap d'Orange.

Les différences d'orthographe du nom Oyapoc n'avaient aucune importance: en effet, l'Oyapoca ou Oyapoc de la réponse du Portugal de 1698, s'appelle Yapoco dans la réplique de la France de février 1699, probablement parce que de la Barre et d'autres auteurs français le dénommaient ainsi, tandis que la duplique du Portugal écrit: Ojapoc (Oyapoc) ou Oviapoc (Wiapoc ou Yapoc); c'est le même cours d'eau qui figurera dans le traité d'Utrecht sous le nom Japoc, que de Ferrolles écrit Ouyapoc ou Ouyapoque, tandis que les Hollandais et les Anglais employaient plutôt les expressions Wiapago, Wiapoco, Wyapogo, Wayapoco, Wajabego, etc. Or, pour les Français, cet Oyapoc était l'Oyapoc actuel du Cap d'Orange. De Ferrolles le dit clairement dans son rapport du 20 juin 1698, quand, voulant établir la différence entre l'île d'Ouyapoc (Hyapoc) et la rivière de ce nom, il fait observer au sujet de celle-ci: elle «est dans la Guyane au deçà du Cap de Nord à quinze lieues de nos habitations de Cayenne». Déjà même, en 1688, dans son rapport sur son expédition vers l'Araguay, il avait décrit exactement sous le nom d'Ouyapoque le fleuve qui se jette dans l'Océan à l'ouest du Cap d'Orange, sans connaître ni nommer aucun autre cours d'eau de ce nom dans le contesté entre Cayenne et l'Amazone.

Bien plus, il n'eut aucune objection quelconque à faire, ainsi qu'il résulte de son entretien avec le commandant portugais du fort sur l'Araguay, contre l'identification du Pinçon, la rivière frontière portugaise (Vincent Pinçon) et de son propre Ouyapoque (c'est-à-dire l'Oyapoc du Cap d'Orange). Son objection ne visait pas cette identification, mais simplement la fixation de la frontière à l'Oyapoc du Cap d'Orange, parce qu'il revendiquait pour la France la frontière de l'Amazone.

Des délibérations qui eurent lieu entre 1698 et 1700 se dégagent la même conclusion. À la revendication par les Portugais de la frontière Oyapoc-Vincent-Pinçon, les Français n'opposent pas cette objection: il n'y a pas d'identité entre l'Oyapoc et le Vincent Pinçon, car l'Oyapoc est la rivière qui coule près du Cap d'Orange et le Vincent Pinçon est un cours d'eau plus rapproché de l'Amazone. Les Français s'attachent plutôt à démontrer que le Vincent Pinçon est une rivière imaginaire: les Portugais, disent-ils, n'ont aucun droit à revendiquer l'Oyapoc comme rivière frontière; en outre, cette frontière serait inutile et insuffisante; il existe d'ailleurs dans l'Amazone une île du nom d'Oyapoc (Yapoco), elle peut servir de frontière entre le Portugal et la France. On voit clairement que pour les Français, lorsqu'ils ont à s'occuper de la frontière de la rivière d'Oyapoc, il s'agit de l'Oyapoc d'eux connu, de l'Oyapoc du Cap d'Orange et non d'une autre rivière. Aussi les Portugais se bornent-ils à répondre dans leur duplique: il n'existe pas d'île d'Oyapoc dans l'embouchure de l'Amazone, les auteurs et les cartes signalent l'existence d'une rivière Vincent Pinçon qui n'est autre que l'Oyapoc: cette frontière de l'Oyapoc n'est d'ailleurs, à l'égard même de la France, ni inutile ni insuffisante, pas plus qu'elle ne le fut autrefois lorsqu'elle constituait la limite de l'Espagne et du Portugal.

Il importe toutefois de retenir que les Portugais étaient loin d'être renseignés avec exactitude sur la position de l'Oyapoc du

Cap d'Orange, pour eux le Vincent Pinçon. Mais on attachait si peu d'importance à connaître exactement la position de la rivière revendiquée comme frontière par les Portugais, que le mémoire français de janvier 1698 ne contient sur la latitude aucune des indications figurant dans le mémoire sur lequel il se basait.

On conçoit que les Français connussent l'Oyapoc mieux que les Portugais, puisque pour atteindre l'Amazone, ils devaient passer près de l'Oyapoc et du Cap d'Orange; pour les Portugais en revanche, cette rivière frontière était fort éloignée.

Une fois que les négociations eurent abouti à obliger les Portugais à raser tous leurs forts sur la rive gauche de l'Amazone et que la possession du Contesté fut déclarée «indécise entre les deux Couronnes», la France n'avait plus d'intérêt à ne pas délimiter le Contesté de manière à lui donner l'Amazone pour frontière méridionale, conformément à sa propre revendication, et l'Oyapoc (Ojapoc) ou Vincent Pinçon pour frontière septentrionale et occidentale, conformément à la revendication du Portugal. La France avait atteint le but qui lui importait le plus, le libre accès de l'Amazone. Elle n'avait pas à redouter que les Portugais avançassent vers Cayenne. Mais rien n'indique que l'Oyapoc ou Vincent Pinçon du traité provisionnel du 4 mars 1700 fut un autre cours d'eau que celui que les débats préliminaires font connaître sous ce nom, savoir l'Oyapoc d'aujourd'hui.

4. — On s'en tint à la convention du 4 mars 1700. L'article 9 du traité avait prévu que la question des frontières, Amazone ou Oyapoc-Vincent-Pinçon, serait éclaircie et définitivement tranchée selon les nouvelles données qui devaient être recueillies, mais cette disposition resta lettre morte, et le 18 juin 1701, le traité provisionnel de l'année précédente fut converti en un traité définitif et perpétuel.

La France considérait cet acte comme une concession qu'elle devait faire au Portugal à cause de la situation politique générale. Aucune réserve ou exception n'ayant été stipulée, il faut admettre que la dénomination adoptée en 1701, «terres du Cap de Nord, confinant à la rivière des Amazones». L'article 15, première rédaction, ou article 6, seconde rédaction du traité, ne peut pas viser autre chose que le territoire du Contesté, tel que le délimitait le traité provisionnel, auquel on se référait expressément.

Ce que le Portugal avait en vain demandé à la France en 1701, savoir la renonciation de cette puissance «à toute prétention des terres du Cap de Nord confinant à la rivière des Amazones», et s'étendant «jusqu'à la rivière de Vincent Pinson autrement dit de Oyapoc», il se le fit garantir le 16 mai 1703 dans son traité d'alliance avec l'Empereur, l'Angleterre et les Pays-Bas. L'article 22 de ce traité d'alliance stipule expressément: «... pax fieri non poterit cum Rege Christianissimo, nisi ipse cedat quocumque Jure, quod habere intendit in Regiones ad Promontorium Boreale vulgo Caput de Norte pertinentes et ad ditionem Status Maranonii spectantes, jacentesque inter Fluvios Amazonium et Vincentis Pinsonis». Le Portugal désignait la rivière devant servir de frontière septentrionale sous le nom qu'il lui donnait d'habitude, rien ne l'engageait à y ajouter la dénomination adoptée par les Français pour la même rivière. La désignation «Regiones ad Promontorium Boreale vulgo Caput de Norte pertinentes» est la traduction aussi exacte que possible du terme «Terres du Cap de Nord».

Le traité de 1703 donne au Contesté la même étendue que les traités de 1700 et de 1701, et le traité d'Utrecht du 11 avril 1713 ne peut être interprété différemment.

Cela ressort directement des articles 8 et 9 du traité d'Utrecht, où le traité provisionnel de 1700 est déclaré nul et de nulle vigueur, où le même territoire dont avait disposé ce traité provisionnel est



définitivement attribué au Portugal et où ce territoire, le Contesté, est désigné selon les mêmes termes que ceux dont s'étaient servis les traités antérieurs «Terres appelées du Cap du Nord et situées entre la rivière des Amazones et celle de Japoc ou de Vincent Pinson». Cette opinion est corroborée par l'article 12 qui fait défense aux Français «de passer la rivière de Vincent Pinson, pour négocier... dans les terres du Cap du Nord»; cette dénomination ne vise pas d'autre territoire que celui délimité par l'article 8. En conséquence, les terres françaises de Cayenne commencent sur la rive gauche et nord-ouest du Vincent Pinçon des Portugais ou du Japoc des Français et c'est pourquoi l'article 12 précité stipule en outre: «Sa Majesté Portugaise promet... qu'aucuns de ses sujets n'iront commercer à Cayenne.»

L'origine des articles du traité d'Utrecht que l'arbitre doit interpréter est expliquée dans toute une série de documents dignes de foi; l'arbitre a puisé dans toutes ces pièces la conviction que par le Japoc ou Vincent Pinson de l'article 8, on ne peut pas entendre une autre rivière que celle à laquelle se rapportent les traités de 1700 et de 1703, donc pas d'autre cours d'eau que l'Oyapoc actuel du Cap d'Orange.

Au fond, les parties sont d'accord pour reconnaître qu'il ne saurait être attaché aucune importance à la différence d'orthographe de Japoc et d'Oyapoc: dans les délibérations qui ont abouti à la conclusion du traité, on a écrit indifféremment Yapoco, Oyapoco, Oyapoc (Ojapoc). La dénomination Japoc est due probablement à ce que les plénipotentiaires portugais à Utrecht, qui connaissaient la rivière sous le nom de Vincent Pinçon, rédigèrent les articles du traité, et, d'après la forme usuelle pour eux, firent alors du Yapoco des cartes françaises un Japoc.

Il résulte des négociations que l'intervention de l'Angleterre a valu au Portugal des clauses favorables, en premier lieu l'attribution

du Contesté et l'interdiction faite aux Français de naviguer sur l'Amazone. Cette ligne de conduite était dictée aux Anglais par leur propre intérêt et aussi par le respect des obligations que le traité de 1703 leur imposait à l'égard du Portugal.

Dès le début des négociations, le Portugal, se prévalant du traité d'alliance de 1703, et ce nonobstant le traité du 4 mars 1700, demandait que la France renonçât à son profit à toute prétention sur les «Terres du Cap du Nord situées entre la Rivière des Amazones et celle de Vincent Pinson»: sa demande avait incontestablement pour objet le territoire dont, en 1700, la possession avait été déclarée «indécise entre les deux Couronnes» et dont la frontière vers Cayenne était formée par l'Oyapoc actuel du Cap d'Orange. La France, en revanche, entendait d'abord maintenir l'état de choses antérieur à la guerre et observait: «quant aux domaines de l'Amérique, s'il y a quelques différends à régler, on tâchera d'en convenir à l'amiable»: plus tard, les plénipotentiaires français au congrès d'Utrecht avaient pour instruction de réclamer la frontière de l'Amazone et, au cas où ils ne pourraient pas l'obtenir, d'insister sur ce point «que les François auront la liberté entière de la Nawigation dans la Rivière des Amazones», en même temps que le traité provisionnel de 1700 resterait en vigueur «jusqu'à ce qu'on soit convenu définitivement des Limites de la Province de la Guyane»; mais si cette convention venait à ne pas être conclue dans le délai d'une année à partir du traité de paix, le fleuve des Amazones deviendrait la frontière.

Le Portugal qui avait complètement confié la défense de ses intérêts à l'Angleterre fut soutenu par cette Puissance. Lord Bolingbroke fit savoir au Marquis de Torcy, ministre français des Affaires étrangères, que la reine d'Angleterre avait pris à l'égard du roi de Portugal «par traité des engagements plus solides qu'à l'égard de tout autre allié»; à Londres, ce fut principalement le ministre portugais José da Cunha Brochado qui fit valoir avec succès les

prétentions du Portugal; il exposa combien le traité provisionnel de 1700 avait été préjudiciable au Portugal, en imposant au roi de Portugal de «s'abstenir de l'ancienne Possession et de la jouissance des Terres, qu'il possédoit, situées depuis la Rivière appelée Yapoco jusques au Cap du Nort de la Rivière des Amazones inclusive», «au grand préjudice de son ancien Domaine, avec si peu de seureté pour le reste du Maragnan»; il faisait ressortir que le maintien de ce traité de 1700 amènerait de nouvelles disputes et de nouvelles querelles. L'Angleterre était disposée à prendre contre la France la défense de la prétention du Portugal sur le Contesté, cela en ce sens «que les Français abandonnent totalement ces terres-là, pour les éloigner du voisinage du Brésil», mais les égards qu'elle avait pour la France firent qu'elle ne mit toute son énergie à soutenir cette prétention que du moment où, au cours des négociations, la France réclama pour ses ressortissants la libre navigation sur l'Amazone et présenta cette demande comme étant pour elle la plus importante.

Les rapports sur la mémorable conférence d'Utrecht, du 9 février 1713, à laquelle ont pris part les plénipotentiaires français, portugais et anglais, démontrent — et cela mérite d'être relevé — que la contestation au sujet de la latitude de l'embouchure de la rivière frontière aurait pu naître alors, si l'on avait attaché quelque importance à connaître exactement cette latitude. Mais comme tel n'était pas le cas, la question ne devint pas aiguë. Il faut toutefois insister sur ce point: en 1713, pas plus qu'en 1700 et dans les années précédentes, la question actuellement litigieuse n'existait et elle n'existait pas par cette raison; l'on était d'accord sur l'identité du Japoc (Oyapoc) et du Vincent Pinçon et d'accord aussi que, sous ce nom, il fallait entendre une seule et unique rivière et cette rivière était l'Oyapoc d'aujourd'hui, l'Oyapoc du Cap d'Orange.

La discussion du 9 février 1713 montra bien que les Français et les Portugais n'étaient pas du même avis touchant la latitude

de l'embouchure de ce cours d'eau. Deux prétentions étaient en présence: le Brésil réclamait le Contesté, la France le maintien du traité provisionnel de 1700, subsidiairement le partage du Contesté, avec la clause que la libre navigation de l'Amazone serait garantie aux ressortissants français. Et quand le partage fut discuté, les Portugais déclarèrent l'accepter en principe; ils exigeaient cependant que le traité même traçât la ligne frontière de manière que celle-ci atteignit la côte par  $3\frac{3}{4}^{\circ}$  de latitude nord: partant du point de vue que leur carte, qui donnait au Vincent Pinçon ou Oyapoc une latitude nord de  $3\frac{3}{4}^{\circ}$ , était plus exacte et plus précise que les cartes françaises, qui plaçaient la rivière beaucoup plus au nord, ils estimaient que ce partage leur vaudrait non seulement tout le Contesté, mais encore une frontière sûre et indiscutable à l'avenir. Mais les Français étaient opposés à ce mode de partage: en premier lieu, un partage immédiat ne leur convenait pas: ils préféraient un partage auquel il aurait été procédé après la conclusion de la paix, sur place ou ailleurs, par des commissaires des deux États; en outre, ils n'agréaient pas le projet, parce que la part qu'il attribuait au Portugal leur paraissait trop grande. Parlant des plénipotentiaires portugais, ils rapportent: «Ils... se réservèrent toujours, non seulement la plus grande partie des costes jusqu'au cap de Nort, mais encore tous les bords de la rivière des Amazones, jusqu'au fort le plus reculé, qu'ils avoient avant 1700.»

Ce qui importait le plus aux Français, c'était la libre navigation de l'Amazone. Leurs plénipotentiaires le disent clairement dans un rapport qu'ils adressaient à Louis XIV sur la conférence du 9 février 1713: «La première chose que nous demandâmes fut la liberté de la navigation pour les sujets de Vostre Majesté dans la rivière des Amazones.» Et Louis XIV qualifie la liberté de navigation sur l'Amazone de «condition fondamentale» qui seule le déterminera à entrer en matière sur le projet de partage du Contesté. La divergence des opinions sur la latitude de la rivière frontière perdit

toute importance, du moment que la France, au lieu d'obtenir la libre navigation fut obligée d'y renoncer expressément ensuite de l'ultimatum de l'Angleterre, des 17 février — 6 mars 1713, en même temps qu'elle devait abandonner au Portugal tout le Contesté tel qu'il avait été délimité par les précédents traités. Les Français acceptèrent le Japoc (Oyapoc) ou Vincent Pinçon comme étant le cours d'eau frontière visé par le traité de 1700, cela sans restriction ni réserve. La réserve que Louis XIV fit stipuler, lors de la signature du traité d'Utrecht, concernait non l'identité du Vincent Pinçon et de l'Oyapoc actuel, mais la liberté de navigation de l'Amazone: c'était là le but qu'il se proposait, il ne tenait pas à une ligne frontière au sud-est de l'Oyapoc actuel et qui n'eût pas atteint l'Amazone.

5. — Le litige, tel qu'il existe actuellement entre les parties, est né depuis la conclusion du traité d'Utrecht, en un espace de temps relativement court.

Le conflit surgit lorsqu'en 1723, le Gouverneur français de Cayenne, Claude d'Orvilliers, tout en reconnaissant encore l'Oyapoc actuel comme étant la frontière adoptée par le traité d'Utrecht, revendiqua pour la France le territoire entier de l'embouchure de ce cours d'eau, par la raison que le traité d'Utrecht avait attribué au Portugal les terres du Cap de Nord seulement et non pas celles du Cap d'Orange. Il estimait qu'on pouvait d'un commun accord prendre le Cachipour pour limite. De son côté, João da Maya da Gama, gouverneur portugais à Pará, soutenait, en invoquant la découverte faite en 1723 par João Paes do Amaral d'une borne frontière entre les possessions espagnoles et portugaises sur la Montagne d'Argent, qui est sur la rive gauche de l'Oyapoc, que «les territoires du Roi Très Chrétien commencent à la dite pointe appelée Comaribô, qui se trouve à l'Ouest de la rivière de Vicente Pinçon et non pas au Cap d'Orange... attendu que celui-ci se trouve à l'Est, et que toute l'embouchure de la rivière de Vicente Pinçon

laquelle est et forme la limite des deux territoires appartient au Roi mon Maître». Les deux parties partent donc du même cours d'eau comme cours d'eau frontière, c'est-à-dire de l'Oyapoc du Cap d'Orange, mais non pas du thalweg de ce cours d'eau: elles revendiquent par contre le territoire sis de l'autre côté.

Tandis que le Portugal renoncera tôt après à toute prétention sur la rive gauche de l'Oyapoc, il n'en sera pas de même de la part des autorités françaises à Cayenne. En 1726 déjà, d'Orvilliers tire argument de la «Baie de Vincent Pinson» qui devient pour la suite du litige d'une grande importance: il considère la frontière du Cachipour comme une concession à faire au Portugal et motive son opinion en ces termes: «Quoique la Baie de Vincent Pinson soit plus au Sud que la Rivière de Cachipour, je conviendrai, pour le Roi mon Maître, que nos limites soient à la Rivière de Cachipour: cette Rivière ne dépend nullement des terres dites du Cap du Nord, qui sont celles que le Roi a cédées par le dernier traité au Roi de Portugal; mais comme la Rivière de Vincent Pinson, autrement nommée Oyapoc, est petite, je crois que le Roi ne désapprouvera pas que nous placions la limite à la Rivière de Cachipour, qui est une grande rivière».

L'exposé historique a démontré que cette argumentation ne peut pas se concilier avec l'article 8 du traité d'Utrecht; il suffit d'avoir signalé les premiers faits auxquels se rattache le litige actuel. Ceux-ci ne sauraient rien changer aux constatations qui se dégagent des débats qui ont précédé le traité d'Utrecht et qui fixent le sens véritable et précis de son article 8. L'histoire des rapports qu'ont entretenus depuis 1713, au sujet de la question de la frontière, les autorités françaises de Cayenne et les autorités brésiliennes de Pará d'une part, puis, d'autre part, le Gouvernement français et le Gouvernement portugais, remplacé plus tard par le Gouvernement brésilien, n'a d'autre intérêt pour l'arbitre que de démontrer avec une entière clarté, quelle est l'origine du litige actuel et de quelle

manière les parties, au cours du conflit, ont formulé et défendu leurs prétentions. Il n'est pas nécessaire de revenir encore sur cette partie de l'histoire de la contestation, pas plus que sur les oeuvres cartographiques sur lesquelles elle exerça son influence: ces points ont été examinés d'une manière approfondie dans l'exposé historique et géographique.

6. — Après qu'en 1822, le Brésil se fut séparé du Portugal pour devenir un État indépendant et ont été reconnu comme tel par les puissances, il se trouva à l'égard de la France, en ce qui concerne le Contesté, dans la même situation que le Portugal jusqu'alors. Aucun désaccord n'existe sur ce point entre les parties.

7. — L'examen auquel l'arbitre s'est livré l'a conduit à adopter, en conformité de la demande formulée par le Brésil dans l'article 1<sup>er</sup> du traité d'arbitrage, l'Oyapoc d'aujourd'hui comme devant former la frontière extérieure ou maritime entre la Guyane française et le Brésil. Cette décision entraîne le rejet de la revendication par la France de la frontière de l'Araguay. Il y a lieu de même d'écarter comme frontière tout autre cours d'eau coulant entre l'Araguay et l'Oyapoc. Ce résultat se trouve confirmé, sous tous les rapports, par l'examen de chacune des questions d'ordre purement géographique.

L'exposé géographique a montré comment un seul et même cours d'eau a reçu des noms différents, le nom de Vincent Pinçon de la part des Espagnols et des Portugais, le nom d'Oyapoc, très diversement orthographié d'après la dénomination primitive d'origine indienne, de la part des Anglais, des Hollandais et des Français. Il montre aussi que les indications de la latitude de cette rivière variaient beaucoup selon les divers géographes et les diverses cartes géographiques, mais que l'identité du cours d'eau n'en peut pas moins être établie grâce aux «montagnes» qui, situées à l'ouest de son embouchure, le signalent, grâce aussi à la

détermination de sa position et à la nomenclature reproduite dans les cartes.

Il reste acquis pour l'arbitre que la cartographie espagnole et portugaise du XVI<sup>e</sup> siècle, depuis le *Padron real* de Chaves de 1536, entend par le Rio de Vicente Pinzon accompagné de «Montañas», l'Oyapoc actuel du Cap d'Orange. Vers le milieu du XVI<sup>e</sup> siècle, un fleuve nouveau et important fut introduit dans les cartes, en premier lieu par Nicolas Desliens et Sebastiano Cabotto, qui l'empruntèrent à la relation qu'Orellana avait donnée de son voyage. Il figura sur les cartes comme un cours d'eau distinct du Marañon déjà connu et au nord-ouest de celui-ci. Or les cartes identifiaient le Marañon connu avec l'Amazone d'aujourd'hui, lui donnaient une position presque analogue, et le nouveau fleuve étant également identifié avec l'Amazone, il s'ensuit que la position du nouveau fleuve était inexacte: il devait forcément être déplacé trop au nord-ouest, parce que le reste du littoral n'avait subi aucun changement. Le Rio de Vicente Pinzon, abstraction faite du fleuve nouvellement introduit, garda l'ancienne position que lui avait donnée Chaves, il était en conséquence beaucoup plus rapproché du nouveau cours d'eau que de l'ancien Marañon. Mais quelques géographes reconnurent bientôt l'erreur ainsi commise, et en 1558 déjà Diogo Homem remet le Rio de Vicente Pinzon, avec les Montañas, à la distance primitive et exacte du fleuve des Amazones. Le représentant le plus autorisé de la cartographie portugaise de la seconde moitié du XVI<sup>e</sup> siècle, Vaz Dourado, se rallia à cette opinion, ainsi que Gerardus Mercator dans ses mappemondes, établies d'après les cartes de l'école de Séville, qui firent connaître universellement et transmirent au XVII<sup>e</sup> siècle le nom du Rio de Vicente Pinzon.

La description que donna B. M. Parente vers 1630 et la donation qui lui fut octroyée en 1637, démontrent avec une assez grande certitude, ainsi que l'explique l'exposé géographique, que



le Rio de Vicente Pinzon et l'Oyapoc sont un seul et même cours d'eau. En revanche, les cartes de João Teixeira ne peuvent pas servir à déterminer la position du cours d'eau frontière, par le motif qu'elles ne figurent cette partie du littoral que d'une manière absolument insuffisante.

L'exposé géographique réfute aussi les divers arguments développés par la France à l'appui de la frontière de l'Araguary. Il est démontré que cette prétention n'est pas fondée, par la raison qu'il est impossible d'établir que l'Araguary ait eu autrefois une seconde embouchure et qu'il n'a pas été constaté de fait permettant d'admettre l'identification du Rio de Vicente Pinzon avec un bras septentrional, aujourd'hui disparu, de l'Araguary. L'Araguary a son embouchure au sud du Cap de Nord, tandis qu'incontestablement le Rio de Vicente Pinzon se jette dans l'Océan au nord-ouest du Cap de Nord. Et de tout temps, on a fait une distinction entre ces deux cours d'eau.

C'est ensuite d'une fausse combinaison que la Baie de Vincent Pinçon figure sur la carte dressée en 1703 par Guillaume de l'Isle et plus tard notamment sur celle de La Condamine, au débouché septentrional du Canal actuel de Carapaporis; cette erreur provient, d'après les documents versés aux débats, de celle qu'a commise Robert Dudley dans son interprétation du rapport que Keymis avait fait de son voyage, et des fausses notions qu'avaient au sujet de l'Amazone Desliens, Cabotto et d'autres.

Outre les mémoires de 1698 et 1699, ce sont notamment la carte dressée par le père Fritz en 1691 et la description du père Pfeil qui montrent que le Portugal, à la fin du XVII<sup>e</sup> siècle et lors de la conclusion du traité de 1700, identifiait le Rio de Vicente Pinzon et l'Oyapoc d'aujourd'hui. Sur la carte du père Fritz, qui suit en général la nomenclature indienne, le Rio de Vicente Pinzon prend la place de l'Oyapoc: le père Pfeil identifie expressément le

Vincent Pinzon avec l'Oyapoc, en relevant que c'est toujours le même cours d'eau, qu'on l'appelle Rio Pinçon ou Wiapoc, ou Yapoc, ou Vaiabogo, ou Oyapoc. La rivière dont il parle est l'Oyapoc d'aujourd'hui, car il dit: il se jette dans la mer en formant une belle baie et son eau douce se perd entre les deux célèbres promontoires du Mont-d'Argent et du Cabo d'Orange. Il est d'ordre secondaire que le père Pfeil, à l'exemple de tant d'autres géographes, indique une latitude inexacte, car c'est le cours d'eau et non la latitude qui revêt de l'importance.

8. — À teneur du traité d'arbitrage et en conformité des explications ci-dessus, la frontière extérieure ou maritime va jusqu'à la source principale de l'Oyapoc d'aujourd'hui, à moins que le Brésil ne puisse donner un fondement juridique à la prétention qu'il a articulée aux fins d'obtenir une frontière intérieure passant par le parallèle de 2° 24'. Mais le Brésil n'a pas réussi à justifier sa prétention, pour la raison que le seul argument qu'il invoque est tiré de la convention de Paris du 28 août 1817; mais ce moyen, de l'aveu général, n'est pas définitif: il n'est que provisoire. Or comme il s'agit en l'espèce de la revendication d'une frontière définitive, la convention de Paris doit être écartée du débat.

Il y a lieu de remarquer en outre qu'une ligne frontière déterminée d'après un parallèle, constitue une limite artificielle, que l'arbitre ne saurait adopter si elle ne peut pas se fonder sur un titre.

La limite intérieure que la France revendique dans le traité d'arbitrage, et qui devrait suivre une ligne parallèle au cours de l'Amazone jusqu'au Rio Branco, manque, elle aussi, de base juridique.

Il est exact que la ligne parallèle qu'elle revendique aujourd'hui, la France l'a déjà en principe réclamée sous la forme de la «ligne de M. de Castries»: mais pour que l'arbitre pût attribuer à la France

cette ligne parallèle, il serait nécessaire qu'elle fût basée sur une convention ou sur un autre acte incontestable.

Ce titre fait défaut: car c'est à tort que la France estime que l'article 10 du traité d'Utrecht n'a cédé au Portugal qu'une bande de terres relativement étroite le long des bords, tandis que le vaste territoire qui se trouve derrière cette bande serait resté à la France.

Le traité d'Utrecht se borne à édicter: «les deux bords de la rivière des Amazones, tant le méridional que le septentrional, appartiennent... à Sa Majesté Portugaise». Il ne parle pas d'une bande de terrain le long des bords, mais des bords même; il ne stipule pas davantage que le territoire qui s'étend derrière la bande côtière appartient à la France, pas plus qu'il ne dit que les terres qui sont derrière les bords sont cédées au Portugal. Il dispose en termes identiques des deux bords: une interprétation restrictive du terme «bord» ne paraît admissible ni pour l'un ni pour l'autre côté du fleuve.

L'allégation de la France qu'elle est fondée à revendiquer, en vertu d'une possession effective, les territoires qui sont limités par la frontière intérieure qu'elle propose, n'est pas confirmée par des faits.

Par ces motifs, l'arbitre doit, en ce qui concerne la frontière intérieure, adopter la «solution intermédiaire» convenue par les parties dans l'article 2 du traité d'arbitrage.

#### **IV. Sentence.**

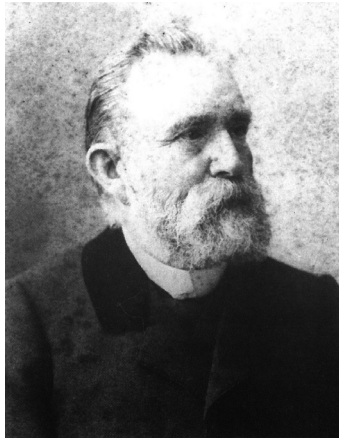
Vu les faits et les motifs ci-dessus, le Conseil fédéral suisse, en sa qualité d'arbitre appelé par le Gouvernement de la République française et par le Gouvernement des États-Unis du Brésil, selon le traité d'arbitrage du 10 avril 1897, à fixer la frontière de la Guyane française et du Brésil, constate, décide et prononce:

I. — Conformément au sens précis de l'article 8 du traité d'Utrecht, la rivière Japoc ou Vincent Pinçon est l'Oyapoc qui se jette dans l'Océan immédiatement à l'ouest du Cap d'Orange et qui par son thalweg forme la ligne frontière.

II. — À partir de la source principale de cette rivière Oyapoc jusqu'à la frontière hollandaise, la ligne de partage des eaux du bassin des Amazones qui, dans cette région, est constituée dans sa presque totalité par la ligne de faite des monts Tumuc-Humac, forme la limite intérieure.

Ainsi arrêté à Berne dans notre séance du 1<sup>er</sup> décembre 1900.

La présente sentence, revêtue du sceau de la Confédération suisse, sera expédiée en trois exemplaires français et trois exemplaires allemands. Un exemplaire français et un exemplaire allemand seront communiqués à chacune des deux parties par les soins de notre Département politique; le troisième exemplaire français et le troisième exemplaire allemand seront déposés aux Archives de la Confédération suisse.



Walther Houser, Presidente da Confederação Suíça durante o arbitramento da questão de limites entre o Brasil e a França. Foto: Emil Ollenweider, Berna. Coleção João Hermes P. de Araújo.



*Tio Suarez.*

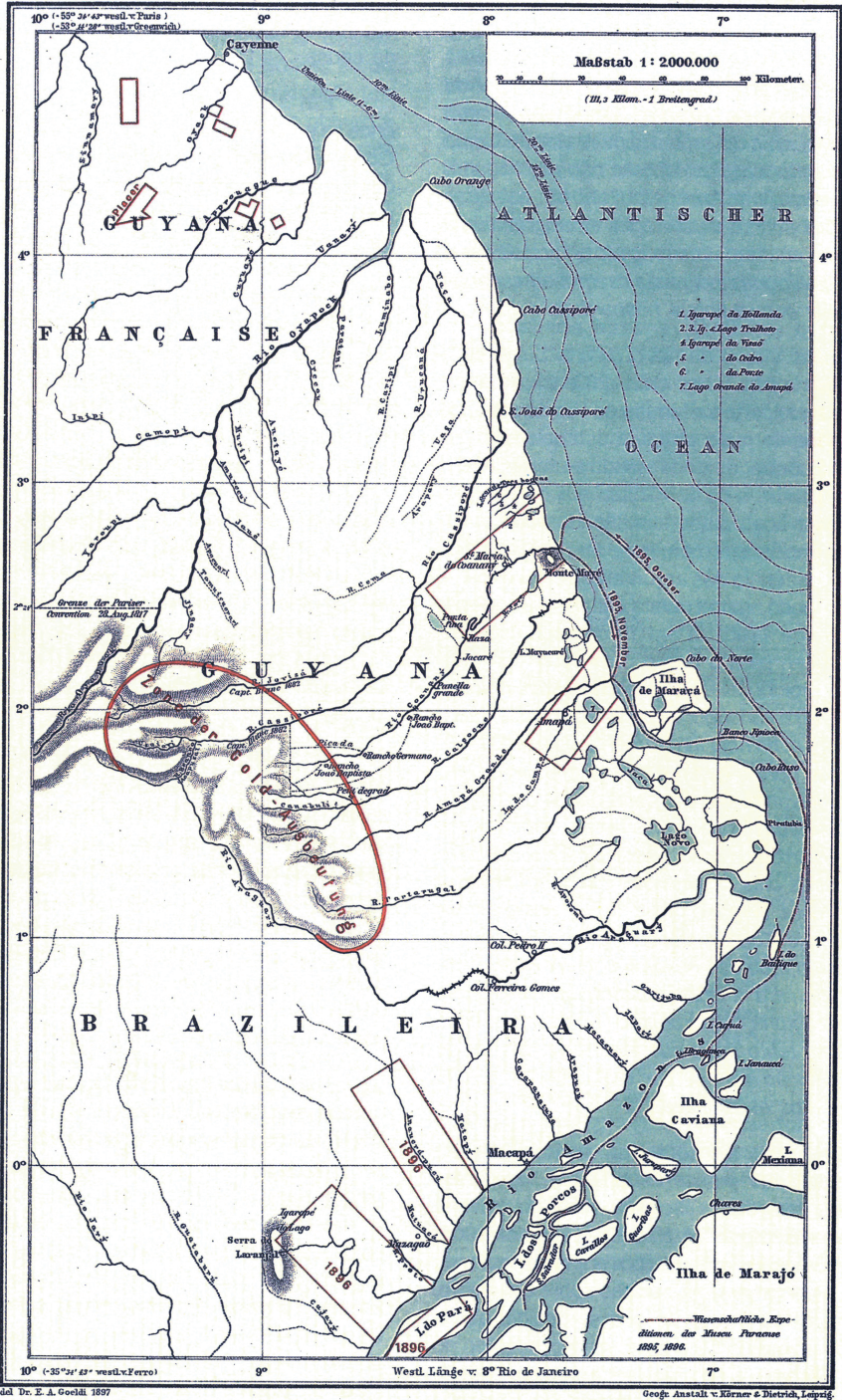
ANEXO 7

MAPAS

---

BRASILIANISCH GUYANA,  
(Littoral zwischen Oyapock und Amazonas.)

Entworfen nach eigenen Reisen und vertrauenswürdigen neueren Quellen.



Mapa desenhado por Emil Goeldi em 1897 e reproduzido no Relatório sobre as atividades da Sociedade de Ciências Naturais de St. Gallen para o período referente a 1896-97.











*Nio Brancy*

ANEXO 8  
ÍNDICE ONOMÁSTICO

---



**E**mbara eu tivesse procurado apresentar índice que incluísse todos os nomes registrados pelo Barão do Rio-Branco nos sete *Cadernos de Notas* transcritos neste trabalho, bem como aqueles que figuram nos textos oficiais brasileiros e franceses, não foi possível recuperar os dados biográficos de muitas pessoas citadas. Assim, há nomes incluídos, tal como encontrados, meramente para auxiliar na sua localização nos textos, sem o motivo que os levou a serem incluídos. Em muitos casos, foi possível, por meios indiretos, obter dados, às vezes escassos outras mais completos, que ajudam a esclarecer os verbetes. Um grande número de nomes carece de datas que delimitam o período de vida bem como carecem de breves biografias. Mas a grande maioria de nomes teve seu motivo de inclusão contextualizado – o que contribuiu para situá-los mais adequadamente no registro dos *Cadernos*. Esse trabalho foi facilitado pela objetividade de Rio-Branco em registrar nomes que, prioritariamente, se limitavam ao seu círculo de família, a amigos particulares e a outros da esfera profissional.

Paradoxalmente, houve dificuldade em obter dados referentes a diplomatas brasileiros mencionados nos *Cadernos*, bem como a muitos membros do corpo diplomático estrangeiro, lotados em Berna, à época. No caso dos brasileiros, descobri, para minha grande surpresa, que nossos anuários diplomáticos foram introduzidos

apenas por volta de 1915. Essa limitação inesperada prejudicou melhor conhecimento daqueles que serviram no período-alvo deste trabalho (1895-1901). Ademais, mesmo os anuários diplomáticos depois de 1915, paradoxalmente, não correspondiam ao seu título, pois há – e continuou a haver – anos saltados e de intervalos variados. Por não mais incluírem diplomatas falecidos, a ausência desses no ano subsequente àquele em que ainda figuravam no anuário, não podia ser tomado como o de falecimento, em razão dos saltos mencionados acima. Os maços pessoais tampouco ajudaram, pois como não havia no século 19 (e em parte do século 20) a exigência de apresentação de certidões de nascimento e pela ausência de cópias de comprovantes de decretos de nomeação, os documentos neles incluídos se limitavam a indicar, quando muito, assunções e partidas e, às vezes, autorizações de pensões para viúvas (sem indicação de ano de falecimento do servidor). Muitos continham declarações de natureza sucessória - que pouco ou nada acrescentaram às pesquisas realizadas. Cheguei a encontrar um maço pessoal que incluía apenas três folhas e, assim mesmo, nenhuma das quais refletia sobre a vida funcional de seu titular. O dicionário biográfico de Argeu Guimarães provou ser igualmente decepcionante para as pesquisas referentes a este trabalho.

Com relação a Berna, foi possível obter alguns dados sobre os diplomatas da embaixada da França (a única embaixada naquela capital), com a ajuda do “*Anuário Diplomático e Consular da República Francesa*”. Mas, a exemplo dos anuários de outros países, as datas de falecimento não foram incluídas. Quanto aos diplomatas das 12 outras representações diplomáticas residentes na capital suíça (Alemanha, Estados Unidos da América, Áustria-Hungria, Baviera, Bélgica, Brasil, Espanha, Grã-Bretanha, Itália, Países-Baixos, Portugal e Rússia), obtive, por meios indiretos, apenas alguns poucos dados daqueles que haviam tido projeção em seus próprios países. Com relação a autoridades suíças, vali-me do “*Dictionnaire*

*historique de la Suisse*”, útil até certo ponto, embora deixasse muito a desejar, com relação ao corpo diplomático da própria Suíça, bem como a membros da sociedade bernense e da Suíça em geral, da época coberta por este trabalho.

Dificuldades também encontrei com relação à obtenção de dados sobre muitos brasileiros de passagem por Paris, registrados por Rio-Branco nos seus *Cadernos*, e que convidava (sempre que deles tomava conhecimento da presença na capital francesa bem como na da Suíça), por motivos que variavam desde dever, necessidade profissional, ou simplesmente cortesia, visto que alguns não chegavam a ter projeção funcional ou social de relevo, mesmo no Brasil.

Com relação aos franceses residentes em Paris, Rio-Branco manteve círculo restrito de relacionamentos profissionais. Esses, em sua maior parte, eram funcionários do governo e de cuja ajuda dependia, sobretudo daqueles da Biblioteca Nacional, onde realizou suas pesquisas iniciais, até que as autoridades francesas restringiram seu acesso a documentos que pudessem vir a servir à causa brasileira. Como não era titular de qualquer função oficial na França, evitou cuidadosamente contatos com diplomatas franceses e procurou manter a mais discreta presença, enquanto residiu em Paris. Já no plano pessoal, manteve contato regular com diversos brasileiros residentes na capital francesa, dos quais alguns por suas tendências monarquistas. Seu relacionamento com os diplomatas em nossa legação era formal e profissional. Seu relacionamento com o chefe do posto, Gabriel de Piza, não foi fácil, por se tratar de pessoa conhecidamente difícil. Ainda assim, durante todo o período em que se ocupou da questão, Rio-Branco jamais registrou nos *Cadernos* antipatia ou aversão por Piza. Pelo contrário, procurou com sinceridade aconselhá-lo no seu destrambelhado relacionamento com as mais altas autoridades da chancelaria local e orientá-lo, da maneira mais amigável



possível, sobre como contornar as diversas situações difíceis em que se metia. Sua contribuição era bem recebida – quando não solicitada – e Rio-Branco redigiu, em mais de uma ocasião, notas para a chancelaria local, com o propósito de equacionar problemas criados pelo ministro brasileiro. Embora não tivesse sido um convívio confortável, Rio-Branco sempre manteve a calma com que controlava a situação. Com os demais diplomatas da legação, Rio-Branco manteve um bom relacionamento, embora não tivesse chegado a se aproximar de qualquer deles, a ponto de os entreter em sua própria casa. Com anterioridade à sua mudança definitiva para Paris, Rio-branco manteve contato recorrente com as professoras, todas religiosas, de suas filhas. Como era de se prever e em linha com os princípios das ordens que representavam, nenhuma dessas deixou registro na sociedade de então. Ainda assim, seus nomes foram incorporados neste índice, por terem sido registrados nos *Cadernos*.

Durante o período de pesquisa e redação da primeira Memória brasileira em Paris, Rio-Branco continuou a manter regular contato com pessoas com as quais havia mantido relacionamento, na fase anterior à de sua mudança para aquela capital, quando servia como cônsul-geral em Liverpool. Esses relacionamentos se enquadravam tanto em contexto de seu interesse profissional, como também por simpatia mútua, como os Sant’Anna Nery; o médico Hilário de Gouvêa e sua família; os diversos membros da família Lima e Silva (sobretudo Vera de Lima e Silva (nascida Haritoff)); o conde e a condessa de Nioac; o barão de Albuquerque; a baronesa de Carvalho Borges; o visconde de Santa Vitória; a família Delaville; o comandante Dumontier; clérigos (sobretudo o padre Archambault e o abade Vallet); e integrantes do círculo literário de língua portuguesa. O centro desse círculo era situado em Neuilly, onde em sua casa à avenida du Roule, 38, Eça de Queiroz reunia intelectuais, entre os quais figurava Eduardo Prado que viria a apresentar Domicio

da Gama a Rio-Branco. No caso do médico Hilário de Gouvêa, além da assistência médica de que Rio-Branco se valeu diversas vezes (sempre logo remunerada de maneira formal), para si e para sua família, havia um vínculo de amizade genuína, correspondida, pois se frequentavam, regularmente. Desse convívio, deve ter nascido a amizade de sua filha, Amelia, por José Thomaz Nabuco de Gouvêa, filho do médico e de Rita de Cássia Barreto Nabuco de Araújo. Os dois vieram a se casar, depois da separação de Amelia de seu primeiro marido e após o falecimento de Rio-Branco. Também com outro médico, Dr. Claude-Alexandre Petit e membros de sua família, estabeleceu-se longa e sincera amizade desinteressada e que resultou em laços de compadrio. É possível que a origem de algumas dessas amizades venha a ser esclarecida em *Cadernos* que antecedem aqueles aqui transcritos.

Se Rio-Branco teve menos tempo para se dedicar à vida social enquanto viveu em Paris, em Berna seu entrosamento social foi extraordinário. Contudo, ainda que tivesse mantido intensa atividade social, não se pode afirmar que as inúmeras pessoas que frequentavam a *Villa Trautheim*, bem como aquelas que visitava pudessem ser consideradas amigas. Houve, é verdade, o desenvolvimento de amizade entre sua filha Amelia e as do Conselheiro federal Hauser. Mas mesmo essas não sobreviveram por muito tempo, após a partida da família Rio-Branco de Berna. Fato natural, visto que, sem a proximidade e o contato quase que diário, a vida dessas jovens, separadas pela distância, se encarregou de determinar rumos diferentes para Amelia e Hedwige, bem como para as demais filhas de Hauser. Assim, a ativa vida social de Rio-Branco em Berna foi mantida, prioritariamente, a serviço de sua missão e tanto ele como as pessoas da sociedade local não ignoravam esse fato. Depois de sua partida para Berlim, Rio-Branco manteve escassa troca de correspondência com pessoas que havia conhecido, durante sua estada de quase dois anos na capital suíça.

O registro de correspondência trocada que figura na publicação do Ministério das Relações Exteriores de 1967 (“*Arquivo Histórico do Itamaraty – Parte III – 34 – Arquivo Particular do Barão do Rio-Branco*”) comprova essa afirmação.

Mas enquanto estive em Berna, a introdução social de Rio-Branco nos círculos diplomático, social e governamental daquela capital foi impressionante. Para pessoa que ocupava a posição de menor relevância para a sociedade local e para o corpo diplomático, como chefe de missão especial, com data determinada de permanência no país, em poucos meses a *Villa Trautheim* superou em atividade social todas as demais representações estrangeiras em Berna. Isso não se deu por acaso, pois Rio-Branco dedicou-se a conquistar o mundo social, diplomático e governamental da capital suíça, no menor tempo possível, como revelam seus *Cadernos*. Aplicou-se de maneira determinada e calculada, para envolver, nos diversos níveis, considerável rede de contatos que pudessem ter influência sobre seus objetivos profissionais.

Assim, a dificuldade em identificar e complementar os dados biográficos de muitas pessoas citadas em seus *Cadernos* em Berna decorre do fato de que haviam sido úteis ao seu projeto profissional e não por terem necessariamente ocupado posições de destaque oficial ou social. Algumas dessas pessoas não figuravam no contexto oficial o suficiente para que deixassem registro que pudesse contribuir para a obtenção de dados mais completos.

Como sou de opinião que os *Cadernos de Notas* serviram a Rio-Branco apenas como simples ‘*aide-mémoire*’, para futuras referências ou como lembrete de datas e episódios de seu dia-a-dia, acredito que, por não lhe parecer necessário esclarecer a origem e o papel desempenhado por muitas das pessoas com quem havia interagido, tampouco via necessidade de registrar fatos sobre elas que sua excepcional memória armazenava perfeitamente e que

situava nos contextos exigidos quando necessário. Assim, difícil será complementar dados faltantes, que se perderam no tempo.

A. J. SANTOS



## A

**Abreu**, Antônio Paulino Limpo de (1798-1883). Primeiro e único visconde (com grandeza) de Abaeté, foi magistrado, diplomata e político brasileiro. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra em 1820; seguiu a magistratura e chegou a ministro do Supremo Tribunal. Como diplomata, foi o titular da missão especial ao Rio da Prata, em 1856. Na política, foi vereador, deputado-geral, presidente da província de Minas Gerais, senador, ministro em seis gabinetes (nas pastas do Império: Fazenda, Justiça, Marinha e Relações Exteriores). Foi, ainda, presidente do Conselho de Ministros. **105**.

**Abreu**, João Capistrano Honório de (1853-1927). Professor, jornalista, pesquisador e historiador brasileiro. **1443, 2124, 2928**.

**Abreu**, José Coelho da Gama e (1832-1906) (barão de Marajó). Foi historiador e político brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras. **411**.

**Abreu**, Marcos Antônio de Araújo e (1842-1897) 2º barão de Itajubá). Foi diplomata brasileiro, nascido na Alemanha, onde servia seu pai, o visconde de Itajubá (casado com Maria Cristina Josefina Adèle Vaugbelle). Araújo e Abreu entrou para a carreira diplomática em 1866 e seguiu para a Rússia como adido. Serviu em diversos países europeus

e foi condecorado com a Legião de Honra pela França. Faleceu como ministro do Brasil, junto à corte do Imperador Guilherme II da Alemanha. **226, 424, 513, 899, 902, 918, 947, 1024, 1056, 1088, 1107, 1123, 1126, 1127, 1129, 1161, 1162, 1195, 1229, 1243, 1310, 1349, 1427.**

**Abreu**, Pedro de Alcântara Nabuco de (1865-1942). Diplomata brasileiro. Serviu em Paris (1919-1921), Gênova (1921-1922), Hamburgo (1922-1924), Colônia (1924-1926), Paissandu (1927-1929), São Francisco (1931-1934), Nova Orleans (1937-1941) e Tóquio (1941-1942), como Primeiro Secretário. **1707.**

**Aguiar**, João Fausto de (1865-?). Bacharel em Direito e diplomata brasileiro. Foi Segundo Secretário em Caracas (1890). Serviu, ainda, em São Petersburgo, Berlim (1895), Buenos Aires (1898), de novo em Berlim (1900 a 1903), Paris (1908), Estocolmo (1909) e Roma (1913 e 1914). Encontrava-se como Encarregado de Negócios, em Berlim, por ocasião da primeira chegada de Rio-Branco àquela capital, em 11 de fevereiro de 1901. Aposentou-se em 1929. No arquivo particular do Barão, há registro de doze cartas recebidas, três expedidas e uma de terceiros. **2649, 2652, 2668, 2669, 2672, 2687, 2699.**

**Albernaz**, João Teixeira (*o velho*) (1602-1666). Cartógrafo português. Serviu ao rei de Portugal, com carta patente para exercer o ofício de mestre construtor de caras de marcar e de instrumentos astronômicos. **558, 810, 1640, 1659, 1745, 1786, 1887, 1961.**

**Albuquerque**, Amélia Machado Cavalcanti de (1852-1946) (viscondessa de Cavalcanti). Esposa de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (visconde de Albuquerque), foi a sexta mulher a ingressar como membro do Instituto

Histórico e Geográfico de São Paulo. O casal Cavalcanti de Albuquerque se havia exilado em Paris, por ocasião da mudança de regime político em 1889. Ao atender a seu pedido de morrer no Brasil, D. Amélia acompanhou seu marido, o influente político do Império, a regressar ao seu país, onde esse, já doente, veio a falecer em Juiz de Fora, em 13 de junho de 1899. Após a morte do marido, D. Amélia voltou a viver na Europa. **224, 1176, 1506, 1612, 1659.**

**Albuquerque**, Diogo Velho Cavalcanti de (1829-1899) (primeiro e único visconde de Cavalcanti). Foi advogado, presidente de província, senador, conselheiro e ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros (de 1877-1878 e de 1882-1883). Em 1889, d. Pedro II o nomeou comissário do Brasil na Exposição Universal em Paris. Em atenção ao Imperador, na mudança de regime político no Brasil, o casal Cavalcanti de Albuquerque permaneceu na Europa. **224, 486, 1176, 1506.**

**Albuquerque**, Manuel Artur de Holanda Cavalcanti de (1840-1914) (primeiro e único barão de Albuquerque). Foi advogado e político brasileiro. Foi duas vezes deputado pela província de Pernambuco. **1722.**

**Almada**, Vicente Pinheiro Lobo Machado de Melo e (1852-1922) (segundo visconde de Pindela). Político, escritor, advogado, administrador colonial e diplomata português. Foi governador de São Tomé e Príncipe (1879) e embaixador em Haia e Berlim, onde permaneceu de 1894 a 1910. Rio-Branco, por ocasião de viagem (11 a 14 de fevereiro de 1901) a Berlim, à procura de casas para alugar, o conheceu em 13 de fevereiro, na casa da condessa von der Gröben. **2669.**

**Almeida**, Candido Mendes de (1818-1881). Advogado, jornalista e político brasileiro. No arquivo particular do Barão, há registro de uma carta recebida. **266, 2354, 2363.**

**Almeida**, Miguel Calmon du Pin e (1796-1865) (visconde, com grandeza e marquês de Abrantes). Foi político e diplomata brasileiro. Formado em Coimbra, foi deputado constituinte em 1827 e nomeado ministro da Fazenda, ocasião em que organiza a Caixa de Amortização da Dívida Pública. Em seguida, é nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 1837, faz oposição à regência de Diogo Feijó; é eleito senador pelo Ceará em 1840. Quando o Imperador Pedro II assume, é novamente nomeado para a Fazenda. Conselheiro de Estado em 1843, nos dois anos seguintes cumpre missões diplomáticas em Paris, Londres e Berlim. Em 1862, assume novamente os Negócios Estrangeiros e protagoniza um dos mais sérios embates diplomáticos do Brasil face à Inglaterra: a Questão Christie, contencioso que conduziu com grande habilidade. Além da pasta dos Negócios Estrangeiros, ocupou por cinco vezes a da Fazenda. **105, 1477, 1479.**

**Alves**, Francisco de Paula Rodrigues (1848-1919). Advogado e político brasileiro. Foi deputado provincial e conselheiro do Império, ministro da Fazenda e duas vezes eleito presidente da República. Governou São Paulo por três mandatos: em 1887, ainda província, e, já no período republicano, em 1900 e em 1912. Cumpriu integralmente a primeira presidência (1902 a 1906) e voltou a ser eleito novamente para presidente em 1918, mas não chegou a tomar posse no seu segundo mandato, por ter contraído a gripe espanhola. Faleceu em 16 de janeiro de 1919. **842, 913, 2453.**

**Alvim**, Arthur. Engenheiro brasileiro. Em 1888, foi nomeado engenheiro-chefe da via permanente da Central do Brasil e teve papel ativo na expansão ferroviária nacional. É sobretudo conhecido por ser o responsável ao projetar o trecho na região da cidade de São Paulo que leva o seu nome. **369, 371.**

**Alvim**, Julio Henrique de Mello e (? -1912). Diplomata, advogado e político brasileiro. Como diplomata, foi nomeado Adido em 1859. Foi E.E.M.P. em Viena, La Paz, Bogotá, Lima e Lisboa, no tempo do Império. Sob a República, foi E.E.M.P. em Santiago, México e Montevideú. No arquivo particular do barão, há registro de dez cartas recebidas. **1876, 2389.**

**Amaral**, João Paes do (1673-1753). Militar português. Capitão de uma das Companhias de Infantaria da guarnição da praça do Pará. Em 1723, chefiou expedição para proteger os interesses portugueses nas terras do Cabo do Norte e descobriu marco, mandado erguer à foz do rio Vicente Pinçon por Carlos V, que servia de baliza para demarcar as Índias Castelhanas. No período de 1723 a 1728, além das rotineiras expedições de guarda das costas, que percorriam o litoral, o governador João da Maia de Gama ordenou quatro grandes expedições militares à região de Maranhão e de Grão-Pará, contra as investidas francesas; essas expedições eram comandadas pelos capitães João Paes do Amaral, Francisco de Mello Palheta, Diogo Pinto de Gaya e Francisco Xavier Botero. **1293, 2368.**

**Amaral**, Joaquim Thomaz do (1818-1907) (segundo barão e visconde, com grandeza de Cabo Frio). Foi diplomata, membro do Conselho de Estado durante o Império, e – com breve interrupção de dois anos (1867-1869), enquanto serviu no exterior – desde 1865 até a data de



seu falecimento, diretor-geral da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. **24, 119, 168, 691, 1073, 1078, 1079, 1205, 1206, 1257, 1259, 1265, 1266, 1270, 1272, 1275, 1280, 1619, 1624, 1625, 1626, 1628, 1629, 2387, 2427, 2429, 2741, 2747, 2771, 2968,.**

**Amaral**, Oscar Franklin Reidner do (1864-1899). Diplomata brasileiro. Serviu na legação em Paris, onde assumiu a encarregatura, em 12 de agosto de 1897. No arquivo particular do Barão, há registro de oito cartas recebidas). **291, 292, 367, 489, 1380, 1509, 1567, 1659, 1681.**

**Amaral**, Sylvino de Barros Gurgel do (1865-1931), diplomata brasileiro. Serviu como chefe de posto no Chile, Estados Unidos da América e Japão. No arquivo particular do Barão, há registro de trinta e quatro cartas recebidas. **422, 423, 488, 492, 535, 536, 538, 540, 541.**

**Amorim**, Manuel Afonso de Freitas (1831-1906) (barão e visconde de Santa Victoria). Foi um banqueiro brasileiro, primo e sócio do visconde de Mauá e seu braço direito na Europa. Fundador e presidente do “*Banque de Crédit de France*”, atual “*Crédit Lyonnais*”. No arquivo particular do Barão, há registro de uma carta recebida. **485, 486, 742, 1206, 1489, 1490, 1567, 1907, 2591, 2592, 2690.**

**Andrada**, Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada (1822-1893) (primeiro e único barão de Aguiar de Andrada). Magistrado e diplomata brasileiro. Faleceu em Washington, quando chefiava missão especial brasileira na questão de Palmas, contra a República Argentina. O barão do Rio-Branco o substituiu e levou a bom termo a causa brasileira, arbitrada pelo presidente Norte-Americano, Grover Cleveland. **2739, 2755, 2757, 2760, 2761, 2772, 2773, 2779, 2810.**

**Angst**, Johann Heinrich (1847-1922). Homem de negócios suíço, atuou como cônsul da Grã-Bretanha em Zurique (1886-1916). Colecionador de antiguidades, Angst organizou a “*Alte Kunst*”, projeto de Friedrich Salomon Vögelin, para a Exposição Nacional da Suíça, em Zurique (1883). Teve importante papel na campanha que levaria à criação do Museu Nacional da Suíça (1890), do qual parte foi instalada em Zurique, em 1891. Angst foi o primeiro diretor do museu, de 1892 a 1903. Doou sua coleção particular ao museu, com peças importantes, sobretudo no campo da cerâmica suíça. **2254.**

**Anville**, Jean-Baptiste Bourguignon d’ (1697-1782). Geógrafo e cartógrafo francês. **1184, 1185, 1381, 1473, 1783, 2784.**

**Aranha**, José Pereira da Graça (1868-1931). Escritor, advogado e diplomata brasileiro. A convite de Joaquim Nabuco, foi Secretário da missão que cuidou da questão de fronteiras entre o Brasil e a Guiana Inglesa. Foi um dos organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922. Em virtude dos cargos que ocupou no exterior, Graça Aranha acompanhou os movimentos de vanguarda surgidos na Europa, e tentou transplantá-los, à sua maneira, para a literatura brasileira – o que levou ao seu rompimento com a Academia Brasileira de Letras em 1924, à qual pertencia. No arquivo particular do Barão, há registro de vinte e duas cartas recebidas e uma expedida. **1907, 1931, 1959, 1964, 1979, 1994, 2063, 2119, 2424, 2425, 2468.**

**Araújo**, Francisco Xavier Lopes de (1828-1886) (Primeiro e único barão de Parima). Militar (Tenente-Coronel), engenheiro e professor brasileiro. Chefiou a delegação brasileira na Comissão de Limites Brasil-Venezuela, até o monte Roraima. O mandato da Comissão estendeu-se de 1872 a

1888. Araújo foi agraciado com a Imperial Ordem da Rosa (Comendador). **1078, 1599.**

**Araújo**, Hippolyto Pacheco Alves de (1869-1946). Diplomata brasileiro. A pedido de Rio-Branco, foi removido de Londres para Berna, para servir na Missão Especial, a partir de março de 1898. No arquivo particular do Barão, há registro de trinta e oito cartas recebidas e uma expedida. **1667, 1724, 1742, 1864, 2063, 2088, 2091, 2170, 2842, 2929, 2930, 2931, 2932, 2933.**

**Araújo**, Laura. **485, 486.**

**Archambault**, M. Padre francês, amigo de Rio-Branco. No arquivo particular do Barão, há registro de três cartas recebidas. **251, 913.**

**Argollo**, Francisco de Paula (1847-1930). Militar brasileiro, foi ministro da Guerra em 1897 (governo Prudente de Moraes). **913, 1179, 1325, 1429, 2120, 2411, 2545, 2639.**

**Arrowsmith**, John (1790-1873). Geógrafo e cartógrafo inglês, sobrinho de Aaron Arrowsmith (1750-1823), conhecido cartógrafo estabelecido em Londres. Depois da morte do tio, a empresa passou para seus filhos, Aaron e Samuel, até que, em 1839, John assumiu a direção. Em 1842, publicou mapa da Guiana Inglesa, muito consultado por ocasião da questão de fronteiras com o Brasil, e outro do Brasil, em 1844. No mundo britânico, é muito lembrado, por ter produzido mapa que traça o caminho percorrido pelo Dr. Livingstone, através da África. **1337.**

**Azara**, Felix de (1746-1821). Cartógrafo espanhol. **431.**

**Azevedo**, Aluísio Tancredo Belo Gonçalves de (1857-1913). Escritor, jornalista, caricaturista e diplomata brasileiro. Iniciou a carreira diplomática em 1895 e serviu na Espanha,

Inglaterra, Itália, Japão, Paraguai e Argentina. Membro da Academia Brasileira de Letras. No arquivo particular do Barão, há registro de duas cartas recebidas. **370, 1176, 1403.**

**Azeredo**, Carlos Magalhães de (1872-1963). Advogado (pela Faculdade de São Paulo, em 1893), jornalista, escritor e diplomata brasileiro. Um dos fundadores da ABL. Ingressou na carreira diplomática em 1895. Serviu no Uruguai, na Santa Sé, em Cuba e na Grécia. Após breve exílio em Paris, voltou a servir junto à Santa Sé como E.E.M.P, em 1914, posto onde foi promovido a embaixador em 1919 e onde permaneceu até 1934. No arquivo particular do Barão, há registro de vinte cartas recebidas. **176, 1321.**

**Azevedo**, Cyro Franklin de (1860-1927). Bacharel em Direito. Jornalista, diplomata e político. Na carreira diplomática, serviu como E.E.M.P em Lima (1890), Buenos Aires, México, duas vezes na Áustria-Hungria, Berlim e Montevidéu. Por ocasião da chegada de Rio-Branco chegou a Berlim como ministro plenipotenciário, Cyro de Azevedo havia partido alguns meses antes. Como político, foi governador do Estado de Sergipe, por um mês. No arquivo particular do Barão, há registro de quarenta e duas cartas recebidas e uma expedida. **197, 226, 227, 284, 292, 294, 369, 419, 424, 537, 1876, 1933, 2117, 2119, 2680.**

**Azevedo**, José da Costa (1823-1904) (primeiro e único barão de Ladário). Militar e diplomata brasileiro. Foi ministro da Marinha, deputado geral e senador da República, de 1894 a 1897 e de 1903 a 1904. Foi baleado durante a proclamação da República, mas sobreviveu. No arquivo particular do Barão, há registro de uma carta recebida. **270, 557, 558, 599, 639, 692, 714, 725, 727, 752, 830, 1279, 1298, 1388, 1598.**

## B

**Baena**, Antonio Ladislao Monteiro (1782-1850). Militar, geógrafo e historiador português. **261, 268, 324, 1064, 1183, 1475.**

**Baillon**. Amigo dos filhos de Rio-Branco. Passou uma temporada em Berna na *Villa Trautheim*. **368, 488, 535, 536, 540, 682, 683, 1507, 1509, 2119, 2134, 2135, 2137.**

**Barbosa**, Elisiário José (1830-1909). Almirante, foi titular do Ministério da Marinha do Brasil (15 de novembro de 1894 a 21 de novembro de 1896). **842.**

**Barbosa de Oliveira**, Rui (1849-1923). Jornalista, advogado e político brasileiro. Com a proclamação da República, foi nomeado ministro da Fazenda do Governo Provisório e ministro interino da Justiça. Eleito senador pela Bahia, orientou as principais reformas, e com a sua cultura jurídica, modelou as linhas fundamentais da Constituição de 1891. Por ter-se oposto ao golpe que levou Floriano Peixoto ao poder, acabou por exilar-se em Buenos Aires, em 1893, seguido de Lisboa, onde, após incidente com o capitão Benjamim de Melo, partiu para Londres. Regressou do exílio em 1895, quando voltou ao Senado Federal. Fundador da Cadeira 10 da ABL, sucedeu Machado de Assis na presidência da instituição. No arquivo particular do Barão, há registro de quarenta e três cartas recebidas, onze expedidas e doze de terceiros. **981, 1106, 1155, 1550, 1931, 2750.**

**Barrère**, Camille (1851-1940). Diplomata francês. Foi embaixador da França em Berna, de 1894 a 1897. Iniciou a carreira como cônsul-geral no Cairo; E.E.M.P. em Estocolmo. Serviu, ainda, em Munique. Seu conhecimento perfeito da língua inglesa (foi criado na Inglaterra) e da mentalidade britânica foi muito apreciado no Quai d'Orsay, sobretudo durante

as negociações da *Entente cordiale*. Serviu, ainda, como embaixador em Roma, de 1897 a 1924. Cabe registrar que Barrère foi violinista de talento e possuiu vários violinos históricos, entre os quais um *Amati*, um *Guarnerius del Gesù* e um *Stradivarius* de 1727, o “Barrère”, atualmente em uso pela violinista Janine Jansen. **1166, 1461.**

**Barreto**, Guilherme Joaquim de Muniz (1863-1896). Jornalista e crítico literário português. Destacou-se por ser um dos poucos ensaístas portugueses que procurou explorar o lado científico na crítica literária. Apesar de ter falecido precocemente (com 33 anos), foi um dos críticos literários mais argutos e interessantes do final do século 19. No início dos anos 1890, viveu no Brasil, onde procurou seguir carreira como jornalista. Em 1894, fixou-se em Paris, como colaborador permanente do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro. **1026.**

**Barreto**, José Velloso. Cartógrafo. Conhecido pelo mapa que preparou do Tocantins. **693.**

**Barrière**, Henri. **1416.**

**Barros**, Cecília Helena Monteiro de (1866-1943) (baronesa de Nioac). Esposa do dr. Alfredo da Rocha Faria de Nioac (1859-1942), filho do conde de Nioac, Manoel Antonio da Rocha Faria. **1321, 1490, 1669, 1672, 1673.**

**Barros**, Maria Eugênia Monteiro de.(1867-1994) (Condessa de Nioac). **1669,1672, 1673.**

**Bayard**, Thomas Francis (1828-1898), advogado, político e diplomata dos Estados Unidos. Serviu como embaixador norte-americano em Londres, de 1893 a 1897. **1167.**

**Bayly**, Edmee Lydia Henrietta (1871-1912). Conhecida de Rio-Branco. **2382, 2383.**

**Bayly**, Lancelot Sanderson (Saunderson) (1869-1952). Conhecido de Rio-Branco. **2382, 2383.**

**Beaufué**, Jules. **2135.**

**Beaufué**, Robert. Secretário do *Bureau International des Chemins de Fer*. (Seção da Suíça). **2064, 2066, 2111, 2138, 2140, 2197, 2202, 2206, 2251, 2232, 2337, 2418, 2455.**

**Beaulieu-Marconnay**, (barão de). Capitão do Exército. Adido militar da Legação da Alemanha em Berna, em 1899. **1999, 2008, 2263, 2267, 2276, 2327, 2332, 2339, 2476, 2478, 2537, 2538, 2647, 2667, 2734.**

**Bécheraz**, Ludwig August (1836-1901). Banqueiro suíço. Fundou em 1º de dezembro de 1869, junto com Vincenz von Ernst, o “*Bank von Ernst & Cie*”. Em 1878, Foi nomeado vice-cônsul do Brasil em Berna em 1878, ano em que a legação do Brasil foi temporariamente fechada. Permaneceu nessa posição até 1891, quando a legação foi reaberta. Passou, então, a cônsul honorário do Brasil, posição que ocupou até sua morte. Bécheraz foi um importante e influente banqueiro em Berna. O banco tinha sua sede na Bärenplatz 4, onde foi instalado o consulado honorário do Brasil. Bécheraz foi, também, presidente da “*Association Romande*” e do clube “*Cercle Romandé*”, ambos frequentados por membros da sociedade francófona, tanto de Berna como de outras cidades da região. **2122.**

**Behr**, [?] de. Segundo Secretário da Legação da Alemanha em Berna, em 1900. Em agosto desse ano, atuou como encarregado de Negócios. **2208, 2262, 2277, 2327, 2332, 2339, 2384, 2387, 2465, 2590, 2695, 2697, 2698, 2717.**

**Bellin**, Jacques-Nicolas (1703-1772). Francês. Em sua época, principal cartógrafo da Marinha francesa. Entre seus trabalhos mais conhecidos: “*Observations sur la construction de la carte des mers. Paris, 1741*”; e “*Observations sur la construction de la carte de l’océan méridional (entre l’Afrique et l’Amérique). Paris, 1739*”. Bellin elaborou, sob encomenda, mapa intitulado “*Description géographique de la Guyane*”, à época em que o Governo francês pretendia estabelecer uma colonização agrícola nessa região. **1184, 1185.**

**Beltrão**, Pedro de Araújo (1844–1924). Diplomata brasileiro. Serviu como E.E.M.P. em Lisboa (1891), Berna (1892) e Madri (1893), onde permaneceu até a sua aposentadoria em 1912. No arquivo particular do Barão, há registro de cinco cartas recebidas. **424, 1564, 1876, 2389.**

**Benjamin**, Feliciano Antonio (Capitão), militar brasileiro e explorador. **1595.**

**Bercheyck**, Laurens Lodewyjk van (1731-1764). Cartógrafo holandês, ativo em meados do século 18. Bercheyck produziu diversos mapas de áreas de plantações de açúcar na Guiana holandesa, além de mapa específico do rio Demerara. **1337, 1473.**

**Berg**, Maria Theresia de. Baronesa austríaca. Viúva. Foi dama de companhia das filhas de Rio-Branco, quando esse serviu como E.E.M.P. em Berlim. **2668, 2692, 2696, 2702, 2712.**

**Bernard**, Mlle (?) **2111, 2116, 2131, 2135, 2138, 2140, 2197, 2199, 2200, 2204, 2211, 2271, 2272, 2326, 2412, 2453, 2459, 2467, 2530, 2546, 2652, 2665, 2670, 2690, 2695.**

**Berré**, Jean-Baptiste (1777-1838). Pintor e escultor da ‘escola belga’, foi aluno da Academia de Antuérpia e expôs no “*Salon de Paris*”, até 1837. A obra mencionada, intitulada



“*Pasto*”, é uma pintura a óleo sobre painel (23 x 33cm,) da coleção pessoal do Barão do Rio-Branco, hoje incorporada ao acervo do Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro. **1542.**

**Berredo e Castro**, Bernardo Pereira de (? – 1748). Historiador e administrador colonial português. Pertenceu ao Conselho de Sua Majestade. Foi governador do Estado do Maranhão, de 1718 a 1722 e da Praça-forte de Mazagão, no Marrocos, de 1734 a 1745. Autor do trabalho “*Annaes históricos do Estado do Maranhão, em que se dá notícia de seu descobrimento, e tudo o que mais nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718*” (publicado em 1749). Faleceu em Lisboa em 15 de março de 1748. **1222, 1230, 1781.**

**Berthelot**, Marcellin Pierre Eugène (1827-1907). Professor, químico e político francês, foi senador, ministro da Instrução Pública (1881) e ministro dos Negócios Estrangeiros, de 1º de novembro de 1895 a 28 de março de 1896. **51, 244, 255, 257, 258, 259, 265, 280, 298, 312, 314, 315, 317, 319, 328, 337, 348, 355, 379, 384, 385, 386, 389, 390, 406, 411, 426, 427, 434, 435, 439, 440, 447, 458, 459, 460, 462, 463, 464, 467, 469, 472, 473, 476, 478, 480, 481, 483, 485, 491, 493, 495, 496, 498, 502, 503, 504, 506, 507, 508, 509, 511, 514, 515, 518, 519, 520, 521, 523, 524, 526, 527, 528, 537, 564, 570, 573, 588, 612, 627, 647, 673, 686, 687, 688, 689, 690, 804, 805, 812, 823, 824, 839, 854, 855, 856, 860, 1366, 1616, 1774, 2233.**

**Berthier** (Padre dominicano). Rio-Branco o conheceu em Friburgo. **2266.**

**Berti**, Emmanuel (Cavaleiro). Primeiro Secretário da legação da Itália em Berna, em 1900. No arquivo particular do Barão, há registro de duas cartas recebidas. **2206, 2208, 2261,**

2262, 2263, 2341, 2382, 2384, 2385, 2387, 2533, 2538, 2596, 2597, 2601, 2643, 2646, 2647, 2667.

**Berti**, Mme. Esposa de Emmanuel Berti. 2261, 2262, 2263, 2384, 2387, 2538, 2544, 2596, 2597, 2601, 2643, 2647, 2667.

**Bertie**, Francis Leveson (1º Visconde Bertie de Thane) (1844-1919). Serviu como Ajudante do Sub-Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e foi enviado, em 1903, como Embaixador inglês em Roma, seguido de Paris, posto em que permaneceu 13 anos. 949, 950, 957, 968, 1012, 1307, 1384.

**Betencourt**, Julio. 2548.

**Bicudo**, Carlos. 1415, 1659, 2676.

**Bien**, Julius (1826-1909). Editor e cartógrafo norte-americano que trabalhou em Nova York, na segunda metade do século 19. Produziu milhares de mapas publicados pelo governo dos Estados Unidos da América e por editores privados. Foi um dos pioneiros da cromolitografia. Seus mapas são considerados entre os melhores publicados em sua época. 2763, 2468, 2769, 2778, 2782.

**Bihourd**, Paul Louis Georges (1846-1914). Diplomata francês. Ingressou na carreira diplomática em 1886. Serviu em Annam e Tonquim, antes de passar a ocupar postos na Europa. Foi E.E.M.P. em Lisboa, depois embaixador na Haia, Berna e Berlim. Apresentou suas credenciais em Berna em 14 de março de 1900. Apesar da presença dos dois delegados especiais incumbidos de acompanhar o processo arbitral junto ao Conselho Federal, Bihourd assumiu papel de protagonista na questão, bem como na decisão de introduzir mapa “retificativo”, em substituição ilegal por outro que havia sido submetido, tempestivamente, junto

com a Réplica francesa. Embora não haja prova concreta de que Bihourd tivesse diretamente antagonizado Rio-Branco, não se pode afirmar que a atitude que tomou em relação ao brasileiro não pudesse ser considerada amistosa. O fato de que não tivesse conseguido mudar o “status” de seus dois delegados perante o Conselho Federal suíço e sua infeliz insistência nesse ponto, a despeito de decisão suíça e a do corpo diplomático em contrário, não deve ter contribuído para um relacionamento normal. Não se tratava de prevenção oriunda do ambiente em Berna à época, pois dentro de seu próprio corpo diplomático havia críticas mordazes contra ele. O eminente diplomata francês Paul Cambon, em carta, datada de 1 de abril de 1905 e dirigida a seu filho, Henri Cambon, escreve: “... *Bihourd não tem autoridade, ele não sabe conversar, ele deixa passar as melhores oportunidades* ...”. Contudo, Bihourd esteve presente na estação ferroviária de Berna, em 14 de abril de 1901, para se despedir de Rio-Branco que partia para seu posto em Berlim.

1961, 1982, 2046, 2048, 2049, 2050, 2052, 2053, 2072, 2073, 2077, 2079, 2112, 2114, 2115, 2125, 2127, 2133, 2143, 2144, 2155, 2156, 2160, 2161, 2169, 2170, 2171, 2172, 2179, 2181, 2184, 2185, 2188, 2189, 2192, 2193, 2195, 2201, 2202, 2203, 2211, 2214, 2215, 2223, 2224, 2237, 2238, 2240, 2243, 2244, 2246, 2264, 2285, 2286, 2288, 2289, 2304, 2305, 2306, 2312, 2321, 2326, 2349, 2350, 2373, 2374, 2375, 2377, 2381, 2386, 2394, 2395, 2396, 2397, 2402, 2429, 2451, 2456, 2459, 2478, 2491, 2494, 2497, 2532, 2536, 2560, 2563, 2566, 2569, 2570, 2571, 2575, 2585, 2603, 2604, 2606, 2607, 2621, 2647, 2649, 2651, 2668, 2687, 2714, 2718, 2719, 2884, 3070.

**Biloir**, Ernest. Militar francês que Rio-Branco conheceu em viagem a Royat, em outubro de 1895. No arquivo particular do

Barão, há registro de sete cartas recebidas. **68, 69, 223, 1355, 1404.**

**Bittencourt**, Carlos Machado (1840-1897). Militar brasileiro e ministro da Guerra do governo Prudente de Moraes. Bittencourt perdeu a vida, durante atentado ao presidente Prudente, que sobreviveu ao ataque. **1428.**

**Blache**, Paul Vidal de la (1845-1918). Geógrafo francês e professor de Geografia nas Universidades de Nancy e de Paris. Fundador da “Escola Francesa de Geografia” e da “Escola Francesa de Geopolítica”. Integrou a comissão do Contestado Franco-Brasileiro, no Ministério dos Negócios Estrangeiros francês. **1115, 1711, 1726, 1727, 1779, 1780, 1781, 1782, 1783, 1852, 1917, 2039, 2068, 2231, 2302, 2564, 2565, 2957.**

**Blackwood**, Frederick Temple (1826-1902) (1º conde Dufferin; depois, 1º marquês de Dufferin e Ava). Estadista e diplomata britânico. Foi o 3º governador do Canadá, de 1872 a 1878, e, de 1884 a 1888, foi vice-rei das Índias. Como diplomata, serviu como embaixador na Rússia (1879-1881), Turquia (1881-1884), Itália (1888-1891) e França (1891-1896). Durante seu período como embaixador na França, Dufferin, para satisfazer requisição do Foreign Office, instruiu seu secretário particular, Austin Lee, a procurar o ministro Piza, para conversar sobre as questões de limites do Brasil com as Guianas Francesa e Inglesa e procurar saber até onde iriam as pretensões da França. Houve dois encontros, no segundo dos quais Piza pediu que Rio-Branco o acompanhasse. **282.**

**Blaeu**, Willem Janszoon (1571-1638) cartógrafo, editor de mapas e globos terrestres e celestes. Aluno de Tycho Brahe, astrônomo dinamarquês. Fundador de firma cartográfica que manteve a liderança nesse campo, durante mais de um século. **1334.**

**Bocayuva**, Quintino Antônio Ferreira de Sousa (1836-1912).

Jornalista e político brasileiro, conhecido por sua atuação no processo da proclamação da República. Como político, foi o primeiro ministro das Relações Exteriores da República, de 15 de novembro de 1889 a 23 de janeiro de 1891, bem como o presidente do Estado do Rio de Janeiro, de 1900 a 1903. No arquivo particular do Barão, há registro de onze cartas recebidas e duas expedidas. **298, 299, 300, 301, 302, 305, 313, 339, 630, 803.**

**Bodmann** (Barão de). Primeiro Secretário da Legação da Alemanha em Berna, em 1899. No arquivo particular do Barão, há registro de uma carta recebida. **2135, 2141, 2197, 2206, 2207, 2208, 2255, 2256, 2259, 2262, 2263, 2264, 2267, 2272, 2275, 2652, 2668, 2670, 2688, 2689, 2690, 2694, 2695, 2697, 2698, 2713, 2719.**

**R.Boeufué**, Franciscário do Bureau Internationale des Chemins de Fer

**Boiceau**, Charles (1841-1907). Advogado suíço, estudou Direito em Lausanne, Erlangen e Bonn. Especializado direito internacional, foi conselheiro jurídico da legação britânica na Suíça. Foi vereador e membro do Grande Conselho de Vaud; como Conselheiro de Estado, atuou na área de instrução pública e chegou a presidente do Tribunal Militar de Cassação. Com o ofício n. 24 (30 dez. 1898) à SERE, Rio-Branco o havia incluído em lista tríplice de advogados a contratar a favor do Brasil, na questão de limites com a França, e, mesmo depois de contratar os serviços de Rossel, Rio-Branco o informou, em carte de 27 de junho de 1899, que a sua ideia era de consultar também os advogados Boiceau e Louis Farrer, além de Rossel. No fim, a prestação

de serviços de consultoria jurídica por parte de advogados suíços se limitou a Rossel. **1793, 2837, 2838.**

**Boissier**, Marie-Louis-Antoine Gaston (1823-1908). Erudito clássico e professor de retórica francês. Foi nomeado Secretário-perpétuo da Academia Francesa de Letras. Autor de diversos livros. **1135.**

**Bompard**, Louis Maurice (1854-1935). Diplomata e político francês. Em 1880, ingressou no ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 1882, é removido para Tunis, onde serviu de 1883 a 1886 como secretário-geral do governo tunisino, e assessorou o diplomata Paul Cambon, então residente-geral da França na Tunísia. De regresso a Paris, em 1887, serviu como chefe do Departamento da África. De dezembro de 1889 a outubro de 1890, serviu como residente-geral da França na ilha de Madagáscar, seguido, em 1892, como E.E.M.P. em Montenegro. Em 1893, regressa a Paris, onde permaneceu com subdiretor no Quai d'Orsay, seguido, em 1894, de diretor dos Consulados, posição que manteve até 1902, quando foi removido para São Petersburgo como embaixador e onde participou das negociações que resultaram no tratado da *Triple Entente*. Em 1909, é enviado como embaixador em Constantinopla. Bompard esteve presente ao banquete oferecido, em 23 de junho de 1898, em Paris, ao então presidente-eleito Campos Salles. Ocupou o 15º lugar de precedência à mesa (Rio-Branco ocupou o 12º). No dia 25, Rio-Branco mandou entregar carta na residência de Bompard, na rue de Commaille, nº 4. **383, 1638, 1639, 1653.**

**Bonjour**, William. Mordomo de Rio-Branco em Berna. Trabalhou de 14 de fevereiro a 21 de abril de 1900, nessa função, na *Villa Trautheim*. **2136.**

**Bonnardet**, Paul. Diplomata francês que serviu como Primeiro secretário na legação no Rio de Janeiro, onde assumiu a interinidade de 15 de setembro de 1895 a 16 de abril de 1896. **187, 188, 189, 193, 199, 204, 207, 215, 218, 221, 231, 232, 237, 241, 244, 255, 257, 258, 259, 265, 289, 298, 307, 314, 315, 319, 328, 329, 333, 334, 337, 338, 340, 355, 379, 385, 386, 387, 390, 406, 408, 410, 426, 427, 440, 441, 445, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 473, 477, 478, 480, 483, 498, 503, 506, 509, 510, 520, 527, 531, 546, 547, 548, 549, 550, 593, 686, 687, 688, 689, 802, 891, 892, 893, 1152, 1264.**

**Bonnesteten** (Mme. de). **2089.**

**Bonstetten**, Arthur de. **2590.**

**Borges**, Antonio Pedro de Carvalho (1824-1888) (primeiro e único barão de Carvalho Borges). Diplomata brasileiro. **1404, 1406, 1439, 1567, 1637.**

**Borges**, Emília de Carvalho (? -1898) (baronesa de Carvalho Borges). Em solteira, era Emília de Barros Torreão. Falecida em Paris. No arquivo particular do Barão, há registro de duas cartas recebidas. **485, 486, 1372, 1414, 1487, 1611, 1639, 1718, 1719, 1720, 1743, 1745.**

**Botelho**, Martinho Carlos de Arruda (1867-1914). Brasileiro, nascido em São Paulo, onde cursou a Faculdade de Direito. Filho de Antonio Carlos de Arruda Botelho (1827-1901), primeiro e único barão, visconde e conde do Pinhal, oligarca que prosperou como grande produtor de café. Com recursos de sua família abastada, Martinho fundou e dirigiu em Paris a *Revista Moderna*, dedicada desde o artigo de abertura, a “dar notícias e imagens” dos principais eventos da época. Inicialmente mensal, passou a quinzenal,

a partir do quinto número e assim continuou com razoável regularidade, até o número 26, o último, que circulou em março de 1899. Lançada em 15 de maio de 1897 (com 36 páginas), a revista contava com Eça de Queirós como seu principal colaborador. O escritor português fora apresentado a Botelho por Eduardo Prado (outro jovem abastado de São Paulo), também colaborador da revista, juntamente com Domício da Gama, Magalhães de Azeredo e outros brasileiros que frequentavam a casa de Eça, em Neuilly, bem como escritores portugueses, como Batalha Reis, Xavier de Carvalho, Jaime de Seguíer, entre outros. Eça de Queiroz assinou (com suas iniciais) o artigo de apresentação (“A Revista”) do primeiro número e o número 10 lhe fora inteiramente dedicado. Em nenhum número da revista deixou Eça de Queiroz de contribuir com crônicas e contos, tais como *José Matias, Na Praia, Carta a Bento, A perfeição*, entre tantas outras obras literárias e informativas. O destaque no número que lhe fora dedicado foi o início da publicação de *A Ilustre Casa de Ramires*, em 1897, romance que passaria a aparecer em capítulos, sem, contudo, terminar por ser totalmente publicado na *Revista Moderna*. Em junho de 1900, Arruda Botelho, então hospedado na *Villa Koehler*, em Weggis (cantão de Lucerna), foi a Lucerna, para se encontrar com Rio-Branco, que acabava de chegar de Zurique e se hospedou no Hotel Nacional. **375, 2255.**

**Bourgeois**, Léon Victor Auguste (1851-1925). Político francês, foi o primeiro presidente do Conselho da Sociedade das Nações e recebeu o Prêmio Nobel da Paz, em 1920. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros de março a abril de 1896. **526, 528, 531, 546, 673, 686, 690, 839, 860, 2123.**



**Bourget, Paul Charles Joseph (1852-1935).** Romancista ensaísta e crítico literário francês. Formado em filosofia e em medicina, antes de se dedicar à literatura. Bourget adquiriu renome como autor de ensaios que desenvolvem atitudes psicológicas, intelectuais e morais no consciente de seus personagens. Amigo de Gabriel Hanotaux, que se hospedava em sua vila, *Les Plantiers*, em Costebelle, localidade que confina com o sul de Hyères. Por coincidência, Edith Wharton havia se tornado grande amiga do casal Minnie e Paul Bourget, quando eles viajaram para os Estados Unidos em 1893, para as pesquisas que Paul necessitava realizar, em vista do volume sobre ensaios da América que havia combinado escrever para o *New York Herald Tribune*. Durante os invernos europeus, os Bourget se mudavam de Paris para sua vila em Costebelle e sempre convidavam Wharton a passar o inverno como hóspede do casal. Em 1920, Wharton inicialmente alugou por uma temporada a propriedade conhecida como *Ste.-Claire du Vieux Château*, próximo à vila *Les Plantiers*, e, a partir de 1922, a adquiriu. *Ste.-Claire* passou a ser sua segunda casa e, até sua morte em 1937, lá residia de meados de dezembro até fim de maio. **1133.**

**Braga, Fernando. 2472, 2476.**

**Brasil, Joaquim Francisco de Assis (1857-1938).** Advogado, político, escritor, poeta, diplomata e estadista brasileiro. Republicano histórico, constituinte da primeira e da segunda República. E.E.M.P. em Buenos Aires (1892), Lisboa (1895), quando foi incumbido pelo presidente Prudente de Moraes de reatar relações do Brasil republicano com Portugal, interrompidas desde o governo de Floriano Peixoto, por causa do asilo concedido em navios portugueses aos revoltosos de 1893. Foi, ainda, chefe da missão diplomática em Washington (1898), de onde dirigiu, cumulativamente, a legação na Cidade do México, desde 1902. Amigo do barão do Rio-Branco, juntamente com quem assinou o Tratado de

Petrópolis, que assegurou ao Brasil o atual Estado do Acre. **254, 291, 424, 455, 456, 490, 566, 567, 568, 571, 998, 1000, 1024, 1176, 1351, 1592, 1593, 1611, 1612, 1613, 1876.**

**Brenner**, Ernst (1856-1911), político suíço, eleito para o Conselho Federal em 1897 e nele permaneceu até sua morte. Brenner chefiou os seguintes departamentos federais; Justiça e Polícia (1897-1901), (1902-1907), (1909-1911); e Político (1901) e (1908). Brenner ocupou a Presidência (de turno) da Confederação Suíça duas vezes (em 1901 e em 1908). **1815, 2034, 2064, 2081, 2131, 2256, 2257, 2259, 2331, 2356, 2399, 2402, 2455, 2497, 2510, 2561, 2637, 2642, 2645, 2657, 2659, 2733, 2734, 2872, 2878.**

**Breukelman**, Jan Bertram. Holandês. Dr. em Direito e Ciências Políticas. Escreveu a obra *“Le Contesté franco-brésilien et la frontière de la Guyane Hollandaise”*. **2134, 2141, 2176, 2177, 2178, 2179.**

**Briceau**, Charles. Advogado da Parte inglesa no processo de arbitramento entre a Inglaterra e a Colômbia, em reclamação inglesa sobre estrada de ferro. A questão, submetida ao Governo suíço, foi delegado a três membros do Tribunal de Lausanne. **1793.**

**Brochado**, Joseph (José) da Cunha (1651-1733), diplomata e escritor português. Autor do livro *“Memórias particulares ou Anedotas da Corte de França”*. **269, 311, 440, 691.**

**Broglie**, Achille Léonce Victor Charles de (1785-1870). O terceiro duque de Broglie foi ministro dos Negócios Estrangeiros da França (de 12 mar. 1835 a 22 fev. 1836). **873, 874, 875, 1364.**

**Brousseau**, Georges (1859-1930), explorador, geólogo e cartógrafo francês. Administrador colonial, cuja atividade concentrou-se na África e na Guiana francesa. Brousseau foi instruído pelo governo francês a explorar a região entre o rio Oiapoque e o Araguari; no seu relatório, dirigido ao seu ministro das Colônias, informou que o rio Araguari e seus afluentes eram ricos em cobre, prata, ferro e platina. Brousseau escreveu dois trabalhos sobre a região: “*Le territoire franco-brésilien*” (em “*Le Tour de Monde*”, 1899), e “*Les Richesses de la Guyane Française et l’ancien conteste franco-brésilien, onze ans d’exploration*” (“*Société d’Éditions scientifiques*”. Paris, 1901). Rio-Branco referiu-se a ele como “agente francês no Calçoene”. **512, 513, 558, 722, 726, 934, 963, 965, 1051, 1052, 1089, 1200, 1231, 1314, 1326, 1598, 2297, 2442, 2928, 2960.**

**Brown**, Charles. Cartógrafo inglês. A pedido de Schomburgk, a Sociedade de Geologia de Londres enviou em 1857 Brown e James Sawkins (que se encontravam então na Jamaica), como agentes da indústria extrativa inglesa à Guiana Inglesa, com o objetivo de identificar e garantir para a coroa britânica áreas auríferas no interior daquela colônia inglesa e, se precisar fosse, negociar com norte-americanos e franceses, que já se encontravam na região. O interesse inglês era ter prioridade na extração de ouro. Depois que regressou de sua missão, em 1873, Brown esteve no norte do Brasil, seguido da Carolina do Norte, Ceylão e Nova Gales do Sul, à procura de ouro e de pedras preciosas. Regressou à Guiana Inglesa e ao Suriname em diversas ocasiões, entre 1887 e 1891. Suas narrativas escritas durante sua permanência na Guiana Inglesa ajudam a entender a ligação entre cartografia inglesa e a procura de material precioso. **1038, 1063, 1083, 1300, 1389, 1480, 1596, 1599.**

**Brückner**, Eduard (1862-1927). Alemão, nascido em Viena, estudou física e meteorologia em Tartu, Estônia e geografia em Dresden e Munique, onde obteve seu doutorado em 1885. Lecionou em Hamburgo e, em 1891, convidado como professor de geografia, pela Universidade de Berna, onde foi reitor (1899-1900). Em 1904, foi convidado a lecionar em Hale e, em 1906, em Viena. Especializou-se em geografia temática e física, bem como em climatologia. Estudou a formação de geleiras de montanha e interessou-se pelo Adriático. Desenvolveu a teoria dos “Brückner períodos” (períodos climáticos de 35 anos) e encorajou a criação de uma bibliografia geográfica da Suíça. Além de diversos trabalhos publicados durante sua vida, Brückner organizou o Congresso Geográfico Internacional em Berna, em agosto de 1891 e presidiu a Sociedade de Geografia de Viena. Foi membro da Comissão Internacional sobre geleiras para a Alemanha e Áustria. **1961, 1984, 2081, 2345, 2371, 2839.**

**Brunsteten** (Mme). Esposa de Arthur de Brunsteten. **2543.**

**Buache**, Philippe (1700-1773). Cartógrafo e editor francês do século 18. **326, 559, 723, 1184, 2508.**

**Bueno**, Francisco Antônio Pimenta (1836-1888). Engenheiro militar brasileiro. Foi incumbido de explorar a região ao norte do Amazonas. Elaborou a “Carta Geral das Fronteiras do Brasil – Limites com a Guiana Francesa”, concluída em maio de 1887. Em 1888, foi presidente da Província do Amazonas. **555, 599, 725, 756, 792, 793, 1299.**

**Bülow**, Alfred Victor von (1851-1916). Diplomata alemão. Serviu como E.E.M.P. em Berna, de 1898 (apresentou credenciais em 30 de dezembro de 1898) a 1912. Era irmão do chefe de governo do Império alemão, Bernhard Heinrich Karl Martin von Bülow (1849-1929), que foi sucessivamente secretário

de Estado dos Negócios Estrangeiros (1897) e Chanceler do Império, cargo que ocupou de 1900 a 1909 e durante o qual foi feito príncipe (1905). Em Berna, von Bülow residiu na Bierhübeliweg 17. A Chancelaria da legação era situada à Christoffelgasse, 2. No arquivo particular do Barão, há registro de uma carta recebida. 1975, 1976, 1978, 1979, 1991, 1998, 2064, 2082, 2086, 2092, 2197, 2204, 2208, 2255, 2262, 2267, 2272, 2338, 2372, 2381, 2382, 2453, 2454, 2455, 2464, 2467, 2503, 2533, 2535, 2536, 2537, 2541, 2546, 2560, 2637, 2643, 2648, 2649, 2665, 2690, 2697, 2718, 2719, 2734.

**Bülow**, Bernhard Heinrich Karl Martin von (1849-1929). Político alemão, filho de Bernhard Ernst von Bülow (1815-1879), ministro dos Negócios Estrangeiros de Bismarck de 1877 a 1879. O jovem Bülow entrou para a carreira diplomática em 1874 e chegou a embaixador em Roma (1894) e, depois, ministro dos Negócios Estrangeiros (1897). Inicialmente, foi apoiado de maneira especial pelo Kaiser Guilherme II, que o fez chanceler em 1900, na esperança de que viesse a se tornar um ‘segundo Bismarck’. Contudo, a ausência de convicções políticas o enfraqueceram, embora continuasse a ser hábil diplomata. Possuía poucas ideias sobre política doméstica alemã e, mesmo, em política exterior, área em que era dominado por outros, sobretudo por Holstein (o influente conselheiro do ministério dos Negócios Estrangeiros alemão) e pelo almirante Tirpitz. As relações entre Bülow e Guilherme II deterioraram, em grande parte devido à tendência do Kaiser de tomar iniciativas em política externa, sem consultar seus ministros. Depois de uma entrevista concedida pelo Kaiser ao jornal inglês *Daily Telegraph* (out.1908), foi uma questão de tempo até o pedido de

demissão de Bülow. Quando o fez, (jul.1909), a razão dada foram diferenças com o *Reichstag* a respeito de sua proposta orçamentária. Bülow voltou a Roma (dez.1914), como embaixador, com a missão de tentar evitar que a Itália se juntasse aos inimigos da Alemanha. 2734.

**Bülow**, Marie Julie Auguste von (1859-1934). Esposa de Alfred von Bülow, em solteira, von Dillen-Spiering. 1795, 1976, 1978, 1979, 1991, 1997, 2064, 2084, 2088, 2139, 2261, 2262, 2267, 2272, 2273, 2276, 2418, 2452, 2453, 2455, 2464, 2467, 2478, 2532, 2533, 2535, 2537, 2539, 2541, 2544, 2589, 2595, 2672, 2687, 2690, 2697, 2718.

**Bülow**, Vollrath de (Tenente). Adido militar da Legação da Alemanha em Berna. Às vezes, Rio-Branco registrava seu nome como Volrath e, até, Wolrath e Walther. 2082, 2084, 2086, 2087, 2089, 2092, 2138, 2141, 2207, 2208, 2255, 2256, 2259, 2267, 2272, 2276, 2338, 2530, 2541.

**Burckhardt-Finsler**, Albert (1854-1911). Professor e político suíço, estudou Direito em Basileia, obteve um doutorado em Leipzig, em 1878, e cursou História em Zurique. Foi conservador do Museu de História de Basileia, antes de ser nomeado professor de História na universidade daquela cidade, posição que ocupou de 1890 a 1905. Foi deputado de 1893 a 1902 e conselheiro de Estado da cidade de Basileia. Amigo próximo dos professores Ludwig Rudolf von Salis-Guyer, Philipp Woker e do Conselheiro federal Eduard Müller. 1961, 2340, 2345, 2392, 2451, 2481, 2482, 2483, 2881, 2949, 2951, 2952, 2953, 2956, 2958, 2966, 2967, 2968.

**Burton**, Richard Francis (1821-1890). Militar, diplomata, escritor, poeta, linguista, orientalista e explorador inglês. Em suas

muitas expedições, em diversos continentes, foi o primeiro europeu a descobrir o lago Tanganyika. 2833.

**Butenval**, Charles Adrien His de (1809-1883) (conde). Diplomata francês; antigo E.E.M.P. da França no Brasil. 238, 273, 274, 276, 284, 546, 585, 607, 608, 609, 711, 713, 726, 782, 783, 798, 805, 882, 1039, 1063, 1167, 1194, 1195, 1198, 1208, 1220, 1221, 1227, 1228, 1364, 1365, 1775, 1784, 2365, 2555.

**Bylandt**, D. L. van (conde). O conde van Bylandt foi E.E.M.P. dos Países-Baixos em Berna, durante a estada de Rio-Branco. Apresentou credenciais em 30 de janeiro de 1897. Residia a Bundesgasse 34, onde também se situava a Chancelaria. 1744, 1998, 2082, 2087, 2092, 2135, 2177, 2201, 2257, 2259, 2381, 2388, 2454, 2465, 2590, 2648, 2667, 2689, 2697, 2733.

## C

**Cabral**, Francisco Xavier da Veiga (1861-1905). Cidadão brasileiro que reagiu às restrições impostas pelos franceses aos habitantes brasileiros, radicados no território brasileiro pretendido pela França. Teve papel importante, ao procurar defender seus concidadãos. 28, 82, 84, 97, 119, 160, 161, 162, 163, 187, 188, 191, 193, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 211, 212, 234, 235, 243, 244, 245, 247, 258, 259, 265, 314, 315, 316, 317, 335, 336, 337, 381, 382, 383, 384, 385, 387, 406, 407, 408, 409, 412, 425, 426, 427, 436, 437, 441, 444, 459, 460, 461, 463, 466, 471, 475, 478, 479, 495, 521, 522, 584, 650, 668, 687, 695, 696, 704, 892, 933, 961, 962, 963, 964, 1007, 1008, 1009, 1010, 1029, 1040, 1041, 1042, 1048, 1050, 1073, 1076, 1153, 1182, 1255, 1277, 1278, 1312, 1315, 1327, 1365, 1366, 1385, 1419,

**1453, 1521, 1522, 1548, 2407, 2428, 2437, 2912, 3026, 3043.**

**Cabrer**, José Maria (1761-1836). Engenheiro, geógrafo e cartógrafo espanhol. Integrante da segunda comissão mista encarregada de demarcar a linha de limites entre o Brasil e as possessões espanholas no trecho que se estendia do Rio Igurei ao Jauru, segundo o artigo VI do Tratado de Santo Idelfonso, de 1777. Produziu o “*Plano Geográfico que comprende a Província de Buenos Aires*”. **2772, 2773, 2777.**

**Cadaval**, Luiz de Azevedo (1855-1912). Oficial naval brasileiro. Serviu na Amazônia. **1381.**

**Calvo**, Carlos (1824-1906). Historiador nascido na Argentina e enviado pelo governo do Paraguai em missão especial a Londres e Paris. Em 1863, publicou a primeira versão de seu trabalho mais conhecido: *Derecho internacional teórico e práctico de Europa y America*, cuja essência ficou internacionalmente conhecida como a Doutrina Calvo. **253, 2549.**

**Campello**, Antonio Chaves. Visitou Rio-Branco em outubro de 1900. Residia à rua Coronel Sampaio, 32, Rio Grande. **2476.**

**Campista**, David Morethson (1863-1911). Advogado, economista, político e diplomata brasileiro, foi professor na Faculdade de Direito de Minas Gerais e ministro da Fazenda, no governo Affonso Penna (1906-1909). Ao deixar o Ministério da Fazenda, foi removido para a Dinamarca, onde veio a falecer. No arquivo particular do Barão, há registro de onze cartas recebidas e uma expedida. **1667.**

**Campos**, Bernardino José de (1841-1915). Advogado e político brasileiro, formou-se em direito, foi jornalista e lutou pela abolição da escravatura. Fundador do Partido Republicano



Paulista (PRP), foi deputado provincial (1888-1889), chefe de polícia (1889-1890), deputado constituinte e deputado federal (1891-1892), quando presidiu a Câmara dos Deputados. Foi o segundo e sexto presidente do estado de São Paulo (1892-1896 e 1902-1904), ministro da Fazenda (1896-1898) e senador da República. Como presidente do estado, desenvolveu um plano de saneamento do porto de Santos, inaugurou o Museu do Ipiranga e ampliou o abastecimento de água na cidade de São Paulo. Apoiou a campanha civilista de Rui Barbosa. No arquivo particular do Barão, há registro de nove cartas recebidas e uma expedida. **913.**

**Campos**, Frederico Carneiro de (1800-1867). Militar e político brasileiro. Foi coronel do Corpo de Engenheiros e participou do mapeamento das fronteiras do Império do Brasil com as Guianas. Foi presidente da Província da Paraíba. Aprisionado por soldados para guaios, juntamente com toda a tripulação e passageiros do navio “Marquês de Olinda”, por ordem de Francisco Solano Lopez, como represália pelas ações políticas e militares do Império do Brasil no Uruguai. Faleceu prisioneiro devido a fome e maus tratos, na fortaleza paraguaia, em 3 de novembro de 1867. **1082, 1083, 1337, 1471, 1473, 1476.**

**Cantuária**, João Tomás de (1835-1908). Militar brasileiro. Participou da retirada da Laguna, foi comandante da Escola Militar do Rio de Janeiro e ministro da Guerra do governo de Campos Salles. Promovido a marechal em 1900. **1431.**

**Card**, Edgard Rouard de (1853-1934). Diplomata, historiador e jornalista francês. Foi professor de Direito Civil na Universidade de Toulouse. **1385, 1386.**

**Cardenal**, Léon. Adido à legação da Espanha em Berna, em 1900. **2138, 2197.**

**Carocci**, Guido (1851-1916). Italiano, estudioso de história de Florença e de seus edifícios antigos, suas pesquisas foram importantes para o estudo da cidade. Foi diretor do Museu Nacional de São Marco e em suas obras realiza minuciosa reconstrução da cidade de Florença, ao traçar a história de centenas de edifícios da cidade, através de levantamento de dados sobre a arquitetura demolida, com especial atenção para as áreas do gueto e do antigo mercado. Carocci recolheu pedras de igrejas, torres e palácios destruídos, e os colocou no referido museu, onde permanecem. **1506.**

**Carvalho**, Carlos Augusto de (1851-1905). Advogado, professor e político brasileiro, foi presidente da província do Paraná (1882-1883) e da província do Pará (1885). Ministro das Relações Exteriores no governo Floriano Peixoto (out.1893) e no do presidente Prudente de Moraes (novembro de 1894 a agosto de 1896). No arquivo particular do Barão, há registro de vinte e duas cartas recebidas. **22, 34, 123, 363, 733, 1550, 2629, 2745, 2750, 3064, 3065.**

**Carvalho**, José Paes de (1850-1943), médico e político brasileiro. Foi um dos fundadores do *Clube Republicano do Pará*. Médico humanitário e senador, foi segundo secretário da Assembleia Nacional Constituinte de 1890, governador do Pará (1897-1899); concorreu à vice-presidência da República (1894), foi derrotado por Manuel Vitorino, do Partido Republicano Federal. No arquivo particular do Barão, há registro de dezenove cartas recebidas. **358, 966, 967, 974, 1094, 1620, 1761, 2752, 2912, 2913, 2917, 2922, 2936, 2938, 2968, 2969, 2971, 2975, 2976.**

**Carvalho**, José Simões de. Engenheiro militar e cartógrafo português. Doutor em matemática, Simões de Carvalho preparou diversos mapas da região amazônica, entre as quais uma carta dos confluente do rio Branco e da ilha de Marajó, então conhecida como ilha de Joannes. Simões de Carvalho chegou à patente de tenente-coronel. **692, 1183, 1330, 1332.**

**Carvalho**, Maria José de (1868-1948) (baronesa de São Clemente). A baronesa de São Clemente era filha de Antônio Clemente Pinto Filho (primeiro barão e, depois, visconde de São Clemente, 1830-1898), fazendeiro e proprietário do palácio São Clemente. Após o falecimento de seus pais, Maria José vendeu ao governo republicano o prédio que seria chamado de Palácio do Catete. **1614.**

**Castella**, Albert de (1877-1953). Militar suíço, com patente de tenente. **2087, 2130, 2134, 2138, 2139, 2199, 2208, 2212, 2251, 2263, 2264, 2266, 2271, 2330, 2468, 2471, 2476, 2596, 2667, 2698.**

**Castella**, Marie-Anne Jeanne (1875-1947). Irmã de Albert. **2087, 2130, 2138, 2141, 2199, 2208, 2212, 2251, 2264, 2266, 2271, 2330, 2466, 2475, 2667, 2695, 2698.**

**Castro**, Gomes Freire de Andrade e (1757-1817). Militar português. **251, 268.**

**Castro**, José Antônio de Azevedo (1839-1911). Bacharel em ciências sociais e jurídicas (1862), advogado, procurador da Fazenda, administrador da província do Rio Grande do Sul, delegado do Tesouro em Londres, jornalista, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No arquivo particular do Barão, há registro de cento e quatro cartas

recebidas, vinte e uma expedidas e uma de terceiros. **418, 777, 844.**

**Castro**, Manuel Bernardo de Mello e (1716 -?) (visconde de Lourinhã). Foi um fidalgo e administrador colonial português. Assentou praça com quinze anos de idade no Regimento de Infantaria da Corte. Promovido ao posto de coronel do Regimento de Cascais, em 1757, foi nomeado para o cargo de governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 1759 a 1763. Posteriormente, de regresso a Portugal, exercia em 1771 o cargo de Governador das Armas da Província do Alentejo. **1383.**

**Cavaignac**, Jacques Marie Eugène Godefroy (1853-1905). Político francês de extrema direita, foi duas vezes ministro da Marinha e duas vezes ministro da Guerra. Fez parte do grupo que se opôs a Dreyfus, por defender os valores do Exército. **2003.**

**Cavalcanti**, Domingos Olympio Braga (1851-1906). Advogado, jornalista, parlamentar e romancista brasileiro. Exerceu a atividade jornalística no Rio de Janeiro, nos periódicos *O Comércio*, *Jornal do Comércio*, *Correio do Povo*, *Cidade do Rio*, *Gazeta de Notícias*, *O País* e *O Globo*. Dirigiu o periódico *Os Annaes*, semanário que contou com a colaboração de alguns escritores brasileiros e portugueses e no qual publicou o romance *O Almirante* e deixou incompleto *O Uirapuru*. Domingos Olympio era cunhado de Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira e, com ele, havia integrado na qualidade de consultor, de 1893 a 1895, a missão especial enviada a Washington, para a questão contra a República Argentina. **176, 251, 778, 1242, 1324, 1355, 2331, 2752, 2754, 2756, 2761, 2772, 2811.**

**Cavalcanti**, Felinto Alcino Braga (1862- ?). Engenheiro, geógrafo, cartógrafo e oficial do Exército Brasileiro (chegou à patente de marechal). Cavalcanti traçou os mapas das fronteiras do Estado do Amazonas com o Mato Grosso e foi membro da Comissão de Limites da fronteira do Brasil com a Guiana francesa. Explorou o Araguari, no Estado do Amapá e integrou, igualmente, a Comissão de limites com a Argentina, no território das Missões. Foi professor de Matemática Elementar e Superior, na Escola Militar do Rio de Janeiro. Foi, ainda, secretário do Ministro da Guerra. **328, 639, 1209, 1299, 1480, 1594, 1595, 1596, 1597, 1598, 1599, 2488, 2518, 2932, 3071.**

**Cavalcanti**, Luiz de Almeida Araújo Paranhos (1877-1917). Sobrinho do Barão do Rio-Branco, entrou na carreira consular e faleceu como cônsul-geral em Paris. No arquivo particular do Barão, há registro de oito cartas recebidas e uma expedida. No arquivo particular do Barão, há registro de oito cartas recebidas e uma expedida. **418, 1178, 1508, 1652, 1720, 1722, 1980, 2119, 2134, 2137, 2201, 2379, 2419, 2460, 2620, 2646, 2647, 2671, 2719.**

**Cavalcanti** Soares de Brito, Amaro (1851-1922). Advogado, jurista, político e diplomata brasileiro. Formado pela Universidade de *Albany*, nos Estados Unidos da América. Foi um dos autores da Constituição de 1891, consultor jurídico do ministério das Relações Exteriores, procurador-geral da República, ministro da Justiça e ministro do Supremo Tribunal Federal (1906-1914). Juiz da Corte Internacional de Justiça. No arquivo particular do Barão, há registro de quatro cartas recebidas. **913.**

**Cecil**, George R. (Tenente-Coronel). Adido Militar da Legação dos Estados Unidos, em Berna. **2092.**

**Ceréssole, Paul (Dr.) (1832-1905).** Político suíço. Conselheiro federal de 1870 a 1875. 2081, 2087.

**Ceréssole (Mme).** Esposa do Dr. Ceréssole, nascida na Bahia e neta do Dr. Victor de Oliveira. 2081, 2087.

**Cerqueira, Dionysio Evangelista de Castro (1847-1910).** Engenheiro militar e político brasileiro, participou da Guerra do Paraguai e chegou ao posto de general de brigada. Foi deputado, constituinte de 1891, 2º Delegado, enviado em missão especial a Washington (*Questão de Palmas* – 1892-1895). Acumulou as pastas da Guerra (1896-1897), das Relações Exteriores (1896-1898) e da Viação e Obras Públicas (1897). No arquivo particular do barão, há registro de sessenta e uma cartas recebidas e uma expedida. 57, 139, 291, 293, 295, 760, 778, 817, 818, 841, 842, 912, 913, 914, 924, 946, 966, 969, 970, 971, 974, 975, 990, 993, 998, 1001, 1010, 1011, 1012, 1028, 1030, 1033, 1046, 1047, 1051, 1052, 1057, 1060, 1067, 1072, 1073, 1075, 1076, 1078, 1079, 1083, 1097, 1100, 1105, 1106, 1108, 1129, 1131, 1132, 1138, 1139, 1140, 1142, 1145, 1146, 1147, 1150, 1154, 1155, 1157, 1159, 1161, 1164, 1166, 1169, 1181, 1182, 1187, 1188, 1189, 1190, 1191, 1193, 1195, 1196, 1197, 1200, 1201, 1204, 1205, 1206, 1208, 1209, 1212, 1213, 1216, 1221, 1223, 1225, 1232, 1233, 1234, 1253, 1254, 1256, 1258, 1262, 1266, 1269, 1270, 1271, 1272, 1277, 1279, 1280, 1281, 1282, 1285, 1293, 1295, 1296, 1307, 1311, 1317, 1323, 1327, 1328, 1330, 1333, 1336, 1343, 1344, 1359, 1361, 1362, 1375, 1381, 1382, 1385, 1388, 1389, 1391, 1394, 1407, 1408, 1410, 1417, 1419, 1421, 1422, 1423, 1425, 1434, 1435, 1437, 1445, 1446, 1449, 1450, 1452, 1453, 1455, 1456, 1457, 1462, 1464, 1469, 1479, 1494, 1497, 1498, 1513, 1517, 1518,

1519, 1521, 1522, 1524, 1526, 1533, 1534, 1544, 1546,  
1548, 1550, 1551, 1552, 1555, 1556, 1568, 1570, 1575,  
1576, 1581, 1582, 1583, 1584, 1592, 1593, 1600, 1601,  
1602, 1603, 1604, 1615, 1618, 1619, 1623, 1624, 1625,  
1626, 1628, 1629, 1646, 1674, 1686, 1687, 1688, 1689,  
1693, 1698, 1699, 1701, 1709, 1728, 1729, 1883, 1922,  
2745, 2753, 2764, 2765, 2779, 2780, 2781, 2782, 2783,  
2787, 2810, 2811, 2813, 2939.

**Ceujat**, (?). Militar suíço. Coronel. 2254.

**Chalmers**, Cathcart. Cartógrafo inglês. Foi co-autor com Schomburgk do “*Great Colonial Map*” de 1875. 1038, 1063, 1083, 1300, 1389, 1480, 1596, 1599.

**Charpentier**, Félix-Maurice (1858-1924). Escultor francês, realizou – em seu atelier em Paris, sob encomenda do barão do Rio Branco – escultura do Visconde do Rio Branco. No arquivo particular do barão, há registro de dez cartas recebidas e uma expedida. 1505, 1506, 1507, 1509, 1540, 1567, 1811, 2342, 2410, 2639, 2666, 2690, 2711.

**Charvein**, Camille (1834-1904). Nascido na Martinica. Oficial de marinha e administrador colonial francês. Foi governador da Guiana francesa, de 1893 a 1895. 95, 96, 97, 98, 101, 159, 163, 164, 165, 183, 495, 1151, 1153, 1279, 1365, 2233, 2631, 3027.

**Châteauneuf**, Alard de (1864-1937). Diplomata francês, cujo nome verdadeiro era Jean-Louis-Marie Allard Grand de Châteauneuf. Bacharel em Direito, entrou para o serviço exterior e serviu como adido em Istambul e São Petersburgo. Em 1895, serviu no gabinete de Delcassé. Terceiro secretário no Vaticano, secretário de embaixada em Berna (assumiu em 13 nov.1898). Ainda que o serviço

do pessoal que estabelecia a folha de serviço dos agentes diplomáticos baseasse os nomes de acordo com seu registro civil, as listas diplomáticas comunicadas pelos embaixadores franceses atribuíam, às vezes, nomes de “cortesia” a alguns diplomatas. **1905, 1977, 1996, 1999, 2073, 2079, 2130, 2132, 2257, 2259, 2337, 2415, 2418, 2453, 2454, 2458.**

**Chaves**, Alzira Rodrigues Fernandes (1831-1911) (viscondessa de Santa Victoria). Esposa de Manuel Afonso de Freitas Amorim Chaves, 1º barão e 1º visconde de Santa Victoria. **486, 1490, 1567, 1718, 1720, 1722, 1811.**

**Chaves**, Elias Antonio Pacheco e (1842-1903). Político e cafeicultor brasileiro. Foi chefe de polícia da cidade de São Paulo (1876), depois de eleito deputado geral. Foi o segundo vice-presidente da província de São Paulo. Foi casado com Anésia da Silva Prado, filha de Martinho e Viridiana da Silva Prado. Era, assim, cunhado de Antonio da Silva Prado, seu sócio na Companhia Prado Chaves, líder em vários mercados, entre os quais os de café e o do mercado imobiliário. Chaves viajava à Europa com frequência em companhia do cunhado e da sogra e naquele continente adquiriu inspiração para construir sua residência em São Paulo, o Palácio dos Campos Elíseos, no centro da cidade. No arquivo particular do Barão, há registro de uma carta recebida e duas expedidas. **940, 945, 1682.**

**Chaves**, Manuel Afonso de Freitas Amorim (1831-1906) (1º barão e 1º visconde de Santa Victoria). Banqueiro brasileiro que colocou os fundos do seu banco em doação, como indenização aos escravos libertos a 13 de maio, para que pudessem adquirir terras e nelas desenvolver sua agricultura e pecuária. A iniciativa do visconde foi mantida em sigilo, para não provocar a reação dos escravocratas. **486.**



**Chermont**, Epaminondas Leite (1868-1955). Diplomata brasileiro, de importante família de políticos do Pará. Irmão de Justo Leite Chermont. Iniciou a carreira diplomática em 1891, como cônsul. Passou a Secretário, em 1903 e galgou, sucessivamente, as diversas promoções, até chegar a embaixador em 1931. Foi E.E.M.P. em Tóquio, Pequim, Estocolmo, Bruxelas e Santiago. Serviu, ainda, na Haia e São Petersburgo. *198, 223, 227.*

**Chermont**, Justo Pereira Leite (1857-1926). Advogado, jornalista e político brasileiro, foi deputado provincial (1880) e participou do movimento republicano no Pará. Com o advento da República foi escolhido governador do Estado do Pará (1889-91); ainda na presidência do Marechal Deodoro da Fonseca, foi ministro das Relações Exteriores (1891) e senador (1894-1900), (1900-1909) e (1921-26). Em 1902, sem êxito, tentou a vice-presidência da República, na chapa dissidente de Quintino Bocaiúva, apoiado pelos partidos Republicanos do Pará, Pernambuco e Fluminense. *178, 198, 223, 540, 887, 888, 1324, 1760, 2752.*

**Christie**, William Dougal (1816-1874). Diplomata inglês que chefiou a representação de seu país no Rio de Janeiro, de 1859 a 1863. Sua atuação inábil no posto deu origem a uma das mais famosas questões diplomáticas entre o Brasil e o Reino Unido, durante o Império e culminou no rompimento de relações entre os dois países, em 1863. *22, 35, 154, 155, 163, 163, 166, 209, 215, 216, 217, 285, 298, 299, 302, 312, 313, 314, 320, 330, 331, 338, 341, 342, 346, 357, 367, 440, 441, 442, 618, 624, 655, 656, 665, 703, 719, 720, 759, 775, 805, 2171, 2380.*

**Cleveland**, Grover (1837-1908). Político norte-americano do Partido Democrata. Foi o 22º e o 24º presidente dos Estados

Unidos da América e o único presidente a servir dois mandatos não-consecutivos (1885-1889 e 1893-1897). Foi durante seu segundo mandato que arbitrou a questão de limites entre o Brasil e a Argentina (1893-1895). **25, 34, 57, 58, 61, 119, 126, 151, 289, 294, 295, 319, 320, 321, 322, 341, 344, 357, 418, 419, 548, 552, 659, 661, 671, 715, 720, 977, 978, 1175, 1241, 1329, 1379, 1393, 1576, 1578, 1647, 1760, 1793, 1794, 1863, 2046, 2070, 2765.**

**Cobbett**, William (1763-1835). Gramático, jornalista, político e naturalista britânico. Entre muitos outros livros, escreveu “*Advice to Young Men, and (Incidentally) to Young Women, in the Middle and Higher Ranks of Life*”, título registrado (em francês) por Rio-Branco no seu *Caderno*, em 26 de junho de 1900. **2275.**

**Cochrane**, Thomas (1775-1860) (10º Conde de Dudonald) (Marquês do Maranhão). Oficial naval e político britânico que desempenhou papel importante nas histórias militares do Reino Unido, Chile, Brasil e Grécia. Entrou para o serviço de D. Pedro I do Brasil em 1823, quando comandou a Armada Imperial Brasileira, na guerra da Independência do Brasil. **2704.**

**Coelho**, Balduino José. Jornalista, diplomata e político brasileiro. Foi diretor da *Revista Brasileira*, periódico que circulou de 1879 a 1881. Em 1896, serviu em Paris, como Conselheiro de legação. Foi vice-presidente da Província do Piauí e exerceu a presidência, interinamente, de 10 de setembro a 1 de dezembro de 1855. **485, 486.**

**Coelho**, Desidério Antônio. Capitão brasileiro, integrante – com Francisco Xavier da Veiga Cabral e sob a presidência do cônego Domingues Maltês – de governo triúmviro, em 1894, para o território Contestado entre Brasil e França.

O grupo reagiu às restrições impostas pelos franceses aos habitantes brasileiros no território contestado e sua atuação local não deixou de contribuir para se levasse a questão a arbitramento internacional. **495.**

**Colbert**, Jean-Baptiste Antoine (1619-1683) (marquês de Seignelay et de Châteauneuf-sur-Cher, barão de Lignières). Importante político francês. Foi Secretário de Estado da Marinha, de Luiz XIV e um dos principais ministros do Rei. Foi Controlador-Geral das finanças, de 1665 a 1683; Secretário de Estado do “Palácio” do rei (*Maison du Roi*); e Secretário de Estado da Marinha, de 1669 a 1683. **2185, 2186, 2187, 2214, 2185, 2186, 2187, 2214.**

**Colombe** (Mère). Priora do Convento das Dominicanas de Auteuil. **940, 1246, 1247, 1292, 1350, 1371, 1372, 1378, 1379, 1412, 1432, 1717, 1719.**

**Comtesse**, Robert (1847-1922). Político suíço, eleito membro do Conselho Federal em 1899. Permaneceu no Conselho, até pedir demissão em 1912. Em 1900, durante o período em que Rio-Branco residiu em Berna, Comtesse chefiou o Departamento de Finanças. **1961, 1980, 2034, 2064, 2077, 2082, 2203, 2324, 2331, 2356, 2381, 2402, 2454, 2455, 2456, 2460, 2466, 2487, 2560, 2561, 2638, 2642, 2643, 2646, 2651, 2669, 2714.**

**Conty**, Alexandre Robert. Diplomata francês que serviu como Primeiro secretário na legação no Rio de Janeiro, onde assumiu a interinidade de 9 de dezembro de 1897 a 11 de agosto de 1898. **1449, 1452, 1453, 1549, 1581, 1600, 1602, 1605, 1615, 1616, 1618, 1621, 1623, 1624, 1626, 1628, 1633, 1642.**

**Cormailion**, Ange-Hyacinthe Maxence de Damas de (1785-1862) (barão). Par de França e político francês, o barão de Damas foi ministro da Guerra (1823-1824) e dos Negócios Estrangeiros (1824-1828) de seu país. **871**.

**Correa**, João Arthur de Sousa (1840-1900). Diplomata brasileiro. E.E.M.P. em Madri (1885), Washington (1888), Santa Sé (1886, provisório e 1889, efetivo) e na Haia (1890). Designado pela República, nos primeiros passos do novo regime, como E.E.M.P. em Londres (1890-1900), obteve o reconhecimento do Brasil pelo Reino Unido, em 3 de dezembro de 1890. Foi o primeiro representante republicano do Brasil em Londres. Sua atuação na questão da ocupação inglesa da Ilha de Trindade suscitou comentários de que seria substituído. Contudo, diante de sua penetração na sociedade e nos meios governamentais ingleses, permaneceu como chefe do posto. Graças, em parte, à sua considerável fortuna pessoal, era, também, ótimo anfitrião. Desfrutou de intimidade singular com a família real inglesa. Amigo íntimo do príncipe de Gales (depois Eduardo VII), com frequência era hóspede em sua residência real de verão. Como também foi amigo de lorde Salisbury, Corrêa era o representante que qualquer país gostaria de ter junto ao governo inglês. No arquivo particular do Barão, há registro de duzentas cartas recebidas. **36, 128, 129, 251, 252, 284, 285, 353, 354, 356, 368, 371, 418, 424, 428, 430, 533, 535, 536, 537, 538, 570, 624, 676, 681, 702, 703, 707, 744, 808, 844, 846, 847, 848, 911, 943, 944, 946, 947, 949, 950, 957, 969, 970, 1011, 1012, 1030, 1033, 1046, 1061, 1062, 1065, 1109, 1110, 1143, 1144, 1187, 1233, 1242, 1245, 1262, 1263, 1288, 1289, 1290, 1291, 1266, 1307, 1308, 1336, 1377, 1380, 1383, 1384, 1391, 1442, 1443, 1457, 1464, 1468, 1470, 1487, 1505, 1509, 1510, 1520,**

*1521, 1540, 1571, 1592, 1593, 1614, 1669, 1670, 1672, 1673, 1681, 1682, 1683, 1724, 1748, 1749, 1801, 1802, 1809, 1810, 1820, 1831, 1876, 1903, 1904, 1905, 1906, 1957, 1964, 1965, 1973, 1984, 1994, 2116, 2116. 2118, 2119, 2120, 2142, 2177, 2298, 2342, 2721, 2752.*

**Correia**, Inocêncio Serzedelo (1858-1932). Político brasileiro; deputado federal, governador do Paraná e ministro das Relações Exteriores (de fevereiro a junho de 1892) de Floriano Peixoto. *60, 97, 103, 107, 157, 160, 179, 181, 190, 208, 209, 505, 888.*

**Cosa**, Juan (Jean) de la (c. 1450/60-1510), missionário jesuíta espanhol e cartógrafo. Autor do primeiro planisfério em que são mencionados territórios da América, descobertos no fim do século 15. *564, 565, 1916.*

**Costa**, João Augusto Ferreira da (? -1910). Nomeado Adido de primeira classe em São Petersburgo (1874), percorreu vários postos como E.E.M.P.: Quito, Bogotá, São Petersburgo, Santa-Sé e Berna (1902). No arquivo particular do Barão, há registro de trinta e cinco cartas recebidas. *370, 490, 563, 678, 1402, 1540, 1541, 1876.*

**Costa**, João de Sousa da Fonseca (1823-1902) (barão e visconde de Penha). Militar brasileiro, foi marechal do Exército e participou da guerra contra Aguirre e da Guerra do Paraguai. Foi conselheiro de guerra, dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro, Grã-cruz da Imperial Ordem de Avis, oficial da Imperial Ordem da Rosa e comendador da Imperial Ordem de Cristo. *226, 1490, 1721.*

**Coudreau**, Henri-Anatole (1859-1899). Professor, explorador e geógrafo francês. Seu sonho de integrar expedições científicas o levaram a aceitar um posto de professor de

História e Geografia em Caiena, de onde iniciou suas explorações e seguiu os caminhos de seu predecessor, Crevaux. Coudreau não resiste por muito tempo ao apelo dos segredos da “grande floresta da chuva”, como a chamavam os ameríndios. Aproveita as férias escolares e parte, rudimentarmente equipado, mas decidido a fazer o levantamento cartográfico da Guiana. Completa suas notas com esboços e fotografias. Com o passar do tempo, suas explorações obtêm reconhecimento e fundos governamentais, até que, em 1883, recebe a incumbência de explorar o território contestado entre a França e o Brasil. Suas missões (1883-1885) incluíram a exploração do Cunani e a área entre os rios Araguari e o Amazonas, até o Rio Negro. Em 1895, Coudreau expandiu suas explorações por todo o território da Guiana francesa. Foi o grande pesquisador do rio Maroni. Em 1895, com a publicação de seus livros, artigos e conferências sobre a Amazônia, torna-se uma pessoa reconhecida no Brasil e é convidado pelo Estado do Pará a reconhecer o curso de diversos rios da margem direita do Amazonas. Seu envolvimento com a causa brasileira, na questão do Contestado franco-brasileiro, levou a que viesse a ser citado negativamente em documentos oficiais franceses. Publicou 11 atlas e livros sobre a região amazônica, bem como um “*Vocabulaire Méthodique des langues Ouayana, Aparai, Oyampi, Emérillon*”. Faleceu durante sua segunda viagem, acompanhado de sua esposa, no rio Trombetas. No arquivo particular do Barão, há registro de cinco cartas recebidas e uma expedida. **93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 130, 131, 132, 133, 150, 157, 158, 159, 163, 165, 202, 273, 283, 356, 411, 412, 447, 453, 454, 492, 558, 641, 712, 713, 714, 724, 727, 728, 799, 889, 1031, 1039, 1300, 1302, 1305, 1365, 1389,**

*1480, 1489, 1490, 1584, 1585, 1587, 1594, 1596, 1599, 1600, 1885, 2159, 2161, 2162, 2216, 2221, 2226, 2233, 2239, 2302, 2513, 2515, 2521, 2581, 2912, 3002, 3021.*

**Coutinho**, Aureliano de Souza e Oliveira (1800-1855). Juiz e político brasileiro. Foi membro e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **643, 1383.**

**Coutinho**, Fernando Romão da Costa de Athayde Teive de Souza (1775-1835). Militar e franco-maçom português. Foi governador do Pará e do Maranhão. **558.**

**Coutinho**, Francisco Maurício de Souza. Administrador colonial português. Foi governador da Capitania do Grão-Pará, de 1790 a 1803. **325, 1332.**

**Crempien**, Federico C. Adido da legação do Peru, junto ao governo suíço. A legação era situada em Lausanne, para acompanhamento da questão referente ao guano. **2000.**

**Crévaux**, Jules (1847-1882). Formado em medicina, mas apaixonado por viagens, Crévaux tornou-se médico da Marinha francesa, em 1873. No ano seguinte, é nomeado para servir na Guiana Francesa. Em 1876, os ministérios da Instrução pública e da Marinha francesa escolhem Crévaux para descobrir um caminho entre Caiena e a Amazônia, com passagem pelo Tumucumaque. Em 1877, ele chega ao rio Amazonas e alcança Belém do Pará no dia 30 de novembro, onde é recebido muito mal pela população local. Em segunda viagem, em 1878, com partida do rio Oiapoque à montante, Crévaux atinge a bacia Amazônica em janeiro de 1879, onde é recebido calorosamente pelos paraenses. Em sua quarta viagem é massacrada, e especula-se devorada, pelos indígenas Tobias, no rio Pilcomayo, atual Bolívia. Crévaux deixou diversas obras sobre suas explorações, muitas das

quais publicadas no “*Le Tour du Monde*” e no “*Bulletin de la Société de Géographie*”. **558, 641, 799, 1599.**

**Cruz Cano y Olmedilla**, Juan de la (1734-1790). Cartógrafo, geógrafo e gravador espanhol. Acadêmico, foi durante muitos anos o cartógrafo oficial do rei Carlos III da Espanha. **1184, 1185, 1331.**

**Cunha**, Brazilio Itiberê da (1846-1913). Compositor, bacharel em direito e diplomata brasileiro. Já pianista renomado na juventude, teve relações de amizade com alguns dos maiores pianistas de seu tempo, como Anton Rubinstein, Sgambatti e Liszt. Como diplomata, serviu na Itália, Peru, Bélgica, Paraguai e Alemanha. Foi nomeado embaixador em Portugal, mas faleceu na capital alemã, antes de assumir seu novo posto. **1877.**

**Cunha**, Euclides Rodrigues da (1866-1909). Engenheiro, geógrafo, jornalista e poeta, imortalizado por seu livro “*Os Sertões - Campanha de Canudos*”. Em 1904, foi nomeado chefe da comissão mista brasileiro-peruana de reconhecimento do Alto Purus, com vistas à demarcação de limites entre o Brasil e o Peru. Depois da missão, escreveu o ensaio “*Peru versus Bolívia*” (1907) e “*À Margem da História*”, livro publicado postumamente, em que denunciava a exploração dos seringueiros. No arquivo particular do Barão, há registro de dezessete cartas recebidas. **23.**

**Cunha**, Francisco Xavier da (1833-1913). Político, jornalista e diplomata brasileiro. Serviu como E.E.M.P. em Roma (1890), Madri (1892), Bruxelas, cumulativamente com Copenhague (de 1898 a 1902), Montevidéu (1902) e México (1909). No arquivo particular do Barão, há registro de trinta e três cartas recebidas e uma expedida. **1876, 1911, 2591.**



**Cunha**, Dom Luiz da (1662-1749). Diplomata português. Um dos mais importantes políticos portugueses que exerceu papel essencial na política internacional de Portugal de sua época. Ocupou os postos mais importantes, como Guarda-Mor da Torre do Tombo e Trinchante-mor de D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II; Desembargador da Relação do Porto, de onde passou a Desembargador dos Agravos, senador Palatino e Arcediágo da Sé de Évora. Em 1696, entrou para a diplomacia como Enviado Extraordinário à Corte de Inglaterra e permaneceu na carreira até o fim da vida. Ficou em Londres, até 1712, ano em que foi mandado com o conde de Tarouca ao Congresso de Utrecht, como Plenipotenciário e Embaixador Extraordinário. Foi signatário, por parte de seu país, dos tratados ali celebrados com a França e com a Espanha, em 1713 e 1715. Ainda com o mesmo caráter, esteve em Londres, quando da ascensão de Jorge I ao trono inglês e em Madri (1717). Fora nomeado Plenipotenciário de Portugal para o Congresso de Cambraí, que acabou por ser cancelado; dali seguiu para Paris, onde, algum tempo depois, foi declarado Embaixador Extraordinário. Na Ordem de Cristo, era Comendador. **170, 268, 1221, 1228, 1408, 1498, 2389.**

**Curchod**, Gabrielle (1871-1949). Suíça. Esposa de Georges Wagnière. **2135, 2139, 2201, 2208, 2261, 2538, 2639, 2668, 2687.**

## D

**Danel**, Henri Éloi (1850-1900). Oficial da Marinha francesa. Participou da Guerra Franco-Prussiana (1870). Ao deixar a Marinha, foi inspetor-adjunto dos serviços administrativos e financeiros do Ministério da Marinha e das Colônias;

passou a inspetor de 1ª classe (1887) e, depois, vice-governador da Cochinchina (1889-1892), governador da Ilha da Reunião (1893-1895) e governador da Guiana francesa (1896). Faleceu no Senegal, durante viagem de inspeção, quando era Inspetor-Geral das Colônias. **705, 719, 1079, 1224.**

**Dantas**, Alice Clemente (1864-1896). Filha de Antonio Clemente Pinto II e Maria José Rodrigues Fernandes Pinto. Casou-se com Rodolpho Epifânio de Sousa Dantas, com quem teve quatro filhos: Paulo Clemente de Sousa Dantas; Ana de Sousa Dantas; Manuel Clemente de Sousa Dantas; e Otávio Clemente de Sousa Dantas. **423, 485.**

**Dantas**, Luíz Martins de Souza (1876-1954). Bacharel em Direito, foi nomeado, em 23 de janeiro de 1897, adido não-remunerado na legação em Berna (1897). Em 16 de março de 1900, foi nomeado segundo-secretário em São Petersburgo. Foi removido para Roma (1902) e, depois, serviu em Buenos Aires (1908-1916). Voltou a Roma como E.E.M.P. (1917), depois Bruxelas (1919) e, como embaixador, regressou a Roma. Mais de uma vez, respondeu interinamente pelo MRE. Em 1922, iniciou-se o longo período que passou à frente da embaixada em Paris, em que estão incluídos os anos da II Guerra Mundial, até a declaração de guerra do Brasil ao Eixo. Ainda que apenas adido na legação em Berna, a estada de quase quatro anos de Souza Dantas em Berna que coincidiu em parte com o importante período em que Rio-Branco residiu naquela capital, para acompanhar o processo de arbitramento do território contestado, mereceria ser pesquisada, para que se pudesse conhecer a sua visão da vida e da atuação diplomática do grande estadista brasileiro. Curiosamente,

há apenas um registro de seu nome nos *Cadernos* e, assim mesmo, apenas para compor a lista de pessoal da legação do Brasil, dentro de relação geral dos integrantes das missões diplomáticas na capital suíça, lista que Rio-Branco registrou, com o simples propósito de atualizar o quadro geral das representações diplomáticas, dentro de prática que desenvolvia em momentos de reflexão. Ainda assim, no arquivo particular do Barão, há registro de quinze cartas recebidas do adido. **1516, 1565, 2000.**

**Dantas**, Rodolpho Epifânio de Souza (1854-1901), advogado e político. Afastado da política, foi morar em Paris até 1891, quando, com Joaquim Nabuco, fundou o 'Jornal do Brasil', que passou a dirigir. No arquivo particular do Barão, há registro de setenta e sete cartas recebidas. **424, 1443, 1517, 1932, 1964, 1981, 1994, 1995.**

**Daubigny**, Eugène. Diplomata francês que serviu como Terceiro secretário na legação no Rio de Janeiro, onde assumiu a interinidade de 24 de maio de 1895 a 14 de setembro do mesmo ano. **74, 77, 82, 88, 93, 103, 116, 134, 135, 140, 156, 179, 189, 190, 191, 593, 1173.**

**Dawson**, Douglas F. R. (Coronel). Adido Militar na Legação da Grã-Bretanha em Berna. **1999.**

**De l'Isle**, Guillaume (1675-1726). Cartógrafo francês, aluno de Cassini. Autor de: *Carte du monde e da Carte des continentes*. **2758, 2778.**

**Decrais**, Albert (1838-1915). Advogado, diplomata e político francês. Como diplomata, serviu como embaixador da França na Grã-Bretanha, na Itália e na Austria-Hungria. Foi, ainda, deputado, ministro das Colônias (de 22 de junho de 1899 a 7 de junho de 1902) e senador da República.

**1638, 2035, 2051, 2052, 2285, 2288, 2305, 2325, 2348, 2393, 2394, 2397, 2598.**

**Deffaudis**, Antoine-Louis (Barão) (1786-1869), diplomata francês. De 1839 a 1842, foi embaixador no México. **881.**

**Delaville** M. Pessoa do círculo de amizades de Rio-Branco, em Paris. **1432, 1440, 1539, 1707, 1718, 1720, 1743.**

**Delaville** (Mlle). Pessoa do círculo de amizades de Rio-Branco, em Paris. **1404, 1541, 1542, 1612, 1613, 1707, 1718, 1720, 1743.**

**Delaville**, Fernanda. Pessoa do círculo de amizades de Rio-Branco em Paris. **1404, 1487, 1541, 1542, 1612, 1613, 1707, 1718, 1743, 1810.**

**Delcassé**, Théophile Pierre (1852-1923), político francês, responsável pela aproximação entre a França e a Grã-Bretanha, que resultou na assinatura da *Entente Cordiale*. Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1898 a 1899; de 1899 a 1905; e de 1914 a 1915. **51, 804, 864, 889, 1274, 1662, 1693, 1697, 1700, 1762, 1816, 1821, 1823, 1824, 1826, 1829, 1834, 1837, 1838, 1839, 1840, 1844, 1856, 1860, 1890, 1891, 1894, 1895, 1908, 2017, 2019, 2021, 2023, 2025, 2028, 2035, 2048, 2049, 2050, 2052, 2053, 2075, 2102, 2105, 2127, 2143, 2160, 2169, 2171, 2179, 2180, 2184, 2185, 2188, 2192, 2195, 2197, 2214, 2215, 2237, 2240, 2243, 2244, 2246, 2254, 2285, 2288, 2304, 2305, 2310, 2312, 2313, 2348, 2350, 2373, 2375, 2377, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2407, 2427, 2428, 2440, 2565, 2569, 2570, 2571, 2574, 2585, 2598, 2599, 2603, 2604, 2606, 2607, 2616.**

**Derancourt**, Émile. Empregado contratado por Rio-Branco. Despedido em 26 de maio de 1897. **1322.**

**Desbuissons**, Louis-Édouard (1827-1908), geógrafo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França. Integrou a comissão especial francesa, na questão do território contestado entre Brasil e França. Autor dos livros '*Carte Maritime de Suez*', '*Carte de la Délimitation Franco-Portugaise en Guinée*', '*Histoire des Arrondissements*', '*Abrégé de Géographie*', entre outros. Cavaleiro da Legião de Honra. 224, 1004, 1054, 1343, 1345, 1346, 1465, 1710, 1711, 1726, 1727, 1774, 1779, 1780, 1917, 2012, 2013, 2019, 2021, 2022, 2068, 2226, 2231.

**Detourbet**, Robert. Adido da embaixada da França, Chegou a Berna, dia 13 de junho de 1900. 2264, 2265, 2273, 2337, 2454, 2458, 2467, 2471, 2472, 2529, 2532, 2535, 2652, 2694, 2695.

**Deucher**, Adolf (1831-1912), político suíço, eleito para o Conselho Federal em 1883. Durante o período coberto pelos presentes Cadernos de Notas, Deucher chefiou os seguintes Departamentos federais: Indústria e Agricultura (1888-1895); Comércio, Indústria e Agricultura (1896 e 1898-1902); e Político (1897). Deucher ocupou a Presidência (de turno) da Confederação Suíça quatro vezes (1886, 1897, 1903 e 1909). 1815, 2034, 2056, 2064, 2081, 2092, 2339, 2356, 2455, 2456, 2534, 2561, 2642, 2656, 2718.

**Deucher**, Paul, filho do Conselheiro federal Adolf Deucher. 2116, 2117, 2131, 2339, 2533, 2534, 2540, 2642, 2643, 2646, 2658, 2671, 2687, 2718, 2895, 2896.

**Dieulafoy**, Paul Georges (Dr.) (1839-911), médico francês, formado em 1869. Catedrático de patologia interna, na Faculdade de medicina de Paris e Presidente da Academia Nacional de Medicina. Especialista em patologia, deixou diversos trabalhos sobre a matéria, notadamente a patologia

digestiva e a semiologia de apendicite. Trabalhou em dois dos principais hospitais de Paris, inicialmente no Hôpital La Charité (o mais antigo hospital de Paris) e, depois, no Hôtel-Dieu. Foi um dos médicos franceses que tratou da esposa de Rio-Branco, Marie Philomène, por ocasião de sua doença terminal. **1443, 1932, 1933.**

**Donay**, Abel (1809-1870), militar francês (general), pai de René Charles Donay. Em 4 de agosto de 1870, houve o primeiro encontro entre a guarda avançada do Terceiro Exército alemão, comandado pelo príncipe herdeiro da Prússia, e uma parte do exército do Marechal Macmahon, sob o comando do general Abel Donay, que foi morto na batalha. Os alemães tomaram a posição francesa e capturaram a cidade de Weissenburg, a um custo de 91 oficiais e 1.460 homens. Os franceses perderam 2.300 homens, entre mortos, feridos e prisioneiros. **1506, 1668.**

**Donay**, Gabriel. Amigo francês de Rio-Branco, da época em que esse viveu em Paris. **2413.**

**Donay**, René Charles (? -1897). Amigo francês de Rio-Branco, da época em que esse viveu em Paris. **1490, 1668, 2420.**

**Dreyfus**, Alfred (1859-1935), militar francês de origem judaica. Vítima de intrigas do Estado Maior francês, e injustamente acusado e condenado a 10 anos de prisão, não obstante ter a discussão pública demonstrado que não havia prova alguma contra o acusado. Ainda que anistiado e reabilitado, não mais foi aceito no Exército francês. **1992, 2003, 2295, 2449, 2469, 2550, 2611.**

**Dreyfus**, Paul. Suíço. No arquivo particular do Barão, há registro de duas cartas recebidas. **2112, 2639, 2640, 2690, 2694.**

**Dreyfus**, Marcelle. Esposa de Paul Dreyfus. **2112, 2693.**

**Drujon**, Paul. Militar francês. Chefe do Batalhão de Infantaria de Marinha e comissário francês, na Comissão Mista Brasil-França, estipulada pelo Protocolo de 10 de abril de 1897. **1662, 1692, 1697, 1699, 1700, 1701, 1837, 1838, 1890, 2017, 2018.**

**Dufferin** (Lorde). *Vide* Blackwood.

**Dujardin**, Yves Stanislas (1814-1864). Oficial da Marinha francesa. **485, 486.**

**Dumontier**, (1831-1904). Major reformado do corpo de Engenheiros do Exército francês e cavaleiro da Legião de Honra. Rio-Branco manteve, durante muitos anos, excelente relacionamento com Dumontier. Ao que tudo indica, os dois se conheceram, quando Rio-Branco o levou como seu auxiliar, por ocasião da Exposição de São Petersburgo, realizada em maio de 1884. Rio-Branco havia sido designado Comissário do Pavilhão do Brasil. A amizade continuou, durante a permanência de Rio-Branco em Liverpool, por ocasião das frequentes visitas que Rio-Branco fazia a Paris, onde sua família residia. Quando Rio-Branco se transferiu para Paris, para preparar a defesa brasileira na questão do Contestado, o nome de Dumontier passou a figurar regularmente nos Cadernos de Notas, sempre precedido do epíteto “Comandante”. No arquivo particular do Barão, há registro de uma carta recebida. **1123, 1129, 1354, 1429, 1442, 1443, 1507, 1610, 1706, 1720, 1724, 2063, 2119, 2417, 2641.**

**Dunant**, Alphonse (1869-1942), diplomata suíço. Estudou Ciências Políticas nas universidades de Genebra e Basileia e obteve seu Doutorado em Heidelberg, em 1894, ano em que ingressou na carreira diplomática. Serviu em Berlim, Paris e Roma. Foi Secretário Adjunto do Departamento Político,

de 1900 a 1904. Ministro suíço em Buenos Aires, de 1910 a 1914 (acreditado também no Uruguai e no Paraguai). De regresso à Suíça, chefiou a Divisão de Relações Exteriores do Departamento Político (1915-1917). Serviu, ainda, como Ministro Plenipotenciário suíço em Paris até 1938. Enquanto serviu nesse último posto, esteve também acreditado em Bruxelas, de 1918 a 1920. No arquivo particular do Barão, há registro de uma carta recebida. **2053, 2054, 2261, 2263, 2267, 2272, 2276, 2277, 2327, 2331, 2341, 2379, 2380, 2381, 2383, 2384, 2416, 2416, 2454, 2455, 2456, 2460, 2467, 2469, 2487, 2492, 2493, 2537, 2560, 2561, 2590, 2597, 2601, 2647, 2648, 2667, 2668, 2670, 2687, 2689, 2695, 2702, 2718, 2884, 2886.**

**Duperré**, Victor-Guy (barão) (1775-1846), oficial da Marinha francesa. Almirante, par de França e Ministro da Marinha e das Colônias, de 1834 a 1843. Curiosamente, no arquivo particular do barão, há registro de uma carta desse oficial, falecido antes de seu nascimento. **873.**

## E

**Eckels**, James Herron (1858-1907). Banqueiro norte-americano. Aos 35 anos de idade, foi nomeado pelo presidente Cleveland chefe do escritório da Controladoria da Moeda, do Departamento do Tesouro, posição que ocupou de 1893 a 1897, durante o segundo mandato de Cleveland. Um mês depois de Eckels assumir o cargo, o país mergulhou em profunda crise financeira, conhecida por “pânico de 1893”. Seus esforços para restaurar a confiança no sistema bancário nacional foram de enorme importância para restabelecer a saúde econômica dos Estados Unidos. Eckels tornou-se, em 1898, presidente do “*Commercial National Bank*”, em Chicago. Rio-Branco deve tê-lo conhecido, durante sua



estada nos Estados Unidos, por ocasião da questão das Missões. **197**.

**Effendi**, Caratheodory. E.E.M.P. da Turquia em Berna, residente em Bruxelas. Apresentou credenciais ao Conselho Federal, em 21 de março de 1900. Em Berna, se hospedou no Bernerhof. **2116, 2117**.

**Ernst**, Armand (1855-1937), sócio do banco “*Bank von Ernst & Cie*”. **2140, 2207, 2208**.

**Ernst** (Mme). Esposa de Armand Ernst. **2207**.

**Ernst**, Vincenz von (1837-1916), suíço que serviu como oficial no exército do Rei de Nápoles, até 1859. Em 1869, fundou o “*Bank von Ernst & Cie*” com Ludwig August Bécheraz (1836-1901). Em 1874, von Ernst foi nomeado Cônsul-Geral Honorário de Portugal em Berna. O banco tinha sua sede na Bärenplatz 4, onde foi instalado o Consulado, endereço onde, anos depois, foi instalado, também, o Vice-Consulado do Brasil, cujo titular era Bécheraz. Ernst era membro do “*Cercle de la Grande Société*”, importante e influente entidade bernense, existente até o presente (embora com uma sombra do poder que tivera outrora). Ernst foi, ainda, membro da “*Burgergemeinder*” (“*Commune de la Bourgeoisie de Berne*”). Foi Ernst quem propôs o nome de Rio-Branco para membro (honorário) do “*Cercle*”, o que se concretizou em 22 de abril de 1900. Ernst havia estabelecido uma sólida amizade com Duarte Gustavo Nogueira Soares (1832-1901), E.E.M.P. de Portugal em Berna, que, por sua vez, era muito ligado a Rio-Branco. **2093, 2122, 2535, 2537, 2595**.

**Espinosa**, Gaspar de Munive Léon Garabito Tello y (4º marquês de Valdelirios) (1711-1793). Nascido no Peru. Rico comerciante nobre que se destacou nos reinados de Fernando VI e Carlos

III de Espanha. Foi responsável pela aplicação do Tratado de Madri (1750), do qual foi um decidido defensor. **2799**.

**Estavol**, Jean. Cozinheiro de Rio-Branco em Paris. Começou a trabalhar para Rio-Branco em 29 de maio de 1897. Despedido em 18 de outubro de **1897**. **1322, 1414**.

**Etiveaud**, Raymond (18..-19..). Escritor francês. Diretor da revista La “Vie Limousine”. Pessoa com quem Rio-Branco se encontrou e convidou, durante o período que viveu em Paris. **68, 69, 81, 673, 1018, 1022, 1682, 1746, 1748**.

**Eu**, Conde d’ (Luis Felipe Maria Fernando Gastão, conde d’Eu) (1842-1922). Príncipe imperial consorte do Brasil, por casamento com a última princesa imperial, D. Isabel Cristina Leopoldina de Bragança, filha do último imperador do Brasil, D. Pedro II. O conde faleceu a bordo do navio que o transportava para celebrar o centenário da independência brasileira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, em 1922. No arquivo particular do barão, há registro de oito cartas recebidas e de três cartas expedidas. **25, 634, 675, 2269**.

**Eu**, Condessa d’ (Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga) (Princesa Imperial) (1846-1921). Como herdeira presuntiva do Império do Brasil, a Princesa Isabel recebeu o título de Princesa Imperial. A morte de seus dois irmãos homens a fez a herdeira de Pedro II. No arquivo particular do barão, há registro de duas cartas recebidas e de uma carta expedida. **25, 566, 634, 675, 684, 1489, 1490, 1510, 1980, 2002, 2269, 2591, 2699**.

**Eudel**, Paul (1837-1911), francês, escritor, negociante e colecionador de arte. Residiu, inicialmente, em Nantes, onde paralelamente à sua atividade como industrial, escrevia crônicas para o “*Bulletin Bibliographique*”, para o “*Courrier*

*de Nantes*” e para o “*Phare de la Loire*”, onde era membro do comitê de inspeção de compras da Biblioteca e conselheiro municipal. Em 1878, estabeleceu-se em Paris e passou a contribuir artigos para diversos jornais, como “*L’Opinion*”, “*La Vie moderne*”, “*Le Figaro*”, “*Le Temps*” e “*L’Illustration*”. Eudel foi importante colecionador de arte (sobretudo de prata antiga) e escreveu para o “*L’Indépendant*” crônica sobre os grandes leilões públicos e para outros colecionadores uma série em nove volumes sobre o “*Hôtel Drouot*” (“*Hôtel des ventes de Drouot*”, inaugurado em 1852, é considerado até hoje como o principal estabelecimento em Paris, onde se realizam importantes leilões de objetos de arte). Por volta de 1900, quando de sua chegada a Paris, Henri Clouzot (1865-1941), historiador de arte e futuro conservador da Biblioteca *Forney*, foi o secretário de Eudel. Clouzot era tio do renomado cineasta francês, Henri-Georges Clouzot. Rio-Branco jantou com Eudel e sua família no *Grand-Hôtel de Royat*, em outubro de 1895. 223.

## F

**Fabiani**, Antoine. Armador e negociante francês, com negócios em Marselha e em Caracas. Ao fazer reclamações referentes a denegação de justiça de que se sentia vítima, obteve que seu caso fizesse com que o governo francês e o venezuelano o submetessem a arbitramento pelo Conselho Federal suíço. O processo, que durou quatro anos, foi submetido a julgamento em 1892 pelos dois governos e Fabiani obteve sentença proferida a seu favor. 749, 814, 1098, 1099, 1165, 1166, 2151, 2154, 2480, 2557, 2600, 2608, 2610.

**Falcão**, Anníbal (1859-1900), escritor e político brasileiro. Participou ativamente da campanha pela abolição da Escravatura e do movimento pela Proclamação da República.

Eleito deputado federal em 1890, participou da Assembleia Constituinte de 1891. **485, 487, 567, 568, 569, 636, 673.**

**Falcão**, Barros (Dr.). Médico brasileiro. **1351.**

**Farges**, Louis-Pierre-Marie (1858 -?). Arquivista paleógrafo, adido aos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês e, posteriormente, secretário adjunto da comissão dos arquivos diplomáticos. Integrou a Comissão do Contestado Franco- Brasileiro, no Ministério dos Negócios Estrangeiros francês. Cavaleiro da Legião de Honra. **1343, 1345, 1346, 1710, 1726, 1727, 1728, 1780, 1781, 1782, 1917, 1940, 2012, 2013, 2068, 2069, 2231.**

**Faria**, Alberto da Rocha (1864-1947) (Conde de Nioac), marido de Maria Eugênia Monteiro de Barros.

**Faria**, Cecília Helena da Rocha (1866-1943) (nascida Monteiro de Barros) (Baronesa de Nioac), esposa de Alfredo da Rocha Faria (1859-1942) (2º Barão de Nioac). **1978.**

**Faro**, Francisca. Pessoa do círculo de conhecidos de Rio-Branco. **485, 486, 1247, 1249, 1487, 1718, 2688.**

**Feitosa**, A. de. Diplomata brasileiro, lotado na legação em Paris, em 1896. No arquivo particular do barão, há registro de quinze cartas recebidas e de uma expedida. **177, 292, 356, 366, 419, 489, 492, 536, 589, 597, 632.**

**Ferdinand**, Marcel Planiol (1853-1931). Jurista e professor de direito francês. Com Raymond Saleilles (1855-1912) e François Geny, foi um dos três renovadores do direito civil francês. É autor do *Tratado Elementar de Direito Civil*. Planiol teve educação clássica no Liceu de Nantes (que veio a ser a Escola Clemenceau). Em 1872, recebeu o Prêmio de Honra de filosofia em concurso. Em 1877, formou-

-se em Direito e em 1879, matriculou-se como advogado no foro de Paris. Lecionou Direito Civil e direito romano em Grenoble durante dois anos, bem como legislação tributária. Em 1882, foi nomeado Professor de Direito Civil na Universidade de Rennes. Novamente, ensinou direito civil até 1887, e um curso de história jurídica a estudantes de doutoramento. Sua crescente reputação como professor levou-o a ser convidado pela Sorbonne. A partir de 1889, Planiol passou a contribuir para a Enciclopédia Berthelot. **934, 940.**

**Ferreira**, Fileto Pires (1866-1917), político brasileiro; foi Governador do Amazonas de 23 de julho de 1896 a 4 de abril de 1898. O Teatro Amazonas foi inaugurado durante sua administração. Foi sepultado no Cemitério São Francisco Xavier. **1638, 1681.**

**Ferreira**, Gomes. Primeiro Secretário, lotado na legação em Paris, em dezembro de 1899. **2297, 2591.**

**Ferreira**, Thomaz António Ribeiro (1831-1901), advogado, político, poeta e escritor português. Ministro da Marinha, Ministro das Obras Públicas e Governador Civil dos distritos de Braga e do Porto. Foi ainda secretário-geral do governo da Índia portuguesa. Quando em 1895 se restabeleceram as relações diplomáticas entre Portugal e o Brasil, na sequência da ruptura verificada em 1893, coube a Thomaz Ribeiro ser nomeado ministro junto do governo brasileiro. Teve importante papel na normalização das relações políticas entre os dois países. **87, 90.**

**Férrolles** (Marquês de) *ver de la Ville*, Pierre-Eleonore. **556, 830, 1184, 1248, 2184, 2189, 2192, 2214, 2242, 2243, 2297, 2307, 2867, 2969, 2970.**

**Ferry**, Jules François Camille (1832-1893). Político francês. Foi o primeiro ministro da França (1880-1881) e promoveu o expansionismo colonial francês. **26, 28, 106, 513, 884, 889, 899, 902, 918, 1135, 1136, 1195, 1229, 1604.**

**Fialho**, Alberto (? -1917). Diplomata brasileiro, lotado na Legação em Paris, onde foi diversas vezes encarregado de negócios, nas ausências de Gabriel de Toledo Piza e Almeida. Serviu como E.E.M.P. em La Paz, Lisboa, Montevideu, Roma e Buenos Aires. No arquivo particular do barão, há registro de trinta e três cartas recebidas. **70, 71, 76, 115, 125, 127, 144, 145, 148, 175, 370, 421, 485, 486, 488, 490, 592, 836, 1876, 2591.**

**Figueiredo**, Afonso Celso de Assis (Visconde de Ouro Preto) (1836-1912), político, professor de direito, deputado, senador, ministro da Marinha e da Fazenda e membro do Conselho de Estado. Foi um dos políticos mais importantes do Segundo Reinado do Império e amigo do Imperador D. Pedro II. **1351.**

**Figueiredo**, Francisco de (1843-1917) (primeiro e único visconde e conde de Figueiredo). Administrador e comerciante brasileiro. Completou o curso de ciências humanas aos 13 anos de idade e começou a trabalhar no estabelecimento comercial de seu pai, que passou a gerenciar aos 18 anos. Em 1879, seu tino administrativo era conhecido, e passou a ser presidente da *Companhia Nacional de Paquetes a Vapor* e diretor do Banco do Brasil. Auxilou no combate aos efeitos da seca no Ceará, pelo que recebeu o título de Visconde de Figueiredo. Foi fundador do Banco Internacional do Brasil, em 1886 no Rio de Janeiro e do Banco Nacional do Brasil, em 1889. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico do

Brasil. No arquivo particular do barão, há registro de uma carta recebida. **981, 1609.**

**Fleiuß**, Max (1868-1943). Jornalista, escritor, historiador, professor diplomado em Direito e memorialista brasileiro. Secretário Perpétuo do IHGB. Filho do caricaturista alemão, Henrique Fleiuß. **176.**

**Flint**, Charles Ranlett (1850-1934), diplomata e empresário norte-americano, mais conhecido como o fundador da Companhia de *Computing-Tabulating-Recording*, que mais tarde se tornou a IBM. De 1876 a 1879, serviu como cônsul do Chile na cidade de Nova York. Em 1892, ele fundiu várias empresas para formar *Rubber USA*, em 1899, e repetiu a experiência com a Goma de Mascar (*Chewing Gum*) *Adams*, *Chiclets Dentyne*, e *Beechams* para formar o ‘*Chicle*’ americano. Foi desportista ativo; nadava, caçava, pescava, pilotava e velejava. Flint ajudou a fundar o Automóvel Clube da América. **538.**

**Forrer**, Ludwig (1845-1921). Advogado suíço. Estudou Direito em Zurique. Foi secretário da Constituinte de Zurique, em 1867 e Procurador, em 1870. Montou escritório de advocacia em Winterthur, de 1873 a 1900. De 1870 a 1900, foi um dos líderes do movimento democrático no Grande Conselho de Zurich (do qual foi Presidente em 1875, 1879, 1884 e de 1898 a 1899). Fez parte do Conselho Nacional, como representante da “escola de Winterthur”, em 1875, de 1876 a 1878 e de 1881 a 1900 (e Presidente em 1893). Em 1888, Forrer propôs um movimento pela unificação do direito penal na Suíça. Durante a década de 1890, redigiu o projeto de criação de um seguro de saúde e acidentes, e mereceu para tanto que a Universidade de Zurique lhe concedesse, em 1894, o título de Doutor *Honoris Causa*. O

Conselho Federal o nomeou diretor do Escritório Central para os Transportes Internacionais Ferroviários em Berna. Depois de sua eleição para o Conselho Federal, no final de 1902 como o sucessor de Walter Hauser, Forrer passou por seis departamentos: Comércio, Indústria e Agricultura (1903), Interior (1904-1905), Político (1906), Militar (1907) Justiça e Polícia (1908), Correios e Railway (1908-1911 e 1913-1917). Forrer foi presidente de turno da Confederação, em 1906 e 1912 e deixou o Conselho Federal em 1917, para voltar à chefia do Escritório Central para os Transportes Internacionais Ferroviários. Com o ofício n° 24, de 30 de dezembro de 1898 à SERE, Rio-Branco o havia incluído em lista tríplice de advogados a contratar a favor do Brasil na questão de limites com a França. **1793, 2837.**

**Frade**, Florentino da Silveira (1722- ?). Membro de importante e antiga família Frade do Pará, proprietários da fazenda *Ananatuba*, e do engenho São Marçal, na Ilha de Marajó. Florentino foi inspetor-geral da ilha, em meados do século 18. **1331.**

**Franco**, Affonso Arinos de Mello (1868-1916), advogado, escritor e professor de História do Brasil e História Geral em Ouro Preto. Transferiu-se para Paris, onde abriu um escritório comercial. Membro da ABL, na vaga de Eduardo Prado (cadeira 40). Pertenceu, ainda, ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e ao Instituto Histórico de São Paulo. **742.**

**Franco**, Pedro Affonso (1845-1920) (primeiro e único Barão de Pedro Affonso, por decreto de 31 de agosto de 1889). Doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, especializou-se na Universidade de Paris. Foi Diretor Geral de Saúde Pública. Fundou e dirigiu o Instituto Vacínico



Municipal do Rio de Janeiro, embrião do Instituto Oswaldo Cruz, com que se fundiu em 1922. Em 1887, na Santa Casa da Misericórdia conseguiu produzir pela primeira vez no Brasil a vacina contra a varíola. Oficial da Ordem da Rosa. Avô de Henrique Dodsworth, interventor do antigo Distrito Federal, de 1937 a 1945. **367.**

**Freire,** Felisbelo Firmo de Oliveira (1858-1916). Médico, jornalista e político brasileiro. Depois de se formar em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1882, regressou ao Sergipe. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros na presidência de Floriano Peixoto, de 22 de abril a 30 de junho de 1893 e também ministro da Fazenda, de 30 de abril de 1893 a 18 de agosto de 1894. Foi o primeiro governador de Sergipe na Primeira República, de 13 de dezembro de 1889 até 17 de agosto de 1890. Participou da elaboração da Carta Constitucional de 1891. Foi membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e patrono da Academia Sergipana de Letras. Escreveu vários livros sobre história, geografia e filosofia; e artigos para jornais sergipanos e cariocas. No arquivo particular do barão, há registro de doze cartas recebidas e de uma expedida. **107, 108.**

**Freire,** Joaquim da Cunha (1827-1907) (primeiro e único barão de Ibiapaba). Político e militar brasileiro. Foi presidente da província do Ceará sete vezes, intercaladamente, de 1869 a 1874. Foi coronel da Guarda Nacional e comendador da Imperial Ordem da Rosa. **197.**

**Freire,** José Joaquim (1760-1847). Militar, pintor, desenhista e cartógrafo português. Foi Segundo-tenente da Marinha Real portuguesa. Desenhista a serviço do Real Jardim Botânico da Ajuda (Lisboa). Acompanhou Alexandre Rodrigues Ferreira, de 1783 a 1793, como integrante da

expedição “*Viagem filosófica*”, enviada ao Pará, Amazonas e Mato Grosso, pelo Real Gabinete de História Natural do Museu da Ajuda de Lisboa, no reinado de D. Maria I. Desenhou espécimes da flora e da fauna amazônica, assim como produziu cartas geográficas. **1332**

**Freudenreich**, Eduard von (1851-1906). Advogado e diplomata suíço. Trabalhou no Departamento Político do Conselho Federal. Foi Secretário na legação da Suíça em Berlim. **2137, 2205.**

**Freudenreich**, Mme Thérèse Auguste. Esposa de Eduard von Freudenreich. **2137, 2204, 2535, 2539, 2541, 2695.**

**Frey**, Emil (1838-1922). Político e militar suíço. Durante a Guerra Civil norte-americana, Frey alistou-se no exército da União, no qual chegou ao posto de major. Prisioneiro dos sulistas entre 1863 e 1865, voltou a Arlesheim no fim da guerra. De regresso à Suíça, foi eleito Chanceler de Basileia-Campo e, logo após, conselheiro de Estado (1866-1872). Eleito para o Conselho Nacional (do qual foi presidente em 1876), fez campanha para a revisão da Constituição Federal. Após algumas tentativas, foi eleito Conselheiro Federal em 1890 para suceder Bernhard Hammer, como chefe do Departamento Militar (de 1891 a 1897). Foi presidente de turno da Confederação, em 1894. Frey cuidou da capacidade de defesa do país. Depois de se aposentar, tornou-se diretor do escritório da União Telegráfica Internacional em Berna, até 1921. No exército, alcançou o posto de coronel. **1992, 2064, 2087, 2092, 2116, 2117, 2129, 2155, 2259, 2324, 2338, 2340, 2372, 2373, 2382, 2414, 2462, 2463, 2464, 2472, 2476, 2502, 2534, 2561, 2590, 2600, 2643, 2668.**

**Fritz**, Samuel (Padre) (1654-1725). Missionário jesuíta e cartógrafo alemão, nascido na Boêmia, a serviço da Espanha. Exerceu

seu apostolado no Vice-reinado do Peru, entre os índios Omáguas, do rio Napo. Desceu e subiu o rio Amazonas e escreveu o 'Diário' das suas viagens e trabalhos que cobrem o período de 1689 a 1723. Explorou o rio Amazonas e a sua bacia. O padre Fritz passou grande parte de sua vida a pregar em comunidades ameríndias da região oeste da Amazônia. O mapeamento da bacia do Amazonas começou a ser realizado com seriedade no fim do século 17, quando o padre Samuel Fritz lá chegou em 1686. Quito representava o lado ocidental da bacia e o Pará, sua extremidade oriental. Uma expedição espanhola que partiu de Quito chegou a Belém em 1636 e levou os portugueses a enviar, no ano seguinte, a expedição chefiada por Pedro Teixeira, em sentido contrário. Os mapas de Samuel Fritz foram de grande importância para a causa brasileira, na questão de fronteiras entre o Brasil e a França. **153, 170, 270, 1755, 1916, 2555, 2557, 2668, 2669, 2969, 2913.**

**Froger,** François (1676-c.1715). Engenheiro hidrógrafo e cartógrafo francês. Embarcou em navios da esquadra do Rei Luiz XIV, comandada por Jean-Baptiste Genes (1656-1705), e viajou pela costa ocidental da África, pelo Estreito de Magalhães, pela costa brasileira, pelas Antilhas e visitou Caiena. **2969, 2970.**

**Früh,** Johann Jakob (1852-1938). Professor suíço. Estudou na *École Polytechnique* e na Universidade de Zurique, de 1874 a 1876, seguido de períodos de estudo em Munique e Lausanne. Mestre em Ciências Naturais e Geografia. Assistente da coleção geológica da ETH de 1890 a 1891, ano durante parte do qual trabalhou em Berlim. Professor na Universidade ETH Zurich, de 1891 a 1899, ano em que passou a ser o principal professor de geografia, cadeira que

manteve até 1923. Früh fez importante contribuição para a pesquisa sobre sedimentos, terremotos e pântanos, bem como desenvolveu o conhecimento geográfico da Suíça. É autor de diversos trabalhos sobre matérias e geografia. Foi fundador da Sociedade de Geografia de Zurique (1897) e, durante muitos anos, presidente da Comissão Sismológica Suíça. De 1899 a 1901, foi nomeado pelo Conselho Federal como perito na disputa de fronteira entre o Brasil e a Guiana francesa. Goeldi o conhecia desde 1894, por ambos serem membros honorários da Sociedade de Ciências Naturais de St. Gallen e por terem correspondido a respeito de viagem científica feita por Goeldi à região contestada (vide página 2977), da qual enviou cópia a Früe, que agradeceu por carta datada de 1° de novembro de 1899. **1961, 2089, 2099, 2251, 2292, 2345, 2347, 2348, 2371, 2421, 2451, 2875, 2936, 2937, 2953.**

**Fürstemberg** (Mme de). **2533**

## G

**Galluzzi [Galúcio]**, Henrique Antônio (?-1769). Astrônomo e engenheiro militar italiano, contratado no último ano do reinado de D. João V, de Portugal, para integrar a comissão de técnicos que deveria demarcar a fronteira setentrional do Brasil, de acordo com o Tratado de Madrid (1750). Serviu no Brasil durante 16 anos e chegou ao posto de Sargento-Mor. Autor de inúmeros mapas e plantas. **1941, 1968.**

**Galvão**, Antonio Eneias Gustavo (1832-1895) (primeiro e único barão de Apa). Militar brasileiro. **69**

**Galvão**, Dario Barreto. Diplomata brasileiro. Em 1900, encontrava-se como Segundo Secretário na legação do Brasil em Berna,

onde também foi encarregado de Negócios, em 1901. No arquivo particular do barão, há registro de quarenta e oito cartas recebidas e de doze cartas de terceiros. **2133, 2135, 2197, 2200, 2206, 2208, 2211, 2328, 2333, 2339, 2341, 2379, 2382, 2385, 2388, 2415, 2417, 2420, 2423, 2453, 2456, 2460, 2461, 2462, 2467, 2469, 2472, 2530, 2534, 2538, 2541, 2545, 2546, 2587, 2589, 2590, 2602, 2620, 2641, 2647, 2650, 2652, 2670, 2688, 2695, 2716, 2718, 2719.**

**Gama,** Caetano Maria Lopes (1795-1864) (Visconde de Maranguape). Juiz, desembargador e político brasileiro. Foi deputado geral, presidente da junta governativa da província de Alagoas, de 28 de junho a 1 de outubro de 1822. Presidiu as províncias de Goiás (1824 a 1827) e do Rio Grande do Sul (1829 a 1830 e, ainda, de 22 de agosto a 20 de dezembro de 1830). Foi novamente presidente de Alagoas, de 9 de dezembro de 1844 a 16 de julho de 1845 e senador (1839 a 1864). **951, 1479.**

**Gama,** Domício Afonso Forneiro da (1862-1925). Jornalista, diplomata, contista e cronista. O Barão do Rio-Branco o conheceu, através de Eduardo Prado em Paris e fez com que ingressasse na carreira diplomática, onde o secretariou em diversas questões de limites. Foi E.E.M.P. em Lima, onde desenvolveu importante trabalho preparatório da política de Rio-Branco, trabalho esse coroado pelo Tratado de Petrópolis. Serviu, ainda, em Buenos Aires e foi embaixador em Washington (de 1911 a 1918) e Londres (de 1920 a 1925). Foi, ainda, ministro das Relações Exteriores, de 1918 a 1919. No arquivo particular do barão, há registro de cento e sessenta e três cartas recebidas, quinze expedidas e vinte e sete de terceiros. **36, 69, 70, 71, 80, 81, 126, 127,**

128, 129, 169, 175, 176, 251, 310, 365, 377, 378, 379, 381, 417, 418, 420, 421, 422, 424, 433, 485, 486, 487, 488, 490, 492, 533, 534, 535, 538, 540, 541, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 571, 572, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 635, 673, 674, 675, 676, 677, 680, 683, 684, 737, 742, 777, 778, 779, 842, 844, 847, 910, 912, 928, 929, 933, 940, 941, 943, 944, 980, 981, 1019, 1021, 1022, 1023, 1115, 1123, 1127, 1129, 1130, 1141, 1175, 1176, 1178, 1232, 1241, 1242, 1243, 1245, 1248, 1289, 1350, 1351, 1353, 1379, 1393, 1394, 1404, 1405, 1406, 1414, 1427, 1429, 1430, 1432, 1440, 1441, 1443, 1490, 1507, 1509, 1516, 1539, 1540, 1565, 1566, 1567, 1610, 1611, 1612, 1659, 1667, 1671, 1682, 1706, 1715, 1718, 1720, 1722, 1724, 1725, 1737, 1742, 1743, 1747, 1748, 1752, 1793, 1798, 1799, 1802, 1819, 1846, 1847, 1850, 1862, 1864, 1877, 1894, 1896, 1931, 1948, 1949, 1976, 1991, 1993, 1995, 1996, 2008, 2009, 2010, 2041, 2043, 2063, 2069, 2070, 2071, 2077, 2078, 2085, 2087, 2088, 2092, 2112, 2116, 2117, 2118, 2119, 2129, 2133, 2146, 2147, 2297, 2331, 2342, 2387, 2389, 2411, 2419, 2424, 2523, 2524, 2525, 2538, 2539, 2545, 2587, 2589, 2590, 2620, 2639, 2640, 2641, 2649, 2670, 2720, 2744, 2765, 2844, 2845, 2847, 2928, 2931.

**Gama**, Luís Filipe de Saldanha da (1846-1895). Militar brasileiro que chegou ao posto de Contra-Almirante. Representou o Brasil nas exposições de Viena (1873), Filadélfia (1876) e Buenos Aires (1882). Morto durante batalha em Campo Osório, por Salvador Sena Tambeiro, oriental comandado pelo caudilho João Francisco. Em 1908, seus restos mortais, juntamente com os do Almirante Francisco Manuel Brroso da Silva, foram trasladados para o Brasil e atualmente

encontram-se depositados em mausoléu, no Cemitério de São João Batista. **23, 81.**

**Gandarillas**, Francisco Echenique (1870-1943), agricultor e político chileno. 1565, 1567, 1640.

**Gans**, Friedrich Ludwig von (1833-1920), Industrial alemão, que desenvolveu em Frankfurt a maior fábrica de anilinas então existente. Ingressou na empresa *Cassella & Co.* como aprendiz, em 1847, e chegou a ser dos mais importantes homens da indústria da Alemanha, além de importante filantropo. **1670, 1672, 1683, 1684, 1742, 1743, 1744, 1745, 1749.**

**Garbasso**, Carlo. Adido na legação da Itália em Berna, durante o período em que Rio-Branco lá residiu. **2206, 2208, 2262, 2267, 2277, 2326, 2335, 2538, 2590, 2639, 2647, 2648, 2695, 2718, 2719.**

**Garnier-Heldewier**, Albert. Secretário da legação da Bélgica em Berna, em 1899. **1999, 2092, 2381.**

**Geilinger**, Rudolf (1848-1911). Suíço. Estudou filologia clássica. Membro da cidade de Winterthur (1878), presidente da cidade (de 1879 a 1911), membro do Grande Conselho de Zurique (de 1879 a 1911 e presidente, em 1896); membro do Conselho Nacional (de 1884 a 1911, e presidente em 1899). A nível federal, Geilinger trabalhou a favor da nacionalização das ferrovias e incentivou a instrução militar preparatória para a melhoria da condição dos recrutas. **2064, 2092, 2207.**

**Geiseler**, (?). Adido militar (Tenente) da legação da Alemanha em Berna, em 1899. **2000.**

**Gerster**, Albert (1864-1935). Arquiteto suíço. Depois de trabalhar vários anos em escritórios de arquitetura em Darmstadt, Mainz e Winterthur, Gerster abriu escritório em Berna, onde seu trabalho é visível até hoje, tanto em imóveis comerciais no centro de Berna, como nas áreas periféricas. Representante do historicismo alemão neo-renascentista e neo-barroco, Gerster evitava a arquitetura moderna. Foi membro do Conselho Supremo da comunidade cívica. **2092.**

**Girard**, Charles (1850-1916). Médico suíço. Estudou medicina em Berna, em Tübingen e em Freiburg im Breisgau. Professor de cirurgia e principal médico no hospital cantonal de Genebra. Girard foi um cirurgião de renome internacional, conhecido, sobretudo, pelo método que introduziu de operações de hérnia e por sua cirurgia plástica. **2651, 2687.**

**Girardot**, Charles Edmond. Jornalista e tradutor francês. Um dos amigos do círculo restrito de Rio-Branco e que foi correspondente em Londres do “Jornal do Comércio”. Integrou a comissão especial a Washington, de 1893 a 1895, como tradutor. No arquivo particular do barão, há registro de noventa e sete cartas recebidas, duas expedidas e vinte e uma de terceiros. **1289, 1290, 1522, 1523, 1565, 1638, 1640, 1653, 1659, 1682, 1718, 1753, 1754, 1963, 2920.**

**Giskra**, Dr. Charles de (barão). Secretário da legação da Áustria-Hungria em Berna. No arquivo particular do barão, há registro de duas cartas recebidas. **1975, 1978, 1979, 1995, 1999, 2669, 2672, 2673, 2687.**

**Giskra**, Mme. (baronesa). Esposa do barão Dr. Charles de Giskra, Secretário da legação da Áustria-Hungria em Berna. **1975, 1978, 1979, 1995, 1997, 2672.**



**Gmür, Max** (1871-1923). Professor e advogado suíço. Estudou Direito nas universidades de Lausanne, Leipzig, Berlim e Berna. Exerceu a profissão de advogado em Wattwil e Flawil (1894-1899). Professor de Direito suíço e alemão, bem como Direito comercial e privado, alemão e suíço, na Universidade de Berna (1900 a 1923). Decano da Faculdade de Direito da Universidade de Berna (1903-1904, 1911-1912, 1920-1921); Reitor daquela universidade (1912-1913). Presidente da Sociedade dos juristas de Berna e redator da “*Revue*” (revista) daquela sociedade, de 1903 a 1923. Casou-se com Hedwige Hauser, filha do Conselheiro Federal Hauser. Faleceu em acidente na Itália, onde se encontrava de férias. **2670, 2698, 2717.**

**Gobat, Charles Albert** (1843-1914), advogado, professor, administrador educacional e político suíço. Conselheiro de Estado por Berna, de 1882 a 1912 e Conselheiro Nacional, de 1890 a 1903. Foi superintendente de instrução pública do Cantão de Berna, durante 30 anos. Secretário-Geral da União Interparlamentar, em Berna, e Secretário Permanente honorário do Bureau Internacional da Paz, igualmente em Berna. Foi, ainda, conselheiro de Estado. Agraciado com o Premio Nobel da Paz (1902), juntamente com Élie Ducommun. No arquivo particular do barão, há registro de uma carta recebida. **1991, 1992, 2007, 2081, 2117, 2206, 2413, 2463, 2464, 2472, 2474, 2475, 2476, 2502, 2530, 2531, 2542, 2543, 2561, 2597, 2643, 2644, 2651, 2668, 2718, 2877.**

**Gobat, Marguerite** (1870-1937). Filha de Charles Albert Gobat. Com a morte de sua mãe (em 1888), teve de desistir de formação profissional. Trabalhou como sócia de seu pai em causas pacifistas, no Bureau Internacional da Paz, em

Berna. Cofundadora e sócia da União Mundial das Mulheres para os Jogos Internacionais (de 1915 a 1920, aprox.), Participou em 1916 na Conferência de Ford, em Estocolmo. Cofundadora (1915) da Liga Internacional das Mulheres pela Paz e Liberdade. Escreveu para a imprensa educacional e feminista e foi editora do jornal “Hoje Genebra” (1918-1923). **2007, 2117, 2131, 2463, 2598, 2646, 2696, 2718.**

**Goeldi**, Emil (Emílio) August (1859-1917). Naturalista suíço, convidado em 1884 para assumir o cargo de subdiretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Em 1890, foi desligado, oficialmente “por falta de verbas no orçamento”, mas na realidade por ser monarquista e partidário do Imperador deposto. Passou a administrar projeto em terras de seu sogro, Carl Eugen Meyer, na Serra dos Órgãos, próximo a Teresópolis. O projeto, conhecido como “Colônia Alpina”, previa, com a anuência do Conselho Federal suíço, de colonização e assentamento de imigrantes suíços no Brasil. O projeto enfrentou dificuldades e foi terminado em 1892. Em outubro de 1893, o Governador do Pará, Lauro Sodré, contratou Goeldi para reformar o “Museu Paraense” e permanecer como seu diretor. Em 1895, o Governador pediu-lhe que realizasse viagem à região contestada, entre o Brasil e a Guiana francesa, para colher informações de importância para a posição brasileira. Goeldi foi autorizado a deslocar-se duas vezes para a Suíça, durante o processo de arbitramento, com o propósito de auxiliar, no que possível, Rio-Branco, auxílio que foi endossado pelo novo governador do Pará, José Paes de Carvalho. Pelo decreto 933, de 31 de dezembro de 1900, o Estado do Pará mudou o nome do museu para “Museu Goeldi”. No arquivo particular do barão, há registro de quatorze cartas recebidas. **235, 236, 327, 356, 492, 537, 558, 1599, 1675, 1716, 1750, 1757,**

1758, 1760, 1761, 1763, 1764, 1765, 1766, 1767, 1936, 1938, 1960, 1961, 1979, 2007, 2089, 2090, 2098, 2099, 2100, 2203, 2212, 2251, 2252, 2253, 2272, 2273, 2274, 2275, 2292, 2336, 2345, 2346, 2369, 2371, 2383, 2391, 2421, 2422, 2451, 2452, 2454, 2481, 2482, 2483, 2674, 2675, 2875, 2907- 2976, 2977-3051.

**Gonzaga Filho**, José *Basileu Neves* (1849-1931). Médico e diplomata brasileiro. Dedicou-se, inicialmente, à Medicina. Fato curioso: ainda estudante, participou, ao lado de seu tio João Emílio Neves Gonzaga, da equipe responsável por embalsamar o corpo do pianista e compositor norte-americano Louis Moreau Gottschalk, que morreu no Rio de Janeiro, em 1869. Sua carreira de médico encerrou-se em 1897. Em 1898, ingressou na carreira diplomática; serviu em Montreal, Glasgow, Oklahoma, Amsterdã, Porto, Genebra e Lisboa. No arquivo particular do barão, há registro de quatro cartas recebidas. **1609**.

**Gortchakov**, Alexandre Mikhailovitch (1798–1883). Importante político russo. Foi diplomata, conselheiro de Estado de 1ª classe, e ministro dos Negócios Estrangeiros, de 1856 a 1882. **943**.

**Gouvêa**, Hilario Soares de (1843-1923). Médico e professor brasileiro, entre os pioneiros dos oftalmologistas nacionais. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1886, e defendeu tese sobre glaucoma. Estudou na Alemanha, de onde regressou em 1869, depois de aprofundar seus conhecimentos em fisiologia, física, patologia e clínica. Tornou-se catedrático de clínica oftalmológica (1883-1895) e o primeiro professor de otorrinolaringologia (em 1911) da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, da qual foi também diretor, de 1910 a 1911. Foi redator da *Revista*

*dos Cursos Práticos*, na referida Faculdade e veio a ser eleito membro titular e patrono da cadeira nº 73 da Academia Nacional de Medicina, em 1899. Hilário de Gouvêa foi um dos fundadores da Liga Brasileira Contra a Tuberculose. Foi aprovado em concurso para a Faculdade de Medicina de Paris com a tese “*La distomatose pulmonarie par le douve du foie*” (A distomatose pulmonar pela fascíola do fígado), em 1897, cidade onde permaneceu como professor e com consultório durante diversos anos. Foi assistente da Clínica da Universidade de Heidelberg e participou da Primeira Conferência Internacional para a Luta Contra a Tuberculose. Era casado com Rita de Cássia Nabuco, filha mais velha de Joaquim Nabuco. Além de atuar como médico profissional, durante diversas enfermidades sofridas por Rio-Branco, Hilário de Gouvêa teve papel essencial em selecionar equipe de médicos especialistas franceses, para tratar de Marie Philomène, esposa de Rio-Branco, durante o período em que sofria da doença que levou à sua morte, em janeiro de 1898. No arquivo particular do barão, há registro de vinte cartas recebidas, cinco expedidas e duas de terceiros. O filho de Hilário Soares de Gouvêa e de Rita de Cássia Barreto Nabuco de Araújo, José Thomaz Nabuco de Gouvêa, casou com Maria Amelia da Silva Paranhos, filha de Rio-Branco, depois que essa se separou de Gustav Karl Marian von Werther. **67, 68, 69, 196, 371, 486, 534, 540, 571, 633, 634, 635, 931, 1112, 1179, 1246, 1249, 1353, 1355, 1401, 1440, 1492, 1509, 1612, 1640, 1721, 1745, 1747, 1810, 1906, 1933, 1964, 1980, 2063, 2118, 2129, 2342, 2389, 2390, 2591, 2639, 2693, 2922.**

**Gouvêa**, José Thomaz Nabuco de (1872-1940). Filho de Hilário Soares de Gouvêa e de Rita de Cássia Barreto Nabuco de Araújo. Casou com Maria Amelia da Silva Paranhos, depois

que essa se separou de Gustav Karl Marian von Werther (barão). No arquivo particular do barão, há registro de duas cartas recebidas. **534, 571, 1355, 2693.**

**Graf,** Johann Heinrich (1852-1918), político e professor de matemática suíço. Formou-se na ETH em Zurique, em 1871, e doutorou-se em ciências na Universidade de Berna, em 1877. Foi professor de matemática na Universidade de Berna, da qual foi presidente, de 1905 a 1906. Presidiu o conselho de administração da Biblioteca Nacional da Suíça de 1895 a 1918), e foi secretário do Comitê Central da geografia nacional. Membro do conselho da cidade (legislativo) de Berna (1889-1895), vereador conservador (executivo, 1896-1911) e presidente da junta da cidade de Berna. Presidente da seção Bernese do Clube Alpino Suíço (1905-1915). Graf escreveu uma centena de publicações sobre a história da matemática, da ciência e mapeamento. Held foi um dos encarregados de estudar e dar parecer sobre os mapas, submetidos com as Memórias dos dois países na questão de limites com a Guiana francesa. No arquivo particular do barão, há registro de uma carta recebida. **2081, 2345, 2371.**

**Graffenried-Villars,** Odile Catherine Thérèse Marie (nascida Riant) (1875 -), casou-se com Raoul César Edouard Frédéric Marie de Graffenried-Villars, em 1894. Tiveram quatro filhos. **1980, 2115, 2016, 2116, 2199, 2213, 2261, 2475.**

**Graffenried-Villars,** Raia de. **2261**

**Graffenried-Villars,** Raoul César Edouard Frédéric Marie de (1870-1960), filho de Frédéric Jean Prosper de Graffenried Villars (1844-1903) e Mathilde Théodora Stella de Graffenried de Villars; em solteira: Mathilde Diesbach-Belleroche (1847-1928). Membro de família aristocrática suíça. Oficial da

Reserva no exército suíço. Rio-Branco manteve com ele bom relacionamento. A família Graffenried remonta a 1272 e seus descendentes têm filiação comprovada, desde 1356. Até o presente, seus descendentes são considerados representantes da família mais respeitada de Berna. **1980, 2115, 2116, 2140, 2197, 2199, 2200, 2201, 2204, 2207, 2251, 2264, 2269, 2323, 2465, 2471, 2596.**

**Graffina**, Gustavo (1856-1929). Advogado e funcionário público suíço. Bacharel em Direito pela Universidade de Genebra e Doutorado em Heidelberg. Chefe de gabinete na Chancelaria Federal (1884-1894). Secretário do Departamento Político (o equivalente ao ministério dos Negócios Estrangeiros), de 1895 a 1912. Removido como chefe de posto para a legação suíça em Berlim, em 1915, foi responsável pelos interesses italianos na Alemanha, durante a 1ª Guerra Mundial. Aposentou-se em 1920. Em 1º de dezembro de 1900, Graffina foi pessoalmente à “*Villa Trautheim*” fazer a leitura do laudo arbitral que deu ganho de causa para o Brasil, na questão de limites entre Brasil e França. No arquivo particular do barão, há registro de dez cartas recebidas e de onze expedidas. **1848, 1903, 2064, 2080, 2081, 2083, 2086, 2087, 2116, 2117, 2129, 2131, 2134, 2199, 2203, 2204, 2209, 2210, 2255, 2256, 2257, 2259, 2268, 2276, 2329, 2341, 2419, 2422, 2452, 2454, 2455, 2456, 2461, 2463, 2464, 2467, 2469, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2529, 2534, 2535, 2536, 2537, 2540, 2542, 2543, 2544, 2587, 2588, 2590, 2596, 2642, 2643, 2646, 2648, 2651, 2668, 2670, 2689, 2695, 2702, 2718, 2734, 2884, 2885, 2886, 2889, 2890, 2893, 2895, 2896, 2899, 2953.**

- Grébi**, Hans. Funcionário do Departamento Político (trabalhava na Käfiggässchen, 1). **2458, 2540.**
- Gregorio**, P. de. (Marquês). Diplomata italiano. Serviu em Berna como 1º Secretário. Residiu em Wabernstrasse 4. **1976, 1978, 1979, 1999.**
- Grenus**, Edmond de (1839-1909). Militar, político e banqueiro suíço. Filho de Paul-Louis-César Grenus, antigo cônsul-geral da Bélgica em Berna, e Elizabeth Henriette von Stürler. Como militar suíço, serviu em Nápoles (1857-1859) e, como Major, no Estado-Maior federal (1869-1870). Foi promovido a coronel em 1871. Chefe de Contabilidade atinente à ocupação das fronteiras (1867-1870). Adjunto do Departamento Federal de Finanças (1870-1880 e Comissário-chefe de guerra (1881-1895). Tornou-se banqueiro, no final do século 19, no banco *Tschann Zeerleder and Co.*, cujo sócio majoritário era seu filho. **2064, 2466.**
- Grenus**, Albertine Augusta Louise (em solteira, von Tschann und von Sternenburg). Esposa de Edmond de Grenus. **2064, 2535.**
- Gresham**, Walter Quintin (1832-1895). Político e jurista norte americano. Serviu na administração de dois presidentes dos Estados Unidos da América. **2812.**
- Gröben**, Selma Tusnelda Gräfin (condessa) Karoline Wilhelmine von der (1856-1938), filantropa e ativista dos direitos das mulheres e pioneira do trabalho social. A condessa Gröben foi Vice-presidente da Federação das Mulheres Protestantes Alemãs e pertenceu à primeira geração de mulheres que lutaram por defender os direitos dos pobres, no contexto da questão social. **2669.**

**Grodet**, Louis Albert (1853-1933), administrador colonial francês.

Depois de ser Governador da Guiana francesa, de 1891 a 1893, foi nomeado Governador do Sudão francês, em 26 de dezembro de 1893. Foi Comissário-geral da África Equatorial francesa de 1900 a 1904. Voltou a ser Governador da Guiana francesa de 1904 a 1905. Grodet integrou, como 2º delegado, a comissão francesa para a questão de fronteiras entre Brasil e a Guiana francesa e, juntamente com o Marquês de Ripert-Monclar, acompanhou o processo de arbitramento em Berna. No arquivo particular do barão, há registro de duas cartas recebidas. **786, 787, 1225, 1226, 1230, 1762, 1763, 1779, 1780, 1905, 1917, 1940, 2005, 2012, 2013, 2014, 2019, 2021, 2022, 2023, 2039, 2041, 2045, 2048, 2049, 2050, 2051, 2068, 2073, 2075, 2078, 2083, 2102, 2105, 2106, 2130, 2132, 2155, 2156, 2160, 2161, 2162, 2199, 2200, 2202, 2216, 2217, 2223, 2224, 2231, 2241, 2243, 2246, 2247, 2248, 2260, 2264, 2266, 2268, 2287, 2420, 2454, 2458, 2530, 2531, 2550, 2559, 2564, 2565, 2608, 2610, 2894, 3070.**

**Guanabara**, Alcindo (1865-1918). Jornalista e político brasileiro.

Membro fundador da ABL. Fundou a Tribuna, órgão de oposição a Prudente de Moraes. No governo de Campos Salles, Guanabara tornou-se o grande jornalista da situação. Após a gestão Salles, Guanabara publicou o livro “*A Presidência de Campos Salles*”. Em 1918, foi eleito para o Senado, pelo Estado do Rio de Janeiro, mas veio a falecer pouco depois de assumir. **2782.**

**Guicciardini**, Carlo (conde). Nobre italiano. Casou-se, em agosto de 1900, com Maria Carolina Moreno Torres, filha de Enrique B. Moreno, E.E.M.P da Argentina em Berna, com residência em Roma, Itália. **2388.**



**Guieysse**, Pierre-Paul (mais conhecido como Paul Guieysse) (1841-1914). Político francês. Formado em Engenharia hidrográfica, serviu na Marinha francesa. Foi ainda especialista em egiptologia. Como político, serviu ativamente como deputado radical republicano de 1890 a 1910. Propôs lei que modificou a de 9 de dezembro de 1905, sobre a separação entre a Igreja e o Estado e teve participação ativa para aprovar a obrigatoriedade das cotizações da aposentadoria. Foi ministro das Colônias, de 4 de novembro de 1895 a 29 de abril de 1896, no Governo de Léon Bourgeois. **387, 464, 476, 481, 493, 496, 502, 507, 508, 511, 512, 514, 515, 519, 521, 523, 554, 613, 688, 782, 783, 788, 898, 900, 901, 902, 905, 916, 919.**

**Guilaine**, Louis. Jornalista francês. No arquivo particular do barão, há registro de doze cartas recebidas e de duas expedidas. **943, 1440, 1539, 2411, 2639.**

**Guillobel**, José Cândido (1843 -1925). Militar brasileiro. Assentou praça como Aspirante a 8 de março de 1860 e fez carreira como oficial da Marinha do Brasil; serviu como segundo-tenente, durante a Guerra do Paraguai. Seu último posto na Marinha foi de contra-almirante. Fez importante contribuição para a divulgação da geografia do Brasil, sobretudo com seu trabalho na comissão designada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na elaboração do Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil. Deixou, ainda, diversos trabalhos sobre a geografia do Brasil. Integrou, como membro, a missão brasileira enviada a Washington, por ocasião do arbitramento da questão das Missões com a República Argentina. Em decorrência do tratado de Petrópolis (17 de novembro de 1903), foi encarregado de chefiar a comissão brasileira incumbida

de demarcar, com a colaboração da boliviana, os trechos de fronteira modificados pelo citado tratado. No arquivo particular do barão, há registro de cinquenta e nove cartas recebidas. **68, 80, 126, 169, 310, 377, 380, 382, 778, 1051, 1453, 1514, 1515, 1565, 1667, 1671, 1706, 1907, 2118, 2119, 2120, 2538, 2649, 2758, 2778, 2779, 2785, 2786, 2789, 2803.**

**Guy**, Camille Lucien Xavier (1860-1929). Geógrafo e administrador colonial francês. Chefe do Serviço Geográfico e das Missões, do ministério das Colônias da França (a partir de 1895). Professor na Escola Colonial e na Escola de Altos Estudos Comerciais. Foi governador do Senegal (1903 à 1907); da Ilha da Reunião (1908 a 1910); e da Guinéa (1910 a 1913). É autor dos trabalhos: “*Les Colonies Françaises*” e “*Notice sur les Établissements de l’Inde*”, publicados por ocasião da Exposição Universal de 1900, realizada em Paris. **1727, 1728, 1779, 1780, 1783, 1917, 2012, 2013, 2039, 2231, 2960.**

## H

**Hanotaux**, Albert-Auguste-Gabriel (1853-1944). Historiador, diplomata e político francês. Foi ministro das Colônias em 1898 (por um mês) e ministro dos Negócios Estrangeiros, de 1º de julho de 1894 a 26 de janeiro de 1895, data em que foi confirmado na posição, onde permaneceu, até 1º de novembro de 1895. Foi novamente nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros, de 29 de abril de 1896 a 28 de junho de 1898. Entre 1930 e 1934, escreveu em parceria com Alfred Martineau (1859-1945), também político, funcionário colonial francês e professor de História colonial no *Collège de France*, o trabalho “*Histoire des colonies*”

*françaises et de l'expansion française dans le monde". 30, 51, 57, 72, 74, 75, 82, 85, 87, 93, 103, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 130, 134, 138, 140, 141, 142, 143, 154, 156, 157, 173, 179, 182, 186, 187, 188, 189, 193, 204, 205, 206, 209, 215, 217, 218, 219, 221, 230, 231, 237, 240, 241, 244, 245, 289, 331, 357, 358, 359, 439, 526, 561, 564, 569, 570, 573, 592, 600, 607, 610, 623, 627, 630, 632, 637, 644, 646, 647, 648, 651, 652, 653, 654, 655, 667, 671, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 686, 695, 698, 703, 705, 708, 709, 710, 711, 714, 715, 730, 736, 743, 744, 745, 747, 762, 764, 765, 766, 770, 771, 772, 773, 786, 787, 804, 805, 811, 812, 816, 818, 819, 820, 822, 824, 825, 829, 830, 832, 834, 836, 837, 838, 839, 847, 848, 849, 864, 865, 866, 890, 891, 898, 899, 903, 906, 910, 915, 916, 917, 921, 923, 924, 926, 927, 928, 929, 930, 932, 933, 938, 941, 943, 953, 961, 962, 966, 967, 968, 974, 975, 981, 982, 991, 994, 995, 998, 999, 1000, 1001, 1002, 1003, 1004, 1005, 1006, 1007, 1013, 1016, 1019, 1020, 1021, 1024, 1029, 1040, 1043, 1053, 1054, 1055, 1056, 1063, 1067, 1068, 1069, 1070, 1071, 1072, 1076, 1083, 1084, 1085, 1086, 1087, 1088, 1090, 1091, 1092, 1096, 1097, 1099, 1100, 1101, 1104, 1108, 1121, 1126, 1127, 1133, 1134, 1135, 1138, 1144, 1145, 1150, 1151, 1152, 1154, 1157, 1161, 1162, 1163, 1164, 1165, 1166, 1168, 1170, 1189, 1201, 1203, 1205, 1219, 1221, 1239, 1243, 1250, 1257, 1263, 1265, 1267, 1269, 1270, 1271, 1283, 1294, 1344, 1345, 1355, 1361, 1366, 1445, 1447, 1448, 1451, 1452, 1459, 1460, 1465, 1466, 1468, 1499, 1500, 1501, 1511, 1513, 1519, 1527, 1530, 1533, 1534, 1535, 1549, 1553, 1557, 1558, 1568, 1569, 1582, 1602, 1607, 1615, 1616, 1626, 1627, 1638, 1652, 1700, 1742, 1761, 1774, 1775, 2233, 2595.*

**Hardy**, Arthur Sherburne (1847-1930). Engenheiro, editor, diplomata, poeta e romancista norte-americano. Foi editor da revista “*Cosmopolitan*”, até 1895. Em 1897, foi nomeado E.E.M.P. dos Estados Unidos na Pérsia; dois anos depois, foi nomeado para a Grécia (1899-1901). Apresentou suas credenciais como E.E.M.P. na Suíça, em 3 de abril de 1901, mas, já em 1903, foi removido para Madri, onde permaneceu até 1905. **2712**.

**Haritoff**, Eugène de (1853-1906). Nobre russo, filho de Alexis e Anna de Houy. Com o falecimento de Alexis, a viúva Anna de Houy Haritoff passa a residir em Paris, com os filhos Maurice, Helène, Eugène e Vera. Viveu grande parte de sua vida em Paris, onde faleceu. No Brasil e na França, circulava nos mais altos círculos sociais. **2119**.

**Haritoff**, Vera (1845-1909). Filha de Alexis Haritoff e Anna de Houy. Casou-se em 1864 com o diplomata brasileiro Luiz Cezar de Lima e Silva (vide verbete no índice onomástico), que serviu em Paris e em Bruxelas, mas que veio a falecer aos 37 anos em Paris. Vera Haritoff estabeleceu-se em Paris, onde viveu até sua morte. **1684, 1705, 1706, 1716, 1717, 1722, 1742, 2382, 2690**.

**Harris**, Henry (Harry) (1829-1910). Advogado norte-americano estabelecido em Paris. Autor de diversas obras de bibliografia e crítica histórica, sobre a época dos descobrimentos da América. Profundo conhecedor da cartografia americana da primeira metade do século 16. Prestou à causa brasileira valioso serviço, no sentido de aniquilar a reputação de Sebastião Caboto, autor de um dos documentos sobre os quais os franceses se apoiavam, para colocar junto ao rio Amazonas o rio Vicente Pinzon. Autor do trabalho “*The Discovery of North America*”, publicado em Londres e Paris,

em 1892. No arquivo particular do barão, há registro de quatorze cartas recebidas e de duas expedidas. **564, 566, 571, 633, 663, 664, 665, 756, 1566, 2063, 2411.**

**Hauser, Franz.** Filho do presidente Walter Hauser. **2254.**

**Hauser, Hedwige (Hedy).** Filha mais velha de Walter Hauser e muito amiga de Amelia, filha de Rio-Branco. No arquivo particular do barão, há registro de uma carta recebida. **2091, 2117, 2131, 2134, 2141, 2199, 2200, 2203, 2205, 2206, 2251, 2253, 2261, 2262, 2269, 2271, 2276, 2328, 2329, 2334, 2336, 2337, 2338, 2339, 2341, 2412, 2414, 2415, 2452, 2453, 2454, 2455, 2460, 2463, 2467, 2529, 2531, 2533, 2536, 2543, 2589, 2597, 2598, 2616, 2617, 2642, 2652, 2670, 2671, 2698, 2719.**

**Hauser, Martha.** Filha mais moça de Walter Hauser. **2200, 2205, 2271, 2328, 2329, 2336, 2341, 2383, 2387, 2414, 2453, 2454, 2459, 2531, 2533, 2536, 2598, 2616, 2617.**

**Hauser, Rösely (1892- ? ).** Filha de Franz Hauser. **2254, 2415.**

**Hauser, Sophie.** Segunda filha de Walter Hauser. **2117, 2131, 2200, 2204, 2205, 2261, 2271, 2328, 2329, 2336, 2383, 2385, 2414, 2420, 2452, 2453, 2454, 2531, 2533, 2543, 2598, 2616, 2617, 2648.**

**Hauser, Walter (1837-1902).** Político e membro do Conselho Federal suíço, para o qual foi eleito em 1888 e faleceu no cargo, em 1902. Durante a permanência de Rio-Branco em Berna, Hauser chefiou o Departamento de Finanças (1891-1899) e o Departamento Político (1900), ano em que foi presidente de turno da Confederação Suíça. No arquivo particular do barão, há registro de uma carta recebida. **1815, 1847, 1864, 1881, 1897, 2034, 2055, 2063, 2064, 2081, 2082, 2092, 2093, 2099, 2117, 2133, 2136, 2182,**

2200, 2213, 2222, 2254, 2263, 2269, 2274, 2290, 2292, 2307, 2308, 2315, 2323, 2328, 2329, 2336, 2352, 2356, 2375, 2382, 2385, 2402, 2410, 2413, 2414, 2453, 2454, 2459, 2487, 2490, 2496, 2501, 2503, 2519, 2523, 2537, 2542, 2560, 2561, 2569, 2570, 2571, 2577, 2583, 2616, 2617, 2619, 2622, 2625, 2626, 2638, 2642, 2643, 2644, 2645, 2651, 2656, 2667, 2670, 2677, 2717, 2734, 2878.

**Hauser**, Sra. Esposa do Conselheiro Federal Walter Hauser. No arquivo particular do barão, há registro de uma carta recebida. 2081, 2199, 2269, 2323, 2327, 2328, 2385, 2387, 2388, 2414, 2419, 2452, 2453, 2454, 2459, 2467, 2472, 2539, 2561, 2638, 2642, 2643, 2689, 2697.

**Hébert**, Ernest. Pai de Henri Hébert. No arquivo particular do barão, há registro de duas cartas recebidas e de uma expedida. 1488, 1657, 1707, 1717, 1718, 1719, 1724, 1748, 2414, 2420, 2641, 2693.

**Hébert**, Henri. Filho de Ernest. Casou-se com Maria Clotilde da Silva Paranhos, filha do Barão do Rio-Branco, em 14 de novembro de 1898. No arquivo particular do barão, há registro de seis cartas recebidas. 488, 536, 540, 1354, 1489, 1509, 1566, 1612, 1638, 1657, 1707, 1717, 1718, 1719, 1721, 1748, 2414, 2416, 2639, 2640, 2641.

**Herbert**, Sra. E. Mãe de Henri Hébert. 1638, 1657, 1707, 1717, 1718, 1719, 1724, 1811.

**Hébert**, Maxime. Irmão de Henri Hébert. 1638, 1657, 1707, 1717, 1718, 1720, 2641, 2693.

**Hébert**, Raoul. Irmão de Henri Hébert. 1638, 1657, 1707, 1717, 1718, 1720, 1745.

**Heins**, J. K. Vice-cônsul do Brasil em Berlim, em 1901. 2649, 2652.

**Held**, Leonz Anton (1844-1925), estudou topografia e foi empregado pelo Conselho Federal como topógrafo em 1872, e agrimensor (suplente), em 1886. Held foi reconhecido como especialista da topografia de montanhas e, em 1902, foi nomeado diretor do Conselho Federal de Topografia (*Topographisches Bureau*) do Departamento militar, onde permaneceu de 1903 a 1920. Foi, ainda, membro das comissões de geleiras e de geodésia da Suíça. Foi feito Doutor *Honoris Causa* pela Escola Politécnica Federal, em 1915. Held foi um dos encarregados de estudar e dar parecer sobre os mapas, submetidos com as Memórias dos dois países na questão de limites com a Guiana. Residia na Dalmazieweg 67<sup>a</sup>, Berna. **2132, 2345, 2371,**

**Herrenschwand**, Johann Friedrich Albrecht von (1833-1907). Engenheiro militar alemão. Oficial a serviço da Áustria e ativo em Veneza, Verona e Praga (1860-1885). Engenheiro Chefe (1885), Major-General (1889), comandante de Trient (1891), Tenente-Marechal (1894). Esteve presente nas campanhas italianas de 1859 e 1866. Seu pai, oficial prussiano, foi proprietário de terras na Suíça. **2092.**

**Hiersemann**, Karl Wilhelme (1854-1936). Fundou, em 1884, em Leipzig, livraria especializada em orientalismo, linguística, arquitetura, arte, artes decorativas, numismática e genealogia. Em 1924, já havia adquirido mais de 100 bibliotecas, bem como grandes coleções privadas. **945, 2773.**

**Hirschfeld**, Margarete. **2270, 2272, 2530.**

**Hondius**, Jodocus (II) [Josse de Hondt] (1594-1629). Cartógrafo flamengo, filho de Jodocus (o velho). **1334, 1335.**

**Hondius**, Henricus [Hendrick] (1597-1651). Cartógrafo flamengo, filho de Jodocus (o velho). **1334, 1335.**

**Huard**, (?). **541, 564.**

**Huber**, Jacques [Jakob] (1867-1914). Botânico suíço; obteve seu doutorado na Universidade de Basileia. Teve longa associação com a Universidade de Genebra. Contratado por Emil Goeldi, para ser seu vice-diretor e chefe da Seção botânica do Museu Paraense. Após a partida definitiva de Goeldi do Brasil, em 1907, Huber passou a diretor do museu que, por iniciativa do governador Paes de Carvalho (decreto nº 933, de 31 de dezembro de 1900), teve seu nome alterado de “Museu Paraense” para “Museu Goeldi”. **235, 236, 2391, 2392, 2946, 2951, 2979, 2983, 2988, 3015.**

**Humberto I.** (1844-29 de julho de 1900). Rei da Itália de 1878, até ser assassinado em 1900, por Gaetano Bresci. Foi duramente criticado pelo seu apoio ao massacre de Bava-Beccaris em Milão e odiado pelos anarquistas que tentaram assassiná-lo, desde o início de seu mandato. **2380.**

**Humboldt**, Alexandre von (1769-1859). Geógrafo, naturalista e explorador alemão. **556, 1300, 1310, 1349, 1515, 1516.**

## I

**Imbert**, Amédée. Diplomata francês. Foi E.E.M.P. na legação francesa no Rio de Janeiro, de 16 de maio de 1894 a 7 de maio de 1895. Anteriormente, quando servia como Conselheiro de embaixada em Constantinopla, foi designado para servir como “*chargé d’une mission spéciale en Syrie*”, ainda como conselheiro, de 3 de fevereiro a 7 de abril de 1888. **57, 58, 72, 108, 890, 2549.**



**Ivins**, William Mills (1851-1915). Advogado norte-americano de Nova York que prestou serviços jurídicos à Missão Especial brasileira, de 1893 a 1895, na questão de fronteiras entre o Brasil e a Argentina, em arbitramento confiado pelos dois países ao presidente Grover Cleveland. Foi fundador do “*Reform Club*”, em Nova York. Deixou trabalhos sobre problemas municipais bem como sobre a história e a teoria do Direito. Em 1905, candidatou-se a prefeito de Nova York pelo Partido Republicano, mas foi derrotado nas eleições. No arquivo particular do barão, há registro de duas cartas recebidas. **1756, 1759, 2756, 2757, 2760, 2761, 2762, 2773, 2811.**

## J

**Janssen**, Charles (na realidade, *Camille Janssen*) (1837-1926). Advogado, diplomata, juiz e administrador colonial belga. Como diplomata, serviu em Constantinopla, Sofia e Québec, quando foi chamado pelo rei Leopoldo II, para presidir, como administrador-geral, o novo Estado livre do Congo. Em 17 de abril de 1887, Janssen é nomeado governador-geral do Estado Livre do Congo (de 1887 a 1888 e de 1889 a 1891). **1415.**

**Jesus**, Theresa de (Priora) do Convento das Dominicanas, em Auteuil, Paris. **1352, 1353, 1378, 1379, 1488, 1489, 1490, 1541, 1542.**

**Joos**, Wilhelm [vide **Yoos**].

**Jusserand**, Jean Adrien Antoine Jules (1855-1932). Diplomata e historiador francês. Entrou para a carreira diplomática, após a guerra franco-alemã de 1870. Serviu como cônsul em Londres (1876) e como E.E.M.P. em Copenhague

(1890). De 1902 a 1925, foi embaixador em Washington. Em 1917, sua coletânea de estudos históricos “*3 Americans of Past and Present Days*” obteve o primeiro premio Pulitzer na categoria de História. **745, 910.**

## K

**Kamarowsky**, Leonid Aleksieevich (1846-1912) (conde). Russo. Professor de Direito Internacional na Universidade de Moscou. **828, 862**

**Kanchine**, Serge de. (Assessor de Colégio). Segundo Secretário da Legação da Rússia em Berna. **1995, 1999, 2256, 2258, 2267, 2271, 2272, 2326, 2327.**

**Kebedgy**, Michel (Dr.). Doutor em Direito e professor de Direito da Universidade de Berna. Residia em Vereinsweg 6, Länggasse, Berna. **2081.**

**Kerraoul**, Vittel de. Adido militar, da Embaixada da França em Berna. **2130, 2132, 2205.**

**Killowen**, Charles Arthur Russell de, GCMG, PC (1832-1900), estadista irlandês do século 19 e juiz da Suprema Corte da Inglaterra e do País de Gales. Entrou no escritório de advocacia de Denvir, Newry, em 1849, e, subsequentemente, em 1852, no de O'Rourke, McDonald & Tweed, em Belfast. Diante de suas brilhantes atuações de defesa, seus colegas pediram-lhe que se praticasse em Londres. Em 1856, já praticava em Lincoln Inn. Foi considerado o melhor defensor de sua idade. Em 1893, representou a Grã-Bretanha na Arbitragem referente ao Mar de Bering, contra os Estados Unidos. A ação durou onze dias. Foi nomeado GCMG por seus serviços. Em 1894, foi-lhe conferido o título vitalício de Barão Russell Killowen. No mesmo ano foi

nomeado Juiz Supremo de Inglaterra, o primeiro católico a atingir esse cargo durante séculos. Ganhou rapidamente a confiança do público e foi considerado o mais ilustre de seus antecessores. Ele revisitou os Estados Unidos em 1896, como convidado da “American Bar Association” e fez um discurso notável sobre a arbitragem. Em 1895, representou a Grã-Bretanha durante as audiências de arbitragem da fronteira venezuelana. No ano seguinte, foi acometido por doença, e, depois de algumas semanas, faleceu em Londres. **2382.**

**Klingelhoefter**, Adolpho Christiano (1880-1956). Atleta brasileiro, nascido e criado em Paris. Filho de diplomata brasileiro que serviu na legação em Paris. Trabalhou como vice-cônsul no Consulado em Paris, sob as ordens do Cônsul-Geral, Leoni. No arquivo particular do barão, há registro de uma carta recebida. **2592.**

**Korff**, (?) (Baronesa de). **2261.**

**Kowalski**, Dr. Professor polonês que ensinava na Universidade de Friburgo. **2266.**

**Kraatz-Koschlau**, Alexander Karl von (1867-1900). Geólogo alemão. **2940, 2942.**

**Kronauer**, Otto (1850-1922). Advogado suíço. Foi procurador do Cantão de Zurique (1878); juiz cantonal (1890); presidente do Supremo Tribunal de Justiça, em matéria criminal e procurador-geral da Confederação (de 1899 a 1916). Foi Representante Permanente do Ministério Público da Confederação (1916-1918). Como procurador-geral, Kronauer trabalhou no campo do direito penal e de direito processual penal, bem como em execução das penas. Ajudou a elaborar projeto de lei sobre anarquistas em 1906

e encaminhou mensagem ao Conselho Federal, referente a essa matéria. **2064.**

**Kronecker**, Karl Hugo (1839-1914). Fisiologista alemão (Liegnitz, Silésia prussiana). Cidadão alemão, naturalizou-se suíço em 1895. Estudou medicina em Berlim, Heidelberg e Pisa. Obteve seu doutorado em 1863, na Universidade de Berlim. Exerceu a medicina na Prússia, a partir de 1865. Em 1872, obteve o posto de professor assistente na Universidade de Leipzig. Em 1878, foi feito professor associado da Universidade de Berlim. Em 1885, foi nomeado presidente de fisiologia da Universidade de Berna, onde criou o novo instituto de fisiologia. Em 1884, aceitou ser professor de Medicina da Universidade de Berna, onde foi Reitor de 1886 a 1888. Kronecker era proprietário da Villa Trautheim, Bühlstrasse 51, Länggasse, em Berna, casa que Rio-Branco alugou, para sua estada naquela Capital. É interessante registrar como Rio-Branco veio a escolher aquela casa. Seu filho, Raul do Rio-Branco, alude à “exaustiva procura”, para que seu pai se decidisse quanto ao imóvel, pois procurava estabelecer criteriosa rede de contatos, com pessoas ligadas aos meios universitários e científicos de Berna. A Villa Trautheim ficava em Frente à Faculdade de Medicina de Berna e estava disponível. Seu proprietário, Karl Hugo Kronecker, mostrou-se disposto a alugar a propriedade e, até, a mudar-se para outra casa sua, conhecida como “*Châlet Trautheim*”, construída no ano anterior em terreno na Erlachstrasse 23, cujo quintal era contíguo ao da Vila Trautheim. Determinado a não perder a oportunidade, Rio-Branco não pechinhou o valor do aluguel (1.375 francos), pagos de forma antecipada, trimestralmente. Tamanha fora sua determinação em obter aquele imóvel que, em carta datada de 4 de agosto

de 1899, Kronecker chegou a devolver-lhe quantia paga a mais, acompanhada de bilhete em que escreve: “... j’ai déjà eu l’honneur de refuser ces 100 francs, quand vous avez eu la délicate libéralité de les offrir au mois de Mai”. Conhecido pela sua meticulosidade em contas, pode-se interpretar essa liberalidade excessiva como indício de sua determinação em não perder a oportunidade de alugar a casa. De 1894 a 1895, Kronecker foi Reitor da Universidade de Berna. Autor de numerosos trabalhos científicos, foi considerado um dos mais importantes fisiologistas de sua época. Fez inúmeras pesquisas sobre o efeito de altitudes elevadas no ser humano (na Suíça, conhecida como medicina das montanhas). No ano em que se naturalizou suíço, Kronecker tornou-se membro da “*Bürgergemeinde*” e em fevereiro de 1900, promoveu encontro de Rio-Branco com Édouard Brückner, seu amigo pessoal, e naquela época, professor de geografia e Reitor da Universidade de Berna. Brückner já havia sido recomendado anteriormente a Rio-Branco por Virgile Rossel, em carta datada de 29 de junho de 1899 “... je crois que le Brésil aurait plus davantage d’une constellation que vous feriez de un de nos professeurs de géographie, par exemple, M. Brückner, mon collègue à l’Université de Berne, ou M. Rosier, de l’Université de Genève”. Dos dois, foi Rosier quem foi indicado pelo Conselho Federal dentre aqueles escolhidos como peritos. A correspondência encontrada no Arquivo Histórico do Itamaraty revela as excelentes relações sociais de Rio-Branco com Kronecker, que, em diversas ocasiões, enviou-lhe convites para bailes, concertos e “*déjeuners dinatoires*”, que sempre incluíam sua filha Amelia. Rio-Branco reciprocava, sempre que possível, e Kronecker e sua esposa viam-se frequentemente convidados pelo Barão para eventos sociais. Por sua vez, Kronecker promovia

encontros com autoridades científicas suíças, entre as quais havia alguns peritos ligados a decisões que contribuíram para a elaboração do laudo arbitral. No arquivo particular do barão, há registro de treze cartas recebidas. **1741, 1961, 1980, 1983, 1984, 1991, 1992, 2002, 2046, 2117, 2140, 2141, 2197, 2198, 2204, 2271, 2272, 2332, 2409, 2453, 2463, 2467, 2538, 2589, 2648, 2651, 2688, 2718, 2719, 2844.**

**Kuefstein, Karl Graf (Conde) von (1838-1925).** E.E.M.P. da Áustria-Hungria em Berna, onde serviu de 1895 a 1903. Fidalgo e Conselheiro Íntimo da Câmara Real. Apresentou credenciais em 7 de junho de 1895. Residia à Taubenstrasse 8. A Chancelaria era situada à Hirschengraben 4. No arquivo particular do barão, há registro de três cartas recebidas. **1976, 1978, 1998, 2082, 2084, 2086, 2089, 2092, 2112, 2139, 2140, 2262, 2269, 2323, 2381, 2384, 2385, 2386, 2412, 2541, 2545, 2590, 2596, 2597, 2600, 2601, 2637, 2639, 2644, 2648, 2649, 2650, 2651, 2665, 2667, 2671, 2672, 2673, 2713, 2716, 2718, 2719.**

## L

**Lacerda, Sebastião Eurico Gonçalves (1864-1925).** Magistrado e político brasileiro. **227, 1431.**

**La Condamine, Charles-Marie de (1701-1774).** Naturalista, matemático e aventureiro francês. Desistiu da carreira militar para, depois de breves estudos científicos na Academia de Ciências de Paris, engajar-se na expedição de Duguay-Trouin pelas costas do Mediterrâneo. Ao voltar, um ano depois, suas observações científicas surpreenderam os membros da Academia. Apresentou-se como voluntário para a mais complexa expedição do século 18 e parte para

medir o arco do meridiano, em Quito, então parte do Vice-Reino do Peru, e, juntamente com o astrônomo Godin e o matemático Bouguer, integrou em 1736 a expedição enviada pela Academia das Ciências de Paris ao Peru. O objetivo era de determinar o tamanho da Terra. Findos os trabalhos, desceu o rio Amazonas até a foz (1743-1744), e dali regressou à Europa. No ano seguinte, publicou o relato da sua viagem, acompanhado de um mapa. O relato foi publicado sob o título “*Viagem na América Meridional*”. Envolveu-se na polêmica entre cartesianos e newtonianos sobre a figura da Terra. Ao fim de oito anos e abatido por inúmeras doenças contraídas na selva, deixa a equipe, mas, ao invés de voltar diretamente à França, continuou no rio Amazonas. Suas observações etnográficas, botânicas e corográficas levaram a Europa, entre outras descobertas científicas, à desconhecida borracha. **133, 312, 556, 667, 1151, 1317, 1333, 1783, 2554.**

**Lachenal**, Adrien (1849-1918), político suíço, eleito para o Conselho federal em 1892. Deixou o cargo em 31 de dezembro de 1899. Durante o período coberto nos presentes Cadernos de Notas, Lachenal chefiou os seguintes Departamentos federais: Negócios Estrangeiros (1893-1895); Político (1896); Comércio, Indústria e Agricultura (1897); e Interior (1898-1899). Lachenal ocupou a Presidência (de turno) da Confederação Suíça, em 1896. **848, 1098, 1799, 1815, 1848, 1881, 1979, 1991, 2033, 2071, 2099, 2116, 2117, 2151, 2480, 2557, 2596.**

**Lahure**, Guy. Membro da família Lahure, proprietários da tipografia homônima em Paris, onde as memórias brasileiras foram publicadas. Guy trabalhava como paginador na tipografia. **1175, 1798, 1846.**

**Lalaing**, Charles VI Maximilien Jacques de (1856-1919) (conde). Advogado e diplomata belga. Serviu em Viena, Berlim, Haia e Londres e, posteriormente, como E.E.M.P. residente, no Rio de Janeiro (1893-1896); Bucareste (1896-1899); Berna (1899-1903); e como embaixador em Londres (1904-1917). Apresentou credenciais ao presidente do Conselho Federal, em 4 de fevereiro de 1899. Residia à Marienstrasse 18, Kirchenfeld. A Chancelaria da legação situava-se à Amthausgasse 26. No arquivo particular do barão, há registro de duas cartas recebidas. **1975, 1977, 1992, 1994, 1995, 1998, 2008, 2064, 2066, 2082, 2087, 2011, 2015, 2016, 2017, 2129, 2134, 2135, 2137, 2139, 2197, 2255, 2257, 2258, 2259, 2267, 2269, 2272, 2276, 2332, 2334, 2453, 2455, 2464, 2467, 2535, 2538, 2546, 2589, 2595, 2597, 2639, 2643, 2647, 2649, 2702, 2713, 2718.**

**Lalaing**, Christine Louise de (1866-1919) (condessa). ). Esposa do Conde de Lalaing. Em solteira, era a baronesa Du Tour van Bellinchave. **1975, 1977, 1992, 1993, 1994, 1995, 1997, 2007, 2008, 2064, 2066, 2082, 2087, 2088, 2015, 2016, 2017, 2129, 2133, 2134, 2135, 2139, 2197, 2205, 2211, 2213, 2255, 2261, 2262, 2263, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2275, 2330, 2332, 2335, 2336, 2452, 2453, 2455, 2459, 2464, 2467, 2469, 2471, 2472, 2476, 2530, 2533, 2539, 2541, 2590, 2595, 2597, 2639, 2643, 2647.**

**Lalaing**, Elisabeth de. Filha do conde Charles e da condessa Christine Louise de Lalaing. **1977, 2273, 2336.**

**Lalaing**, Jacques de. Filho do conde Charles e da condessa Christine Louise de Lalaing. **2137.**

**Lamothe**, Henri-Félix de (1843-1926). Administrador colonial francês. Governador do Senegal, de 1890 a 1895. De 30



de agosto de 1895 a 3 de junho de 1896, após promoção a governador de primeira classe, foi enviado como governador da Guiana, em missão temporária. **183, 337, 408, 481, 482, 493, 497, 508, 509, 512, 513, 515, 523, 688, 1052, 1226, 1448, 1449, 1917, 2564, 2594.**

**Landouzy**, Théophile Joseph Louis (Dr.) (1845-1917). Médico francês. Formou-se em 1871 e obteve seu doutorado em 1876 e em 1893 era professor de Medicina na Faculdade em Paris. Em 1901, passou a decano da Academia de Medicina francesa. Landouzy iniciou estudos de medicina em Reims, mas em 1867 mudou-se para Paris, onde completou seus estudos e tornou-se residente do hospital – interne des hôpitaux – em 1870. Em Paris, ele veio sob a influência de Jean Martin Charcot (1825-1893). Landouzy obteve seu doutorado em 1876 com uma tese sobre a seqüela de meningo-encefalite e posteriormente publicados em uma variedade de temas neurológicos. Tornou-se chefe de clínica com Alfred Hardy (1811-1893) na Faculdade em 1877, e médico agregado em 1880. Nomeado professor de terapia em 1893 e reitor de medicina, na Universidade de Paris, em 1901. Foi autocrata em um sistema hierárquico rígido e atuou como reitor por 16 anos. Landouzy tinha maneira brusca, mas foi amplamente respeitado por sua honestidade intelectual. Faleceu, enquanto ainda dirigia sua faculdade. Era membro da *Académie de médecine* e do *Institut de France*. Embora Landouzy seja lembrado principalmente por sua descrição da distrofia muscular facio-escápulo-humeral, sua área mais importante foi a pesquisa da tuberculose, em que ele tinha um interesse especial e desempenhou papel de liderança em vários congressos internacionais, preocupados com esse problema. Em oposição a Léon Charles Albert Calmette (1863-1933), defendeu a ideia

de que a tuberculose da laringe era devido a uma infecção superficial direta. Era um dos defensores mais importantes do reconhecimento de que a tuberculose era uma doença social e envidou vigorosos esforços para a sua erradicação pela educação do público leigo. Landouzy tinha grande facilidade no exame físico e se expressava de forma clara, o que fez dele um professor excepcional. Ele estava interessado nas mãos e na doença, e fez o comentário sobre o dedo de um paciente “... conta o seu passado, mostra o seu temperamento e prediz o seu futuro”. Landouzy foi um grande apoiador de *spas*, amante de viagens, apreciava as artes visuais, bem como era conhecido como colecionador de livros. Faleceu após uma cirurgia para uremia. O Dr. Landouzy foi um dos médicos franceses chamado para tratar da esposa de Rio-Branco, durante sua doença terminal. **68, 79, 81, 420, 740, 1129, 1241, 1245, 1246, 1427, 1429.**

**Lannes**, Louis Napoléon Auguste (1801-1874) (2º Duque de Montebello). Diplomata e político francês. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros de 1º de abril de 1839 até 12 de maio do mesmo ano, quando o ministério provisório foi dissolvido. **879, 1364.**

**Lanessan**, Jean-Marie Antoine Louis de (1843-1919). Naturalista, médico e político francês. Professor na Faculdade de Ciências de Paris. Foi deputado, com mandatos de 1881 a 1891 e de 1898 a 1906. Foi ministro da Marinha, de junho de 1899 a junho de 1902, durante o governo Pierre Waldeck-Rousseau. **2017, 2018, 2097, 2181.**

**Latschinow**, A. von (Secretário de Governo). Adido na Legação da Rússia em Berna, presente em 1900. **2092, 2339, 2388, 2467, 2590.**

**Lardy**, Charles (1847-1923). Advogado e diplomata suíço. Estudou Direito em Heidelberg, onde, em 1867, obteve seu doutorado. Trabalhou como advogado de patentes em Neuchâtel. Ingressou na carreira diplomática, com passagem de secretário a conselheiro, durante o período 1869-1883, na legação da Suíça em Paris. Em 1883 foi nomeado E.E.M.P. na legação em Paris, posto que ocupou, ininterruptamente, por 34 anos, até 1917. Durante esse período, foi responsável pela negociação de tratados comerciais com a França, assim também com representantes de vários outros países. Representou a Suíça na União Monetária Latina. A longevidade de sua missão forjou sua reputação de bem informado sobre a capital francesa e sobre os políticos franceses. Foi membro, desde 1892, do Instituto de Direito Internacional (do qual foi presidente, de 1899 a 1902), e do Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia, de 1899 a 1922). Foi membro do Tribunal Militar de Cassação, em 1891, para o que lhe foi conferida a patente de coronel. **496, 536, 537, 572, 573, 627, 647, 1616, 1715, 1742, 1743, 1757, 1765, 1774, 1777, 1778, 1787, 1798, 1846, 1851, 1861, 1863, 1908, 1909, 1983, 2007, 2184, 2185, 2186, 2187, 2189, 2192, 2193, 2194, 2215, 2396, 2569, 2570, 2689, 2912, 2932, 2974, 2976.**

**Laureau**, Henri de. **1810,**

**Lebercier**, J. Padre francês. **1129, 1130, 1176.**

**Lebon**, André (1859-1938). Professor e político francês. Foi ministro do Comércio, Indústria, Correios e Telégrafos (1895) e ministro das Colônias, de 29 de abril de 1896 a 31 de maio de 1898. **637, 644, 645, 651, 764, 782, 783, 786, 788, 898, 899, 906, 915, 916, 917, 920, 921, 923, 961, 962, 965, 982, 983, 992, 995, 996, 997, 1005, 1040, 1042,**

**1043, 1045, 1100, 1101, 1104, 1170, 1172, 1206, 1222, 1257, 1261, 1266, 1270, 1272, 1273, 1274, 1276, 1283, 1447, 1449, 1522, 1527, 1530, 1558.**

**Lee, Henry Austin (Sir) (1847-1918).** Serviu como conselheiro de embaixada, bem como adido comercial inglês, com residência em Paris, mas responsável por cobrir a França, a Bélgica e a Suíça. **227, 228, 282, 283, 284, 285, 376, 1999.**

**Lefavre, (1861-19?) Paul** (o próprio escrevia seu nome como Paul Le Favre). Diplomata francês. Em 1894, encontrava-se como Primeiro secretário na legação da França no Rio de Janeiro. O período de sua carreira que diz respeito a este trabalho foi quando serviu como conselheiro, na embaixada da França em Berna, onde assumiu, diversas vezes, a função de encarregado de Negócios, durante o período em que Rio-Branco residiu naquela capital. Acompanhou o arbitramento da questão de limites com a Guiana francesa. Em Berna, Lefavre residiu no Hotel Bellevue. **1773, 1774, 1905, 1977, 1995, 1999, 2008, 2025, 2027, 2041, 2045, 2055, 2064, 2066, 2072, 2077, 2078, 2079, 2080, 2082, 2086, 2087, 2111, 2135, 2137, 2139, 2140, 2193, 2197, 2257, 2262, 2264, 2265, 2268, 2332, 2333, 2335, 2339, 2383, 2387, 2388, 2389, 2457, 2467, 2471, 2472, 2529, 2564, 2570, 2571, 2607, 2608, 2612, 2616, 2618, 2631, 2637, 2687, 2689, 2702, 2714, 2716, 2717, 2718, 2719.**

**Legrand, Albert-Louis-Hubert (1859- ?).** Bacharel em Direito e diplomata francês. Serviu como adido em Berna, em 1892. Foi conselheiro de Estado e ministro plenipotenciário. Presidiu a Comissão encarregada de redigir a Memória da França. **1448, 1449, 1518, 1519, 1710, 1726, 1727, 1762, 1772, 1779, 1780, 1781, 1782, 1783, 1784, 1816, 1821, 1823, 1824, 1825, 1826, 1917, 2012, 2013, 2019, 2021,**

**2022, 2023, 2035, 2039, 2048, 2052, 2068, 2075, 2102, 2104, 2105, 2156, 2160, 2231, 2565.**

**Legrand**, Louis-Désiré (1842- ?). Doutor em Letras e em Direito e diplomata francês. Foi Conselheiro de Estado em serviço ordinário. Membro da Câmara dos Deputados, de 1876 a 1882 e E.E.M.P. na Haia, de 1882 a 1894. Oficial da Legião de Honra (1886). **1518, 1519.**

**Lehr**, Ernest. Adido jurídico na Embaixada da França em Berna, embora residente em Lausanne, para melhor poder acompanhar o processos que corriam pelos tribunais naquela cidade. **1691, 1744, 1773, 1879, 1905, 2072, 2148, 2851.**

**Leishman**, John George Alexander (1857-1924). Empresário e diplomata norte-americano. Protegido de Henry Clay Frick e de Andrew Carnegie, Leishman trabalhou para esse último durante 17 anos, em cargos cada vez mais importantes. Terminou como presidente da *Carnegie Steel Company*. Para afastá-lo dos Estados Unidos, Frick promoveu intriga contra Leishman junto a Carnegie e trabalhou nos bastidores, para que a ele fosse oferecido o cargo de E.E.M.P. dos Estados Unidos na Suíça (1897), seguido da Turquia (1900), Itália (1909) e Alemanha (1911). Leishman e sua esposa residiam no Hotel Bernerhof e a Chancelaria da legação se situava à Hirschengraben, 6. **1744, 1975, 1998, 2092, 2114, 2381.**

**Lelewel**, Joachim (1786-1861). Historiador, cartógrafo e político polonês. Conhecido por sua obra "*La Géographie du Moyen Age*", em cinco volumes (1852-1857), juntamente com atlas (1849) de 50 chapas por ele gravadas. **2779, 2781.**

**Leoni**, João Belmiro (?-1910) Diplomata brasileiro que serviu como Cônsul-Geral do Brasil em Paris. Residiu na rue Cambon

51. Teve como Vice-Cônsules Adolpho Klingelhoeffer e o Sr. Leckwyck. No arquivo particular do Barão, há registro de quarenta e seis cartas recebidas, três expedidas e uma de terceiro. **178, 223, 227, 228, 293, 294, 296, 365, 367, 371, 419, 492, 563, 683, 842, 934, 1021, 1022, 1026, 1027, 1177, 1439, 1542, 2063, 2118, 2389, 2412, 2422, 2591, 2639, 2640, 2693, 2694.**

**Leroy-Beaulieu**, Pierre Paul (1843-1916). Economista e ensaísta francês. Em 1870, obteve prêmio concedido pelo *Institut de France* (que agrupa a Academia Francesa, a Academia de Letras, a Academia de Ciências, a Academia de Belas Artes e a Academia de Ciências Morais e Políticas), com o seu trabalho “*Sistema colonial dos Povos modernos*”, que reformulou, em 1874, e foi lançado com o título “*Da colonização dos Povos modernos*”, livro que inspirou Jules Ferry a conduzir a Terceira República a nova expansão colonial. Em 1880, foi eleito membro da Real Academia de Ciências da Suécia. **448, 451, 571, 572, 1659.**

**Le Serrec de Kervily**, Armand Joseph (1815- ?). Oficial da Marinha francesa. **1168, 1227.**

**Levasseur**, Pierre Émile (1828-1911). Economista francês e professor de geografia (filho de Pierre Antoine Levasseur, joalheiro). Nomeado presidente da Sociedade Francesa de Política Econômica e presidente honorário da Sociedade Geográfica Francesa. Levasseur foi eleito membro da Real Academia Sueca de Ciências, em 1894. **68, 69, 70, 293, 421, 557, 630, 790, 994, 1137, 1466, 1639, 1731, 1734, 2063, 2780, 2833.**

**Lhuys**, Édouard Drouyn de (1805-1881). Político e diplomata francês. Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1848 a 1849. Voltou a ocupar essa pasta em janeiro de 1851;

novamente, de 1852 a 1855 e, finalmente, de 1862 a 1866.  
**882.**

**Lima**, Hollanda. Político brasileiro. **208, 209, 1620.**

**Lima**, Luis Caetano de (1671-1757). Historiador português. Serviu de secretário ao Conde de Tarouca, por ocasião das negociações referentes ao *Tratado de Utrecht*. **269.**

**Lima**, Manuel de Oliveira (1867-1928). Historiador, escritor, crítico, professor e diplomata brasileiro. Formou-se em Letras, pela Universidade de Lisboa. Entrou para o serviço diplomático em 1890, como adido à legação em Lisboa. Promovido a Secretário em 1891. Em 1896, foi removido para Washington, onde serviu como Primeiro Secretário, sob Salvador de Mendonça. Serviu ainda em Londres, Japão, Venezuela e Bélgica. Após servir como diplomata, fixou residência em Washington, onde, em 1924, doou à Universidade Católica da América sua considerável biblioteca. No arquivo particular do Barão, há registro de trinta e seis cartas recebidas. **356, 540.**

**Lima**, (?) Vianna de. E.E.M.P. em Lisboa, em 1893. **226, 369, 456.**

**Linden**, Baronesa de. **2084, 2116, 2533.**

**Lisboa**, Eduardo Felix Simões dos Santos ( ? -1921). Diplomata brasileiro. Foi E.E.M.P. em La Paz (1899), Lima (1904) e Haia (1906). No arquivo particular do Barão, há registro de dezessete cartas recebidas e de duas expedidas. **912, 1877.**

**Lisboa**, Henrique Carlos Ribeiro (1847-1920). Diplomata brasileiro. Ingressou no serviço diplomático em 1870, depois de ter servido na Marinha Imperial. Inicialmente, foi adido em Caracas. Integrou como secretário da missão especial que o Brasil enviou à China em 1880 – a primeira

missão diplomática brasileira àquele país. Dessa missão, resultou a obra “A China e os chins” (recordações de viagem), publicada em 1888 e da qual Lisboa é o autor. Serviu, ainda, em Washington. Como E.E.M.P., serviu em Assunção (1894), Tóquio (1897), São Petersburgo (cumulativamente com Estocolmo e Cristiânia), Santiago (1903) e Montevidéu (1908). No arquivo particular do Barão, há registro de vinte e três cartas recebidas e uma expedida. **424, 1876.**

**Lisboa**, João Coelho Gonçalves (1859-1918). Professor e político brasileiro. Deputado Federal (1894-1899) e Senador (1905-1909) pelo Estado da Paraíba. Membro da Academia Paraibana de Letras. **226.**

**Litterst**, Michael (1795- ?). **1414.**

**Llorens y Tordesillas**, Adolfo (Tenente de Artilharia). Adido Militar da Espanha em Berna. **2198.**

**Lobo d’Almada**, Manoel da Gama (c.1745-1799). Administrador colonial português. Como governador de Manaus, promoveu a confecção de mapas da região. **692, 1064, 1599.**

**Loës**, Hugo de. **2141, 2639.**

**Loës**, Mme de. Esposa de Hugo de Loës. **2141, 2268, 2639.**

**Loubet**, Émile François (1838-1929). Advogado e político francês. 8º Presidente da França (1899-1906). Durante seu mandato foi realizada a Exposição de Paris de 1900 e aplainadas diferenças entre a França e a Grã-Bretanha, entre as quais o caso Dreyfus e a Guerre dos Boers, através do “Entente”. **1931, 2446, 2447.**

**Lourdelet**, (Ernest?). **1022, 1056, 1566, 1639.**

**Lowther**, Henry Crofton (1858-1939). Diplomata inglês. Ingressou na carreira diplomática como Adido, em 1883, e mandado



servir na Haia (1884); Estocolmo (1885), já como Terceiro Secretário; Berlim (1888); Rio de Janeiro, já como Segundo Secretário; Constantinopla (1892); Madrid (1894) e Berna (1897). Voltou a servir no Rio de Janeiro, como Primeiro Secretário, em 1901; Tóquio (1906), como Conselheiro. E.E.M.P. no Chile (1909 a 1913) e terminou a carreira como E.E.M.P. na Dinamarca (1913 a 1916). No arquivo particular do Barão, há registro de uma carta recebida. **1979, 1999, 2008, 2332, 2335, 2339, 2380.**

**Loys, Marie-Madeleine.** Esposa de Robert-Ferdinand-Treytorrens Loys. **2140, 2543.**

## M

**Macedo, Manoel Buarque de** (1876-1920). Poeta e jornalista brasileiro. **486.**

**Machado, Irineu de Mello** (1872-1930). Professor, advogado e político brasileiro. **1428.**

**Maciel, Antonio Vicente Mendes** (conhecido como Antonio Conselheiro) (1830-1897). Líder social que chefiou movimento no arraial de Canudos, e foi morto ao enfrentar o Exército brasileiro, na chamada Guerra de Canudos. **1244.**

**Magalhães, Fernão de** (1480-1521). Navegador português. Notabilizou-se por ter organizado a primeira viagem de circunavegação ao globo, de 1519 a 1522. Foi morto em batalha em Cebu, nas atuais Filipinas, durante a viagem, posteriormente chefiada por Juan Sebastião Elcano, até o regresso em **1522, 3251.**

**Magalhães, Olyntho Máximo de** (1867-1948). Médico, político e diplomata brasileiro. Foi ministro das Relações Exteriores

de 15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902, durante o Governo de Campos Salles. Serviu em diversos postos (como Segundo Secretário em Viena, Primeiro Secretário no México e em Paris; e E.E.M.P, primeiro em São Petersburgo, depois em Berna. Integrou a comissão especial que o governo brasileiro enviou a Washington, para defender a causa brasileira na questão de limites entre o Brasil e a Argentina, com relação ao território das Missões. A questão foi arbitrada pelo presidente Grover Cleveland dos Estados Unidos da América. No arquivo particular de Rio-Branco, há registro de setenta cartas recebidas, dez expedidas e 4 de terceiros. 292, 589, 597, 677, 678, 683, 691, 778, 849, 913, 928, 940, 1242, 1355, 1509, 1614, 1659, 1667, 1681, 1690, 1699, 1705, 1725, 1728, 1733, 1738, 1750, 1761, 1763, 1766, 1768, 1770, 1775, 1778, 1784, 1786, 1787, 1788, 1790, 1792, 1855, 1862, 1877, 1879, 1883, 1886, 1888, 1901, 1911, 1914, 1917, 1922, 1935, 1936, 1940, 1942, 1943, 1951, 1954, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 2033, 2034, 2040, 2044, 2069, 2072, 2094, 2095, 2098, 2107, 2123, 2124, 2144, 2146, 2147, 2174, 2176, 2181, 2222, 2227, 2280, 2286, 2290, 2294, 2296, 2297, 2299, 2309, 2311, 2314, 2316, 2331, 2351, 2353, 2355, 2370, 2374, 2398, 2401, 2405, 2430, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2440, 2441, 2445, 2479, 2480, 2485, 2489, 2495, 2496, 2501, 2504, 2511, 2523, 2524, 2527, 2547, 2550, 2551, 2559, 2575, 2578, 2593, 2618, 2627, 2641, 2676, 2678, 2679, 2681, 2701, 2704, 2749, 2752, 2754, 2756, 2761, 2772, 2885, 2968.

**Mager**, Henri (1859- ?) Cartógrafo francês. Membro do Conselho Superior das Colônias francesas. Encarregado de missão a Madagascar. Escreveu grande número de obras em suas viagens ao redor do mundo. Severo crítico da França, pela

administração de suas colônias, Mager escreveu: “... *nos Colonies ne sont pas développées – on commence enfin à voir leur alarmante situation économique et morale – parce qu’il n’y eut pas au gouvernail des hommes de savoir et d’expérience, des hommes aimant les Colonies, et ayant une claire intelligence du but. Il convient de rompre avec les pratiques du passé et de ne confier la mise en valeur de nos Territoires d’outre-mer qu’à des hommes capables d’assurer cette tâche difficile entre toutes ...*”.  
**283, 724.**

**Maisonneuve**, Albert Pougin de la (1839-1903). Oficial da Marinha francesa que, como contra-almirante, comandou o cruzador *Dubourdieu*, em visita ao Rio de Janeiro, em 9 de dezembro de 1895. O contra-almirante Pougin fez visita protocolar ao presidente Prudente de Moraes, dia 13 de dezembro, visita que foi retribuída pelo ajudante-de-ordens do presidente, no dia seguinte, véspera da partida do *Dubourdieu*, dia 15.  
**207, 208, 210, 315, 316, 317, 318.**

**Malhéné**, Arthur (Dr.). Médico francês. Durante anos, foi um dos médicos da família de Rio-Branco em Paris. Integrou a equipe de médicos que se reuniu para tratar de Marie Philomène, durante a doença que levou à sua morte. No arquivo particular do barão, há registro de uma carta recebida. **79, 125, 673, 675, 1175, 1244, 1246, 1369, 1370, 1371, 1378, 1412, 1427, 1443, 1487, 1510, 1718.**

**Mallet**, Émile Louis (1801-1886) (barão de Itapevi). Militar brasileiro, nascido na França. **270, 1667, 1706.**

**Manzoni**, Gaetano. Diplomata italiano. Serviu na legação da Itália em Berna como Secretário. **2082.**

**Marbeuf**. Pierre Rouillé de (1657-1712). Diplomata francês. Presidente do Grande Conselho da França. Desde 1697,

Embaixador Extraordinário da França junto à Corte de Portugal. Luis XIV deu a Rouillé (como era mais conhecido) plenos poderes, em 25 de outubro de 1699, para assinar o Tratado provisório de limites com Portugal, o que foi realizado em 4 de março de 1700. **268, 325, 456, 1167, 1168, 1781, 1782, 1882, 2002.**

**Marcel**, Gabriel. Conselheiro adjunto, Chefe da Seção de Geografia e Conservador de mapas na Biblioteca Nacional. **169, 559, 1414, 1610, 1703, 1710, 1711, 1726, 1727, 1779, 1780, 1782, 1852, 1917, 1940, 2012, 2013, 2039, 2063, 2068, 2231, 2411, 2564.**

**Marcuard**, Fritz. **2064, 2336, 2532, 2544.**

**Marcuard**, George (1844-1928). Importante banqueiro suíço e presidente da Sociedade Harmônica de Berna. **2336, 2379, 2544.**

**Marcuard**, Henri. Membro da família Marcuard. **2139, 2204, 2205, 2208, 2262, 2336, 2544, 2695.**

**Marcuard**, Mme Hy. de. **1975, 1977, 1978, 2133, 2135, 2335, 2336, 2544, 2687, 2689, 2695, 2702.**

**Margry**, Pierre (1818-1894). Historiador e arquivista francês. Começou a carreira como arquivista no ministério da Marinha. Em seguida, ocupou a mesma posição no ministério das Colônias, após o que foi feito conservador dos Arquivos Nacionais da França. **1169.**

**Marec**, René de. Senhor de Montbarrot, governador de Rennes em 1602. **2171, 2172, 2173.**

**Mariel**, ? Chefe de gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Gabriel Hanotaux. **928,**

**Marques**, Eduardo Moreira. Adido na legação de Portugal em Berna. 1976, 1978, 1996, 2092, 2208, 2256, 2261, 2267, 2327, 2382, 2418, 2463, 2530, 2537, 2546, 2648.

**Martel**, Daisy. 629, 1180, 1241, 1245, 1246, 1248.

**Mattos**, João Wilkens de (1822-1889) (1º e único barão de Maruiá). Político brasileiro, nascido em Belém. Foi presidente da província do Amazonas, de 1868 até sua morte. Agraciado barão em 30 de março de 1889, dois meses antes de falecer. 1331.

**Maurou**, Paul (1848-1931). Litógrafo e pintor francês. Presidente fundador da Sociedade dos Artistas Litógrafos. Foi professor no primeiro “*atelier*” de litografia, na Escola de Belas Artes (Paris), a partir de 1906. 2386.

**May**, (Mme.) de. 2089, 2139.

**Maya**, Raymundo de Castro (1856-1935). Brasileiro, foi Secretário-Geral da “Sociedade Brasileira para a Animação da Criação e Agricultura no Brasil”, fundada em Paris, em 10 de junho de 1895, por Joaquim Francisco de Assis Brasil, que foi eleito presidente do Conselho Diretor. Os vice-presidentes eleitos foram: Gabriel de Toledo Piza, Barão do Rio-Branco, J. B. Leoni, Adolpho Klingelhoefter e o Dr. Virgílio Ottoni; E. Ferreira Cardoso foi eleito tesoureiro. 635.

**Meili**, Julius ( ? – 1907). Renomado numismata suíço, cujos herdeiros doaram à Confederação suíça sua coleção de moedas, medalhas e papel-moeda do Brasil que Meili havia juntado, durante sua longa estada em Salvador e no Rio de Janeiro, como cônsul da Suíça. Meili havia declarado verbalmente seu desejo que sua importante coleção fosse conservada no Museu Nacional Suíço. Ainda que não se tratasse de material de origem suíça, o Conselho Federal

aceitou a doação, em virtude de seu grande valor científico e material. Meili havia cuidadosamente classificado todas as peças da coleção e descrito cientificamente cada item em trabalho de três volumes que fez publicar em edição ricamente ilustrada, com o título “*Das brasilianische Geldwesen*”, dividido em três volumes, com os títulos: a) “*As Moedas do Brasil Colônia*” (1645-1822), publicado em Zurique em 1897, com 50 pranchas; b) “*As Moedas do Brasil Independente*” (1822-1900), publicado em Zurique, em 1905, com 58 pranchas; e c) “*O Papel-Moeda no Brasil*” (1771-1900), publicado em Zurique em 1903, com 102 pranchas. A viúva e os demais herdeiros do Dr. Meili acrescentaram a essa doação duas ordens conferidas ao colecionador pelos reis da Itália e de Portugal, pelo notável científico realizado no campo numismático. Muitos itens de papel-moeda contam com assinaturas de homens célebres brasileiros, cujos nomes estão intimamente ligados à história do Brasil do século 19. Também integrou a coleção uma medalha em prata e outra em bronze que Meili havia mandado executar pelo artista suíço Hans Frei, para comemorar os 500 anos da descoberta do Brasil. À época da visita que lhes fez Rio-Branco em 3 de junho de 1900, o Sr. e a Sra. Meili residiam no Alpenquai, 36. **2252, 2942, 2947.**

**Méline**, Jules (1838-1925), Político francês. Foi Presidente do Conselho durante a Terceira República, de 28 de abril de 1896 a 28 de junho de 1898. Defensor da agricultura francesa; introduziu medidas protecionistas para produtos agrícolas (Tarifa Méline). **710, 820, 1134.**

**Mello**, José Alexandre Teixeira de (1833-1907). Médico, jornalista e escritor brasileiro. Chefiou a seção de manuscritos na Biblioteca Nacional e dela foi diretor da seção de impressos,

em 1895. Suas pesquisas na BN foram utilizadas por Rio-Branco, em seu trabalho. No arquivo particular do barão, há registro de uma carta de terceiro. **266, 269, 643, 666.**

**Mello**, José Marcondes Homem de (1860-1937). Religioso brasileiro. Foi o primeiro bispo da Diocese de São Carlos. Irmão de Maria Bureneta Marcondes Homem de Mello. **638, 693, 2386.**

**Melo**, Custódio José de (1840-1902). Militar e político brasileiro. Sob a presidência de Floriano Peixoto, exerceu os cargos de ministro da Marinha (23 de novembro de 1891 a 30 de abril de 1893), da Guerra (2 de fevereiro a 2 de março de 1892) e interino das Relações Exteriores (22 de junho a 11 de dezembro de 1892). **107, 108.**

**Mendes**, Manuel Odorico (1799-1864). Político, publicista e humanista brasileiro, autor das primeiras traduções em português das obras de Virgílio e Homero. **880.**

**Mendieta**, Dr. **1611, 1635.**

**Mendonça**, Salvador de Meneses Drummond Furtado de (1841-1913). Advogado, jornalista, diplomata e escritor brasileiro. Em 1861, casou-se com Amélia Clemência Lúcia de Lemos, de quem se tornou viúvo em 1875. Em 1877, casou-se com Mary Redman. Foi um dos idealizadores do Movimento Republicano e, com a proclamação da República, empenhou-se em que o governo norte-americano reconhecesse o novo regime no Brasil. Um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras da qual ocupou a Cadeira 20, cujo patrono foi seu conterrâneo, o romancista e dramaturgo, Joaquim Manuel de Macedo. Como E.E.M.P. em Washington, trabalhou para sedimentar as relações do novo regime junto ao governo norte-americano. **292, 538, 1176, 2757, 2773.**

- Meneses**, Estevão de (1695-1758) (1º marquês de Penalva e 5º conde de Tarouca). **169, 237, 238, 240, 269, 2009.**
- Meneses**, Fernando de (1614–1699) (2º Conde da Ericeira, sobrinho-neto do anterior). Nobre português, versado em geografia, geometria e arquitetura militar. Foi encarregado por D. João IV de Portugal a fortificar os portos marítimos contra a invasão dos castelhanos, missão que prontamente executou, com o aumento das peças de artilharia do Castelo de Outão de Setúbal e a construção de fortes em Aveiro, Buarcos, Peniche e outras cidades costeiras. **268, 456.**
- Mercator**, Gerhard (1512-1594). Pai espiritual da cartografia holandesa. Cartógrafo e matemático flamengo. Aluno de Gemma Frisius. Autor de um planisfério (1569) construído numa projeção por ele concebida, usada até hoje nas catas náuticas, *a projeção de Mercator*. Elaborou também globos, mapas em grandes dimensões e o *Atlas sive Cosmographicae Meditationes de Fabrica Mundi et Fabrica Figura* (1595), que rivalizou com o de Ortelius. **1334, 1335, 1780, 2367, 2594, 3093.**
- Mercator**, Michael (c.1567-1600). Cartógrafo holandês, sobrinho de Gerhard. **1335, 1336, 1780, 2367. 2367, 2594.**
- Mesquita**, Roberto de (1871-1923). Correspondente do “*Jornal do Commercio*” em Paris. No arquivo particular do barão, há registro de seis cartas recebidas. **1128, 2410, 2545, 2546, 2587, 2589, 2590, 2620.**
- Metura**, Germain. Francês de Guadalupe, alegadamente morto em Counani. **1254, 1255, 1256.**
- Meyer**, Adelina (1869-1953). Esposa de Emil Goeldi. **2922, 2930, 2934, 2957, 2970.**



**Meyer, Herrmann** (1871-1932). Explorador alemão. Estudou geografia, em Heidelberg, Strassburgo e Berlim. Apresentou tese sobre “*Arcos e flechas do Brasil Central*”. De 1895 a 1897, realizou sua primeira expedição ao interior do Brasil e chegou até o alto rio Xingu. Em 1898, repetiu a iniciativa (dessa vez acompanhado por Theodor Koch-Grünberg), mas a expedição naufragou no alto rio Ronuro, e perdeu-se a quase totalidade do equipamento, antes de alcançar a primeira aldeia indígena. Meyer passou os últimos anos de sua vida no sudoeste do Brasil e se ocupou de organizar (e financiar) colônias de imigrantes alemães. No arquivo particular do barão, há registro de uma carta recebida. **669**.

**Meyniard, Charles**. Francês. Diretor da revista “*Marine Française*”. **1167, 1168, 2595**.

**Michaud, Dr. Eugène** (1839-1917). Professor suíço de teologia dogmática e história da igreja na Faculdade Católica Velha da Universidade de Berna, de 1876 a 1915. **2081, 2087, 2089**.

**Michaud, Sophie** (Née Brühl). Esposa do Dr. Eugène Michaud. **2087, 2089**.

**Michel, Ernest**. Secretário arquivista da embaixada da França em Berna. **1905, 2073**.

**Micheli, Horace** (1866-1931), bacharel em letras antigas (Paris, 1887), estudos de filologia e história antiga em Berlim (1887-1888). Após casamento com Madeleine Peyrot, viveu em Atenas (1892-1893). Doutorou-se em Letras (Genebra, 1894). Passou sua vida como jornalista, no Jornal de Genebra, para o qual foi correspondente em Berna, de 1893 a 1900, depois foi feito editor de política federal (1900-1904), diretor e editor (1904-1908), correspondente

parlamentar (1908 - 1928), Diretor de política (desde 1918) e Diretor de Honra (1927). Na política, foi vereador e membro do Grande Conselho de Genebra (1901-1904). Defensor de zonas de livre comércio e da entrada da Suíça na Liga das Nações. **2064**.

**Micheli**, Madeleine (nascida Peyrot). Esposa de Horace Micheli. **2064**.

**Miranda**, Henrique de. Diplomata brasileiro que iniciou a carreira como Adido de primeira classe, em 1876. Foi Encarregado de Negócios em Paris, até a chegada do barão de Itajubá, sucessor de Piza. Foi, ainda, E.E.M.P. em La Paz (1894) e em Lima (1895). **844, 1877**.

**Molé**, Louis-Mathieu (1781-1855). Político francês. Foi ministro da Justiça; ministro da Marinha e das Colônias; e ministro dos Negócios Estrangeiros (de 6 de setembro de 1836 a 31 de março de 1839), e ao mesmo tempo Presidente do Conselho de Ministros. **606, 876, 877, 878, 879, 950, 954, 955, 956, 1364**.

**Montanha**, Ignácio (1858-1933). Educador brasileiro. Diretor da “*Escola Braga*”, em Porto Alegre. Atualmente, a escola pública “*Colégio Estadual Inácio Montanha*”. **1402, 1403, 1406, 1412, 2065**.

**Monteiro**, Antonio Peregrino Maciel (1804-1868) (2º Barão de Itamaracá). Médico, poeta, político e diplomata brasileiro. Conselheiro e Deputado. E.E.M.P. em Lisboa. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros de 19 de setembro de 1837 a 16 de abril de 1839. **877, 949, 950**.

**Monteiro**, Arthur. Diplomata brasileiro, lotado na legação em Londres em 1900. No arquivo particular do barão, há registro de 24 cartas recebidas. **1178, 1179, 1180, 1241**,

**1242, 1429, 1439, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2591.**

**Monteiro**, Francisco Vieira (1849-1898). Diplomata brasileiro. E.E.M.P. em Bruxelas. Faleceu em Paris, em 28 de fevereiro de 1898. No arquivo particular do barão, há registro de 22 cartas recebidas e de uma expedida. **68, 540, 569, 1096, 1413, 1510.**

**Monteiro**, Joaquina Freitas de Santa Vitória Vieira ( 1858 - 1939). Viúva de Francisco Vieira Monteiro. 1718, 1721.

**Monteiro**, Tobias do Rego (1866-1952). Jornalista, banqueiro e político brasileiro. Senador pelo Rio Grande do Norte, de 1921 a 1923. Entrevistou Émile Zola sobre o caso Freyfus, em 24 de junho de 1898. No arquivo particular do barão, há registro de 30 cartas recebidas, uma expedida e uma de terceiro. **1611, 1659.**

**Montgelas**, Anna Maria Elisabeth Magdalene Clementine Susanna, Gräfin (*Condessa*) de Garnerin von (1895-1945). Filha de Edouard Anton Maximilian Maria, Conde de Montgelas, E.E.M.P. da Baviera em Berna. **2269, 2273, 2379, 2381, 2382, 2385, 2467, 2665, 2667, 2671, 2695.**

**Montgelas**, Edouard Anton Maximilian Maria, Graf (*Conde*) de *Garnerin von* (1854-1916). Conselheiro de legação, íntimo real da Baviera, e E.E.M.P em Berna. Apresentou credenciais em 19 de dezembro de 1895. Residia em Melchenbühlweg (perto de Muri). A Chancelaria da legação era situada na Rainmattstrasse 3. **1998, 2082, 2087, 2089, 2092, 2111, 2135, 2137, 2140, 2201, 2202, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2257, 2259, 2268, 2269, 2271, 2338, 2341, 2381, 2382, 2385, 2453, 2464, 2530, 2546, 2590, 2597, 2600, 2601, 2667, 2694, 2695, 2697, 2878.**

**Montgelas**, Edouardine. (*Condessa*). Filha do E.E.M.P. da Baviera em Berna, Conde de Montgelas. 2084, 2112, 2113, 2134, 2137, 2139, 2141, 2202, 2205, 2273, 2381, 2667, 2672, 2694.

**Montgelas**, Elisabeth (*Condessa*). Filha do E.E.M.P. da Baviera em Berna, Conde de Montgelas. 2084, 2112, 2113, 2134, 2137, 2139, 2141, 2202, 2205, 2251, 2261, 2266, 2268, 2269, 2271, 2273, 2333, 2341, 2342, 2381, 2418, 2667, 2672, 2694, 2695.

**Montgelas**, Izabel (*Condessa*) de Garnerin von. Filha do E.E.M.P. em Berna, Conde de Montgelas. 2084, 2112, 2113, 2134, 2137, 2139, 2141, 2202, 2205, 2251, 2261, 2266, 2268, 2333, 2341, 2342, 2381, 2665, 2667, 2672, 2694.

**Montgelas**, Maria Magdalene von Peterson, Gräfin (*Condessa*) de *Garnerin von* (1856-1931), esposa do E.E.M.P. da Baviera em Berna, Conde de Montgelas. 1975, 1995, 1997, 2082, 2084, 2087, 2089, 2111, 2113, 2115, 2133, 2135, 2137, 2139, 2140, 2198, 2201, 2202, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2211, 2251, 2271, 2323, 2333, 2385, 2385, 2418, 2419, 2453, 2464, 2467, 2477, 2530, 2538, 2597, 2601, 2665, 2667, 2670, 2687, 2694, 2695, 2697.

**Montholon-Sémonville**, Charles-Jean Tristan de (1843-1899) (conde). Diplomata francês. Embaixador da França em Berna, por ocasião da chegada de Rio-Branco. Faleceu subitamente, em 31 de agosto de 1899, à véspera de sair de férias. Montholon residia na “*Vila Favorite*” e a Chancelaria da embaixada se situava em Marktgasse 46. 1462, 1463, 1692, 1693, 1695, 1709, 1743, 1773, 1787, 1848, 1856, 1860, 1894, 1900, 1905, 1975, 1977, 1978, 1980, 1981, 1982, 1989, 1990, 1992, 2001, 2041, 2072, 2106, 3070.

**Montholon-Sémonville**, Maria Paulina de Souza Breves de Fé d'Ostiani de (? -1932). Brasileira, casada com Charles-Jean Tristan de Montholon-Sémonville, embaixador da França em Berna. **1975, 1977, 1978, 1980, 1981, 1982, 1989, 1992, 2001, 2002, 2007.**

**Montravel**, Louis-Marie-François Tardy de (1811-1864). Oficial naval francês (Contra-Almirante), explorador, cartógrafo e administrador colonial. Encarregado de realizar o levantamento hidrográfico da costa do norte do Brasil, da Guiana francesa e da foz do Amazonas, trabalho cartográfico que o ocupou de 1842 a 1845. **584, 881, 1227, 1298, 1598.**

**Moore**, John Bassett (1860-1947). Advogado, político, professor e jurista norte-americano. Foi assistente jurídico do Departamento de Estado (1885-1886) e, em seguida, nomeado secretário de Estado adjunto, até que, em 1891, tornou-se o primeiro professor catedrático de Direito Internacional na Universidade de Colúmbia. Moore foi, ainda, juiz do Tribunal da Haia, de 1912 a 1938, bem como juiz da Corte Permanente Internacional de Justiça, de 1920 a 1928. Moore prestou assessoria jurídica a Rio-Branco, por ocasião da defesa da causa brasileira contra a República Argentina, na questão de fronteiras que foi arbitrada pelo Presidente Grover Cleveland. O processo de arbitramento durou de 1893 a 1895. No arquivo particular do barão, há registro de 87 cartas recebidas e de seis expedidas. **1721, 1765, 2831, 2921.**

**Moraes**, Francisco Teixeira de. Historiador português do século 17. Autor do trabalho "*Relações históricas e políticas dos tumultos que sucederam na cidade de S. Luiz do Maranhão*" (1692). **1280.**

**Moraes e Barros**, Prudente José de (1841-1902). Advogado e político brasileiro. Presidente do Estado de São Paulo, Senador e terceiro Presidente do Brasil (1894-1898) e o primeiro político civil a assumir a presidência da República. Prudente de Moraes foi, igualmente, o primeiro presidente do Brasil, eleito por eleição direta. Representou a ascensão da oligarquia cafeicultora e dos políticos civis ao poder nacional, antes dominado pelos militares. Foi Prudente de Moraes quem autorizou que Rio-Branco fosse o advogado do Brasil, na questão com a França. **23, 25, 30, 34, 35, 36, 59, 62, 88, 119, 121, 139, 214, 294, 295, 299, 302, 315, 317, 318, 329, 330, 331, 338, 342, 348, 355, 390, 440, 442, 478, 479, 521, 522, 535, 539, 561, 574, 578, 581, 583, 617, 630, 651, 718, 730, 774, 816, 912, 941, 981, 1007, 1106, 1113, 1190, 1197, 1242, 1244, 1250, 1251, 1253, 1267, 1270, 1273, 1276, 1277, 1281, 1403, 1428, 1442, 1449, 1450, 1452, 1455, 1497, 1500, 1550, 1551, 1555, 1618, 1619, 1672, 1713, 1736, 1737, 1931, 2000, 2453, 2620, 2750, 2754.**

**Moreira**, Alfredo de Barros (1860-1928). Diplomata brasileiro; serviu em vários postos nas Américas e na Europa. Lotado na Legação em Paris, em 1896. Ministro residente (1909) e plenipotenciário (1911), foi o primeiro embaixador do Brasil na Bélgica, posto em que veio a falecer. No arquivo particular do barão, há registro de 35 cartas recebidas. **81, 365, 369, 536, 631, 682.**

**Moreira**, Francisco Inácio de Carvalho (1815-1906) (primeiro e único barão de Penedo). Advogado, político e diplomata brasileiro. Representou o Brasil como E.E.M.P. em Washington (1853-1854) e Londres. Teve papel importante junto à Santa Sé (1873) na “Questão Religiosa” e, em

Washington, defendeu a política brasileira de não-abertura do Rio Amazonas à navegação estrangeira. Exerceu vários cargos na Europa, entre eles o de E.E.M.P. na Grã-Bretanha. Recebeu do Papa a Grã-Cruz de 1ª classe da Ordem de São Gregório Magno de Roma e Portugal e a Grã-Cruz da Ordem de Cristo. **79, 226, 291, 535, 563, 572, 744, 911, 1321, 1370, 1380, 1403, 1404, 1405, 1414, 1490, 1506, 1635, 1706, 1708, 2342, 2385, 2411.**

**Morel**, Charles (1837-1902). Professor suíço de literatura e história. Foi professor de literatura latina, na academia de Lausanne. Trabalhou em Paris, de 1868 a 1874, na École Pratique des hautes études. De volta à Suíça, estabeleceu-se em Genebra, onde foi contratado como secretário de redação do *Journal de Genève*. Foi, ainda, professor extraordinário de arqueologia e de antiguidade, na Universidade de Genebra, de 1874 a 1902. Morel participou da fundação da agência telegráfica da suíça, ocorrida em 1894, da qual foi o presidente do conselho de administração, até sua morte. No arquivo particular do barão, há registro de oito cartas recebidas e uma de terceiro. **2259.**

**Morel**, Henri (1838-1912), advogado e político suíço (nascido na França por seu pai ter sido exilado). Empregado na Chancelaria de Estado em Neuchâtel (1852-1855) e na estação ferroviária em La Chaux-de-Fonds (1855-1867). Advogado de patentes de 1869 a 1877. Presidente do Tribunal Penal do cantão (1884) e do Tribunal de La Chaux-de-Fonds (1877-1887). De 1888 a 1892, foi Secretário e diretor do Bureau Internacional de Propriedade Intelectual, literatura e arte (1892-1912). Membro radical do Grande Conselho de Neuchâtel (1871-1887) foi também membro do Conselho dos Estados (1876-1880) e Conselheiro

Nacional (1880-1888, bem como presidente do Conselho Nacional de 1886 a 1887. Participou do projeto de revisão da Constituição Federal de 1872, ainda que contra as diretrizes de seu partido. **814, 2092, 2259, 2573.**

**Moreno**, Elvira. Filha de Enrique Moreno, diplomata argentino, E.E.M.P em Berna (mas residente em Roma, Itália). **2274, 2276, 2277, 2278, 2328, 2332.**

**Moreno Torres**, Maria Carolina (1877-1913). Filha de Enrique B. Moreno, diplomata argentino, E.E.M.P em Berna, com residência em Roma, Itália. Maria Carolina se casou, em agosto de 1900, com o conde Carlo Guicciardini, de Florença. **2276, 2277, 2278, 2328, 2332, 2388.**

**Moreno** Montes de Oca, Enrique B. (1846-1923). Diplomata argentino. Foi E.E.M.P em Berna, residente em Roma, Itália. Sua filha, Maria Carolina Moreno Torres (1877-1913) casou-se com o Conde de Guicciardini, de Florença, em 2 de outubro de 1900. Quando em Berna, Moreno hospedava-se no Hotel Bellevue. No arquivo particular do barão, há registro de cinco cartas recebidas. **1998, 2274, 2276, 2277, 2278, 2323, 2328, 2330, 2331, 2332, 2356, 2385, 2388, 2648.**

**Moriez**, Fernand Ludovic Marie Philomène Charpentier du (conde) (1847-1923). Militar francês. Adido militar (Coronel) em Berna (a partir de 1892). General de Brigada (1902) e General de Divisão (1908). Distinguiu-se na Primeira Guerra Mundial. Residiu em Berna na Laupenstrasse 27. **1744, 1773, 1976, 1977, 1979, 1999, 2008, 2073, 2082, 2084, 2085, 2086, 2091, 2092, 2112,**

**Mortier**, Pierre [Pieter] (1661-1724). Editor e comerciante de mapas, estabelecido em Amsterdã, onde publicou edições



holandesas de trabalhos de Sanson d'Abbeville, de Jaillot (*Le Neptune François*, em 1693, e *Atlas Nouveau*, em 1694). Também publicou edições de Nicolas de Fer (*Le Théâtre de la Guerre*, em 1702). Adquiriu, em 1706, os direitos de edição de inúmeras chapas de Frederick de Wit, além daquelas sobre cidades, elaboradas por Schenck e os Blaeus. **1849.**

**Motta**, José Pereira da Costa ( ? - ? ). Diplomata brasileiro. Foi E.E.M.P. em Santiago (1899), Lisboa (1908) e Buenos Aires (1911). **1877.**

**Mouchez**, Amedée Ernest Barthélémy (1821-1892). Oficial naval francês (seu último posto foi de Contra-Almirante), explorador, cartógrafo e diretor do Observatório de Paris. No início da carreira, participou de estudos hidrográficos nas costas da América do Sul. Chegou a Capitão-de-Fragata da Marinha Francesa, em **1867. 556, 557, 1299, 1598, 2788, 2789, 2912, 2982, 3021.**

**Mouttet**, Louis Guillaume (1857-1902). Administrador colonial francês. Depois de servir na Indochina, foi transferido para Guadalupe e, depois, para o Senegal. Em 1895, com a criação da África Ocidental Francesa, Mouttet foi nomeado Governador na Costa do Marfim e, em seguida, Governador da Guiana Francesa, em 1898. Em 1901, foi nomeado governador em Fort-de-France, Martinica e, em 1902, durante viagem de inspeção ao norte da ilha, acompanhado de sua esposa e funcionários do governo, foi vítima, juntamente com 28 mil habitantes da ilha, da erupção inesperada do vulcão na "*Montagne Pelée*". **1683.**

**Müller**, Eduard (1848-1919). Político suíço, eleito para o Conselho Federal em 1895, onde permaneceu até sua morte em 1919. Müller ocupou a presidência da Confederação suíça em 1899 e atuou como relator do processo de arbitragem entre

o Brasil e a França. Por ter sido relator, quando presidente de turno da Confederação em 1899, os demais Conselheiros Federais concordaram em que continuasse como relator, no ano seguinte, até a entrega do laudo arbitral. De 1900 a 1906, chefiou o Departamento Militar. **1815, 1847, 1852, 1861, 1863, 1864, 1866, 1868, 1871, 1881, 1896, 1909, 1937, 1953. 1954, 2034, 2040, 2053, 2054, 3055, 2063, 2064, 2066, 2081. 2098, 2099, 2102, 2136, 2144, 2145, 2181, 2182, 2184, 2189, 2192, 2193, 2200, 2203, 2204, 2210, 2211, 2214, 2215, 2215, 2222, 2223, 2224, 2248, 2251, 2252, 2256, 2275, 2276, 2281, 2290, 2291, 2292, 2293, 2295, 2303, 2307, 2316, 2318, 2331, 2340, 2355, 2356, 2357, 2371, 2372, 2373, 2381, 2398, 2402, 2405, 2406, 2422, 2444, 2453, 2454, 2455, 2456, 2459, 2460, 2461, 2462, 2464, 2473, 2474, 2480, 2481, 2483, 2484, 2486, 2487, 2490, 2491, 2492, 2502, 2519, 2523, 2531, 2536, 2540, 2543, 2553, 2558, 2560, 2561, 2562, 2638, 2642, 2643, 2646, 2656, 2702, 2718, 2734, 2870, 2873, 2878, 2880, 2883, 2884, 2885, 2896, 2933, 2941, 2968.**

**Müller**, Sarah. Filha do Conselheiro federal, Eduard Müller. **2453, 2454, 2460, 2465, 2638, 2642, 2643, 2648, 2656.**

**Muniz**, José Antônio. Diplomata brasileiro lotado na Legação em Paris, por volta de 1896. No arquivo particular do barão, há registro de quarenta e sete cartas recebidas, uma expedida e uma de terceiro. **1613.**

**Muralt**, M. Gaston de (barão). **1978, 1979, 1993, 2008, 2206.**

**Muralt**, M. Amédée de (von) (barão) (1829-1909). Engenheiro suíço. Estudou engenharia em Paris, na *École centrale de Paris* (diplomado em 1849). Engenheiro em Lucerna, Basileia e na companhia da Central-Suíça, em Langenthal, de 1853 a 1857. Membro do Conselho comunal de Berna, de 1868

a 1888, onde foi presidente da Comissão de construções; deputado do Grande Conselho (1870-1874, 1894-1909) e presidente (1900 a 1901); membro do Conselho da cidade de Berna (1888-1895); presidente do Conselho da Burguesia de Berna (“*Burgergemeinder*” - “*Commune de la Bourgeoisie de Berne*”), de 1889 a 1909. Conservador respeitado, encorajou o desenvolvimento do bairro de Kirchenfeld, a construção da ponte do *Kornhaus* e do museu histórico de Berna, a partir de 1892. Encorajou, ainda, a construção do Casino (1906 a 1908). **1979, 2092, 2639, 2687.**

**Muralt**, Natalie (von) (baronesa) (em solteira, von Tavel, filha de Ludwig Karl von Tavel). Esposa de Amédée von Muralt. **1979, 2688.**

**Mutzeabecker** (Mme). **2687.**

## N

**Nabuco** de Araújo, Joaquim Aurélio Barreto (1849-1910). Advogado, jornalista, político, escritor e diplomata brasileiro. O início de sua associação com a diplomacia brasileira deu-se em 1876, quando foi nomeado adido em Washington. No ano seguinte é removido para a legação em Londres. Manteve suas convicções monárquicas, depois de proclamada a República, ano em que se casou com Evelina Torres Soares Ribeiro. A pedido de Campos Salles, em 1899, aceitou representar o Brasil na questão de limites com a então Guiana Inglesa. Como chefe de missão especial, deslocou-se para Londres para preparar a defesa brasileira. Pouco depois, acumulou essa função com a de chefe da legação brasileira. A questão, submetida a arbitramento pelo rei da Itália, não foi favorável ao Brasil. Ainda assim, foi nomeado embaixador em Washington. Em Londres, morou

em 52 Cornwall Gardens, S. W. No arquivo particular do barão, há registro de cento e oitenta e seis cartas recebidas, trinta e duas expedidas e vinte e três de terceiros. **19, 176, 1443, 1636, 1684, 1831, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1931, 1940, 1949, 1959, 1964, 1965, 1980, 1981, 1985, 1993, 1994, 1995, 2007, 2063, 2119, 2130, 2138, 2142, 2143, 2325, 2342, 2388, 2389, 2390, 2409, 2410, 2424, 2425, 2468, 2539, 2599, 2705, 2717, 2833.**

**Negrotto-Cambiaso**, Lazzaro (Marquês de). Italiano. Serviu como Adido na legação da Itália em Berna, em 1899. **2000, 2092, 2116, 2201, 2267, 2277, 2326, 2327, 2465, 2476, 2648, 2695.**

**Nery**, Frederico José de Sant'Anna (1848-1901), Historiador brasileiro. Agraciado barão pela Santa Sé. Escreveu a *Esquisse de l'Histoire du Brésil* para o livro *Le Brésil en 1889* e contribuiu para a *Grande Encyclopédie* de Pierre-Emile Levasseur. **99, 294, 295, 636, 673, 1349, 1441, 1449, 1450, 1460, 2592.**

**Nioac**, Alfredo da Rocha Faria de (2º barão de Nioac – não herdou o título de Visconde com grandeza e conde, de que seu pai, Manuel Antonio da Rocha Faria (1830-1894) era titular). No arquivo particular do barão, há registro de quatro cartas recebidas. **1669, 1672, 1673.**

**Nioac**, Cecília Helena da Rocha Faria de (baronesa de Nioac) (1866-1943) (em solteira, Cecília Helena Monteiro de Barros). Esposa de Alfredo da Rocha Faria de Nioac. **1321, 1490, 1669, 1672, 1673,**

**Nioac** (condessa). **1669, 1670, 1672, 1682, 1683, 1684, 1721, 1722, 1747, 1985, 2338, 2341, 2420, 2421, 2423, 2425, 2693.**

**Nioac**, Alberto (conde). *1721, 1722, 1742, 2338, 2420, 2421, 2423, 2425, 2591.*

**Nisard**, François Auguste Armand (1841-1925), Bacharel em Direito. Em 1864, lotado na Direção Política (contenciosos) do MNE. Redator na Direção Política (1871). Subdiretor da Direção Política (1881). Diretor de Assuntos Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, durante a administração do Ministro Gabriel Hanotaux. Removido, em seguida, para Roma (Vaticano). Nos encontros profissionais com Nisard, Gabriel de Toledo Piza teve relacionamento extremamente difícil com o Quai d'Orsay, com desgaste considerável para a legação do Brasil, em decorrência do comportamento pouco diplomático do representante brasileiro. *357, 358, 435, 436, 437, 438, 439, 476, 477, 504, 686, 747, 763, 764, 765, 766, 771, 786, 794, 796, 797, 820, 825, 837, 838, 858, 859, 860, 982, 1055, 1070, 1101, 1127, 1134, 1168, 1709, 1747, 1773, 1787, 1788.*

**Nottenroéli**, Willie de. *2698.*

**Nottenroéli**, (Sra.) Willie de. *2698.*

## O

**Olano y Ville**, (?). Secretário de legação do Perú na Suíça em 1900. *2388.*

**Oliveira**, Amadeu de. Estudante da Escola Politécnica de São Paulo. *2452, 2453,*

**Oliveira**, Camillo Jorge de. *1123, 1175, 1413.*

**Oliveira**, José Manuel Cardoso de (1865-1964). Bacharel em Direito e diplomata. Antes de ingressar na carreira diplomática,

foi Promotor Público, Juiz Municipal e de Órfãos, Juiz de Direito e Curador Geral de Órfãos do Termo de S. Felix, além de Promotor de Capelas e Resíduos do mesmo Termo. Como diplomata, foi nomeado Segundo Secretário e removido para Berlim, onde serviu de 16 de janeiro de 1896 a 3 de janeiro de 1898, de onde partiu removido para Berna. Na Capital suíça, serviu de 3 de janeiro de 1898 a 28 de abril de 1901, embora os registros suíços indiquem que fora credenciado a primeiro de outubro de 1898. Durante seu tempo na Suíça, foi promovido a Primeiro Secretário, em 17 de outubro de 1899. Em Berna, foi Encarregado de Negócios, até sua partida, ao ser removido para Londres. Serviu, ainda, como representante consular no México, e, em seguida, em Washington, nesse último, na administração de Domicio da Gama. Serviu, ainda, em Santiago de 1917 a 1922. Como Embaixador, foi removido para Lisboa, onde permaneceu de 10 de outubro de 1922 a 30 de junho de 1929. Seu tempo em Berna como Encarregado de Negócios coincidiu aproximadamente com a estada de Rio-Branco naquela Capital, quando acompanhou a tramitação do processo arbitral que levou ao laudo favorável ao Brasil, na questão de fronteira com a Guiana francesa, a cargo de arbitramento pelo Conselho Federal suíço. Cardoso de Oliveira residiu até 1899 no Hotel Bernerhof, após o que se mudou para Thunstrasse 24. A Chancelaria da legação se situava à Effingerstrasse 16. No arquivo particular do barão, há registro de trinta e quatro cartas recebidas. **1764, 1776, 1777, 1823, 1862, 1864, 1999, 2114, 2131, 2251, 2268, 2456, 2468, 2602, 2619, 2687, 2695, 2698, 2922, 2975.**

**Oliveira, Plínio de.** Diplomata brasileiro. **1906.**

**Oliveira, Raul Regis de (1874-1942).** Diplomata brasileiro. Ingressou na carreira diplomática em 1895. Seu primeiro posto foi Roma, onde serviu como Adido, seguido de Washington, onde já ocupava a posição de Secretário. Como E.E.M.P, serviu vários anos em Tóquio, seguido de Havana (1913 a 1914); e Viena (1915 a 1916. Após passagem pela Secretaria de Estado, foi removido para Paris (1920 a 1922), como embaixador; e, em seguida, Haia (1922); e México (1923). Em 1925, foi removido para Londres como embaixador, onde permaneceu até 1937. No arquivo particular do barão, há registro de uma carta recebida. **424, 1876, 2389.**

**Oliveira, Ruy Barbosa de (1849-1923).** Advogado, jornalista, jurista, político, diplomata e ensaísta brasileiro. Foi membro fundador da ABL. **81, 1128, 1129, 1159, 1179, 1182, 1251, 1252, 1403, 1441, 1443, 1485, 1495, 1551, 1552, 1553, 1554, 1555, 2000.**

**Olney, Richard (1835-1917).** Advogado e político norte-americano. Foi Secretário de Estado de 1895 a 1897. **976, 1108, 1147, 1148, 1149, 1794.**

**Olmedilla, Juan de la Cruz Cano y (1734-1790).** Cartógrafo, ilustrador e gravador espanhol. Foi, durante muitos anos, cartógrafo oficial de Carlos III da Espanha. **2802, 2803, 2804, 2807, 2863.**

**Orléans, Louis de (Louis Charles Philippe d'Orléans Raphaël) (1814-1896) (Príncipe).** Foi o segundo filho do futuro rei Louis-Philippe I de França, com Maria Amalia de Nápoles e Sicília. Sob o reinado de seu pai, de 1830-1848, foi chamado de o Príncipe Louis, duque de Némours. **634.**

**Ortelius**, Abraham (1527-1598). Cartógrafo nascido na França mas que se estabeleceu na Holanda, onde criou o primeiro atlas. **1333, 1334, 1335, 1497, 1498, 2367.**

**Ortigão**, José Duarte Ramalho (1836-1915). Professor, jornalista e escritor português. **2379.**

**Ory**, Don German-M. de. E.E.M.P. da Espanha em Berna, entre 1898 e 1901. Apresentou credenciais a 13 de agosto de 1898. Residiu em Stadtbach, Wildhainweg 16, mesmo endereço da Chancelaria espanhola. **1744, 1976, 1978, 1979, 1981, 1995, 1998, 2089, 2092, 2138, 2204, 2257, 2258, 2277, 2331, 2332, 2338, 2381, 2535, 2538, 2610.**

**Ory** (Mme.). **1975, 1978, 1979, 1981, 1995, 1997, 2116, 2134, 2204, 2257, 2258, 2277, 2331, 2332, 2338, 2388, 2412, 2415, 2415, 2535.**

**Otero**, Carlos Alberto de. Visitou Rio-Branco em outubro de 1900. **2476.**

## P

**Paim**, Roque Monteiro (1643-1706). Político português. Secretário de Estado do rei Pedro II de Portugal, que lhe deu plenos poderes em 25 de novembro de 1699, para assinar o Tratado provisório de limites de 4 de março de 1700. **267, 691, 1167, 1168.**

**Paiva**, Ataúlfo Nápoles de (1867-1955). Advogado e magistrado brasileiro. Foi juiz municipal, juiz do Tribunal Civil e Criminal do Rio de Janeiro; Desembargador e Presidente do Tribunal de Apelação; Ministro do STF e Presidente do Conselho Nacional de Trabalho. **2333.**



**Pálffy**, Maurice (Dr.) (conde). Secretário da Legação da Áustria-Hungria em Berna. 2135, 2138, 2419, 2595, 2643, 2646, 2647, 2665, 2667, 2671, 2689, 2697, 2698, 2716, 2719.

**Pálffy** (condessa). 2452, 2539, 2541, 2590, 2595, 2643, 2647, 2665, 2667, 2671, 2687, 2689, 2697, 2698, 2716, 2719.

**Paranhos Júnior**, José Maria da Silva (1845-1912) (Barão do Rio-Branco). 3288.

**Paranhos**, Maria Clotilde da Silva (1875 - ?), filha do Barão do Rio-Branco. Casou-se com Henry Hébert. 126, 1176, 1180, 1248, 1250, 1251, 1289, 1353, 1354, 1378, 1379, 1416, 1432, 1443, 1488, 1564, 1609, 1611, 1612, 1659, 1682, 1716, 1717, 1718, 1719, 1721, 1748, 1810, 2112, 2130, 2198, 2271, 2343, 2380, 2416, 2420, 2638, 2639, 2641, 2703.

**Paranhos**, Marie Hortensia (1885 - ?), filha do Barão do Rio Branco. 37, 297, 370, 418, 419, 421, 486, 488, 489, 490, 536, 539, 540, 569, 571, 628, 629, 634, 635, 676, 681, 683, 735, 740, 745, 845, 847, 848, 866, 913, 927, 940, 1018, 1107, 1124, 1125, 1129, 1241, 1244, 1246, 1289, 1290, 1319, 1350, 1351, 1352, 1353, 1354, 1355, 1371, 1405, 1412, 1431, 1490, 1508, 1509, 1540, 1541, 1564, 1565, 1566, 1612, 1613, 1614, 1639, 1640, 1659, 1668, 1669, 1672, 1673, 1681, 1685, 1705, 1715, 1716, 1717, 1720, 1722, 1724, 1741, 1746, 1747, 1749, 1809, 1810, 1811, 1820, 1849, 1905, 1907, 1961, 1963, 1979, 1980, 1989, 1993, 1995, 1996, 2008, 2063, 2064, 2066, 2077, 2087, 2088, 2090, 2112, 2117, 2129, 2131, 2132, 2133, 2134, 2137, 2138, 2140, 2141, 2197, 2198, 2200, 2202, 2205, 2206, 2208, 2209, 2211, 2251, 2252, 2253, 2256, 2257, 2261, 2263, 2264, 2266, 2268, 2269, 2270, 2272, 2273, 2274, 2278, 2323, 2326, 2328, 2330, 2332, 2333, 2334,

2336, 2337, 2338, 2341, 2342, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2386, 2387, 2388, 2411, 2414, 2415, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2423, 2427, 2451, 2452, 2457, 2458, 2460, 2463, 2465, 2471, 2472, 2475, 2476, 2477, 2529, 2530, 2531, 2533, 2535, 2536, 2538, 2539, 2542, 2543, 2544, 2589, 2593, 2597, 2602, 2642, 2650, 2668, 2670, 2671, 2672, 2687, 2689, 2690, 2698, 2702, 2716, 2717, 2718.

**Paranhos**, João Horácio da Silva (1860-1900), irmão do Barão do Rio-Branco. Oficial do Exército, faleceu com a patente de Capitão. Casou-se com Petronilha Peña, com quem teve sete filhos (Cecília, Elvira, Homero, Gastão, Alcides, Iolande e Carlos). Rio-Branco sustentou Petronilha com recursos financeiros, por muitos anos, após a morte de seu marido. **365, 2065, 2640, 2703.**

**Paranhos**, José Maria da Silva (1819-1880) (outorgado título de visconde do Rio-Branco pelo Imperador, em 1870). Jornalista, professor, político, diplomata e estadista brasileiro. Pai de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio-Branco. **1493, 1934.**

**Paranhos**, Maria Amelia (1878–1957 - 3 de outubro), filha do Barão do Rio-Branco e Marie Philomène Stevens do Rio-Branco. Casou-se com Gustav Karl Marian von Werther (Barão von Werther), de quem se separou; em segunda núpcias, casou-se com José Thomaz Nabuco de Gouveia, filho de Hilário Soares de Gouveia e Rita de Cássia Barreto Nabuco de Araújo. **37, 127, 297, 370, 418, 419, 421, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 535, 539, 540, 564, 569, 571, 629, 635, 673, 674, 676, 677, 683, 735, 740, 742, 743, 844, 845, 847, 848, 866, 927, 928, 929, 931, 938, 940, 944, 1018, 1022, 1022, 1027, 1107, 1124, 1125, 1178, 1180, 1241,**

1244, 1246, 1247, 1248, 1249, 1287, 1288, 1289, 1290,  
1292, 1319, 1322, 1324, 1325, 1349, 1350, 1351, 1352,  
1353, 1354, 1355, 1371, 1372, 1378, 1401, 1405, 1406,  
1414, 1440, 1442, 1443, 1489, 1490, 1506, 1507, 1508,  
1509, 1539, 1540, 1541, 1563, 1565, 1566, 1567, 1609,  
1610, 1611, 1612, 1613, 1614, 1635, 1637, 1638, 1639,  
1640, 1657, 1658, 1659, 1667, 1668, 1669, 1670, 1672,  
1673, 1681, 1685, 1705, 1706, 1707, 1708, 1715, 1717,  
1718, 1720, 1721, 1722, 1723, 1724, 1741, 1744, 1745,  
1747, 1749, 1798, 1799, 1809, 1810, 1811, 1820, 1821,  
1846, 1849, 1905, 1907, 1932, 1961, 1963, 1975, 1976,  
1977, 1978, 1979, 1980, 1982, 1989, 1992, 1993, 1995,  
1996, 2008, 2064, 2066, 2079, 2081, 2082, 2084, 2087,  
2088, 2089, 2090, 2091, 2112, 2113, 2115, 2116, 2117,  
2129, 2131, 2132, 2133, 2134, 2137, 2138, 2139, 2140,  
2141, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204,  
2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2211, 2213, 2251, 2252,  
2253, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2261, 2262, 2263,  
2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272,  
2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2323, 2325, 2326,  
2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336,  
2337, 2338, 2341, 2342, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383,  
2384, 2386, 2387, 2388, 2409, 2410, 2412, 2413, 2414,  
2415, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2423, 2425, 2426,  
2451, 2452, 2455, 2457, 2458, 2460, 2463, 2465, 2466,  
2468, 2469, 2471, 2472, 2475, 2476, 2477, 2494, 2529,  
2530, 2531, 2532, 2533, 2535, 2536, 2538, 2539, 2540,  
2543, 2544, 2545, 2589, 2593, 2597, 2598, 2601, 2616,  
2632, 2637, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2646, 2647,  
2650, 2651, 2654, 2665, 2666, 2667, 2668, 2670, 2671,  
2687, 2688, 2689, 2690, 2693, 2694, 2695, 2696, 2697,  
2698, 2702, 2713, 2716, 2717, 2718.

**Paranhos**, Marie Philomène Stevens da Silva (1850-1898), esposa do barão do Rio-Branco e mãe dos cinco filhos de Rio-Branco, Raul, Clotilde, Paulo, Amelia e Hortensia. (vide Stevens, abaixo). **38, 70, 635, 636, 673, 683, 735, 740, 847, 848, 942, 1018, 1105, 1110, 1111, 1112, 1130, 1241, 1246, 1247, 1248, 1250, 1290, 1291, 1319, 1350, 1353, 1357, 1358, 1369, 1370, 1371, 1372, 1378, 1431, 1488, 1489, 1491, 1492, 1493, 1506, 2700, 2703.**

**Paranhos**, Paulo Agenor da Silva (do Rio Branco) (1876-1927), médico brasileiro/francês, filho do Barão do Rio-Branco. Nasceu e viveu em Paris. Casou-se com Françoise Obert. **21, 37, 38, 126, 253, 293, 294, 296, 368, 419, 486, 488, 539, 568, 681, 682, 683, 735, 843, 845, 847, 848, 866, 933, 945, 1124, 1176, 1180, 1241, 1247, 1248, 1290, 1319, 1322, 1354, 1369, 1372, 1377, 1403, 1406, 1413, 1414, 1427, 1488, 1509, 1539, 1542, 1565, 1566, 1567, 1611, 1635, 1637, 1638, 1652, 1657, 1659, 1668, 1715, 1720, 1722, 1815, 1959, 1980, 2118, 2119, 2134, 2137, 2138, 2141, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2329, 2342, 2389, 2390, 2409, 2410, 2411, 2412, 2592, 2639, 2690, 2694, 2711, 2712.**

**Paranhos**, Raul da Silva (do Rio-Branco) (1873-1945). Diplomata brasileiro, filho do barão do Rio-Branco. Escreveu a obra "*Reminiscências do Barão do Rio-Branco*", biografia de seu pai, publicada em 1945, pela Editora José Olympio. Após o falecimento do seu pai, foi E.E.M.P. em Berna, onde permaneceu de 1912 a 1934 (22 anos), após o que se aposentou do Serviço diplomático. **126, 127, 169, 177, 178, 196, 253, 293, 294, 295, 365, 366, 367, 368, 369, 377, 379, 381, 422, 433, 486, 488, 539, 568, 572, 628, 646, 683, 735, 740, 742, 777, 843, 844, 845, 848, 911, 913, 933,**

940, 943, 944, 1019, 1022, 1027, 1115, 1124, 1130, 1176,  
1178, 1180, 1241, 1245, 1247, 1248, 1250, 1287, 1319,  
1322, 1350, 1353, 1354, 1371, 1372, 1377, 1403, 1405,  
1406, 1412, 1413, 1414, 1416, 1432, 1441, 1442, 1443,  
1444, 1488, 1489, 1490, 1508, 1509, 1516, 1539, 1541,  
1565, 1566, 1567, 1610, 1611, 1612, 1613, 1614, 1635,  
1637, 1638, 1639, 1652, 1657, 1658, 1659, 1667, 1668,  
1671, 1672, 1681, 1683, 1685, 1705, 1706, 1707, 1715,  
1717, 1718, 1720, 1721, 1722, 1725, 1741, 1744, 1745,  
1749, 1752, 1798, 1799, 1802, 1809, 1810, 1811, 1815,  
1820, 1832, 1846, 1847, 1849, 1862, 1864, 1877, 1896,  
1905, 1953, 1954, 1961, 1975, 1976, 1977, 1979, 1989,  
1991, 1992, 1994, 1995, 1996, 2008, 2063, 2070, 2079,  
2088, 2089, 2090, 2091, 2112, 2113, 2115, 2116, 2117,  
2120, 2122, 2134, 2137, 2140, 2141, 2197, 2198, 2200,  
2202, 2203, 2253, 2262, 2264, 2265, 2267, 2268, 2269,  
2270, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2323, 2324,  
2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334,  
2335, 2337, 2338, 2341, 2342, 2379, 2380, 2382, 2384,  
2386, 2388, 2412, 2414, 2415, 2417, 2418, 2419, 2420,  
2421, 2423, 2425, 2426, 2427, 2451, 2452, 2455, 2457,  
2460, 2462, 2463, 2465, 2466, 2468, 2471, 2472, 2476,  
2477, 2517, 2524, 2525, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533,  
2535, 2536, 2539, 2540, 2543, 2544, 2545, 2587, 2593,  
2597, 2598, 2601, 2619, 2625, 2632, 2637, 2642, 2643,  
2646, 2647, 2650, 2651, 2654, 2665, 2667, 2668, 2670,  
2671, 2687, 2688, 2689, 2690, 2694, 2695, 2698, 2702,  
2713, 2716, 2717, 2718, 2733.

**Paranhos**, Teresa de Figueiredo Rodrigues de Faria (1828-1890)  
(viscondessa do Rio-Branco). Esposa de José Maria da Silva  
Paranhos, Visconde do Rio-Branco. 1354, 1493.

**Parente**, Bento Maciel (1567-1642), Militar português e explorador. Participou de várias fases da resistência contra os holandeses, como Capitão-Mor do Pará. Em 1637, em reconhecimento dos seus serviços, recebeu de Felipe III de Portugal a donataria da Capitania do Cabo Norte (atualmente parte do Estado do Amapá). Ali, mandou construir marcos de fronteira pedra esculpida, no alto da montanha Comaribo, para assinalar o rio Vicente Pinson. **266, 1184, 1781, 2362, 2366, 2368, 2391, 2946, 2949.**

**Pauguet**, Mathieu. **2669, 2689.**

**Pauncefote**, Julian (1828-1902), Advogado, juiz e diplomata inglês. Chefiou a representação diplomática inglesa em Washington, de 1889 a 1902. No arquivo particular do barão, há registro de três cartas recebidas. **976, 1108, 1147, 1148, 1149.**

**Pedro II**, Dom (Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocárdio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga) (1825-1891). Segundo e último Imperador do Brasil. No arquivo particular do barão, há registro de vinte e cinco cartas expedidas. **106, 120, 150, 243, 407, 548, 552, 634, 801, 885, 887, 899, 902, 1137, 1238, 1375, 1384, 1603, 1884, 1885, 2304, 2305.**

**Pelletan**, Charles Camille (1846-1915). Jornalista e político francês. Foi deputado, senador (pelo Departamento de *Bouches-du-Rhône*) e ministro da Marinha, de 28 de dezembro de 1902 a 24 de janeiro de 1905. **1821, 1822, 1824, 1825, 1826, 1827.**

**Penedo**, Francisco Inácio de Carvalho Moreira (1815-1906) (barão de). Advogado, político e diplomata brasileiro. Deputado por Alagoas, de 1849 a 1852, quando entrou para o serviço

diplomático e enviado aos Estados Unidos. Ministro plenipotenciário em Londres. Distinguiu-se também junto à Santa Sé (1873) na “Questão Religiosa”, e destacou-se como presidente da Comissão Brasileira na Exposição Universal de Paris. **79, 226, 291, 535, 563, 572, 744, 911, 1321, 1370, 1380, 1403, 1404, 1405, 1414, 1490, 1506, 1635, 1706, 1708, 2342, 2385, 2411.**

**Penedo** (baronesa de). **226, 291, 535, 1370, 1380, 1403, 1405, 1414, 1490, 1506, 1635, 1706, 1708, 2342.**

**Peralta y Alfaro**, Manuel María de (1847-1930) (segundo e último Marquês de Peralta). Diplomata e historiador costarricense. Serviu como Ministro Plenipotenciário duas vezes na França (1879 a 1883 e 1887 a 1930). Casou-se com a Condessa belga Jehanne de Clérenbault de Soer (1845-1919), prima de Ferdinand Marie de Lesseps. O Instituto diplomático da Costa Rica leva seu nome. **674, 675, 1345, 1906, 2446,**

**Pereira**, Manuel Victorino (1853-1902). Escritor, médico e político brasileiro. Foi Governador da Bahia e Vice-Presidente, no mandato de Prudente de Moraes, e Presidente da República (interino), por quase quatro meses, durante a enfermidade do titular. Durante sua interinidade (1896-1897), transferiu a sede do Governo do Palácio Itamaraty para o Palácio do Catete, que adquiriu para a República. **1106, 1189, 1190, 1243, 1253, 1441, 1550, 1931, 1944.**

**Pernay**, Elisabeth de (Mlle) (? - ?). Amiga e correspondente de Rio-Branco e sobrinha de José Arthur de Souza Correa. **420, 1432, 1487, 1745, 1748, 2117, 2118, 2120, 2142, 2276, 2411, 2420.**

- Perron**, Charles (1837-1909). Cartógrafo anarquista suíço. Colaborador, como principal desenhista, das ilustrações da "Nouvelle Géographie Universelle" de Elysée Réclus. **2786**
- Perthes**, Johann Georg Justus (1749-1816). Editor alemão. Diretor do *Geographische Anstalt de Gotha*; editor do periódico "Petemann's Mittheilungen" e do "Atlas de Stieler". **1681, 1692, 1769, 1945.**
- Pessoa**, Epitácio Lindolfo da Silva (1865-1942). Jurista e político brasileiro. Presidente da República (1919-1922). Eleito anteriormente em 1918, não tomou posse por motivo de doença. Seu período de governo foi marcado por revoltas militares que acabariam na Revolução de 30, que levou Getúlio Vargas ao governo federal. Foi ainda deputado federal, duas vezes, Ministro da Justiça, Ministro do STF, Procurador-Geral da República Senador (três mandatos) e chefe da delegação brasileira à Conferência de Versailles. Por fim, foi feito juiz da Corte Internacional da Haia. **1415, 1667, 1705.**
- Petit**, Celestine Jeanne (nascida Jacob) (1851-1913). Esposa do Dr. Claude Alexandre Petit e madrinha de Hortensia, filha de Rio-Branco. Celestine Jeanne teve seis filhos: Claude (1872); Paul Joseph Guillaume (1873-1965); Henriette (1877-1881); Georges-Pierre (1879-1951); Julie Alphonsine (1888-1963); e Marie (1889-1959). Rio-Branco foi padrinho de batismo de Marie. **223, 365, 487, 536, 569, 683, 1612, 2690, 2711.**
- Petit**, Dr. Claude-Alexandre (1842-1937). Médico francês, especialista em hidroterapia. Escreveu "*Traitement de la Goutte et des Manifestations Arthritiques aux Eaux de Royat*", trabalho muito difundido na época. Tornou-se amigo do Barão do Rio-Branco, que foi padrinho de sua filha, Marie Petit. A esposa do Dr. Petit, Celestine Jeanne, foi madrinha de Hortensia, filha de Rio-Branco. No arquivo particular do



barão, há registro de oito cartas recebidas. **67, 223, 224, 251, 365, 486, 487, 540, 569, 1018, 1412, 1429, 1490, 1566, 1612, 1747, 2690, 2711, 2713, 2715.**

**Petit**, Marie (1889-1959). Filha do Dr. Claude Alexandre Petit e de Celestine Jeanne. Marie foi afillhada de Rio- Branco. No arquivo particular do barão, há registro de três cartas recebidas. **223, 224, 365, 569, 683, 1429, 2690, 2711.**

**Peyrot**, Jean-Joseph (Dr.) (1843-1917). Médico e político francês. Formou-se em medicina em 1876 e em 1877, já trabalhava como patologista na Faculdade de Medicina e como cirurgião no Hospital Lariboisière, em 1878. Em 1880 já era professor associado. Foi encarregado de uma missão pelo governo em 1877, durante a guerra Russo-Turca, a fim de estudar o funcionamento de ambulâncias, durante o que tratou de feridos e fez diversas observações sobre ferimentos causados por armas de fogo. Em 1880, foi eleito membro da Sociedade de Cirurgia. Sua notável carreira é coroada por sua eleição para a Academia de Medicina em 1898, na vaga de Le Péan. Peyrot fez importantes contribuições aos tratados sobre medicina e cirurgia, bem como aos relatórios da Academia de Medicina e os da Sociedade de Cirurgia. Foi eleito Senador pela Dordonha, em 1903, ao derrotar nas urnas seu colega médico, Samuel Pozzi. Reeleito em 1912, permaneceu como senador até sua morte em 1917. Suas principais contribuições incluem: o trabalho de mulheres e crianças em estabelecimentos industriais (1904), o uso de compostos de chumbo na pintura (1906), o orçamento da Marinha (1907), os orçamentos de guerra, durante os anos 1908, 1910 e 1911, e moradia de baixo custo (1912). O Dr. Peyrot foi um dos médicos que integrou a equipe reunida para tratar de Marie, esposa de Rio-Branco, durante sua doença terminal. **67, 296, 676.**

**Pfeil**, Ludwig (Alois) Konrad (1638-1701). Padre jesuita e professor de matemática. Natural de Constança, foi missionário em nome do Rei de Portugal, na Capitania do Cabo do Norte, no Rio Araguari (em região disputada entre o Brasil e a França). Depois do assassinato dos padres Bernardo Gomes e Antonio Pereira pelos índios Tapuyas, Pfeil fundou a aldeia de Taparapixy, onde viveu de 1687 a 1692. Seus manuscritos contribuíram como prova adicional de que o território disputado entre os rios Araguari e o Oiapoque sempre pertenceram ao Brasil. Esses manuscritos foram procurados por Rio-Branco, através de seu emissário, Francisco de Paula Suarez, na Espanha. Mais tarde, quando se estabeleceu em Cameta, no Rio Tocantins, Pfeil realizou ainda importantes estudos de cartografia da Amazônia. **1785, 2298, 2318, 2329, 2353, 2354, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2362, 2473, 2484, 2858, 2867, 2897.**

**Pfyffer**, Josephine Maria Johanna von (em solteira, Maria Johanna Reichmann., filha de Heinrich Reichmann, industrial, de Varsóvia). Esposa de Hans (von Altishofen) Pfyffer. **2689.**

**Phipps**, (Sir) Edmund Constantine Henry K.C.M.G., C.B. (1840-1911). Diplomata inglês. Foi E.E.M.P. no Rio de Janeiro, de 1894 a 1900. Serviu ainda como Cônsul-Geral em Budapeste (Império Áustro-Húngaro) (1881-1885); Secretário de Embaixada em Viena (Império Áustro-Húngaro) (1885-1892); Secretário de Embaixada em Paris (1892-1893); E.E.M.P. em Paris (1893-1894; e E.E.M.P. em Bruxelas (1900-1906). No arquivo particular do barão, há registro de duas cartas recebidas. **155, 216, 252, 337, 338, 339, 342, 441, 442, 533, 534, 847, 926, 946, 952, 953, 1030, 1034, 1155, 1160, 1355, 1405, 1715.**

**Pichon**, Stephen-Jean-Marie (1857-1933). Jornalista, diplomata e político radical-socialista francês. Foi duas vezes deputado e senador (1906 a 1924), bem como ministro dos Negócios Estrangeiros em diversas ocasiões (em 1906 e 1920), em diferentes governos da Terceira República. Serviu como E.E.M.P. no Rio de Janeiro, de 17 de abril de 1896 a 8 de dezembro de 1897, ano em que negociou e assinou o tratado de arbitragem, referente às fronteiras entre o Brasil e a Guiana francesa. 357, 384, 385, 435, 499, 509, 520, 546, 561, 569, 570, 573, 574, 575, 580, 581, 595, 596, 617, 618, 637, 653, 655, 656, 671, 680, 690, 695, 704, 709, 714, 715, 716, 729, 730, 765, 771, 772, 786, 787, 794, 795, 816, 818, 819, 820, 831, 857, 864, 865, 866, 867, 899, 902, 915, 916, 918, 938, 963, 982, 991, 995, 997, 1007, 1016, 1020, 1021, 1022, 1024, 1025, 1040, 1043, 1044, 1045, 1051, 1067, 1070, 1071, 1072, 1073, 1084, 1085, 1086, 1087, 1088, 1091, 1096, 1097, 1099, 1101, 1102, 1108, 1110, 1121, 1126, 1128, 1131, 1132, 1135, 1138, 1140, 1154, 1155, 1162, 1163, 1164, 1165, 1166, 1169, 1170, 1171, 1179, 1181, 1189, 1190, 1205, 1206, 1215, 1216, 1218, 1219, 1220, 1221, 1228, 1233, 1239, 1253, 1255, 1257, 1258, 1259, 1260, 1263, 1265, 1267, 1268, 1269, 1270, 1271, 1281, 1282, 1283, 1294, 1323, 1327, 1328, 1343, 1361, 1366, 1412, 1447, 1449, 1450, 1452, 1454, 1461, 1466, 1480, 1500, 1501, 1530, 1552, 1553, 1554, 1601, 1619, 1640, 1716, 1731, 1775, 1883.

**Pigalle**, Lermond. Hospedado na embaixada da França em Berna pelo embaixador Bihourd, em agosto de 1900. Em Paris, residia na rue Greffulhe, n° 6. 2386, 2387, 2388.

**Pike**, Dr. (?). 1414.

- Pinheiro**, Henrique. Contratado por Rio-Branco para trabalhar no Consulado-Geral em Liverpool. Foi nomeado Chanceler, em 27 de abril de 1895. **371, 372, 373, 374, 417, 418, 1406, 1413, 1995, 2423.**
- Pinto**, João Carlos da Fonseca Pereira, diplomata brasileiro. Substituiu Rio-Branco, no Consulado-geral em Liverpool. No arquivo particular do barão, há registro de seis cartas recebidas. **354, 370, 372, 373, 417, 428, 430, 431, 1687.**
- Pinzón**, Vicente Yáñez (1462-1514). Navegador espanhol; irmão de Martín Afonso e de Francisco Martín, igualmente navegadores. Na expedição de Cristovão Colombo à procura de um novo caminho para as Índias, e acolheu Colombo a bordo de sua caravela *Niña*, quando a nave de Colombo, a *Santa Maria*, foi destruída na costa de Espanha. Colombo terminou sua viagem na *Niña*. A terceira caravela da expedição, a *Pinta*, foi comandada pelo irmão de Vicente, Martín Afonso. Vicente Yáñez recebeu cartas patente para comandar expedição em 1499, quando chegou à costa brasileira e explorou a foz do Amazonas, em janeiro de 1500. Depois rumou em direção norte pela costa e chegou à foz do Oiapoque, que passou a, também, ser chamado de rio Vicente Pinzón. **105, 133, 422, 564, 663, 1334, 1784, 1785, 1789, 1923, 2275, 2365, 2367, 2470, 2867, 2948, 2949, 2956, 3078, 3079, 3081, 3082, 3094.**
- Piza e Almeida**, Gabriel de Toledo (1851-1925). Proprietário rural, político e diplomata brasileiro acreditado junto ao governo francês, como E.E.M.P. (1ª classe). No arquivo particular do barão, há registro de sessenta e nove cartas recebidas, quatro expedidas e duas de terceiros. **29, 30, 36, 40, 67, 92, 96, 103, 104, 108, 114, 116, 120, 128, 129, 130, 142, 143, 146, 150, 164, 175, 177, 178, 179, 196, 197, 210, 227,**

228, 231, 232, 243, 246, 252, 254, 258, 259, 262, 271, 282,  
283, 284, 291, 294, 296, 297, 331, 355, 356, 357, 358, 363,  
365, 366, 367, 368, 369, 376, 377, 390, 392, 393, 395, 396,  
397, 403, 417, 419, 421, 423, 424, 426, 427, 429, 430, 435,  
436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 444, 457, 458, 460, 463,  
464, 465, 466, 467, 472, 473, 474, 476, 477, 479, 480, 482,  
485, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 496, 498, 506, 510,  
518, 519, 520, 524, 525, 527, 528, 529, 533, 535, 536, 539,  
540, 541, 546, 550, 564, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 575,  
577, 578, 579, 586, 587, 596, 612, 614, 620, 623, 627, 629,  
630, 631, 632, 634, 646, 647, 652, 655, 671, 677, 678, 679,  
690, 681, 682, 683, 684, 688, 689, 690, 692, 695, 696, 697,  
698, 699, 705, 706, 708, 709, 714, 715, 716, 717, 718, 720,  
721, 726, 730, 736, 737, 738, 743, 744, 745, 746, 749, 750,  
760, 763, 764, 765, 766, 770, 771, 772, 773, 774, 785, 787,  
788, 792, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 804, 805, 811, 816,  
817, 818, 819, 820, 823, 824, 829, 830, 832, 836, 837, 838,  
839, 842, 844, 847, 849, 850, 859, 863, 864, 865, 866, 890,  
892, 893, 896, 898, 900, 910, 911, 912, 917, 926, 927, 928,  
929, 930, 932, 933, 934, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 947,  
967, 968, 981, 982, 983, 997, 998, 999, 1000, 1002, 1003,  
1004, 1005, 1012, 1013, 1018, 1019, 1020, 1022, 1023,  
1026, 1052, 1053, 1055, 1068, 1070, 1071, 1074, 1087,  
1088, 1096, 1100, 1107, 1108, 1114, 1123, 1124, 1126,  
1127, 1128, 1129, 1133, 1135, 1138, 1139, 1152, 1159,  
1161, 1162, 1164, 1169, 1175, 1176, 1178, 1179, 1187,  
1190, 1196, 1197, 1199, 1209, 1211, 1212, 1223, 1225,  
1242, 1243, 1245, 1247, 1249, 1267, 1276, 1277, 1278,  
1281, 1285, 1289, 1294, 1297, 1312, 1324, 1325, 1349,  
1350, 1351, 1352, 1354, 1355, 1366, 1373, 1377, 1379,  
1404, 1406, 1415, 1418, 1428, 1430, 1439, 1441, 1443,  
1451, 1453, 1465, 1468, 1490, 1507, 1550, 1551, 1552,

1564, 1567, 1612, 1613, 1638, 1639, 1652, 1659, 1667, 1670, 1671, 1672, 1675, 1681, 1686, 1689, 1690, 1693, 1698, 1699, 1715, 1725, 1745, 1748, 1757, 1761, 1762, 1774, 1809, 1844, 1905, 1906, 1923, 2063, 2117, 2118, 2119, 2120, 2342, 2389, 2390, 2410, 2411, 2430, 2591, 2598, 2599, 2630, 2639, 2640, 2694, 2712, 2721, 2750, 2772, 2912, 2913.

**Planiol**, Marcel Ferdinand (1853-1931). Jurista e professor de direito francês. Com Raymond Saleilles e François Geny, foi um dos três renovadores do direito civil francês. É autor do Tratado Elementar de Direito Civil. Planiol completou em 1872 sua educação média na Escola Clemenceau, em Nantes, ano em que recebeu o Prêmio de Honra de filosofia em concurso. Em 1877, formou-se em Direito e em 1879, matriculou-se como advogado no foro de Paris. Lecionou Direito Civil, Tributário, e Romano em Grenoble. Em 1882, foi nomeado Professor de Direito Civil na Universidade de Rennes e sua crescente reputação como professor levou-o a ser convidado pela Sorbonne. A partir de 1889, Planiol passou a contribuir para a Enciclopédia Berthelot. 934, 940.

**Poinsard**, Léon (1857-1917). Escritor e professor francês, residente em Berna. Escreveu, em 1899, o livro “*Vers la Ruine*”, em que se mostra contrário à política de expansão colonial. Trabalhava no “Bureau Internacional de Proteção da Propriedade Literária, Científica e Artística”. 1996, 2007, 2008, 2117, 2197, 2200, 2202, 2204, 2206, 2208, 2271, 2331, 2382, 2467, 2533, 2534, 2589, 2596, 2601, 2639, 2665, 2667, 2668, 2687, 2702.

**Poinsard** (Mme). 2007, 2084, 2132, 2134, 2200, 2202, 2204, 2208, 2263, 2271, 2341, 2382, 2476, 2530, 2533, 2541, 2639, 2648, 2665, 2687, 2702.

**Pontes**, Manuel da Silva. Diplomata brasileiro. Cônsul-Geral do Brasil em Paris em 1898. No arquivo particular do barão, há registro de vinte e cinco cartas recebidas. 693, 1308, 1337, 1383, 1406, 1471, 1473, 1474, 1563, 1609, 1611, 1637, 1659, 1667, 1715, 1717, 1743, 1745,

**Porciúncula**, Alice. Filha de Oscar Porciúncula. 1672, 1684, 1708, 1907, 2591.

**Porciúncula**, Amelia. Filha de Oscar Porciúncula. 1672, 1684, 1708, 1907, 2591.

**Porciúncula**, Izabel. Filha de Oscar Porciúncula. 1672, 1684, 1708, 1747, 1907, 2591.

**Porciúncula**, José Thomaz da (1854-1901). Médico e político brasileiro. 424, 1672, 1684, 1708, 2591.

**Porciúncula**, Oscar da. 1672, 1684, 1708, 2591, 2622.

**Porciúncula** (Mme). 1669, 1684, 1708, 1747, 1811, 1907, 2591.

**Potain**, Charles (Carl) Édouard (Dr.) (1825 - 1901). Médico francês, formado em 1853 e professor de patologia médica, em 1876. Especializado em cardiologia. De 1882 a 1900, foi chefe de clínica do *Hôpital de la Charité*, demolido em 1935, para abrir espaço para a nova Faculdade de medicina, na antiga *rue Taranne* (atualmente, o trecho do *boulevard Saint-Germain*, entre a *rue des Saint-Pères* e a *rue St-Benoît*). O Dr. Potain foi um dos médicos franceses que tratou da esposa de Rio-Branco, durante sua doença terminal. 1412, 1933.

**Prado**, Antonio Caio da Silva (1853-1889). Advogado, jornalista e político brasileiro. Irmão de Eduardo Prado. No arquivo particular do barão, há registro de sete cartas recebidas. **1321, 1352, 1405, 1406, 1614, 1639, 1745.**

**Prado**, Eduardo Paulo da Silva (1860-1901). Advogado, jornalista e escritor brasileiro, membro fundador da ABL. Um dos mais importantes analistas da vida pública no Brasil. Monarquista convicto, era amigo de Rio-Branco e colaborador da edição de *Le Brésil*, em 1889, obra publicada por ocasião da Exposição Internacional de Paris, comemorativa do centenário da Revolução Francesa. Travou amizade com os escritores portugueses Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins. Era filho de Martinho Prado e de D. Viridiana Prado, de tradicional família paulista. Ocupou-se, desde a mocidade, com estudos históricos. Formou-se em Direito na tradicional Faculdade de São Paulo, na turma de 1881. Nessa época, já era colaborador assíduo do *Correio Paulistano*, dirigido pelo seu irmão, Caio Prado, onde assinava artigos de crítica literária e política internacional. Trabalhou como adido na representação brasileira em Londres, durante o Império. Conheceu diversos países europeus e também o Egito. Dessas viagens, fazia observações meticolosas no livro *Viagens*, publicado em Paris em 1886. Com a proclamação da República em 1889, passou a combater em livros e jornais os atos praticados pelo governo republicano. Eça de Queiroz, diretor da *Revista de Portugal*, abriu-lhe as páginas da publicação, para uma série de artigos, editados sob o pseudônimo de Frederico de S e que seriam reunidos em livro com o título de *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. Colaborou, também, em 'A Década Republicana', obra em que também colaboraram os mais destacados monarquistas brasileiros. Os laços de amizade com Eça de



Queiroz levaram os admiradores desse a identificar a figura de Eduardo Prado como o modelo do Jacinto, imortal personagem de *A Cidade e as Serras*, o milionário enfastiado pelos confortos da civilização e que vai terminar os seus dias na quietude das serranias portuguesas de Tormes. Prado foi Patrono da cadeira nº 5 da Academia Paulista de Letras. Foi ele quem introduziu Domicio da Gama a Rio-Branco, em circunstâncias muito interessantes, narradas nestes *Cadernos*. No arquivo particular do barão, há registro de treze cartas recebidas e uma expedida. **67, 68, 70, 71, 80, 841, 912, 1107, 1325, 1349, 1351, 1352, 1353, 1355, 1372, 1403, 1405, 1406, 1429, 1440, 1441, 1443, 1490, 1490, 1567, 1614, 1639, 1640, 1672, 1682, 1683, 1741, 1742, 1743, 1904, 1932, 1960, 2063, 2119, 2342, 2379, 2409, 2410, 2539.**

**Prado**, Martinho (1843-1906). Político e empresário brasileiro. Com seu irmão, Antonio da Silva Prado, proprietário da Fazenda São Martinho e da Fazenda Guataparã, foram, por algum tempo, os maiores produtores de café do mundo. A Fazenda Guataparã chegou a ser visitada pelo Rei da Bélgica, em 1923. Martinho Prado foi avô do historiador e político, Caio Prado Júnior. No arquivo particular do barão, há registro de uma carta recebida e uma expedida. **226, 253, 567, 1353.**

**Prado**, Veridiana Valéria da Silva (1825-1910). Aristocrata, proprietária rural e intelectual brasileira. Casada com Martinho da Silva Prado, teve, entre outros filhos, Martinho da Silva Prado Júnior, Eduardo Paulo da Silva Prado e Antonio Caio da Silva Prado. Foi a quarta mulher a ingressar no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

No arquivo particular do barão, há registro de uma carta recebida e uma expedida. **1352, 1372, 1405.**

**Prince**, Amédée. Homem de negócios francês. Vice-presidente da Câmara Sindical dos Negociantes-Comissários de Paris. Amigo de Rio-Branco. **69, 81, 485, 486, 928, 929, 968, 1018, 1022, 1055, 1056, 1746, 1747, 1994, 2410, 2411, 2640, 2693, 2696, 2699, 2711, 2713, 2714, 2716, 2717.**

**Punshon**, William Oliver, cidadão inglês, nomeado em 15 de setembro de 1888 por Rio-Branco para o cargo de Vice-Cônsul no Consulado em Liverpool, cargo esse anteriormente ocupado pelo Vice-Cônsul Joaquim Teixeira de Miranda, falecido em 12 de setembro de 1888. Punshon, que possuía bom conhecimento da língua portuguesa, tornou-se até o fim da gestão de Rio-Branco, seu *factótum* e homem de confiança. **198, 252, 365, 371, 372, 373, 374, 417, 418, 1431, 1432, 1563, 1685, 1687, 1743, 2422.**

## Q

**Queiroz**, Inocêncio Galvão de (1841 - ? ). Militar brasileiro. Em agosto de 1895, foi emissário do presidente da República, Prudente de Moraes, a fim de tratar com o general Joca Tavares, que representava as forças rebeladas contra a ditadura regional de Júlio de Castilhos, condições de paz e assinar acordo, que encerrou, de modo oficial, a Revolução Federalista. **256.**

**Queiroz**, José Maria Eça de (1845-1900). Escritor e diplomata português. Pouco depois de sua remoção como Cônsul de Portugal para Paris, Eça residiu, inicialmente (de 1889 a 1890), na rua Crevaux, 5, antes de se mudar para a rua Charles Laffitte, 32, onde permaneceu de 1891 a 1893. Por

fim, muda-se para Neuilly, onde alugou bela casa na avenida du Roule, 38. Lá, entretinha escritores e intelectuais, entre os quais os brasileiros Domicio da Gama, Eduardo Prado. Ao chegar a Paris, Eça se envolveu com o lançamento da *Revista de Portugal* (1889-1892), com a pretensão de que fosse “*a consciência escrita de uma nação*”. Infelizmente, essa revista fracassou, depois de 24 números publicados. Pouco depois, colaborou com a *Revista Moderna*, publicada em Paris pelo brasileiro Martinho Carlos de Arruda Botelho. Nessa revista surgiram pela primeira vez os contos “A Perfeição”, “José Matias” e o “Suave Milagre”. Além desses contos, foram publicadas na *Revista Moderna* várias crônicas, bem como um artigo sobre Eduardo Prado e, ainda mais importante, a primeira edição (infelizmente incompleta, pois a revista também foi encerrada, antes da publicação dos seus capítulos finais) da “*Ilustre Casa de Ramires*” (1897). No arquivo particular do barão, há registro de uma carta recebida. **1405.**

## R

**Radziwill**, Janusz Franciszek (1880-1967), nobre polonês e político. Membro do governo do Reino da Polônia (1916-1918) (Príncipe). Apoiou Josef Pilsudski. Foi deputado (1928-1935) e senador (1935-1939). Chegou a ser preso, tanto pelos alemães como pelos soviéticos, pelas suas atitudes patrióticas a favor de seu país. **2270.**

**Raindre**, Jacques Gaston (1848-1931). Bacharel em Direito. Encarregado do Consulado da França no Cairo, de 1876 a 1878. Secretário de segunda classe (fora do quadro) à disposição do Governador-geral da Cochinchina (1879). Redator na Direção Política (1880), depois voltou ao

Egito, onde desempenhou a função de encarregado da Agência e do Consulado-Geral naquela Capital (1882-1883). Conselheiro na Embaixada em Berlim (1883-1888). Ministro plenipotenciário de segunda classe, encarregado das funções de subdiretor da Direção Política do MNE (1883-1885). E.E.M.P, em Copenhague (1895). Ministro plenipotenciário de primeira classe (1898). Diretor Político (1898). Embaixador em Berna (1902). Embaixador em Tóquio (1906). Substituiu Nisard (removido para Roma) como Diretor Político do ministério dos Negócios Estrangeiros, na administração de Delcassé, e onde permaneceu de 1899 a 1902. **1747, 2144, 2189, 2193, 2598, 2607.**

**Ramos**, Augusto Ferreira (1860–1939). Engenheiro brasileiro. Lente da Escola Politécnica de São Paulo. A ele deve-se um plano de valorização do café. **367.**

**Ramos**, Carolina. Filha do diplomata Hermano Ramos que serviu em Paris. **1716, 1718.**

**Ramos**, Hermano. Diplomata brasileiro que serviu em Paris. No arquivo particular do barão, há registro de dezoito cartas recebidas. **486, 675, 676, 1440, 1716, 1718, 1747, 1907, 2118, 2591.**

**Raymond**, Evaristo. Nascido no Pará, residiu desde seus 34 anos no Contestado. Teria servido como piloto na canhoneira francesa, “*Bengali*”, que transportou, em 15 de maio de 1895, soldados da infantaria da Marinha francesa à aldeia de Amapá. **187, 188, 200, 202, 203, 412, 469, 470, 3029.**

**Rebouças**, André Pinto (1838-1898). Engenheiro militar brasileiro, monarquista, e também jornalista. Desenvolveu torpedo utilizado na Guerra do Paraguai. De origem mestiça, lutou

pelo abolicionismo. Como engenheiro, resolveu o problema de fornecimento de água do Rio de Janeiro. **1635.**

**Reclus**, (Jacques) Elisée (1830-1905). Geógrafo, anarquista e escritor francês. No arquivo particular do barão, há registro de seis cartas recebidas. **98, 273, 799, 1078, 1443, 1466, 2472, 2639, 2763.**

**Reinel**, Pedro (fim do século 15-c. 1542). Cartógrafo português. Em 1519, participou em Sevilha dos preparativos atinentes à renomada viagem de Fernão de Magalhães, da primeira circunavegação ao globo, de 1519 a 1522. Serviu a D. João III de Portugal como mestre de cartas e ‘agulhas de marear’ (bússolas). Reconhecido como o criador do primeiro planisfério com Equador gradual. Em 1485, criou o mais antigo portulano conhecido, no qual aparecem partes do leste europeu e o noroeste da África; fornece, ainda, informações sobre as explorações de Diogo Cão, de 1482 a 1485, ao longo da costa africana. Com seu filho Jorge (Reinel) (c.1502-c. 1572) e o cartógrafo português Lopo Homem, participou da elaboração do famoso *Atlas Miller* (1519). A carta marítima do Atlântico de Pedro Reinel de 1504 é a primeira carta marítima com a escala de latitudes e uma rosa-dos-ventos, além de incluir uma Flor-de-lis claramente estabelecida. **267.**

**Renault**, Louis (1843-1918). Advogado francês, nomeado em 1890 jurisconsulto do ministério dos Negócios estrangeiros, cargo criado especificamente para acomodá-lo. Foi professor de Direito das Gentes na Faculdade de Direito de Paris e na Escola Livre de Ciências Políticas. Em 1907, dividiu com Ernesto Teodoro Moneta o Prêmio Nobel da Paz. **788, 823, 825, 827, 862, 1189, 1196, 1924.**

**Requena**, Francisco (1743-1824). Cartógrafo espanhol. Produziu mapa da maior parte da América meridional que contém os países por onde deveria passar a linha divisória dos domínios de Portugal e Espanha. *1581*.

**Rialle**, Julien Gérard de (1841-1904). Diplomata francês (ministro plenipotenciário), diretor dos arquivos do ministério dos Negócios Estrangeiros da França. Autor de diversos livros sobre mitologia e História. Integrou a comissão especial francesa, na questão do território contestado entre Brasil e França. E.E.M.P. em Santiago (1901). *224, 267, 419, 490, 1026, 1125, 1343, 1344, 1345, 1346, 1461, 1501, 1518, 1519, 1917*.

**Ribeiro**, Demétrio Nunes (1853-1933). Educador, engenheiro, jornalista e político brasileiro. Foi o primeiro Ministro da Agricultura da República. Não ficou muito tempo como ministro, e pediu exoneração, após ter entrado em divergência com o Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, em 31 de janeiro de 1890, quando retornou à Câmara, onde, como Deputado Federal na Constituinte de 1891, propôs a separação da Igreja do Estado e o Decreto relativo às festas e aos feriados nacionais. Foi responsável pela fundação do Lloyd Brasileiro, através da fusão de antigas companhias subvencionadas. No arquivo particular do barão, há registro de quatro cartas recebidas e duas expedidas. *196, 228, 294, 568, 569, 1027, 1505, 1508, 2117, 2592*.

**Ribeiro**, José de Araújo (1800-1879) (primeiro e único barão e visconde de Rio Grande). Advogado, diplomata e político brasileiro. Formou-se em direito civil pela Universidade de Coimbra e doutorou-se em 1823. Ingressou na carreira diplomática em 1826, logo nomeado secretário da legação em Nápoles. Serviu depois na França, e, em 1828, foi

nomeado E.E.M.P. em Washington. Em 1833 foi nomeado presidente da província de Minas Gerais, a qual governou de 4 de julho a 4 de novembro de 1833. Nesse período apaziguou uma revolta em Ouro Preto. Em seguida, foi enviado para servir na Grã-Bretanha e, em 1834, enviado a Portugal, com a missão de cumprimentar a rainha Maria II de Portugal, por sua ascensão ao trono, ao fim da Guerra Civil Portuguesa. De volta ao Brasil foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul, então no início da Revolução Farroupilha. Sua posse foi obstada pela Assembleia Legislativa, controlada pelos revolucionários, o que agravou o rumo do conflito. Governou a província por duas vezes, de 15 de junho a 4 de julho de 1836 e de 24 de julho de 1836 a 5 de janeiro de 1837. Em 1837 é enviado à França como E.E.M.P. Foi responsável pela reaproximação do Brasil com Portugal, após a independência; equacionou o adiamento da solução de crescente mal-estar entre Brasil e França, na questão do Oiapoque, e teve papel importante para o Brasil, com relação aos efeitos da Lei Aberdeen, na restrição do tráfico de escravos. **269, 324, 929, 951, 1134, 1338, 1474.**

**Ringier**, Gottlieb (1837-1929). Político suíço. Foi presidente do Conselho dos Estados e *Chancelier* Federal, de 1882 a 1909. **1815, 2619.**

**Rios**, Arthur Cezar (1846-1906). Médico e político brasileiro. Formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia. Trabalhou como fiscal no Banco da Bahia, antes de ingressar na vida política. Foi eleito Deputado provincial nas legislaturas de 1872, 1874 e 1878; Deputado federal (1891-1899); e Senador (1899-1906). Renunciou à presidência da Câmara em 29 de maio de 1897, mas em 3 de junho do mesmo ano

foi eleito novamente presidente. Condecorações: Ordem da Rosa e Hábito de Aviz. **1349.**

**Ripert-Monclar**, Joseph-Anne-Amédée-François (1844-1921) (marquês). Bacharel em Direito, arquivista-paleógrafo no ministério dos Negócios Estrangeiros da França. Serviu como diplomata no México, Lima, Tíflis, Bremen, Stuttgart, Florença, Montevidéu, Bogotá, Quebec, Amsterdã e Havana; depois, como chefe de posto, E.E.M.P. em Caracas. Integrou a Comissão Preparatória para estudar e elaborar a Memória francesa a ser entregue ao Conselho Federal suíço e acompanhou o processo em Berna, como 1º delegado especial da França. No arquivo particular do barão, há registro de uma carta recebida. **40, 1114, 1115, 1537, 1556, 1557, 1607, 1627, 1630, 1631, 1638, 1641, 1652, 1653, 1669, 1675, 1689, 1692, 1710, 1726, 1739, 1744, 1772, 1773, 1779, 1799, 1844, 1848, 1856, 1864, 1891, 1894, 1895, 1905, 1915, 2012, 2025, 2028, 2041, 2068, 2073, 2083, 2200, 2205, 2231, 2894, 3070.**

**Riva**, Alexandre (Comendador). E.E.M.P. da Itália em Berna, onde residiu na Helvetiastrasse 2 (Kirchenfeld). Apresentou credenciais em 20 de fevereiro de 1897. A Chancelaria da legação se situava em Bundesgasse 36. **1998, 2088, 2092, 2134, 2204, 2206, 2257, 2258, 2262, 2277, 2326, 2381, 2532, 2590, 2595, 2648, 2651, 2665, 2668, 2687, 2695.**

**Riva**, Mme. Esposa do Comendador Alexandre Riva, E.E.M.P. da Itália em Berna. **1849, 1975, 1978, 1997, 2088, 2134, 2204, 2206, 2211, 2257, 2258, 2262, 2277, 2326, 2387, 2388, 2651, 2665, 2668, 2687, 2695, 2699, 2716.**

**Robert**, Arnold. Membro do Conselho Nacional, por La-Chaux-de-Fond. **2207.**



**Roblot**, Lucien. Amigo de Rio-Branco, residente em Paris. No arquivo particular do barão, há registro de uma carta recebida e uma expedida. **67, 296, 367, 540, 740, 741, 935, 1489.**

**Roblot** (Mme). **67, 296, 485, 486, 540, 628, 735.**

**Rodrigues**, José Carlos (1844-1923). Advogado e autor de obras jurídicas. Em decorrência de escândalo de fraude e corrupção, foi para os Estados Unidos, em 1867, onde fundou a revista “*O Novo Mundo*”. De regresso ao Brasil, adquiriu o “*Jornal do Commercio*”, que dirigiu de 1890 a 1915. Membro de destaque da elite republicana carioca. Patrocinou, no início do século 20, a construção do Hospital de Crianças da Santa Casa de Misericórdia (o primeiro do gênero no Brasil), em terreno no bairro de São Cristovão. No arquivo particular do barão, há registro de 32 cartas recebidas e de cento e sete cartas expedidas. **68, 177, 419, 678, 1128, 1129, 1351, 1430, 1439, 1440, 2067, 2389, 2409, 2410, 2411, 2412, 2420, 2543, 2641, 2752.**

**Rollhausen**, Conselheiro áulico e Secretário íntimo de Chancelaria, na legação da Alemanha em Berna, em 1899. **2092.**

**Romanet de Caillaud**, Nicolas Julien Frédéric (1847-1919). Homem de negócios e investidor fundiário francês. Residiu no Canadá. Autor de obras sobre história religiosa e sobre a exploração de novos territórios. **1321, 1331.**

**Rosa**, Henrique Américo Santa (1860-1933). Engenheiro, geógrafo e historiador brasileiro. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro fundador do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará. Foi um dos mais conhecidos historiadores do Pará e da Amazônia, no início do século 19. Foi diretor da Secretaria de Obras

Públicas, Terras e Viação do Pará, por 22 anos. Sua tese para ingressar no IHGB (“*História do rio Amazonas*”, defendida em 1922, em Belém, foi publicada em formato de livro em **1926, 1182, 1183, 1185, 1186, 1204, 1205, 1330, 1331, 1599, 1600.**

**Rosaccio**, Giuseppe (c.1550-1620). Cartógrafo italiano. **1849.**

**Rosen**, (Barão) (Major-General). Agente militar na legação da Rússia em Berna. **1999.**

**Rosier**, William (1856-1924). Professor suíço de geografia na Universidade de Genebra (1902). Fundador da Faculdade de Ciências Económicas e Sociais de Genebra (1914-1915 e decano de 1918 até sua morte). Membro radical do Grande Conselho de Genebra (1895-1901), Conselheiro de Estado (Educação Pública, 1906-1918). Rosier defendeu um ensino experimental mais aberto e educação com base na observação. Publicou atlas e livros didáticos de geografia e história. Rosier foi escolhido como perito por ser da parte francesa da Suíça, para contrabalançar os demais de origem da parte alemã. O botânico suíço, Jacques Huber (1867-1914), chefe da seção de botânica do Museu Paraense (e substituto de Goeldi), havia anteriormente recebido convite de Rosier para ser professor de Geografia da Universidade de Genebra. Do Brasil, a exemplo do que Goeldi fazia com relação a diversas universidades na Suíça, Alemanha e Áustria, Huber enviou, regularmente, espécimes da flora e fauna amazônica bem como outro material para a Universidade de Genebra, aos cuidados de Rosier. Rosier também conhecia Goeldi, a quem devia favores; de acordo com Goeldi. **1984, 2345, 2371, 2371, 2689, 2695, 2839.**

**Rossel**, Virgile (1858-1933). Jurista, historiador, poeta, romanista, político e juiz suíço. Rio-Branco provavelmente

tomou conhecimento de Rossel, através do Ministro suíço em Paris, Charles Lardy. Mais tarde, veio a ser apresentado a Rossel por Nogueira Soares, Ministro de Portugal em Berna. Rio-Branco contratou os serviços de Rossel, para servir-lhe de “consultor jurídico”, no acompanhamento da questão arbitrada pelo Conselho Federal suíço. Sua residência em Berna se situava na Sonnenbergstrasse 16. No arquivo particular do barão, há registro de sessenta e uma cartas recebidas. **1792, 1793, 1799, 1850, 1882, 1889, 1929, 1933, 1961, 1980, 1984, 1993, 2002, 2009, 2012, 2095, 2096, 2098, 2131, 2132, 2144, 2145, 2151, 2176, 2177, 2184, 2200, 2206, 2211, 2273, 2281, 2290, 2291, 2295, 2334, 2341, 2345, 2371, 2384, 2386, 2409, 2413, 2418, 2422, 2443, 2449, 2454, 2466, 2467, 2468, 2469, 2471, 2472, 2474, 2475, 2477, 2481, 2482, 2502, 2530, 2531, 2532, 2534, 2535, 2536, 2544, 2545, 2555, 2557, 2588, 2589, 2637, 2656, 2665, 2666, 2671, 2695, 2822-2903.**

**Rossi**, Giacomo Giovanni di (ativo, de 1674 a 1690). Cartógrafo italiano. **1849.**

**Rott**, Emil (1852-1905). Advogado suíço. Estudou Direito em Berna (1870-1876); Secretário Executivo dos municípios do cantão de Berna (1876-1878). Professor Extraordinário (1878-1880) de direito civil da Universidade de Berna. Secretário do Tribunal Federal (1880-1893), juiz federal (1893-1905). Vice-Presidente (1897-1898) e presidente (1899-1900) do Tribunal Federal (Lausanne). Em 1900, foi membro do Tribunal de Arbitragem, em Haia. Doutor honoris causa da Universidade de Berna, em 1884. **2207.**

- Royaards, W. A. (Dr.).** Adido na legação dos Países-Baixos em Berna. Residia na Chancelaria da legação, situada à Bundesgasse, 34. **2092, 2201, 2331, 2718.**
- Royle, de Walter.** Coronel. **2139.**
- Ruchet, Marc-Emile (1853-1912).** Político suíço eleito para o Conselho Federal em 1899. Durante o período em que Rio-Branco residiu em Berna, Ruchet chefiou o Departamento do Interior. **2034, 2064, 2082, 2092, 2203, 2331, 2356, 2402, 2455, 2456, 2460, 2465, 2487, 2561, 2638, 2642, 2643, 2646, 2718, 2734.**
- Ruchet, Anna-Rosa (em solteira, Anna-Rosa Hartmann).** Esposa do Conselheiro federal Marc-Emile Ruchet. **2084, 2455, 2459, 2460, 2465, 2638, 2642, 2643, 2646.**
- Ruesta.** Sebastian de. Cartógrafo espanhol do século 17. Irmão de Francisco de Ruesta. Membro da *Casa de la Contratación*. **1785, 1849, 2275, 2298, 2366, 2367, 2474, 2484, 2948, 2949.**
- Ruffy, Eugène.** Diretor do Bureau Internacional dos Correios da Suíça. Integrou a lista de delegados suíços ao Congresso da União Postal, realizado em Interlaken, no Hotel Victoria, em 4 e 5 de julho de 1900. Ruffy havia sido no passado um Conselheiro Federal. **1979, 2332, 2379, 2383, 2718.**
- Ruffy (Mme).** Esposa de Eugène Ruffy, diretor do Bureau Internacional dos Correios e antigo Conselheiro Federal. **2325, 2332, 2383, 2718.**
- Ruge, Sophus (1831-1903).** Geógrafo e historiador alemão, especializado no estudo dos descobrimentos europeus. E publicou diversas obras sobre os descobrimentos portugueses. Os seus estudos revelam contextos diferentes

daqueles que são tradicionalmente seguidos em Portugal.  
**2649.**

**Ruspoli**, Mario (1867-1963) (segundo Príncipe di Poggio-Suasa, filho de Emanuele Ruspoli, 1º Príncipe de Poggio Suasa). Casou-se em Paris, em 1890, com Pauline Marie Palma de Talleyrand-Périgord (1871 - 1952), filha do 4º Duque di Dino e Elizabeth Beers, e descendente de Charles Maurice de Talleyrand-Périgord. Secretário da legação da Itália em Berna, em 1901. **2697, 2703.**

**Russell**, Charles Arthur (1832-1900). Baron Russell de Killowen, GCMG, PC. **2382.**

## S

**Sá**, José Maria de Faria Sousa de Vasconcelos e (2º Barão de Albufeira) (1830 - ? ). O título nobiliárquico de Barão de Albufeira foi criado por D. João VI, por Decreto de 25 de outubro de 1823 e por Carta de 24 de fevereiro de 1824, a favor de José de Vasconcelos e Sá, (1775-1842), primeiro Barão de Albufeira. **354.**

**Sackville-West**, Lionel (1827-1908) (segundo baron Sackville). Diplomata britânico. Serviu como Ministro Plenipotenciário na Argentina (1872-1878) e embaixador na Espanha, de 1878 a 1881, ano em que foi nomeado embaixador nos Estados Unidos, cargo que ocupou até 1888. **937.**

**Saint-Aulaire**, Beaufoil de. Diplomata francês. Serviu, na função de secretário, na legação da França no Rio de Janeiro. Foi encarregado de Negócios, a partir de 3 de julho de 1900, em substituição a Saint-Fortunade, que saiu de férias. **2407, 2427, 2428.**

**Saint-Fortunade**, Henri Frédéric Marie de Lavaur de la (visconde).  
EEMP na legação da França no Rio de Janeiro, de 23 de agosto de 1898 a 2 de julho de 1900, quando saiu de férias.  
**1713.**

**Sanson**, Nicolas (1600-1667). Cartógrafo francês. Autor do *Pharus Galliae Antiquae*. **2758.**

**St. John**, Sir Frederic Robert (1831-1923). Diplomata inglês. Ingressou na carreira em 1855. Serviu em Florença, Stuttgart, Pequim, Constantinopla, Viena e Buenos Aires. Em 1877, foi removido para o Rio de Janeiro. Em 1879, voltou a servir em Constantinopla. Em 1881, foi nomeado Ministro Residente e Cônsul-Geral para a América Central e, em 1884, na mesma condição para Bogotá, seguido de Caracas, onde permaneceu até 1888. Serviu, ainda, na Sérvia, como Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário, até 1890, seguido de Cônsul-Geral, também na Sérvia, até 1892. Em 1893, foi removido, também como Ministro Plenipotenciário, para a Legação em Berna (apresentou credenciais em 18 de janeiro), onde permaneceu até 1901, quando aposentou-se. Sua filha, Dorothy Emily Olga St. John, se casou em 1906 com o Secretário da legação britânica em Berna, Henry Grofton Lowther, que foi, em seguida, servir no Rio de Janeiro. St. John residiu, inicialmente, em Marienstrasse 18 (Kirchenfeld), onde também se situava a Chancelaria da legação, mas em 1900, a residência passou a ser em Grindelwald. **1979, 2092, 2204, 2207, 2276, 2478, 2546, 2589, 2590, 2648, 2649, 2667, 2688, 2689, 2695, 2714, 2716, 2718.**

**Saint-Marceaux**, René de (1845-1915). Escultor francês. **2386.**

**Salisbury**, Robert Arthur Talbot Gascoyne-Cecil, (1830-1903) (terceiro Marquês de Salisbury). Foi diplomata e estadista

inglês. Foi Primeiro Ministro da Grã-Bretanha, durante os seguintes períodos: 1885-1886, 1886-1892, e 1895-1902. Sua vida cobriu o período de maior riqueza e poder da Inglaterra. **155, 283, 285, 286, 339, 368, 432, 681, 759, 775, 944, 947, 948, 949, 953, 957, 969, 970, 977, 979, 1012, 1030, 1033, 1062, 1065, 1089, 1110, 1291, 1296, 1307, 1383, 1384, 1391, 1392, 1443, 1457, 1468, 1469, 1470, 1509, 1520, 1614, 1683, 1756, 1794, 1795, 1957, 1965, 1966, 2152, 2298.**

**Salis-Guyer**, Ludwig Rudolf de (1863-1934). Advogado suíço. Estudou Direito em Basel, Heidelberg, Leipzig e Estrasburgo. Doutorou-se em 1886 e, de 1888 a 1897 foi professor Professor de Direito Privado na Universidade de Basileia. De 1897 a 1899, foi chefe do Departamento de Legislação e Assuntos Jurídicos do Departamento Federal de Justiça e Polícia, em Berna. Publicou diversas obras jurídicas, entre as quais “Suíça. Lei Federal”. Era amigo de Woker, Burckhardt-Finsler e Müller e atuou como perito na questão entre Brasil e França. **2345, 2371, 2413, 2444, 2532, 2877, 2880, 2892, 2894, 2897, 2898, 2951, 2954.**

**Salles**, Manuel Ferraz de Campos (1841-1913). Advogado e político brasileiro. Terceiro presidente do Estado de São Paulo, de 1896 a 1897 e o quarto presidente da República, entre 1898 a 1902. Campos Sales recebeu o apelido de *Campos Selos*, por causa do imposto do selo e foi vaiado ao deixar a presidência, em decorrência de sua política de ajuste financeiro que incluía a retirada de circulação de papel-moeda, o que dificultou o consumo interno e o comércio. No arquivo particular do barão, há registro de cinco cartas recebidas e de quatro cartas expedidas. **1106, 1114, 1610, 1611, 1612, 1613, 1636, 1637, 1638, 1639, 1652, 1654,**

**1659, 1667, 1668, 1671, 1705, 1706, 1713, 1725, 1737, 1738, 1745, 1853, 1895, 1898, 2227, 2228, 2229, 2230, 2387, 2420, 2676, 2677, 2701, 2749, 2754, 2968.**

**Sanson d'Abbeville**, Nicolas (1600-1667). Francês. Um dos primeiros cartógrafos do rei (de 1630 a 1665), é considerado o fundador da escola francesa de cartografia. limitou-se, inicialmente, a mapas isolados, dos quais publicou mais de trezentos durante sua vida. Preparou, ainda, diversos atlas. O número de seus trabalhos foi fundamentalmente aumentado, durante suas duas gerações seguintes, graça a seus filhos, Nicolas (falecido em 1648), Guillaume (falecido em 1703) e Adrien (falecido em 1708); e a seu sobrinho Pierre Duval (1619-1683) e a seus netos Pierre Moulart-Sanson (falecido em 1730) e Gilles Robert de Vaugondy (1686-1766). **1578, 1579, 2778.**

**Santa Rosa**, Henrique Américo (1860-1933). Engenheiro, geógrafo e historiador brasileiro. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro fundador do Instituto Histórico Geográfico e Etnológico do Pará. Foi um dos maiores historiadores do Pará e da Amazônia, no início do século 19. Santa Rosa foi Diretor da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação do Pará por 22 anos. Sua tese de ingresso no IHGB, "*História do rio Amazonas*", defendida em 1922, foi posteriormente publicada como livro e obteve larga aceitação. **1182, 1183, 1185, 1204, 1205, 1330, 1331, 1599, 1600.**

**Sanz**, Turíbio. E.E.M.P. do Peru em Berna, em 1900. **2331, 2648.**

**Sarasate**, Pablo Martín Melitón de Sarasate y Navascués (1844-1908). Violinista e compositor espanhol, possuidor de renomada técnica e um dos maiores instrumentistas de sua



época. Foi, sobretudo, excepcional intérprete de música do período Romântico. **2538.**

**Schatzmann**, Hans (1849-1923). Advogado. Estudou Direito em Zurique, Heidelberg, Munique e Berlim. Foi advogado de patentes (1871). Schatzmann foi Secretário da Chancelaria Federal (1879), Vice-Reitor (1881-1909), 1° “*Vice-Chancelier*” da Confederação. Distinguiu-se durante a reorganização do governo federal em 1914. Chegou ao posto de Coronel da Justiça Militar. **1815, 1897, 2064, 2092, 2543, 2576, 2577, 2621, 2734.**

**Scheidius**, Everard Adido da Legação da Holanda em Berna. **2000, 2140, 2206, 2207, 2208, 2263, 2265, 2273, 2274.**

**Schomburgk**, Robert Herman (1804-1865) Alemão, naturalizado inglês. Foi enviado pela Real Sociedade de Geografia de Londres, para realizar expedição à então Guiana Inglesa, onde permaneceu de 1835 a 1842. Durante sua estada, produziu diversos trabalhos (relatórios, ofícios, mapas e outros documentos), referentes às suas explorações nos confins do Brasil com a Guiana Inglesa, bem como apresentou sugestões quanto à melhor linha de limites da colônia britânica com o Brasil e com a Venezuela. **283, 345, 808, 948, 979, 1031, 1033, 1038, 1039, 1062, 1064, 1081, 1083, 1300, 1301, 1308, 1309, 1337, 1389, 1437, 1470, 1472, 1474, 1478, 1480, 1599, 1600, 1794, 1795, 2514, 3072.**

**Schweizer**, Paul (1852-1932). Filho de Alex Schweizer, um dos mais ilustres teólogos suíços. Estudou história em Zurique e Berlim, de 1871 a 1876, ano em que completou seu doutorado. Professor na Universidade de Tübingen e de Zurique, a partir de 1881. Diretor do arquivo cantonal de

Zurique, de 1881 a 1897, arquivo esse que reorganizou. Na época do arbitramento da questão entre o Brasil e a França, era professor de História na Universidade de Zurique e foi convocado pelo Conselho Federal para ser perito na avaliação das Memórias das defesas do Brasil e da França, na questão arbitrada pela Suíça, referente às fronteiras com a Guiana francesa. Conhecido do Goeldi, a quem devia favores. *2345, 2371, 2392, 2422, 2451, 2838, 2946, 2949, 2952, 2953.*

**Seignelay, Jean-Baptiste Antoine Colbert** (1651-1690) (marquês de). Político francês, filho homônimo de Jean-Baptiste Colbert (1619-1683). Em 1672, foi feito assistente de seu pai, para seguir assuntos da Marinha e assinar despachos. Sucedeu a seu pai em 1683, como Secretário de Estado da Marinha francesa, posição que ocupou até sua morte em 1690. Seguiu a política iniciada pelo seu pai de fortalecer a esquadra e elevar seu potencial, para rivalizar com as frotas inglesa e holandesa e preparar a França para grandes campanhas navais. Efetivamente, durante sua gestão, a Marinha francesa passou de 18 navios e 10 galeras, para 125 navios. Igualmente, os arsenais do Estado foram completamente reestruturados. *2185, 2186, 2187, 2214.*

**Sgrooten (Schrot, Schrotenus), Christian** (c. 1532-1608). Cartógrafo alemão, que foi nomeado 'Geógrafo Real' de Felipe II da Espanha, é principalmente conhecido pelo seu mapa (em 9 folhas) da Terra Santa. Esse mapa, dividido em duas partes (a maior cobre grande parte da Palestina e a menor, a desde o Sinai até o delta do Nilo) foi compilado sobre anotações de Peter Laicksteen (ativo de c. 1544-1570), que havia desenhado mapa de Jerusalem em 1544, antes de viajar por toda aquela região. O mapa de Sgrooten

foi utilizado por Ortelius, Speed e Blaeu, entre outros.  
**1849.**

**Silva,** Ana Cecília de Lima e (1865-1940). Filha do diplomata Luiz Cezar de Lima e Silva e Vera de Lima e Silva (nascida Haritoff). Ana Cecília se casou com o conde João de Souza Dantas. **1684, 1706, 1716, 1722, 1742, 2690.**

**Silva,** Helena de Lima e (1872-1966). Filha do diplomata Luiz Cezar de Lima e Silva e Vera de Lima e Silva (nascida Haritoff). **1684, 1705, 1706, 1716, 1722, 1742, 2382, 2690.**

**Silva,** João Gomes da (1671-1738) (IV conde de Tarouca). Juntamente com o outro plenipotenciário português, Luis da Cunha, assinou a paz geral em Utrecht, ratificada por Luiz XIV, em 1 de abril de 1713 e por João V, em 9 de maio do mesmo ano. **169, 237, 240, 269, 2009.**

**Silva,** João Manuel Pereira da (1817-1898). Advogado e escritor brasileiro. Estudou direito e dedicou-se à literatura. Membro fundador da ABL e, com seu falecimento em 1898, foi sucedido pelo Barão do Rio Branco. **1705,**

**Silva,** Joaquim Caetano da (1810-1873). Médico. Estudou medicina na França. Regressou ao Brasil para lecionar no Colégio Pedro II, onde chegou a Reitor. O Imperador o enviou como diplomata à Holanda. Escreveu o trabalho “*L'Oyapoc et l'Amazonie*”, em que defende a posição do Brasil, diante da questão de limites com a França na Guiana francesa. **153, 170, 240, 311, 537, 556, 557, 663, 664, 665, 675, 733, 756, 790, 884, 1167, 1168, 1169, 1184, 1220, 1226, 1227, 1230, 1335, 1375, 1381, 1384, 1465, 1734, 1900, 1916, 2297, 2354, 2364, 2366, 2556, 2823, 2826, 2829, 2912, 2933, 3070, 3071.**

**Silva,** José de Seabra da (1732-1813). Político português; foi Secretário de Estado Adjunto do Marquês de Pombal. Foi ministro e duas vezes guarda-mor da Torre do Tombo (de 1768 a 1774 e de 1799 a 1802). Ainda no reinado de D. José I, foi desterrado, inicialmente para Besteiros (Tondela), depois para a Ilha das Cobras (Rio de Janeiro) e, finalmente, para o presídio de Pedras Negras na África. Foi perdoado e proclamada sua inocência em 1788, e, já no reinado de D. Maria I, nomeado ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Permanece o mistério de seu desterro, que Seabra da Silva atribuíra a intriga urdida pelo Cardeal da Cunha. **326, 666.**

**Silva,** Leopoldo José de Lima e (1872-1931). Filho do diplomata Luiz Cezar de Lima e Silva e Vera de Lima e Silva (nascida Haritoff). Engenheiro e diplomata (Consul em Paris), companheiro de Jeanne Bourgeois (Mistinguett), pai de Leopoldo João de Lima e Silva. **1684, 1722, 1742, 2382, 2690.**

**Silva,** Luís Alves de Lima e (1803-1880) (Duque de Caxias). Um dos mais importantes militares e estadistas da História do Brasil. Filho do brigadeiro e regente do Império, Francisco de Lima e Silva, e de Mariana Cândida de Oliveira Belo, Luís Alves de Lima – como assinou seu nome por muitos anos – foi descrito por alguns dos seus biógrafos como um predestinado à carreira das armas; aos cinco anos de idade assentou praça no Exército (1808). Para culto de sua memória, o governo federal proclamou-o, em 1962, “patrono do Exército brasileiro”. O dia do seu nascimento é considerado o Dia do Soldado. **1357, 1684, 1705, 1723.**

**Silva,** Luiz César de Lima e (1838-1875). Filho do Conde de Tocantins. Diplomata brasileiro. Casou-se com Vera

Haritoff, que conheceu em Paris, onde esteve lotado na legação do Brasil. **2382.**

**Silva,** Luiz Maurício de Lima e (1869-1958). Filho do diplomata Luiz Cezar de Lima e Silva e Vera de Lima e Silva (nascida Haritoff). Foi, também, diplomata e se casou com Anna Amélia de Souza Dantas (filha de Rodolpho Souza Dantas e neta do Barão de São Clemente) e pai do Embaixador Sergio de Lima e Silva e de Rodolfo de Lima e Silva. **1684, 1705, 1716, 1722, 1742, 2690.**

**Silva,** Maria Bernardina de Lima e (1860-1947). Filha de José Joaquim de Lima e Silva, sobrinha do Duque de Caxias. Rio-Branco, ainda que já tivesse três filhos com Marie Philomène Stevens, chegou a pensar em dela se separar, por causa de Maria Bernardina. Contudo, a responsabilidade e seu alto sentido de dever e a integridade que o acompanhou durante toda sua vida o impediram. Em 18 de abril de 1877, já em Liverpool, escreveu ao seu amigo Tomás Bezzi: “... *se estivesse livre de agir segundo meu coração e sentimento, se pudesse casar-me, enfim, não seria senão com a nossa encantadora amiguinha.*” A união de Rio-Branco com Marie Philomène foi legalizada em 1889. **1357.**

**Silva,** Muniz da (? - ?). **563.**

**Silva,** Rita Emiliana de Lima e (? - 1916). Filha do diplomata Luiz Cezar de Lima e Silva e Vera de Lima e Silva (nascida Haritoff). Casou-se com Augusto Cesar de Miranda Jordão, com quem teve os seguintes filhos: Luiz de Miranda Jordão, Alexis de Miranda Jordão e Augusto de Miranda Jordão. **1684, 1706, 1716, 1722, 1742, 2690.**

**Silva,** Theodoro Machado Freire Pereira da (1832-1910). Político brasileiro. Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito

do Recife em 1852. Presidente das províncias da Paraíba (1868-1869); do Rio de Janeiro (1870-1871); e da Bahia (1885-1886). Foi ministro dos Transportes e ministro da Agricultura do Brasil, de 1871 a 1872. **1412, 1414, 1439, 1743.**

**Silva, Vera de Lima e** (nascida Haritoff) (1845-1909), Nobre russa, filha de Alexis Haritoff e Ana Louy, casou-se em 1864 com Luiz Cézar de Lima e Silva, diplomata brasileiro, na época Secretário na Legação do Brasil em Paris. Tiveram cinco filhos: Ana Cecília Maria de Lima e Silva (1865-1940); Luiz Maurício de Lima e Silva (1869-1958); Rita Emiliana de Lima e Silva (? - 1916); Helena Maria de Lima e Silva (1872-1966); e Leopoldo José de Lima e Silva (1872-1931). **1684, 1705, 1706, 1717, 1722, 1742, 2118, 2382, 2690.**

**Siméon, ( ? )** (conde). **1849, 1977, 2001, 2115, 2388, 2412, 2454, 2600, 2647, 2667, 2688, 2694, 2716.**

**Siméon, ( ? )** (condessa). **2112, 2115, 2139, 2141, 2198, 2261, 2271, 2466, 2471, 2472, 2476, 2478, 2593, 2601, 2647, 2671, 2688, 2694, 2702, 2716.**

**Sinner, Bertha Cäcilie von.** (em solteira, Bertha von Mutach). Esposa de Johann Rudolf von Sinner (1830-1901), engenheiro e militar suíço. Bertha era filha de Arnold Ludwig von Mutach, Senhor de Holligen e membro da Burguesia de Berna ("*Bürgergemeinder*" – "*Commune de la Bourgeoisie de Berne*"). Johann Rudolf foi diretor de engenharia do Exército (1850-1860); promovido a Capitão, em 1855, enquanto na Áustria. Sinner participou na Batalha de Solferino (1859) e ingressou no Estado-Maior, em 1862. Foi promovido a Coronel em 1871 e nomeado Chefe do Estado Maior Geral do Conselho do Gabinete Federal, onde permaneceu de 1879 a 1882. Deixou o gabinete, após um

duelo. Foi feito Presidente da burguesia de Berna, posição que manteve de 1866 a 1888, e conservador-adjunto do Grande Conselho, de 1878 a 1882. Foi, ainda, membro do legislativo da cidade de Berna e presidente da nova escola para jovens meninas, de 1890 a 1901. **2066, 2111, 2276, 2452, 2543, 2697, 2716, 2719.**

**Smith,** Hubbard T. (? - ?). **177, 178, 371.**

**Soares,** Duarte Gustavo Nogueira (1832-1901). Diplomata português. Bacharel em Direito da Universidade de Coimbra, Nogueira Soares começou sua carreira no Ministério do Comércio. Transferiu-se, em 1860, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Serviu em diversas missões diplomáticas no exterior (Rio de Janeiro, Paris, Londres, Bombaim e Calcutá – onde concluiu tratado de comércio com a Índia inglesa. Era Ministro Plenipotenciário em Berna, por ocasião da estada de Rio-Branco naquela Capital e prestou-lhe grande ajuda. Seus sucessivos êxitos lhe valeram, em 1881, o cargo de Secretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, seguido da chefia dos Negócios Políticos e Diplomáticos naquele ministério. Nogueira Soares foi uma das figuras mais carismáticas do corpo diplomático de Berna e era popularmente conhecido como “um Estado dentro do Estado”. Por ser o mais antigo entre os chefes de missão acreditados em Berna, era considerado o decano de fato do corpo diplomático (não de direito, pois esse título pertencia ao Embaixador da França, único país então a manter uma embaixada na Suíça). Desde 1886, Nogueira Soares havia servido como Enviado Extraordinário no Rio de Janeiro, antes de ser removido para Berna em 1891. Trouxe consigo uma carga de afinidades com o Brasil, acumuladas durante seus seis

anos de posto no Rio de Janeiro. Não é difícil imaginar que logo se tornou amigo de Rio-Branco, do momento que esse chegou a Berna. Nogueira Soares era imensamente respeitado junto às autoridades suíças e tinha estabelecido, também, uma rede de conhecimentos nos meios científicos do país, conhecimentos esses que lhe foram de enorme utilidade, no final do seu período em Berna, pois seu Governo o incumbiu de acompanhar os trabalhos da corte arbitral independente, constituída de três juizes indicados pelo Conselho Federal suíço, sobre a questão da baía de Lagoa, entre o Governo de Portugal e os da Inglaterra e dos Estados Unidos. Não foi difícil para Rio-Branco fazer com que a causa brasileira logo contasse com a simpatia e o apoio de Nogueira Soares, que lhe indicou Virgile Rossel, para ser seu principal conselheiro jurídico na questão de limites com a Guiana Francesa. Nogueira Soares residia em Rainmattstasse 20, onde se situava também a Chancelaria da legação. Apresentou credenciais em 16 de março de 1891. **1744, 1792, 1848, 1849, 1979, 1992, 1995, 1997, 2092, 2093, 2130, 2135, 2201, 2208, 2255, 2256, 2258, 2381, 2425, 2670.**

**Sodré** e Silva, Lauro Nina (1858-1944). Militar e político brasileiro. Foi líder republicano e governador do Pará duas vezes (1891-1897 e 1917-1921). Foi, possivelmente, quem primeiro falou a Rio-Branco de Emil Goeldi e providenciou que fosse liberado do Museu paraense, para ir à Europa, onde o auxiliou, na prestação de informações sobre os peritos suíços, indicados pelo Conselho Federal. **82, 85, 86, 121, 134, 136, 158, 165, 179, 180, 235, 316, 356, 447, 452, 454, 468, 469, 478, 480, 492, 502, 505, 533, 540, 558, 696, 934, 1043, 1073, 1078, 1192, 1228, 1415, 1548, 1628, 1629, 1630, 1633, 1642, 1643, 1644, 1651, 1750.**



**Soupat**, Anne-Felix de (1845- ?). Integrante do serviço exterior francês. *Chancelier* (administrativo) na embaixada da França em Berna (1898), onde passou a cônsul de segunda classe (1899). **2073, 2082, 2131, 2138, 2197, 2205, 2208, 2276, 2648, 2665.**

**Soupat**, Mme. Esposa de Anne-Felix Soupat. **2082, 2197, 2205, 2208, 2276, 2648, 2665.**

**Souza**, Antonio Francisco de Paula (1843-1917). Engenheiro e político brasileiro. Deputado estadual em 1892. Incentivou a criação da Escola Politécnica de São Paulo. No governo Floriano, foi ministro dos transportes, seguido de ministro das Relações Exteriores (11 de dezembro de 1892 – 22 de abril de 1893). **107, 1723.**

**Souza**, José Candido de. Lente do Ginásio de São Paulo. **2452, 2453.**

**Souza**, Paulino José Soares de (1807-1866) (visconde do Uruguai, com honras de grandeza). Político brasileiro, nascido na França. Defendeu a inevitabilidade do fim do tráfico (embora não da escravidão e do tráfico inter-regional no Brasil). Deputado e conselheiro de Estado, depois senador. Em 1855, foi enviado a Paris para negociar a questão de limites entre o Brasil e a Guiana francesa. Publicou diversos trabalhos parlamentares e jurídicos. **1364, 1479, 1548, 3071.**

**Souza**, Pedro Alexandrino Pinto de (? - ?). Explorador português do século 18. **692, 713, 723, 725, 1300, 2302, 2488, 2508.**

**Stalewsky**, Dr. Alexander de. (Conselheiro de Estado). Primeiro Secretário da Legação da Rússia em Berna. Foi Encarregado de Negócios, em algumas ocasiões, entre as quais a época do falecimento do ministro plenipotenciário, Alexandre

de Yonine, em 6 de junho de 1900, cujo serviço fúnebre foi realizado na igreja russa de Genebra, dia 8 daquele mês. **1999, 2087, 2092, 2258, 2381, 2384, 2733.**

**Steiger**, Adolf von (1859-1925) Advogado suíço. Estudou Direito em Genebra, Berna e Leipzig (1878- 1883); manteve escritório de advocacia, de 1884 a 1893. Juiz Substituto (1891); juiz da Suprema Corte de Berna (a partir de 1893). Presidente da cidade de Berna (a partir de 1899). Membro do Grande Conselho de Berna ( de 1900 a 1917; presidente em 1906); membro da Comissão de Governo do Cantão de Berna (1906-1914). Membro do Conselho dos Estados (1908-1918) e presidente da Comissão de Neutralidade e do Comitê para a Lei das Fábricas. Em 1918, Steiger foi nomeado *Vice-Chancelier* e, em seguida, Chanceler Federal. **2092.**

**Steiner**, Bruno. Secretário de Chancelaria da Austro-Hungria em Berna. **2092.**

**Stevens**, Marie Philomène (1850-1898). Atriz belga que trabalhou no Rio de Janeiro, onde se apresentava no notório estabelecimento noturno “*Alcazar Lírico*”. Lá conheceu, nos primeiros anos da década de '70, o jovem Rio-Branco. Stevens regressou à Europa, já grávida do primeiro (nascido em 1873) de cinco filhos que tiveram. Ainda assim, somente vieram a oficializar o matrimônio, em 1888. Rio-Branco manteve casa em Paris para ela e os filhos, enquanto foi Cônsul-geral em Liverpool. Marie viveu em Paris, até sua morte em janeiro de 1898. Em decorrência da considerável diferença intelectual e cultural entre ela e Rio-Branco, o relacionamento do casal nunca chegou a ser feliz, embora vivessem sob o mesmo teto, tanto durante as curtas estadas de Rio-Branco em Paris (sempre que obtinha licença para afastar-se do Consulado-Geral em Liverpool, posto que

chefiou por 19 anos), como durante o período que seguiu, quando passou a residir em Paris, para preparar a defesa do Brasil, na questão contra a França. A longa separação física, imposta pela obrigação profissional de residir em Liverpool, possivelmente levou a que o casal não viesse a se separar. Ademais, contribuiu para que a união perdurasse, com a existência dos cinco filhos, aos quais Rio-Branco se dedicou como pai extremoso. Durante a vida em comum, Marie acompanhou cada vez menos Rio-Branco a compromissos sociais, e nos anos que precederam sua morte (em janeiro de 1898), somente a funções formais ou quando as “aparências” assim o exigiam. Durante o longo período da doença que levou à sua morte, Marie contou com o mais dedicado apoio de Rio-Branco, que, para seu restabelecimento, não lhe poupou tempo, a despeito das pesadas exigências que a importante missão que lhe fora confiada pelo Governo impunha. Rio-Branco dela cuidou pessoalmente, e, ainda que sem fortuna própria e dependente do seu salário de servidor público, proporcionou-lhe a melhor assistência médica especializada disponível em Paris, para acompanhar seu último ano e meio de vida. Há indícios de que Rio-Branco fazia contribuições financeiras regulares para a mãe viúva de Marie, Eugénie Henry Stevens, que residia em Alfortville, cidade próxima a Paris. Depois da morte de Marie, Rio-Branco continuou a ajudar financeiramente Eugénie, então com 64 anos de idade, até sua morte. **38, 635, 735, 848, 942, 1105, 1110, 1111, 1112, 1357, 1358, 1369, 1488, 1489, 1491, 1492, 1493, 1506, 2700, 2073.**

**Stoll, Otto** (1849-1922). Professor suíço da Universidade e do Instituto Politécnico, ambos de Zurique. Estudou medicina na Universidade de Zurique, de 1868 a 1873; prestou seus exames em 1873 e doutorou-se em 1877. Exerceu a

profissão em Zurique, Klosters, bem como na Guatemala, de 1878 a 1883. Livre docente de Etnologia e Antropologia da Universidade de Zurique, em 1884, e de Geografia da ETH, de 1886 a 1894. Fundador da Sociedade Etnográfica, em 1888, foi ainda o primeiro diretor da coleção etnográfica de Zurique (1889-1898) e do Museu de Zoologia (1898-1922), para o qual recebeu considerável material da região amazônica, enviado pelo seu amigo Emil Goeldi, do Pará. Suas pesquisas (étnicas, fauna), enquanto na Guatemala, resultaram em publicações sobre etnografia, linguagem e psicologia do povo daquele país. **1961, 2089, 2090, 2099, 2100, 2212, 2292, 2336, 2345, 2347, 2348, 2371, 2391, 2451, 2452, 2454, 2481, 2483, 2875, 2936, 2937, 2946, 2950, 2952, 2954, 2958, 2966, 2969, 2971 .**

**Stooss**, Albert Gustav Alfred (1860-1925). Advogado suíço. Estudou Direito em Genebra, Heidelberg, Leipzig e Berna. Advogado (1883), Juiz Substituto do Supremo Tribunal do Cantão de Berna (1891-1905). Proposto pelo grupo radical, Stooss foi eleito para a Justiça Federal (1905), onde atuou no tribunal de direito público (1907-1911). Presidente do Tribunal Federal em 1925. Presidente da Sociedade de Bernese de advogados (1904), fundador e primeiro presidente da Federação Suíça de Advogados. Facilitou o entrosamento de Rio-Branco na sociedade local e nos meios científicos o fato de Stooss ser Vice-Cônsul honorário do Brasil, posição que ocupou de 1892 a 1905. Foi diretor-geral do “*Jenner Kinderspital*”, hospital para crianças. O Cônsul honorário era seu sogro, Ludwig August Bécherraz, pai de sua esposa, Susanne Marie Bécherraz, com quem havia se casado em 1888. Irmão de Carl Stooss, diretor de Direito Penal na Universidade de Viena. **2092, 2093.**

**Suarez**, Francisco de Paula. Pesquisador contratado e orientado por Rio-Branco, para encontrar na Espanha documento (manuscrito do Padre Pfeil), de cuja existência Rio-Branco tinha conhecimento. Nesse manuscrito, Pfeil havia registrado que o rio Vicente Pinson, pertencente aos portugueses, era o rio do tratado de Utrecht. No arquivo particular do barão, há registro de duzentas e três cartas recebidas, de quatro cartas expedidas e vinte e cinco de terceiros. **1250, 1288, 1292, 1406, 1414, 1430, 1567, 1609, 1614, 1635, 1640, 1683, 1721, 1753, 1754, 1755, 1784, 1785, 1802, 1851, 1964, 1965, 2297, 2298, 2342, 2343, 2422, 2545, 2693.**

**Suter**, Anton (Dr.). 1815.

**Sylveira**, Symão Estácio. Militar português, nascido nos Açores. Um dos pioneiros da colonização portuguesa no Maranhão. Foi juiz da primeira Câmara de São Luis e procurador da conquista do Maranhão. Escreveu a obra “*Relação Sumária ds Cousas do Maranhão*” (1619), publicada em Lisboa em 1624, com o propósito de atrair colonos portugueses para a região. Comandou a chegada, em 1619, de trezentos casais dos Açores. **2354, 2357, 2358, 2359, 2363, 2365, 2366, 2367.**

**Szalay**, Pierre de. Diretor-Presidente dos Correios, Telégrafos e Telefones da Hungria. Representou seu país, como delegado, no Congresso da União Postal Universal, em Interlaken. **2326, 2328.**

**Szalay**, Mme Pierre de. Esposa do Diretor-Presidente dos Correios, Telégrafos e Telefones da Hungria. **2325, 2326, 2328.**

T

**Talleyrand-Périgord**, Charles-Maurice (1754-1838) (Príncipe de). Diplomata francês e estadista. Dotado de incomum e notável habilidade, ao mesmo tempo que revelava extraordinárias contradições. **2699**.

**Tanner**, Max (1873-1895). Biólogo suíço. Faleceu no regresso de expedição ao Cunani, em 14 de novembro, no rio Pará. **235, 3003, 3043, 3044, 3048**.

**Tardy de Montravel**, Louis Marie François (1811-1864). Cartógrafo francês. Escreveu a obra: “*Instructions pour naviguer sur la côte septentrionale du Brésil et dans le fleuve des Amazones, pour faire suite au Pilote du Brésil*” e “*Carte réduite du cours de l’Amazone depuis ses embouchures jusqu’à Obidos*”. **881, 1227**.

**Tatton**, Gabriel (c. 1600 - 1621). Cartógrafo inglês do século XVI. Em 1600, produziu mapas do Novo Mundo, magnificamente gravados por Benjamin Wright, um dos primeiros gravadores ingleses. Esses mapas foram relançados em 1616. No cabeçalho do mapa em apreço está escrito: “*A nova e recente delimitação das terras e reinos da Califórnia, Nova Espanha, México e Peru, juntamente com uma representação exata e absoluta do Golfo do México, até Cuba e, até às margens do mar do sul*”. O mapa de Tatton foi considerado o mapa mais belo do Novo Mundo de sua época. Trata-se de mapa importante, porque representa muito do que tinha sido descoberto da metade inferior da América do Norte, desde Colombo. A Baixa Califórnia é mostrada como uma península, embora alguns acreditavam que fosse uma ilha até que Eusébio Kino, em 1705, provou que não era. No canto superior esquerdo aparecem as míticas Sete Cidades de Cibola, e a cidade de Tiguex, onde Coronado passou o inverno em 1540. A Florida estende até ao Rio Spiritus Santo (o Mississippi), descoberto por Hernando Desoto em

1541. No canto superior direito (sob o selo) encontram-se os Mons Appalaci (Apalaches). Em 1979, o México emitiu um bloco filatélico com o mapa Tatton, para marcar o 400º aniversário do serviço de correio na Nova Espanha. **1543.**

**Therèse de Jesus** (segunda metade do século 19). Madre Superiora da ordem religiosa das dominicanas do convento homônimo em Auteuil, Paris, onde estudavam Amelia e Hortensia, filhas de Rio-Branco. **1352, 1353, 1378, 1379, 1542.**

**Teissier**, Georges (1862-1935). Jurista francês. Auditor de 1ª classe no Conselho de Estado e professor na Escola de Ciências Políticas. Foi presidente do Conselho de Administração da Companhia das Estradas de Ferro do Sul. Foi eleito, em 1918, membro da Academia de Ciências Morais e Políticas. Serviu, ainda, como Secretário do ministério das Colônias. **1917.**

**Teixeira**, João (1602-1666). Cartógrafo e cosmógrafo do Rei de Portugal. Reuniu importantes mapas manuscritos e cartas marítimas, sobre os quais se baseavam as reivindicações territoriais de Portugal, com relação à Espanha. A despeito dos termos do tratado de Tordesilhas de 1494, disputas entre Portugal e Espanha continuaram por mais 150 anos, com relação da divisão do “novo mundo”. Nesse contexto, os mapas e cartas de Teixeira são de grande interesse histórico. **558, 810, 1640, 1659, 1745, 1786, 1887.**

**Teschauer**, Carlos (1851-1930). Padre, professor, historiador e folclorista teuto-brasileiro. Tornou-se jesuíta em 1874 e viajou para o Brasil em 1880, onde se fixou no Rio Grande do Sul. Foi renomado estudioso das tradições gaúchas e uma das maiores autoridades em matéria de história, cultura indígena e etnografia daquele Estado. Obteve a naturalização brasileira em 1891. Foi professor no Colégio

Anchieta, em Porto Alegre, e membro da Academia Rio-Grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. É autor de diversas obras. **2333, 2385.**

**Thormann**, Adelheid (née von Würstemberger) mãe de Philipp Thormann. **2533.**

**Thormann**, Georg. Engenheiro suíço, casado com Adelheid von Würtemberger e pai de Philipp. **2141.**

**Thormann**, Philipp (1874-1960). Filho de Georg e Adelheid Thormann. Advogado suíço. Estudou Direito em Neuchâtel, Berna, Munique e Berlim. Formado em 1897. Advogado de patentes em Berna (1897), onde obteve seu doutorado em 1898. Foi secretário do Supremo Tribunal e, entre 1903 e 1907, professor de direito penal e processo penal, na Universidade de Berna, na qual chegou a reitor. Foi juiz no Supremo Tribunal, de 1907 a 1937 e colaborou de maneira determinante na elaboração das leis berneses sobre menores delinquentes, sobre o Processo Penal e sobre a introdução ao Código Penal suíço. Em parceria com Alfred von Overbeck, professor de Direito e Processo Penal na Universidade de Fribourg, escreveu um comentário sobre o Código Penal suíço, entre 1940 e 1943. **2141.**

**Thurber**, Henry T. (1853-1904). Advogado norte-americano. Foi secretário particular do Presidente Grover Cleveland. Rio-Branco tinha presente o fato de que Cleveland havia manifestado apoio à Doutrina de Monroe, ao forçar a Inglaterra a aceitar o processo de arbitragem, na disputa de território entre a Guiana Inglesa e a Venezuela. **126.**

**Tilbert**, Théophile, natural de Caiena e integrante de expedição francesa ao Cachipur, em busca de ouro. Alegou ter sido



atacado por brasileiros, em meados de dezembro de 1896.  
**1072, 1073.**

**Tillaux**, Paul Jules (Dr.) (1834-1904). Médico-cirurgião francês, com especialização em anatomia. Formou-se em 1857. É conhecido pelo seu trabalho sobre infecções bem como sobre a vacina contra a raiva, que realizou com Pasteur. O Dr. Tillaux foi um dos médicos que tratou da esposa de Rio-Branco, durante sua doença terminal. **635, 673, 675, 677, 684, 1175, 1291, 1292, 1369, 1370, 1371, 1372, 1412.**

**Tirion**, Isaac (c. 1705-1769). Cartógrafo holandês do século 18.  
**1337, 1473.**

**Tocantins**, Manuel Antônio Gonçalves. Cidadão brasileiro, engenheiro, membro temporário do triunvirato que reagiu às restrições impostas pelos franceses aos habitantes brasileiros, radicados em território nacional pretendido pela França. **158, 164, 165, 411, 412, 495, 2267, 2268, 2545, 2587, 2589, 2620, 2632.**

**Tommasini**, Francesco. Serviu como Adido na legação da Itália em Berna. **1990, 2000, 2066, 2079, 2084, 2087, 2092, 2111, 2115, 2117.**

**Tordesillas**, Adolfo Lloréns y. Adido militar (tenente de artilharia), na legação da Espanha em Berna. Assumiu em maio de 1900. **602, 663, 2198, 2359.**

**Torres**, Alberto de Seixas Martins (1865-1917). Advogado, político e jornalista brasileiro. Coursou, inicialmente, Medicina, mas optou, pouco tempo depois, pelo Direito, primeiro em São Paulo e, em 1885, no Recife, onde se formou. Foi deputado na Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro (1892), deputado federal, ministro da Justiça e Negócios Interiores (na gestão Prudente de Moraes), presidente do

Estado do Rio de Janeiro e ministro do Supremo Tribunal Federal, de dezembro de 1900 a 1907. Alberto Torres foi abolicionista e republicano convicto desde os tempos de juventude. No arquivo particular do barão, há registro de trinta e quatro cartas recebidas e uma carta expedida. **841, 842, 913.**

**Tropé**, Henri. Pesquisador e cartógrafo francês. **252, 421, 627, 628, 633, 684, 1385, 2409, 2787.**

**Trouillot**, Georges (1851-1916). Político francês. Senador pelo Jura de 1889 a 1906. Ministro das Colônias, de 28 de junho a 1º de novembro de 1898, no Governo de Henri Brisson. Foi ministro do Comércio e da Indústria, dos Correios e Telégrafos, de 1902 a 18 de janeiro de 1905 e de novembro de 1905 a março de 1906. Voltou a ser ministro das Colônias, de julho de 1909 a novembro de 1910, no Governo de Aristide Briand. **1663.**

**Tscharner**, Fritz de (von). Membro de família ilustre, com ramos nos Grisões e em Berna. Amigos de Rio-Branco, durante sua estada em Berna. **2138, 2380, 2540.**

**Tschudi**, Johann Jakob von (1818-1889). Diplomata, explorador e naturalista suíço. Após obter seu doutorado em Zurique, partiu em expedição na América do Sul, onde permaneceu de 1857 a 1859. Por conta do governo suíço, realizou nova expedição que o levou ao Brasil. Em 1866, foi nomeado encarregado de Negócios na embaixada da Suíça em Viena e, em 1868, passou a embaixador naquele posto, até se aposentar em 1888. Tschudi escreveu diversas obras sobre etnografia, linguística, geografia, meteorologia e medicina. **846, 2762, 2773.**

Twiss, Travers (Sir) (1809-1897). Jurista e escritor inglês. **1032, 1036, 1064.**

## U

**Uhl**, Edwin Fuller (1841-1901). Advogado e político norte-americano. Em 1893, Uhl foi nomeado Secretário de Estado Adjunto e se mudou para Washington, DC. Permaneceu nesse cargo até junho de 1895, no governo do Presidente Cleveland. Em 1895, o governo federal o nomeou para inspecionar os postos consulares dos EUA na Europa e, em 1896, foi nomeado embaixador na Alemanha, cargo que ocupou até o fim do mandato de Cleveland, em 1897. No arquivo particular do barão, há registro de cinco cartas recebidas. **177, 178, 419, 1028.**

**Uhl**, Lucy F. Filha de Edwin Fuller Uhl. No arquivo particular do barão, há registro de uma carta recebida. **177, 178, 572, 628, 633, 1018, 1028, 1567.**

## V

**Vallet**, Pierre (abade). Padre da igreja de *Saint-Sulplice* e professor de Filosofia no Seminário de Issy. Amigo de Rio-Branco e membro da Sociedade São Tomás de Aquino. No arquivo particular do barão, há registro de uma carta recebida. **67, 68, 69, 81, 125, 129, 224, 421, 565, 572, 628, 629, 1129.**

**Vasconcelos**, José de Almeida (? - ?). Diplomata Brasileiro. Assumiu como E.E.M.P a legação em Berna, pouco depois da partida de Rio-Branco daquela capital, em abril de 1901. **2722, 2733, 2734.**

**Vasques**, Bernardo (1837-1902). Militar brasileiro que chegou a General-de-divisão. Foi ministro da Guerra de Prudente de Moraes, de 15 de novembro a 23 de novembro de 1896. **842, 913.**

**Velasco**, Juan Lopes de (c. 1530-c.1598). Cosmógrafo e historiador espanhol, atuante durante o reinado de Felipi II (1554-1598). Foi o principal cronista das Índias, na segunda metade do século, depois do Padre Antonio de Guevara e herdou o papel de Alonso de Santa Cruz, que havia sido o principal cosmógrafo espanhol. Reuniu, assim, ambas as funções. **2367.**

**Vianna**, Luis [Luiz] (1846-1920). Político e magistrado brasileiro. Diplomou-se em direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1870. Nomeado promotor de Justiça em Xique-Xique, no interior baiano. Em 1881, foi transferido para Santa Cristina do Pinhal, depois para Viamão, no Rio Grande do Sul. Em seguida, regressa à Bahia, para ser juiz. Chegou a Conselheiro (atual Desembargador) do Tribunal de Apelação, do qual foi Presidente. Na política participou da constituinte estadual republicana, como Senador Provincial, presidindo a casa. Eleito governador, seguido de afastamento da vida pública, à qual retorna em 1911, quando foi eleito Senador da República, em 1911. Constitui-se em caso raro de indivíduo que exerceu, por mérito próprio, os três poderes, em graus variados: Judiciário, Legislativo e Executivo. Foi pai do também governador da Bahia, Luis Viana Filho. Morreu a bordo do navio “*Limburgia*”, em viagem à Europa. **2409, 2410, 2411, 2412.**

**Victoria**, Alzira de Freitas Amorim de Santa (1853–1937). Filha de Manuel Afonso de Freitas Amorim (1° Barão e 1° Visconde de Santa Victoria) (1831-1906) e Alzira Rodrigues Fernandes

Chaves (Viscondessa de Santa Victoria) (1831-1911). **486, 1490, 1907, 2690.**

**Vignaud**, Henry (1830-1922). Jornalista americano. Comissionado Capitão das forças Confederadas, foi capturado mas escapou e refugiou-se em Paris, onde trabalhou na missão diplomática confederada de John Slidell. Continuou a viver em Paris e trabalho como Secretário na legação norte-americana, de 1875 até sua aposentadoria em 1909. Especializou-se na vida de Cristovão Colombo e nas descobertas dos séculos 15 e 16. Especialista em cartografia, iniciou trabalho sobre sua história que não chegou a completar. (2 cartas recebidas e 1 expedida no arquivo particular do Barão). **2412.**

**Vigorsi**, (?). Diplomata ou adido italiano. Serviu na legação em Berna, em 1900. **2695.**

**Vilers**, Charles Le Myre de (1833-1918). Governador colonial francês (Cochinchina, de 1879 a 1882 ; Madagascar, de 1886 a 1888 e de 1894 a 1895). Foi deputado de 1889 a 1902. **1525, 1526, 1544.**

**Ville**, Pierre-Eleonore de la (? -1705) (Marquês de Férolles, às vezes escrito Férrolles). Militar francês, oficial general e governador colonial francês, falecido em 5 de agosto de 1705. O Marquês de Férolles foi tenente-comandante para o Rei da França na Guiana, entre 1679 e 1680. Em seguida, foi feito Governador-Geral da Guiana, posição que ocupou de 1681 a 1684, novamente em 1687, e ainda de 1691 a 1700. Foi depois governador das ilhas e do continente, com sede em Caiena e tenente-general do Rei. Férolles foi promovido a Marechal de Campo e dos Exércitos do Rei, em 1702. Foi feito Cavaleiro da Ordem Real e Militar de São Luis. Férolles acreditava na criação de estabelecimentos agrícolas e para defendê-los restabeleceu e reequipou forte

português, em Macapá, em 1696. **556, 602, 830, 1184, 1227, 2184, 2185, 2186, 2187, 2189, 2192, 2214, 2242, 2243, 2297, 2307,**

**Villiers**, Francis Hyde (Sir) (1852-1925). Diplomata inglês. Principal Secretário Privado do ministro, Lord Rosebery (em 1886 e de 1892 a 1894). Foi Subsecretário Adjunto, de 1896 a 1905. Em 1906, foi nomeado E.E.M.P. em Lisboa, e, em 1911, removido para a legação em Bruxelas. Em decorrência de seu apoio ao Rei Alberto, que acompanhou durante a invasão alemã durante a 1ª Guerra Mundial, a legação foi elevada a embaixada em 1919, e Villiers promovido a embaixador no posto, onde permaneceu, até sua aposentadoria em 1920. **1062, 1065, 1263, 1510, 1520, 1994, 2409, 2718.**

**Vilte**, Olavo y. Diplomata peruano que serviu como Secretário na Legação do Peru em Berna, em 1900. **2331.**

**Villegas**, Anibal. E.E.M.P. do Peru, junto ao governo suíço. A legação era situada em Lausanne, para acompanhamento da questão referente ao guano. **1998, 2092.**

**Villeneuve**, Henrique (conde de). No arquivo particular do barão, há registro de nove cartas recebidas e uma expedida. **1635, 1636, 2668.**

**Virasoro**, Valnetín (1842-1925). Engenheiro e político argentino. **2786.**

**Vlangali**, Alexandre G. (Egorovich) (1823-1908), geógrafo, explorador, historiador, economista e diplomata russo. Foi Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, quando integrou delegação russa à Conferência Especial sobre a Pérsia, em 1890. Na carreira diplomática, serviu como embaixador na China e na Itália. Vlangali foi, ainda, membro do Conselho de Estado do Império da Rússia. Rio-Branco e Vlangali haviam se conhecido, anteriormente, em São

Petersburgo, se davam bem e se encontravam, sempre que a oportunidade se apresentava de coincidirem na mesma cidade. **2267, 2268, 2273, 2276, 2384, 2385, 2387, 2420, 2421, 2467, 2733.**

**Vogt, Charles.** Juiz de Paz e tradutor nas Câmaras federais. **2696.**

**Voissien, Eugène.** Representante da França no Contestado. Em meados da década de 1890, foi descoberto ouro nas proximidades do Rio Calçoene, em decorrência do que, por volta de 1893, o então governador da Guiana Francesa, Charvein, cuidou logo de colocar um representante da França na região, para impedir o acesso de brasileiros às minas. O Capitão Eugène Voissien foi escolhido para assumir essa função, como delegado da região contestada, com o título honorífico de *Capitão Honorário do Exército Defensor do Amapá*. Voissien passou a fiscalizar a região bem como a coleta do ouro, que era desviado para o lado francês. **495.**

## W

**Wagner, (?)**. Secretário da legação da Áustria-Hungria em Berna. Chegou à capital suíça em janeiro de 1901. **2651, 2665, 2671, 2688, 2689, 2690, 2694, 2695, 2697, 2698, 2713, 2716, 2717, 2718, 2733.**

**Wagnière, Georges (Antoine Maurice)** (1862-1948). Suíço. Bacharel em Direito. Estudou em Lausanne, Florença e Pisa, onde obteve seu doutorado. Regressou à Suíça, onde trabalhou como tradutor no Departamento Federal de Justiça e Polícia, em 1894. Passou a 2º “*Vice-Chancelier*” no Conselho Federal, em 1896, posição que ocupou até 1902. Depois que deixou o Governo, trabalhou como redator no “*Journal de Génève*”, onde ficou encarregado de política externa. Ascendeu no jornal à posição de redator-chefe

e, posteriormente, diretor. Foi membro do Conselho de Administração da Banca d'Italia. Em 1918, o Conselho federal o nomeou Ministro Plenipotenciário em Roma, posto onde permaneceu até 1935. Em 1936, entrou para a Cruz Vermelha Internacional. Casou-se em 1898 com Gabrielle Curchod (1871-1949). **1815, 2135, 2139, 2201, 2261, 2464, 2538, 2639, 2668, 2687.**

**Waller**, Harold, (Dr.). Dentista, com consultório situado em 16 Rue Auber, Paris. **1179, 1180, 1241, 1242, 1245, 1248, 1249, 1250, 1252, 1564.**

**Waldstein**, Heinrich Maria Franz (príncipe de) (1880-1969). **2266.**

**Wattenville**, Justine de. **2204, 2272, 2639.**

**Westermann**, (?). Novo E.E.M.P. da Rússia em Berna, em 1900, em substituição a Alexandre Yonine, falecido no exercício de sua função. **2546, 2648.**

**Westermann**, Mme. Esposa do ministro Westermann, E.E.M.P. da Rússia em Berna, em 1900. **2467.**

**Wiener**, Charles. (1851-1913). Arqueólogo, geógrafo e diplomata francês, originário da Áustria, mas muito jovem naturalizado francês. Em 1875, beneficiou-se de missão científica, patrocinada pelo ministério da Educação pública da França, para explorar a América do Sul. Em 1879, é nomeado vice-cônsul da França em Guayaquil, onde voltou a desenvolver sua vocação de explorador. Em 1880, Wiener é designado pelo Quai d'Orsay para encontrar uma via comercial de fácil acesso entre o Equador e a bacia Amazônica. Ele desceu o rio Napo e, na confluência do Napo e o Marañon, embarca em vapor para Tabatinga. Depois desce o Amazonas até Belém. Após 1884, Wiener seguiu uma vida de diplomata em diversos países da América espanhola. Wiener dedicou



muitos anos ao estudo de meios para desenvolver as relações de comércio entre a França e a América equatorial. Em 1896, encontrava-se lotado no gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros, durante a gestão de Hanotaux. Em novembro de 1900, foi nomeado E.E.M.P. da França no Haiti. Wiener faleceu no Rio de Janeiro. **121, 924, 927, 928, 929, 930, 933, 942, 967, 968, 969, 974, 975, 993, 994, 999, 1001, 1002, 1003, 1004, 1018, 1019, 1020, 1022, 1052, 1053, 1054, 1055, 1056, 1084, 1639, 1684, 2549.**

**Winkler**, Johannes (1845-1918). Advogado suíço. Estudou Direito em Heidelberg, Leipzig e Zurique, onde obteve seu doutorado. Editor do jornal “*Tageblatt*” de Lucerna (1868-1871) e Conselheiro da estrada de ferro do Gotardo (1873-1893). Foi presidente do Comitê Central do Partido Radical Cantonal e membro do Grande Conselho de Lucerna (1873-1893). Juiz Substituto (1873-1893) e juiz do Tribunal Federal (1893-1903), do qual foi presidente, de 1901 a 1902. Foi, ainda, diretor do Escritório Central para os Transportes Internacionais Ferroviários em Berna (1903-1908) e presidente da Associação dos Advogados suíços (1898-1901). **2064, 2092, 2207, 2337.**

**Woker**, Philip (1847-1924). Alemão de nascimento, Woker era, no período do processo de arbitramento, professor da Universidade de Berna. Casado com Johanna Müller, irmã do Conselheiro Federal Eduard Müller, Woker era, portanto, cunhado do presidente de turno da Confederação suíça (em 1899), e que, em 1900, desempenhou o papel de relator do processo de arbitramento entre o Brasil e a França. Woker era, também, amigo de Virgile Rossel. Em 1875, foi professor de história da Igreja na Faculdade de Teologia Católica Cristã da Universidade de Berna, universidade da

qual chegou a ser Reitor, de 1904-1905. Em 1888, passou a professor de história geral da Faculdade de Letras daquela universidade. Woker dedicou sua carreira ao ensino, o que lhe deixou pouco tempo para suas próprias publicações. **2340, 2345, 2371, 2413, 2502, 2877.**

**Wurstenberger**, René (Rudolf Albrecht Renatus) von (1857-1935). Arquiteto suíço. Estudou arquitetura na EPF de Zurique, de 1876 a 1878. Em seguida, estudou na Escola de Belas Artes em Paris. Projetou diversas casas em Berna, bem como o teatro municipal, construído entre 1901 e 1903. Foi membro e, depois, presidente do Museu de Belas Artes de Berna e fez parte da comissão da Sociedade Bernense de Belas Artes e da Grande Sociéte. Foi, ainda, membro da comissão de fiscalização do Museu de História de Berna e da comissão federal de Monumentos Históricos. Com suas casas, inspiradas em estilo histórico, sobretudo o teatro neobarroco, Wurstemberger deixou sua marca na arquitetura de Berna. **2137.**

**Wurstenberger**, Helene von. Esposa de René (Rudolf Albrecht Renatus). **2137.**

## X

**Xavier**, Marcos Guadalajara (Guadalaxara) y (1560-c.1631). Padre carmelita, cronista e historiador espanhol. Continuou a escrever a “História pontifical General y Católica” de Gonzalo de Illescas, autor das duas primeiras partes desse trabalho, sobre a história dos Papas, de São Pedro até **1572. 2357, 2364, 2365.**

## Y

**Yonine**, Alexander de ( ? -1900). E.E.M.P. da Rússia em Berna, onde faleceu no cargo. Yonine residia em Oberhofen (perto de Thun). A Chancelaria russa se situava em Amthausgasse 14, II (Berna). Yonine apresentou credenciais em 4 de maio de 1897. **1848, 1998, 2255, 2258.**

**Yoos [Joos]**, Wilhelm (1821-1900). Médico e político suíço do Cantão de Schaffhausen. Estudou medicina em Erlangen, Göttingen, Berlim, Londres e Viena. Viveu no Brasil, onde praticou medicina em Pernambuco e na Bahia. No campo político, foi deputado pelo seu Cantão, membro do Grande Conselho da cidade de Schaffhausen (1858-1900) e Conselheiro Nacional de 1863 a 1900. Político visionário, envidou esforços para atenuar os efeitos do desemprego na Suíça daquele período, por meio de incentivos à imigração, para países em outros continentes, entre os quais o Brasil e os Estados Unidos da América. Joos se interessou pela causa brasileira, o que o levou a se aproximar de Rio-Branco, que o visitou em Schaffhausen, em 1900. **2117, 2271, 2273, 2564, 2894, 2973.**

**Youle**, Frederick (1816-1913). **2410, 2411.**

## Z

**Zeballos**, Estanislao Severo (1854-1923). Advogado, escritor, jornalista e político argentino. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros três vezes. Durante 24 anos foi professor de Direito Internacional Privado na Universidade de Buenos Aires e em 1918, foi nomeado Reitor. A convite da Universidade de Harvard, lá participou de uma série de palestras, proferidas em inglês. Dos Estados Unidos viajou

para a Inglaterra, onde, de passagem por Liverpool, veio a falecer no *Hotel Adelphi* daquela cidade. **125, 369.**

**Zemp**, Josef (1834-1908). Político suíço, eleito para o Conselho Federal em 1891. De 1892 a 1901, Zemp chefiou o Departamento dos Correios e Estradas de Ferro. Foi presidente de turno da Confederação, durante os anos de 1895 e 1902. **1815, 2034, 2064, 2081, 2092, 2331, 2335, 2381, 2402, 2405, 2455, 2483, 2504, 2562, 2571, 2572, 2574, 2638, 2642, 2645, 2717, 2733.**



*Vio Brancy*

RELAÇÃO DE NOMES QUE  
NÃO CONSTAM NO ÍNDICE  
ONOMÁSTICO, MAS QUE SÃO  
DE INTERESSE, NO CONTEXTO  
DESTA OBRA

---



**D**iante do papel fundamental de José Maria da Silva Paranhos Júnior neste trabalho e como há mais de 2.200 ocorrências de seu nome, o que tornaria oneroso reproduzir tamanho número de páginas, resolveu-se deslocar seu verbete para a presente listagem, e dar-lhe posição de destaque.

**Paranhos Júnior**, José Maria da Silva (1845-1912) (outorgado título de Barão do Rio-Branco, pela Princesa Isabel, em 30 de maio de 1888). Filho de José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio-Branco, e de Teresa de Figueiredo Rodrigues de Faria, viscondessa do Rio-Branco. Formou-se em Direito, no Recife, em 1865; foi deputado pelo Mato Grosso, de 1869-1875; secretário particular, na missão de negociação da paz com o Paraguai, de 1870 a 1871. Rio-Branco foi advogado, historiador, geógrafo, diplomata e estadista brasileiro. Na carreira diplomática, foi nomeado em maio de 1876 Cônsul-geral em Liverpool e, em 1900, Ministro-plenipotenciário em Berlim. Durante esse período, exerceu diversos cargos. Em 1884, foi delegado à Exposição Internacional de São Petersburgo. Entre 1891 e 1893, já no período republicano, exerceu o cargo de superintendente-



geral, na Europa, da emigração para o Brasil. Em 1893, foi nomeado E.E.M.P. em missão especial em Washington, de 1893 a 1895 (Arbitramento na questão de limites entre o Brasil e República Argentina) encarregada de defender os direitos do Brasil no território das Missões, reivindicado pela Argentina. A questão foi submetida ao presidente Grover Cleveland dos Estados Unidos da América. O laudo arbitral de 5 de fevereiro de 1895 foi inteiramente favorável ao Brasil. Já em 1895, se encontrava em comissão do Ministério das Relações Exteriores em Paris, encarregado do estudo das questões de limites com a França e a Grã-Bretanha, e em 1898, nomeado como plenipotenciário em Missão Especial em Berna (Arbitramento na questão de limites entre o Brasil e a França, na Guiana) para defender a causa brasileira perante o Conselho federal da Suíça, escolhido pelas duas nações como árbitro. A sentença arbitral, de 1º de dezembro de 1900, foi favorável ao Brasil. Em 1900, foi nomeado E.E.M.P. em Berlim. Foi nomeado em 15 de novembro 1902 pelo Presidente Rodrigues Alves a assumir a pasta das Relações Exteriores, na qual permaneceu até sua morte em 1912, reconduzido, sem solução de continuidade, pelos presidentes Affonso Penna, Nilo Peçanha e Marechal Hermes da Fonseca. Durante sua gestão como ministro, assinou importantes tratados de limites com países vizinhos, o que assegurou de maneira pacífica para o Brasil, juntamente com o resultado das duas questões acima, perto de um milhão de quilômetros quadrados de território nacional, do total de 8 milhões, quinhentos e doze mil até hoje mantidos. Rio-Branco lançou as bases de uma nova política internacional brasileira, fundada no pan-americanismo.

- Azevedo**, Augusto Cezar de Miranda (1851-1907). Médico, historiador e político brasileiro. Nunca deixou de praticar a medicina, enquanto que, paralelamente, exerceu ativa. É signatário do *Manifesto Republicano* (3 dez.1870).
- Barcia**, Andrès González de (1673-1743). Político, dramaturgo e historiador espanhol.
- Barralier**, Emmanuel (18-19). Geógrafo e cartógrafo francês, a serviço do ministério das Colônias.
- Bécheraz**, Hélène, irmã de Susanne (esposa de Alfred Stooss). Hélène casou-se em 1896 com Max Rudolf Neisse.
- Boisdeffre**, Raoul François Charles Le Mouton de (1839-1919). Oficial do exército francês, como general, intermediou ativamente a reaproximação entre a França e a Rússia.
- Bonne**, Rigobert (1727-1794). Cartógrafo francês. Um dos mais importantes cartógrafos do fim do século 18. Em 1772, sucedeu a Jacques-Nicolas Bellin como cartógrafo real da Marinha francesa. Bonne criou alguns dos mapas mais minuciosos e precisos da época. Em seus mapas, deixou de incluir motivos ornamentais presentes nos mapas do século 17 e do início do século 18, tais como uso de cores, cartuchos e a rosa-dos-ventos.
- Capefigue**, Jean-Baptiste Honoré Raymond (1801-1872). Historiador e biógrafo francês.
- Cassini**, Giovanni Maria (1745-1824). Pintor, gravador e cartógrafo italiano.
- Castella**, Hubert de (1825-1907). Arquiteto suíço, estudou em Neuchâtel e Paris, onde se tornou cidadão francês (1848). Em 1854, seguiu seu irmão, Paul, à Austrália. Naturalizou-se australiano e passou a produzir vinhos, que adquiriram

boa reputação na Europa. Pintor e escultor, participou das primeiras exposições de arte na Austrália e foi membro fundador da *Royal Society of Arts* em Melbourne. Regressou à Suíça e, em 1888, presidiu a seção Fribourg da Sociedade Suíça de pintores e escultores. Era membro de importante e antiga família de Friburgo, com membros da qual Rio-Branco e suas filhas mantiveram boa amizade. Hubert foi feito Cavaleiro da Legião de Honra em 1890. Os Castella residiam em Friburgo, à Grand Rue, 24. N.

**Delisle**, Guillaume (1675-1726). Cartógrafo francês. Primeiro diretor do Observatório de Paris.

**Ducke**, Adolph (1876-1959). Zoólogo austríaco, contratado por Emil Goeldi para trabalhar no Museu Paraense.

**Fer**, Nicolas de (1646-1720). Geógrafo e cartógrafo francês.

**Goeldi**, Andreas (1872-1912). Primo de Emil que deixou a Suíça para trabalhar na “Colônia Alpina”, a pouca distância de Teresópolis

**Goeldi**, Arnaldo (1897-1977). Sexto filho do casal Emil e Adelina Goeldi.

**Goeldi**, Edgar (1899-1987). Sétimo filho do casal Emil e Adelina Goeldi.

**Goeldi**, Walter Eugen (1890-1960). Primeiro filho do casal Emil e Adelina Goeldi.

**Goeldi**, Leonie (1892-1965). Terceiro filho do casal Emil e Adelina Goeldi.

**Goeldi**, Mathilde (1894-1983). Quarto filho do casal Emil e Adelina Goeldi

**Goeldi**, Oswaldo (1895-1961). Quinto filho do casal Emil e Adelina Goeldi.

**Hagmann**, Gottfried (1874-1946). Zoólogo suíço, contratado por Goeldi para trabalhar no Museu Paraense.

**Hamilton-Gordon**, George (1784-1860) (4° conde de Aberdeen). Político, diplomata e proprietário rural inglês. Foi primeiro ministro de 1852 a 1855, período durante o qual a política da Grã-Bretanha esteve mais voltada, para a política exterior, o ponto alto do qual foi a guerra da Criméia.

**Haritoff**, Anna de Houy (1815-1895). Esposa de Alexis de Haritoff, nobre russo. Com o falecimento de seu marido, Anna de Houy Haritoff passou a residir em Paris, com seus filhos Maurice, Hélène, Eugène e Vera. Viveu o resto de sua vida em Paris, onde faleceu. Os Haritoff se integraram à alta sociedade parisiense, em parte graças ao casamento de Hélène com o General Leopold Magnan, filho do Marechal Magnan, pessoa de grande prestígio junto ao Imperador Napoleão III.

**Haritoff**, Hélène de (1844-1918). Filha de Alexis Haritoff e Anna de Houy. Residia em Paris. Seu casamento com o General Leopold-Louis Magnan (1833-1898), filho do Marechal Magnan, pessoa de grande prestígio junto ao Imperador Napoleão III, deu-lhe projeção social importante.

**Haritoff**, Maurice de (1842-1919) (conde de Haritoff). Nobre russo, Oficial da Guarda de Honra do Czar. Fez fortuna como proprietário rural, exportador de trigo e há rumores de que enriqueceu com o comércio de armas por ocasião da Guerra da Criméia. Em visita ao Brasil com sua irmã Vera e seu marido, o diplomata brasileiro Luiz César de Lima e Silva, Maurice conheceu, na fazenda do Pinheiro, Ana Clara

Breves de Moraes Costa (1850-1893), com quem se casou em 1865. Com a morte prematura de Ana Clara, Maurice casou em 1906 com a mucama Regina Angelorum de Souza (1867-1954), nascida escrava e com quem teve três filhos (Boris, Alexis e Ivan).

**Homem**, Diogo (1530-1576). Cartógrafo português, filho de Lopo Homem (1497-c.1572), igualmente cartógrafo. Autor de cartas-portulano; trabalhou em Lisboa, Londres e Veneza.

**Hondius**, Willem [Hondt, Willem de] (1597-1652). Gravador e cartógrafo holandês, nascido em Haia. Além de mapas e plantas, gravou retratos, alguns segundo quadros e desenhos de Van Dyck. Trabalhou, principalmente, em Dantzig (Dansk), Polônia.

**Hondius**, Jodocus [Josse de Hondt] (1563-1612). Cartógrafo flamengo.

**Jansson[ius] Johanes [Janssen, Jan]** (1588-1664). Cartógrafo holandês, genro de Jodocus Hondius. Colaborou com seu cunhado Henricus na reedição do “*Mercator-Hondius atlas*” e no preparo do “*Novus Atlas*”. Após o falecimento de Henricus, a firma passou à sua direção. Continuou a publicar aqueles atlas, acrescidos de novos volumes.

**Jordan**, ? Conselheiro áulico e chefe da Chancelaria da legação da Alemanha em Berna, em 1899.

**Kaerius**, Petrus (Pieter van den Keere) (1571-1646), cartógrafo, nascido em Ghent. Após a morte de seu pai, Hendrick van den Keere (1540-1580), Kaerius mudou-se com sua família para Antuérpia e, em 1584, agora por razões religiosas, mudou-se para Londres, onde conheceu Jodocus Hondius, com quem passou a trabalhar. Sua mais antiga

obra conhecida é um mapa da Irlanda (1591), que serviu de modelo para futuras edições do *Theatrum Ortelius*.

**Katzer**, Friedrich (1861-1925). Geólogo austríaco, contratado por Emil Goeldi para trabalhar no Museu Paraense.

**Keulen [Ceulen]**, Johannes van (1654-1715). Patriarca de família holandesa de cartógrafos, ativa por mais de dois séculos, na produção e venda de mapas, instrumentos e livros sobre navegação e direito naval, almanaques e construção de embarcações. O primeiro trabalho conhecido de van Keulen foi a edição do *Zee Atlas*, de 1680, com 38 cartas e textos de Claes Jansz Voogt (?-1696). Essa obra teve tamanho êxito que passou, no espaço de apenas cinco anos, por nove edições sucessivas, com edições em inglês e francês.

**Keulen**, Gerard van (1678-1727). Cartógrafo holandês, filho de Johannes.

**Kleczewski**, (Secretário íntimo de Chancelaria), na legação da Alemanha em Berna.

**Kratz-Koschlau**, Alexander Karl von (1867-1900). Geólogo alemão.

**Lelewel**, Joaquim (1786-1861). Cartógrafo polonês. Imigrou para a França, onde passou grande parte de sua vida e onde publicou seu atlas e outros trabalhos cartográficos.

**Lobo**, Helio (1883-1960) (pseudônimo de Hélio Leite Pereira). Diplomata, ensaísta, biógrafo e historiador brasileiro.

**Lopes**, Sebastião. Cartógrafo e cosmógrafo português do século 16.

**Lopes**, Tomás Pompeu L. Ferreira (1879-1913). Escritor, bacharel em Direito e diplomata brasileiro. Serviu na Espanha e na Suíça, onde veio a falecer aos 33 anos.

- Loys**, Robert-Ferdinand-Treytorrens (1857-1917). Engenheiro e paramilitar suíço. Mestre de equitação, na administração federal de Thun (1887-1890). Comandou o regimento de dragões 2 (1900); a brigada de cavalaria 1 (1904); e a infantaria 1 (1910). Instrutor nas escolas centrais. Em 1885, casou-se com Marie-Madeleine (em solteira, Ebrard).
- Lozano**, Pedro (Padre) (1697-1752). Missionário jesuíta, etnógrafo e historiador espanhol. Escreveu diversas obras de caráter geográfico e histórico, o mais notável dos quais um sobre o Gran Chaco. Faleceu em Humahuaca, atualmente na Argentina.
- Luénce**, Dr. Médico francês. Integrou a equipe de médicos, reunida para tratar da esposa de Rio-Branco, durante sua doença terminal.
- Marabel**, Francisco Millau (1728-1805). Geógrafo e militar espanhol. Chefiou a esquadra, a partir de 1795. Integrou a Comissão de Limites com Portugal e, mais tarde, também na América espanhola. Cartografou as regiões geográficas que formam, atualmente, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai.
- Martineau**, Albert Alfred (1859-1945). Arquivista, paleólogo de formação (diplomado pela École des chartes) e político francês. Foi deputado e funcionário colonial (Secretário-geral da Nova Caledônia e Governador da Costa francesa dos Somalis, 1898; de Saint-Pierre-et Miquelon, 1900, e de Mayotte, 1903), antes de dedicar-se ao magistério, como professor de história colonial, no *Collège de France*. Entre suas obras publicadas, figura trabalho escrito em parceria com Gabriel Hanotaux e intitulado “*Histoire des colonies françaises et de l’expansion française dans le monde*” (Paris, Plon, 1930-1934, 6 vol.).

**Meerwarth**, Hermann (1870-1943). Zoólogo alemão, contratado por Emil Goeldi para o Museu Paraense.

**Meili**, Friedrich (1848-1914). Estudou Direito em Zurique, Leipzig, Berlim e Iena (doutorado em 1870). Abriu em 1872 escritório de advocacia, em Zurique. Professor de direito internacional privado e Direito Comparado, na Universidade de Zurique, de 1880 a 1895. Membro da comissão de peritos para a elaboração do Código Civil Suíço, no que coube tratar do direito das obrigações. Presidiu o Tribunal de Cassação de Zurique (1905-1912). Em 1907, atuou como membro de tribunal arbitral para transportes internacionais ferroviários, em Berna. Foi delegado suíço indicado pelo Conselho Federal às conferências de Direito Internacional Privado na Haia e, em 1910, bem como na Conferência Internacional no tráfego aéreo em Paris. Foi um dos pioneiros da lei de telecomunicações e de responsabilidade civil, para o tráfego e navegação aérea. Entre suas publicações há cerca de 150 pareceres jurídicos sobre casos relacionados com o tráfego não-europeu, direito industrial, bem como marcas comerciais, áreas ainda pouco discutidas na época.

**Mello**, Tobias Laureano Figueira (1842 -1926). Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

**Mendonça**, Lúcio Eugênio de Menezes e Vasconcellos Drummond Furtado de (1854-1909). Advogado, jornalista, magistrado e escritor brasileiro. Idealizador da Academia Brasileira de Letras. Com a proclamação da República – que tanto defendera – ocupou diversos cargos públicos, até ser nomeado para o Supremo Tribunal Federal. No arquivo particular do barão, há registro de setenta e sete cartas recebidas, uma expedida e uma de terceiro.



**Meneses, Diogo de (1553-1635)** (1º conde de Ericeira, título nobiliárquico, criado por Felipe III de Portugal). Aristocrata português; partiu com D. Sebastião de Portugal para a África em 1578, onde seus dois irmãos foram mortos na batalha de Alcácer Quibir.

**Millau Marabal, Francisco (1728-1805).** Geógrafo e militar espanhol. Integrou, como membro, a Comissão de Limites com Portugal e, mais tarde, foi comissionado na América espanhola, onde realizou trabalhos de cartografia das regiões que formam, atualmente, as repúblicas do Paraguai, Argentina e Uruguai. Descreveu sua experiência nessa matéria no seu trabalho “*Descrição da Província do Rio da Prata*”. De regresso à Espanha, foi promovido a brigadeiro (1789) e a comandante da esquadra, em 1895.

**Mocquet, Jean (1575-1617).** Francês que obteve a autorização de Henrique IV, para viajar para o exterior e recolher raridades destinadas ao gabinete do rei. Durante onze anos nessa atividade, realizou cinco longas viagens por vários continentes. Em 1602, esteve no Maranhão, de onde trouxe resinas raras que ele próprio vendeu a apotecários franceses. Por ocasião dessa viagem, visitou a Guiana francesa. Escreveu um relato de suas viagens, com o título “*Voyages en Afrique, Asie, Indes Orientales & Occidentales*“, que agradou muito ao monarca que lhe concedeu pensão.

**Monteiro, José Joaquim de Maia (? -1910)** (primeiro e único barão de Estrela). Fazendeiro brasileiro. Filho do português Joaquim Manuel Monteiro, primeiro barão, visconde e conde da Estrela, e de sua segunda mulher, Luísa Amália da Silva Maia.

**Moreira**, Arthur de Carvalho (1844-1918). Bacharel em Direito e diplomata brasileiro. No arquivo particular do barão, há registro de 7 cartas recebidas e de uma expedida.

**Moyne**, Jacques le (1533-1588). Cartógrafo francês.

**Müller**, Lauro Severiano (1863-1926). Engenheiro militar, deputado federal, senador brasileiro. Foi ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (de 1902 a 1906) e, por duas vezes, ministro das Relações Exteriores, Primeiramente, como substituto do recém-falecido Rio Branco, no governo Hermes da Fonseca e no do Venceslau Brás.

**Münster**, Sebastian (1488-1552). Cartógrafo alemão.

**Neisse**, Max Rudolf (1866-1944). Suíço; importante médico e membro da “Burguesia de Berna”.

**Oliveira**, Luiz Rodrigues de (1º visconde de Rodrigues de Oliveira) (1836-1906).

**Parter**, Gruls. (embaixador)

**Passos**, Sebastião Cícero dos Guimarães (1867-1909), poeta parnasiano brasileiro.

**Pfyffer**, Hans (von Altishofen) (1866-1953). Homem de negócios e político suíço. Interrompeu seus estudos de medicina, após a morte de seu pai (1890), hoteleiro e presidente da Grand Hotel National em Lucerna. Membro conservador do Grande Conselho de Lucerna (1899-1911) e de (1911-1922). Ministro suíço em Varsóvia (1922-1924). Muito amigo de Cesar Ritz, Pfyffer foi presidente do Ritz em Paris e membro do Conselho de hotéis Ritz-Carlton, em Londres. Capitão (1894), comandante das fortificações do Gotthard

(1917-1919). Casou-se em 1893 com Josephine Maria Johanna Reichmann.

**Prado**, Antônio da Silva, o Conselheiro (1840-1929). Advogado, lavrador, político e empresário brasileiro.

**Quinton**, Marie (1854-1933). Proprietária do *Auberge des Marronniers*, na estação de águas de Royat. Publicou suas memórias, extraídas de seu diário íntimo e de sua correspondência, com o título “*Journal de la Belle Meunière*”, nome pelo qual era conhecida.

**Ramos**, Carlos da Silveira Martins (1884-1956). Diplomata brasileiro.

**Reinel**, Jorge (c. 1502-c. 1572). Cartógrafo português, filho de Pedro.

**Roberdeau**, Henri Charles Victor Amédée (1849-1916). Administrador colonial do Governo francês. Foi vice-Governador francês na Costa do Marfim e Governador da Guiana francesa, em 1898.

**Ruesta**, Francisco de. Cartógrafo espanhol do século 17. Irmão de Sebastian de Ruesta. Membro da *Casa de la Contratación*.

**Saint-Armand**, Arthur Léon Imbert de (1834-1900). Diplomata e escritor francês, autor de obras sobre personalidades femininas da época da Revolução francesa.

**Schüle**, Wilhelm (1871-1931). Engenheiro topógrafo suíço do Serviço Topográfico (Schweizerische Landestopographie) do Departamento Federal Militar. O Conselheiro Federal Eduard Müller, relator do processo arbitral, havia solicitado ao Departamento Federal Militar parecer sobre os mapas apresentados pelas partes. O jovem engenheiro topógrafo Schüle foi incumbido de desenhar mapas da região do

Amapá e foi convidado a estar presente à reunião de julho de 1900, no Conselho Federal.

**Schönmann**, Joseph (1872-1914). Taxidermista alemão, contratado por Emil Goeldi para trabalhar no Museu Paraense.

**Snethlage**, Emilie (1868-1929). Zoóloga e botânica alemã, contratada por Emil Goeldi para trabalhar no Museu Paraense.

**Souza**, Luiz de Vasconcellos e (1742-1809). Administrador colonial português. Foi Vice-Rei do Brasil, de 1778 a 1790.

**Stooss**, Karl (1849-1934). Irmão de Albert Gustav Alfred, estudou Direito em Berna, em Leipzig, Heidelberg e Paris. Diplomou-se em 1873 e doutorou-se em 1878. Presidente do Tribunal Distrital de Berna (1876 - 1879), seguido de professor de direito penal em Berna (1882-1886) e Juiz do Supremo Tribunal de Justiça (1886-1888). O Conselho Federal, incumbido de preparar um Código Penal suíço, o contratou. Stooss publicou Projeto de Código Penal suíço, no qual combinou a idéia inovadora da reabilitação de criminosos com a de punição, como reparação pelos danos causados. Seu estilo claro e conciso fez dele um grande legislador, que marcou as reformas penais em muitos países. Em 1891, Stooss voltou à Universidade de Berna, onde foi professor de Direito Penal suíço, sem exigir qualquer remuneração. Em 1896, aceitou uma posição em Viena, onde se aposentou, em 1921.

**Stooss**, Max (1855-1939). Suíço; irmão de Albert Gustav Alfred, médico.

**Stooss**, Sigmund Karl (1808-1870). Suíço; eleito em 1831 membro do Grande Conselho (*Grossrat*) do Parlamento do Cantão de

Berna. Em 1850, foi convidado a integrar o “*Regierungsrat*”, Governo cantonal de Berna.

**Tanner**, Max (1873-1895). Um dos profissionais suíços contratados pelo Museu e que faleceu, durante a viagem ao território contestado, realizada entre outubro e novembro de 1895.

**Tchüperli**, Martin (1870-1928). Taxidermista suíço, contratado por Goeldi e cuja passagem ao Brasil foi coberta com recursos de seu sogro, Carl Eugen Meyer, chamado da Suíça.

**Teixeira**, Luiz (século 16). Cartógrafo português. Pertenceu a importante família de cartógrafos cuja atividade se estendeu desde meados do século 16 até o fim do século 18. Teixeira colaborou com Abraham Ortelius no *Theatrum Orbis Terrarum*. Entre outros cartógrafos importantes de sua família figuram: seu pai, Pero Fernandes; seu irmão, Domingos Teixeira; seus filhos, Domingos Teixeira Albernaz, o Velho, e Pedro Teixeira Albernaz; e seu neto, João Teixeira Albernaz.

**Thiers**, Louis Adolphe (1797-1877). Advogado, jornalista, estadista francês, presidente do Conselho de Ministros e ministro dos Negócios Estrangeiros, de 22 de fevereiro de 1836 a 6 de setembro do mesmo ano.

**Treutler**, Carl Georg de. Conselheiro da legação da Alemanha em Berna, em 1899.

**Vieilleroibe**, Albert (1861-1900). Viajante que foi enviado à América do Sul, a fim de estudar novos itinerários entre o Oceano Pacífico e a bacia Amazônica. Faleceu em Manaus, vítima de febre amarela.

**Vischer**, Georg Matthäus (1628-1696). Topógrafo, cartógrafo e gravador austríaco.

**Visscher**, Nicholas [Piscator] (1618-1679). Topógrafo, cartógrafo e gravador holandês.

**Zollikofer**, Ernst Heinrich (1859-1930). Importante taxidermista austríaco, contratado por Emil Goeldi para trabalhar no Museu Paraense.

**Wattenville**, Fritz de. ??????

**Widermann**, C. P. Sobrinho do presidente da Confederação, Walter Hauser.

**Wittstock**, ? Conselheiro áulico e Secretário íntimo de Chancelaria, Legação da Alemanha em Berna.







Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	10,9 x 17cm
Papel	Couche fosco 90g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	Electra LH 17, Chaparral 13 (títulos); Chaparral Pro 11,5 (textos)